

JANAÍNA AMADO
LUIZ CARLOS FIGUEIREDO

Brasil

1500

QUARENTA
DOCUMENTOS

IMPRESA
OFICIAL

EDITORA

UnB

Janaína Amado é historiadora, professora titular aposentada e pesquisadora associada senior da Universidade de Brasília.

Luiz Carlos Figueiredo é jornalista, filósofo e bacharel em letras clássicas.

Ambos dedicam-se há anos, a assuntos relacionados à história do período colonial brasileiro e à história do império português. Residiram em Portugal, nos Estados Unidos e no Canadá, onde pesquisaram em arquivos e bibliotecas especializadas temas ligados à história da América colonial e do Império Português.

São co-autores de diversas obras, entre as quais *Colombo e América 500 anos depois*; *No tempo das caravelas*; *A formação do império português*; da coleção juvenil *Nas ondas da história* seis volumes, sobre especiarias, conquista dos mares, Vasco da Gama, expedição de Cabral, Américo Vespúcio e o transporte de alimentos americanos e europeus e do volume *O Brasil no Império Português*.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

Lauro Morhy

Vice-Reitor

Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Lima, Airton Lugarinho de Lima Camara, Estevão Chaves de
Rezende Martins, José Maria G. de Almeida Júnior,
Moema Malheiros Pontes

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO

Diretor-Presidente

Sérgio Kobayashi

Diretor Vice-Presidente

Carlos Conde

Diretor Industrial

Carlos Nicolaewsky

Diretor Financeiro e Administrativo

Richard Vainberg

Coordenador Editorial

Carlos Taufik Haddad



40 anos

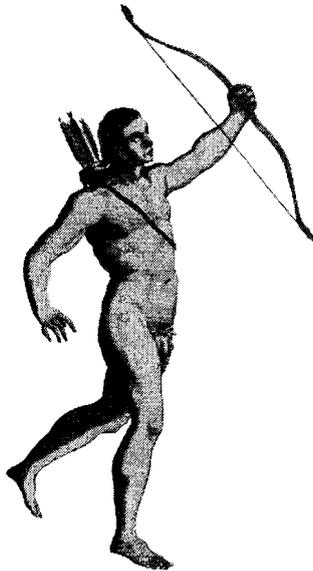
Editora Universidade de Brasília



BRASIL 1500

QUARENTA DOCUMENTOS

JANAÍNA AMADO
LUIZ CARLOS FIGUEIREDO



Brasil

1500

QUARENTA
DOCUMENTOS

IMPRESA
OFICIAL 

EDITORA

UnB

Copyright © 2001 by Janaína Amado e Luís Carlos Figueiredo
Impresso no Brasil

EQUIPE EDITORIAL:

Airton Lugarinho (Supervisão editorial); Fátima Rejane de Menezes (Acompanhamento editorial); Gilvam Joaquim Cosmo e Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli (Preparação de originais e revisão); Márcio Duarte Macedo (Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica).

Direitos exclusivos para esta edição:

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SCS Q. 02 Bloco C N^o 78 Ed. OK 2^o andar
70300-500 – Brasília-DF
Tel: (0xx61) 226-6874
Fax: (0xx61) 225-5611
editora@unb.br

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO
Rua da Mooca, 1921
03103-902 – São Paulo, SP
Tel: (0xx11) 6099-9446
Fax: (0xx11) 6692-3503
imprensaoficial@imprensaoficial.com.br
SAC 0800-123401

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

A481 Amado, Janaína
Brasil 1500: quarenta documentos / Janaína Amado, Luís Figueiredo.
– Brasília : Editora Universidade de Brasília, São Paulo : Imprensa
Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

576 p. : il.

ISBN – 85-230-0588-9

1. Brasil – história. I. Figueiredo, Luís. II. Título.

CDU - 981

Especial homenagem a
William Brooks Greenlee

À Eulália e João,
Zélia e Jorge, Fanny e Joelson Amado,
agradecem a criança que fui e a adulta que me tornei.

Janaína

A meus avós
Laura e José Theodoro de Figueiredo e
Adelaide e José Baptista Lima.

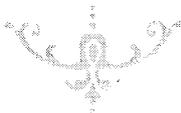
Luiz Carlos



A G R A D E C I M E N T O S

Este livro é um dos produtos da estadia de um ano e dois meses de pesquisa (agosto 1996 – outubro 1997) dos dois autores em arquivos e bibliotecas de Portugal, seguida de paciente trabalho complementar de transcrição, tradução, cotejamento de textos, pesquisa bibliográfica e redação, desenvolvido no Brasil. Os autores agradecem à Capes, pela concessão a Janaína Amado, no período referido, de uma bolsa de pós-doutorado, a qual criou condições para o deslocamento, a permanência e o trabalho do casal em Portugal; aos amigos historiadores Margarida de Souza Neves e Caio Boschi, que se esforçaram por tornar realidade uma intenção de pesquisa; ao Departamento de História da Universidade de Brasília, que concordou com o afastamento temporário de sua professora titular; aos amigos conquistados em Portugal, aqui simbolizados por Isabel e Carlos Manuel Diniz, Jorge Manuel Ribeiro, Luís Frederico Antunes, Eugênia e Augusto Nascimento, dentre outros, que confortaram e alegraram os corações dos autores; e ao amigo e também historiador Emanuel Araújo, que confiou neste trabalho e, na qualidade de presidente do Conselho Editorial, encaminhou a presente obra para análise na Editora Universidade de Brasília.

Mais do que ninguém, os autores deste volume estão conscientes das muitas imperfeições que ele contém, e do quanto ainda carecerá de correções e aperfeiçoamento.





S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO, 11

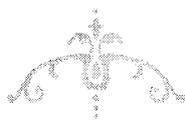
DOCUMENTOS

1. Nomeação de Pedro Álvares de Gouveia capitão-mor da armada (1500), 19
2. Rascunho das instruções de Vasco da Gama a Cabral (1500), 25
3. Rascunho do Regimento Real de Cabral (1500), 31
4. Complemento do Regimento de Pedro Álvares Cabral (1500), 57
5. Carta de D. Manuel ao Samorim de Calicut (1500), 63
6. Carta de Pero Vaz de Caminha (1500), 71
7. Carta do Mestre João (1500), 123
8. Relação do Português Anônimo (1500), 131
9. Carta de Américo Vespúcio a Lourenço dei Medici (1501), 143
10. Carta de João de Affaitadi a Domingos Pisani (1501), 163
11. Carta de João Matteo Crético (1501), 175
12. 1ª Carta de Bartolomeu Marchionni (1501), 188
13. 2ª Carta de Bartolomeu Marchionni (1501), 193
14. Carta de Domingos Pisani (1501), 201
15. Diário de Jerônimo Priuli (1501), 209
16. Carta de D. Manuel aos reis católicos (1501), 219
17. Carta do Jovem das Caravelas (1501), 241
18. Carta de Cantino a Hércules D'Este (1501), 245
19. Carta de Pedro Pascualigo (1501), 253
20. Crônica de Daniele Barbaro (1501), 259
21. Diário de Marino Sanuto (1502), 263
22. Carta de Pedro Rondinelli (1502), 267
23. Carta de Américo Vespúcio a Lourenço dei Medici (1502), 273
24. Planisfério de Cantino (1502), 287
25. Planisfério de Canério (1502), 291
26. Certidão de Valentim Fernandes (1503), 295

27. *Mundus Novus*, de Américo Vespúcio (1503), **307**
28. Carta de Américo Vespúcio a Pedro Soderini (1504), **329**
29. Relatório de Leutkirch (1503/1504), **351**
30. Viagem de João de Empoli (1504), **357**
31. Carta Besicken (1505), **365**
32. Relação de Leonardo da Cá Masser (1505), **397**
33. História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses (1551), **405**
34. Décadas da Ásia (1552), **415**
35. História das Índias (1561), **433**
36. Lendas da Índia (1561), **443**
37. Tratado dos descobrimentos (1563), **461**
38. Crônica do felicíssimo Rei D. Manuel (1566), **467**
39. Da vida e feitos de El-Rei D. Manuel (1571), **489**
40. História da província Santa Cruz (1576), **507**

PERSONAGENS HISTÓRICOS CITADOS NOS DOCUMENTOS, 517

BIBLIOGRAFIA, 535



A P R E S E N T A Ç Ã O

Este volume compõe-se de quarenta documentos históricos reunidos em ordem cronológica, anotados e comentados, referentes ao Brasil de cerca de 1500, especialmente à viagem de Pedro Álvares Cabral. Embora suas datas extremas sejam fevereiro de 1500 (rascunho do Regimento real de Cabral) e 1576 (ano da publicação da *História da província Santa Cruz*), a grande maioria dos documentos – 32, do total de quarenta – foi produzida entre 1500 e 1505. Vários estão sendo publicados pela primeira vez em língua portuguesa. Outros, anteriormente editados em Portugal, na Itália ou em outros países, só agora aparecem impressos no Brasil. A maioria recebe pela primeira vez atualização lingüística.

Nunca tantos documentos históricos sobre o assunto foram reunidos em uma única obra. O magnífico livro do norte-americano William B. Greenlee, *The Voyage of Pedro Álvares Cabral to Brazil and India from contemporary documents and narratives*, originalmente editado em 1938 nos Estados Unidos, traduzido em Portugal em 1951 e até hoje ainda não publicado no Brasil, reúne um total de 17 documentos sobre o tema. A famosa obra do historiador português Abel Fontoura da Costa, *Os sete únicos documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*, editada em Portugal em 1940, apresenta e comenta, como seu título indica, sete documentos. Tais autores trabalharam exclusivamente com fontes redigidas em 1500 (Fontoura da Costa) e em 1500-1501 (Greenlee).

A presente obra reuniu número maior de documentos porque, em primeiro lugar, é beneficiária dos excelentes trabalhos anteriores realizados pelos autores citados e por diversos outros estudiosos (relacionados ao final deste volume), incorporando as fontes que, pacientemente, esses especialistas localizaram e transcreveram. Em segundo lugar, esta obra alarga as balizas cronológicas do assunto, utilizando documentos que, embora de interesse para o conhecimento do Brasil *circa* 1500 e da viagem de Cabral, foram produzidos em anos posteriores a 1501, como é o caso da certidão de Valentim Fernandes, baseada em depoimentos orais de tripulantes da expedição de 1500, mas redigida três anos depois, em 1503. Em terceiro lugar, o presente livro amplia o espectro das fontes sobre o assunto, seja reunindo tipos de documentos pouco privilegiados pelos estudiosos – por exemplo, legendas de planisférios da época, como o de Canério,

ou relatórios e relações escritas por estrangeiros, como o Relatório de Leutkirch e a Relação de Leonardo da Cá Masser –, seja incorporando autores raramente identificados com o Brasil, como o sevilhano Bartolomeu de Las Casas; tais documentos e autores são aqui julgados importantes, pelas novas informações e/ou perspectivas com que enriquecem o tema. Finalmente, esta obra incorpora trechos – depois de atualizada a linguagem – de obras publicadas nas sexta e sétima décadas do século XVI dos principais cronistas-historiadores portugueses – Fernão Lopes de Castanhe-da, João de Barros, Gaspar Correia, António Galvão, Damião de Góis, Jerônimo Osório – conhecidos em Portugal, mas jamais editados ou pouquíssimo divulgados no Brasil, apesar de haverem construído o primeiro e imensamente influente conjunto historiográfico sobre as navegações, as conquistas e as colonizações quinhentistas lusitanas, aí incluídas as do Brasil.

DOCUMENTOS

A maioria dos documentos deste volume está reproduzida na íntegra. As exceções correm por conta de textos excessivamente longos, seja por se referirem a todas as etapas da demorada viagem de Cabral (como a Relação do Português Anônimo), seja por incluírem outras expedições e conquistas portuguesas (como a carta de João de Empoli) ou por integrarem obras volumosas, cujos assuntos fogem ao interesse do presente livro, como os diários de Marino Sanuto e de Jerônimo Priuli, as crônicas de Daniel Barbaro e as obras dos cronistas-historiadores portugueses e de Gândavo. Nesses casos, de cada documento foi selecionado o trecho referente à passagem da expedição de Cabral pelo Brasil e as repercussões da viagem.

Os documentos históricos constantes desta obra, ordenados aqui em ordem cronológica, conforme referido, são muito variados, podendo por isso ser agrupados de diversas formas, dependendo dos aspectos que se deseja ressaltar. Uma maneira simples de apresentá-los ao leitor é reuni-los nos seguintes grandes blocos:

- a) documentos que antecederam e, de certa forma, prepararam a viagem de Cabral (*Documentos 1 a 5*): a nomeação deste como capitão-mor da armada e os rascunhos das instruções de Vasco da Gama e do regimento real entregues a Cabral – com informações preciosas sobre as atribuições do capitão-mor e dos procedimentos da viagem –, além da magnífica carta de D. Manuel ao Samorim de Calicut (que o monarca português julgava cristão), da qual Cabral seria o portador;
- b) os três únicos documentos escritos por integrantes da esquadra preservados até hoje, de autoria de Pero Vaz de Caminha, de Mestre João e do Português Anônimo (*Documentos 6 a 8*), aos quais se poderia acrescentar a carta do Jovem das Caravelas (*Documento 17*), talvez sem autenticidade, porém atribuída a um grumete da esquadra. Apesar de redescoberta apenas no século XIX, a carta de Caminha é o documento mais famoso desse grupo, com justiça. Por isso, tornou-se o texto mais enriquecido com notas, que alcançam quase um total de quinhentas;

- c) os documentos produzidos pelos aqui chamados – por facilidade de tratamento, embora cometendo licença histórica, pois a Itália só se constituiria como Estado unificado autônomo no século XIX – de “italianos”, isto é, escritos por mercadores e políticos naturais de Veneza, Florença, Gênova e Cremona. São fontes muito importantes, praticamente desconhecidas no Brasil, referentes às primeiras viagens portuguesas à América e à Índia e às conseqüências delas, tanto para Portugal quanto para as regiões de origem dos autores; elas iluminam diversos aspectos do intrincado jogo político e econômico da Europa à época, no qual o Brasil foi de repente inserido. Parte desses “italianos” residia em Portugal (*Documentos 10 a 13, 15, 18, 19, 29 e 32*) e na Espanha (*Documentos 14 e 22*), quando escreveram o texto; parte, nas repúblicas italianas (*Documentos 20 e 21*);
- d) as cartas escritas por e atribuídas a Américo Vespúcio (*Documentos 9, 23, 27 e 28*) sobre as viagens de 1500, 1501 e 1503 ao Brasil, das quais Vespúcio afirma haver participado. O fato de terem sido redigidas por Vespúcio e por “italianos” cultos que se fizeram passar por ele, de terem sido destinadas a um público amplo, não português, e obtido extraordinário sucesso à época confere características especiais a esse grupo de correspondência, para cuja importância nem todos ainda atentaram. As cartas fornecem informações sobre diversos locais e povos (entre eles o Brasil), sendo também fonte singular para a análise de assuntos atualmente muito privilegiados, como o estudo das formas de produção e circulação, na Europa, das notícias sobre o – para usar um conceito atribuído a Vespúcio – “Novo Mundo”;
- e) as cartas escritas por e atribuídas ao rei D. Manuel, dirigidas aos seus sogros, os reis de Espanha, sobre a viagem de Cabral (*Documento 16*) e outras viagens lusas à Índia (*Documento 31*), apresentando a perspectiva do Estado português diante das recentes e espetaculares navegações e conquistas lusitanas. Idêntica perspectiva predomina na carta anterior do mesmo monarca, constante deste volume (*Documento 4*);
- f) os planisférios, ditos de Cantino e de Canério (*Documentos 24 e 25*), que possuem legendas referentes à viagem de Cabral e à descrição da terra e dos habitantes por ele encontrados na América. Esses mapas – o primeiro, anônimo, mas com certeza elaborado por cartógrafo português; e o segundo evidenciando forte influência da cartografia lusa – representam exemplos das informações escritas que complementavam a iconografia dos planisférios, extremamente importantes para guiar os navegadores e ajudar a construir a nova configuração da Terra que então se revelava à Europa;
- g) os documentos produzidos pelos aqui chamados – por facilidade de tratamento, porém de novo cometendo licença histórica, pois também a Alemanha só se constituiria como Estado autônomo unificado no século XIX – de “alemães”. São documentos provenientes de humanistas e navegadores de língua alemã, que circularam bastante nos círculos cultos europeus, como a certidão de Valentim Fernandes e o relatório anônimo de Leutkirch (*Documentos 26 e 30*); ambos os autores residiam em Lisboa quando escreveram os textos;

- h) o texto de autoria do sevilhano Bartolomeu de Las Casas (*Documento 35*) – autor erroneamente associado apenas à América hispânica –, publicado na década de 1550. O texto refere-se à viagem de Cabral e à estadia, no Brasil, da esquadra lusa, mas, sobretudo, bem ao feitio de Las Casas, constitui uma veemente e solitária denúncia contra a política portuguesa em relação aos índios, estabelecendo comparações e linhas de continuidade entre as atitudes dos conquistadores lusos na África e na América e as dos conquistadores espanhóis;
- i) os textos dos cronistas-historiadores portugueses do século XVI – Castanheda, João de Barros, Gaspar Correia, António Galvão, Damião de Góis e Jerônimo Osório (*Documentos 33 e 34 e 36 a 39*), cujas obras foram publicadas em Portugal a partir da década de 1550 –, referentes à viagem de Cabral, e à terra, aos habitantes, ao nome e ao melhor futuro, da perspectiva portuguesa, para o país americano. Conforme referido, esses autores – que, poucos anos após os acontecimentos narrados, criaram a primeira historiografia relativa às viagens lusas ao Brasil e à Índia, para glória de Portugal, de seu rei e de seu Deus – são ainda pouquíssimo divulgados e estudados no Brasil;
- j) o texto de Pero de Magalhães de Gândavo (*Documento 40*), publicado em Portugal em 1576. Embora conhecido no Brasil – houve algumas edições da *História da província Santa Cruz*, desde sua primeira publicação no país, em meados do século XIX –, esse trecho de Gândavo foi aqui incluído pelo interessante e pouco notado diálogo que estabelece com outro documento do volume, de autoria de João de Barros (*Documento 34*), ambos defesas apaixonadas do retorno do nome “Santa Cruz” ao país já então chamado Brasil.

NOTAS, COMENTÁRIOS, BIOGRAFIAS E BIBLIOGRAFIA

Cada documento da presente obra foi enriquecido com notas e com uma seção final, denominada “Comentários”. As notas recuperam origens e trajetórias de palavras, esclarecem significados dos termos cujos usos se perderam ou se transformaram com o decorrer do tempo, atualizam nomes antigos de acidentes geográficos, cidades e países, remetem a outros textos do volume, além de contextualizar historicamente as principais referências contidas no documento. Ao todo, o volume contém quase 2.500 notas de rodapé.

A seção “Comentários”, aposta ao final de cada documento transcrito, tem o objetivo de oferecer ao leitor o máximo possível de dados sobre o documento apresentado. Para facilitar a leitura e a localização da informação, a parte de “Comentários” foi subdividida nos seguintes títulos:

Original – instituição onde está depositado o documento original. No caso de este haver se perdido, instituições que possuem cópias do original. Quando estas não mais existem, indicação da obra onde o documento foi publicado pela primeira vez. Os autores deste livro não consultaram os originais dos documentos compilados, consistindo seu trabalho na pesquisa, por vezes exaustiva, de publicações onde tais documentos

apareceram em português arcaico, em italiano antigo ou em latim, para posterior atualização ou tradução, também efetuadas pelos autores.

Leitura paleográfica – paleógrafo(a) responsável pela leitura paleográfica do documento adotada no presente volume. Alguns documentos são fruto do confronto entre mais de uma leitura paleográfica, conforme assinalado nas respectivas notas; outros seguem uma leitura paleográfica básica, porém foram enriquecidos, nas notas, por comparações com outras leituras paleográficas. Os autores deste volume fizeram a leitura paleográfica própria de um documento, a certidão de Valentim Fernandes (*Documento 26*), reproduzido em latim na edição fac-similar de *Arquivos do Centro Cultural Português*, de 1972. Quando não houve leitura paleográfica de um documento, ou não foi identificado o paleógrafo – caso típico dos documentos extraídos de publicações do século XVI –, o título foi suprimido; isso também ocorreu sempre que, em “Comentários”, algum título se mostrou desnecessário para a análise de um documento específico.

Fontes – relação das fontes em que os autores do volume se basearam, para chegar à versão final do documento aqui publicado. O trabalho dos autores desta obra com as fontes foi muito diversificado e, por isso, está relatado em pormenores ao longo do livro. Como exemplos desse trabalho, citam-se: as fontes até hoje nunca publicadas em português foram traduzidas do latim ou do italiano antigo; as fontes escritas em português arcaico foram modernizadas (ver adiante mais informações sobre a atualização lingüística); as diversas versões de um mesmo documento – que, às vezes, são resultado não apenas de distintas leituras paleográficas, mas de leituras paleográficas realizadas sobre cópias diferentes de um mesmo original – foram cotejadas, tudo com o objetivo de garantir maior riqueza e profundidade a este livro.

Trajectoria do documento – informações sobre um conjunto de aspectos relativos ao documento, do tipo: circunstâncias que cercaram a escrita do documento original e/ou de suas cópias; primeira edição de cada documento; principais edições; principais traduções; circulação e publicação do documento no Brasil. Variam o volume, o teor e a qualidade das informações obtidas para cada documento.

Ementa – resumo do documento, contendo, sempre que possível, informações sobre o tipo de fonte, seu(s) autor(es) e destinatário(s) e sua idéia central.

Análise histórica – nessa parte, foram analisados conteúdo, significado e importância histórica do documento. Dependendo do caso, fizeram-se relações entre o documento específico e os outros reunidos no volume; examinaram-se questões relativas à autenticidade, à autoria e às finalidades do texto; entabularam-se diálogos com outros estudiosos do documento ou dos assuntos de que trata; ofereceram-se informações sobre a importância do texto para a época e para períodos posteriores; e se propuseram interpretações históricas relativas ao conteúdo específico do texto. Dado o seu teor interpretativo, esta seção reveste-se de caráter mais pessoal e polêmico. Caberá ao leitor concordar ou não com as interpretações sugeridas.

Ao final do volume, agrupou-se um conjunto de verbetes, contendo biografias dos personagens históricos mais citados nos documentos. A remissão aos verbetes foi feita

por meio de asteriscos, sempre precedendo o sobrenome pelo qual o personagem foi indexado. Há ainda uma bibliografia.

O TRATAMENTO DA LINGUAGEM E OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

É tarefa para poucos especialistas a leitura de documentos, produzidos em 1500 e no decorrer do século XVI, seguindo exatamente o mesmo estilo, estrutura de texto, pontuação, grafia e ordem dos componentes das frases em que foram originalmente compostos. Ora, como um dos principais objetivos deste volume, ao reunir tantos documentos, foi exatamente o de facilitar a consulta e a divulgação dos seus textos entre o público interessado, não teria sentido conservar os documentos históricos tal qual foram escritos, pois isso os tornaria de muito difícil compreensão para o leitor de hoje. Atualizou-se, portanto, a linguagem dos documentos históricos, que, na maioria, ainda eram publicados em português arcaico.

Modernização lingüística é trabalho que exige apuro técnico e sensibilidade. A meta aqui não foi transformar documentos históricos produzidos há quinhentos anos em textos atuais, mas facilitar a leitura deles pelo público de hoje. Para alcançar esse fim, procederam-se às mudanças essenciais e inevitáveis – na pontuação, na abertura de parágrafos, na estrutura de frases (em casos de estruturas excessivamente indiretas), etc. –, mas também se procurou encontrar o difícil equilíbrio entre a necessária modernização e a preservação do estilo dos textos, o qual lhes confere sabor peculiar, propiciando também ao leitor a recriação do tempo histórico.

Nesse ponto, concordamos inteiramente com António Alberto Banha de Andrade (*Novos mundos do mundo*, p. 67-68):

No que toca à multiplicidade dos critérios de transcrição, escusado seria sublinhar que se encontram em jogo vários fatores que importa respeitar, não sendo sempre fácil congraçá-los. Com efeito, há que atender à fidelidade da expressão do autor, que traduz, naturalmente, o sabor arcaico da linguagem (...), mas também não se pode esquecer o leitor moderno que, dificilmente, lerá prosa arcaica, se não possuir instrução paleográfica, tanto mais necessária quanto menos se tocar na expressão verbal do texto. O que deve ser comum ao interesse de todos é a transcrição fiel, não só do pensamento, mas das próprias palavras que o autor empregou.

Sempre que um termo antigo existe nos dicionários atuais, mesmo com uso restrito, tal termo foi aqui mantido, indicando-se, em notas, sinônimos ou explicações sobre seu significado. O objetivo desse procedimento não foi resgatar o termo para o idioma, mas respeitar o estilo de um texto recuado no tempo, e também lembrar que aquele termo já fez, ou ainda faz, parte do nosso universo lingüístico, às vezes com origem bem definida, a qual vale a pena conhecer. É o caso, por exemplo, do termo “libecho”, direção sudoeste ou vento sudoeste, oriundo do norte africano, mais exatamente da Líbia (através do latim *lybicus*, via italiano *libeccio*), utilizado sobretudo nos documentos de Américo

Vespúcio; ou ainda do termo “setentrião”, muito usado na Bíblia para significar a direção norte ou vento do norte, vindo do hemisfério onde se encontram as sete estrelas da Ursa Menor (daí a palavra latina *septentrione*, relacionada com o número sete).

Os prenomes dos autores e dos personagens históricos citados foram aporuguesados – “Jerônimo” por *Girolamo*, “João” por *Giovanni*, etc.; nos verbetes com as biografias dos personagens, apostos ao final do volume, contudo, os prenomes originais foram também citados, para conhecimento do leitor neles interessado. As poucas interferências diretas dos autores desta obra nos documentos – para acrescentar alguma palavra, sem a qual uma frase perderia o sentido – aparecem entre colchetes. Reticências entre colchetes significam textos suprimidos por alguma razão, sempre explicada. Para facilitar as referências, nas notas e nesta apresentação, os documentos foram numerados de um a quarenta.

DE VOLTA AOS DOCUMENTOS

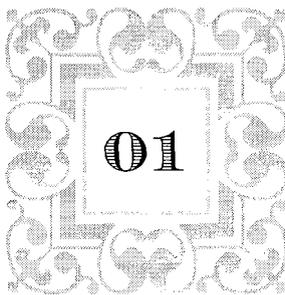
Agrupar documentos é ressaltar-lhes características e conexões. Os documentos históricos tão variados deste volume poderiam ser reunidos de diversas maneiras, compondo novos quebra-cabeças, que decerto resultariam em outras figuras finais, outras configurações. Os documentos poderiam, por exemplo, ser reunidos por instituições onde hoje estão conservados – Arquivo Nacional/Torre do Tombo, em Portugal; Coleção Sneyd, na Inglaterra; Arquivo do Estado e Biblioteca Marciana, em Veneza; Biblioteca Colombina, em Sevilha; Palácio Zeil, na Baviera, e tantas outras... –, o que talvez realçaria as redes de interesses e as conexões nas quais o Brasil se prendeu, a partir de 1500.

Os mesmos documentos poderiam ser agrupados de maneira completamente diversa, por exemplo, por tipo de narrativa – textos oficiais, correspondências (a maioria), certidões, legendas de mapas, relatórios, relatos, extratos de diários e extratos de livros. Pensar tais tipos seria talvez dar-se conta da progressiva cristalização ocorrida na linguagem e nas imagens sobre a viagem de Cabral e sobre a terra e os povos que ele encontrou, ao longo das cinco décadas iniciais do século XVI. As primeiras referências dos textos portugueses sobre a terra até então desconhecida aparecem em cartas. Mesmo quando endereçadas ao rei de Portugal e redigidas pela pena treinada de escrivães oficiais – caso do texto de Caminha –, mesmo quando influenciadas pela perspectiva messiânica e pelo olhar predatório que caracterizam o período manuelino – caso também do texto de Caminha –, essas cartas guardam o frescor da novidade e do espanto, da descrição que surpreende, no calor da hora, o antes nunca visto, nomeado ou imaginado, caso, mais uma vez, do texto de Caminha. Já os livros dos cronistas lusitanos (com a provável exceção de Castanheda), escritos décadas depois, transferem os acontecimentos de 1500 para um outro padrão narrativo, mais rígido, vigiado e conscientemente mais ideológico – o padrão historiográfico –, preocupado em conformar na memória dos viventes e, principalmente, em construir, para os que mais tarde nasceriam nos espaços do império português, fundas referências lusas, transformando os feitos do passado, cantados como gloriosos, em origem comum.

Ainda em relação aos documentos, os autores do presente trabalho deram-se conta, ao final, da riqueza que existe em compreender a viagem de Cabral e as visitas ao Brasil de 1500 a partir da leitura de muitos textos históricos. É exatamente da multiplicidade dos pontos de vista expressos nos vários documentos, da justaposição, do confronto e do cruzamento entre distintos olhares e interesses enunciados pelos diferentes autores – grumete, rei, comerciante, cirurgião, cartógrafo, sacerdote, espião, tabelião, funcionário público, humanista, aventureiro, diplomata, cientista, soldado, etc., gente proveniente de muitos locais (Portugal, Veneza, Espanha, Florença, Bavária, Sevilha, Madri, Veneza, etc.) – que emergem toda a riqueza e complexidade da história dessa viagem portuguesa de 1500, fundamental para todos nós, brasileiros. Talvez essa seja a principal contribuição do volume.

Da leitura do conjunto da documentação ressalta uma grande ausência: a do índio. Em centenas de páginas, o índio é aqui observado exclusivamente da perspectiva das caravelas e das naus impacientes em partir rumo às riquezas do Oriente, ou em descobrir riquezas – principalmente metais preciosos – nas terras brasileiras. Desse olhar europeu, interessado e interesseiro, levemente matizado pelas primeiras experiências comuns, emerge o índio construído segundo o desejo e as intenções dos que chegaram ao país, não dos que aqui já estavam. Jamais saberemos quem era esse nativo, o que sentia e pensava aquele índio que, desde a praia, espreitava, sobressaltado, a aproximação portuguesa. Esse silêncio, essa lacuna nos pesará para sempre, alerta para o futuro deste país multiétnico e multicultural, desde 1500 por muitos viajantes chamado Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Terra dos Papagaios, Terra Nova, Novo Mundo, América e, enfim, Brasil.





**NOMEAÇÃO DE PEDRO ÁLVARES DE
GOUVEIA CAPITÃO-MOR
DA ARMADA**

15 DE FEVEREIRO DE 1500

*Pedro Álvares de *Gouveia.¹ Carta da capitania-mor e poderes que
levou quando foi enviado às Índias como capitão.*

DOM MANUEL, ETC., fazemos saber a vós, capitães, fidalgos, cavaleiros, escudeiros, mestres e pilotos, marinheiros e companhia, e oficiais e todas as outras pessoas que ides e enviamos na frota e armada que vai para a Índia, que nós – pela muita confiança que temos de Pedro Álvares de *Gouveia, fidalgo de nossa Casa,² e por conhecermos dele que nisto e em toda a coisa que lhe encargarmos nos saberá mui bem servir e nos dará mui boa conta e

¹ À época, Pedro Álvares *Cabral costumava ser designado, como neste documento, apenas pelo sobrenome materno, Gouveia. Outras fontes grafaram somente “Pedro Álvares”.

² Cabral era “moço fidalgo” já em 1484, aos 16 ou 17 anos, na corte de D. João II.

recado – lhe damos e encarregamos a capitania-mor³ de toda a dita frota e armada.⁴

Porém, vô-lo notificamos, assim,⁵ e vos mandamos, a todos em geral e a cada um em especial, que, em tudo o que por ele vos for requerido, e da nossa parte mandado, cumprais e façais inteiramente seus requerimentos⁶ e mandados, assim e tão inteiramente e com aquela diligência e bom cuidado que de vós confiamos, E o fareis [como] se por nós em pessoa vos fosse dito e mandado, porque assim o havemos por bem e nosso serviço.

E aqueles⁷ que assim o fizerdes e cumprirdes nos farão⁸ nisso muito serviço. E os que, ao contrário⁹ – o que não esperamos –

³ Ao que tudo indica, ao ser nomeado capitão-mor da segunda armada portuguesa à Índia, a maior de quantas Portugal já organizara, Cabral, com cerca de 33 anos de idade, não possuía qualquer experiência como navegador, ou possuía uma experiência muito pequena, adquirida em viagens até as praças lusas do norte da África. Após a viagem ao Brasil e à Índia, não há registros de outras viagens de Cabral.

Desde a nomeação de Vasco da Gama, o rei passou a dar preferência, para ocupar a capitania geral (comando supremo) das armadas à Índia, em vez de a navegadores experientes, a fidalgos de sua inteira confiança, capazes de exercer liderança, de cumprir as determinações reais – não apenas em alto-mar, mas também durante as ações militares e as negociações diplomáticas e comerciais em terra – e de fazer valer a autoridade e o desejo reais. Às vezes, os capitães dos navios de uma armada eram representantes diretos dos armadores, escolhidos muito mais por critérios de confiança e capacidade militar do que por experiência em navegação. Os pilotos é que comandavam efetivamente as embarcações, encarregando-se do cotidiano dos navios, da tripulação e de toda a parte náutica, desde as rotas até o preenchimento das anotações de bordo.

⁴ A armada era composta de 13 embarcações (naus e caravelas), das quais uma destinada aos mantimentos, e tripulação de cerca de 1.500 homens. Não se conhecem descrições dos navios, sabendo-se apenas que eram bem maiores do que os de Vasco da Gama. O maior navio era o de Cabral, pesando trezentos tonéis. A tripulação viajou com salário especificado, conforme registrou o cronista Gaspar Correia (*Documento 36*).

⁵ *Assim*. Também. No português antigo, a palavra “assim” (asy) tinha também o significado de “também”, como no presente caso.

⁶ *Requerimentos*. Pedidos.

⁷ *Aqueles*. A tradução de António Dória traz “aquele”.

⁸ *Farão*. No original: “fares” (fareis).

⁹ *Ao contrário*. No original: “o contrário”.

nos desservirem¹⁰ muito, lhes¹¹ daremos, por isso, aqueles castigos que por tais casos merecerem.

Outrossim, para que¹² as coisas de nosso serviço sejam guardadas e feitas como devem, em semelhante frota¹³ e armada, e por tal que sejam castigados aqueles que alguns malefícios e delitos cometerem contra nosso serviço, e em quaisquer outros casos que acontecer possam, por esta presente lhe damos todo o nosso inteiro poder e alçada, da qual, em todos os casos, até a morte natural, usará inteiramente, e se darão à execução seus juízos e mandados sem dele haver apelação nem agravo.¹⁴

Porém, esse poder e alçada não se entenderá nas pessoas dos capitães das naus e navios¹⁵ que com ele vão, [nem] a fidalgos e outros¹⁶

¹⁰ *Desservirem*. No original: “deserviram”.

¹¹ *Lhes*. No original: “lhe”.

¹² *Para que*. No original: “por que”.

¹³ *Frota*. No livro de Abel Fontoura está “rota”.

¹⁴ Era praxe o capitão-mor da armada exercer, como representante do rei, o poder de justiça, devendo todos obedecê-lo como ao próprio monarca, sob pena de severos castigos. Tal poder, contudo, na armada capitaneada por Cabral, não se estendia aos capitães das embarcações nem aos nobres, conforme se lê nas linhas seguintes do presente documento.

¹⁵ Os capitães das embarcações foram: Aires Gomes da Silva, *Bartolomeu Dias, Diogo *Dias, Gaspar de *Lemos, Nicolau *Coelho, Nuno Leitão da *Cunha, Pedro de *Ataíde, Sancho de *Tovar ou Toar, Simão de *Miranda, Simão de *Pina, Luís *Pires e Vasco de *Ataíde, além do próprio Cabral, que comandava a armada.

¹⁶ Entre os fidalgos da armada, contavam-se João Telo e o espanhol Pedro Lopes de Padilha. Na armada também iam feitores (foram identificados Aires Correia, Afonso Furtado e Gonçalo Gomes), escrivães (identificados Pero Vaz de Caminha, João de Sá, Gonçalo Gil Barbosa – este foi como escrivão e tornou-se feitor em Cochim –, Lourenço Moreno, Diogo de Azevedo, Francisco Henriques, Sebastião Álvares ou Fernão Dinis), pilotos (identificados Afonso Lopes e Pero Escolar), o astrônomo e cirurgião Mestre João, intérpretes (Gaspar da Gama e Gonçalo Madeira, além do feitor Aires Correia), frades franciscanos (os pregadores e teólogos frei Henrique, de Coimbra, guardião, frei Gaspar, frei Francisco da Cruz, frei Simão Guimarães, frei Luís do Salvador; o organista frei Maffeu, o coreiro frei Pedro Neto e o irmão leigo frei João da Vitória), mestres, contramestres, oficiais (calafate, carpinteiro, estrinqueiro, despenseiro, barbeiro sangrador), condestável,

que na dita frota e armada enviamos, quando [em] alguns casos cometerem crimes por que devam ser castigados; porque, sobre este somente se farão os processos de seus casos, e nos serãc trazidos para os vermos e, segundo as qualidades deles, serão punidos e castigados como for justiça. E em testemunho de tudo,¹⁷ mandamos fazer esta carta, por nós assinada e selada com o nosso selo, a qual em tudo¹⁸ mandamos que se cumpra e guarde como se nela se contém, sem mingramento¹⁹ algum.

Dada na nossa cidade de Lisboa, aos 15 dias de fevereiro. Antonio Carneiro a fez, no ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1500.

bombardeiros, soldados, marinheiros, grumetes e pagens. Todos os citados têm suas biografias ao final deste volume.

¹⁷ *Tudo*. No original: “todo”.

¹⁸ *Tudo*. No original: “todo”.

¹⁹ *Mingramento*. Falta; quebra.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel, Livro 131, Folha 10. O original do documento contém data, local, selo real e assinatura do escrivão, Antonio Carneiro.

LEITURA PALEOGRÁFICA

Abel Fontoura da Costa.

FONTES

COSTA, Abel Fontoura da. Carta Régia da Nomeação de Pedro Álvares de Gouveia para Capitão-Mor da Armada. *Os Sete Únicos Documentos de 1500, Conservados em Lisboa, Referentes à Viagem de Pedro Álvares Cabral*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940, p. 12.

CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994, p. 113.

GREENLEE, William Brooks. *A Viagem de Pedro Álvares Cabral*. Tradução de Antonio Álvaro Dória. Porto: Livraria Civilização Editora, 1951, p. 266s).

_____. *The Voyage of Pedro Álvares Cabral to Brazil and India from contemporary documents and narratives*. Nendeln/Liechtenstein: Kraus Reprint Limited, 1967, p. 162s.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

Esta é a primeira vez, ao que sabemos, que este documento é publicado em português moderno, com linguagem, ortografia e pontuação atualizadas.

EMENTA

A carta régia de D. Manuel I nomeou Pedro Álvares Cabral capitão-mor da primeira armada preparada por Portugal com destino à Índia, após a jornada pioneira de Vasco da Gama àquele país, em 1488/1489. Cabral é referido no documento como “Pedro Álvares de Gouveia”, com o sobrenome apenas da mãe.

ANÁLISE HISTÓRICA

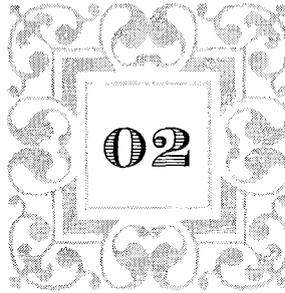
A viagem de Vasco da Gama representara o apogeu de um longo ciclo de navegações e conquistas portuguesas, iniciado em 1415, com a conquista de Ceuta, no norte da África. O plano de alcançar a Índia pelo mar contornando a África fora concebido por volta de 1474; somente a partir dessa época Portugal realizou viagens marítimas com o fim específico de chegar até as Índias. Nesse esforço para alcançar a Ásia, fora particularmente importante o difícil contorno do cabo da Boa Esperança, no extremo sul do continente africano, em janeiro de 1488, por Bartolomeu Dias. Durante essa viagem, os portugueses finalmente alcançaram o desconhecido Índico.

Em julho de 1497 – nove anos após a viagem de Dias, um grande intervalo ainda não suficientemente explicado nas fontes –, os portugueses enviaram à Índia a armada chefiada por Gama, com o objetivo principal de tentar controlar o rico comércio entre a Ásia e a Europa, vencendo a concorrência dos povos da península itálica, sobretudo dos venezianos, no Mediterrâneo, e a dos numerosos intermediários, principalmente muçulmanos, no Índico; a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453, dificultara o fluxo comercial entre Oriente e Ocidente. A armada comandada por Vasco da Gama, composta de duas naus (São Rafael e São Gabriel), uma caravela (Bérrio) e um navio de mantimentos, e de uma tripulação entre 120 e 170 tripulantes, viajou dez meses, com várias paradas ao longo da costa africana – inclusive da costa sudeste, desconhecida dos europeus a partir da angra de São Brás –, até atingir Calicut em 20 de maio de 1498, completando uma importantíssima etapa da expansão marítima portuguesa. A partir de então, Portugal garantiu o acesso direto ao maior centro mundial do comércio de especiarias e tornou-se o primeiro país ocidental a participar diretamente da grande encruzilhada mercantil representada pelo oceano Índico.

O sucesso da viagem de Vasco da Gama alvoroçou a Europa comercial, que se mostrou ávida para tentar concorrer com os portugueses ou, ao menos, para participar junto com estes do grande horizonte econômico que se abria. Rapidamente, D. Manuel

organizou então uma nova frota rumo à Índia, a maior até então constituída em Portugal, entregando seu comando supremo a Pedro Álvares de Gouveia.

A nomeação de Pedro Álvares – um homem, tanto quanto se sabe, que à época não possuía experiência de navegação de longo curso – para o posto de capitão-mor da armada à Índia deveu-se, possivelmente, aos seguintes fatores: ao bom trânsito que sua esposa (descendente dos reis D. Fernando de Portugal e D. Henrique de Castela, e sobrinha de Afonso de Albuquerque) possuía na corte portuguesa, à interferência de seu amigo Vasco da Gama – então recém-retornado da Índia, no auge do prestígio político – em seu favor, e ao fato de Cabral ser considerado, tanto por sua pessoa quanto por laços familiares, inteiramente leal ao rei, exigência essencial para quem ocupasse um posto de capitão-mor, a quem cabiam tarefas de caráter sobretudo político, diplomático e militar, ficando as questões náuticas a cargo, principalmente, dos pilotos dos navios.



RASCUNHO DAS INSTRUÇÕES DE VASCO DA GAMA A CABRAL

FEVEREIRO DE 1500

ESTA É A MANEIRA que pareceu a Vasco da *Gama deve ter Pedro *Álvares¹ na sua ida, prazendo a Nosso Senhor.

Primeiramente, antes que daqui parta, fazer mui boa ordenança² para se não perderem uns navios dos outros, desta maneira:³

A saber, cada vez que houverem de virar, o capitão-mor fará dois fogos,⁴ e todos lhe responderão com outros dois, cada um.

¹ *Pedro Álvares*. Citado aqui apenas o primeiro sobrenome do navegador. Outros documentos da época grafaram “Pedro Álvares Gouveia” (*Documento 1*). Pedro Álvares e Vasco da Gama eram amigos e, segundo algumas fontes, essa amizade foi importante para a nomeação de Pedro para o comando-mor da armada.

² *Ordenança*. Regulamento, regimento, arranjo.

³ Nota marginal, à direita do texto: “Se os navios, partindo desta cidade [Lisboa], antes de atravessarem as Canárias encontrarem tempo, com que hajam de voltar para trás, farão todo o possível para todos regressarem a esta cidade. E se algum a não puder alcançar, trabalhará quanto puder para entrar em Setúbal. F onde quer que se achar, logo fará aqui saber onde está, para lhe ser ordenado o que deve fazer.”

⁴ *Fará dois fogos*. Para Fontoura da Costa (*Os Sete únicos...*, p. 19), Vasco da Gama, ao usar essa expressão, queria significar “dar tiros de peça” ou referir-se “a barricas de pés, a que lançariam fogo, cuja luz seria bem visível de noite, e o fumo de dia”.

E depois de assim lhe responderem, todos virarão.⁵ E assim lhes terá dado sinal: a um fogo, será para seguir; e a três, para tirar moneta;⁶ e a quatro, para amainar.⁷ E nenhum virará, nem amainará nem tirará moneta sem que primeiro o capitão-mor faça os ditos fogos, e todos tenham respondido. E depois que assim forem amainados, não guindará⁸ nenhum [navio] senão depois que o capitão-mor fizer três fogos, e todos responderem; e minguan-do⁹ algum, não guindarão; somente andarão amainados até que venha o dia, porque as naus não poderão rolar¹⁰ tanto que no dia¹¹ não se vejam. E por desaparelhar¹² qualquer que for desaparelhado, fará muitos fogos, de modo que os outros navios vão a ele.¹³ Depois que, em boa hora, daqui partirem [os navios], farão

Raquel Glezer (*Borrão original...*, p. 487), citando Humberto Leitão e J. Vicente Lopez (*Dicionário da linguagem...*), assinala que o termo “fogos” significa “farol” ou outro “sinal luminoso”.

⁵ Nota marginal à esquerda, na primeira página, registra: “...salvo se alguma das naus não agüentar tão bem todas as velas como a do capitão, e a força do tempo lhe indicar que arrie algumas.” A historiadora brasileira Raquel Glezer (*Borrão original...*, p. 484) reproduz leitura paleográfica que diz: “E depois de lhe assim responderem todos, virará...”.

⁶ *Moneta*. Pequena vela utilizada para aproveitar os ventos moderados ou o bom tempo; velas acessórias acrescentadas a outras velas (papafogos), para aproveitar melhor o vento durante a navegação.

⁷ *Amainar*: Colher ou arrear as velas, ou as vergas.

⁸ *Guindará*. Içará; erguerá (as velas).

⁹ *Minguan-do*. Falhando; faltando (o vento, o tempo).

¹⁰ *Rolar*. Desviar a embarcação para sotavento, deslocando o rumo obliquamente, por causa do vento, do mar ou da corrente.

¹¹ *No dia*. Ao amanhecer.

¹² *Desaparelhar*. Desmanchar o aparelho que guarnece os mastros, mastaréis, vergas, etc. Fontoura da Costa (*op. cit.*) transcreve “se aparelhar”. Glezer (*op. cit.*) registra “desaparelhar”.

¹³ No original: “por tal que os outros navyos vão a elle.” Segunda nota à margem esquerda: “Se esses navios, partindo dessa costa, se perderem uns dos outros, com tempo que uns corram a um porto, e outros a outro [porto], a maneira para se ajuntarem. E não lhe fazendo de noite algum dos navios os ditos sinais, nem o vento pela manhã, vós fareis com todos os outros o vosso caminho, direto à aguada de São Brás.”

seu caminho direto¹⁴ à ilha de Santiago;¹⁵ e, se ao tempo que aí chegarem, tiverem água em abundância para quatro meses, não devem pousar¹⁶ na dita ilha nem fazer nenhuma demora, somente enquanto o tempo lhe servir.¹⁷

Devem fazer o seu caminho para o sul [com vento à popa].¹⁸ E se houverem de guinar, [que] seja para¹⁹ a banda do sudoeste. E tanto que neles der o vento escasso, devem ir na volta do mar,²⁰ até meterem o cabo da Boa Esperança em leste franco. E daí em diante, navegarem segundo lhe servir o tempo, e mais ganharem;²¹ porque, quando²² forem na dita paragem, não lhes minguará o tempo, com a ajuda de Nosso Senhor, para cobrirem²³ o dito cabo. E por essa maneira lhe parece que a navegação será

¹⁴ *Direto*. Direito.

¹⁵ Última nota marginal à esquerda, na primeira página: "...tornar-se-ão para a ilha de São Nicolau, no caso de necessidade, por doença na ilha de Santiago." A ilha de Santiago faz parte do arquipélago de Cabo Verde e, em 1500, já era utilizada como local de parada e reabastecimento das naus portuguesas na rota para o sul da África.

¹⁶ *Pousar*. Estacionar; parar; ancorar.

¹⁷ *O tempo lhe servir*. O tempo lhe ser favorável. Segunda nota à margem direita, na primeira página: "E ali [em Santiago ou em São Nicolau], enquanto tomardes água, vos poderá o dito navio alcançar. E não vos alcançando, partireis quando fordes prestes, e deixar-lhe-eis aí tais sinais, para que saiba, quando ali chegar, que sois passado e vos siga."

¹⁸ Frase atualizada por A. Fontoura da Costa (*op. cit.*). O original registra: "A popa fazerem seu caminho pelo sul."

¹⁹ *Para*. No original: "sobre".

²⁰ *Volta do mar*. Também designada "volta do largo", indicava a grande guinada para oeste que, desde a viagem de Bartolomeu Dias, os navios portugueses faziam, afastando-se, a partir da atual Serra Leoa, do litoral africano, para evitar as perigosas correntes e ventos do oceano Atlântico que aí existiam. A "volta da terra" era a guinada no sentido contrário, rumo a leste, feita pelos navios para retornar ao litoral africano, já numa altura próxima ao cabo da Boa Esperança.

²¹ *Ganharem*. Avançarem; prosseguirem.

²² *Quando*. No original: "como".

²³ *Para cobrirem*. Para contornarem. No original: "com que cobrem".

mais breve, e os navios mais seguros do busano,²⁴ e também os mantimentos se têm melhor,²⁵ e a gente irá mais sã.

E se for o caso – Nosso Senhor não queira – que algum desses navios se perca do capitão, deve-se ter de ló,²⁶ quanto puder, para ver²⁷ cabo e ir-se à aguada de São Brás.²⁸ E se for aí primeiro que o capitão, deve amarrar-se mui bem e esperá-lo. Porque é necessário que o capitão-mor vá aí para tomar sua água, para que daí em diante não tenha que fazer com a terra, mas arredar-se dela até Moçambique, por saúde da gente e não ter nela que fazer.

E se for caso que o capitão-mor venha primeiro a esta aguada, que o tal navio ou navios que se dele perder...

²⁴ *Busano*. Gusano, larva, verme que se cria na madeira, o qual podia atacar as embarcações, durante longas viagens.

²⁵ *Se têm melhor*. Conservam-se melhor.

²⁶ *Ter de ló*. Colocar a proa do navio voltada para o lado do vento.

²⁷ *Para ver*. Para haver ou contornar.

²⁸ À esquerda, nota marginal na segunda página: “Lembre que se deve dar [fazer] marcas onde se façam os caminhos, para os navios que assim se perderem; e que isto se faça com muito boa prática de todos os pilotos.” A aguada ou angra de São Brás, descoberta e assim nomeada por Bartolomeu Dias em 1488, e ponto extremo a que havia chegado sua expedição, é a atual Mossel Bay, no litoral oriental da África do Sul.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leis, sem data, maço I, doc. nº 21.

Consta de uma folha, preenchida na frente e no verso, com cinco notas marginais, escritas com a mesma letra, riscadas. A frase final está incompleta, indicando que o documento teria uma continuação. Há suposições de que seja rascunho ditado por Vasco da Gama e anotado pelo secretário de Estado Alcáçova Carneiro.

LEITURA PALEOGRÁFICA

Adolfo de Varnhagen, Antonio Baião e Raquel Glezer.

FONTES

Reprodução e versão paleográfica das notas do secretário de Estado Alcáçova Carneiro, ouvindo o parecer de Vasco da Gama, sobre a rota da armada de Cabral. *In*: DIAS, Carlos Malheiro.

BAIÃO, António. Reprodução e versão paleográfica das notas do secretário de Estado Alcáçova Carneiro, ouvindo o parecer de Vasco da Gama, sobre a rota da armada de Cabral. *In*: DIAS, Carlos Malheiro. *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (edição monumental comemorativa do primeiro centenário de independência do Brasil). Porto: Litografia Nacional, v. I, 1923, p. XVII-XIX.

COSTA, Abel Fontoura da. Borrão original da primeira folha das instruções de Vasco da Gama para a viagem de Cabral. *Os Sete Únicos Documentos de 1500, Conservados em Lisboa, Referentes à Viagem de Pedro Álvares Cabral*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940, p. 15-16.

DÓRIA, António Álvaro. Memorando atribuído a Vasco da Gama. *In*: GREENLEE, William Brooks. *Viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia pelos Documentos e Relações Coevas*. Tradução de António Álvaro Dória. Porto: Livraria Civilização Editora, 1951, p. 271-273.

GLEZER, Raquel. Borrão original da primeira folha de instruções de Vasco da Gama para a viagem de Pedro Álvares Cabral. *Revista de História*, nº 68, dezembro: S. Paulo: USP, 1966, p. 481-488.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 7ª edição integral e 8ª edição do tomo primeiro. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962, tomo primeiro, entre p. 68-69 (*fac-simile* e leitura paleográfica parciais).

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

O documento teve uma trajetória curiosa. Foi divulgado somente 354 anos após sua confecção, quando o historiador e diplomata brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, após o adquirir em um antiquário de Madri, publicou-o, com *fac-simile*, em sua obra *História Geral do Brasil*, em 1854 (entre as páginas 68/69 e 84/85, no tomo I da 8ª edição, S. Paulo, Edições Melhoramentos, 1962). Nessa época, Varnhagen doou o documento ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, onde ficou abandonado durante oitenta anos, até 1934, quando o historiador português António Baião, então diretor daquele arquivo, o encontrou no fundo de uma gaveta, ainda dentro do mesmo envelope sobrescritado por Varnhagen.

Em 1922, Jaime Cortesão (*A expedição de Pedro Álvares Cabral...*) citou o documento, na edição de Varnhagen, mas não o editou. Somente em 1923 o documento foi republicado, na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, coordenada pelo historiador português Carlos Malheiro Dias. Na sua contribuição a essa obra, António Baião, declarando não haver conseguido localizar o documento no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, reproduziu o *fac-simile* da edição de Varnhagen e, por este, fez a leitura

paleográfica que consta da obra coordenada por Malheiro Dias. Em 1938, o mesmo documento conheceu duas traduções em inglês, no livro de William Greenlee (*Viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia pelos Documentos e Relações Coevas*) e no artigo de S. E. Morison (Sailing instructions of Vasco da Gama to Pedro Alvares Cabral, 1500). Em 1939, Abel Fontoura da Costa reproduziu o *fac-simile*, com a leitura paleográfica publicada em português e inglês, em versão luxuosa e bastante limitada feita pela Agência Geral das Colônias. No mesmo ano, foi publicado, com leitura de António Baião, *fac-simile* e versão atualizada de Fontoura, no volume II da *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, p. 369-374, Lisboa, Editorial Ática. Em dezembro de 1966, Raquel Glezer publicou, na *Revista de História* da USP nº 68, texto crítico do *Borrão original da primeira folha de instruções de Vasco da Gama para a viagem de Pedro Álvares Cabral* (p. 486-487), com nova leitura paleográfica e promovendo a atualização de algumas estruturas lingüísticas e de certos termos do original, mantendo os demais no português arcaico.

EMENTA

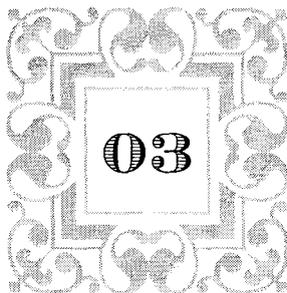
O documento traz o rascunho das instruções de Vasco da Gama a Pedro Álvares Cabral, antes da partida deste para a Índia. As instruções foram provavelmente dadas por Vasco da Gama ao secretário de Estado Alcáçova Carneiro.

ANÁLISE HISTÓRICA

À época em que o documento foi escrito, era costume o capitão-mor de uma viagem oceânica nunca antes realizada, ou poucas vezes realizada, transmitir ao capitão-mor da viagem seguinte pela mesma rota o máximo possível de informações, tais como: medições de distâncias dos trechos mais importantes, indicações astronômicas, melhores rotas a seguir, perigos a evitar, etc.

O presente documento refere-se, sobretudo, aos cuidados que Cabral deveria ter para que seus navios não se desgarrassem uns dos outros, no trecho entre Lisboa e o cabo da Boa Esperança. A preocupação justificava-se, pois, durante a primeira viagem à Índia, a nau São Gabriel – capitaneada pelo próprio Vasco da Gama –, desgarrou-se das outras embarcações logo após a saída das Canárias, reencontrando-as apenas em Cabo Verde. O conteúdo do documento ressalta a importância atribuída na época, em Portugal, à transmissão dos conhecimentos náuticos adquiridos na prática, durante as viagens oceânicas – o conhecimento proveniente diretamente “das pranchas das caravelas”, na expressão do historiador português Pereira da Silva.

Supõe-se que as instruções deste documento, as primeiras que se conhece para a navegação de uma grande armada, se destinassem à parte náutica do Regimento real dado a Pedro Álvares Cabral, jamais localizado. As instruções foram depois reproduzidas nos Regimentos reais dados a D. Francisco de Almeida (1505), Fernão Soares (1507), D. Diogo Lopes de Sequeira (1508) e Gonçalo de Sequeira (1510).



RASCUNHO DO REGIMENTO REAL DE CABRAL

FEVEREIRO DE 1500?

...Jesus.¹

Prazendo a Deus, assim que partirdes de Angediva² ireis³ ancorar diante de Calicut, com vossas naus juntas, metidas em grande ordem e bem armadas, bem como vossas bandeiras e

¹ Falta a primeira parte deste documento, como lhe falta também o final.

² *Prazendo a Deus, assim que partirdes de Angediva*. No original: "Item tanto que, a Deus prazendo, partirdes de Angediva". A palavra "Item", bastante usada naquela época para separar assuntos, doravante continuará a ser suprimida. Angediva é uma ilha próxima a Goa, no oceano Índico, onde Vasco da Gama aportara na viagem de retorno da Índia para Lisboa. Em Angediva, a esquadra de Gama fora atacada por piratas, chefiados por um certo Timoja, e encontrara Gaspar da *Gama, o muçulmano que, convertido ao catolicismo, tantos serviços prestaria a Portugal. Nos primeiros anos das navegações portuguesas no Oriente, Angediva tornou-se escala obrigatória dos navios que rumavam para Goa. Em 1505, os portugueses aí construíram uma fortaleza, destruída em 1506, por não ser mais julgada. Angediva, onde foi construída uma das primeiras igrejas cristãs do Oriente, manteve-se portuguesa por 463 anos (até 1961), como dependência de Goa.

³ *Ireis*. Logo após, nota marginal esquerda: "vossa via".

estandardes, e as mais louçãs que puderdes. Pousareis naquele lugar que souberdes ser de melhor ancoração e de mais segurança para as naus; e não fareis nenhum nojo⁴ a nenhuma naus que aí acheis,⁵ antes as saudareis⁶ e lhe mostrareis todo bom rosto e sinal de paz e boa vontade.⁷ Depois de ancorados, amarrados e tudo concertado, lançareis fora, em um batel, Baltasar⁸ e esses outros índios⁹ que levais.¹⁰

⁴ *Nojo*. Desgosto, aborrecimento.

⁵ *Acheis*. Nota marginal esquerda: “posto que saibais que sejam das de Meca, nem da dita Angediva até Calicut”. O trecho deixa claro que Portugal não desejava provocar guerras ofensivas contra os mouros na região, provavelmente para não prejudicar seu comércio ali.

⁶ *Saudareis*. No original: “salvareis”.

⁷ *Vontade*. Nota marginal direita: “Dando de comer e beber, e fazendo todo outro bom trato, a todos aqueles que vierem às ditas nossas naus, tendo, porém, resguardado para não entrarem tantos juntos, que gastem muito mantimento ou possam apoderar-se das naus”.

⁸ *Baltasar*. Trata-se provavelmente de um dos degredados que Cabral levaria na esquadra. A prática de transportar condenados à morte ou ao degredo perpétuo em viagens oceânicas, para deixá-los nas terras recém-encontradas, onde deviam aprender a língua e os costumes locais, a fim de transmiti-los à próxima esquadra portuguesa que ali aportasse, fora inaugurada por Vasco da Gama, na viagem de 1488 à Índia.

⁹ *Esses outros índios*. Trata-se dos indianos que Vasco da Gama seqüestrara na Índia, em represália ao roubo que os mouros haviam feito de algumas mercadorias portuguesas; Vasco aproveitara para aprender com esses indianos um pouco sobre a língua e os costumes de Calicut. Seqüestrar nativos para deles obter informações foi prática comum no início das navegações europeias. Os exploradores europeus chamavam de “índio” o nativo da Índia e, de modo geral, das regiões da Ásia, também chamadas de “Índias”. Cristóvão Colombo, que pensou ter atingido a Ásia, em 1492, chamou “índios” aos habitantes que encontrou na América. Com o tempo, o termo passou a designar todos os primeiros habitantes do continente americano.

¹⁰ *Levais*. Nota marginal esquerda: “e, com eles, um par de homens, dos que vos parecer que tem para isso disposição e discrição, e manda-os ir com os ditos índios ao Samorim, rei de Calicut, e lhe digam”. “Samorim” deriva do indiano *samuri* que vem do malaio *tamuri* ou *tamatiri*, significando “rei do mar”.

[Digam ao Samorim que] como sempre, nos tempos passados, desejamos¹¹ muito saber¹² daquela terra da Índia, ou gentes dela, principalmente para o serviço de nosso Senhor; pois, temos informações de que ele e o seus súditos, ou moradores de seu reino, são cristãos e de nossa fé,¹³ com que devemos folgar de ter todo trato de amizade e prestança. Dispusemos-nos a enviar, algumas vezes, nossos navios a buscar a via da Índia por sabermos que os indianos¹⁴ são cristãos, homens de tal fé e verdade e trato, que devem ser buscados, para mais inteiramente haverem prática de nossa fé e serem nas coisas dela doutrinados e ensinados, como cumpre ao serviço de Deus e à salvação de suas almas. E depois, para nos prestarmos a tratar com eles, e eles conosco, levando as mercadorias de nossos reinos a eles necessárias, e assim trazendo das suas.¹⁵

[Digam, também,] que prouve a Deus – visto nosso bom propósito – que há pouco tempo, Vasco da Gama, nosso capitão, entrado no mar da Índia, em três navios pequenos, foi ter à sua terra, à cidade de Calicut,¹⁶ e que nos deu nova, principalmente

¹¹ *Desejamos*. No original: “desejando”.

¹² *Saber*. Nota marginal esquerda: “das coisas”.

¹³ Quando Vasco da Gama esteve em Calicut, acreditou ver igrejas e cristãos rezando nos templos religiosos da Índia. Por isso, estas instruções de D. Manuel a Cabral consideram sempre o rei de Calicut como cristão vivendo num local onde há mouros. Esse assunto torna-se ainda mais explícito no *Documento 5*, uma carta que D. Manuel enviou por Cabral ao Samorim de Calicut.

¹⁴ *Indianos*. O documento real parece aplicar o termo “indiano” ao cristão da Índia, enquanto o termo “índio” seria mais genérico. Ver nota 115.

¹⁵ O trecho deixa claros os principais objetivos declarados dos portugueses na Índia: o desenvolvimento da religião e do comércio. Alexandre Lobato (Comunicação apresentada à Classe de Letras da Academia de Ciências de Lisboa, em 24 de outubro de 1968 e publicada na revista *Studia* nº 25, dezembro de 1968, com o título *Dois novos fragmentos do regimento de Cabral para a viagem da Índia em 1500*) localizou na Torre do Tombo (Corpo Cronológico, Maços 19) uma versão preliminar do Regimento onde estão assinalados apenas os objetivos econômicos da viagem de Cabral à Índia.

¹⁶ *Calicut*. Logo após a palavra, nota marginal esquerda: “donde trouxe os ditos índios para deles se haver fala e prática, os quais lhe mandamos tornar, e por eles pode saber o há que em nossas terras; e que, assim como os manda tornar, assim ele lhe

dele e de sua cristandade, e boa intenção acerca do serviço de Deus, e, depois, de sua verdade e bom trato de sua terra,¹⁷ do que havemos muito prazer.

E determinamos enviar-vos, com estas poucas naus carregadas das mercadorias que – havemos informação – eram necessárias e proveitosas à sua terra, para com ele assentardes, em nosso nome, paz e amizade, se ele assim folgar de a ter conosco, como confiamos pelo que o dito Vasco da Gama nos disse. E nos parece que ele deve folgar, pois é rei cristão e verdadeiro; porque, de nossa paz e trato em sua terra, se lhe seguirá grande proveito, principalmente em ser ensinado e alumiado pela fé, que é coisa que mais que todas se deve estimar.¹⁸ E depois, pelos grandes proveitos que haverá das mercadorias que de nossos reinos e senhorios à sua terra lhe mandaremos, e nossos naturais lhe levarão. O que agora vai é somente para amostra, porque não sabemos se estas ou outras são as que mais se querem lá.

E folgareis de vos ver com ele, para mais largamente lhe dizerdes as coisas que de nossa parte vos mandamos lhe falar, e lhe dardes nossas cartas¹⁹ e algumas coisas que de presente,²⁰ por começo e sinal de amizade, lhe enviamos. E que vos parece que,

deve mandar pagar a mercadoria que ao dito Vasco da Gama, por seu mandado desceu em terra e lhe foi tomada”. Sobre a cidade, ver *Documento 5*, nota 2.

¹⁷ O rei D. Manuel I procura amenizar os acontecimentos. Vasco da Gama em verdade teve sérios problemas em Calicut, especialmente na etapa final de sua estadia, quando a pressão dos mercadores muçulmanos acabou por indispor o Samorim e sua corte contra a presença portuguesa na cidade.

¹⁸ É clara aqui a intenção portuguesa de enviar sacerdotes à Índia, para aperfeiçoarem o cristianismo dos indianos! D. Manuel procurava selar uma dupla aliança, no plano religioso e no econômico.

¹⁹ A carta endereçada ao Samorim compõe o *Documento 5*.

²⁰ Os presentes de Vasco da Gama (um barril de azeite, um barril de mel, uma caixa de açúcar, bacias de bronze, taças, bispotes, quatro colares de coral, seis chapéus, quatro capuchas de escarlata, 12 capas de lã e 12 alambéis, ou seja, panos pintados para cobrir móveis) decepcionaram profundamente os representantes do Samorim. Segundo Álvaro Velho (*Roteiro da primeira viagem...*), estes representantes riram-se das oferendas, afirmando que “não era aquilo nada para mandar a el-rei; que o mais pobre mercador [...] lhe dava mais que aquilo; e que se lhe queria fazer serviço, que mandasse algum ouro, porque el-rei não havia de tomar aquilo”. Ainda segun-

como quer que se deva confiar todo nele e em sua verdade, que não deveis sair em terra sem vos dar refêns,²¹ como se fez ao dito Vasco da Gama, que foi retido em Pandarane: certa mercadoria nossa, que levava como amostras, mandou pôr em terra e lhe foi tomada. Cremos que não foi por sua causa nem culpa, mas por requerimento e modos de algumas gentes fora da fé, que sem serviço [de Deus] e guardada na sua verdade, não desejam.

Portanto, lhe pedis que vos queira dar os refêns;²² e folgareis, pela informação que tendes deles, que fossem fulanos e fulanos.²³ Se ele os der,²⁴ ireis em terra e lhe dareis o que é dito; e falareis coisas que ele folgará muito de ouvir e lhe trará²⁵ muito proveito e honra, e que lhe pedis que não lhe pareça estranho pedirdes os refêns, porque é costume destes reinos – que nenhum capitão principal não saia de seus navios, onde²⁶ a paz não esteja assentada, sem refêns e segurança –, e que nesta viagem sempre assim o fizestes; posto que tocastes²⁷ em alguns lugares em que fostes

do a mesma fonte, Vasco, envergonhado, teve de alegar que “não trazia ouro e, mais, que não era mercador, mas que era embaixador, e que daquilo que trazia [...] era do seu e não do de el-rei, que quando el-rei de Portugal lhe tornasse a mandar, que então lhe mandaria outras muitas coisas e muito mais ricas”. Os indianos não levaram os presentes, e logo os portugueses passaram a ser ridicularizados, especialmente pelos negociantes muçulmanos, sabedores da notícia.

²¹ *Refêns*. No original aparece sempre: “arrefêns”, no gênero feminino. A prática de reter refêns locais nos navios, como forma de garantia, enquanto os portugueses permaneciam em terra, foi comum nos contatos iniciais com outros povos. O próprio documento o afirma, linhas à frente: “é costume destes reinos”. A longa e minuciosa instrução dada neste Regimento a respeito dos refêns por si só demonstra a importância que a Coroa portuguesa emprestava ao assunto.

²² *Refêns*. Nota marginal esquerda: “para ficarem em vossas naus até tornardes a elas”.

²³ *Fulanos e fulanos*. No original: “ff. e ff.”. Nota marginal direita, após *fulanos*: “os quais tereis toda maneira que vos a bem parecer, para, por algum dos nossos que com os ditos índios logo enviardes, serem vistos e conhecidos, de maneira que, enviando-os o dito rei de Calicut, possa conhecê-los, e vos não possam em lugar deles meter outros, que não sejam de sua valia e condição, no que tereis mui grande resguardo”.

²⁴ *Se ele os der*. No original: “e que dando-os ele”.

²⁵ *Trará*. No original: “trazerá”.

²⁶ *Onde*. No original: “no lugar em que”.

²⁷ *Tocastes*. No original: “tocásseis”.

mui bem recebidos e convidados para sair em terra, e não o quisestes fazer – nem fareis²⁸ – em caso em que vos derem reféns; mas que fareis a ele, por ser cristão e virtuoso e porque vos enviamos a ele. E que, antes de vos enviar esses reféns, pode enviar seguramente às ditas naus seus feitores e carranes²⁹ da terra, aos quais serão mostradas todas as naus, as arcas e fardos abertos. E verão como estão cheias³⁰ de mercadoria. E que mandamos mercadores a ele, para lhe dar proveito, e que não são ladrões, como nos foi dito que lhe queriam fazer entender, quando Vasco da Gama foi lá.

E se vo-los der, deixando os ditos reféns em vossas naus e poder, honradamente e muito bem tratados – porém, com tanto resguardo que não possam ir –, ireis em terra com dez ou 15 homens, aqueles que vos parecer melhor³¹ levardes convosco; [ficarão] os outros capitães em suas naus, e um capitão na vossa nau, tudo assim a recado³² que, do mar nem da terra, não se possa fazer nenhum dano às ditas naus. E deixando recado que, até não tornardes às naus, nenhuma gente não vá mais a terra, nem lancem nenhuma coisa fora, salvo se mandardes recado – por cada um dos homens que convosco foram – que o faça.

Ireis, então, falar ao dito rei e lhe dareis nossas encomendas. E lhe oferecereis aquilo que por vós lhe enviamos. E lhe direis, de nossa parte, como desejamos sua amizade e concórdia, prestante e trato em sua terra, e que para isso vos enviamos lá, com aquelas naus de mercadoria; e que lhe rogamos que ele dê ordem para que³³ se possam vender nossas mercadorias com segurança,³⁴ e nos faça dar carga para as ditas naus, de especiaria e das outras mercadorias da terra que para cá são proveitosas; e dê

²⁸ *Fareis*. No original: “Fazereis”.

²⁹ *Carranes*. Mercadores.

³⁰ *Estão cheias*. No original: “São cheias”.

³¹ *Aqueles que vos parecer melhor*. No original: “quais vos melhor parecer”.

³² *A recado*. Com segurança, bem guardado; com esse sentido, o mesmo que recato ou prudência.

³³ *Para que*. No original: “como”.

³⁴ *Com segurança*. No original: “seguramente”. Vasco da Gama tivera problemas para negociar na Índia.

ordem para que as tenhais³⁵ por aqueles preços que estão na terra e se costumam vender, de guisa que, se alguns mercadores aí estantes,³⁶ desprover³⁷ de se fazer aí nosso trato,³⁸ não possam ter formas de fazer levantar³⁹ mais as mercadorias da terra, daquilo por que eles as hão.⁴⁰ Em qualquer dessas que ele vos prometer assentardes, e feita, começareis a mandar vender as mercadorias que levais e a comprar das que quereis trazer; e no começo de vossas vendas e trato, ele sentirá quem sois e o proveito que há de receber de nossas naus, agora e adiante.

Antes de irdes a el-rei – se vos for possível – tende maneira de saber os direitos⁴¹ que ali se pagam das mercadorias que entram e das que saem. São estes, conforme⁴² nos disse Gaspar,⁴³ de que levais uma folha. Achando que é assim, direis ao rei que fostes sabedores⁴⁴ de como em sua terra há grandes⁴⁵ direitos, e que vos

³⁵ *Para que as tenhais*. No original: “Como as hajais”.

³⁶ *Estantes*. Residentes, que vivem ou ficam ali.

³⁷ *Desprover*. Desagradar.

³⁸ *Trato*. Negócio.

³⁹ *Levantar*. Aumentar (os preços). Portugal procurava comprar o mais barato possível as mercadorias (principalmente especiarias) na Índia, para lucrar o máximo com sua venda na Europa. Como as próximas linhas do documento explicitam, Cabral levou instruções para discutir até o pagamento das taxas indianas, que os portugueses julgavam altas e das quais desejavam ser dispensados.

⁴⁰ *Hão*. Obtêm. Nota marginal direita após “hão”: “e se à vossa chegada, as ditas mercadorias forem atravessadas pelos estantes, vos faça dar pelo preço as que sejam necessárias para carregar estas naus; ou, se antes quiser obrigar-se seu feitor a por assim somente vos dar toda a carga que houverdes mister para as naus, repartida por aquelas partes e sorte de mercadoria que lhe apontareis, apontados os preços das suas, e de como tomaram as nossas, a vós vos prazêrá de assim se fazer por mais breve despacho vosso, e mais brevemente se fazerem as mercadorias...”. Seguem três linhas ilegíveis.

⁴¹ *Direitos*. Imposto, taxas.

⁴² *Conforme*. No original: “que”.

⁴³ *Gaspar*. Trata-se de Gaspar da *Gama, também conhecido por “Gaspar da Índia”, que Vasco da Gama encontrara na ilha de Angediva, no retorno da primeira viagem à Índia, e fizera embarcar à força na frota.

⁴⁴ *Sabedores*. No original: “sabedor”.

⁴⁵ *Grandes*. Elevados.

parece que a nós não devem ser tão elevados;⁴⁶ porque temos novamente enviado à sua terra, e no começo dos tratos, sempre, em todas partes, se costuma fazer quita⁴⁷ e favor aos que vão com mercadorias; e que nós costumamos [fazer] assim em nossos reinos. E, portanto, parece-vos que ele deve fazer assim a nós e à nossa mercadoria; e apontai⁴⁸ com ele alguma coisa razoada, que se haja de dar na compra e na venda, dizendo-lhe que, embora⁴⁹ seja menos do que os outros lhe pagam, prazendo a Deus, há de ser tanta a quantidade das naus e mercadorias, que os seus direitos lhe rendam muito mais do que rendem agora.

E, parecendo-vos que o dito rei de Calicut de alguma maneira se peja⁵⁰ nesse caso, e vos parecer que assim não sai bem a isso, que espereis que nisso se aproveitara, em tal caso, não curareis de insistir, e não lhe falareis mais nisso, porque abastara o que lhe tendes falado, por...⁵¹

E, se porventura recusar de vos dar esses reféns aqui nomeados – ou outros tais de que tendes informação certa, que são de toda segurança e para receberdes, para, sobre eles, em pessoa sairdes em terra –, não saireis. Então o mandareis apontar que, pois vo-los não quer dar, vos parece que não folga⁵² e que, por isso, sem eles,⁵³ mas que, para se fazer o trato da mercadoria,⁵⁴ mandar a terra as ditas coisas, por elas, lhe enviardes, e lhe falarem de vossa parte.⁵⁵

⁴⁶ *Não devem ser tão elevados.* No original: “não se devem de levar tão grandes”.

⁴⁷ *Quita.* Desobrigação, dispensa, remissão de alguma dívida ou obrigação.

⁴⁸ *Apontai.* Alegai.

⁴⁹ *Embora.* No original “peroo”, antiga conjunção “pero”, de “peró”, significando “embora”, “porém”; ou “peró” do latim tardio *per hoc*, significando “por isso”, “no entanto”.

⁵⁰ *Peja.* Sinta-se embaraçado, hesita, se acanhe.

⁵¹ *Por.* Nota marginal direita: “lhe não parecer que para isto levais coisa determinada, e que perde alguma coisa dos direitos que os mouros lhe dão”.

⁵² *Folga.* Nota marginal direita: “tanto de lhe falardes, e ver e ouvir nossas coisas, como nos parecia;”.

⁵³ *Sem eles.* Nota marginal direita: “vos parece que não deveis sair em terra”.

⁵⁴ Nota marginal após “mercadoria”: “e lhe ser falado nas coisas dele e lhe levar o que lhe enviamos por vos, lhe pedis que vos queira enviar às naus três ou quatro mercadores e pessoas para isso, sobre as quais enviareis outras tantas, para”.

⁵⁵ Texto bastante truncado. Uma interpretação mais livre do período seria, incluindo as notas marginais: “Então o mandareis notar que, já que não quer dá-los a vós, vos

Então, enviareis Aires *Correia – e com ele dois dos seus escrivães, um da receita e outro da despesa – e lhe mandareis o que lhe enviamos, e lhe falarão no trato e assento da mercadoria e dar da carga, pela maneira que acima⁵⁶ apontamos que vós haveis de dizer, estando com ele.⁵⁷ E lhe dirão que parece grande erro e pouco serviço não dar os refêns que, para sair em terra, vós mandastes pedir-lhe; porque, se vós estiverdes com ele⁵⁸ vireis, lhe direis⁵⁹ coisas muito de seu serviço, e assentareis ali uma nosa casa, na qual ficarão os clérigos e frades que enviamos para lhe ensinarem a fé, e nela hão de crer e se salvar.

E assim ficarão mercadorias e [...] de que ele receberá muito proveito [...] honra [...] tronos irem a sua terra [...].⁶⁰

E, se, todavia, ele se lançar⁶¹ de vos dar os ditos refêns para, sobre eles,⁶² vós puderdes ir seguramente a terra, então lhe pedirão que, aqueles [refêns] que mandou às naus, para eles, sobre eles [refêns], irem a ele e hajam por bem estarem convosco nas naus até que eles carreguem.

Assentado isto com o dito rei – em que não cremos que haja dúvida – o dito Aires *Correia começará a tirar suas mercadorias para terra, a vender e comprar as que lhe parecerem proveitosas para nosso serviço. E não porá em terra toda a mercadoria junta, senão aquela que parecer necessária para se poder vender e em-

parece que não folga tanto de lhe falardes, de ver ou ouvir nessas coisas, como nos parecia; por isso, sem eles parece que não deveis sair em terra; mas que, para se fazer o trato da mercadoria e falar-lhe sobre as coisas dele e levar-lhe o que lhe enviamos por vós, pedis a ele que, para isso, vos queira enviar às naus três ou quatro mercadores e pessoas; e enviareis outras tantas, para, por elas, mandar as ditas coisas para a terra, enviá-las a ele e lhe falarem de vossa parte”.

⁵⁶ *Acima*. No original: “encima”.

⁵⁷ *Estando com ele*. No original: “vendo-vos com ele”.

⁵⁸ *Se vós estiverdes com ele*. Original: “Se vós com ele vireis”.

⁵⁹ *Direis*. Original: “Dizereis”.

⁶⁰ Logo após esse texto truncado, há esta anotação, na margem esquerda: “e abastarem seus naturais das coisas necessárias, que muito nobrecem as terras”.

⁶¹ *Lançar*. Resolver, decidir. Note-se como o Regimento procura prever todas as possíveis reações dos indianos, instruindo Cabral sobre como deveria agir diante de cada possibilidade.

⁶² *Sobre eles*. Com a garantia deles, dos refêns.

pregar o dinheiro que dela proceder em outra que logo venha às naus; de maneira que em terra sempre se corra o menor⁶³ risco que puderdes.

Caso⁶⁴ o dito rei diga que não há de dar reféns, porquanto ele não costuma fazer a nenhuns – porque sua terra é certa e segura para todos aqueles que a ela quiserem ir tratar, e que assim será para eles, se nela quiserem descer, tratar, comprar e vender, e quaisquer outras palavras a esse respeito, de modo que, todavia, se escuse em dar os ditos reféns para sairdes com a garantia deles,⁶⁵ como atrás é dito, como outros [reféns] para, com a garantia deles,⁶⁶ o dito Aires Correia fazer a carga da mercadoria –, em tal caso, vós podereis mandar-lhe tornar a dizer que: o que ele diz será mui grande verdade, e que vós não credes que ali se pratique⁶⁷ [tal costume], nem ele o consinta. Mas que, posto que tal seja o costume seu e de sua terra – e isto que lhe requireis sobre os reféns⁶⁸ lhe pareça coisa nova –, a vós se deve fazer o que lhe apontais, porque vós, não somente sois nem ides mercador, como os outros que, de tão perto, vão à sua terra, como sabeis. Mas que sois nosso capitão e, principalmente, por nós enviado, com fundamento de muito amor, paz e amizade, por ser rei cristão e tal, com que muito o desejamos, e que tantos anos e tempos há que prosseguimos, pelo fruto principal de serviço de nosso Senhor, que disso se segue a salvação dele, dito rei, e dos de sua terra, para o que levais todos os aparelhos e coisas que amiudamente nesse recado lhe podereis apontar, assim de clérigos e frades, como de toda as outras coisas dessa necessidade.⁶⁹

Depois, para que, sobre as coisas do trato se faz tal assento e acordo, com que, para os tempos vindouros, fique seguro e certo e se possa fazer com todo descanso daqueles que doravan-

⁶³ *Menor*. No original: “menos”.

⁶⁴ *Caso*. No original: “em caso que”.

⁶⁵ *Para sairdes com a garantia deles*. No original: “assim para sobre eles vós sairdes”.

⁶⁶ *Com a garantia deles*. No original: “sobre eles”.

⁶⁷ *Pratique*. No original: “faça”.

⁶⁸ *Requireis sobre os reféns*. No original: “requireis dos reféns”.

⁶⁹ D. Manuel procura demonstrar que tem a oferecer aos indianos não apenas vantagens econômicas, mas também religiosas.

te⁷⁰ enviarmos; e assim poder passar e se cumprir que os nossos possam ir à sua terra sem nenhum receio, e os seus vir à nossa.⁷¹

E sendo caso que o dito rei de Calicut por nenhum modo não queira vir a dar assim os ditos reféns – nem para vossa saída em pessoa em terra, nem para o dito Aires *Correia fazer sobre elas o negócio da carga⁷² da mercadoria, como acima é apontado –, então, vós lhe tornareis a enviar a dizer que a vós vos despraz muito de ele fazer assim. Porque não esperáveis que nisso houve pejo algum. E que vos despraz, ainda muito mais, pelo desprazer que nós haveremos de haver, por aí não assentardes nem fizerdes com ele as coisas e negócios de nossa paz, amor e assento, como esperávamos que se fizesse. Para o que não somente vínheis nem éreis por nós enviado, mas, ainda – para depois de tomada vossa carga – deixardes aí em sua cidade nosso feitor, e com ele ficar a casa de nossas mercadorias e outras pessoas que leváveis ordenadas para com ele ficarem na casa.⁷³ E a ele [rei] se seguiria tanto proveito, que recebesse, além dele, muito contentamento, por tornar⁷⁴ sua terra mais abastada e aproveitada nas suas necessidades. E que ele tem tanto pejo em coisa tão pouca, porque segura tanto nosso amor, prestança e amizade; posto que disso vos siga muito desprazer, pelas razões já ditas, e que vós ireis logo a Calemur.⁷⁵ E ali fareis vosso assento e paz; e assentareis vosso feitor e casa, que leváveis para a cidade dele; e com ele [rei de Calemur]

⁷⁰ *Doravante*. No original: “ao diante”.

⁷¹ *E assim poder passar e se cumprir que os nossos possam ir à sua terra sem nenhum receio, e os seus vir à nossa*. No original: “e poder assim passar que sem nenhum receio possam os nossos ir a sua terra, e os seus vir a nossa, se cumprir”.

⁷² *Carga*. No original: “carrega”, de “carregar”. Neste documento se fará sempre essa substituição.

⁷³ O texto é claro ao ordenar a fundação de uma feitoria portuguesa em Calicut. Aires *Correia, a mando de Cabral, efetivamente fundou essa feitoria, que teve vida curta: foi atacada pelos mouros em represália ao apresamento, por Cabral, de um navio muçulmano carregado de especiarias. Durante esse ataque mouro, Aires *Correia foi morto.

⁷⁴ *Tornar*. No original: “ser”.

⁷⁵ *Calemur*. Talvez seja Cochim. As frases seguintes propõem uma alternativa, para o caso de Cabral não conseguir estabelecer a feitoria em Calicut.

concertareis todas coisas para que se siga e faça todo nosso serviço, o qual vós sabeis que se fará assim inteiramente – com e em sua cidade –, e pela ventura, mais abastado e certo. E que ele sabe que isso é assim verdadeiramente.

Depois de [proceder] assim amiudamente – com o mais que sobre isto vos parecer, segundo o que lá mais souberdes –, vendo que ele não se muda para o fim que ali queremos, então, passado algum dia, ou dias, como melhor vos parecer (ainda que nisso deve haver poucas dilações, pelos pejos que sabeis que disso se seguem), então lhe tornareis a mandar dizer que, posto que tendes certeza que nossas coisas e nosso serviço se fariam mui inteiramente em Calemur e ali possamos ter mui segura nossa casa e feitor, vós, pelo desprazer que sabeis que disso receberemos – por vos enviarmos principalmente a ele e querermos antes com ele paz, amizade e assento do que com outro nenhum rei da Índia –, determinais, pospondo todo prasm⁷⁶, que possais receber, neste caso, dos vossos, fazer⁷⁷ com ele vossa mercadoria e tomar⁷⁸ a carga na sua cidade. E com essa derradeira determinação, enviareis em terra Aires Correia e seus escrivães, os quais, em cada uma das maneiras atrás apontadas, trabalharão para obter⁷⁹ e comprar as mercadorias de vossa carga, com a mais brevidade e bom despacho que puderem, fazendo com a maior segurança que vos lá bem parecer, e virdes que a compra seja a mais proveitosa para as coisas de nosso serviço.⁸⁰

E, enquanto andardes nessas negociações e falas com o rei de Calicut, trabalhareis, por qualquer modo que melhor possais, para saber se podeis haver carga em Calnur⁸¹ para vossas naus. E assim, querendo⁸² passar lá e assentar vossa casa, se poderá fazer com nosso serviço, e sereis lá bem recebido. E assim, assentando

⁷⁶ *Prasmo*. Censura, repreensão.

⁷⁷ *Fazer*. No original: “fazerdes”.

⁷⁸ *Tomar*. No original: “tomardes”.

⁷⁹ *Para obter*. No original: “de haver”.

⁸⁰ *Que a compra seja a mais proveitosa para as coisas de nosso serviço*. No original: “que compra por mais certo recado das coisas de nosso serviço”.

⁸¹ *Calnur*. Provável variação de Calemur (Cochim?).

⁸² *Querendo*. No original: “se querendo vós”.

aí, para adiante⁸³ poderão estar⁸⁴ seguras todas as coisas, assim para a carga dos tempos vindouros, como para a⁸⁵ estada do nosso feitor. E toda outra informação semelhante para que não somente possais estar⁸⁶ informados no que lá hajais de fazer, mas ainda para disso poderdes trazer inteira e certa informação, quando vierdes embora.⁸⁷

Porquanto, nessa maneira se seguiria inconveniente – não sabendo a gente a negociar⁸⁸ suas mercadorias –, ter-se-á esta maneira, a saber: o dito Aires Correia comprará toda a especiaria⁸⁹ que as ditas partes quiserem comprar – as quais lhe entregarão suas mercadorias para, por elas, obtê-la⁹⁰ – e dar-lha-á pelos preços por que a possa comprar, sem nisso haver nenhuma outra mudança;⁹¹ e se, porventura⁹² parecer que isso será grande trabalho ao dito Aires Correia, e que não o poderá suportar,⁹³ pelo que há de fazer no nosso, então vós com ele e seus escrivães enviareis um feitor, que para isso vos pareça mais apropriado⁹⁴ e pertencente. Ser-lhe-á ordenado um escrivão, o qual fará a compra da especia-

⁸³ *Para adiante*. No original: “se para o diante”.

⁸⁴ *Estar*. No original: “ser”.

⁸⁵ *Para a*. No original: “da”.

⁸⁶ *Estar*. No original: “ser”.

⁸⁷ *Embora*. No original: “em booa”.

⁸⁸ *Negociar*. No original: “fazer”.

⁸⁹ O texto distingue claramente as especiarias das “mercadorias miúdas, de pedraria e outras”. As especiarias, extremamente valorizadas à época na Europa, eram o produto de maior interesse de Portugal na Índia. À época, os portugueses ainda pensavam ser a Índia a maior produtora de especiarias, desconhecendo que o cravo vinha sobretudo das Molucas, a canela, do Ceilão, a noz-moscada, do arquipélago da Banda, e o sândalo, de Timor. A Índia produzia determinadas especiarias, como a cara pimenta e o caríssimo açafreão, sendo também o maior e mais importante centro mundial de comercialização desses valorizados produtos.

⁹⁰ *Obtê-la*. Obter a especiaria por meio das mercadorias das várias partes que interessarem comprar. No original está: “as haver”.

⁹¹ *Mudança*. Nota marginal esquerda: “segundo se declara mais compridamente em seu regimento”.

⁹² *Porventura*. No original: “pela ventura”.

⁹³ *Suportar*. No original: “sofrer”.

⁹⁴ *Apropriado*. No original: “auto”.

ria das ditas partes das mercadorias que delas receber, passando em tal ordem que se faça toda verdade, e não se siga às partes nenhum engano, sendo o tal feitor, porém, sempre acordado com o dito Aires Correia, no preço das mercadorias, assim das nossas que vender, como das que na terra comprar.

E quanto às outras mercadorias miúdas, de pedraria e outras, para estas será ordenado um outro feitor, em cada nau, que venha em terra, a saber: cada dia, um feitor de cada nau, um dia, faça a compra das tais mercadorias; e virá cada dia dormir na nau; dessa maneira, será provido a uma coisa e outra, com segurança de nosso serviço.

Caso el-rei⁹⁵ de Calicut vos dê os reféns atrás apontados, com o que podereis sair em terra⁹⁶ – para lá falardes, dardes nosso presente e fizerdes mais o que atrás vos é apontado, e vendo que as coisas passam de tal ordem que sejam feitas com toda segurança, e que ele estará certo delas, e não poderia seguir inconveniente, o que bem podereis sentir tudo pelos modos e meios dos negócios, e todas outras coisas que bem o puderam mostrar – dir-lhe-eis que nós não vos enviamos a ele somente para essa primeira viagem [para] com ele fazerdes nossa paz e amizade e nela carregardes nossas naus que levais com⁹⁷ especiaria e coisas da Índia e de sua terra. Mas, para logo deixar e ficar⁹⁸ em sua cidade nosso feitor, a casa de nossas mercadorias e outras pessoas que nela hajam de ficar, assim clérigos, frades e as coisas da Igreja, para que nossa fé lhe seja assim inteiramente mostrada e ensinada e possa nela ser doutrinado, como fiel cristão. No que ele sentirá quanto amor lhe temos, e que todos desejamos sua amizade e prestança. E lhe pedis que, para sua ficada⁹⁹ [do feitor], ele vos ordene e mande dar casas em que fique alojado,¹⁰⁰ e tenha suas mercadorias e as pessoas que com ele hão de ficar com toda segurança. E que ele [feitor] e todos os que com ele ficar, e as mercadorias que lhe deixardes, fiquem

⁹⁵ *Caso el-rei*. No original: “E se for caso que el-rei”.

⁹⁶ *Com o que podereis sair em terra*. No original: “sobre que haveis de sair em terra”.

⁹⁷ *Com*. No original: “da”.

⁹⁸ *Deixar e ficar*. No original: “deixeis e fique”.

⁹⁹ *Ficada*. Permanência, estadia.

¹⁰⁰ *Fique alojado*. No original: “seja aposentado”.

e estejam¹⁰¹ seguros, em todos tempos. E que vos mande dar carta e toda outra seguridade, tal como souberdes que é uso e costume da terra.

E, dando-vos o dito rei de Calicut essas seguranças, e quaisquer outras que lá assentardes¹⁰² que devais requerer, para maior segurança da ficada do dito feitor, segundo o que lá melhor puderdes saber, pelo costume da terra, ficará o dito feitor na dita cidade com as mercadorias [...] sobejarem da carga, e assim de toda a mais especiaria [...].¹⁰³

E dir-lhe-eis que, pois, assim deixais o dito feitor, outras pessoas e assim nossas mercadorias, a que mui principalmente fomos movidos por ele conhecer com quanto desejo de sua amizade e prestança estamos, e quanto com ela sempre nos é de prazer. E pedis a ele¹⁰⁴ que queira enviar convosco algumas pessoas honradas que nos venham ver, para que não somente vejam a nós e a nossos reinos, mas, ainda, pelas obras, honras e mercês que de nós receberão, [e] possam melhor sentir a vontade que temos para [com] ele e suas coisas. E trabalhareis para as trazer e, trazendo, receberão de vós toda honra e bom trato possível.¹⁰⁵

E se for caso que vos não sejam dados nenhuns reféns, por nenhum dos modos atrás apontados, e hajais necessidade de trabalhar por haver a carga das naus, na forma atrás escrita – por onde claramente sentireis e vereis que nosso feitor e mercadoria, e as outras pessoas que com ele vão ordenadas para ficarem não devem ficar seguras na dita cidade de Calicut –, em tal caso, depois de nossas naus carregadas, lhe enviareis dizer que vós leváveis propósito, e, ainda, nosso mandado, de ali deixar nosso feitor e casa de nossas mercadorias, como no capítulo atrás se declara, com o mais que então virdes.

¹⁰¹ *Estejam*. No original: “sejam”.

¹⁰² *Assentardes*. No original: “sentardes”.

¹⁰³ Nota marginal esquerda: “ordenado para sua [...]”.

¹⁰⁴ *E pedis a ele*. No original: “que lhe pedis”.

¹⁰⁵ *Possível*. No original: “que seja possível”. Aqui são dadas instruções explícitas para que Cabral convidasse alguns indianos a visitar Portugal. A prática de levar alguns nativos, principalmente membros da elite, para permanecer em Portugal durante algum tempo já fora usada com sucesso em outras regiões, como o reino do Congo.

E vós, assentando a ficada do dito feitor, e as coisas com o dito rei de Calicut fiquem¹⁰⁶ acordadas com todo seu prazer e nosso serviço, vós, tomada vossa carga, por derradeiro lhe direis que ele deve ter já conhecido quanta segurança de nossa paz e amizade sempre há de ter, a qual, por nós e pelos nossos, em todos tempos, lhe será inteiramente guardada, e com todo seu proveito e bem de seu¹⁰⁷ reino e gentes deles.

Mas que, porquanto temos sabido que em sua cidade tratam¹⁰⁸ mouros, inimigos da nossa santa fé, e a ela vêm suas naus e mercadorias, com os quais – assim pela obrigação que a isso deve ter todo rei católico, como porque a nós vêm quase por direta¹⁰⁹ sucessão, pelo que amiudamente lhe podereis apontar as coisas da guerra de além – nós temos continuamente guerra. Porém, para que¹¹⁰ as coisas grandes e pequenas fiquem claras e certas – como entre nós e ele convêm –, lhe fazeis saber que, se com as naus dos ditos mouros de Meca topardes no mar, haveis de trabalhar, quanto puderdes, para tomá-las, e suas mercadorias e coisas, e assim os mouros que nelas vierem; e vos aproveitar, como melhor puderdes, e lhe fizerdes toda guerra e dano que possais, como a pessoas com quem tanta inimizade, e tão antiga, temos. E também porque cumprimos com aquilo que a Deus nosso Senhor somos obrigados. Porém, que seja certo que, em seu porto, e diante de sua cidade, posto que vós as topeis, e assim quaisquer outros nossos capitães que adiante enviarmos – por lhe guardarmos o que em toda coisa de seu prazer e contentamento sempre havemos de folgar –, não lhes¹¹¹ fareis dano nem mal algum. E somente lhes¹¹² será assim feito topando-as no mar, como é

¹⁰⁶ *Fiquem*. No original: “ficando”.

¹⁰⁷ *Seu*. No original: “seus”.

¹⁰⁸ *Tratam*. Negociam.

¹⁰⁹ *Direta*. No original: “direita”.

¹¹⁰ *Para que*. No original: “que, por tal, que”.

¹¹¹ *Lhes*. No original: “lhe”. O pronome parece referir-se às naus dos mouros que forem encontradas no porto de Calicut. Nesse caso, os portugueses não devem atacá-las, por respeito ao rei de Calicut. Conservado o pronome no singular, a interpretação é a de que o Samorim não sofrerá dano.

¹¹² *Lhes*. No original: “lhe”.

dito, onde eles a vós, e aos nossos que adiante acharem, assim façam o que puderem.¹¹³

E que [isso] seja ajuda certa, por saber como a ele e a suas coisas há de ser guardado o que se deve como a rei com que tanto amor, paz e amizade sempre havemos de folgar de ter. E que vós ou quaisquer outros nossos capitães, tomando as ditas naus, que não se fará nojo¹¹⁴ nem dano a todos os indianos¹¹⁵ que nelas se acharem, suas mercadorias e coisas. Antes, toda honra e bom trato. E estarão¹¹⁶ seguros disso para, livremente, com todo o seu, serem deixados, porque somente será feita guerra aos ditos mouros, como a inimigos que são nossos.

E ainda nos praz que, pois ele pode escusar esses mouros em suas terras e trato delas, pois prouve a nosso Senhor que [ele, rei de Calicut] recebesse de nós e dos nossos todo o proveito que deles [mouros] até agora recebeu.¹¹⁷ E ainda muito mais. Que seria bom¹¹⁸ e serviço de Deus, porque nisso cumpria o que deve, como rei cristão, lançá-los de sua terra e não consentir a eles mais vir nem tratar, pois deles e de sua detença, vinda e estada nela, não lhe segue mais bem. Que o proveito que deles há, o qual em¹¹⁹...

Sendo¹²⁰ os tais mouros e naus de Meca tomados¹²¹ pelos nossos, neste caso, que ele [rei de Calicut] dê segurança, por carta,

¹¹³ O parágrafo oferece instruções bastante claras a Cabral, no sentido de combater os muçulmanos apenas no mar, não em terras da Índia, informando disso ao Samorim. O texto não esclarece as razões para isso, mas é possível especular que D. Manuel desejava ao mesmo tempo agradar ao Samorim e garantir tranquilidade para o comércio português em terra. Ao mesmo tempo, ao continuar dando combate aos muçulmanos no mar, enfraqueceria esses, os verdadeiros concorrentes lusos e inimigos religiosos.

¹¹⁴ *Não se fará nojo*. Ver nota nº 4.

¹¹⁵ *Indianos*. O documento real não usa o termo “índios”. Ver nota 14.

¹¹⁶ *Estarão*. No original: “serão”.

¹¹⁷ *Até agora recebeu*. No original: “até ora houve”. Aqui D. Manuel afirma que o Samorim terá mais a lucrar comerciando com os portugueses do que com os muçulmanos.

¹¹⁸ *Bom*. No original: “bem”.

¹¹⁹ *Em...* Nota marginal esquerda: “nos (melhor ‘dos’) nossos receberá, como ajuda de nosso Senhor, com tanto mais acrescentamento, que ele seja contente”.

¹²⁰ *Sendo*. No original: “e que, sendo”.

¹²¹ *Tomados*. No original: “tomadas”.

posto que, por causa disso, os ditos mouros de Meca, que aos tais tempos estiverem em sua cidade e terras, e quaisquer outros que depois requeiram que seja feita represália ao¹²² nosso feitor, casa, nossas mercadorias e [às] pessoas que com elas estiverem – para serem por isso satisfeitas do dano que lhes¹²³ for feito pelos nossos –, ele não o faça. Nem por isso seja feito constrangimento aos nossos, nem às nossas mercadorias, nem dano algum; antes, [que ele, rei de Calicut] os defenda sempre, como é obrigado pela paz e amizade que tem conosco.

E lhe direis que, porquanto temos sabido que em sua cidade e terra há costume que – falecendo nela algum mercador – toda sua fazenda, mercadorias e coisas suas fiquem para ele, dito rei, e se arrecada para ele, o que não seria razão se entender em nosso feitor, porque o semelhante se deve guardar naquelas pessoas que suas próprias mercadorias e coisas fazem e tratam, o que nosso feitor não faz, por tudo ser nosso. Que nisso ele dê segurança, pois,¹²⁴ posto que Deus nosso Senhor disponha do dito nosso feitor, e ele faleça, que então, todas nossas mercadorias e coisas, e assim toda nossa casa, esteja¹²⁵ fora do tal costume e livre disso. E nosso feitor que, por falecimento [do outro], ficar, faça livremente e sem nenhum impedimento, tudo, como o feitor falecido fazia, sem a ele dito rei vir coisa alguma, nem com o nosso se bulir, porque, como dizemos, não seria razão se guardar, nem fazer ao¹²⁶ nosso o que aos outros mercadores e pessoas se faz. Pode-se vir a essa fala. Segundo os passos dos negócios que passardes e se¹²⁷ presentirdes nele tantos pejos¹²⁸ em coisa em que ele não o

¹²² *Ao*. No original: “em”. D. Manuel deseja do Samorim garantias contra possíveis ofensivas dos mouros. A notar que essas possíveis ofensivas, segundo o próprio texto, se dariam em represália a ataques marítimos portugueses contra os navios muçulmanos!

¹²³ *Lhes*. No original: “lhe”.

¹²⁴ *Pois*. No original: “que”. D. Manuel também queria garantias de que os bens da feitoria portuguesa, em caso de morte do feitor, fossem devolvidos a Portugal, e não incorporados ao tesouro do Samorim, conforme o monarca luso acreditava ser o costume local.

¹²⁵ *Esteja*. No original: “seja”.

¹²⁶ *Fazer ao*. No original: “fazer no”.

¹²⁷ *Se*. No original: “que”.

¹²⁸ *Pejos*. Obstáculos, estorvos, dificuldades.

deverá ter – sobre vos dar os reféns – [dizeis] que ireis deixá-lo e ir pôr [assento] em Calemur.

Então, vós partireis carregado e ireis diretamente¹²⁹ a Calemur, e lhe¹³⁰ dareis as nossas cartas que levais e lhe direis como nós vos enviamos a essas partes da Índia para com os reis dela assentardes paz e amizade, como há muitos tempos o desejamos e se deve [fazer entre] uns reis cristãos a outros; e que, por vos ser dito que em sua terra não poderíeis, logo nesta primeira viagem, achar carga para nossas naus, fostes primeiro a Calicut, onde tomastes vossa carga. E que, por nós termos sabido que ele é rei verdadeiro, e por tal ante todos conhecido, e que nas coisas de nossa fé está mais certo e fora da conversação e prestança dos mouros, inimigos dela, e por muito desejarmos, por todos esses respeitos e todos outros que temos sabidos de sua virtude, vos mandamos que fôsseis a ele e com ele assentásseis, em nosso nome, paz e amizade, para, doravante¹³¹ como [...] amigos, nós e os nossos nos prestarmos de suas terras, e ele e os seus das nossas, como é razão, e havemos de folgar.

Não somente por isso [...] mais ainda, recebendo ele nossa paz e amizade, como esperamos, logo deixareis,¹³² em sua cidade, nosso feitor, pessoas nossas e casa de nossas mercadorias, para que, nos tempos vindouros as nossas naus e navios possam¹³³ ir à sua cidade tomar sua carga – e se venderem nossas mercadorias, e comprarem as que de lá houvermos mister – de que se seguirá grande honra e proveito a ele e a toda sua terra. E que, porventura,¹³⁴ fique em sua cidade a principal porta de

¹²⁹ *Diretamente*. No original: “direitamente”.

¹³⁰ *Lhe*. Refere-se ao rei de Calemur (provavelmente Cochim).

¹³¹ *Doravante*. No original: “ao diante”.

¹³² *Deixareis*. No original: “deixardes”.

¹³³ *Possam*. No original: “puderem”. Torna-se claro que Cabral recebeu ordens para estabelecer outra feitoria, além da de Calicut, provavelmente em Cochim, onde, tal como ocorrera com Vasco da Gama, seria muito bem recebido: “el-rei de Cochim teve grande prazer com a nossa chegada”, nas palavras do Português Anônimo. Cochim, onde a influência muçulmana era menor do que em Calicut, esperava fortalecer-se contra a rival Calicut aliando-se aos portugueses. E há muito os portugueses praticavam nas terras encontradas a política de “dividir para melhor governar”.

¹³⁴ *Porventura*. No original: “pela ventura”.

todo os reis da Índia, lhe pedis que se ele convosco quiser assentar, receba prazer disso e haja por bem ficar assim o feitor e dele vos dê toda segurança do costume da terra, a saber: suas cartas e qualquer outra semelhante.¹³⁵ E dando-a, o nosso feitor ficará, com todos os que vão ordenados de com ele ficar, mercadorias e coisas que leva para sua ficada. Tudo concertado, vireis embora.¹³⁶

E nessa primeira fala que houverdes com o dito rei, trabalhareis logo para saber se em sua cidade se achará carga de especiarias, e [se] virão a ela as outras mercadorias da Índia, e se ele trabalhará para isso;¹³⁷ para saberdes nos dar de tudo razão; e além disso, ficará a cuidado principal do feitor [...] saber¹³⁸ [...] carga, com toda as outras coisas de que se há de ter cuidado, segundo [o] que se declara em seu regimento.

E tanto que, em boa hora, aqui em Canelur¹³⁹ tiverdes concertado,¹⁴⁰ e assentada a ficada do dito feitor, e ele descido em terra com tudo o que vai ordenado de sua ficada – na forma que no capítulo atrás se declara –, partireis para, em boa hora, para¹⁴¹ estes reinos. Se topardes no caminho com algumas naus de Meca – e parecendo-vos que tendes disposição para as poderdes tomar,

¹³⁵ Nota marginal direita: “e, se quiser mandar alguma pessoa ou pessoas suas, que venham convosco a nossos reinos, para verem o que neles há, e lhe poder levar certeza de tudo, que credes que nós o haveremos em prazer, e lhas mandaremos tornar nas nossas naus, e que receberão de nós honra e mercê, e assim de vós no caminho serão tratados como vós mesmos”.

¹³⁶ *Embora*. No original: “em boa ora”.

¹³⁷ *E se ele trabalhará para isso*. No original: “e se ele se trabalhará disso”. A seguir, nota marginal: “e assim se as mercadorias que agora levastes, as querem aqui, ou outras; e se outras, de que sortes”.

¹³⁸ Nota marginal esquerda: “e se dar ordem como o dito rei lhe envie [...] por elas e dê forma como ali se tragam a vender, para ele as poder comprar e ter prestes, para quando nossas naus forem, prazendo a nosso Senhor, acharem certa sua...”.

¹³⁹ *Canelur*. Calemur (talvez Cochim). A tomada das naus muçulmanas, além do combate aos adversários religiosos e dos ganhos que proporcionava, era considerada pelos portugueses também uma eficiente demonstração de força, com o objetivo de atemorizar os indianos.

¹⁴⁰ *Concertado*. Acertado, combinado.

¹⁴¹ *Para*. No original: “via”.

trabalhareis para tomá-las.¹⁴² Se, com a ajuda de Nosso Senhor, forem tomadas por vós, aproveitareis, o melhor que puderdes, todas as mercadorias que nelas achardes e as recolhereis às nossas naus. Trareis todos os pilotos e mestres e alguns mercadores principais que possam vir às¹⁴³ nossas naus. E resgatareis os outros e gente das ditas naus que tomardes, havendo para isso disposição e lugar, e o tempo o consentir; não o podendo assim bem fazer, então, metereis todos em uma das naus – a mais desparelhada que houver – e os deixareis ir nela. E todas as outras [naus] metereis no fundo e queimareis, tendo mui grande recado¹⁴⁴ para que, prazendo a nosso Senhor, das ditas naus que tomardes, se aproveitem as mercadorias grossas e miúdas que nelas [...] com todo nosso serviço.

Depois que,¹⁴⁵ prazendo a nosso Senhor, tiverdes atravessado [o mar] e fordes a¹⁴⁶ Melinde, já tereis¹⁴⁷ sabido quais dos navios de toda a armada são melhores veleiros¹⁴⁸ e quais menos e zorreiros.¹⁴⁹ Quando¹⁵⁰ fordes ao¹⁵¹ dito Melinde, tereis esta maneira, a saber:

- ♦ apartareis¹⁵² todos os navios que forem os melhores veleiros e mandareis que estes façam seu caminho para estes¹⁵³ reinos, sem esperarem pelos outros, mandando, porém, que estes, que

¹⁴² *Trabalhareis para tomá-las*. No original: “trabalhar-vos-eis de as tomardes”. Nota marginal direita, depois dessas palavras: “não investindo com elas, podendo escusar, somente com vossa artilharia as fazerdes amainar e lançar seus botes fora e nelles enviarem e virem seus pilotos, mestres e mercadores, por que dessa maneira se faça mais seguramente esta guerra, e se possa seguir menos dano à gente de vossas naus”.

¹⁴³ *Às. Nas*.

¹⁴⁴ *Recado*. Cuidado.

¹⁴⁵ *Depois que*. No original: “em tanto que”.

¹⁴⁶ *Fordes a*. No original: “forde em”.

¹⁴⁷ *Já tereis*. No original: “porque já então tereis”.

¹⁴⁸ *Melhores veleiros*. Os mais velozes.

¹⁴⁹ *Zorreiros*. Vagarosos.

¹⁵⁰ *Quando*. No original: “como”.

¹⁵¹ *Fordes ao*. No original: “fordes no”.

¹⁵² *Apartareis*. No original: “apartareis a uma parte”.

¹⁵³ *Para estes*. No original: “via destes”.

assim forem mais veleiros, esperem uns pelos outros e guardem todo outro mais regimento¹⁵⁴ que levais ordenado, na espera e sinais de uns a outros, para não se perderem;

- ♦ apartareis¹⁵⁵ os que forem menos veleiros e zorreiros, e estes farão seu caminho apartados por si, na forma que mandamos e é declarado que o façam os veleiros. Se for caso que a vossa nau caiba no conto¹⁵⁶ dos veleiros, vireis na sua companhia e conserva¹⁵⁷ e ordenareis à parte, dos que forem zorreiros e piores da vela, um capitão-mor; tal pessoa, qual para isso escolherdes e vos parecer que para isso será mais apropriada¹⁵⁸ e pertencente, ao qual ficará [capitão-mor] e dareis todo vosso inteiro poder; e mandamos por este que todos os outros capitães e companhia lhe obedeçam e cumpram seus mandados, como fariam a vós mesmos.¹⁵⁹ E se vos cairdes e vos [...] com os zorreiros, ficareis com eles; e para os outros ordenareis outro capitão-mor, na forma sobredita [...] dos mais veleiros; ou cair Sancho de Tovar na parte dos zorreiros – não caindo ele juntamente convosco – neste caso, na parte em que ele cair, ele ficará¹⁶⁰ capitão-mor.

Posto que amiudamente neste regimento vos apontemos as coisas que façais e guardeis, para que,¹⁶¹ segundo os tempos e modo dos negócios, especialmente neste, de que até agora tão pouco é sabido, e pela diversidade que, pela ventura, podereis achar nos costumes da terra, parecendo-vos que em outra maneira deveis mudar e fazer as coisas, para que as tragais e venham ao fim que convêm e desejamos por nosso serviço, neste caso, pela muita confiança que de vós temos, havemos por bem e vos man-

¹⁵⁴ O texto deixa clara a existência de um Regimento específico, destinado aos navios mais velozes que retornariam primeiro, carregados de especiarias e de outros produtos valiosos, desde Melinde até Lisboa.

¹⁵⁵ *Apartareis*. No original: “apartareis a outra parte”.

¹⁵⁶ *Conto*. Cômputo.

¹⁵⁷ *Conserva*. Companhia; aqui no texto, há redundância.

¹⁵⁸ *Apropriada*. No original: “auta”.

¹⁵⁹ *Mesmos*. No original: “mesmo”.

¹⁶⁰ *Ficará*. No original: “ficarão”.

¹⁶¹ *Para que*. No original: “porque”.

damos que façais e sigais tudo o que melhor vos parecer, tomando sempre, em tudo, conselho dos capitães, do feitor e de quaisquer outras pessoas que vos pareçam que nisso devais meter. Enfim, o que escolherdes e acordardes, seguireis e fareis.

O capitão segundo [...] ¹⁶²

¹⁶² O documento, incompleto, interrompe-se aqui.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leis, sem data, Maço I, nº 21.

LEITURA PALEOGRÁFICA

Abel Fontoura da Costa.

FONTES

COSTA, Abel Fontoura da. Documento III. *Os Sete Únicos Documentos de 1500, Conservados em Lisboa, Referentes à Viagem de Pedro Álvares Cabral*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940, p. 24-46.

CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994, p. 115-125.

DESCRIÇÃO FÍSICA E TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

O texto foi escrito em Lisboa, na última quinzena de fevereiro de 1500, após o rascunho das instruções de Vasco da Gama a Cabral (*Documento 2*). O extrato aqui publicado faz parte do rascunho original das instruções régias (“Regimento real”), dadas a Cabral antes de sua viagem. Perderam-se as primeiras e as últimas folhas do rascunho. Trata-se de documento poucas vezes publicado, e menos ainda anotado e comentado. Ao que sabemos, esta é a primeira vez que passa por atualização lingüística.

Tal como aconteceu com o complemento do Regimento de Pedro Álvares Cabral (*Documento 4*), o original deste documento foi encontrado pelo historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Varnhagen doou uma cópia dele à Associação Marítima e Colonial, que em 1845 a publicou, juntamente com o complemento, na revista *Annaes Marítimos e Coloniais* (Lisboa, 5ª série, p. 286-287).

O documento foi reproduzido em 1892, em *Alguns Documentos da Torre do Tombo*; e em 1936, na revista *Arquivo Português Oriental*, na Índia portuguesa. Em tradução inglesa, foi publicado em 1938 por William B. Greenlee (*Viagem de Pedro Álvares...*). Abel Fontoura da Costa (*Os sete únicos documentos...*) o reproduziu, em 1960, com uma página introdutória; também o fez Jaime Cortesão no livro *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*, na edição publicada em 1994 pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

Alexandre Lobato (*Dois novos fragmentos...*) localizou no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Corpo Cronológico, Maços 19 e 24) duas outras versões deste documento. Segundo esse autor, a versão do Maço 19 parece ser uma forma primitiva do documento final, enquanto a do Maço 24 assinala apenas os objetivos econômicos da viagem, não os religiosos, como aparece no documento ora publicado.

EMENTA

A parte conservada do documento refere-se a procedimentos diplomáticos e comerciais que deviam ser seguidos por Cabral na Índia, perante os samorins de Calicut e de outras cidades indianas, na visita à cidade africana de Melinde – na qual já estivera Vasco da Gama –, assim como ao retorno, à frente da esquadra, dos navios mais rápidos, carregados de produtos, no trecho desde Melinde até Lisboa.

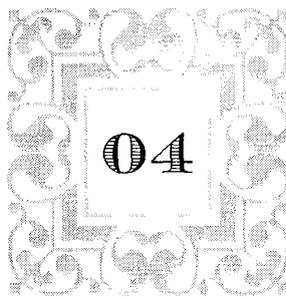
Com base na estrutura de outros Regimentos e na rota da viagem de Cabral, Abel Fontoura da Costa (*Os sete únicos documentos...*) supõe que a primeira parte do documento, perdida, “devia referir-se à náutica da ida, moldada decerto nas instruções do Gama”, bem como “conter, também, as determinações régias quanto à rota de Moçambique até à Índia”. E, talvez, ainda instruções “respeitantes às relações de Cabral com os potentados do oriente africano, em especial o de Melinde que tão bem acolhera Vasco da Gama”. Quanto à última parte, também perdida, Fontoura acredita que “devia conter as instruções para o sota-capitão-mor, Sancho de *Tovar, visto que a parte conservada se interrompe nestas palavras: [...] “o capitão segundo...”; e creio que também quaisquer outras para os restantes capitães”.

ANÁLISE HISTÓRICA

O documento demonstra a importância que D. Manuel emprestava ao estabelecimento de uma boa relação com o Samorim de Calicut e com outros samorins. Segundo o monarca, essa relação se estabeleceria sobre uma dupla base: a) religiosa – D. Manuel erroneamente pensava que os indianos eram cristãos e queria tirar partido disso, insinuando que os portugueses poderiam ensinar assuntos religiosos à população da Índia; b) comercial – o monarca desejava ardentemente garantir o comércio direto com a Índia, iniciado durante a viagem de Vasco da Gama, o que traria para o Reino benefícios incalculáveis.

As instruções do Regimento são muito precisas, elaboradas inclusive com excesso de pormenores, já que procura antever todas as possibilidades de ocorrências na Índia

e em Melinde, instruindo Cabral sobre o que fazer diante de cada uma dessas possibilidades. O documento esclarece diversos procedimentos dos portugueses durante as primeiras viagens oceânicas, como a prática de manter reféns nativos nos navios, enquanto os lusitanos estivessem em terra, assunto que ocupa boa parte do texto. O Regimento foi, durante os séculos XV a XVIII, um conjunto de regras ou normas de procedimento durante as navegações, especialmente de cunho astronômico (como regimento do sol; regimento da estrela polar), que se estenderam aos comportamentos dos europeus em terras estrangeiras ou conquistadas, como Regimento para feitores ou capitães de fortaleza.



COMPLEMENTO DO REGIMENTO DE PEDRO ÁLVARES CABRAL

FEVEREIRO DE 1500

[A] PEDRO *ÁLVARES, além dos outros capitães de vosso Regimento. Havemos por bem e nosso serviço que cumprais e guardeis estes conteúdos abaixo:

Ficais avisados¹ de que, no vosso regresso,² depois de passado o cabo da Boa Esperança, não tomeis outro porto nem façais demoras em alguma parte. Somente vireis diretamente a esta cidade.³ Salvo por alguma necessidade que conviesse fazer

¹ *Ficais avisados*. No original: “Sereis avisado”, que aparece mais de uma vez neste texto. Significa: ficais prevenidos, cientes. Neste documento, e em outros da mesma época, o particípio-adjetivo (“avisado”) fica no singular, concordando, portanto, não com o verbo no plural (“sereis”), mas com a pessoa a que se refere, no caso Cabral.

² *Regresso*. No original: “Tornada em boa hora”.

³ *Esta cidade*. Refere-se a Lisboa. Essa frase do documento, assim como a anterior e passagens posteriores, expressa a preocupação da Coroa portuguesa com a segurança das valiosas mercadorias que Cabral, a exemplo de Vasco da Gama, deveria trazer da Índia. Cabral deveria seguir diretamente para Lisboa, sem parar em outro porto, evitando delongas e vigiando as mercadorias com o maior cuidado. Se necessitasse parar

ao nosso serviço e que não podereis escusar nem deixar de fazer. Em tal caso, fareis aquilo que virdes que cumpre.⁴ Porém, em qualquer dos lugares em que o fizerdes, ficais muito avisados e tendes grande recado⁵ em toda a frota [para] que se não tirem nenhuma mercadoria nem faça acerca disso algum nosso desserviço.

E na ilha de S. Tomé, ou Cabo Verde, ou Açores, em que temos oficiais, tocareis⁶ nestes, sempre requireis nosso almoxarife⁷ e oficiais que olhem pelas coisas de nosso serviço assim como se guarda e faz por nosso Regimento nas caravelas da Mina,⁸ porque assim o havemos por bem não vos lançando barcas fora se puder escusar e tendo nisso tudo aviso e bom recado. E assim vos encomendamos e mandamos que o cumprais.

em algum porto, que o fizesse nos arquipélagos de São Tomé, Cabo Verde ou Açores, onde já havia funcionários reais que podiam ajudar a vigiar a frota. Ao chegar a Lisboa, Cabral não deveria permitir que embarcações pequenas (batéis ou barcas) se aproximassem dos navios da frota nem fossem lançadas destes, mas sim aguardar a chegada, até a armada, dos feitores e oficiais que se encontravam em terra.

⁴ *Virdes que cumpre*. Seja necessário ou conveniente. Nota marginal após “cumpre”: “por mais segurança das coisas de nosso serviço”.

⁵ *Tenhais grande recado*. Tenhais muito recato ou cautela.

⁶ *Tocareis*. No original: “Tocásseis”.

⁷ *Almoxarife*. Oficial que cobrava os direitos reais sobre vários gêneros. Palavra proveniente do árabe *al-muxrif*, que significa “nobre, honrado, ilustre”, aplicada aos homens eminentes e honestos, fiéis, de mãos limpas. Portugal e Espanha usaram a palavra para designar os arrecadadores reais, supostamente honestos, que lidavam com elevadas somas. Anteriormente, esses arrecadadores recebiam o nome de “prestameiros” ou “mordomos”.

⁸ *Mina*. Trata-se da grande e importante feitoria-fortaleza de São Jorge da Mina, construída em tempo recorde (1481-1482) na costa da Guiné, atual Gana, referida muitas vezes nos documentos de época apenas como “Mina”. A Mina centralizava o comércio português com uma grande área do continente africano, a qual incluía o golfo da Guiné, estendia-se a toda a região entre o cabo das Palmas e o rio Volta e, a leste, abarcava o atual Benim. A feitoria-fortaleza comerciava sobretudo ouro, trazido do interior pelos africanos, e escravos, principalmente do golfo do Benim. As caravelas que transportavam mercadorias entre a Mina e Lisboa, e vice-versa,

Assim que chegardes a esta cidade, ficais avisados. E também vos mandamos que de nenhumaus naus e navios da frota, sejam nossos ou dos outros que participam,⁹ não lanceis nenhum batel fora, nem consintais que a vós chegue, nem vá barca nem batel, até nossos feitores e oficiais irem¹⁰ a vós e às naus de toda a dita frota, para fazer e prover o que, por nosso serviço, lhe mandarmos, e lhes parecer que devem fazer. Assim o cumprireis e guardareis, porque assim o havemos por bem. E dessa forma mandamos a cada um dos capitães da frota que o cumpram. Além disso, vós dai-lhes em vossos regimentos o que lhe haveis de dar.

Poderá ser que, com ajuda de Nosso Senhor, achareis em Calicut ou em Calemir,¹¹ em qual dos lugares houverdes de¹² vossa carga¹³ tão abastada, carregai-a, que,¹⁴ por ventura se mais navios levásseis, se poderia carregar, nesse caso, se assim fosse e vos parecesse que por nosso serviço o devíeis fazer, havemos por bem que compreis algum navio ou navios dos da terra para os carregardes e trazerdes convosco, até onde pudésseis tornar a encontrar, baldear em nossas naus o que nelas carregásseis, porque, pelo lugar que para isso darão os mantimentos que cada dia se gastam, nos parece que se poderá bem fazer.¹⁵

obedeciam a um Regimento muito rigoroso, com regime de rígido monopólio, explicando-se assim a referência a elas no documento.

⁹ *Participam*. No original: “Vão de partes”.

¹⁰ *Atem irem*. No original: “tem não irem”. A frase já tem muitas negativas; aqui, o sentido não muda. A idéia é a de Cabral não permitir que saísse ou se aproximasse qualquer embarcação enquanto os feitores e oficiais não chegassem (até que eles não cheguem, até não irem).

¹¹ *Calemir*. Talvez seja Cochim.

¹² *Houverdes de*. Conseguirdes; tiverdes.

¹³ *Carga*. No original: “carrega”, como em outros casos. “Carga” é corruptela de “carrega”.

¹⁴ *Em qual dos lugares houverdes de vossa carga tão abastada, carregai-a, que*. A versão inglesa de Greenlee, à página 186, traz: “in wich two places your cargo should be of such abundance that...” (nos quais dois lugares vossa carga seja de tal abundância que...). A leitura paleográfica feita por António Dória e Abel Fontoura traz “dos lugares”, que Greenlee, na sua leitura, entendeu que deve ser “dois lugares”.

¹⁵ Toda a sentença, prevendo a possibilidade de Cabral comprar navios na Índia para transportar “carga [...] tão abastada”, expressa a grande expectativa da Coroa portuguesa de que dessa viagem à Índia resultassem lucros vultosos para o monarca.

E se eles de bom modo¹⁶ e com segurança puderem¹⁷ vir com a frota, seria bom;¹⁸ se não, se remediaria na maneira que [foi] dito;¹⁹ e nisso nos parece que deveis e podeis fazer nosso serviço com segurança,²⁰ e fareis ainda – que muito nos prazeria – por-se assim, em os achando tanta abastança e carga como atrás vos dissemos.

E mandamos a Aires *Correia, nosso feitor, que acerca disso cumpra o que lhe requerdes e mandardes por nosso serviço, assim na compra dos ditos navios como na carga deles. E se algumas das partes que vão na frota quiserem comprar os tais navios de lá da terra, para os carregarem de qualquer mercadoria – além das quinteladas²¹ que lhe vão ordenadas por nós – para neles as trazerem a estes reinos, havemos por bem que o possam fazer; e serão obrigados a nos pagar todos os nossos direitos das mercadorias que carregarem e trouxerem nos tais navios.

¹⁶ *De bom modo*. No original: “Boamente”.

¹⁷ *Puderem*. No original: “Pudessem”.

¹⁸ *Seria bom*. No original: “seria bem”.

¹⁹ *Se não, se remediaria na maneira que [foi] dito*. Original: “Se não remediar seria na maneira que dito é”.

²⁰ *Deveis e podeis fazer nosso serviço com segurança*. No original: “Com o nosso serviço deveis e podeis fazer seguros”.

²¹ *Quinteladas*. Provavelmente “Quintaladas”, de “quintal”, medida de peso equivalente a quatro arrobas. “Quintalada” referia-se à quantidade de pimenta que o rei permitia a algumas pessoas transportarem, desde a Índia portuguesa até Portugal, retendo o lucro de sua venda, desde que pagassem os impostos devidos, conforme assinala o documento; o nome derivava do fato de ser normalmente a pimenta acondicionada em sacos de quatro quintais. No início do século XVI, a quintalada era uma das formas de pagamento das armadas que iam à Índia, fazendo parte do soldo e variando sua quantidade segundo o posto ocupado pelo integrante da esquadra. Ao mesmo tempo que permitia à Coroa despender menores recursos com pagamentos, a quintalada representava importante fonte de renda e estímulo financeiro para os navegadores. Um alvará de 17 de agosto de 1517, contudo, definiu que os soldos deveriam ser pagos totalmente em dinheiro, “sem mais haver outras quintaladas”. Sabe-se, entretanto, que estas continuaram a existir, oficial, oficiosa e clandestinamente. Por extensão, “quintalada” significava também “quantidade de determinado produto”. Ver mais no *Documento 9*, nota 61.

E mandamos-vos que não lhes ponhais a isso embargo algum.²²
Estes capítulos ajuntareis com todos os outros de vosso regimento escrito.²³

- ²² Torna-se claro neste trecho que os mercadores e armadores que haviam aplicado capitais na expedição também poderiam comprar na Índia navios para embarcar os produtos comprados que não coubessem nas embarcações existentes, desde que passassem ao rei os direitos devidos sobre tais produtos.
- ²³ No verso está redigido: “que entrou mais no Regimento do capitão-mor e de Bartolomeu Dias. Alvará de licença. Capítulo para Bartolomeu Dias”.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartas Missivas, Maço 4, *Documento 91*.

DESCRIÇÃO FÍSICA DO ORIGINAL

O original não possui data nem local de confecção. Trata-se de original de difícil leitura e interpretação de certos trechos.

LEITURA PALEOGRÁFICA

António Álvaro Dória.

FONTES

COSTA, Abel Fontoura da. Borrão original das instruções régias adicionais, sob a forma de carta, dadas a Cabral para a sua viagem. *Os Sete Únicos Documentos de 1500, Conservados em Lisboa, Referentes à Viagem de Pedro Álvares Cabral*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940, p. 50-53.

DÓRIA, António. Fragmento das instruções a Pedro Álvares Cabral quando foi à Índia como comandante duma armada. In: GREENLEE, William Brooks. *Viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia pelos Documentos e Relações Coevas*. Tradução de António Álvaro Dória. Porto: Livraria Civilização Editora, 1951, p. 289-290.

GREENLEE, William Brooks. *The voyage of Pedro Álvares Cabral to Brazil and India from contemporary documents and narratives*. Nendeln/Liechtenstein: Kraus Reprint, 1967, p. 185-187.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

É a primeira vez, ao que se tem conhecimento, que este documento é publicado em português contemporâneo.

Assim como aconteceu com o Regimento principal de Cabral (*Documento 3*), o original deste “Complemento...” foi encontrado pelo historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Varnhagen ofereceu uma cópia dele à Associação Marítima e Colonial, publicando-o pela primeira vez em 1845, na revista *Annaes Marítimos e Coloniaes* (Lisboa, 5ª série, p. 286-287), que então dirigia.

EMENTA

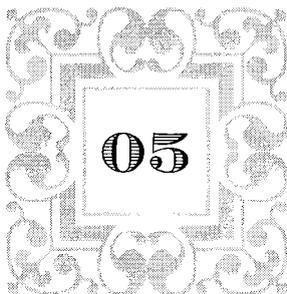
Trata-se de rascunho das instruções complementares ao Regimento principal (*Documento 3*) entregue a Pedro Álvares Cabral, antes de sua partida para a Índia. Fornece ordens relativas à parte comercial da viagem, no trecho entre o cabo da Boa Esperança e Lisboa, contendo um conjunto de instruções relativas a compras de produtos, inclusive de navios, e ao transporte e segurança de mercadorias.

ANÁLISE HISTÓRICA

Abel Fontoura da Costa (*Os Sete Únicos Documentos...*, p. 49) infere que o presente documento tenha sido escrito em Lisboa, na última quinzena de fevereiro.

O documento lança luz sobre uma série de preocupações, usos e medidas mercantis relativa às primeiras viagens portuguesas à Índia, ainda insuficientemente conhecidos. É o caso da ordem de comprar navios na Índia – os chamados “navios da terra” –, tanto por parte da Coroa quanto dos armadores e comerciantes que participavam do financiamento da viagem –, caso as embarcações existentes na esquadra se mostrassem insuficientes para carregar todos os produtos comprados.

Fica também patente a enorme preocupação da Coroa com a segurança dos navios carregados de valiosos produtos, no trecho final da viagem, desde o cabo da Boa Esperança até Lisboa. Preocupação justificada, uma vez que o Atlântico, especialmente o Atlântico norte, era à época muito visitado por piratas e corsários, tanto muçulmanos quanto cristãos, de variadas nacionalidades, inclusive a portuguesa. Como escreveu a respeito o historiador português Vitorino Magalhães Godinho (*Documentos sobre a Expansão Portuguesa*): “A pirataria portuguesa, como a castelhana e a francesa, não sentia escrúpulos em atacar a própria navegação cristã [...]. O desaforo chegava ao ponto de saltar os próprios portos castelhanos e mesmo os navios que se dirigiam aos portos portugueses com gêneros vitais ao abastecimento nacional. [...] Para o sistema moral da época, a pirataria é considerada um mester digno e próprio de cavaleiros.”



**CARTA DE D. MANUEL
AO SAMORIM DE CALICUT**

11 DE MARÇO DE 1500

GRANDE E DE MUITO PODER, príncipe Samorim,¹ por mercê de Deus, rei de Calicut.² Nós, dom *Manuel, por sua divina graça, rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além mar em África,

¹ *Samorim*. Título da principal autoridade, rei ou rajá, de Calicut. A etimologia da palavra atualmente mais aceita é a de que deriva do sânscrito *samudrin* (de *samudra* = “mar”), significando “rei do mar” ou “senhor do mar”, por meio do malaiala (língua do Malabar, costa oeste da Índia) *samutiri* ou *tamudri*.

² *Calicut*. Cidade situada na costa do Malabar, na Índia ocidental, fundada, segundo a tradição, no século IX, tornara-se desde o século XI capital do importante reino indiano de Ernad. À época da chegada dos portugueses, governada por um samorim hindu, Calicut era o maior centro mundial do comércio de especiarias, graças sobretudo à forte influência na cidade dos negociantes muçulmanos, que controlavam as rotas do Índico e mantinham uma rede de apoio em vários países asiáticos e africanos, com os quais Calicut mantinha intenso comércio. Foi exatamente devido à importância e influência da sua comunidade muçulmana que a cidade de Calicut resistiu à presença dos portugueses – encarados como indesejáveis concorrentes comerciais –, desde que ali chegara Vasco da Gama, em 1498, pelo menos até 1512, quando, após diversos combates e bombardeamentos da cidade, Afonso de Albuquerque conseguiu licença do Samorim para construir uma fortaleza lusa na cidade.

Senhor da Guiné,³ etc., a vós enviamos muito saudar, como aquele que muito amamos e prezamos.

Deus todo-poderoso – começo, meio e fim de todas as coisas, por cuja ordenança cursam os dias, feitos humanos e tempos –, assim como, por sua infinda bondade, criou o mundo e o reino por Cristo, seu filho, nosso salvador, assim, em seu grande e infindo poder e saber, ordenou, para os tempos adiante, muitas coisas – para bem e proveito da geração humana, inspirando, pelo Espírito Santo, os corações dos homens – [que] haviam de ser obradas, fossem manifestadas e postas em obra nos tempos para isso mais convenientes, por Ele limitados,⁴ não antes nem depois. E por isso ser verdade mui conhecida por experiência – se com são e verdadeiro juízo quiserdes considerar a grandeza da

³ O enorme título de D. Manuel aparece aqui incompleto, seguido de um “etc.,” conforme costume em documentos de época. D. Manuel adotou o pomposo e talvez presunçoso título de seus antecessores, que se consideravam reis: das terras de Portugal propriamente dito e do reino do Algarve, no continente europeu (d’aquém mar Vermelho), do chamado “Algarve marroquino” (das poucas praças portuguesas no Magreb, no norte da África, no atual Marrocos, além mar Vermelho), e de algumas regiões da costa africana ocidental, então denominada genericamente “Guiné”. Com a conquista parcial e às vezes efêmera de algumas regiões da Índia e do Oriente, D. Manuel ampliou o título, acrescentando-lhe os de “senhor da conquista” (uma tradição medieval ibérica, que implicava o direito de ocupação do território e de expulsão do infiel) e “da navegação e comércio” (o que expressava o caráter econômico do empreendimento, pois com esse título o rei se arrogava, sobre os outros príncipes cristãos, o monopólio da navegação e do comércio com a África e o Oriente) de mais os seguintes locais: Etiópia (designando então uma larga e imprecisa faixa da África ao sul do Saara, desde a costa atlântica até a pacífica, onde em algum lugar os portugueses achavam que se localizava o reino mítico cristão do Preste João), Arábia (Calaiate, Curiate, Mascate, Sohar e Orfação), Pérsia (a ilha ou, mais exatamente, o porto de Ormuz) e Índia. Como bem notou Luiz Filipe F. R. Thomaz (*L’idée impériale manuélienne*, p. 37), o título de D. Manuel era “programático”, no sentido de que o rei se atribuía um senhorio almejado, porém ainda não garantido. D. João III, sucessor de D. Manuel, ampliou o título, acrescentando-lhe o de “senhor do reino e senhorio” de Malaca, Goa e Ormuz, embora essas duas últimas devessem estar incluídas nas regiões da Pérsia e da Índia, que já faziam parte anterior do título.

⁴ *Limitados*. Marcados, delimitados, balizados.

novidade e mistério da ida de nossa gente e navios a vós e a essas vossas terras – haveis de fazer nessas partes do Oriente o que todos fazemos nessas do Poente, onde damos muitos louvores ao senhor Deus por fazer ao mundo, em nossos dias e vossos, tantas mercês que nós pudéssemos saber, ouvir, ver e conhecer,⁵ e ajuntar e quase vizinhar por conversação.⁶

E estando, desde o começo do mundo até agora, as gentes dessas terras tão arredadas destas, e sempre fora de toda a esperança, nem pensamento disto, que o senhor Deus ora quis que acontecesse,⁷ espiritando,⁸ há⁹ 60 anos, um nosso tio, vassalo nosso, chamado Infante dom *Henrique, príncipe de mui virtuosa vida e santos costumes; o qual, por serviço de Deus, tomou propósito, inspirado por Deus, de fazer essa navegação;¹⁰ e foi prosseguida até agora pelos reis nossos antecessores. E prazendo a Nosso Senhor, quis dar-lhe o fim por nós desejado, quis que aqueles que agora lá foram fizessem de uma só viagem outro tanto caminho, até chegar a vós, quanto em todas as viagens passadas estava feito em 60 anos.¹¹ Estes são¹² os primeiros que logo mandamos, tanto que, por graça de Deus, tomamos o Regimento de

⁵ *Ouvir; ver e conhecer.* No original: “Não tão somente por ouvida, mas por vista, ver e conhecer”.

⁶ *Ajuntar e quase vizinhar por conversação.* D. Manuel ressalta a aproximação entre portugueses e povos da Índia pela conquista do caminho marítimo, que permite comunicação entre eles, como se fossem vizinhos.

Este parágrafo, assim como o anterior, estabelece o tom do documento, que é o da apologia da religião cristã e da apresentação de Portugal como difusor do cristianismo no mundo, em obediência a um desígnio divino.

⁷ *Acontecesse.* No original: “fosse”.

⁸ *Espiritando.* Inspirando; inculcando; inculcando.

⁹ *Há.* No original: “haverá”.

¹⁰ Alguns historiadores consideram essa passagem um testemunho claro de que o Infante D. Henrique já idealizava encontrar um caminho marítimo para a Índia.

¹¹ Desde que o cabo Bojador foi dobrado por Gil Eanes, em 1434, até o contorno do cabo de Boa Esperança, por Bartolomeu Dias, em 1488, os portugueses gastaram 54 anos para conquistar o caminho marítimo atlântico. Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral fizeram o mesmo trajeto e mais o caminho pelo oceano Índico em uma única viagem.

¹² *Estes são.* No original: “sendo estes”.

nossos reinos e senhorios. Assim que, ainda que esta coisa se veja feita por homens, não se deve julgar por obra de homens, mas só possível a Ele.¹³

Desde a criação do mundo houve, nessas partes de lá e nestas de cá, grandes poderes e senhorios de príncipes e reis, de romões¹⁴ e outras gentes que possuíram a maior parte da terra, dos quais se lê terem grande vontade e desejos de fazer essa navegação. Trabalharam nisso, mas, naqueles tempos, não aprovou a Deus dar-lhes em suas mãos tal possibilidade; e nós mesmos não poderíamos agora senão o tivéssemos de sua mão e vontade.¹⁵ E, pois, enquanto não quis que isso fosse, todos os homens passados não tiveram poder para o fazer. Não deve ninguém cuidar que, agora que Ele quis, haja¹⁶ homens poderosos para o contrariar e desfazer, sendo já agora muito maior mal e injúria contra Deus

¹³ *Não se deve julgar por obra de homens, mas só possível a Ele.* No original: “Não se deve julgar por obra de homens, que não é possível a Ele”. Castanheda (*História do Descobrimento...*), em reprodução livre dessa carta, traz: “Não se deve julgar senão por obra de Deus, a cujo poder é possível o que os homens não podem fazer”. Este parágrafo e o anterior forneceram um forte argumento aos defensores da tese de que o Infante D. Henrique planejava, já em 1440, descobrir um caminho marítimo para a Índia, pois o trecho estabelece uma linha de continuidade entre as navegações de 1500 e as empreendidas pelo infante, comparando a viagem de Vasco da Gama, de Lisboa a Calicut, realizada de uma só vez, com as diversas expedições lusitanas realizadas nos sessenta anos anteriores (comandadas por Antão Gonçalves, Nuno Tristão, Dinis Dias, Gonçalo de Sintra, Diogo Afonso, Álvaro Fernandes, Diogo de Teive, Usodimari, Cadamosto, Diogo Gomes, Pedro de Sintra, Antonio da Noli, Fernão Gomes, João de Santarém, Pedro Escobar, Fernão do Pó, Diogo Cão, Duarte Pacheco Pereira, José Vizinho e Bartolomeu Dias). Uma segunda e hoje majoritária corrente da historiografia portuguesa, contudo, pensa que a decisão de chegar à Índia pelo mar foi tomada em Portugal apenas por volta de 1474, quando as expedições lusas já haviam atingido São Tomé, estando próximas ao cabo de Santa Catarina, e os portugueses compreenderam que se aproximavam do até então desconhecido (como revelam os mapas de época) contorno do sul do continente africano.

¹⁴ *Romões.* Romanos.

¹⁵ *E nós mesmos não poderíamos agora senão o tivéssemos de sua mão e vontade.* No original: “como nós mesmos agora pudéramos se de sua mão e vontade o não houvéramos”.

¹⁶ *Haja.* Original: “sejam”.

querer resistir à sua vontade, tão manifesta e conhecida – que seria porfiar¹⁷ contra ela, antes de sabida.¹⁸

É entre as coisas¹⁹ por que damos principalmente muitos louvores ao senhor Deus, neste feito, é por nos ser dito haver nessas partes gentes cristãs, que será o principal nosso desejo, para convosco havermos conversar e nos aproveitar e prestar com grande conformidade de amor e irmandade, como os reis cristãos devem fazer entre si.²⁰

É bem de crer que Deus Nosso Senhor não ordenou tão maravilhoso feito com essa nossa navegação para somente ser servido nos tratos e proveitos temporais, entre vós e nós, mas também nos espirituais das almas e salvação delas, o que mais devemos.²¹ E Ele há por mais servido, por tal que a sua santa fé cristã fosse²² comunicada entre vós e nós e ajuntada, como o foi, por todo o

¹⁷ *Que seria porfiar*. Original: “de que era a porfiar”. Porfiar aqui significa “insistir”. O parágrafo contém uma ameaça aos que porventura se opusessem ao desígnio divino da chegada dos portugueses à Índia.

¹⁸ *Sabida*. Conhecida.

¹⁹ *E entre as coisas*. Castanheda (*História do Descobrimento...*) reproduz: “e entre as causas”.

²⁰ Neste parágrafo, como nos seguintes, torna-se claro que D. Manuel acreditava serem cristãos o Samorim e a população de Calicut. Essa crença justificava a proposta do rei para uma grande aliança antimuçulmana. Devido às pregações do apóstolo São Tomé na Índia, muito divulgadas desde a Idade Média, os portugueses acreditavam que naquele país existiam cristãos, desejando ardentemente encontrá-los, para estabelecer com eles uma aliança contra os muçulmanos. Influenciado talvez por esse desejo, Vasco da Gama, quando em Calicut, confundiu um templo hindu com uma igreja cristã, a imagem de Kali com a da Virgem Maria e brâmanes com sacerdotes católicos (*Roteiro de Álvaro Velho*, p. 79-80, versão nova, Objetiva, 1998), retornando o capitão-mor a Portugal certo de que encontrara cristãos. Gaspar da *Gama, um judeu que se dizia muçulmano, convertido ao cristianismo, ajudou a reforçar o engano, pois, para agradar talvez aos novos amigos portugueses, afirmou a estes serem cristãos 12 reinos indianos e ser possível agrupar uma força de cerca de 292 mil cristãos na Índia, contra apenas cerca de 25 mil muçulmanos. Informações mais fidedignas acerca das diversas religiões da Índia e da importância do islamismo naquele país somente começaram a chegar a Portugal após o retorno da esquadra de Cabral.

²¹ *Devemos*. Em Castanheda (*op. cit.*): “devemos de estimar”.

²² *Fosse*. Original: “seja”.

pequeno²³ universo, uns²⁴ 600 anos depois da vinda de Jesus Cristo, até que, por pecados dos homens, vieram algumas seitas e crenças contrárias – preditas²⁵ por Cristo – que haviam de vir depois dele, para prova e manifestação dos bons e para todo engano da maldade daqueles que mereciam condenação e perdimento, porque não quiseram receber a verdade para serem salvos.²⁶ E, portanto, Deus lhes avisou²⁷ o saber e entender por obrarem erros e crerem na mentira e serem condenados; pois, não quiseram crer na verdade e consentiram na falsidade; as quais seitas ocuparam, entre essas vossas terras e estas nossas, muita parte da terra, e onde nossa comunicação convosco sendo impedida por terra.²⁸ E agora está novamente aberta pela nossa navegação, despejada²⁹ por Deus, a quem nada é impossível; pelo qual, conhecendo-nos tudo isto, e desejando prosseguir e cumprir, como devemos, o que o mui alto Deus tanto nos mostra ser de sua vontade e serviço, mandamos agora nosso capitão, naus, mercadorias e feitor, que, por vosso prazer, haja aí de estar e fazer.³⁰

E também³¹ mandamos pessoas religiosas e doutrinadas na fé e religião cristã, também ornamentos eclesiásticos, para celebra-

²³ *Pequeno*. Original: “miúdo”.

²⁴ *Uns*. No original: “bem”.

²⁵ *Preditas*. Original: “ditas primeiros”.

²⁶ D. Manuel refere-se ao islamismo que surgiu no começo do século VII, com o profeta Maomé, e espalhou-se por todo o Oriente Médio, acabando por formar um império que se estendeu da Península Ibérica até a Ásia Central e passou a dominar o comércio da rota das especiarias.

²⁷ *Avisou*. Preveniu, advertiu. Original: “avesou”, de “avesar”. Poderia ser “avezar” (acostumar, habituar) ou “avexar” (afligir, humilhar, atormentar)? Castanheda muda o texto.

²⁸ A partir da tomada de Constantinopla, em 1453, os turcos otomanos dificultaram a passagem terrestre dos cristãos da Europa para a Ásia e dos orientais da Ásia para a Europa. Neste documento, D. Manuel responsabiliza a presença muçulmana na Ásia pelo distanciamento entre cristãos europeus e cristãos indianos.

²⁹ *Despejada*. Desembaraçada; desobstruída; livrada do estorvo.

³⁰ *Haja aí de estar e fazer*. Original: “Haja lá de fazer e estar”. Este parágrafo, complementado pelo seguinte, chama a atenção para o perigo muçulmano e para a necessidade de combatê-lo, uma responsabilidade que, segundo D. Manuel, caberia conjuntamente a ele próprio e ao Samorim de Calicut, como rei supostamente cristão.

³¹ *E também*. Original: “E assim mesmo”.

rem os officios divinos e sacramentos, para que possais ver a doutrina da fé cristã que temos – dada e instituída por Cristo Jesus, nosso Senhor, nosso Salvador, a 12 apóstolos, discípulos seus – a qual, depois de sua santa ressurreição, foi por eles geralmente pregada e recebida por todo o mundo, dos quais alguns, a saber, Santo Tomé e São Bartolomeu, pregaram nessas vossas partes da Índia, fazendo muitos e grandes milagres, tirando essas gentes da gentilidade e idolatria – em que dantes todo o mundo estava –, e alguns dos ditos apóstolos convertendo-os à verdade da santa crença e fé cristã, ordenando nosso Senhor Jesus Cristo, entre todos seus apóstolos e discípulos, por seu principal vigário, São Pedro, o qual – pregando na grande cidade da Roma, que naquele tempo foi cabeça das gentes e idolatria – padeceu por ele martírio e ali jaz sepultado, onde, desde então e até agora, foi e é instituída pelos santos padres seus sucessores – pela mesma ordenança de Cristo – a principal cabeça e sede da fé e religião cristã, querendo o senhor Deus, segundo se mostra, que Roma – assim como dantes era a madre do erro e falsidade – fosse e permanecesse madre da verdade sob³² cuja obediência e verdadeira doutrina estamos nós, todos os reis, príncipes e senhorios cristãos.

Portanto, consideradas estas coisas e razões de tanta vontade e serviço de meu alto Deus, por Ele mesmo que foi e é causa da nossa navegação e ida a vós, meu afetosamente, como irmão vos rogamos que vós queirais conformar-se com seu querer e vontade. E por fazerdes nosso proveito e [proveito] de vossas terras, assim temporal como espiritual, apraza-vos receber e adjuntar convosco nossa amizade, trato e conversação, que tão pacificamente vos apresentamos; por seu santo serviço, receberdes e tratardes nosso capitão e gentes com aquele são e verdadeiro amor, com que os mandamos a vós. Porque, além de entrarem aqui tão claras razões e mistério da vontade de Deus, quantas Ele nos há feito e mostrou, que todos pudessem ver e conhecer por sua obra, certo em toda a razão dentre homens, cabe deverdes muito folgar com gentes que de tão longe, com tão grão coração, vão buscar vossa amizade e conversação e trazer-vos tanto proveito, como de nossas³³ terras, mais que de nenhuma outras, podeis de nós receber.

³² *Sob*. No original: “dos”.

³³ *Nossas*. No original: “vossas”.

E caso³⁴ que, para algum, as erradas vontades e espíritos trovadores do bem, que nunca falecem, achemos em vós o contrário disso – o que, por toda a razão, mal poderíamos crer nem esperar de vossa virtude – nosso determinado propósito é de seguir a vontade de Deus, antes que a dos homens, e não deixarmos, por nenhuma contrariedades, de prosseguir neste caso e continuar nossa navegação, trato e conversação nessas terras de que o Senhor Deus se quis haver novamente por servido por nossas mãos, não querendo que nosso trabalho para o servir fosse debalde, segundo não menos esperamos de sua piedade que siga adiante,³⁵ porque firmemente cremos e esperamos que – pois Ele fez essas terras e as deu a possuir a vós e a essas gentes dela – Ele ordenara como no céu³⁶ se faça sua vontade, para que³⁷ não faleça quem nelas acolha e receba nossa amizade e nossas gentes que lá vão, tanto por seu querer e vontade, e a que Ele tão maravilhosamente abriu o caminho e deu poder para irem a elas; a qual coisa, Ele mesmo é sabedor, quanto desejamos que seja [feita] antes por boa paz e amizade a Ele. A Ele praza dar-vos sua graça para conhecerdes as coisas de sua vontade e santo serviço.

E acerca disso vos praza crer e dar cumprida fé a Pedro Álvares *Cabral, fidalgo de nossa Casa e nosso capitão-mor, em tudo e que de nossa parte vos falar e requerer, e convosco tratar.

De Lisboa, ao 11 de março de 1500 anos.

³⁴ *E caso*. Original: “E caso que”. Este parágrafo deixa claro que, se enfrentassem alguma oposição, os portugueses não hesitariam em continuar sua “navegação, trato e conversação”, em cumprimento à vontade do Senhor.

³⁵ *Siga adiante*. Original: “seja ao diante”.

³⁶ *Céu*. Original: “seu”.

³⁷ *Para que*. Original: “como”.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

O original do documento perdeu-se. A cópia encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Vimieiro, Manuscrito 7.638, *Documento 35*, folhas 61v. a 64. Está em mau estado de conservação; por isso, há trechos de difícil interpretação.

LEITURAS PALEOGRÁFICAS

Uma de Abel Fontoura da Costa e outra de António Álvaro Dória

FONTES

Arquivo Português Oriental. Tipografia Rangel, Bastorá, Índia Portuguesa, tomo I, v. I, parte I, *Documento 6*, 1936, p. 112-116.

Cartas de Afonso de Albuquerque. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, tomo III, 1903, p. 85-88.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores, 1979, p. 80-82.

COSTA, Abel Fontoura da. Carta de D. Manuel ao Samorim de Calicut. *Os Sete Únicos Documentos de 1500, Conservados em Lisboa, Referentes à Viagem de Pedro Álvares Cabral*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940, p. 58-59.

DÓRIA, António Álvaro. Carta de D. Manuel ao Samorim de Calicut. In: GREENLEE, William Brooks. *Viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia pelos Documentos e Relações Coevas*. Tradução de António Álvaro Dória. Porto: Livraria Civilização Editora, 1951, p. 290-294.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

Até onde sabemos, esta é a primeira publicação do presente documento em português contemporâneo, e também a primeira vez em que ele aparece enriquecido com notas e comentários. Para maior clareza do texto, foram feitas mudanças na pontuação, assim como interpretações de palavras e frases, sempre indicadas nas notas de rodapé.

EMENTA

Trata-se de uma carta do rei D. Manuel, dirigida ao Samorim de Calicut, entregue ao portador Pedro Álvares Cabral. Contém ponderações acerca da importância da religião católica e do papel de Portugal como difusor do cristianismo no mundo, e propõe, a um Samorim que D. Manuel julgava cristão, uma aliança antimuçulmana.

ANÁLISE HISTÓRICA

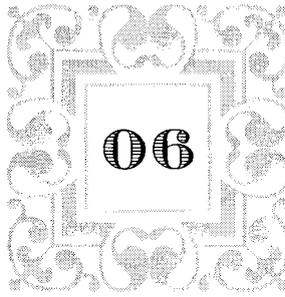
Fernão Lopes de Castanheda (*História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*) atribuiu a autoria deste documento a Duarte Galvão, autor da *Chronica do mui alto e muito esclarecido Príncipe D. Afonso Henriques*, primeiro rey de Portugal, membro influente da corte portuguesa durante os reinados de D. Afonso V e D. João II – dos quais fora secretário e conselheiro –, e, segundo Luís Filipe F. R. Thomaz (*L'idée impériale manuéline...*), também o ideólogo do messianismo que caracterizou o reinado de D. Manuel.

A carta de D. Manuel ao Samorim constitui um extraordinário depoimento acerca das concepções milenaristas e messiânicas, predominantes em Portugal, cujas raízes

remontavam à época medieval. D. Manuel, certo de que o Samorim e a população de Calicut eram cristãos (ver a respeito a nota 18), construiu na carta uma linha de continuidade entre as pregações de São Tomé e de São Bartolomeu na Índia, o desígnio divino que teria levado os portugueses a navegarem até esse país, e a aliança anti-muçulmana que o monarca propunha ao Samorim – chamado por D. Manuel de “irmão”. Sem que D. Manuel o soubesse, contudo, o principal apoio com que contava o Samorim de Calicut era justamente o do conjunto dos ricos mercadores muçulmanos residentes na cidade. A carta contém ainda uma clara ameaça ao Samorim, caso não aceitasse pacificamente a presença portuguesa em Calicut.

Castanheda (*op. cit.*, p. 80-83) reproduziu o documento, com modificações, afirmando que ela foi entregue ao Samorim e lida por um intérprete, após o que Cabral teria dado ao chefe indiano os presentes de D. Manuel, trazidos de Portugal: maças de prata, bacia d'água, agomil, copa, panos, almofadas de brocado e veludo, figuras, etc. Segundo o mesmo autor, o poderoso indiano agradeceu, perguntando para que servia cada peça. Os presentes não devem ter agradado nada ao rico Samorim, pois este logo pediu que os reféns mouros voltassem para a terra e Cabral retornasse aos navios – em outro dia, ainda a determinar, encontrar-se-iam para tratar de negócios. Cabral “ficou muito agastado porque lhe pareceu aquilo desprezo, e teve a el-rei por homem inconstante”, escreveu Castanheda (*op. cit.*, p. 83).

Calicut, à época da chegada de Cabral, era o maior e mais rico porto do Malabar, isto é, da costa ocidental da Índia, região por onde trafegava grande parte da navegação do Oriente e ponto de confluência de todo o poderoso comércio do Índico, o qual se estendia desde o Extremo Oriente até a África oriental, ramificando-se pelo interior do continente africano e pelo continente europeu. Em Calicut concentravam-se numerosos e ricos mercadores árabes, que, embora nem sempre bem-vistos pelos oprimidos nativos, haviam se casado com mulheres indianas e se tornado conselheiros do Samorim. O bramanismo, religião da maioria dos governantes indianos de então (o hinduísmo conhecia período de descenso), desaconselhava viagens por mar, por expor os viajantes a alimentação e a contatos impuros, e isso facilitava a expansão comercial dos muçulmanos, há muito estabelecidos nessa costa indiana e donos de uma eficiente rede mercantil. Devido à sua forte influência muçulmana, Calicut foi a cidade da Índia que mais se opôs à presença portuguesa e, por isso, também a que mais sofreu ataques, pilhagens e bombardeios lusos.



CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

1^o DE MAIO DE 1500

Senhor:

Posto que o capitão-mor desta vossa frota e assim¹ os outros capitães escrevam a Vossa Alteza² [sobre] a nova do achamento³ desta vossa nova terra, que nesta navegação ora se achou, não deixarei

¹ *Assim*. Também. A frase inicial da carta deixa claro que vários navegadores, inclusive Cabral, escreveram ao rei D. Manuel I dando notícias da viagem e do achamento da terra; desses documentos, só foram preservadas a carta de Pero Vaz de *Caminha e a de Mestre *João (*Documento 7*). Segundo Marcondes de Sousa (*O descobrimento do Brasil*, p. 174), “as modernas investigações históricas concluem por admitir ter sido Caminha escrivão de bordo da nau de Cabral, pois viajou em sua companhia e tomou parte do conselho dos capitães”.

² *Vossa Alteza*. Título adotado por D. Manuel I. Antes, os reis eram tratados por Vossa Senhoria. O tratamento de “Majestade” era reservado a Deus. Somente na segunda metade do século XVI, especialmente a partir de 1580, quando os reis espanhóis passaram a reinar em Portugal, é que os reis passaram a ser chamados de “Vossa Majestade”.

³ *Achamento*. Para Carolina Michaelis de Vasconcelos (*Carta de Pedro...*, p. 86), a palavra “achamento” sugere “busca proposital” da terra: “achamento é ação praticada por quem antes procurou”. Para Jaime Cortesão (*A carta de Pero Vaz...*, p. 177-184), a palavra significava, à época, “descobrimto”.

também de dar minha conta disso a Vossa Alteza, como⁴ eu melhor puder, ainda que – para o bem contar e falar –, o saiba fazer pior que todos. Porém,⁵ tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade, a qual, creia bem [por] certo que – para⁶ aformosentar⁷ nem afeiar – haja aqui de pôr mais que aquilo que vi e me pareceu. Aqui não darei conta a Vossa Alteza da marinhagem⁸ e singraduras⁹ do caminho, porque não o saberei fazer, e os pilotos devem ter esse cuidado. Portanto,¹⁰ senhor, do que hei-de falar, começo e digo:

A partida¹¹ de Belém, como Vossa Alteza sabe, foi segunda-feira, nove de março.¹² Sábado, 14 do dito mês, entre as oito e nove¹³ horas, nos achamos entre as Canárias, mais perto da Grã-Canária.¹⁴ Ali andamos todo aquele dia em calma, à vista delas, obra de três ou quatro léguas.¹⁵ E domingo, 22 do dito mês, às dez horas, pouco mais

⁴ *Como*. No original: “assim como”.

⁵ *Porém*. No original: “pero”.

⁶ *Para*. No original: “por”.

⁷ *Aformosentar*. Aformosear; embelezar.

⁸ *Marinhagem*. Mareação; conhecimento do trabalho e das manobras náuticas.

⁹ *Singraduras*. Medida de distância percorrida por embarcação. A “singradura perfeita” era a distância percorrida por um navio durante 24 horas, do meio-dia ao meio-dia; a “singradura pequena”, a distância percorrida durante algumas horas. Segundo Jaime Cortesão (*A Carta de Pero Vaz...*, p. 184), a palavra foi usada pela primeira vez no Tratado de Tordesilhas, onde se menciona “por léguas de singradura”.

¹⁰ *Portanto*. No original: “e, portanto”. O texto contém, como era uso na época, muitas conjunções “e”, que serão aqui evitadas sempre que não forem necessárias.

¹¹ *A partida*. No original: “que a partida”.

¹² *Nove de março*. No original, os números estão apresentados em algarismos romanos. A data coincide com a fornecida pela relação do Português Anônimo (*Documento 8*), por Fernão Lopes de Castanheda (*Documento 33*) e por outras fontes, sendo a mais aceita hoje; o dia varia, em outros documentos da época: a Carta Besicken (*Documento 31*) e o texto de João de Barros (*Documento 34*) trazem oito de março, enquanto Gaspar Correia (*Documento 36*) menciona, por duas vezes, 25 de março, dia de Nossa Senhora.

¹³ *Nove*. Logo após aparece, riscada, a palavra “no”.

¹⁴ *Grã-Canária*. Uma das sete ilhas principais do arquipélago das Canárias, situado a 115km da costa do Marrocos, na África. Sobre as Canárias, ver *Documento 9*, nota 7.

¹⁵ *Léguas*. Cada légua correspondia a 5.920 metros, ou seja, a quase seis quilômetros.

ou menos, houvemos vista¹⁶ das ilhas de¹⁷ Cabo Verde, a saber, da ilha de São Nicolau, segundo dito do piloto Pero *Escarlar.¹⁸

À noite seguinte, segunda-feira, ao amanhecer,¹⁹ Vasco de *Ataíde perdeu-se da frota com a sua nau, sem aí haver tempo forte nem contrário para [tal coisa] acontecer;²⁰ o capitão fez suas diligências para o achar, a umas e a outras partes; e [ele] não apareceu mais.²¹

E assim seguimos nosso caminho por esse mar de longo,²² até terça-feira das²³ Oitavas de Páscoa,²⁴ que foram 21 dias de abril,

Segundo Fontoura da Costa (*A marinharia dos descobrimentos*, p. 216), a légua marítima era uma medida portuguesa. Os italianos usavam a milha, correspondente a 1.480 metros.

¹⁶ *Houvemos vista*. Avistamos. Expressão muito comum nos textos de viagens da época, para designar a primeira vez em que determinada terra era avistada por um tripulante de embarcação européia.

¹⁷ *De*. No original: “do”.

¹⁸ *Escarlar*. Também conhecido como Escolar ou Escovar, Pedro *Escobar fora piloto do navio Bérrio (capitaneado por Nicolau *Coelho), um dos três navios da primeira viagem à Índia de Vasco da Gama.

¹⁹ *Ao amanhecer*. No original: “lhe amanheceu”.

²⁰ *Acontecer*. No original: “poder ser”.

²¹ Há versões controversas sobre esse episódio. Ao contrário de Caminha, Fernão Lopes de Castanheda (*Documento 33*), João de Barros (*Documento 34*) e Damião Góis (*Documento 38*) afirmam o seguinte: a nau desgarrou-se devido a uma tormenta; o comandante dessa nau era Luís Pires; e ela retornou a Lisboa. Já Gaspar Correia (*Documento 36*) assinala que o capitão da nau era Pedro Figueiró, e que ela nunca mais foi vista. E Jerônimo Osório (*Documento 39*) declara que uma das naus se desgarrou devido à tormenta, retornando a Lisboa. Ver a respeito também *Documento 10*, nota 18. Os naufrágios foram tão numerosos nos séculos XV e XVI, que deram origem, em Portugal, a um gênero literário, a “literatura de naufrágio”; ver a respeito Bernardo Gomes de Brito, *História Trágico-Marítima*, que, no século XVIII, reuniu e publicou vários desses relatos de naufrágio.

²² *Mar de longo*. Mar em fora; mar ocidental. Embora João Ribeiro (*A carta de Pero...*) tenha definido a expressão como “mar de longo é o do Ocidente”, a interpretação hoje aceita pela maioria dos especialistas coincide com a fornecida por Henrique Simões (*As cartas do Brasil*, p. 114): “de longo” é “um movimento progressivo para um ponto determinado a ocidente, como deveria estar previsto no Regimento, pelo oceano Atlântico”.

²³ *Das*. No original: “de”.

²⁴ *Oitavas de Páscoa*. As oitavas correspondiam aos dias contados desde o dia de Páscoa até o domingo seguinte (denominado Pascoela). O domingo de Páscoa de

quando²⁵ – estando²⁶ obra de 660 ou 670 léguas²⁷ da dita ilha, segundo os pilotos diziam, – topamos alguns sinais de terra, os quais eram: muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes²⁸ chamam botelho,²⁹ e assim outras a que também chamam rabo-de-asno.³⁰

E à quarta-feira³¹ seguinte, pela manhã, topamos aves, a que chamam fura-buxos.³² E nesse dia, a horas de véspera,³³ houve vista de terra, a saber: primeiramente, de um grande monte mui alto e redondo; de outras serras mais baixas, ao sul dele; e de terra chã,³⁴ com grandes arvoredos; ao qual monte alto o capitão

1500 caiu no dia 19 de abril. Assim, o dia 21 de abril era a terça-feira da semana de Páscoa (dentro das Oitavas) ou imediatamente após o domingo de Páscoa.

²⁵ *Quando*. No original: “que”.

²⁶ *Estando*. No original: “sendo”.

²⁷ *660 ou 670 léguas*. Cerca de 4.000 quilômetros.

²⁸ *Mareantes*. Navegantes.

²⁹ *Botelho*. Espécie de alga ou sargaço. O mesmo que “botelha”, “bodelho” ou “bodelha”.

³⁰ *Rabo-de-asno*. Tipo de planta marítima, provavelmente parecida com o botelho, sem maior identificação. Alguns supõem que seja uma planta medicinal útil para bloquear hemorragia nasal.

³¹ *Quarta-feira*. Eram 22 de abril de 1500, dia em que os portugueses, oficialmente, encontraram o Brasil. Nem sempre, contudo, houve consenso a respeito dessa data. A relação do Piloto Anônimo (*Documento 8*) e os cronistas portugueses do século XVI, como Fernão Lopes de Castanheda (*Documento 33*), João de Barros (*Documento 34*), Gaspar Correia (*Documento 36*), Damião de Góis (*Documento 38*) e Jerônimo Osório (*Documento 39*), apresentam a data de 24 de abril; a certidão de Valentim Fernandes (*Documento 26*) grafa “último dia de abril”; e o Relatório de Leutkirch (*Documento 29*), “1º de maio”. É preciso lembrar que a carta de Caminha ficou desaparecida durante três séculos, tendo sido publicada pela primeira vez apenas em 1817, não podendo, assim, servir como documento básico para os cronistas do século XVI.

³² *Fura-buxos*. Aves aquáticas comuns tanto no litoral brasileiro quanto no português, que têm a barriga branca e se alimentam de peixes. Alguns consideram “fura-buxos” o mesmo que “vira-buxos”.

³³ *Horas de véspera*. Hora em que se rezava a oração da tarde (isto é, da véspera), antes do pôr-do-sol.

³⁴ *Chã*. Plana.

pôs nome – o Monte Pascoal³⁵ –, e à terra, a Terra da Vera Cruz.³⁶ Mandou lançar o prumo:³⁷ acharam 25 braças.³⁸ E ao sol posto, obra de seis léguas de terra, surgimos âncoras³⁹ em 19 braças. Ancoragem limpa.⁴⁰ Ali houvemos⁴¹ toda aquela noite.

E à quinta-feira⁴² pela manhã, fizemos vela⁴³ e seguimos direto à⁴⁴ terra. Os navios pequenos [iam] adiante,⁴⁵ indo por 17, 16, 15, 14, 13, 12, dez e nove braças, até meia légua de terra, onde todos lançamos âncoras em direção à⁴⁶ boca de um rio.⁴⁷ E chegaríamos

³⁵ *Monte Pascoal*. O nome, em homenagem à semana da Páscoa, perdura até hoje. O monte tem 356m de altura e está a 16,54 graus de latitude sul. Ver *Documento 7*, nota 8.

³⁶ *Terra da Vera Cruz*. A primeira referência que Caminha faz ao nome do país, portanto, é “Terra da Vera Cruz”. Mas o próprio Caminha fecha a carta, datando-a com o nome de “Ilha de Vera Cruz”. Provavelmente, Cabral estava com o nome “cruz” na cabeça, pois: no domingo, três de maio, deviam celebrar o dia da Invenção da Cruz (dia em que Santa Helena encontrou a cruz de Cristo, em 326); estavam contemplando durante a noite, por dias, as estrelas que formavam uma cruz (o Cruzeiro do Sul); os navios da esquadra traziam bandeiras com a cruz vermelha, emblema da Ordem de Cristo, à qual pertencia Cabral. Conforme a relação do Português Anônimo (*Documento 8*, nota 24), os navegantes não tinham certeza se haviam chegado a uma ilha ou a uma terra firme. Ver nota 458.

³⁷ *Lançar o prumo*. Sondar a profundidade do mar com o prumo, instrumento à época feito provavelmente de chumbo, em forma de cone truncado, amarrado a uma linha graduada em braças.

³⁸ *Braças*. A braça marítima equivalia a dez palmos ou 2,2 m. Originalmente, a braça era uma medida agrária, que começou a ser usada na Idade Média.

³⁹ *Surgimos âncoras*. Ancoramos. O verbo “surgir”, com a acepção adotada, usada à época, já dava a idéia de “ancorar” ou de “aparecer junto à costa e ancorar”.

⁴⁰ *Ancoragem limpa*. Há duas interpretações para essa expressão: 1ª) ato de ancorar em local limpo; 2ª) ato de ancorar de modo perfeito, sem problemas. Inclina-mo-nos pela segunda interpretação.

⁴¹ *Houvemos*. Ficamos; permanecemos.

⁴² *Quinta-feira*. Eram 23 de abril.

⁴³ *Fizemos vela*. Içamos vela; navegamos.

⁴⁴ *Direto à*. No original: “direitos a”. “Direito a”, nesse sentido de “direto a”, é expressão até hoje empregada em Portugal.

⁴⁵ *Adiante*. No original: “diante”.

⁴⁶ *Em direção à*. No original: “em direito da”.

⁴⁷ *Rio*. Segundo a versão portuguesa de Greenlee (*Viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia pelos documentos e relações coevas*, p. 94, nota 1), trata-se do rio Caí, não do rio Frade.

a essa ancoragem às dez horas, pouco mais ou menos. E dali houvermos vista de homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito,⁴⁸ segundo os [homens dos] navios pequenos disseram, por chegarem primeiro.

Ali lançamos fora os batéis e esquifes.⁴⁹ Todos os capitães das naus vieram logo a esta nau do capitão-mor e ali falaram [entre si].⁵⁰ O capitão mandou Nicolau *Coelho⁵¹ para terra,⁵² no batel, para ver aquele rio. E logo que⁵³ ele começou a⁵⁴ ir para lá, acudiram pela praia homens – quando dois, quando três –, de maneira que, quando o batel chegou à boca do rio, estavam⁵⁵ ali 18 ou 20 homens pardos, todos nus, sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas.⁵⁶ Traziam arcos e suas setas nas mãos. Vinham todos rijos⁵⁷ para o batel. Nicolau *Coelho lhes fez sinal que pusessem [no solo] os arcos, e eles os puseram. Ali⁵⁸ [ele] não pôde deles obter⁵⁹ fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente lhes deu um barrete⁶⁰ ver-

⁴⁸ Trata-se dos índios Tupiniquim, que habitavam a região daquelas costas e foram os primeiros nativos encontrados pela expedição de Cabral.

⁴⁹ *Batéis e esquifes*. Pequenos barcos usados para navegar do navio até a terra, e vice-versa, e para operações de salvamento em alto-mar. Os esquifes eram menores que os batéis. Segundo Jaime Cortesão (*op. cit.*, p. 191, nota 8), as palavras, de origem nórdica (“batel” originando-se de *batr*, e “esquife”, de *skif* ou *skip*), aparecem com frequência nos textos de Zurara.

⁵⁰ A carta faz essa e outras referências ao hábito de Cabral reunir seus capitães de naus antes de tomar uma decisão importante.

⁵¹ O navegador Nicolau *Coelho, que já estivera na Índia com Vasco da Gama, foi, portanto, o primeiro português a desembarcar no Brasil e a manter contato com os indígenas.

⁵² *Para terra*. No original: “em terra”.

⁵³ *Logo que*. No original: “tanto que”.

⁵⁴ *Começou a*. No original: “começou de”.

⁵⁵ *Estavam*. No original: “eram”.

⁵⁶ *Vergonhas*. Palavra comumente usada em Portugal, nos séculos XV e XVI, para designar os órgãos sexuais.

⁵⁷ *Rijos*. Decididos; com energia; vigorosos. Ver nota 392.

⁵⁸ *Ali*. Belarmina Ribeiro, na sua leitura paleográfica que nos serve de fonte, prefere colocar esse advérbio de lugar ligado à frase anterior (depuseram ali).

⁵⁹ *Obter*. No original: “haver”.

⁶⁰ *Barrete*. Cobertura da cabeça, feita de pano, geralmente de lã ou linho, muito usada

melho e uma carapuça⁶¹ de linho, que levava na cabeça, e um sombreiro⁶² preto. Um deles lhe deu um sombreiro de penas de aves compridas com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio. Outro lhe deu um ramal⁶³ grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira,⁶⁴ as quais peças creio que o capitão manda a Vossa Alteza. E com isso [Nicolau Coelho] voltou-se às naus, por ser tarde e não poder deles haver fala, por azo⁶⁵ do mar. À noite seguinte, ventou tanto sueste⁶⁶ com chuvaceiros, que fez caçar⁶⁷ as naus, especialmente a capitânea.

E à sexta [feira]⁶⁸ pela manhã, às oito horas, pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, o capitão mandou levantar âncoras e fazer vela. Fomos ao longo⁶⁹ da costa, com os batéis e

pelos marinheiros portugueses. Em algumas povoações atuais de Portugal ainda se usa o barrete de lã, de várias cores. Vasco da Gama também ofereceu barretes vermelhos aos negros de Angra de São Brás, no sul da atual África do Sul. Os barretes aparecem nos painéis de Nuno Gonçalves.

⁶¹ *Carapuça*. Outro tipo da cobertura da cabeça, feita de pano ou couro. Segundo Caldas Aulete (*Dicionário contemporâneo...*), trata-se de “barrete acabado em bico”.

⁶² *Sombreiro*. Chapéu de abas largas.

⁶³ *Ramal*. Colar ou rosário.

⁶⁴ *Aljaveira*. Planta cujas sementes serviam para fazer colares. O mesmo que aljofareira. Outros preferem interpretar as continhas de aljaveira como se fossem “búzios”. Carolina Michaelis (*Carta de Pedro...*, p. 88) estranha: “Faltam provas documentais de que ‘aljaveira’ existisse a par de ‘aljofaveira’ como nome do *lithospermum* de Plínio (Steinsame). Todavia é menos plausível ainda que Pedro Vaz confundisse ‘aljofer’ (nome árabe de verdadeiras pérolas, miúdas embora irregulares) com ‘algibeira’, ‘alijaveira’ (nome igualmente de origem árabe), de bolsas que, quando destinadas a mulheres, apareciam bastas vezes bordadas de pérolas (sementes de aljofareira, avelórios, miçangas), mas raras vezes de aljofre”.

⁶⁵ *Azo*. Causa; motivo; ocasião.

⁶⁶ *Sueste*. Aqui se trata do vento entre o Sul e o Leste.

⁶⁷ *Caçar*. Desviar do rumo.

⁶⁸ *Sexta-feira*. Eram 24 de abril.

⁶⁹ *Ao longo*. No original: “de longo”.

esquifes amarrados na⁷⁰ popa, para o norte,⁷¹ para ver se achávamos alguma abrigada⁷² e bom pouso, onde ficássemos⁷³ para tomar água e lenha, não por já nos minguar,⁷⁴ mas para aqui nos acertarmos.⁷⁵ E quando fizemos vela, estariam⁷⁶ já na praia, assentados junto ao rio, obra de 60 a 70 homens, que se juntaram ali aos poucos.⁷⁷ Fomos ao longo⁷⁸ [da costa], e mandou o capitão aos navios pequenos que fossem mais chegados à terra e que, se achassem pouso seguro para as naus, que amainassem.⁷⁹

Estando⁸⁰ nós pela costa, obra de⁸¹ dez léguas donde nós levantamos [ferro], acharam os ditos navios pequenos um arrecife⁸² com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada. Meteram-se dentro e amainaram. E as naus arribaram sobre eles⁸³ e, um pouco antes do sol posto, amainaram, obra de uma légua do arrecife, e ancoraram em⁸⁴ 11 braças [de profundidade].

Estando⁸⁵ nosso piloto Afonso *Lopes em um daqueles navios pequenos, – por mandado do capitão, por ser homem vivo e destre⁸⁶ para isso –, meteu-se logo no esquife a sondar o porto

⁷⁰ *Na.* No original: “por”.

⁷¹ *Para o norte.* No original: “contra o norte”.

⁷² *Abrigada.* Abrigo. Lugar abrigado das intempéries.

⁷³ *Ficássemos.* No original: “houvéssemos”.

⁷⁴ *Minguar.* Faltar. Ou seja, ainda não faltavam lenha nem água.

⁷⁵ *Acertarmos.* Orientarmos; conhecermos melhor a região.

⁷⁶ *Estariam.* No original: “seriam”.

⁷⁷ *Aos poucos.* No original: “poucos e poucos”. A transcrição de Belarmina Ribeiro prefere colocar a expressão “poucos e poucos” ligada à frase seguinte (Poucos e poucos fomos de longo).

⁷⁸ *Ao longo.* No original: “de longo”.

⁷⁹ *Amainassem.* Recolhessem a vela.

⁸⁰ *Estando.* No original: “sendo”.

⁸¹ *Obra de.* Cerca de.

⁸² *Arrecife.* Recife; rochedo localizado na atual Coroa Vermelha.

⁸³ *Arribaram sobre eles.* Chegaram a eles.

⁸⁴ *Ancoraram em.* No original: “ancoraram-se em”. Logo após, o original registra, riscado, o número “15”, desta maneira: xb (o “x” equivale a dez, e o “b”, a cinco).

⁸⁵ *Estando.* No original: “sendo”.

⁸⁶ *Destro.* No original: “deentro”. Cortesão (*op. cit.*, p. 101) traz: “deestro”.

adentro. Tomou, em uma almadia,⁸⁷ dois daqueles homens da terra, mancebos e de bons corpos. Um deles trazia um arco e seis ou sete setas. Na praia andavam muitos, com seus arcos e setas, e não lhe aproveitaram.⁸⁸ Trouxe-os logo, já de noite, ao capitão, onde foram recebidos com muito prazer e festa.

A feição deles é serem pardos, [à] maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura, nem estimam cobrir nenhuma coisa, nem mostrar suas vergonhas: acerca disso, estão em tanta inocência como têm em mostrar o rosto.⁸⁹ Ambos traziam furados os beijos de baixo, e metidos neles⁹⁰ ossos,⁹¹ ossos⁹² brancos, da compridão⁹³ de uma mão travessa⁹⁴ e da grossura de um fuso

⁸⁷ *Almadia*. Embarcação estreita e comprida. O vocábulo usado é de origem árabe (“al-ma-adia”, espécie de jangada).

⁸⁸ *Não lhe aproveitaram*. Não lhe serviram; não foram úteis. Neste texto, a idéia é de que os nativos não foram úteis a Afonso Lopes. Outros crêem na possibilidade, já ocorrida em outros casos, de o “lhe” transformar-se em plural; neste último caso, se poderia interpretar que os arcos e as setas não foram utilizados pelos nativos.

⁸⁹ *Rosto*. No original: “Rostro”. O português Caminha – membro de uma sociedade onde era hábito as pessoas andarem com os corpos cobertos, sendo a vestimenta importante componente da distinção social – espanta-se diante da nudez dos índigenas. Espanta-se também com a “inocência” dos índios em face da própria nudez, em contraste com a atitude dos católicos de então, habituados a enxergarem seus corpos como expressões do pecado. Referências, como essa, à inocência (no catolicismo, qualidade em geral associada à ausência de pecado) dos índios forneceram elementos para a posterior construção da categoria do “bom selvagem”, plenamente desenvolvida no século XVIII pelo Iluminismo. Ver nota 433.

⁹⁰ *Neles*. No original: “por eles”.

⁹¹ *Ossos*. No original: “senhos ossos”. O distributivo “senho, senhos, senha, senhas” (do latim *singulos*) significava “um para cada um”. Aqui no texto, o sentido seria: cada osso metido em cada buraco do beijo. A palavra “senhos” aparece outras vezes nesta carta. Gil Vicente também usava esse distributivo, cujo desaparecimento é lamentado por alguns estudiosos da língua portuguesa, como Carolina Michaelis de Vasconcelos e João Ribeiro.

⁹² *Ossos*. No original: “de osso”.

⁹³ *Compridão*. Extensão; tamanho.

⁹⁴ *Mão travessa*. Medida equivalente à largura da palma da mão. A respeito da analogia do comprimento dos ossos com o de uma mão travessa, escreve Filipe Nunes de Car-

de algodão,⁹⁵ agudo na ponta como furador; metem-nos pela parte de dentro do beíço, e o que lhe fica entre o beíço e os dentes é feito como roque⁹⁶ de xadrez,⁹⁷ e de tal maneira⁹⁸ o trazem ali encaixado que não lhes dá paixão,⁹⁹ nem lhes turva¹⁰⁰ a fala, nem [o] comer, nem [o] beber.¹⁰¹

Os seus cabelos são corredios.¹⁰² Andavam tosquiados,¹⁰³ de tosquia alta, mais que de sobre-pente,¹⁰⁴ de boa grandura e rapados até por cima das orelhas. Um deles trazia por baixo da solapa,¹⁰⁵ de fonte a fonte,¹⁰⁶ detrás,¹⁰⁷ uma maneira de cabeleira de

valho (O contato entre portugueses e índios do Brasil, uma limitada prospecção”, *Arquivos do Centro Cultural...*, v. XXXIV, p. 357): “No sentido de integrarem as estranhas imagens que se lhes depararam no Brasil no seu universo cultural, os mareantes procederam, como faz Caminha na sua carta, a comparações com realidades que lhes eram familiares.”

⁹⁵ *Fuso de algodão*. Peça roliça onde se enrola o algodão.

⁹⁶ *Roque*. Naquela época eram as peças de xadrez que ficavam nos cantos, equivalentes atualmente às torres).

⁹⁷ *Xadrez*. No original: “enxadrez”.

⁹⁸ *De tal maneira*. No original: “em tal maneira”. Ocorre a mesma substituição nas próximas vezes em que a expressão é citada.

⁹⁹ *Paixão*. Dor.

¹⁰⁰ *Turva*. Atrapalha.

¹⁰¹ Note-se, nesta e em passagens seguintes, a descrição minuciosa que Caminha faz do aspecto físico, da cultura e das reações dos índios Tupiniquim. Uma das dimensões deste documento é justamente o de ser um primoroso relato etnográfico.

¹⁰² *Corredios*. Lisos.

¹⁰³ *Tosquiados*. No original: “Trosquiados”.

¹⁰⁴ *De sobre-pente*. Por alto; de leve; superficialmente. João Ribeiro (*A carta de Pero Vaz...*, p. 242, nota 12) assim define a expressão: “Sobre pentem ou pente. Quer dizer muito algo. A locução *sobre pentem* foi muito usada pelos antigos clássicos com o mesmo sentido de por alto, de leve.” No original: “de sobre pentem”.

¹⁰⁵ *Solapa*. Palavra com interpretação variada. Para Jaime Cortesão (*A carta de Pero Vaz...*, p. 199-200), tratava-se de um tipo de corte de cabelo em que havia uma parte rapada – uma faixa por cima das orelhas e ao redor de toda a cabeça – sobre a qual caíam curtas madeixas. Atualmente, o termo tem estes significados: cova escondida; astúcia; orelha de livro. A locução adverbial atual “à solapa” significa: às escondidas; disfarçadamente; à socapa.

¹⁰⁶ *Fonte*. Em anatomia, cada um dos lados da cabeça que formam a região temporal.

¹⁰⁷ *Detrás*. No original: “por detrás”.

penas de ave amarela que seria da compridão de um coto,¹⁰⁸ mui basta e mui cerrada,¹⁰⁹ que lhe cobria o toutiço¹¹⁰ e as orelhas, a qual andava pegada nos cabelos, pena e pena, com uma confeição¹¹¹ branda como a cera – mas não o era¹¹² –; de maneira que andava a cabeleira mui redonda e mui basta e mui igual, que não fazia míngua¹¹³ mais lavagem para a levantar.¹¹⁴

O capitão, quando eles vieram, estava assentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e [tinha] aos pés uma alcatifa¹¹⁵ por estrado.¹¹⁶ Sancho de *Tovar,¹¹⁷ Simão de *Miranda, Nicolau *Coelho, Aires *Correia e nós outros, que aqui na nau¹¹⁸ [estávamos] com ele, uns assentados no chão, nessa¹¹⁹ alcatifa. Acenderam tochas.

[Os nativos] entraram e não fizeram nenhuma menção de cortesia,¹²⁰ nem de falar ao capitão, nem a ninguém. Porém, um

¹⁰⁸ *Coto*. Medida equivalente à distância do cotovelo até à mão, o que em adultos corresponde a cerca de dois palmos. No original: “couto”.

¹⁰⁹ *Cerrada*. Espessa; densa; fechada. No original: “sarada”.

¹¹⁰ *Toutiço*. Nuca.

¹¹¹ *Confeição*. Preparação de ingredientes medicinais.

¹¹² *Mas não o era*. No original: “e não no era”.

¹¹³ *Míngua*. Falta.

¹¹⁴ O sentido da frase é: o índio não precisava molhar a cabeleira para que ficasse alta, levantada ou erguida.

¹¹⁵ *Alcatifa*. Tapete grande para estender no chão. Do árabe *al-catifa*.

¹¹⁶ *Por estrado*. Como tablado ou suporte. Note-se o cuidado do capitão-mor Pedro Álvares Cabral em mostrar-se “bem vestido e com um colar de ouro”, sinais de distinção e riqueza na sociedade européia.

¹¹⁷ *Tovar*. No original: “Toar”. Sancho de *Tovar, escreve Sílvio Castro (*A carta de Pero Vaz...*, p. 19), “aparece em cena com a constante dignidade de seu encargo de vice-almirante. Juntamente com Simão de *Miranda, Aires *Correia, Diogo *Dias, Aires *Gomes, ele exercita as funções do comando, seja no plano técnico da navegação, através da direção operativa da expedição, seja igualmente quanto às relações com a nova gente das terras brasileiras. Todos eles demonstram o mesmo tratamento afável e cordial, endereçado politicamente a conquistar a confiança dos indígenas”.

¹¹⁸ *Nau*. Logo após, no original, a palavra riscada “uns”.

¹¹⁹ *Nessa*. No original: “por essa”.

¹²⁰ *Cortesia*. Tipo de cumprimento. Caminha estranha que os índios não cumprimentem os portugueses, ao entrar no navio. A seguir, estranha também que não se dirijam

deles pôs olho no colar do capitão e começou a¹²¹ acenar com a mão para a terra e depois¹²² para o colar, como que nos dizia que havia ouro em terra.¹²³ Também viu um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e então para o castiçal, como que [lá] também havia prata. Mostraram-lhes um papagaio pardo que o capitão traz aqui. Tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como que os havia aí. Mostraram-lhes um carneiro; não fizeram menção dele. Mostraram-lhes uma galinha; quase haviam medo dela e não lhe queriam pôr a mão; e depois a tomaram como [que] espantados.

Deram-lhes ali de comer pão e pescado cozido, confeites, fartéis,¹²⁴ mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada daquilo. E se provavam alguma coisa, lançavam-na logo fora.¹²⁵ Trouxeram-lhes vinho numa¹²⁶ taça; puseram-lhe assim a boca tão ao de leve¹²⁷ e dele

ao capitão-mor, paramentado e sentado pomposamente em uma cadeira sobre um grande tapete especialmente para recebê-los.

¹²¹ *Começou a*. No original: “começou de”.

¹²² *Depois*. No original: “despois”.

¹²³ Dada a impossibilidade de entender-se pela fala, portugueses e indígenas comunicavam-se por gestos. A conclusão a que Caminha chegou – a de que, apontando para o colar de Cabral e para a terra, os índios queriam dizer que lá havia ouro – foi provavelmente muito subjetiva, baseada unicamente no desejo do escrivão e dos outros navegantes de que esse fosse o significado do gesto do indígena. Como frisou António Pedro Pires (*Vida e morte...*): “O maior valor da carta reside [...] não na descrição dos usos e costumes do povo descoberto, mas no tipo de relações que deles próprios, portugueses: “Nessas condições, a comunicação é deformada: os portugueses emitem uma mensagem, a imagem que eles fazem de si próprios. Esta imagem já deformada, nada diz que seja recebida [...]” (Pero Vaz de Caminha, *sa lettre... et les autres, Arquivos do Centro Cultural...*, 1990, em tradução nossa).

¹²⁴ *Fartéis*. Bolos de açúcar e amêndoas envoltos em capas de farinha de trigo. Moraes (*Dicionário da língua portuguesa...*) registra, no verbete “fartem”: “massa doce, ou menos delicada, envolta numa capa de massa”, dando o plural como “fartéis” ou “farténs”.

¹²⁵ Há espanto – mas não censura –, da parte de Caminha, pelo fato de os índios darem demonstrações de não gostar da comida nem do vinho português.

¹²⁶ *Numa*. No original: “por uma”.

¹²⁷ *Tão ao de leve*. No original: “tão malaves”. Segundo Carolina Michaelis (*A carta de Pedro...*), a forma adverbial arcaica advém do latim *tammale-vix* e significa

não gostaram nada, nem o quiseram mais. Trouxeram-lhes água numa albarrada,¹²⁸ tomaram bocados¹²⁹ dela e não beberam; somente lavaram as bocas e lançaram fora. Um deles viu umas contas brancas de rosário, acenou que lhas dessem e folgou muito com elas; lançou-as ao pescoço, depois as tirou e embrulhou-as no braço; e acenava para a terra e então para as contas e para o colar do capitão, como que dariam ouro por aquilo. Isto tomávamo-lo assim por o desejarmos, mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar isto nós não queríamos entender, porque não lho havíamos de dar. Depois tornou¹³⁰ as contas a quem lhas deu.

Então, estiraram-se assim de costas na alcatifa, a dormir, sem ter nenhuma maneira de cobrirem suas vergonhas, as quais não eram fanadas:¹³¹ as cabeleiras delas [eram] bem rapadas e feitas. O capitão lhes mandou pôr às cabeças seus coxins;¹³² e o da cabeleira procurava assaz por a não quebrar.¹³³ Lançaram-lhes um manto em cima; eles consentiram, ficaram¹³⁴ e dormiram.¹³⁵

“apenas, mal, só de passagem”. Segundo Jaime Cortesão (*op. cit.*), o uso de “tão malaves” é freqüente em alguns escritores portugueses antigos, como Gil Vicente e Bernardim Ribeiro.

¹²⁸ *Numa albarrada*. Numa vasilha própria para beber vinho e água. No original: “por uma albarada”. A palavra vem do árabe *al-barrada*, que significa “vaso de barro poroso com duas asas para refrescar água”. Pode também significar “chaleira”; “vaso de flores”, “vaso de beber” e “recipiente”. Jaime Cortesão (*op. cit.*, p. 201) assinala: “estudando os documentos e os painéis da Ceia do primeiro e segundo quartel do século XVI, se conclui que a ‘albarrada’ era um vaso de metal, por via de regra prata, com uma só asa e tampa, muito característico”.

¹²⁹ *Bocados*. No original: “senhos bocados”. Ver nota 91.

¹³⁰ *Tornou*. Devolveu; entregou.

¹³¹ *Fanadas*. Circuncidadas.

¹³² *Seus coxins*. Almofadas que servem de assento. No original: “senhos coxins”; ver nota 91.

¹³³ *Quebrar*. Desmanchar.

¹³⁴ *Ficaram*. No original: “houveram”.

¹³⁵ Segundo Jaime Cortesão (*op. cit.*, p. 62-63), essa primeira parte da carta, até aqui, teria sido escrita no dia 24 de abril de 1500, enquanto Capistrano de Abreu acreditava que Caminha teria começado a escrever a carta no dia 26 de abril, e Carolina Michaelis datava o início da carta de 24 ou 26 em diante.

Ao sábado¹³⁶ pela manhã, o capitão mandou fazer vela. Fomos demandar a entrada, a qual era mui larga e alta,¹³⁷ de seis e sete braças. Entraram todas as naus¹³⁸ e ancoraram-se¹³⁹ em cinco a seis braças. A qual ancoragem,¹⁴⁰ dentro, é tão grande, tão formosa e tão segura que podem jazer dentro dela mais de 200 navios e naus.

E assim que¹⁴¹ as naus foram pousadas e ancoradas, todos os capitães vieram a esta nau do capitão-mor, e daqui o capitão mandou Nicolau *Coelho e Bartolomeu *Dias¹⁴² que fossem em terra e levassem aqueles dois homens e os deixassem ir com seu arco e setas; aos quais mandou dar camisas¹⁴³ novas, carapuças¹⁴⁴ vermelhas e dois rosários de contas brancas de osso – que eles levavam nos braços –, cascavéis¹⁴⁵ e campainhas.¹⁴⁶ E mandou com eles, para ficar lá, um mancebo degredado,¹⁴⁷ criado de D. João *Telo, a que chamam Afonso *Ribeiro, para andar lá com eles e

¹³⁶ *Sábado*. Dia 25 de abril.

¹³⁷ *Alta*. Funda.

¹³⁸ *Entraram todas as naus*. No original: “entraram todas as naus dentro”.

¹³⁹ *Ancoraram-se*. Fundearam.

¹⁴⁰ *Ancoragem*. Ancoradouro. O local onde permaneceram os grandes navios fica na atual baía Cabrália, a 16,2 graus de latitude sul, em cuja extremidade sul está Coroa Vermelha, onde foi rezada a primeira missa. A distância calculada entre o ancoradouro, no meio da baía, e a praia de Coroa Vermelha é de 1,5 quilômetros.

¹⁴¹ *Assim que*. No original: “tanto que”. A mesma substituição ocorrerá daqui para a frente.

¹⁴² Bartolomeu *Dias morreria em um naufrágio diante do cabo da Boa Esperança (que ele fora o primeiro europeu a contornar, em 1488), após deixar o Brasil, no dia 23 de maio de 1500, isto é, a menos de um mês desse sábado, 25 de abril. Escreveu Sílvio Castro (*A carta de Pero Vaz...*, p. 18): “Bartolomeu Dias e Nicolau Coelho – dois heróis lusíadas da epopéia camoniana – preenchem a cena da carta com aquela mesma determinação de protagonistas que sempre demonstraram nas suas específicas empresas históricas de descobridores.”

¹⁴³ *Camisas*. No original: “senhas camisas”. Ver nota 91.

¹⁴⁴ *Carapuças*. No original: “senhas carapuças”. Ver nota 91.

¹⁴⁵ *Cascavéis*. Guizos. No original: “senhos cascavéis”. Ver nota 91.

¹⁴⁶ *Campainhas*. Pequenos sinos. No original: “senhas campanhias”. Ver nota 91.

¹⁴⁷ Degredados eram os condenados pela Justiça de Portugal à pena de degredo, isto é, a viver fora de seu local de moradia, pelo tempo estipulado pelo juiz. Inicialmente, as condenações a degredo destinavam-se ao Reino mas, desde o começo da expansão

saber de seu viver e maneira: e a mim, mandou que fosse com Nicolau *Coelho. Fomos assim como flecha, direto à praia.¹⁴⁸ Ali logo acudiram obra de 200 homens, todos nus e com arcos e flechas nas mãos.

Aqueles que nós levávamos acenaram-lhes [para] que se afastassem e pusessem os arcos [no chão]. Eles os puseram, mas¹⁴⁹ não se afastaram¹⁵⁰ muito; basta¹⁵¹ que puseram os arcos. Então, saíram [do batel] os que nós levávamos, e com eles o mancebo degredado.¹⁵² Os quais, logo que¹⁵³ saíram, não pararam mais, nem um esperava pelo¹⁵⁴ outro, senão [seguiam] a quem mais corria.¹⁵⁵ Passaram um rio que corre por aí, de água doce e de muita água, que lhes dava pela braga,¹⁵⁶ e muitos outros com eles. Foram assim correndo além do rio, entre umas moitas de palmas, onde estavam outros, e ali pararam. E naquilo foi o degredado com um homem que logo ao sair do batel o agasalhou¹⁵⁷ e o levou até lá. Logo o tornaram¹⁵⁸ a nós; e com ele

portuguesa, abrangeram também as possessões lusas em além-mar. Vasco da Gama foi o primeiro a levar degredados e condenados à morte em sua expedição, com o objetivo de deixá-los em terras recém-encontradas, para que ali aprendessem língua e costumes locais, servindo como informantes e intérpretes das próximas expedições que ali aportassem. Cabral continuou a prática, transportando em sua esquadra vinte degredados, distribuídos em vários locais onde aportou. Ver *Documento 8*, nota 26.

¹⁴⁸ *Como flecha, direto à praia*. No original: “de flecha, direitos à praia”. Ver nota 44.

¹⁴⁹ *Mas*. No original: “e”.

¹⁵⁰ *Afastaram*. No original: “afastavam”.

¹⁵¹ *Basta*. No original: “abasta”.

¹⁵² *Degredado*. No original: “degradado”, conforme uso da palavra à época. Ver nota 147.

¹⁵³ *Logo que*. No original: “assim como”.

¹⁵⁴ *Pelo*. No original: “por”.

¹⁵⁵ *Corria*. No original: “correria”.

¹⁵⁶ *Braga*. Coxa (sentido figurado). “Bragas” eram calças largas e curtas que iam até aos joelhos.

¹⁵⁷ *Agasalhou*. Recebeu. Os indígenas deram várias demonstrações de hospitalidade e bom tratamento para com os portugueses, como essa, em relação ao degredado. Durante a permanência da esquadra portuguesa, não esboçaram um único gesto que pudesse ser interpretado como hostil. Os tripulantes também trataram os nativos com bastante cordialidade.

¹⁵⁸ *Tornaram*. Devolveram. Foram feitas várias tentativas para que o degredado Afonso Ribeiro e outros pernoitassem em terra, para obter maiores informações sobre o

vieram os outros que nós levamos, os quais vinham já nus e sem carapuças.

Então, muitos começaram a chegar.¹⁵⁹ Entravam pela beira do mar, para os batéis, até que não podiam mais. Traziam cabaços de água e tomavam alguns barris que nós levávamos, enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis. Não que eles chegassem de todo a bordo do batel, mas, junto com ele lançavam-no da mão e nós tomávamo-los. E pediam que lhes dessem alguma coisa. Nicolau Coelho levava cascavéis e manilhas,¹⁶⁰ e [a] uns dava um cascavel e a outros uma manilha, de maneira que com aquela encarna¹⁶¹ quase nos queriam dar a mão.¹⁶² Davam-nos daqueles arcos e flechas por sombreiros, carapuças de linho e por qualquer coisa que homem¹⁶³ lhes quisesse¹⁶⁴ dar. Dali os outros dois mancebos partiram-se,¹⁶⁵ que não os vimos mais.

Andavam ali muitos deles, ou quase a maior parte. Todos¹⁶⁶ traziam aqueles bicos de osso nos beiços; e alguns, que andavam sem eles, traziam os beiços furados e nos buracos traziam uns espelhos de pau¹⁶⁷ que pareciam espelhos de borracha. Alguns traziam três daqueles bicos, a saber, um na metade e outros dois nos

país e seus habitantes, mas os índios sistematicamente os devolviam, decerto desejando manter certa reserva a respeito de aspectos de seu modo de vida. Ver nota 349.

¹⁵⁹ *Começaram a chegar*. No original: “se começaram de chegar”.

¹⁶⁰ *Manilhas*. Argolas de metal para enfeitar braço ou perna.

¹⁶¹ *Encarna*. Engodo. Anteriormente, “encarna” significava isca de carne para as aves ou cães de caça.

¹⁶² *Quase nos queriam dar a mão*. Segundo João Ribeiro, a frase deve ser entendida assim: “queriam passar adiante de nós, isto é, exceder-nos em” (citação em Jaime Cortesão, *A carta...*, p. 202 e 203, nota 29).

¹⁶³ *Homem*. Alguém; qualquer pessoa. Pronome indefinido corrente no século XVI.

¹⁶⁴ *Quisesse*. No original: “queria”.

¹⁶⁵ *Partiram-se*. Afastaram-se; retiraram-se.

¹⁶⁶ *Todos*. No original: “que todos”.

¹⁶⁷ *Espelhos de pau*. Tampas de recipiente de couro para vinho. *Espelhos de borracha*, logo a seguir: segundo João Ribeiro (*A carta de Pero...*), “Borrachas eram odres de couro que serviam de frascos, tais os de hoje de vidro, então menos comuns. Pela parte de fora traziam a tampa ou fecho que tinha o nome de ‘espelho’. O ‘espelho’, ou local da ‘borracha’, era de pau e naturalmente semelhava aos que os índios punham nos beiços. A mesma observação fez Gabriel Soares no seu *Tratado*”.

cabos.¹⁶⁸ Outros andavam aí esartejados de cores¹⁶⁹ a saber, deles a metade da sua própria cor e a metade de tintura negra, [à] maneira de azulada, e outros quartejados de escaques.¹⁷⁰

Entre eles ali andavam três ou quatro moças,¹⁷¹ bem moças e bem gentis,¹⁷² com cabelos muito pretos compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas¹⁷³ e tão cerradinhas,¹⁷⁴ e tão limpas das cabeleiras, que de as nós muito bem olharmos não tínhamos nenhuma vergonha.¹⁷⁵

Ali por então não houve mais fala nem entendimento com eles, por ser a barbaria¹⁷⁶ deles tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém. Acenamos-lhes¹⁷⁷ [para] que se fossem. Assim o fizeram e passaram-se¹⁷⁸ além do rio.

Saíram três ou quatro homens nossos dos batéis e encheram não sei quantos barris de água, que nós levávamos, e tornamo-nos

¹⁶⁸ *Nos cabos*. Nas extremidades. No original: “dos cabos”.

¹⁶⁹ *Esartejados de cores*. Divididos em cores.

¹⁷⁰ *Quartejados de escaques*. Divididos em quadrados como os do tabuleiro de xadrez, com cores alternadas. Os escaques (quadrados) foram bastante utilizados nos escudos das famílias nobres portuguesas. Note-se aqui, na minuciosa descrição do aspecto físico dos índios, o recurso à analogia entre o que se via na terra, o novo, e o já conhecido, isto é, o que existia de semelhante em Portugal.

¹⁷¹ *Moças*. O Brasil conserva até hoje o mesmo significado para essa palavra: mulheres jovens. O termo não é mais usado em Portugal, onde foi substituído por “raparigas”.

¹⁷² *Gentis*. Lindas; formosas.

¹⁷³ *Altas*. Muito dianteiras; muito à frente ou para cima, segundo o filólogo João Ribeiro (citação em Jaime Cortesão, *A carta...*, p. 205, nota 32).

¹⁷⁴ *Cerradinhas*. Fechadas; densas; espessas. No original: “saradinhas”.

¹⁷⁵ *Não tínhamos nenhuma vergonha*. Carolina Michaelis, *op. cit.*, pensa que esse foi um erro da pena de Caminha (*lapsus calami*), o qual, na realidade, queria dizer que “as moças indígenas” não tinham nenhuma vergonha. Segundo Afrânio Peixoto e Jaime Cortesão, Caminha não cometeu erro, isto é, quis dizer exatamente o que está no texto: os portugueses não tiveram vergonha de olhar as índias, as quais também não tinham vergonha de suas “vergonhas” (Jaime Cortesão, *A carta...*, p. 205, nota 32). Concordamos com a segunda hipótese. Logo a seguir (ver nota 187), Caminha faz um trocadilho com a palavra “vergonha”. Sobre o mesmo assunto, ver nota 258.

¹⁷⁶ *Barbaria*. No original: “berberia”.

¹⁷⁷ *Lhes*. No original: “lhe”.

¹⁷⁸ *Passaram-se*. Dirigiram-se; encaminharam-se.

às naus. Em nós assim vindo, acenaram-nos [para] que tornássemos. Tornamos, e eles mandaram o degredado; não quiseram que [ele] ficasse lá com eles; o qual levava uma bacia pequena e duas ou três carapuças vermelhas para dá-la ao senhor, se aí o houvesse. Não curaram de lhe tomar nada; e assim o mandaram com tudo. Então, Bartolomeu Dias o fez outra vez tornar [e] que lhes desse aquilo; ele tornou e, à nossa vista,¹⁷⁹ deu aquilo àquele que da primeira [vez] o agasalhou. Então veio¹⁸⁰ e trouxemô-lo. Este que o agasalhou era já de dias¹⁸¹ e andava todo por louçainha,¹⁸² cheio de penas pegadas pelo corpo que parecia assetado,¹⁸³ como São Sebastião. Outros traziam carapuças de penas amarelas; outros, de [penas] vermelhas; e outros, de verdes.

Uma daquelas moças era toda tinta daquela tintura, de fundo acima,¹⁸⁴ a qual, certo,¹⁸⁵ era tão bem feita e tão redonda,¹⁸⁶ e sua vergonha, que ela não tinha,¹⁸⁷ [era] tão graciosa que a muitas mulheres da nossa terra – vendo-lhe tais feições – faria¹⁸⁸ vergonha, por não terem a sua como ela. Nenhum deles não era fanado,¹⁸⁹ mas todos assim como nós. E com isso nos tornamos, e eles se foram.

À tarde saiu o capitão-mor em seu batel, com todos nós outros e com os outros capitães das naus em seus batéis, a folgar pela baía, diante da¹⁹⁰ praia. Mas ninguém saiu em terra, por o capitão não querer, apesar de¹⁹¹ ninguém nela estar. Ele somente saiu com todos em um ilhéu grande que está na baía, que na¹⁹² baixa-mar

¹⁷⁹ *À nossa vista*. No original: “em vista de nós”.

¹⁸⁰ *Veio*. No original: “veio-se”.

¹⁸¹ *Era já de dias*. Era muito velho.

¹⁸² *Louçainha*. Gala; galanteria.

¹⁸³ *Assetado*. Cheio de setas, crivado de setas.

¹⁸⁴ *De fundo acima*. De alto a baixo.

¹⁸⁵ *Certo*. Com certeza; certamente.

¹⁸⁶ *Redonda*. Perfeita e cheia.

¹⁸⁷ Aqui Caminha faz um trocadilho com a palavra “vergonha”.

¹⁸⁸ *Faria*. No original: “fizera”.

¹⁸⁹ *Fanado*. Circuncidado.

¹⁹⁰ *Diante da*. No original: “acarão da”, que significa “de cara com”, “defronte de”.

¹⁹¹ *Apesar de*. No original: “sem embargo de”.

¹⁹² *Na*. No original: “de”.

fica mui vazio; porém,¹⁹³ de todas as partes é cercado de água, que não pode ninguém ir a ele sem barco ou a nado. Ali folgou ele com todos nós outros bem uma hora e meia; aí pescaram, andando [os] marinheiros com um chinchorro;¹⁹⁴ e mataram pescado miúdo, não muito. Então, volvemo-nos às naus já bem noite.

Ao domingo de Pascoela,¹⁹⁵ pela manhã, o capitão determinou de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu.¹⁹⁶ Mandou a todos os capitães que se corrigissem¹⁹⁷ nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperavel¹⁹⁸ e dentro nele alevantar altar mui bem corrigido.¹⁹⁹ E ali, com todos nós outros, fez dizer missa, a qual o padre frei *Henrique disse em voz entoada, oficiada²⁰⁰ com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes que estavam²⁰¹ todos ali; a qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção. Ali estava²⁰² com o capitão a bandeira de Cristo com que saiu de Belém, a qual esteve sempre alta, à parte²⁰³ do Evangelho.

Acabada a missa, o padre desvestiu-se,²⁰⁴ pôs-se em uma cadeira alta – nós todos [estávamos] lançados²⁰⁵ por essa areia – e pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho:

¹⁹³ *Porém*. No original: “pero”.

¹⁹⁴ *Chinchorro*. Rede de arrastar em alto-mar; chinha (do espanhol *chinchorro*).

¹⁹⁵ *Pascoela*. Era o domingo logo após o Domingo de Páscoa; caiu no dia 26 de abril.

¹⁹⁶ Trata-se do ilhéu da Coroa Vermelha. A iconografia brasileira a respeito da primeira missa é muito rica. O quadro mais famoso é o de Victor Meirelles, *Primeira missa no Brasil*, composto em 1861 e que se encontra no Museu Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro; Cândido Portinari (painel de 1947, no Banco Boavista, São Paulo), entre outros, também recriou a primeira missa, sobre outras bases. Ver a respeito Jorge Coli, *Primeira missa e invenção da descoberta*, in: Novaes, Adauto (org.), *A Descoberta do...*, p. 107-121.

¹⁹⁷ *Corrigissem*. Preparassem.

¹⁹⁸ *Esperavel*. Dossel ou pálio.

¹⁹⁹ *Corrigido*. Concertado; adornado.

²⁰⁰ *Oficiada*. Auxiliada; ajudada.

²⁰¹ *Estavam*. No original: “eram”.

²⁰² *Estava*. No original: “era”.

²⁰³ *À parte*. Ao lado.

²⁰⁴ *Devestiu-se*. Tirou os paramentos próprios para rezar a missa.

²⁰⁵ *Lançados*. Espalhados; assentados; estabelecidos.

no fim²⁰⁶ dela, tratou de nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se²⁰⁷ com o sinal da cruz, sob cuja obediência viemos; a qual veio muito a propósito e fez muita devoção.

Enquanto estivemos à missa e à pregação, estaria²⁰⁸ na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como os de ontem, com seus arcos e setas, os quais andavam folgando e nos olhando. E assentaram-se. Depois de acabada a missa – assentados nós à pregação –, alevantaram-se muitos deles, tangeram²⁰⁹ corno ou buzina, começaram a saltar e dançar um pedaço. Alguns deles se metiam em almadias – duas ou três que aí tinham, as quais não são feitas como as que eu já vi; somente são três traves atadas juntas – e ali se metiam quatro ou cinco ou aqueles²¹⁰ que queriam, não se afastando quase nada da terra senão enquanto²¹¹ podiam tomar pé.

Acabada a pregação, o capitão moveu todos para os batéis, com nossa bandeira alta. Embarcamos e fomos todos para a terra,²¹² para passarmos ao longo por onde eles estavam, indo Bartolomeu *Dias com seu esquife adiante,²¹³ por mandado do capitão, com um pau²¹⁴ de uma almadia que o mar lhes levara, para lho dar; nós todos, obra de um tiro de pedra atrás dele. Quando²¹⁵ eles viram o esquife²¹⁶ de Bartolomeu *Dias, todos chegaram-se logo à água, metendo-se nela até onde mais podiam; acenaram-lhes [para] que pusessem os arcos: muitos deles logo os iam pôr em terra, outros não os punham.

Aí andava um que falava muito aos outros [para] que se afastassem, mas, que a mim parecesse, já não lhe tinham acatamento nem medo. Este que assim os andava afastando trazia seu arco e setas, andava tinto de tintura vermelha, pelos peitos, espáduas e pelos quadris, coxas e pernas, até abaixo; e os

²⁰⁶ *No fim*. No original: “e em fim”.

²⁰⁷ *Conformando-se*. Conciliando-se; resignando-se.

²⁰⁸ *Estaria*. No original: “seriam” (no plural).

²⁰⁹ *Tangeram*. Tocaram.

²¹⁰ *Aqueles*. No original: “esses”.

²¹¹ *Enquanto*. No original: “quanto”.

²¹² *Para a terra*. No original: “contra a terra”.

²¹³ *Adiante*. No original: “diante”.

²¹⁴ *Pau*. Remo.

²¹⁵ *Quando*. No original: “como”.

²¹⁶ *Esquife*. Ver nota 49.

vazios²¹⁷ na²¹⁸ barriga e estômago eram²¹⁹ de sua própria cor.²²⁰ A tintura era tão²²¹ vermelha que a água lha não comia nem desfazia; antes, quando saía da água, era mais vermelho.

Saiu um homem do esquife de Bartolomeu *Dias e andava entre eles, sem [eles] pensarem em fazer-lhe mal.²²² Antes,²²³ davam-lhe cabaços de água e acenavam aos do esquife [para] que saíssem em terra. Com isso, volveu-se Bartolomeu *Dias ao capitão. E viemos²²⁴ às naus a comer, tangendo trombetas e gaitas, sem lhes dar mais opressão.²²⁵ Eles tornaram-se a assentar na praia e assim, por então, ficaram.

Neste ilhéu, aonde²²⁶ fomos ouvir missa e pregação, a água espraia²²⁷ muito e descobre²²⁸ muita areia e muito cascalho. Em nós aí estando, alguns foram buscar marisco e não o acharam. Acharam alguns camarões grossos e curtos, entre os quais vinha um camarão muito grande e muito grosso, que em nenhum tempo o vi tamanho.²²⁹ Também acharam cascas²³⁰ de berbigões²³¹ e de amêijoas,²³² mas não toparam com nenhuma peça inteira.

²¹⁷ *Vazios*. As partes sem tintura.

²¹⁸ *Na*. No original: “com a”.

²¹⁹ *Eram*. No original: “era”.

²²⁰ Trata-se de mais uma das numerosas descrições que Caminha faz na carta das pinturas nos corpos indígenas, costume que causou estranheza e fascinação nos portugueses.

²²¹ *Tão*. No original: “assim”.

²²² *Sem [eles] pensarem em fazer-lhe mal*. O original é confuso: “sem entenderem nada nele quanta para lhe fazerem mal”. Jaime Cortesão (*op. cit.*, p. 163) prefere: “sem implicarem nada com ele para fazer-lhe mal”.

²²³ *Antes*. No original: “senão quanto”.

²²⁴ *Viemos*. No original: “viemo-nos”.

²²⁵ *Opressão*. Constrangimento. No original: “apressão”. À época, era freqüente o uso de “sem apressão”, para significar “de livre vontade”.

²²⁶ *Aonde*. No original: “onde”.

²²⁷ *Espraia*. Estende-se pela praia; deixa a praia a descoberto.

²²⁸ *Descobre*. Mostra; deixa ver.

²²⁹ *Tamanho*. Tão grande, do latim *tam magnu* (tão grande). Pode ser que Caminha se referisse ao pitu.

²³⁰ *Cascas*. Conchas.

²³¹ *Berbigões*. Moluscos. No original: “bergões”. Gil Vicente usou “brebigões” (*Auto da Índia*) e Valentim Fernandes (*O manuscrito Valentim Fernandes*), “bribigões”.

²³² *Amêijoas*. Moluscos (tipo de marisco) comestíveis, muito comuns até hoje em Portugal. No original: “ameijeas”.

Logo que²³³ comemos, todos os capitães vieram a esta nau, por mandado do capitão-mor, com os quais ele se apartou, e eu na companhia. Perguntou a todos se nos parecia ser bom²³⁴ mandar à Vossa Alteza – pelo navio dos mantimentos – a nova do achamento desta terra, para melhor a mandar descobrir e saber dela mais do que agora nós podíamos saber, por irmos na²³⁵ nossa viagem [para a Índia]. Entre muitas falas que no caso se fizeram, foi dito por todos, ou a maior parte, que seria muito bom.²³⁶ E todos concluíram nisso.²³⁷ E assim que²³⁸ a conclusão foi tomada, perguntou mais: se seria bom tomar aqui, por força, um par desses homens para os mandar a Vossa Alteza e deixar aqui, por eles, outros dois desses degredados.

Acordaram com²³⁹ isto: que não era necessário tomar por força homens, porque era costume geral dos que assim levavam por força, para alguma parte, dizerem que há aí tudo o que lhes²⁴⁰ perguntam;²⁴¹ e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens desses degredados que aqui deixassem, do que eles [homens da terra] dariam se os levassem, por ser gente que ninguém entende; nem eles aprenderiam tão cedo a falar para o saberem tão bem dizer que muito melhor estroutros não o digam, quando cá Vossa Alteza mandar; e que, portanto, não curassem aqui de tomar ninguém por força, nem fazer escândalo, para mais os amansar e pacificar de todo, senão somente deixar aqui os dois degredados, quando daqui partíssemos. E assim ficou determinado, por parecer melhor a todos.

²³³ *Logo que*. No original: “e tanto que”.

²³⁴ *Bom*. No original: “bem”. Novamente Cabral consulta seus capitães, antes de tomar uma decisão importante; no caso, a de deixar em terra dois degredados.

²³⁵ *Na*. No original: “de”.

²³⁶ *Muito bom*. No original: “muito bem”.

²³⁷ *Concluíram nisso*. Resolveram isso. “Concluir em” é sinônimo de “resolver”.

²³⁸ *E assim que*. No original: “e tanto que”.

²³⁹ *Acordaram com*. No original: “acordaram a”.

²⁴⁰ *Lhes*. No original: “lhe”.

²⁴¹ O trecho comprova que a prática de seqüestrar nativos para enviá-los ao rei de Portugal não só se tornara comum nas viagens oceânicas portuguesas, como se mostrava pouco eficaz para a obtenção de informações sobre as terras e os povos visitados, já que os seqüestrados tendiam a dizer “que há aí tudo o que lhes perguntam”.

Acabado isso, disse o capitão que fôssemos em terra nos batéis; e ver-se-ia bem que tal era²⁴² o rio, e também para folgarmos.

Fomos todos em terra nos batéis, armados, e a bandeira conosco. Eles andavam ali na praia, à boca do rio aonde nós íamos. Antes que chegássemos, do ensino que dantes tinham, todos puseram os arcos e acenaram [para] que saíssemos.

Assim que os batéis puseram as proas²⁴³ em terra, logo todos passaram além do rio, o qual não é mais ancho²⁴⁴ que um jogo de mancal.²⁴⁵ E assim que²⁴⁶ desembarcamos, alguns dos nossos passaram logo o rio e foram [ficar] entre eles. Alguns aguardavam, e outros se afastavam; porém,²⁴⁷ a coisa era de maneira que todos andavam misturados. Eles davam esses arcos com suas setas por sombreiros e carapuças de linho e por qualquer coisa que lhes davam. Passaram além [do rio] tantos dos nossos e andavam assim misturados com eles que eles se esquivavam e se afastavam e iam-se deles para cima, onde outros estavam. Então, o capitão fez-se tomar ao colo de dois homens, passou o rio e fez tornar todos.

A gente que estava²⁴⁸ ali não seria mais que aquela que soía²⁴⁹ [estar]. E logo que²⁵⁰ o capitão fez tornar todos, alguns deles vieram a ele, não por o conhecerem por senhor, porque²⁵¹ me parece que não entendem nem tomavam disso conhecimento, mas porque a nossa gente já passava para aquém do rio. Ali falavam e traziam muitos arcos e continhas daquelas já ditas, e

²⁴² *Que tal era*. No original: “que jando era”, sendo “jando” por “tal”. Daí surgiu a palavra “quejando, quejandos”, significando “que tal, que tais”, utilizada em frases como: “Comprei laranja, mamão e quejandos”.

²⁴³ *Proas*. As partes dianteiras da embarcação.

²⁴⁴ *Ancho*. Largo.

²⁴⁵ *Jogo de mancal*. Jogo de malha. No original: “manqual”. Caminha refere-se a uma distância média entre o jogador e o marco aonde se deve atirar a malha; cerca de oito metros.

²⁴⁶ *E assim que*. No original: “e tanto que”.

²⁴⁷ *Porém*. No original: “pero”.

²⁴⁸ *Estava*. No original: “era”.

²⁴⁹ *Soía*. Costumava.

²⁵⁰ *E logo que*. No original: “e tanto que”.

²⁵¹ *Porque*. No original: “cá”. Segundo Moraes (*Diccionario da língua portugueza...*), a antiga conjunção “cá” vem do francês *car* e, antes, do antigo francês *ca* ou *ka*. Também pode significar “do que”.

resgatavam [-nas]²⁵² por qualquer coisa; em tal maneira que dali trouxeram para as naus muitos arcos, setas e contas.

Então, tornou-se o capitão aquém do rio, e logo acudiram muitos à beira dele. Ali veríeis galantes²⁵³ pintados de preto e vermelho e quartejados²⁵⁴ assim pelos corpos como pelas pernas, que, certo,²⁵⁵ pareciam bem assim. Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres moças assim nuas que não pareciam mal, entre as quais andava uma com uma coxa, do joelho²⁵⁶ até o quadril, e a nádega toda tinta daquela tintura preta, e o resto²⁵⁷ todo [era] da sua própria cor. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés, e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas que aí não havia nenhuma vergonha.²⁵⁸ Também andava aí outra mulher moça com um menino ou menina no colo, atado aos peitos com um pano, não sei de quê, que lhe não parecia senão as perninhas; mas as pernas da mãe e o resto²⁵⁹ não traziam nenhum pano.

Depois, moveu-se²⁶⁰ o capitão para cima, ao longo do rio, que anda sempre em frente da²⁶¹ praia. E ali esperou um velho, que trazia na mão uma pá²⁶² de almadia; falou perante nós todos, estando o capitão com ele – sem nunca ninguém o entender, nem ele a nós –, quantas coisas que o homem²⁶³ lhe perguntava de

²⁵² *Resgatavam [-nas]*. Trocavam. Negociavam.

²⁵³ *Galantes*. Homens bem vestidos, elegantes.

²⁵⁴ *Quartejados*. Quarteados; divididos em quadrados. “Quarteados de cores”, “feito em quadrados de várias cores”.

²⁵⁵ *Certo*. Certamente.

²⁵⁶ *Joelho*. No original: “giolho”.

²⁵⁷ *Resto*. As outras coisas. No original está a palavra antiga “al”, oriunda do latim vulgar *ale*, de *aliud* (outra coisa).

²⁵⁸ *Vergonha*. Novamente, Caminha faz trocadilho: não ter vergonha das vergonhas. Ver notas 175 e 187.

²⁵⁹ *Resto*. No original: “al”. Segundo Tesson (*Pero Vaz de...*, tradução nossa), na carta de Caminha, “índios e portugueses se opõem como nus/vestidos, oposição que parece corresponder, ela também, à oposição natureza/cultura”.

²⁶⁰ *Moveu-se*. No original: “moveu”.

²⁶¹ *Em frente da*. No original: “a carão da”.

²⁶² *Pá*. Remo.

²⁶³ *Homem*. Alguém.

ouro, que nós desejávamos saber se o havia na terra.²⁶⁴ Esse velho trazia o beijo tão furado que lhe caberia, pelo furado, um grande dedo polegar; e trazia metido no furado uma pedra verde, ruim,²⁶⁵ que cerrava²⁶⁶ por fora aquele buraco. O capitão lha fez tirar, e ele – não sei [por] que diabo – falava e ia com ela para a boca do capitão para lha meter. Estivemos rindo²⁶⁷ um pouco com isso;²⁶⁸ então, o capitão enfadou-se e o deixou. Um dos nossos deu-lhe pela pedra um sombreiro velho, não por cia valer alguma coisa, mas por amostra;²⁶⁹ depois o capitão a houve,²⁷⁰ creio que para a mandar a Vossa Alteza com as outras coisas.²⁷¹

Andamos por aí vendo a ribeira, a qual é de muita água e muito boa. Ao longo dela há muitas palmas, não muito altas, em que há mui bons palmitos.²⁷² Colhemos e comemos muitos deles. Então, tornou-se o capitão para baixo, para a boca do rio, onde desembarcamos. Além do rio andavam muitos deles, dançando e

²⁶⁴ O interesse pela existência de metais preciosos em uma nova terra foi um comportamento constante em todas as viagens européias de descobrimento.

²⁶⁵ *Ruim*. Imperfeita.

²⁶⁶ *Cerrava*. No original: “sarava”.

²⁶⁷ *Rindo*. No original: “riindo” ou “rijmndo”, que alguns leram “rijnando” ou “reinando”. A cópia da carta feita em 1773 no Arquivo da Torre do Tombo (ver Trajetória do documento) grafou erroneamente “reinando”, o que Carolina Michaelis, *op. cit.*, repetiu, atribuindo ao vocábulo a significação de “brincando”.

²⁶⁸ *Com isso*. No original: “sobre isso”.

²⁶⁹ *Amostra*. No original: “mostra”. Ver nota 302.

²⁷⁰ *Houve*. Obteve.

²⁷¹ Era costume dos portugueses, quando chegavam a uma terra para eles desconhecida, recolher amostras de objetos, animais, plantas, adornos e produtos de origens diversas, mesmo que não fossem valiosos, para levar ou enviar ao rei. Os objetivos da prática eram impressionar o soberano, saciar a curiosidade dos conterrâneos acerca de terras e povos longínquos e comprovar a própria presença em locais exóticos. A carta faz referências a diversas trocas com os índios, empreendidas por membros da tripulação.

²⁷² São várias as passagens, como esta, de elogio à natureza da terra e aos frutos naturais, apesar do estilo conciso, econômico de adjetivos, da carta de Caminha (em contraste, por exemplo, com os textos entusiásticos de Américo Vespúcio (principalmente, *Documentos 23 e 27*). O contraste entre a natureza tropical americana e a temperada européia provavelmente parecia ainda mais intenso àqueles navegantes, após a longa e penosa permanência no mar. Ver nota 446.

folgando, uns ante outros, sem se tomarem pelas mãos; e f-ziam-no bem. Então, Diogo *Dias – almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer – passou-se além do rio; levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita e meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos. Eles folgavam, riam e andavam com ele muito bem, ao som da gaita. Depois de dançarem fez-lhes²⁷³ ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras e salto real,²⁷⁴ de que eles se espantavam e riam e folgavam muito.²⁷⁵ Conquanto²⁷⁶ aquilo muito os segurou e afagou, tomavam logo uma esquiviza,²⁷⁷ como monteses.²⁷⁸ E foram-se para cima.²⁷⁹

Então, o capitão passou o rio com todos nós outros. Fomos ao longo da praia,²⁸⁰ indo os batéis assim em frente da²⁸¹ terra. Fomos até uma lagoa grande, de água doce, que está junto com a praia, porque toda aquela ribeira do mar é apaulada²⁸² por cima, e sai a água por muitos lugares. Depois de passarmos o rio, uns sete ou oito deles foram andar entre os marinheiros que se recolhiam aos batéis. E levaram dali um tubarão que Bartolomeu *Dias matou; levou-o²⁸³ e lançou-o na praia.

Basta²⁸⁴ [dizer] que até aqui – como quer que, em alguma parte,²⁸⁵ eles se amansassem – logo de uma mão para a outra se

²⁷³ *Lhes*. No original: “lhe”.

²⁷⁴ *Salto real*. Jaime Cortesão (*A carta de Pero...*) interpreta como “salto mortal”.

²⁷⁵ É a primeira dança coletiva entre indígenas e portugueses, momento mágico de alegria e conagração entre povos diferentes. O cineasta Humberto Mauro, no filme *Descobrimento do Brasil*, de 1937, recriou com muita beleza essa cena.

²⁷⁶ *Conquanto*. No original: “conquanto com”.

²⁷⁷ *Esquiviza*. Esquivança; ato de esquivar. Os nativos “tomaram esquiviza” ou “esquivaram-se”, “foram esquivos”. Ver notas 278, 286, 290 e 292.

²⁷⁸ *Monteses*. Pessoas ou animais dos montes ou montanhas, geralmente muito desconfiados e esquivos. Cortesão (*op. cit.*) interpreta como “animais monteses”. Ver notas 277, 286, 290, 292.

²⁷⁹ *Para cima*. Para o monte, onde costumavam ficar à espreita.

²⁸⁰ *Ao longo da praia*. No original: “pela praia de longo”.

²⁸¹ *Em frente da*. No original: “a carão da”.

²⁸² *Apaulada*. Cheia de água, ou encharcada, como um paul ou pântano.

²⁸³ *Levou-o*. No original: “levava-lho”.

²⁸⁴ *Basta*. No original: “abasta”.

²⁸⁵ *Em alguma parte*. Por um lado.

esquivavam como pardais de cevadouro.²⁸⁶ E homem²⁸⁷ não lhes ousa falar de rijo para não mais se esquivarem. Tudo se passa como eles querem, para os bem amansarem.²⁸⁸ Ao velho com que o capitão falou [e] deu uma carapuça vermelha – com toda a fala que com ele passou e com a carapuça que lhe deu –, assim que se despediu, que começou a passar o rio, foi-se logo recatando e não quis mais tornar do rio para aquém. Os outros dois que o capitão teve nas naus, a que deu o que já é dito, nunca mais apareceram aqui. De que tiro²⁸⁹ ser gente bestial e de pouco saber; e por isso são assim esquivos.²⁹⁰ Eles, porém,²⁹¹ andam muito bem

²⁸⁶ *Como pardais de cevadouro.* Os pardais, quando estão comendo em algum cevadouro ou ceva, ficam sempre ariscos ou em alerta, prontos para fugir de algum perigo. Trata-se de mais uma referência de Caminha ao comportamento arisco dos indígenas, que se aproximavam sem medo dos portugueses, mas logo se recolhiam, esquivos. Trata-se também de mais uma analogia de Caminha entre o comportamento arisco dos índios e o comportamento de animais (pardais, animais monteses, etc.), para finalmente chegar à conclusão, linhas adiante, de que os índios eram “gente bestial e de pouco saber”. Ver notas 277, 278, 290 e 292.

²⁸⁷ *Homem.* Alguém.

²⁸⁸ A frase deixa claro que havia um cuidado deliberado dos portugueses em não contradizer os índios, a fim de “os bem amansarem”. Ver nota 405.

²⁸⁹ *Tiro.* Conclusão.

²⁹⁰ Referindo-se várias vezes ao comportamento arisco dos indígenas, Caminha relacionou-os a animais (animais monteses, pardais, seres que precisavam ser amansados, etc.). Neste trecho da carta, relacionando o citado comportamento arisco ao fato de os indígenas não se portarem segundo padrões considerados civilizados pelos europeus – não demonstrarem gratidão, não fazerem cumprimentos, não retornarem às naus após ganhar presentes, etc. –, o escrivão chegou à conclusão de que os índios eram “gente bestial e de pouco saber”, isto é, eram como animais, seres da natureza, sem civilização. A associação dos não-europeus ou não-cristãos com bestas vinha de antiga tradição na Europa, a qual deu origem à segunda vertente de pensamento da Europa, oposta à do bom selvagem (ver nota nº 89), a respeito dos povos que viviam em sociedades simples: a do desprezo por esses povos, seguido de sua demonização (ver a respeito Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do paraíso...*). Esses mesmos Tupiniquim, os mais dóceis e sociáveis nativos que os portugueses encontraram no Brasil, depois que se tornaram menos ariscos, nos setenta anos seguintes, foram bestialmente escravizados e dizimados pelos europeus, o mesmo ocorrendo com os primeiros nativos encontrados na América pelos espanhóis. Ver notas 277, 278, 286 e 292.

²⁹¹ *Porém.* No original: “porém, contudo”.

curados,²⁹² muito limpos e naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses, que o ar lhes faz melhor pena e melhor cabelo que às [aves ou alimárias] mansas, porque os seus corpos são limpos e tão gordos e tão formosos que não podem mais ser. Isso me faz presumir que não têm casas nem moradas em que se colham; e o ar a que se criam os faz tais; nem nós ainda até agora não vimos nenhuma casa nem maneira²⁹³ delas.

O capitão mandou àquele degredado Afonso *Ribeiro que se fosse outra vez com eles; o qual se foi e andou lá um bom pedaço [de tempo]. À tarde, tornou-se, pois²⁹⁴ eles o fizeram vir e não o quiseram consentir lá. Deram-lhe arcos e setas e não lhe tomaram nenhuma coisa do seu. Antes, disse ele, que um deles lhe tomara umas continhas amarelas que ele levava – e fugia com elas – e ele se queixou; os outros foram logo após ele e lhas tomaram e tornaram-lhas a dar. Então, mandaram-no vir. Disse ele que não vira, lá entre eles, senão umas choupaninhas de rama verde e de feitos²⁹⁵ muito grandes como os de Entre Douro e Minho. E assim nos tornamos às naus, já quase noite, a dormir.

À segunda-feira,²⁹⁶ depois de comer, saímos todos em terra a tomar água. Então, ali vieram muitos, mas não tantos como as outras vezes. Traziam já muito poucos arcos e estiveram assim

²⁹² *Curados*. Tratados; cuidados. Aqui e na continuação do parágrafo, Caminha ressalta as qualidades que vê nos índios – cuidado com os próprios corpos, limpeza e formosura –, voltando a relacioná-los com “aves ou alimárias monteses”, agora para concluir que, tal como estes, os indígenas deviam ter, no íntimo contato com a natureza, a razão de sua saúde e formosura. Aqui, portanto, o escrivão acentua os pontos que lhe parecem positivos da analogia dos índios com seres selvagens, com animais. Percebe-se a oscilação do pensamento do escrivão entre as duas faces, a negativa e a positiva, desta analogia. A completa identificação do índio com a natureza, de qualquer forma, impede concebê-lo como ser civilizado, dotado de cultura própria. Ver notas 89, 277, 278, 286, 290 e 447.

²⁹³ *Maneira*. O modo ou maneira como as moradias são. Logo a seguir, no entanto, Caminha registra que o degredado Afonso Ribeiro estivera entre os indígenas e vira choupanas e construções grandes. Teria Caminha escrito a segunda passagem em um outro dia, posterior?

²⁹⁴ *Pois*. No original: “que”.

²⁹⁵ *Feitos*. Obras; construções.

²⁹⁶ *Segunda-feira*. Dia 27 de abril.

um pouco afastados de nós. Depois, aos poucos,²⁹⁷ misturaram-se conosco, abraçavam-nos e folgavam. Alguns deles se esquivavam logo. Ali davam alguns arcos por folhas de papel,²⁹⁸ por alguma carapucinha vermelha e por qualquer coisa. De tal maneira se passou a coisa que bem 20 ou 30 pessoas das nossas se foram com eles aonde estavam muitos outros deles com moças e mulheres. Trouxeram de lá muitos arcos e barretes²⁹⁹ de penas de aves, verdes e amarelos,³⁰⁰ de que, creio,³⁰¹ o capitão há-de mandar amostra³⁰² a Vossa Alteza. Segundo diziam esses que lá foram, folgavam com eles.

Nesse dia os vimos de mais perto e mais à nossa vontade, por andarmos todos quase misturados. Ali [alguns] deles andavam quartejados daquelas pinturas; outros, pela metade;³⁰³ outros, de tanta feição,³⁰⁴ como em panos de armar;³⁰⁵ todos com os beijos furados – muitos com os ossos neles, e [alguns] deles sem ossos. Alguns deles traziam ouriços verdes³⁰⁶ de árvores, que na cor queriam parecer de castanheiros, senão que eram bem menores;³⁰⁷ e aqueles eram cheios de uns grãos vermelhos, pequenos,

²⁹⁷ *Aos poucos*. No original: “poucos e poucos”.

²⁹⁸ *Folhas de papel*. Quaisquer pedaços de papel.

²⁹⁹ *Barretes*. Provavelmente, cocares.

³⁰⁰ *Verdes e amarelos*. No original: “deles verdes e deles amarelos”.

³⁰¹ *Creio*. No original: “creio que”.

³⁰² *Amostra*. Em trecho anterior, Caminha grafou “mostra”. Ver nota 269.

³⁰³ *Pela metade*. No original: “de metade”

³⁰⁴ *Feição*. Forma; aspecto; variedade de forma e cor.

³⁰⁵ *Panos de armar*. Tapeçarias que serviam para enfeitar (armar) paredes de palácios e igrejas e, às vezes, de cabines de navios. Carolina Michaelis interpreta como panos de rás ou Arrás (cidade francesa), de muitas cores. Os portugueses dos séculos XV e XVI tinham o costume de utilizar bastante as tapeçarias coloridas, provenientes ou não de Arrás.

³⁰⁶ *Ouriços verdes*. Trata-se do urucum ou urucu, do tupi *uru'ku*, que significa “vermelho”, planta de cujos grãos vermelhos se faz o colorau, para temperar alimentos, ou a tinta para se pintar o corpo. A casca verde, coberta de pêlos parecidos com espinhos, como ouriço, assemelha-se à casca verde e ouriçada da castanha portuguesa, maior do que o urucum.

³⁰⁷ *Senão que eram bem menores*. No original: “senão quanto eram mais e mais pequenos”. Tanto os portugueses atuais quanto os espanhóis usam os comparativos “mais

que, esmagando-os entre os dedos, faziam tintura muito vermelha, da que eles andavam tintos. Quanto mais se molhavam, tanto mais vermelhos ficavam.

Todos andam rapados até acima das orelhas, e assim as sobrancelhas e pestanas. Todos trazem as testas – de fonte e a fonte – tintas de tintura preta, que parece uma fita preta ancha³⁰⁸ de dois dedos.

O capitão mandou àquele degredado Afonso *Ribeiro e a outros dois degredados que fossem andar lá entre eles, e a Diogo *Dias, por ser homem ledo³⁰⁹ com que eles folgavam. Mandou aos degredados que ficassem lá essa noite. Foram-se lá todos e andaram entre eles. Segundo eles diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação de casas – em que haveria nove ou dez casas – as quais, diziam, que eram tão compridas, cada uma como esta nau capitânea; e eram de madeira e das ilhargas³¹⁰ de tábuas, cobertas de palha de razoada³¹¹ altura, todas em uma só casa,³¹² sem nenhum repartimento; dentro³¹³ tinham muitos esteios; e de esteio a esteio, uma rede atada pelos cabos³¹⁴ em cada esteio, altas, em que dormiam. Debaixo, para se aquecerem,³¹⁵ faziam seus fogos. Cada casa tinha duas portas pequenas, uma em um cabo, e outra no outro. Diziam que em cada casa se acolhiam 30 ou 40 pessoas, e que assim os acharam;³¹⁶ e que lhes davam de comer daquela vianda³¹⁷ que eles tinham, a saber, muito

pequeno” e “mais grande”. Esses comparativos são inexplicavelmente condenados pelos gramáticos brasileiros, que defendem como corretas apenas as formas “menor” e “maior”.

³⁰⁸ *Ancha*. Larga.

³⁰⁹ *Ledo*. Alegre; cheio de prazer.

³¹⁰ *Ilhargas*. Lados.

³¹¹ *Razoada*. Razoável.

³¹² *Em uma só casa*. Jaime Cortesão (*op. cit.*, p. 167) prefere registrar “duma só peça”.

³¹³ *Dentro*. No original: “de dentro”.

³¹⁴ *Cabos*. Extremidades.

³¹⁵ *Aquecerem*. Aquecerem. Estranhamente, Jaime Cortesão (*op. cit.*, p. 167) traz “agüentarem”. Falha tipográfica?

³¹⁶ *Acharam*. No original: “achavam”.

³¹⁷ *Vianda*. Alimento. Palavra de origem francesa, proveniente de *viande*, isto é, “carne”. À época, eram abundantes os galicismos em Portugal. Segundo Jaime

inhame³¹⁸ e outras sementes que há na terra, que eles comem. Quando³¹⁹ foi tarde, fizeram-nos logo todos tornar e não quiseram que nenhum lá ficasse e ainda, segundo eles diziam, queriam vir³²⁰ com eles.

Resgataram lá, por cascavéis e por outras coisinhas de pouco valor que levavam, papagaios vermelhos muito grandes e formosos, dois verdes pequeninos, carapuças de penas verdes e um pano de penas de muitas cores, [à] maneira de tecido assaz formoso, segundo verá Vossa Alteza todas essas coisas, porque o capitão vo-las há-de mandar, segundo ele disse. Com isso, vieram, e nós nos tornamos às naus.

À terça-feira,³²¹ depois de comer, fomos para³²² terra dar guarda da³²³ lenha e lavar roupa. Quando chegamos, estavam na praia obra de 60 ou 70 [nativos] sem arcos e sem nada. Assim que chegamos, vieram³²⁴ logo para nós sem se esquivarem. Depois acudiram muitos, que seriam bem 200, todos sem arcos; todos misturaram-se tanto conosco que nos ajudavam [alguns] deles a acarretar³²⁵ lenha e meter nos batéis. Lutavam³²⁶ com os nossos e tomavam muito prazer.

Enquanto nós fazíamos a lenha,³²⁷ dois carpinteiros faziam uma grande cruz de um pau que se cortou ontem para isso. Mui-

Cortesão (*op. cit.*, p. 215), “vianda” também significava “comida de animais”. Ver nota 359.

³¹⁸ *Inhame*. Mandioca ou cassava. Tal qual o Português Anônimo (*Documento 8*), Caminha confundiu o inhame – já conhecido dos portugueses e dos árabes da expedição – com a mandioca ou, mais provavelmente, com o cará. Segundo Greenlee (*Viagem de Pedro Álvares...*, p. 154), baseado em Métraux, “é praticamente certo que os índios Tupinambá não conheciam o inhame”. O inhame é nativo da Ásia e, à época, era cultivado também nas costas da Guiné. A respeito do conhecimento dos árabes sobre o inhame, ver também *Documento 8*, nota 20.

³¹⁹ *Quando*. No original: “como”.

³²⁰ *Vir*. No original: “se vir”.

³²¹ *Terça-feira*. Dia 28 de abril.

³²² *Fomos para*. No original: “fomos em”.

³²³ *Dar guarda da*. Guardar a; recolher a. No original: “dar guarda de”.

³²⁴ *Vieram*. No original: “vieram-se”.

³²⁵ *Acarretar*. Transportar; carregar.

³²⁶ *Lutavam*. Competiam.

³²⁷ *Fazíamos a lenha*. Preparávamos a lenha.

tos deles vinham ali estar com os carpinteiros; creio que o faziam mais para ver³²⁸ a ferramenta de ferro com que a faziam que por verem a cruz, porque eles não têm coisa que seja de ferro e cortam sua madeira e paus com pedras feitas como cunhas, metidas em um pau entre duas talas mui bem atadas, e por tal maneira que andam fortes, segundo diziam os homens que ontem [foram] às suas casas, porque as³²⁹ viram lá.

A conversação deles conosco já era tanta que quase nos torravam³³⁰ o³³¹ que havíamos de fazer. O capitão mandou a dois degredados e a Diogo *Dias que fossem lá à aldeia – e a outras, se houvesse algumas [aldeias] novas³³² – e que, de toda a maneira,³³³ não viessem³³⁴ a dormir às naus, ainda que eles os mandassem. E assim se foram.

Enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, alguns papagaios³³⁵ atravessavam por essas árvores, verdes e pardos,³³⁶ grandes e pequenos, de maneira que me parece que haverá nesta terra muitos; porém,³³⁷ eu não veria mais que até nove ou dez. Outras aves, então, não vimos. Somente algumas pombas-seixas;³³⁸ e pareceram-me maiores, em boa quantidade, com as de Portugal. Alguns diziam que viram rolas, mas eu não as vi; mas como³³⁹ os arvoredos são muitíssimos,³⁴⁰ grandes e de infindas maneiras,

³²⁸ *Ver.* No original: “verem”.

³²⁹ *As.* No original: “lhas”.

³³⁰ *Torvavam.* Perturbavam; confundiam. É variação de “turvar”. Na leitura paleográfica de Belarmina Ribeiro está “tornavam”.

³³¹ *O.* No original: “ao”.

³³² *Se houvesse algumas [aldeias] novas.* No original: “e se houvessem delas novas”.

³³³ *De toda a maneira.* No original: “em toda a maneira”.

³³⁴ *Não viessem.* No original: “não se viessem”.

³³⁵ Os europeus, de modo geral, encantaram-se com essas coloridas aves falantes, os papagaios, e com freqüência as transportaram para a Europa. Os primeiros italianos a visitarem o país costumavam chamá-lo de “Terra dos Papagaios”, conforme se lê nos *Documentos 11, 14 e 19*.

³³⁶ *Verdes e pardos.* No original: “deles verdes e outros pardos”.

³³⁷ *Porém.* No original: “pero”.

³³⁸ *Pombas-seixas.* Pombas que comem pedrinhas; pombas-rolas; talvez as picaçus indígena.

³³⁹ *Como.* No original: “segundo”.

³⁴⁰ *Muitíssimos.* No original: “Mui muitos”.

não duvido que por esse sertão haja³⁴¹ muitas aves. E cerca³⁴² da noite, nos volvemos para as naus com nossa lenha. Eu creio, senhor, que aqui ainda não dei conta a Vossa Alteza da feição de seus arcos e setas: os arcos são pretos e compridos; e as setas [são] compridas; os ferros delas [são] de canas aparadas, segundo Vossa Alteza verá por alguns que, creio,³⁴³ o capitão há-de enviar a Vossa Alteza.³⁴⁴

À quarta-feira³⁴⁵ não fomos para³⁴⁶ terra porque o capitão andou todo o dia no navio dos mantimentos, a despejá-lo³⁴⁷ e [a] fazer levar às naus isso que cada uma podia levar. Eles acudiram à praia, muitos – segundo vimos das naus – que seriam obra de 300, segundo disse Sancho de *Tovar, que lá foi.

Diogo *Dias e Afonso *Ribeiro, o degredado, a que o capitão ontem mandou que de toda a maneira³⁴⁸ dormissem lá, volveram-se já de noite por eles não quererem que lá dormissem.³⁴⁹ Trouxeram papagaios verdes e outras aves pretas, quase como pegas, senão que³⁵⁰ tinham o bico branco e os rabos curtos. Quando Sancho de *Tovar se recolheu à nau, alguns queriam vir³⁵¹ com ele, mas ele não quis senão dois mancebos dispostos³⁵² e homens de prol.³⁵³ Mandou-os essa noite mui bem pensar³⁵⁴ e curar.³⁵⁵ Comeram toda vianda que lhes deram. E mandou-lhes fazer

³⁴¹ *Haja*. No original: “hajam”.

³⁴² *Cerca*. Perto. No original: “acerca”.

³⁴³ *Creio*. No original: “creio que”.

³⁴⁴ *A Vossa Alteza*. No original: “a ela”.

³⁴⁵ *Quarta-feira*. Dia 29 de abril.

³⁴⁶ *Fomos para*. No original: “fomos em”.

³⁴⁷ *Despejá-lo*. Desocupá-lo; desobstruí-lo.

³⁴⁸ *De toda a maneira*. No original: “em toda a maneira”.

³⁴⁹ Como já ocorrera outras vezes, os índios impediram que os degredados portugueses pernoitassem em terra, devolvendo-os aos navios. Ver nota nº 158.

³⁵⁰ *Que*. No original: “quanto”.

³⁵¹ *Vir*. No original: “vir-se”.

³⁵² *Dispostos*. Bem feitos de corpo.

³⁵³ *Homens de prol*. Homens úteis, de préstimo ou proveito. Do latim *prode* (que é útil). Gil Vicente (*Auto da Fama*) escreveu: “E vereis homens de prol, gente esforçada e varonil”.

³⁵⁴ *Pensar*. Tratar do sustento e da limpeza; lavar, vestir e dar de comer.

³⁵⁵ *Curar*. Cuidar; tratar.

não duvido que por esse sertão haja³⁴¹ muitas aves. E cerca³⁴² da noite, nos volvemos para as naus com nossa lenha. Eu creio, senhor, que aqui ainda não dei conta a Vossa Alteza da feição de seus arcos e setas: os arcos são pretos e compridos; e as setas [são] compridas; os ferros delas [são] de canas aparadas, segundo Vossa Alteza verá por alguns que, creio,³⁴³ o capitão há-de enviar a Vossa Alteza.³⁴⁴

À quarta-feira³⁴⁵ não fomos para³⁴⁶ terra porque o capitão andou todo o dia no navio dos mantimentos, a despejá-lo³⁴⁷ e [a] fazer levar às naus isso que cada uma podia levar. Eles acudiram à praia, muitos – segundo vimos das naus – que seriam obra de 300, segundo disse Sancho de *Tovar, que lá foi.

Diogo *Dias e Afonso *Ribeiro, o degredado, a que o capitão ontem mandou que de toda a maneira³⁴⁸ dormissem lá, volveram-se já de noite por eles não quererem que lá dormissem.³⁴⁹ Trouxeram papagaios verdes e outras aves pretas, quase como pegas, senão que³⁵⁰ tinham o bico branco e os rabos curtos. Quando Sancho de *Tovar se recolheu à nau, alguns queriam vir³⁵¹ com ele, mas ele não quis senão dois mancebos dispostos³⁵² e homens de prol.³⁵³ Mandou-os essa noite mui bem pensar³⁵⁴ e curar.³⁵⁵ Comeram toda vianda que lhes deram. E mandou-lhes fazer

³⁴¹ *Haja*. No original: “hajam”.

³⁴² *Cerca*. Perto. No original: “acerca”.

³⁴³ *Creio*. No original: “creio que”.

³⁴⁴ *A Vossa Alteza*. No original: “a ela”.

³⁴⁵ *Quarta-feira*. Dia 29 de abril.

³⁴⁶ *Fomos para*. No original: “fomos em”.

³⁴⁷ *Despejá-lo*. Desocupá-lo; desobstruí-lo.

³⁴⁸ *De toda a maneira*. No original: “em toda a maneira”.

³⁴⁹ Como já ocorrera outras vezes, os índios impediram que os degredados portugueses pernoitassem em terra, devolvendo-os aos navios. Ver nota nº 158.

³⁵⁰ *Que*. No original: “quanto”.

³⁵¹ *Vir*. No original: “vir-se”.

³⁵² *Dispostos*. Bem feitos de corpo.

³⁵³ *Homens de prol*. Homens úteis, de préstimo ou proveito. Do latim *prode* (que é útil). Gil Vicente (*Auto da Fama*) escreveu: “E vereis homens de pro, gente esforçada e varonil”.

³⁵⁴ *Pensar*. Tratar do sustento e da limpeza; lavar, vestir e dar de comer.

³⁵⁵ *Curar*. Cuidar; tratar.

Alguns deles traziam arcos e setas; todos os deram por carapuças e por qualquer coisa que lhes davam. Comiam conosco do que lhes dávamos; alguns deles bebiam vinho e outros não o podiam beber; mas me parece que, se lho avezarem,³⁷¹ que o beberão de boa vontade.

Andavam todos tão dispostos e tão bem feitos e galantes com suas tinturas que pareciam bem.³⁷² Acarretavam³⁷³ dessa lenha quanto³⁷⁴ podiam, com mui boa vontade,³⁷⁵ e levavam-na aos batéis. Andavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós andávamos entre eles.³⁷⁶ O capitão foi um pedaço com alguns de nós por esse arvoredo até uma ribeira grande e de muita água, que a nosso parecer era essa mesma que vem ter à praia em que nós tomamos água.

Ali houvermos³⁷⁷ um pedaço [de tempo], bebendo e folgando ao longo dela, entre esse arvoredo que é tanto, tamanho, tão basto e de tantas prumagens³⁷⁸ que não pode homem dar-se conta.³⁷⁹ Há entre ele muitas palmas, de que colhemos muitos e bons palmitos. Quando saímos do batel, o capitão disse que seria bom irmos direto³⁸⁰ à cruz, que estava encostada a uma árvore, junto com o rio, para se pôr [amanhã] de manhã, que é sexta-feira, e que nós puséssemos todos em joelhos e a beijássemos, para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. Assim o fizemos.³⁸¹ Esses

³⁷¹ *Avezarem*. Acostumarem; habituarem.

³⁷² *Pareciam bem*. Causavam boa impressão.

³⁷³ *Acarretavam*. Transportavam; carregavam.

³⁷⁴ *Quanto*. No original: “quanta”.

³⁷⁵ *Boa vontade*. No original: “boas vontades”.

³⁷⁶ Segundo Caminha, nesse momento os indígenas já se sentiam mais à vontade com os portugueses do que o inverso. Portanto, a desconfiança e o comportamento arisco, antes apontados como característica indígena (notas 277, 278, 286, 290 e 292), estavam presentes também no comportamento dos portugueses. Ver notas 393, 413 e 418.

³⁷⁷ *Houvermos*. Estivemos.

³⁷⁸ *Prumagens*. Árvores que dão pomos de caroço.

³⁷⁹ *Dar-se conta*. No original: “dar-se conto”.

³⁸⁰ *Direto*. No original: “direitos”. Ver notas 44 e 148.

³⁸¹ No trecho, está clara a preocupação dos portugueses em demonstrar a própria fé, com vistas a uma futura cristianização dos índios. Na classificação dos católicos

dez ou 12 que aí estavam acenaram-lhes que fizessem assim, e todos foram logo beijá-la.³⁸²

Parece-me gente de tal inocência que – se algum deles entendesse,³⁸³ e eles [entendessem] a nós – seriam³⁸⁴ logo cristãos, porque eles não têm nem entendem de³⁸⁵ nenhuma crença, segundo parece.³⁸⁶ Portanto, se os degredados que aqui hão-de fi-

uropeus de então a respeito de outros povos, os índios – assim como os negros animistas da África ocidental e oriental – foram considerados “pagãos”, isto é, povos sem religião, seres que ainda não haviam tido a oportunidade de conhecer o cristianismo; considerada “a verdadeira religião”. Por isso, os pagãos mereciam ser cristianizados, e deveriam sê-lo pelos europeus católicos. Já aos “infieis”, ou seja, aos praticantes de crenças monogâmicas, como os muçulmanos, os católicos europeus dispensavam o tratamento de inimigos (e vice-versa), combatendo-os duramente. Como não eram percebidos como portadores de outra religião, os índios não podiam ser considerados infieis, e sua conversão – missão dos cristãos – não seria difícil, imaginava Caminha, idéia confirmada nas linhas seguintes. Ver notas 382, 386, 389, 429 e 447.

³⁸² A facilidade com que os índios imitavam os gestos religiosos dos portugueses – como os de ajoelhar-se e de beijar a cruz – reforçou entre os navegadores a idéia de que a conversão dos “pagãos” ao catolicismo seria fácil; o mesmo sentimento é expresso durante a celebração da primeira missa e a cerimônia de plantar a cruz. Os primeiros sacerdotes a conviver longo tempo entre os indígenas, como Ancheita e Nóbrega, contudo, acabaram por perceber que aqueles eram apenas gestos imitativos, e não expressões de fé cristã. Escreve Tesson (Pero Vaz de Caminha, *sa lettre... et les autres, Arquivos do Centro Cultural...*, 1990, em tradução nossa): os índios “se contentam em imitar docilmente. É este mimetismo dos índios que oferecerá à hipótese homogênea [dos portugueses] a ilusão de uma tomada do espaço indígena”. Ver notas 381, 386, 389, 429 e 447.

³⁸³ *Se algum deles entendesse*. No original: “se os (*sic*) homem entendesse”.

³⁸⁴ *Seriam*. No original: “que seriam”.

³⁸⁵ *De*. No original: “em”.

³⁸⁶ O trecho demonstra que Caminha, como provavelmente os outros portugueses da esquadra, não conseguiu identificar a presença de uma religião entre os indígenas, devido à inexistência, entre estes, dos sinais religiosos exteriores que estava habituado a localizar entre muçulmanos e judeus, tais como templos, clero e livros sagrados. A religião animista dos Tupiniquim, identificando deuses com forças da natureza, ainda não fazia parte dos sistemas classificatórios dos europeus. Ver notas 381, 382, 389, 429 e 447.

car aprenderem bem sua fala e os entenderem, não duvido, segundo a santa tenção³⁸⁷ de Vossa Alteza, fazerem-se cristãos, e crerem na nossa santa fé, à qual praza a nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade, e imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho que lhes quiserem dar.³⁸⁸ Logo Nosso Senhor deu-lhes bons corpos e bons rostos, como a bons homens; e Ele, que por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa.³⁸⁹ Portanto, Vossa Alteza – que³⁹⁰ tanto deseja acrescentar na santa fé católica – deve entender em³⁹¹ sua salvação, e prazera a Deus que com pouco trabalho será assim.

Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem outra nenhuma alimária que seja costumada ao viver dos homens, nem comem senão desse inhame – que aqui há muito –, e dessa semente e frutos que a terra e as árvores lançam de si. E com isso andam tais, tão rijos³⁹² e tão nédios que não o somos nós tanto, conquanto comamos³⁹³ trigo e legumes.

³⁸⁷ *Tenção*. Intenção.

³⁸⁸ O raciocínio de Caminha completa-se aqui: deixados em terra, os degredados aprenderiam o idioma dos índios, completando assim o último elo que faltava para garantir a futura conversão dos bons e inocentes silvícolas ao cristianismo. Ver nota 430.

³⁸⁹ A idéia de que Portugal havia sido conduzido até os outros povos por desígnio divino, com a missão de convertê-los ao cristianismo, foi uma constante nos documentos portugueses de viagens dos séculos XV e XVI, reforçando-se durante o reinado de D. Manuel (1495-1521), que apresentou grandes feitos marítimos – como a descoberta do caminho marítimo para as Índias – e forte conteúdo messiânico. A difusão do cristianismo no mundo foi um estímulo tão forte quanto a busca do lucro para as navegações lusitanas. Ver notas 381, 382, 386, 429 e 447.

³⁹⁰ *Que*. No original: “pois”.

³⁹¹ *Entender em*. Ocupar-se em; cuidar de. Para Moraes (*Dicionário da língua portuguesa...*): “Entender no melhoramento das almas”..

³⁹² *Rijos*. Vigorosos; fortes. Ver nota 57.

³⁹³ *Comamos*. No original: “comemos”. Nesse trecho, a comparação entre índios e europeus é desfavorável a estes últimos, que, embora comam trigo e legumes, são menos saudáveis do que os primeiros, que se alimentavam apenas com frutos da natureza. O escrivão acentua aqui um aspecto positivo da analogia índios/natureza. Causou muito espanto aos portugueses a inexistência, entre os indígenas, de animais domésticos (os citados, e mais galinhas, cachorros e porcos) e da pecuária. Ver notas 376, 413 e 418.

Neste³⁹⁴ dia, enquanto andaram ali, dançaram e bailaram com os nossos sempre ao som de um tamboril³⁹⁵ nosso, de maneira que³⁹⁶ são muito mais nossos amigos que nós seus [amigos].³⁹⁷ Se [algum] homem acenava-lhes [para saber] se queriam vir às naus, faziam-se logo prestes para isso de tal maneira que, se alguém quisesse³⁹⁸ convidar todos, todos viriam.³⁹⁹ Porém, nessa⁴⁰⁰ noite não trouxemos às naus senão quatro ou cinco, a saber: o capitão-mor, dois; Simão de *Miranda um, que já trazia por pajem; e Aires *Gomes, outro, assim pajem. Dos que⁴⁰¹ o capitão trouxe, um deles era um dos seus hóspedes, que, à primeira [vez], quando aqui chegamos, lhe trouxeram – o qual veio hoje aqui vestido com a sua⁴⁰² camisa – e com ele um seu irmão, os quais, nessa⁴⁰³ noite, foram mui bem agasalhados,⁴⁰⁴ assim de vianda, como de cama, de colchões e lençóis, para mais os amansar.⁴⁰⁵

Hoje, que é sexta-feira, 1º dia de maio, saímos pela manhã, para⁴⁰⁶ terra com nossa bandeira. Fomos desembarcar acima do rio, para o sul,⁴⁰⁷ onde nos pareceu que seria melhor cantar⁴⁰⁸ a

³⁹⁴ *Neste*. No original: “este”.

³⁹⁵ *Tamboril*. Alguns preferem “tambor”. O original traz “tambori”. Segundo Morais, *op. cit.*, tamboril é “um tambor pequeno que se toca por festa nas aldeias”.

³⁹⁶ *De maneira que*. No original: “em maneira que”; logo após, as seguintes palavras riscadas: “seus homem todos quisera (sic) convidar”.

³⁹⁷ Repete-se a idéia de que os índios já estavam mais próximos dos portugueses do que o contrário.

³⁹⁸ *Se alguém quisesse*. No original: “se os homem (sic) quiseram”.

³⁹⁹ *Viriam*. No original: “vieram”.

⁴⁰⁰ *Nessa*. No original: “esta”.

⁴⁰¹ *Dos que*. No original: “os que”.

⁴⁰² *Com a sua*. No original: “na sua”. Caminha quer dizer que o nativo veio com a camisa que antes ganhara do capitão.

⁴⁰³ *Nessa*. No original: “esta”.

⁴⁰⁴ *Agasalhados*. Recebidos; acolhidos.

⁴⁰⁵ Volta aqui a idéia de que o bom tratamento dispensado aos índios, como o descrito, tinha como objetivo “amansá-los”, ganhar-lhes a confiança. Ver nota 288.

⁴⁰⁶ *Para*. No original: “em”.

⁴⁰⁷ *Para o sul*. No original: “contra o sul”.

⁴⁰⁸ *Chantar*. Finar no chão. Do latim *plantare* (plantar).

cruz, para ser melhor vista. Ali assinou⁴⁰⁹ o capitão [o local] onde fizessem a cova para a cantar. Enquanto a ficaram fazendo, ele, com todos nós outros, fomos abaixo⁴¹⁰ do rio, onde ela estava. Trouxemo-la dali com esses religiosos e sacerdotes adiante,⁴¹¹ cantando [à] maneira de procissão. Alguns deles já estavam⁴¹² aí, obra de 70 ou 80. Quando nos viram assim vir, alguns deles foram meter-se debaixo dela [para] ajudar-nos.⁴¹³ Passamos o rio, ao longo da praia, e fomos pô-la onde havia de ser, que será obra de dois tiros de besta⁴¹⁴ do rio. Andando ali nisso, vieram obra de 150 ou mais.

Chantada a cruz, com as armas e divisa de Vossa Alteza, que primeiro lhe pregaram, armaram [um] altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei *Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram a ela conosco obra de 50 ou 60 deles, assentados⁴¹⁵ todos, de joelhos,⁴¹⁶ assim como nós. Quando veio o Evangelho, que nós erguemos, todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco e alçaram as mãos, estando assim até ser acabado. Então, tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nós pusemos de joelhos, eles se puseram todos assim como nós estávamos, com as mãos levantadas, e de tal maneira assossegados⁴¹⁷ que certifico a Vossa Alteza que nos fez muita devoção.⁴¹⁸

⁴⁰⁹ *Assinou*. Marcou.

⁴¹⁰ *Abaixo*. No original: “por abaixo”.

⁴¹¹ *Adiante*. No original: “diante”.

⁴¹² *Estavam*. No original: “eram”.

⁴¹³ A respeito da interpretação de Caminha sobre esse tipo de comportamento dos indígenas, ver notas 376 e 393.

⁴¹⁴ *Dois tiros de besta*. Distância que talvez correspondesse a 300 metros. Distância de cálculo difícil, pois depende do tipo de besta (de garrucha, para cavaleiro; de polé, para pedestre; de badoque, pelouro ou escorpiões; as últimas atiravam balas em vez de flechas) e do atirador. Jaime Cortesão (*Carta de Pero Vaz*, p. 221), após longo comentário, chega à conclusão de que um tiro de besta equivalia, mais ou menos, a 150 metros.

⁴¹⁵ *Assentados*. Instalados.

⁴¹⁶ *De joelhos*. No original: “em joelhos”. O mesmo ocorre logo a seguir.

⁴¹⁷ *Assossegados*. Quietos; tranqüilos.

⁴¹⁸ De novo, Caminha toma o comportamento dos índios como expressão de sua docilidade e aceitação da fé cristã; a mesma interpretação existe linhas adiante,

Estiveram conosco até acabada a comunhão. Depois da comunhão [do frei Henrique], comungaram esses religiosos e sacerdotes, o capitão com alguns de nós outros. Em nós estando comungando, alguns deles – por o sol ser grande – alevantaram-se. Outros estiveram e ficaram. Um deles, homem de 50 ou 55 anos, ficou ali com aqueles que ficaram; este,⁴¹⁹ em nós estando assim, ajuntava aqueles que ali ficaram e ainda chamava outros; este, andando assim entre eles, falando-lhes, acenou com o dedo para o altar e depois mostrou o dedo para o céu, como que lhes dizia alguma coisa de bem. E nós assim o tomamos.⁴²⁰

Acabada a missa, o padre tirou a vestimenta de cima e ficou com a alva;⁴²¹ assim subiu junto ao altar,⁴²² em uma cadeira, e ali nos pregou o Evangelho⁴²³ e os apóstolos, cujo dia é hoje, tratando, enfim, da pregação desse vosso prosseguimento⁴²⁴ tão santo e virtuoso, o que nos causou mais devoção. Esses, que sempre estiveram à pregação, estavam, assim como nós, olhando para ele, e aquele que digo chamava alguns que viessem para ali. Alguns vinham e outros iam-se.

Acabada a pregação, Nicolau *Coelho trazia muitas cruzes de estanho com crucifixos, que lhe ficaram ainda da outra vinda.⁴²⁵ E houveram por bem que lançassem a cada um a sua [cruz] ao pescoço; pela qual coisa o padre frei *Henrique se assentou ao pé da cruz. E ali, a um por um⁴²⁶ lançava sua [cruz], atada em um fio ao pescoço, fazendo-lha primeiro beijar e alevantar às mãos.

relacionada ao fato de os índios pendurarem nos pescoços as cruzes que lhe são dadas. Ver notas 376, 393 e 413.

⁴¹⁹ *Este*. No original: “aquele”.

⁴²⁰ *Tomamos*. Entendemos.

⁴²¹ *Com a alva*. No original: “na alva”. Alva é a sobrepeliz, veste branca que cobre a parte superior da batina.

⁴²² *Assim subiu junto ao altar*. No original: “assim se subiu junto com o altar”.

⁴²³ *Pregou o Evangelho*. No original: “pregou do Evangelho”. Os apóstolos referidos à frente são Felipe e Tiago Menor, festejados no dia 1º de maio.

⁴²⁴ *Prosseguimento*. Continuação do plano de seguir para a Índia e de propagar o cristianismo no mundo.

⁴²⁵ *Outra vinda*. Refere-se à primeira viagem de Vasco da *Gama à Índia, da qual Nicolau *Coelho participou.

⁴²⁶ *A um por um*. No original: “a um e um”.

Muitos vinham a isso; e lançaram-nas todas [ao pescoço], que seriam obra de 40 ou 50.

Isso acabado, já era bem uma hora depois de meio-dia. Viemos às naus a comer. O capitão trouxe consigo aquele mesmo que fez aos outros aquela mostrança para o altar e para o céu; com ele, um seu irmão, ao qual fez muita honra. Deu-lhe uma camisa mourisca;⁴²⁷ ao outro, uma camisa dessas outras.

Segundo o que pareceu a mim e a todos, outra coisa não falece a essa gente, para ser toda cristã, a não ser⁴²⁸ nos entenderem, porque, assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos, por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria⁴²⁹ nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem ande mais devagar entre eles, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza.⁴³⁰ Se alguém vier para isso, não deixe logo de vir clérigo para os batizar, porque já então terão mais conhecimento de nossa fé pelos dois degredados que aqui entre eles ficam, os quais ambos hoje também comungaram.

Entre todos esses que hoje vieram, não veio mais que uma mulher moça, a qual esteve sempre à missa e à qual deram um pano para que se cobrisse; puseram-lho ao redor dela;⁴³¹ porém,⁴³² ao assentar não fazia memória de estendê-lo muito para cobrir-se. Assim, senhor, a inocência dessa gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto à⁴³³ vergonha. Ora, veja Vossa

⁴²⁷ *Camisa mourisca*. Tipo de camisa larga e comprida, com botões no peito, usada pelos mouros, mais valiosa do que as simples camisas curtas e sem nenhum enfeite.

⁴²⁸ *A não ser*. No original: “ca”.

⁴²⁹ *Idolatria*. Adoração de ídolos. Resume-se aqui o raciocínio de Caminha a respeito do comportamento religioso dos indígenas e de como os portugueses deveriam tratá-los nesta matéria. Com uma referência explícita a Adão e sua inocência, o pensamento é reforçado no parágrafo seguinte. Ver notas 381, 382, 386, 389 e 447.

⁴³⁰ Caminha continua aqui o raciocínio, iniciado a respeito dos degredados e retomado nas linhas anteriores, de que a permanência prolongada de cristãos – aqui, a referência é explícita aos sacerdotes – entre os índios levará à conversão destes. Ver nota 388.

⁴³¹ *Ao redor dela*. No original: “ao derredor de si”.

⁴³² *Porém*. No original: “pero”.

⁴³³ *Maior, quanto à*. No original: “mais quanta em”. Aqui é explícita a relação entre a inocência dos índios e a de Adão, no Paraíso (ver nota 89). Escreveu a respeito José Antônio Costa Idéias (*A carta de Pero...*, p. 165): “Visão edênica do Brasil que o

Alteza: se quem em tal inocência vive – ensinando-lhes o que pertence para sua salvação – se converterá⁴³⁴ ou não. Acabado isso, fomos, perante eles, beijar a cruz, despedimo-nos e viemos comer.

Creio, senhor, que, com esses dois degredados que aqui ficam, ficam mais dois grumetes, que esta noite saíram desta nau, no esquife, para⁴³⁵ terra, fugidos, os quais não vieram mais.⁴³⁶ Creemos que ficarão aqui, porque de manhã, prezendo a Deus, fazemos nossa partida daqui.

Esta terra, senhor, me parece que – da ponta que vimos, mais para o sul,⁴³⁷ até a outra ponta que vem do norte,⁴³⁸ de que nós havemos vista deste porto – será tamanha que haverá nela bem 20 ou 25 léguas de costa.⁴³⁹ Traz ao longo do mar, em algumas partes, grandes barreiras,⁴⁴⁰ [algumas] delas vermelhas e [algumas] delas brancas. A terra por cima [é] toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia palma,⁴⁴¹ muito

escrivão fixa na sua ‘Carta do achamento’ desta ‘terra nova’ e que é, por um lado, produto de um conhecimento superficial da terra e das suas gentes e por outro, resultado de uma intenção retórica que preside à construção de todo o texto: valorizar a terra descoberta, valorizando assim a nova do seu achamento, para obter do rei alvíssaras correspondentes a tão sedutora notícia.”

⁴³⁴ *Converterá*. No original: “converterão”.

⁴³⁵ *Para*. No original: “em”.

⁴³⁶ Estes dois anônimos grumetes foram os primeiros brancos a adotar espontaneamente o Brasil como sua moradia. Os grumetes, em geral adolescentes, devem ter comparado o que viram e imaginaram sobre a terra com suas difíceis condições de vida a bordo, onde, na qualidade de aprendizes e trabalhadores não qualificados, ocupavam os mais baixos postos da escala profissional. A escolha dos grumetes é referida, merecendo uma bem-humorada conclusão, pelo veneziano Alberto *Cantino (*Documento 24*).

⁴³⁷ *Para o sul*. No original: “contra o sul”.

⁴³⁸ *Do norte*. No original: “contra o norte”.

⁴³⁹ *De costa*. No original: “por costa”. Caminha transmite sua impressão de que a terra é grande, “mui longa terra”, nas linhas seguintes; se fosse uma ilha, portanto, seria uma grande ilha.

⁴⁴⁰ *Barreiras*. Obstáculos geralmente anotados pelos roteiristas portugueses.

⁴⁴¹ *Palma*. Lisa. O original traz “parma”, palavra de difícil interpretação. Para Jaime Cortesão (*op. cit.*, p. 224), Caminha teria empregado a palavra de pronúncia popular “parma”, por “palma” da mão; o sentido, então, seria “lisa como a palma da

chã⁴⁴² e muito formosa. Pelo sertão⁴⁴³ nos pareceu, [vista] do mar, muito⁴⁴⁴ grande, porque a estender os olhos não podíamos ver senão terra e arvoredos, que nos parecia mui longa terra.

Não pudemos saber até agora que nela haja ouro, nem prata, nem nenhuma coisa de metal, nem de ferro, nem lho vimos. Porém, a terra em si é de muito bons ares, frios e temperados, como os de Entre Douro e Minho, porque, neste tempo de agora, assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas, infindas. E de tal maneira é graciosa que, querendo aproveitá-la,⁴⁴⁵ dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.⁴⁴⁶ Porém, o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente. Esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar.⁴⁴⁷

mão”. Sílvio Castro (*A carta de Pero...*, p. 97) traz a palavra “redonda”. Greenlee (*Viagem de Pedro Álvares...*) omite a palavra.

⁴⁴² *Chã*. Plana.

⁴⁴³ *Sertão*. Interior. Nos séculos XV e XVI, os portugueses empregavam a palavra para designar locais desconhecidos, geralmente situados no interior das terras. No original: “sartão”. A palavra “sertão” não é mais usada em Portugal, mas se manteve no Brasil, onde, além do sentido original de “interior”, ganhou muitos outros (como os de lugar atrasado, lugar seco, lugar violento, lugar oposto ou complementar a litoral, depositário moral da nação, etc.), que lhe foram sendo atribuídos com o tempo. Trata-se de vocábulo de especial importância no processo de construção simbólica da nação brasileira, pleno de significados; a localização do “sertão” sempre variou muito, de acordo com o falante ou escritor.

⁴⁴⁴ *Muito*. Logo após, riscada a palavra “bem”.

⁴⁴⁵ *Querendo aproveitá-la*. No original: “querendo-a aproveitar”.

⁴⁴⁶ Essa frase famosa, que reforça e resume as observações anteriores de Caminha a respeito da natureza do país que visitava, em geral é citada no Brasil sem a sua parte final, “por bem das águas que tem”. Ver nota 272. As frases anteriores confirmam o fato de a expedição não haver encontrado ouro nem outro metal. Note-se que a carta de Caminha não se refere ao pau-brasil, a primeira riqueza a ser comercialmente explorada na terra. Banha de Andrade (*Novos mundos do...*, p. 227) esclarece: “Quando, em junho de 1500, Gaspar de Lemos, o arauto enviado por Cabral, chegou a Lisboa, ‘muito prazer’ causou ‘a El-Rei e a todo o reino’, porque nova terra acabava de se descobrir. Mas não houve então júbilo nos meios comerciais, porque ninguém se apercebeu da riqueza do pau-brasil.”

⁴⁴⁷ Aqui o escrivão resume seu pensamento a respeito dos nativos e do que fazer com eles. Interessante é o aparecimento, novamente, da referência à analogia, tantas vezes

Se⁴⁴⁸ não houvesse mais por que⁴⁴⁹ ter aqui esta pousada, bastaria⁴⁵⁰ para esta navegação de Calicut; quanto mais disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa santa fé.

E desta⁴⁵¹ maneira, senhor, dou aqui a Vossa Alteza [notícia] do que vi nesta terra. E, se a algum pouco alonguei, ela me perdoe, porque⁴⁵² o desejo que tinha de vos dizer tudo mo fez assim pôr pelo miúdo.⁴⁵³ E pois que, senhor, é certo que assim neste cargo que levo, como em outra qualquer coisa que de vosso serviço for, Vossa Alteza há-de ser mui bem servida de mim. A Vossa Alteza⁴⁵⁴ peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da

feita na carta, entre indígena e natureza (a referência sobre o que fazer com os índios segue-se às observações sobre a natureza), porém, aqui, para romper com esta analogia. É como se Caminha dissesse: a natureza aqui é bela e pródiga, mas a conversão religiosa dos seres desse país – seres tão selvagens e belos quanto a natureza dele – é mais importante do que a própria terra, merecendo a partir de agora toda a atenção do rei. Implícita ao raciocínio está a constatação, ao longo da carta, de que, à primeira vista, não foram encontrados na terra metais preciosos nem produtos muito valorizados na Europa, como marfim ou especiarias (a existência de pau-brasil seria notada apenas em anos posteriores). Portanto, os frutos econômicos que os portugueses poderiam retirar da terra não pareciam muito promissores, o que ressaltava a importância da missão religiosa a desempenhar.

⁴⁴⁸ *Se*. No original: “e que aí”.

⁴⁴⁹ *Por que*. No original: “ca”.

⁴⁵⁰ *Bastaria*. No original: “abastaria”. Referindo-se ao conjunto da frase, escreveu Filipe Nunes de Carvalho (O contato entre portugueses e índios do Brasil, uma limitada prospecção, *Arquivos do Centro Cultural...*, v. XXXIV, p. 380), “o valor estratégico do Brasil para a coroa de Portugal decorreria em certa medida da sua localização, compatível com a aportada das embarcações que viajavam entre Lisboa e o Oriente e que empreendiam a torna-viagem [...] Sublinhe-se, contudo, que o Brasil não viria a constituir uma escala para os navios da carreira da Índia tão freqüente quanto outrora os historiadores supuseram”. Na sua carta aos reis de Espanha, em 29 de julho de 1501 (*Documento 16*), D. Manuel escreveu que a terra encontrada era “mui conveniente e necessária à navegação da Índia”.

⁴⁵¹ *Desta*. No original: “nesta”.

⁴⁵² *Porque*. No original: “ca”.

⁴⁵³ *Pôr pelo miúdo*. Escrever com pormenores.

⁴⁵⁴ *Vossa Alteza*. No original “ela”, referindo-se à Alteza real.

ilha de São Tomé Jorge do Soiro, meu genro,⁴⁵⁵ o que receberei como⁴⁵⁶ muita mercê de Vossa Alteza.⁴⁵⁷

Beijo as mãos de Vossa Alteza. Deste Porto Seguro, da vossa Ilha da Vera Cruz,⁴⁵⁸ hoje, sexta-feira, 1º dia de maio de 1500. Pero Vaz de Caminha⁴⁵⁹

⁴⁵⁵ Essa frase costuma ser erroneamente interpretada no Brasil, com o sentido de que Caminha estaria pedindo ao rei um cargo ou emprego para o genro. O que Caminha solicita, na verdade, é a remoção do genro da ilha de São Tomé, na África, para o reino de Portugal. O que estaria fazendo na remota São Tomé o genro de Caminha? Existe a possibilidade, bastante forte, a nosso ver, de o genro de Caminha haver sido condenado ao degredo em São Tomé, já que essa ilha, devido exatamente ao grande número de degredados que recebia (inclusive duas mil crianças judias, arrancadas aos pais quando da expulsão dos judeus de Portugal, decretada em 1496), era conhecida à época como “ilha dos degredados”. Alguns autores, como Manuel Viegas Guerreiro (*A carta de Pero...*, p. 15), dão como certa a condição de degredado, para o genro de Caminha: “...que lhe liberte o genro, degredado em S. Tomé”. Segundo Henrique Campos Simões (*As cartas do Brasil*, p. 49-50), o genro de Caminha era casado com Isabel de Caminha, filha do escrivão com Catarina Vaz de Caminha.

⁴⁵⁶ *Como*. No original: “em”.

⁴⁵⁷ *De Vossa Alteza*. No original: “ela”, referindo-se à Alteza real.

⁴⁵⁸ Apesar de já haver nomeado o país como “Terra de Vera Cruz”, Caminha termina a carta designando-o como “Ilha de Vera Cruz”. Ver nota 36. Ver também *Documento 8*, nota 24.

⁴⁵⁹ Logo após há uma anotação: “Aqui está junta uma cópia para melhor inteligência deste original”. Em anexo ao original, há uma cópia da carta, datada de 19 de fevereiro de 1773.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gaveta 15, Maço 8, nº 2.

LEITURA PALEOGRÁFICA

A leitura paleográfica de Belarmina Ribeiro (ver “Fontes”) constitui a base do texto aqui publicado; quando, por alguma razão, o texto deste volume se afastou do proposto

por Belarmina Ribeiro, o fato está assinalado em nota, com a devida explicação. Foram feitas também comparações, assinaladas nas notas, entre a leitura de Belarmina Ribeiro e outras leituras paleográficas, relacionadas em “Fontes”.

FONTES

Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Carta de Caminha, com leitura paleográfica de Belarmina Ribeiro. *Gavetas da Torre do Tombo*. Volume V, Gaveta 15, Maço 8, nº 2. Lisboa, 1965, p. 705-719.

A carta de Pero Vaz de Caminha (fac-símile e transcrição) e A carta de Pero Vaz de Caminha – Adaptação à linguagem atual, com leitura paleográfica de Jaime Cortesão. In: CORTESÃO, Jaime. *A carta de Pêro Vaz de Caminha*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994, p. 97-151 e 153-225.

Carta de Pero Vaz de Caminha, versão em linguagem atual, com anotações de Carolina Michaelis de Vasconcelos, incluída no capítulo “A semana de Vera Cruz”, de autoria de Carlos Malheiro Dias. In: DIAS, Carlos Malheiro (dir. e coord.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Volume II. Porto: Litografia Nacional, 1923, p. 86-90.

Carta do Achamento do Brasil, de Pero Vaz de Caminha, dirigida a D. Manuel, com leitura paleográfica de António Baião. In: COSTA, Abel Fontoura da. *Os sete únicos documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940, p. 66-91.

Carta de Pero Vaz de Caminha, com leitura paleográfica de A. C. Teixeira de Aragão, incluída no artigo do mesmo autor, Breve notícia sobre o descobrimento da América. In: ARAUJO, Joaquim de. *Centenário do descobrimento da América – Memórias da comissão portuguesa*. Comissão Portuguesa da Comissão Colombiana, 1892?, p. 65s.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

A carta de Caminha foi publicada pela primeira vez apenas em 1817, mais de trezentos anos após haver sido redigida, como parte do livro *Corografia brasílica...*, de autoria de Manuel Aires do Casal, editado no Rio de Janeiro. Assim mesmo, como esclarece Manuel de Sousa Pinto (*A carta de Pero...*, p. 4), “ou porque o copista a houvesse truncado, ou porque a susceptibilidade do Padre Aires do Casal se melindrasse com o realismo de certas passagens, a primeira versão dada à luz da carta de Caminha é uma versão mutilada e inexata, depois repetida na reedição que a *Corografia brasílica* teve em 1933”.

Aires do Casal esclareceu que tomou conhecimento da existência da carta por uma comunicação do Arquivo Real da Marinha, no Rio de Janeiro. Essa afirmação faz crer que uma cópia da carta tenha sido transportada para o Brasil, por ocasião da viagem ou durante a estadia do príncipe português, depois rei, D. João VI, na terra americana. Em 1829, Martín Navarrete, na sua *Colección de los viajes...* (tomo III, p. 45), afirmou que o historiador espanhol João Batista Muñoz encontrara a carta de Caminha no Ar-

quivo da Torre do Tombo, obtendo um extrato do original. Essa informação de Navarrete, amplamente divulgada pela historiografia – entre outros por Capistrano de Abreu, em *Descobrimento do...* –, foi contudo contestada pelo historiador português António Baião (*in* Fontoura da Costa, *Os sete únicos documentos...*), então diretor do Arquivo da Torre do Tombo. Segundo Baião, a carta de Caminha, provavelmente entrada naquele arquivo “com a avalanche de originais enviados da Secretaria de Estado, no tempo do guarda-mor Damião de Góis [...] parecendo até datar a sua cota do século XVII”, fora já copiada dentro do próprio ANTT, em 19 de fevereiro de 1773, por ordem do guarda-mor do arquivo, José de Seabra da Silva, o qual, portanto, não só tivera conhecimento do documento, como soubera valorizá-lo. De todo esse episódio, conclui Jaime Cortesão (*A carta de Pero...*, p. 25): “Manda [*sic*], pois, a verdade e a justiça atribuir a honra do descobrimento não ao espanhol J. B. Muñoz, mas ao português J. de Seabra da Silva.”

O fato, contudo, de que somente após a segunda década do século XIX tenham sido divulgadas a carta de Caminha – o mais minucioso e importante documento relacionado à viagem da esquadra de Cabral ao Brasil – e a carta de Mestre João (*Documento 7*) significou que, até essa época, a história contada sobre a viagem de 1500 foi substancialmente diversa da narrada depois. A carta de Caminha contém informações e pormenores sobre a viagem até o Brasil e a estadia nesse país inexistentes nas outras fontes conhecidas, inclusive na relação do Piloto Anônimo (*Documento 8*), o único texto de um participante da expedição de Cabral conhecido desde o século XVI. A leitura da carta de Caminha, contudo, deve ser complementada pela da relação do Piloto Anônimo, pois, conforme assinalado (*ver Documento 8*, “Análise histórica”), enquanto o primeiro documento focaliza somente a “parte brasileira” da expedição, o último insere a chegada ao Brasil no conjunto da viagem de Cabral, relativizando assim a importância que o fato teve para os contemporâneos.

A partir da primeira publicação, a carta de Caminha, que despertou grande interesse e conquistou enorme público leitor, conheceu várias edições, novas leituras paleográficas e traduções em outra línguas.

EMENTA

Carta escrita em 1º de maio de 1500, pelo escrivão Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal D. Manuel, relatando a viagem da esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral até o Brasil, os principais acontecimentos ocorridos durante a estadia da tripulação no país e as primeiras impressões do autor e de outros membros da frota sobre a terra e o povo encontrados.

ANÁLISE HISTÓRICA

Desde a sua divulgação, no século XIX, a carta de Caminha tem sido saudada como um documento raro, capaz tanto de fornecer informações sobre a viagem de 1500, os episódios ocorridos durante a estadia da expedição no Brasil, a fauna e a flora brasileira

e os índios Tupiniquim (extintos algumas décadas mais tarde, em meio de doenças contraídas dos europeus, contra as quais não possuíam resistência, e da violência dos contatos), como também de esclarecer várias dimensões da mentalidade e dos interesses dos navegadores da Europa. Muitas vezes cognominada de “certidão de batismo do Brasil”, denominada por Capistrano de Abreu (*O descobrimento do...*), com uma pompa e um entusiasmo que hoje parecem inadequados, de “diploma natalício lavrado à beira do berço de uma nacionalidade futura”, a carta de Caminha tem sido objeto de várias edições e de variadas interpretações. Dadas as numerosas notas feitas ao texto, aqui nos limitaremos a apontar aspectos do documento para o qual ainda não chamamos a atenção.

O texto de Pero Vaz de *Caminha – cidadão da cidade do Porto, mestre da balança da moeda, de família respeitável, porém sem tradições literárias – tem a preocupação básica de informar, procurando transmitir o máximo possível de dados a respeito do que ocorria e do que o escrivão via, ouvia e sentia. Não se trata nem de um texto carregado de alusões eruditas, ao gosto de muitos escritores e leitores cultos de então – de que são bons exemplos a carta de Vespúcio, de 4 de junho de 1501 (*Documento 9*), e a carta de João Crético, de 27 de junho de 1501 (*Documento 11*) –, nem de um texto recheado de informações científicas e cosmográficas, também ao gosto da época, de que são exemplos os mesmos dois textos citados e a carta de Mestre João, datada de 1º de maio de 1500 (*Documento 7*), mesmo dia em que foi escrita a missiva de Caminha. Como bem frisou Malheiro Dias (*A semana de...*, p. 77), a carta de Caminha é sobretudo “uma narrativa impressionista”, na qual são registradas, de forma direta, as impressões do observador a respeito de suas vivências. São preciosas, sobretudo, as abundantes informações, que ocupam grande parte da carta, a respeito dos Tupiniquim, povo sem escrita, dizimado poucas décadas depois. Outras informações muito importantes fornecidas pela carta foram assinaladas nas notas.

O fato de ser um texto informativo alia-se a outras importantes dimensões do documento. A carta de Caminha insere-se no esforço conjunto dos europeus, concretizado nos textos de viagem da época (especialmente nos escritos por integrantes das expedições), no sentido de construir alteridades, à medida mesmo que os navegantes entravam em contato com diversas terras e povos – alguns, como os índios e o futuro Brasil, totalmente desconhecidos deles –, com os quais seria preciso conviver dali em diante e, para conseguir dominar, sobretudo conhecer. E conhecer significava essencialmente duas coisas: fazer o inventário das diferenças entre cada um dos povos encontrados pelo mundo – seus costumes, idiomas, crenças, alimentos, economias, organizações sociais, etc. – e os povos conhecidos da Europa; e construir categorias a respeito de tais povos, a fim de poder incluí-los no universo mental dos europeus e, dessa forma, lidar na prática com tais povos: “afinal, não se dominam povos porque são ‘diferentes’, mas sim os tornam ‘diferentes’ para dominá-los; esta tem sido uma constante na história dos povos”, conforme recordou Pedro Puntoni (Tupi or not tupi!, Museu Aberto do Descobrimento. *Invenção do Brasil...*, p. 51).

Na época moderna, esse complexo e “longo processo ideológico de construção do outro”, como o denominou Eduardo O’Gorman (*A invenção da América...*, p. 178),

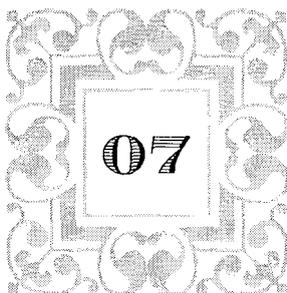
aconteceu aos poucos. Conheceu caminhos tortuosos e contraditórios, teceu sua própria história, conforme Tzevan Todorov lembrou: “ainda que a descoberta do outro deva ser assumida por cada indivíduo, e recomeça eternamente, ela também tem uma história, formas socialmente e culturalmente determinadas” (*A conquista da América...*, p. 243). A carta de Caminha é parte do início do processo histórico de construção do outro pelos europeus, especialmente do outro que vivia no espaço brasileiro. O escrivão português foi minucioso na elaboração do seu inventário de diferenças, incluindo não somente pessoas, mas animais, plantas, relevo, vegetação, clima, solo, produtos da terra, etc. O Estado lusitano soube reconhecer a importância de tal inventário: a carta de Caminha ficou muito bem guardada em Portugal, não se tendo, à época, notícias de seu conteúdo, apesar da poderosa e eficiente rede de informantes montada em Lisboa por genoveses e florentinos (ver *Documento 10*, “Análise histórica”).

Tal como a maioria dos textos de viagem da época, a carta de Caminha elaborou grande parte de seu inventário de diferenças com base na analogia com o conhecido, ou seja, com os padrões europeus ou, no máximo, com os observados nas terras e povos do litoral da África ocidental, onde a presença portuguesa já se fazia sentir há décadas. Os corpos e as “vergonhas” das índias brasileiras são comparados aos das européias, os indígenas não costumavam saudar as pessoas à maneira dos civilizados, o clima não é o mesmo da Europa, etc. – os exemplos são numerosos, espalham-se por todo o texto. Tal como a maioria dos textos de viagem da época, a carta de Caminha também utilizou um outro recurso para construir a diferença em relação ao outro: a projeção, sobre o outro, dos próprios desejos e expectativas dos navegadores. “Isto tomávamo-lo assim por o desejarmos”, resumiu o escrivão, ao interpretar, como havendo ouro na terra, o significado de alguns gestos dos índios. Outros desejos dos portugueses foram projetados na carta de forma menos consciente, como, por exemplo, a conclusão de Caminha de que, por imitar os gestos dos cristãos durante a missa, os indígenas seriam facilmente convertidos ao cristianismo. Mesclavam-se o conhecido e o desejado, na construção da diferença. Seja pela expressão dos próprios desejos ou pela analogia com o conhecido, os europeus projetaram sobre o outro a sua grande sombra: à medida que decifravam o desconhecido, redimensionavam e redefiniam a si próprios.

Na carta de Caminha estão também registradas as primeiras tentativas de manejar categorias para apreender esse outro ainda tão novo. Conforme apontam as notas ao texto, as duas mais importantes categorias européias futuras, relativas aos índios – tanto a do “bom selvagem” quanto a do “selvagem inferior e bestial” (à qual se associou, muitas vezes, a característica “demoníaco”) –, estão já sugeridas na carta. Caminha, portanto, construiu não só um inventário das diferenças entre europeus e índios, mas também insinuou categorias importantes para começar a pensar o diferente e com ele lidar.

O texto do escrivão foi além. Reunindo o que viu às categorias que construiu, Caminha completou o ciclo: propôs ao rei, no final de seu texto, caminhos concretos para o aproveitamento do território e de seus habitantes, a saber: o desenvolvimento da agricultura e a cristianização dos índios. O escrivão viu o diferente, apreendeu-o

segundo a sua própria mentalidade e, porque fez isso, foi capaz de dar o terceiro passo: sugerir ao monarca os caminhos do futuro, que eram os caminhos da desigualdade entre visitantes e habitantes, os caminhos da dominação portuguesa. Os acontecimentos descritos na carta – o tempo presente da chegada à terra – podiam incluir – como efetivamente incluíram – congraçamentos e danças coletivas entre navegadores portugueses e índios, além de atitudes legítimas de curiosidade, espanto e tolerância, profundamente humanas, por parte do escrivão ou de outros tripulantes, diante da terra bela e da sua gente agreste. Mas o futuro importava, e foi com o olho no futuro que Caminha escreveu sua carta.

**CARTA DE MESTRE JOÃO****1^o DE MAIO DE 1500**

Senhor.

O bacharel mestre *João, físico e cirurgião de Vossa Alteza,¹ beijo vossas reais mãos. Senhor, porque largamente escreveram a Vossa Alteza sobre tudo o que aqui se passou,² assim Aires *Correia como todos os outros, somente escreverei sobre dois pontos.

Senhor, ontem, segunda-feira, que foram 27 de abril,³ desce-mos em terra, eu e o piloto do capitão-mor e o piloto de Sancho de *Tovar.⁴ Tomamos a altura do sol ao meio-dia e achamos 56

¹ Sabe-se pouco a respeito da biografia do autor desta carta. Mestre João, físico, cirurgião e estudioso de astronomia, era castelhano e trabalhava em Portugal como médico do rei D. Manuel. Há uma longa discussão historiográfica a respeito de sua identidade (“Comentários”, neste documento).

² *Sobre tudo o que aqui se passou*. Original: “de tudo o cá passado”. A frase deixa claro que vários integrantes da armada de Cabral, inclusive Aires Correia, escreveram ao rei dando notícias da chegada à nova terra. Infelizmente, desse grupo de documentos escritos por integrantes da esquadra, chegaram até nós apenas a carta de Pero Vaz de Caminha (*Documento 6*), a Relação do Português Anônimo (*Documento 8*) e esta carta de Mestre João.

³ Esta carta começou, assim, a ser escrita no dia 28 de abril.

⁴ Sancho de Tovar, ou Toar, fidalgo castelhano, era o substituto de Pedro Álvares Cabral. Portanto, acompanharam o Mestre João em terra os dois mais importantes pilotos da armada.

graus; a sombra era setentrional,⁵ pelo que, segundo as regras do astrolábio,⁶ julgamos estar afastados da equinocial⁷ por 17 graus e ter, por conseguinte, a altura do pólo antártico em 17 graus, segundo é manifesto na esfera.⁸ E isto é quanto a um dos pontos, pelo que saberá Vossa Alteza que todos os pilotos vão tanto adiante de mim, que Pero *Escolar⁹ vai adiante 150 léguas – outros mais, e outros menos –, mas não se pode certificar quem diz a verdade até que¹⁰ cheguemos ao cabo de Boa Esperança. Ali saberemos quem vai mais certo: se eles com a carta, ou eu, com a carta e o astrolábio.¹¹ Senhor, quanto ao sítio desta terra, mande

⁵ *A sombra era setentrional.* Segundo Fontoura da Costa (*Os Sete Únicos...*), a sombra teria de ser austral, ou do sul. A frase, portanto, ou é incompreensível ou expressa um engano por parte de Mestre João.

⁶ *Segundo as regras do astrolábio.* Mestre João serviu-se de um regimento (conjunto de normas) para utilizar o astrolábio. Seria uma forma antiga do *Regimento do Astrolábio e do Quadrante*, editado depois de 1509, ou uma forma abreviada do futuro *Regimento da Declinação*? O astrolábio, instrumento conhecido desde a antiguidade para agrimensura, medição da altura dos astros e previsões astrológicas, sofreu várias adaptações a partir do século XV, quando começou, de forma sistemática, a navegação atlântica. O astrolábio náutico, constituído de uma esfera graduada onde uma seta com duas pontas marcava a distância entre o observador e o astro apontado, foi introduzido em Portugal no século XV, talvez, como afirmou Gaspar Correia (*Lendas da Índia...*), pelo astrónomo judeu Abraão *Zacuto. Sobre o quadrante, ver nota 25.

⁷ *Equinocial.* Linha do equador.

⁸ O monte Pascoal está na latitude 16,54 graus ao sul da linha equinocial ou do equador. William Greenlee (*Viagem de Pedro Álvares Cabral...*) comenta assim esse trecho do documento: “A latitude da baía da Coroa Vermelha é de 16° 21' 2”, pelo que o cálculo de Mestre João era tão exato quanto poderia esperar-se”. Ainda segundo Greenlee, no original do documento (escrito em castelhano aportunuguesado), a expressão “el espera” pode significar tanto a esfera ou globo quanto um tratado de astronomia conhecido em latim como *Sphera* ou *Sphaera* (Esfera). Mestre João chegou ao resultado da latitude utilizando as chamadas “tábuas solares”, calculadas por Abraão *Zacuto. Ver *Documento 6*, nota 35 e *Documento 31*, nota 11.

⁹ *Escolar.* Piloto também mencionado por Pero Vaz de Caminha (*Documento 6*, nota 18).

¹⁰ *Até que.* Original: “até que em boa hora”.

¹¹ Mestre João, tal como acontecia com outros navegantes portugueses da época, utilizava-se de instrumentos como o astrolábio náutico ainda de forma experimental,

Vossa Alteza trazer um mapa-múndi que Pero Vaz *Bisagudo tem. Por aí Vossa Alteza poderá ver o sítio desta terra; mas aquele mapa-múndi não certifica se esta terra é habitada ou não; é mapa-múndi antigo; ali Vossa Alteza também achará escrita a Mina.¹²

Ontem quase entendemos, por acenos, que esta era ilha, e que eram quatro, e que de outra ilha vêm aqui almadias a pelear com eles e os levam cativos.¹³

Senhor, quanto ao outro ponto, saberá Vossa Alteza que, acerca das estrelas, eu tenho trabalhado o que tenho podido, mas não muito, por causa de uma perna que tenho muito mal, que de uma coçadura se me fez uma chaga maior que a palma da mão; e também por causa deste navio ser muito pequeno e estar muito carregado, que não há lugar para coisa nenhuma.¹⁴ Somente mando

sem ter certeza de que seu uso acrescentaria precisão aos cálculos que fazia. A precisão dos cálculos só poderia ser comprovada quando todos os navios, conforme previamente combinado, se encontrassem no cabo da Boa Esperança, e então Mestre João pudesse comparar os seus dados com aqueles colhidos pelos navegadores da armada que se haviam utilizado apenas da “carta” (isto é, do mapa). À época, a latitude, calculada pela distância do Sol e de determinados planetas e estrelas em relação ao horizonte, nem sempre podia ser medida com precisão, porque os principais instrumentos utilizados para tanto – astrolábio e quadrante – eram profundamente afetados pelo balanço do mar. Apesar do uso cada vez mais freqüente dos instrumentos nos navios, à época ainda predominava a chamada “navegação de estima”, na qual o navegador, munido apenas da bússola e da experiência, estimava as posições e as distâncias.

¹² Este importante trecho tem suscitado muitos comentários, conjecturas e polêmicas. Para determinados historiadores, a menção ao mapa de Bisagudo – até hoje não localizado – provaria que o conhecimento dos portugueses a respeito de terras onde hoje está o Brasil antecederia em muito a 1500 e, portanto, o achamento do país teria sido intencional. “Mina” refere-se à feitoria-fortaleza de São Jorge da Mina, construída pelos portugueses na costa da Guiné em 1481-1482 (*Documento 4*, nota 8).

¹³ Portugueses da frota tentaram comunicar-se com os nativos, os índios Tupiniquim. Pelos sinais e gestos trocados com os indígenas, entenderam, erroneamente, que estavam ancorados numa ilha, e que havia mais três ilhas, de uma das quais vinham guerreiros para capturar os nativos com quem se comunicavam.

¹⁴ Mestre João viajou em um dos três navios pequenos da esquadra de Cabral, não se sabe exatamente em qual. A frase chama a atenção para o problema de espaço nas

a Vossa Alteza como estão situadas as estrelas do [sul];¹⁵ porém,¹⁶ em que grau está cada uma, não o pude saber. Antes, me parece ser impossível, no mar, tomar-se altura de nenhuma estrela, porque eu trabalhei muito nisso e, por pouco que o navio balance, se erram quatro ou cinco graus, de modo que se não pode fazer senão em terra.

E quase outro tanto digo das Tábuas da Índia,¹⁷ que se não podem tomar com elas senão com muitíssimo trabalho, que, se Vossa Alteza soubesse como todos desconcertavam nas polegadas,¹⁸ riria disto mais que do astrolábio; porque, desde Lisboa até às Canárias, desconcertavam uns dos outros em muitas polegadas, que uns diziam, mais que outros, três e quatro polegadas; e outro tanto desde as Canárias até às ilhas de Cabo Verde, e isto, tendo todos cuidado

primeiras embarcações oceânicas portuguesas. Uma caravela típica media apenas vinte metros de comprimento, abrigando, em seu convés, a tripulação, os passageiros e seus pertences e os muito numerosos equipamentos necessários ao funcionamento do navio e à segurança e subsistência dos navegantes, em viagens demoradas (tais como botes, remos, velas, leme, peças de artilharia, âncoras, lampiões, fogão, ferramentas, alimentos, animais, etc.). Era comum os marinheiros alternarem-se em turnos para dormir, devido às necessidades do trabalho, mas também à falta de espaço.

¹⁵ Esta é a primeira vez que um documento menciona a constelação do Cruzeiro do Sul e as estrelas próximas do pólo sul. É possível que outros navegadores já tivessem notado esta constelação, mas Mestre João foi o primeiro a registrá-la por escrito.

¹⁶ *Porém*. No original: “pero”.

¹⁷ *Tábuas da Índia*. Ou “tabuletas da Índia”, eram tábuas retangulares, com medidas marcadas em dedos (isto é, em polegadas) que serviam para calcular a altura dos pólos. Eram utilizadas pelos pilotos árabes, que as denominavam *kamals*. Vasco da Gama conheceu-as durante a primeira viagem à Índia; o primeiro a mostrar-lhe uma foi provavelmente o piloto cedido pelo sultão de Melinde (que talvez se chamasse Malemo Cama) para guiar a expedição portuguesa da costa oriental da África até a Índia. Vasco da Gama levou algumas dessas tábuas para Portugal, onde receberam o nome, em virtude de sua proveniência, de “tábuas da Índia”. Por esta carta de Mestre João, sabe-se que as tábuas da Índia foram utilizadas também durante a viagem de Cabral.

¹⁸ *Desconcertavam nas polegadas*. Discrepavam, discordavam nas medidas. As polegadas eram as medidas marcadas em dedos nas tábuas da Índia. Novamente, o documento faz menção às dificuldades de medição de distâncias, quando as embarcações se encontravam no mar.

que o tomar fosse a uma mesma hora; de modo que mais julgavam quantas polegadas eram pela quantidade do caminho que lhes parecia que haviam andado, que não o caminho pelas polegadas.

Ilustração das estrelas:



Tornando, senhor, ao propósito, estas guardas¹⁹ nunca se escondem. Antes, sempre andam ao derredor sobre o horizonte. Ainda estou duvidoso: não sei qual daquelas duas mais baixas seja o pólo antártico.²⁰ Estas estrelas, principalmente as da Cruz,²¹ são grandes quase como as do Carro.²² A estrela do pólo antártico, ou Sul[†], é pequena como a do Norte e muito clara. E a estrela que está em cima de toda a Cruz é muito pequena.

Não quero alargar mais, para não importunar a Vossa Alteza, salvo que fico rogando a Nosso Senhor Jesus Cristo que a vida e estado de Vossa Alteza acrescente como Vossa Alteza deseja.

Feita em Vera Cruz,²³ no primeiro de maio de 1500.²⁴ Para o mar, melhor é dirigir-se pela altura do sol, que não por nenhuma estrela; e melhor com astrolábio, que não com quadrante nem com outro nenhum instrumento.²⁵

¹⁹ *Guardas*. Estrelas do Cruzeiro do Sul. Os portugueses costumavam chamar de “Guardas do Norte” as constelações da Ursa Maior e da Ursa Menor. Por analogia, as estrelas da constelação no hemisfério sul seriam as “Guardas do Sul”. Além das Guardas, Mestre João identificou a Bosia e mais duas outras estrelas. Este trecho do documento foi ilustrado por um desenho do próprio punho de Mestre João, reproduzido em *fac-simile* neste livro.

²⁰ *Pólo antártico*. Pólo celeste Sul.

²¹ *Cruz*. Cruzeiro do Sul.

²² *Carro*. Ursa Menor. Mestre João compara o tamanho das estrelas do Cruzeiro do Sul com o das estrelas da Ursa Menor.

²³ *Vera Cruz*. A referência confirma o primeiro nome dado à nova terra: “Vera Cruz”.

²⁴ O médico demorou três dias para escrever a carta, pois, na primeira linha do segundo parágrafo, referiu-se a “...ontem, segunda-feira, que foram 27 de abril...”, e ao final, data o documento de 1^o de maio.

²⁵ Conhecido desde a Idade Média como instrumento para medir distâncias entre pontos terrestres inacessíveis, o quadrante foi adaptado no século XV para uso

† A constelação do Cruzeiro do Sul indica o Pólo celeste Sul, mas *não* contém a Estrela Pólo Sul, que é a Sigma do Oitante (N. do E.).

Do criado de Vossa Alteza e vosso leal servidor,
João, bacharel em artes e medicina.²⁶

Sobrescrito: A El Rei, nosso senhor.

náutico, passando a medir a altura dos astros. Possuía uma armação de metal ou de madeira em ângulo reto, sobreposta por uma seta móvel apontando para os graus marcados à frente. Um fio de prumo, suspenso do vértice do ângulo reto, permitia marcar a altura. O quadrante náutico, embora em uso até o século XVIII, pertenceu à primeira fase das navegações oceânicas, baseada na declinação das alturas. Foi a partir de seu uso que, nos navios, se começou a determinar a latitude a partir do lugar ocupado pelo observador, procedimento esse considerado o primeiro passo para a náutica moderna. A carta de Mestre João termina por defender a supremacia do astrolábio, não apenas sobre o quadrante, mas sobre qualquer outro instrumento náutico usado à época. Sobre o astrolábio, ver nota 6.

²⁶ O original está em latim: *Johannes, artium et medicine bachalarius*.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte 3ª, Maço 2, nº 2.

LEITURA PALEOGRÁFICA

O texto publicado neste volume é baseado na leitura paleográfica de António Baião, publicada no livro de Fontoura da Costa (ver “Fontes”).

FONTES

BAIÃO, António, CIDADE, Hernani e MÚRIAS, Manuel (dir.). Volume II. *História da expansão portuguesa no mundo*. 3 v. Lisboa: Editorial Ática, 1937, p. 375-376.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. O descobrimento do Brasil através dos textos (edições críticas e comentadas). III. – A carta de mestre João. *Revista de História*, v. 35, nº 71, setembro. São Paulo: USP, 1967, p. 179-186.

COSTA, Abel Fontoura da. *Os Sete Únicos Documentos de 1500, Conservados em Lisboa, Referentes à Viagem de Pedro Álvares Cabral*. Leitura paleográfica de António Baião. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940, p. 107-108.

FERREIRA, Raul César e FRAZÃO de Vasconcelos. *Arquivo Histórico da Marinha*. Volume 1, nº 1, 1933, p. 184-190.

GREENLEE, William Brooks. *Viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia pelos Documentos e Relações Coevas*. Tradução de António Álvaro Dória. Porto: Livraria Civilização Editora, 1951, p. 124-133.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

O primeiro a publicar o documento foi o historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1885, na *Revista Trimestral de História e Geografia*. A carta de Mestre João foi várias vezes editada a partir de então, freqüentemente acompanhada do respectivo *fac-simile*.

EMENTA

Carta escrita ao rei D. *Manuel pelo bacharel Mestre *João, médico cirurgião integrante da esquadra de Pedro Álvares Cabral, relatando as observações astronômicas que o autor realizou durante sua viagem até o Brasil e algumas informações sobre os nativos da terra.

ANÁLISE HISTÓRICA

A carta foi escrita em português espanholado – tanto contém palavras em português e em espanhol, como mistura as duas línguas em uma mesma palavra –, o que dificulta sua leitura paleográfica e sua interpretação. Este foi o primeiro documento conhecido que descreveu a constelação do Cruzeiro do Sul e as estrelas próximas ao pólo sul. Junto com a carta de Pero Vaz de Caminha e a relação do Português Anônimo, é uma das três únicas fontes hoje existentes, escritas por integrantes da esquadra da Cabral.

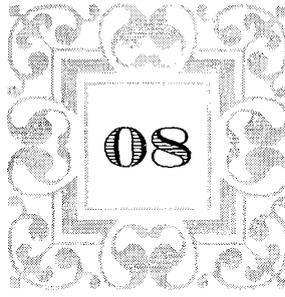
Sabe-se pouco acerca do autor desta carta, além do revelado pelo texto: Mestre João, físico e cirurgião, trabalhava em Lisboa como médico do rei, mostrando-se também um estudioso de astronomia. O fato de haver mesclado o português e o espanhol faz supor que, em 1500, quando redigiu a carta, já vivia em Portugal havia vários anos. Nenhum outro documento relativo à viagem de Cabral faz referências a Mestre João, o que aumenta as dúvidas quanto à identificação do personagem.

Em 1892, Sousa Viterbo (*Artes e artistas em Portugal...*), o primeiro a preocupar-se com a questão, julgou que o autor da carta pudesse ser Mestre João de Menelau, já apontado por Martins Bastos como um cientista grego que teria ido a Portugal para ensinar sua língua materna a D. João III, quando este ainda era infante. Como, entretanto, D. João III só nasceu a 6 de junho de 1502, Menelau não poderia ter chegado a Portugal à época da partida de Cabral (9 de março de 1500). Frazão de Vasconcelos (*Um documento inédito...*) sugeriu que o personagem seria um alemão, também conhecido como “Mestre João”, estudioso e praticante de assuntos náuticos, o qual teria vivido à época em Portugal. Fontoura da Costa (*Os sete únicos documentos...*), contudo, pensa que essa hipótese também deve ser descartada, porque não teria havido cientistas alemães nas viagens portuguesas de 1500.

O próprio Souza Viterbo, em outro trabalho, escrito anos depois da monografia citada (*Trabalhos náuticos dos portugueses*), levantou uma terceira hipótese: o autor da carta de 1500 seria Mestre João Faras, um personagem da corte, talvez espanhol, que recebeu do rei, em 1513, uma tença anual no valor de 12\$000.

Fontoura da Costa (*op. cit.*), Carlos Malheiro Dias (*A semana de Vera Cruz*) e Joaquim Barradas de Carvalho (*A “carta” de mestre João*) encontraram novos dados sobre João Faras, corroborando a hipótese de Souza Viterbo. Tal qual Mestre João, João Faras era bacharel em artes e medicina, físico e cirurgião de D. Manuel e muito provavelmente espanhol, pois traduziu para essa língua o *De Situ Orbis*, de Pompônio Mela, cujo manuscrito (talvez uma cópia) se encontra hoje na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa (Códice 50-V-19). Conforme escreveu Carlos Malheiro Dias (*op. cit.*, p.100), “não é provável que coexistissem no mesmo reinado dois bacharéis em artes e medicina, dedicados à cosmografia e oriundos da Galiza [*sic*], ambos ao serviço de D. Manuel”. Fontoura da Costa (*op. cit.*) acrescentou terem ambos sido astrólogos e escrito em castelhano. Barradas de Carvalho (*op. cit.*, p. 182) encontrou notáveis semelhanças entre “o espanhol aportuguesado da tradução de *Situ Orbis* e o português espanholado da carta de D. Manuel”, manifestando “profunda convicção” de que os dois textos foram escritos pela mesma pessoa. William Greenlee (*A viagem...*, p. 125) aventou a hipótese de Mestre João ter sido professor, por usar o título de “mestre”, e também “judeu converso”, pois, “caso contrário, seria natural que figurasse na nau capitania ou na de Sancho de Tovar, também espanhol”, e não em um dos três pequenos navios da armada.

A carta de Mestre João chama a atenção para a estreita relação entre a navegação oceânica e a astronomia, servindo tanto para o conhecimento das viagens marítimas portuguesas, principalmente a de 1500, quanto para os esclarecimentos a respeito da história da ciência e da náutica.



RELAÇÃO DO PORTUGUÊS ANÔNIMO¹

1500

CAPÍTULO LXIII

*Onde o rei *Manuel, em pessoa, entregou a bandeira real ao capitão*

NO ANO DE 1500, o Sereníssimo Rei de Portugal chamado Dom *Manuel mandou às partes da Índia uma armada sua, de naus e navios, a qual tinha Pedro Álvares *Cabral, fidalgo, por capitão geral. Essas naus e navios partiram bem aparelhados e providos de todas as coisas que precisassem para ano e meio. Dessas 12 naus,² ordenou que dez descarregassem³ em Calicut, e que as

¹ Embora este documento seja conhecido como “Relação do Piloto Anônimo”, há dúvidas se era piloto ou se exercia outra função na esquadra de Cabral; alguns acreditam que era um escrivão, talvez João de Sá, que também foi escrivão na expedição de Vasco da Gama e que alguns acreditam ser autor de *O diário de Vasco da Gama*, atribuído a Álvaro Velho. Os estudiosos, de modo geral, aceitam que o autor da relação original fosse um português que participou de toda a expedição; portanto, parece ficar mais próximo da verdade considerar o autor do relatório como um português anônimo do que como um piloto anônimo.

² A frota compunha-se de 13 navios. O narrador não contou a nau de mantimentos, comandada por Gaspar de *Lemos, a qual, ao final da estadia em Vera Cruz, retornou a Lisboa com os documentos da notícia do encontro da terra americana. É o primeiro documento a nomear a quantidade de navios da esquadra de Cabral.

³ *Descarregassem*. Desembarcassem as mercadorias que seriam negociadas na Índia.

outras duas⁴ [fossem] à Arábia,⁵ para irem a um lugar⁶ chamado Sofala,⁷ porque queriam contratar mercadorias no dito lugar, o qual lugar de Sofala acharam estar no caminho de Calicut. E assim, que as outras dez naus levassem mercadorias que para a dita viagem lhes fossem necessárias.

E aos oito do mês de março do dito milésimo⁸ ficaram prontos. Naquele dia, que era domingo, foram à distância de duas

⁴ *Outras duas*. O texto refere-se às naus de Bartolomeu *Dias e de Diogo *Dias que, segundo a orientação inicialmente recebida em Portugal, deviam dirigir-se a Sofala. Bartolomeu *Dias morreu em maio de 1500, na viagem de ida do Brasil para a Índia, durante forte temporal em que naufragou, com outros três navios, diante do cabo da Boa Esperança, o mesmo cabo que ele fora o primeiro europeu a contornar, em 1488. Diogo *Dias, por causa do mesmo temporal, desgarrou-se dos outros navios e foi parar na boca do mar Vermelho, regressando para reencontrar a frota somente em Besequiché. Quem acabou por fazer a viagem até Sofala foi apenas Sancho de *Tovar, mas no retorno da Índia.

⁵ *Arábia*. À época, designação de grande parte da África oriental, desde Sofala até o extremo norte do continente, onde habitavam povos negros animistas, povos muçulmanos (negros e não negros) e o povo cristão copta da Etiópia. Depois que Portugal subjuguou alguns reinos da costa oriental da África, o rei D. Manuel acrescentou aos seus títulos o de “rei da Arábia”. Mais raramente, designava apenas a Etiópia. Ramusio (*Navigazioni et viaggi*) não faz referência à Arábia, citando apenas Sofala.

⁶ *Lugar*. Note-se o emprego da palavra “lugar” como sinônimo de “local”. Este uso era corrente nos documentos portugueses da época, e até hoje o é no Brasil. Em Portugal, a palavra mais usada atualmente, para designar “local”, é “sítio”. Outras palavras tiveram destino semelhante: “açougue”, por exemplo, de uso corrente nos documentos antigos portugueses e até hoje empregada no Brasil, foi substituída em Portugal pela palavra “talho”.

⁷ *Sofala*. Rica cidade comercial, porto da África oriental, na atual região de Moçambique, onde era comerciado o ouro vindo dos antigos reinos de Zimbábue e Monomotapa, trazido do interior pelos árabes, da qual Vasco da Gama, em 1498, tivera notícias, mas onde não aportara, para lá tentar negociar ouro. Esses dois reinos, de civilizações tão antigas, cujas origens se perdiam no tempo, destacavam-se também pelas gigantescas construções de pedra, iniciadas no século VII a.C., consideradas das mais importantes obras da arquitetura mundial em todos os tempos.

⁸ *Milésimo*. O ano de 1500.

milhas dessa cidade⁹ a um lugar chamado Restelo,¹⁰ onde está uma igreja chamada Santa Maria de Belém,¹¹ no qual lugar o Sereníssimo Rei foi ele mesmo em pessoa entregar ao capitão a bandeira real para a dita armada.

Na segunda-feira, que eram nove dias de março, partiu a dita armada para a sua viagem, com bom tempo.

Aos 14 do dito mês, passou a dita armada pela ilha de Canária.

Aos 22, passou pela ilha de Cabo Verde.

Aos 23, desgarrou uma nau da dita armada, de modo que dela nunca mais se soube notícia até o presente, nem se pôde saber.¹²

CAPÍTULO LXIV

Como as naus correram com a tormenta

Aos 24 dias de abril,¹³ que foi quarta-feira da oitava da Páscoa, a dita armada houve vista de terra, de que houve grande prazer. E chegaram à terra para ver que terra era, a qual terra acharam muito abundante de árvores e gentes que por ali andavam, pela costa do mar. Lançaram ferro na foz de um pequeno rio. E depois de lançadas as ditas âncoras, o capitão mandou baixar um batel ao mar, pelo qual mandou ver que gentes eram aquelas. E acharam que eram gentes de cor parda, entre branco e preto,

⁹ *Dessa cidade.* Lisboa.

¹⁰ *Restelo.* Local com porto, à beira do rio Tejo, situado a seis quilômetros a oeste de Lisboa; ali havia uma capela mandada construir pelo infante D. Henrique, onde Vasco da Gama passou a noite, às vésperas de partir para a Índia. Do Restelo saíram muitas esquadras portuguesas. Hoje é um bairro de Lisboa, onde se localiza o magnífico mosteiro dos Jerônimos.

¹¹ *Santa Maria de Belém.* Igreja situada no Restelo, provavelmente próxima do atual mosteiro dos Jerônimos, que D. Manuel mandou construir depois que Vasco da Gama retornou de sua primeira viagem à Índia. A atual Torre de Belém, que fica mais distante, foi construída em 1520. Naquela época, o rio Tejo estava próximo do mosteiro dos Jerônimos e a Torre ficava quase no meio do rio. O constante assoreamento e o terremoto de 1755 deslocaram o rio para mais longe do mosteiro.

¹² A respeito do nome do capitão e do destino dessa nau, ver *Documento 6*, nota 21.

¹³ Segundo Pero Vaz de Caminha (*Documento 6*, nota 31), a terra foi avistada no dia 22 de abril.

bem dispostas, com os cabelos corredios; andam nus, como nasceram, sem nenhuma vergonha. Cada um deles levava seu arco com flechas, como homens que estavam em defesa do dito rio.

Na dita armada não havia ninguém que entendesse sua língua.¹⁴ Visto isso, os do batel voltaram ao capitão. Nesse instante se fez noite; na qual noite houve grande tormenta.

No dia seguinte pela manhã, levantamos¹⁵ ferro com grande tormenta e andamos correndo a costa para o norte – o vento era siroco¹⁶ – para ver se encontrávamos algum porto onde a dita armada ficasse. Finalmente encontramos um porto onde lançamos ferro e onde encontramos daqueles indígenas que andavam pescando nos seus barcos. E um dos nossos batéis foi até onde esses tais homens estavam e agarraram dois deles e os levaram ao capitão para saber que gente era. E como foi dito, não se entenderam, nem por fala nem por gestos. E naquela noite o capitão os reteve consigo.

No dia seguinte, mandou-os vestir com uma camisa e uma roupa e [pôr] um barrete vermelho – ficaram muito contentes com o vestuário e maravilhados com as coisas que lhes mostraram. Depois, mandou-os colocar em terra.

CAPÍTULO LXV

*Raiz de que fazem pão e outros costumes*¹⁷

Naquele mesmo dia, que era a oitava da páscoa, a 26 de abril, o capitão determinou ouvir missa. Mandou armar uma tenda naquele espaço, onde ordenou erguer um altar. Todos aqueles da

¹⁴ Segundo João de Barros (*Documento 34*), havia na frota de Cabral intérpretes (“línguas”) do árabe e de um idioma falado na região africana da Guiné. Os portugueses notaram que estavam diante de um povo diferente daqueles já conhecidos, na cor, no aspecto físico, nos costumes e na língua.

¹⁵ *Levantamos*. Até aqui, o narrador referia-se a “eles”, os portugueses. Muda aqui o tratamento para “nós”, indicando que participou da ação.

¹⁶ *Siroco*. Vento sudeste; sudeste. Vento quente, do sudeste, oriundo da África.

¹⁷ Ramusio (*Navigazioni et viaggi*) traz nessa parte o seguinte subtítulo: “Como os homens daquela terra começaram a tratar com aqueles da armada; da qualidade dos ditos homens, das suas casas e de certos peixes muito diferentes dos nossos” (tradução dos autores).

dita armada foram ouvir missa e pregação. Ali muitos homens daqueles se ajuntaram, bailando e cantando com seus cornos.¹⁸ Logo que a missa foi dita, todos foram para as suas naus. E aqueles homens da terra entraram no mar, até [dar água] debaixo dos braços, cantando e divertindo-se. Depois de o capitão ter jantado,¹⁹ a gente da dita armada tornou para terra, tomando recreio e prazer com aqueles homens da terra. E começaram a negociar com os da armada: davam seus arcos e flechas por guizos, folhas de papel e pedaços de pano. Todo aquele dia divertiram-se com eles. Nesse lugar encontramos um rio de água doce. À tarde voltamos para as naus.

No outro dia, o capitão-mor determinou colher água e lenha. Todos aqueles da dita armada foram à terra. E os homens daquele lugar vieram ajudar a pegar água e lenha. Alguns dos nossos foram à terra de onde são esses homens, que ficava três milhas da costa do mar. Negociaram papagaios e uma raiz chamada inhame,²⁰ que é o pão deles, que comem os árabes; pelas ditas coisas, os da armada lhes davam guizos e folhas de papel. Nesse lugar ficamos cinco ou seis dias.

O aspecto dessa gente: são homens pardos,²¹ andam nus, sem vergonha; os cabelos são compridos, e a barba pelada; as pálpebras dos olhos e a parte de cima eram pintadas com figuras de cores brancas, pretas, azuis e vermelhas; têm os lábios da boca,

¹⁸ Ramusio (*op. cit.*) refere-se a “instrumentos”.

¹⁹ *Jantado*. Almoçado. Àquela época, em Portugal, o almoço, no início da manhã, correspondia ao atual café da manhã; o jantar, por volta do meio-dia, ao almoço de hoje; e a ceia, ao atual jantar.

²⁰ *Inhame*. Mandioca ou cassava. Tal como Caminha (*Documento 6*, nota 318), o texto do Português Anônimo confundiu o inhame da África, já conhecido dos portugueses, com a mandioca ou, mais provavelmente, com o cará. Segundo o presente texto, os árabes da expedição também conheciam o inhame: “o pão que comem”. Contudo, na versão de Ramusio (*Navigazioni et viaggi*), o mesmo pão é referido como sendo dos índios, e não dos árabes: “...e permutavam papagaios e uma raiz chamada inhame – que é o pão que comem – e arcos” (tradução dos autores). Inclinao-nos pela versão de Ramusio.

²¹ Como bem notou Banha Andrade (*Novos mundos do mundo*), “os nativos apresentavam a particularidade de se não parecerem com os habitantes da África nem com os da Índia. Eram ‘gentes de cor parda’, entre branco e preto...”.

isto é, o de baixo, furado, e nos buracos metem um osso grande como prego; outros trazem uma pedra azul ou verde, comprida, pendentes dos ditos buracos; as mulheres andam o mesmo modo, sem vergonha; são belas de corpo, com cabelos compridos.²² Suas casas são de madeira, cobertas de folhas e ramos de árvores, com muitos esteios de pau. No meio das ditas casas e dos ditos esteios, colocam, pendurada na parede, uma rede de algodão, onde fica um homem; entre uma rede e outra, fazem fogueira; de modo que numa só casa ficam 40 ou 50 camas armadas, à maneira de teares.

CAPÍTULO LXVI

Papagaios na terra recentemente descoberta

Nessa terra não vimos ferro;²³ faltam-lhes também outros metais. Cortam a madeira com pedra. Há muitas aves de várias espécies, especialmente papagaios de muitas cores, entre os quais alguns grandes como galinha, e outros pássaros mui bonitos. Das penas das ditas aves fazem chapéus e barretes, que usam. A terra tem abundantes árvores, muitas águas boas, inhames e algodão. Nesses lugares não vimos nenhum animal.

A terra é grande e não sabemos se é ilha ou terra firme; pela sua grandeza, achamos que seja terra firme²⁴ e tem muito bom ar. Esses homens têm redes, são grandes pescadores e pescam peixes de muitas espécies, entre os quais vimos um peixe grande que apanharam que era como um tonel, mais comprido e redondo; tinha a cabeça como de um porco, com olhos pequenos; não tinha dentes; tinha orelhas compridas como de um braço e largas como de meio braço; tinha dois furos por baixo do corpo; a cauda era do comprimento de um braço e outro tanto de largura; não tinha pés em

²² Embora bastante resumida, essa descrição sobre o aspecto físico dos indígenas e seus ornamentos lembra bastante a de Pero Vaz de Caminha (*Documento 6*).

²³ *Ferro*. Os Tupiniquim e os outros índios brasileiros desconheciam esse e outros metais. Ramusio (*op. cit.*) traz: “Nessa terra não vimos ferro nem outro [metal]”.

²⁴ *Terra firme*. Esse trecho é mais explícito do que a carta de Caminha (*Documento 6*) sobre os portugueses não saberem se haviam chegado a uma ilha ou a uma terra firme. Inclonavam-se pela segunda hipótese, por perceber a grande extensão territorial. Ver *Documento 6*, notas 36 e 458.

nenhum lugar; tinha pelos como o porco; o couro era grosso como um dedo; suas carnes eram brancas e gordas como a de porco.²⁵

Nesses dias que ali estivemos, o capitão determinou de fazer saber ao nosso Sereníssimo Rei o achado desta terra e de deixar nela dois homens banidos²⁶ e condenados à morte, que tínhamos na dita armada para tal fim.²⁷ E logo o dito capitão despachou um navio que tinham para mantimentos, além das 12 naus sobreditas, o qual navio levou carta ao rei, na qual se continha quanto tínhamos visto e descoberto. Despachado o dito navio, o capitão foi a terra e mandou fazer uma cruz muito grande de madeira e mandou plantá-la no chão. Como foi dito, deixou dois homens banidos no dito lugar, os quais começaram a chorar. E os homens daquela terra os confortavam e mostravam ter piedade deles.²⁸

CAPÍTULO LXVII

Tempestade tão grande que quatro naus se perderam

No outro dia, foi dois de maio do dito ano, a armada fez-se de vela pelo caminho para fazer a volta do cabo de Boa Esperança, o qual caminho seria pelo golfo de mar mais de 1200 léguas, que é quatro milhas por légua.

²⁵ Pela descrição, os especialistas acreditam tratar-se da manati, mamífero herbívoro que vive nas baixas dos rios e estuários, parecido com o peixe-boi. Ramusio (*Navigazioni et viaggi*) abre outro subtítulo ao final deste parágrafo: “Como o capitão mandou cartas ao rei de Portugal, dando-lhe notícia de haver descoberto a dita terra; e como, por causa do temporal, se perderam quatro naus; de Sofala, onde há uma mina de ouro, junto a duas ilhas” (tradução dos autores).

²⁶ *Banidos*. Trata-se de dois degredados da frota – um dos quais, Afonso Ribeiro – que foram deixados em terra (ver *Documento 6*, nota 147). No original italiano: *banditi*, isto é, bandidos. Eram os condenados, apregoados por um banho e postos fora da lei; eram banidos. “Banir”, do franco *banjan*, significa proclamar uma ordem ou proibição pública na ocasião da proscricção (francês *bannir*).

²⁷ O texto explicita que os degredados estavam presentes na armada com o fim precípua de serem deixados nas terras recém-descobertas. A respeito, ver *Documento 6*, notas 147, 234 e 388.

²⁸ Por haver sido escrita após o término da viagem à Índia (diferentemente da carta de Caminha, redigida quando a esquadra se encontrava no Brasil), a relação do Piloto

No dia 12 do dito mês, seguindo o nosso caminho apareceu um cometa para as partes da Arábia, com uma cauda muito longa, o qual apareceu oito ou nove noites contínuas. [...].²⁹

Anônimo é o único documento coevo a descrever a cena dos dois degredados abandonados em terra pelos portugueses e consolados pelos índios. Trata-se de uma imagem forte, rica de conteúdo simbólico, recriada depois em prosa, poesia, pintura, cinema, etc., podendo ser considerada uma das imagens fundadoras do Brasil.

²⁹ No original, o texto continua com a frota de Cabral viajando para a Índia.

COMENTÁRIOS

O presente relato é mais conhecido como Relação do Piloto Anônimo, nome dado por G. B. Ramusio ao texto que ele publicou em 1550. Estudos mais recentes afirmam que a relação original deve ter sido escrita por um português que participou da expedição de Pedro Álvares Cabral, mas que não devia ser piloto, provavelmente um escrivão, talvez João de Sá, que foi também escrivão de Vasco da Gama; outros complementam que a relação original portuguesa foi copiada por G. Matteus Crético e enviada para Veneza. Preferimos utilizar o nome mais próximo possível da realidade: Relação do Português Anônimo, das quais se conservam quatro manuscritos em dialeto veneziano. Essa relação foi publicada pela primeira vez na cidade italiana de Vicenza, em 1507, numa coletânea de viagens e descobrimentos marítimos coordenada por um professor da mesma cidade chamado Fracanzano da Montalboddo e denominada *Paesi novamenti ritrovati et novo mondo de Alberico Vesputio Florentino intitolato*, dividida em seis partes denominadas “Libro”; nos Libros Secundo (parte) e Tertio (todo o Libro) se narra a viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia, a do Português Anônimo. Em 1812, a Academia de Ciências de Lisboa publicou em português o texto traduzido do italiano extraído da obra de G. B. Ramusio chamada *Navigazioni et viaggi*, com o nome de Relação do Piloto Anônimo.

Os quatro manuscritos conservados sobre a Relação do Português Anônimo encontram-se: 1) na Coleção Sneyd (Newcastle-on-Tyne, Inglaterra), provavelmente o mais antigo; 2 e 3) numa encadernação da Biblioteca Marciana (Veneza), onde estão os dois manuscritos juntos: o primeiro, de nome Contarini A, mais novo do que o B; Contarini B, parece ser contemporâneo; 4) numa obra chamada *Viggiatori Antichi*, escrita depois de 1523, que se encontra também na Biblioteca Marciana.

ORIGINAL

Perdeu-se.

FONTES

FRACANZANO da Montalboddo. *Paesi novamenti ritrovati et novo mondo de Alberico Vesputio Florentino intitulado*, Libros II e III, capítulos 43 a 67, Vicenza, Itália, 3 de novembro de 1507 (há uma edição na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, obras raras, Cofre 1,3, DRG, BN 001577689).

GREENLEE, William Brooks. *The voyage of Pedro Álvares to Brazil and Índia*. Nendeln/Liechtenstein: Kraus Reprint Limited, 1967, p. 56–61.

SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de. *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: C. Editora Nacional, 1946, p. 168–173.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

Uma cópia do documento original, em português, chegou à península itálica logo após o regresso da armada de Cabral a Lisboa, sendo rapidamente traduzida para o italiano. O texto traduzido despertou enorme interesse na Itália, sobretudo em Veneza, existindo até hoje quatro antigos manuscritos do documento em dialeto veneziano.

A Relação do Português Anônimo foi publicada em 1507, na primeira edição do *Paesi novamenti ritrovati...*, organizada por Fracanzano da Montalboddo, sem nenhuma referência a respeito de seu autor, tanto nesta como nas várias reedições da obra. O documento foi também incluído por Simão Grineu nas edições do seu *Novas Orbis*, e por Ramusio no primeiro volume das suas *Navigazioni et viaggi*, de 1550. Ramusio intitulou-o “Navigation del capitano Pedro Alvares scritta per un piloto portoghese & tradotta de lingua Portoghesea in la Italiana”. Como bem notou Miyoko Makino (*O descobrimento do Brasil através dos textos*), “foi, portanto, com Ramusio que se obteve uma indicação sobre o seu autor: piloto português”. A Relação do Português Anônimo figura ainda em várias coleções menores sobre viagens do século XVI. O texto foi traduzido para o latim em 1508, por Arcangelo Madrignano e, durante os séculos XVI e XVII, foi vertido para outras línguas, como o francês e o alemão.

Em 1812, a Academia Real das Ciências de Lisboa incluiu a relação na sua *Collecção de Notícias*, com o título de “Navegação do Capitão Pedro Alvares Cabral, escrita por hum piloto português – traduzida da língua Portuguesa para a Italiana e novamente do Italiano para o Português”. O texto publicado foi uma tradução direta da edição de Ramusio. Essa mesma versão reapareceu em diversos livros de historiadores portugueses, como a coleção coordenada por Carlos Malheiro Dias (*História da Colonização Portuguesa*).

No final do século XIX, quando do quarto centenário da chegada de Colombo à América, uma comissão formada na Itália, com o objetivo de localizar e publicar documentos históricos sobre as grandes navegações e descobrimentos marítimos, encontrou um manuscrito com o mesmo conteúdo da relação, que Guglielmo Berchet,

um dos integrantes da comissão, fez publicar, acompanhado de um estudo introdutório de sua autoria. Nesse estudo, Berchet explicou que, no século XV, o historiador veneziano Domenico Malipiero, interessado nos descobrimentos ibéricos (sobre os quais publicou em Veneza vários documentos), estabeleceu uma cadeia de informantes em Lisboa, um dos quais Giovanni Matteo Cretico, secretário da Embaixada de Veneza na Espanha e que esteve algumas vezes em Lisboa. Esses dados foram obtidos por Berchet nas cartas trocadas entre Malipiero e outro de seus informantes, Angelo Trevisano, cartas que hoje integram a Coleção Sneyd.

A partir da sugestão de Berchet, de que o manuscrito encontrado poderia ser de autoria de Giovanni Matteo Cretico, alguns historiadores, entre os quais José Carlos Rodrigues, passaram a defender a posição de que o autor da relação era Cretico, dando origem a uma imensa polêmica. Atualmente, a posição quase unanimemente aceita é a de que o autor da relação era um português. A partir do texto original, escrito em português, teria havido traduções independentes, que deram origem aos quatro manuscritos hoje conhecidos, ligeiramente diferentes uns dos outros.

EMENTA

Trata-se de documento coevo, escrito por um membro da esquadra, a relatar a viagem de Cabral desde a partida até o retorno a Lisboa. É um documento longo; no presente volume, foi selecionado dele apenas o trecho referente à viagem desde Lisboa até à terra que seria chamada mais tarde de Brasil e à permanência dos membros da esquadra nessa terra.

ANÁLISE HISTÓRICA

Com a carta de Pero Vaz de Caminha (*Documento 6*) e a carta de Mestre João (*Documento 7*), a Relação do Português Anônimo é um dos três únicos documentos preservados, sobre o achamento do Brasil, escritos por integrantes da esquadra de Cabral. Ao contrário dos outros dois, entretanto, a Relação do Português Anônimo foi composta após o retorno da armada da Índia, e não quando esta ainda se encontrava em terra americana. O documento serviu provavelmente de fonte ao rei D. Manuel, na carta que escreveu aos reis católicos da Espanha (*Documento 16*), e certamente a alguns cronistas portugueses do século XVI, sobretudo a Fernão Lopes de Castanheda.

Ignoram-se tanto a data exata em que a relação foi redigida quanto o nome de seu autor. Certos historiadores, acreditando que foi redigida por um dos pilotos da esquadra de Cabral, denominaram-no “Relação do Piloto Anônimo”. Não existe, contudo, comprovação sobre o posto exercido na esquadra pelo autor do texto, inferindo-se apenas, dado o domínio do idioma culto, que era português e educado. Por isso, aqui se preferiu denominar o documento “Relação do Português Anônimo”.

A própria narrativa oferece mais algumas informações sobre seu autor. Segundo Banha de Andrade (*Novos mundos do mundo*), este viajava na nau de Cabral ou na de Simão de Miranda e, após a tempestade no cabo da Boa Esperança, talvez tenham se transferido para a de Pedro de Ataíde, regressando depois a Portugal com Cabral ou

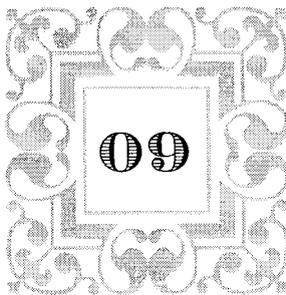
com Simão de Miranda. Parece ter estado presente quando Cabral se encontrou com o Samorim, e estava em terra no momento do ataque muçulmano à feitoria portuguesa, em Calicut. William Greenlee (*Viagem de Pedro Álvares...*) suspeita, “pela maneira cuidada como se encontra redigida [a narrativa]”, que

fosse composta por alguém encarregado de escrever esta relação, possivelmente um dos escrivães. O único que ocupava este cargo cujo nome se conhece, e que de ter sido o seu autor, é João de Sá, que tinha ido como escrivão de Vasco da Gama e, sem dúvida, gozava de um posto de confiança junto de Cabral. As suas funções levá-lo-ão a desembarcar em Calicut, e regressou com a armada. Como Ravenstein entende que Sá deve ter sido o autor do chamado *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, possivelmente teve funções análogas a desempenhar na armada de Cabral.

Jaime Cortesão (*A expedição de Pedro Álvares...*) também defendeu a opinião de que o autor da relação era um escrivão.

O presente documento é um relato conciso, bem informado e preciso. Apresenta a grande vantagem, em relação à carta de Caminha, de situar o achamento do Brasil no conjunto de toda a viagem empreendida por Cabral, a qual tinha como objetivo principal chegar à Índia, para ali consolidar a primazia do comércio português, sonho tornado possível desde a viagem de Vasco da Gama (1498-1499). A Relação do Português Anônimo, portanto, relativiza o achamento da terra americana, transmitindo ao leitor de hoje uma idéia provavelmente mais aproximada do significado que o episódio teve para os portugueses de então: o de uma notícia alvissareira – cada nova terra encontrada aumentava o território, o poder do rei e a possibilidade de enriquecimento dos mercadores e do governo de Portugal –, mas não o de uma notícia espetacular, pois no Brasil não foram encontrados sinais de metais preciosos ou de outros produtos comercialmente valorizados, nem da existência de atividades mercantis. A recém-atingida Índia, ao contrário, assim como outros locais da Ásia e da África, poderia oferecer a Portugal tudo isso – produtos valorizados, como as especiarias, os metais preciosos e uma riquíssima rede comercial já estabelecida – em grande quantidade.

A Relação do Português Anônimo coloca assim em perspectiva o achamento do Brasil, enquanto a carta de Caminha prioriza esse acontecimento (pois trata exclusivamente dele), transmitindo talvez ao leitor de hoje uma impressão superestimada do significado do acontecimento à época. Em decorrência exatamente dessa diferença entre os dois documentos, a carta de Caminha oferece um número, uma variedade e uma precisão de informações sobre a terra e o povo encontrados e sobre a estadia da esquadra de Cabral no Brasil infinitamente superiores à Relação do Português Anônimo. Não há, contudo, discrepâncias ou contradições entre os dois documentos, existindo, contrário, coincidência entre as informações fornecidas por ambos.



CARTA DE AMÉRICO VESPÚCIO A LOURENÇO DEI MEDICI

4 DE JUNHO DE 1501

Meu magnífico patrão.¹ No dia oito de maio vos escrevi a última [carta],² estando em Lisboa, prestes para partir nesta presente viagem que agora comecei com a ajuda do Espírito Santo.³ Achei que não vos escreveria mais, até o meu regresso, mas parece que a sorte me deu tempo oportuno para vos escrever não só de terra firme como também de alto-mar.

¹ Trata-se de Lourenço (em italiano, *Lorenzo*) di Pierfrancesco dei *Medici, para quem Vespúcio trabalhara, como homem de negócios, em Florença e em Sevilha, até ser convidado, pelo rei D. Manuel, para integrar a expedição portuguesa de 1501 ao Brasil.

² A carta a que Vespúcio se refere, datada de oito de maio, infelizmente se perdeu.

³ Quando escreveu essa carta, o florentino Américo *Vespúcio participava da primeira expedição exploradora às terras recém-encontradas na América por Pedro Álvares Cabral. A expedição partiu de Lisboa antes mesmo do retorno de Cabral da Índia. É bastante provável que Vespúcio tenha sido convidado pelo rei D. Manuel a integrá-la devido à sua fama como cosmógrafo. Poderia, assim, identificar e descrever corpos celestes importantes para a navegação rumo ao Brasil – numa área do hemisfério sul ainda muito pouco conhecida dos portugueses –, além dos principais acidentes geográficos e das características da terra e do povo encontrados.

Soubestes, Lourenço, tanto pela minha quanto por cartas dos nossos florentinos de Lisboa,⁴ que, estando em Sevilha, fui chamado pelo rei de Portugal. Pediu-me ele que me dispusesse a servi-lo nesta viagem, para a qual embarquei em Lisboa a 13 do [mês] passado.⁵ Tomamos nosso caminho para o meio-dia⁶ e navegamos tanto que passamos à vista das Ilhas Afortunadas, hoje chamadas Canárias;⁷ passamos ao largo delas, mantendo nossa navegação ao longo da costa da África.

Vespúcio cumpriu efetivamente essas tarefas, percorrendo um longo trecho do litoral brasileiro, desde Pernambuco até o Sul (chegando até a Patagônia, no extremo sul do continente americano), mantendo contato com os habitantes e mapeando a terra. Muitos nomes de acidentes geográficos brasileiros do litoral brasileiro (como cabos de São Roque e de Santo Agostinho) foram dados por essa expedição. Ver também *Documentos* 23, 27 e 28.

⁴ Referência à presença, em Lisboa, de um expressivo número de poderosos comerciantes e banqueiros florentinos, que se transferiram de Florença para Portugal quando as navegações e o comércio lusitano começaram a tornar-se importantes em nível mundial, ameaçando o poderio marítimo e mercantil de Florença. Alguns desses florentinos, como Bartolomeu *Marchionni, eram bastante influentes na corte e na sociedade portuguesas, tendo, inclusive, participação acionária e comercial nas viagens lusas; muitos exerciam também a função de informantes, junto às autoridades de Florença, a respeito dos negócios e da política portuguesa. É provável que o nome de Vespúcio tenha sido indicado a D. Manuel, para participar da expedição de 1501, por um dos florentinos residentes em Lisboa, provavelmente Marchionni. Ver *Documentos* 12 e 13.

⁵ As referências a essa data oscilam, conforme os documentos escritos por Vespúcio: no presente texto, Vespúcio registra 13 de maio de 1501; na *Mundus Novus*, 14 de maio (*Documento* 27, nota 10); e na carta a Pedro Soderini, dez de maio (*Documento* 28, nota 14).

⁶ *Meio-dia*. Sul.

⁷ *Canárias*. Durante séculos, as ilhas Canárias foram identificadas, em mapas e textos, como sendo as ilhas Afortunadas, as mesmas que, desde a época do poeta grego Homero, eram apresentadas como dotadas de brisas perfumadas e natureza tão pródiga que, nelas, os seres humanos viviam felizes e não precisavam trabalhar para sobreviver. Vários cristãos identificaram as Afortunadas com o paraíso terrestre: "...em razão da fecundidade do solo, creram que estas ilhas eram o paraíso" (Isidoro de Sevilha, *Etimologias*). Habitado pelos canários ou guanches, o arquipélago das Canárias era conhecido dos europeus desde pelo menos o século XIV – quando foi

Navegamos tanto que chegamos aqui, a um cabo chamado cabo Verde,⁸ que é o começo da província da Etiópia⁹ e está no meridiano das Ilhas Afortunadas. Tem a latitude de 14 graus da linha equinocial,¹⁰ onde, por acaso, encontramos ancorados dois

ocupado por Lançarote Malocello – e, devido à sua posição estratégica, ao longo do século XV foi muito disputado entre Portugal e Espanha. O tratado de Alcáçovas-Toledo (1479-1480) definiu que as Canárias pertenceriam à Espanha, enquanto Portugal ficaria com os arquipélagos dos Açores, da Madeira e do Cabo Verde.

⁸ *Cabo Verde*. Cabo mais ocidental do continente africano, localizado ao sul do rio Senegal, em frente do qual se situa o arquipélago de Cabo Verde; foi atingido pelo português Dinis Dias, em 1444, e assim chamado por causa de suas árvores, após navegação pelo litoral desértico, rumo norte-sul. Ao sul desse cabo há a enseada e o porto chamados Beseguiche (alguns textos grafam “Bezeguiche”), diante dos quais existe uma ilha denominada Palma (atual Goréia). O local é próximo ao atual porto de Dacar, no Senegal. Essa enseada ou angra foi utilizada no século XV como ponto de parada dos navegadores a serviço de Portugal que rumavam para a Índia. Aí Vespúcio permaneceu 11 dias, em junho de 1501, e aí ele se encontrou com a frota de Cabral que regressava da Índia. O local foi ocupado pelos holandeses no século XVII. Segundo Crético, os antigos denominavam esse cabo de “Hespéria” (*Documento 11*, notas 5 e 6).

⁹ *Etiópia*. A Etiópia (de *aethiops* = face queimada), antes chamada Abissínia, um dos reinos mais antigos do mundo, convertera-se ao cristianismo copta desde o século IV, mas, devido ao avanço muçulmano na Ásia e no norte da África, ficou isolada dos outros centros cristãos. Quando se iniciaram as grandes navegações, havia na Europa informações esparsas e confusas sobre a Etiópia. Para os europeus, durante muito tempo “Etiópia” foi sinônimo de “África” ou, como no uso atribuído à palavra por Vespúcio, da larga faixa do continente africano ao sul do Saara, desde o Atlântico até o Índico. Desde a Idade Média, a Etiópia fora também identificada com o reino do mítico e riquíssimo Preste João (ver nota 29). Quando chegaram à Etiópia, contudo, os portugueses depararam-se com um país pobre, que mais precisava de auxílio do que podia oferecer.

¹⁰ *Linha equinocial*. Linha do Equador, com latitude de zero grau. Naquela época, já se conhecia com precisão a latitude de Cabo Verde, que está ao norte da linha do Equador 14 graus e 43 minutos. As linhas de latitude e longitude começaram a cruzar os mapas antigos pelo menos três séculos antes de Cristo. Ptolomeu, por volta de 150 d.C., baseado no movimento dos corpos celestes e na autoridade dos antigos, escolheu o paralelo situado na linha equinocial como tendo latitude zero, abaixo da qual, acreditava, não existia vida, devido ao forte calor.

navios¹¹ do rei de Portugal que regressavam das partes da Índia oriental – são daqueles mesmos 13 navios¹² que partiram há 14 meses e foram a Calicut – com os quais mantive muitas conversas, não tanto sobre a viagem, mas sobre a costa da terra que percorreram, as riquezas que encontraram, e sobre o que possuem. Brevemente farei menção de tudo isso a Vossa Magnificência, não por meio da cosmografia, pois não houve nessa frota nenhum cosmógrafo ou matemático, o que foi grande erro. Mas serão ditas desordenadamente, como me contaram, salvo o que corrigi um pouco com a cosmografia de Ptolomeu.¹³

Essa frota do rei de Portugal partiu de Lisboa em abril de 1499.¹⁴ Navegaram para o meio-dia, até as ilhas de Cabo Verde,

¹¹ *Dois navios*. O autor refere-se aos dois navios da esquadra de Cabral que, de volta da viagem à Índia, chegaram primeiro a Beseguiche e ali ficaram esperando o resto da armada: a Anunciada, de propriedade do banqueiro florentino Bartolomeu Marchionni, e o navio comandado por Diogo Dias, desgarrado depois da tormenta do cabo da Boa Esperança, quando o navio de Bartolomeu Dias e mais três embarcações naufragaram.

¹² Em carta anterior também dirigida a Lourenço dei Medici, redigida em Sevilha, no dia 18 de julho de 1500, ao mencionar a viagem de Vasco da Gama à Índia, Vespúcio escrevera: “e agora o rei de Portugal fez armar 12 navios com grandíssima riqueza e os enviou para aquelas partes”. Em Beseguiche, de posse de informações mais precisas, Vespúcio corrigiu o número para 13 navios.

¹³ *Ptolomeu*. Essa referência explícita, assim como outras implícitas na carta, atestam a importância do pensamento do geógrafo grego Cláudio Ptolomeu (90-168 d.C.) para Américo Vespúcio (e para a maioria dos cientistas e navegadores da época). Considerado um dos mais importantes geógrafos de todos os tempos, Ptolomeu havia no entanto sido esquecido na Europa durante quase mil anos. Sua obra sobrevivera graças aos bizantinos e, principalmente, aos árabes, que se serviam com regularidade de seus ensinamentos. O renascimento e as navegações do século XV favoreceram a reabilitação de Ptolomeu na Europa; a maior parte de sua obra foi então traduzida para o latim e publicada. O retorno a Ptolomeu alertou os europeus para a necessidade de recuperar o olhar científico sobre o espaço geográfico. À medida que as navegações revelavam o mundo, os cálculos, as hipóteses e as descrições de Ptolomeu foram sendo aperfeiçoados e, em grande parte, corrigidos, pois o geógrafo grego não pudera, como os navegadores, visitar a maioria da Terra que estudara.

¹⁴ Vespúcio confundiu o ano e o mês da partida de Cabral. Descontando os 14 meses a que se referiu, chegaria ao mês de abril de 1500. Cabral partiu a nove de março de 1500.

que distam cerca de 14 graus da linha equinocial, fora de todo meridiano para ocidente; pode-se dizer que está mais a ocidente das Ilhas Canárias seis graus, mais ou menos; pois bem sabeis como Ptolomeu e a maior parte das escolas de cosmógrafos colocam o fim do Ocidente habitado nas Ilhas Afortunadas,¹⁵ das quais tomei a latitude com o astrolábio e com o quadrante e achei que é assim mesmo.

A longitude é coisa mais difícil, poucos a conhecem, salvo quem fica muito atento e observa a conjunção da Lua com os planetas. Por causa da longitude, perdi muito sono e abreviei minha vida em dez anos; mas foi tudo bem empregado, e espero alcançar fama por largo tempo, se voltar com saúde desta viagem.¹⁶ Deus não considere como soberba, porque todo meu trabalho dedicarei a seu santo serviço.

Agora torno ao meu propósito. Como dizia, aqueles mencionados 13 navios navegaram para o meio-dia das ilhas de Cabo

¹⁵ *Afortunadas*. Ptolomeu escolheu as ilhas Afortunadas (mais tarde identificadas como as ilhas Canárias) como marco da longitude zero e limite do mundo ocidental habitável; a oeste dessa linha vertical imaginária, não devia haver vida. Segundo Vespúcio, Cabo Verde estava seis graus (em realidade são dois graus) a oeste das ilhas Afortunadas; portanto, fora do meridiano do Ocidente habitado, conforme afirmava Ptolomeu. Mais tarde, os cartógrafos escolheram outros locais por onde passar o zero grau de longitude: Açores, Roma, Jerusalém, São Petersburgo, Pisa, Paris, etc., até se firmarem em Greenwich. Sendo arbitrária, a decisão sobre o local do meridiano sofreu sempre fortes influências políticas, ao longo do tempo.

¹⁶ À época, o cálculo da latitude não constituía problema: o astrolábio ou o quadrante determinavam a altura do sol ou de alguma estrela em relação ao horizonte. O cálculo da longitude, porém, tornou-se um grande dilema mundial, somente solucionado no século XVIII, pelo inglês John Harrison, com a invenção do cronômetro marítimo. Esta invenção custou a Harrison 29 anos de pesquisas (1730-1759), até chegar ao maravilhoso H-4, um aparelho com 12,5 cm de diâmetro e 1,4 quilo de peso. À época, Harrison declarou: “Penso que [...] não há coisa mecânica ou matemática no mundo mais bela e curiosa em textura do que este meu relógio ou contador de tempo para a longitude...” (Dava Sobel, *Longitude*, p.106). Os relógios de Harrison estão expostos no Museu Nacional Marítimo de Londres. A pretensão de Vespúcio, portanto, de “alcançar fama” com os cálculos da longitude revelar-se-ia infundada.

Verde, com vento entre meio-dia e libeche.¹⁷ E depois de terem navegado 20 dias, cerca de 700 léguas (cada légua tem quatro milhas e meia), pararam numa terra onde encontraram gente branca e nua da mesma terra que descobri para o rei de Castela, salvo que fica mais a levante,¹⁸ sobre a qual vos escrevi em outra minha [carta] – onde, dizem, tomaram todo refresco.¹⁹

Dali partiram e seguiram sua navegação para o levante. Navegaram com vento siroco,²⁰ tomando a quarta do levante.²¹ Quando estavam longe da dita terra, tiveram tanta tormenta do mar, com o vento a libeche tão tempestuoso que virou cinco navios²² e os afundou no mar com toda a gente. Deus tenha misericórdia de suas almas. As outras oito naus,²³ dizem, correram em árvore

¹⁷ *Libeche*. Sudoeste. Ou vento quente, seco e geralmente violento, que sopra no Mediterrâneo, procedente do sudoeste, isto é, da Líbia, na África. Do italiano *libeccio*, que provém do latim *lybicus* (da Líbia); em espanhol, *lebeche*; também chamado de áfrico ou vulturno; o mesmo que o italiano *garbin* ou *garbino*.

¹⁸ *Levante*. Oriente, leste.

¹⁹ *Tomaram todo refresco*. Abasteceram-se. Trecho importante e muito discutido, pois insinua que Américo *Vespúcio já fizera uma viagem anterior ao Brasil, aportando em algum local da costa nordestina (no atual Rio Grande do Norte?). Muitos historiadores aceitam a idéia de que Vespúcio efetivamente realizou uma viagem à América em 1499, na expedição comandada pelo espanhol Alonso de Ojeda, da qual fez parte também o cartógrafo João de La Cosa. Não há, entretanto, consenso sobre se essa expedição teria ou não atingido terras brasileiras: segundo Vespúcio, “teriam atingido, a 27 de junho do mesmo ano, terras situadas a 5° de latitude sul, portanto o Brasil; mas, de acordo com o próprio comandante da expedição, teria ela alcançado um ponto situado a 4,5° de latitude norte, portanto fora de nosso país”. (Hélio Vianna, *História...*, v. I, p. 39).

²⁰ *Siroco*. Sudoeste. No italiano: *scilacco*.

²¹ *Tomando a quarta do levante*. Tomando a direção de uma quarta do leste. No italiano: *piogliando la quarta di levante*. Greenlee (*A viagem...*, p. 260) explica: “Refere-se à parte da viagem antes de chegar à zona dos anticlones do Atlântico Sul”.

²² Foram perdidos quatro navios, na tormenta próxima ao cabo da Boa Esperança. O suposto quinto navio perdido poderia ser o comandado por Diogo Dias, que se desgarrara da frota; no entanto, este se encontrava em Beseguiche quando Vespúcio lá estava. Um outro navio da expedição de Cabral naufragara anteriormente, logo após a partida de Lisboa. Ver *Documento 11*, nota 33.

²³ *Oito naus*. Cifra incorreta. Dos 13 navios que partiram, um se perdeu no início da viagem, outro retornou a Lisboa com a notícia do achamento do Brasil, quatro nau-

seca, isto é, sem velas, 48 dias e 48 noites, com grandíssima tormenta. Tanto correram que se encontraram com sua navegação a barlavento do cabo da Boa Esperança, o qual está desenhado na costa da Etiópia, está afastado 10 graus, do lado do meio-dia, do trópico de Capricórnio, e digo que está na altura de 33 graus da linha equinocial²⁴ para o meio-dia. Pelo que, feita a proporção do paralelo, acham que o dito cabo tem, de longitude do Ocidente habitado, cerca de 62 graus, e podemos dizer que fica no meridiano de Alexandria.²⁵

Daqui navegaram depois para o setentrião,²⁶ à quarta do gregal,²⁷ navegando continuamente ao longo da costa, a qual, segundo me parece, é o começo da Ásia e província da Arábia Feliz,²⁸ e das terras do Preste João,²⁹ porque aí tiveram notícia

fragaram e um se desgarrou dos demais, restando portanto seis embarcações, que seguiram para Calicut. Ver *Documento 11*, nota 33.

²⁴ 33 graus da linha equinocial. O cabo da Boa Esperança está situado na latitude de 34,24 graus sul, e o trópico de Capricórnio, a 23 graus sul. No cálculo da latitude, Vespúcio errou por pouco.

²⁵ O “limite do Ocidente habitado” eram então as ilhas Afortunadas (Canárias), que distam quase 34 graus de longitude do cabo da Boa Esperança, e não 62 graus. Alexandria (longitude 29,54 graus leste) não está no mesmo meridiano do cabo da Boa Esperança (18,30 graus leste). Ver notas 7 e 15.

²⁶ *Setentrião*. Norte.

²⁷ *Gregal*. Nordeste. Do latim *graecalis*, vento que no Mediterrâneo sopra do lado nordeste, proveniente da Grécia. Em italiano, *greco*; em espanhol, *gregal*.

²⁸ *Arábia Feliz*. Os antigos consideravam três Arábias (Deserta, ao norte, parte mais desértica; Pétreia, na parte mais pedregosa; e Feliz, ao sul e faixa costeira, na zona mais fértil, que incluía o Iemen e Omã). A Arábia Feliz era a mais famosa das três e assim se chamava por ser mais fértil, mais rica e ficar numa área mais povoada e estratégica (na confluência das rotas comerciais entre Ásia, África e Europa), que servia de entreposto de vários tipos de mercadorias, inclusive as especiarias.

²⁹ *Preste João*. A história do Preste João, rei cristão bondoso e rico, que se adornava de ouro, prata e rubis e governava um piedoso reino abarrotado de metais preciosos, foi um persistente mito europeu, fixado na época das cruzadas e divulgado por papas e reis católicos. Os cartógrafos situaram esse mítico reino primeiro na Ásia e, desde o início do século XV, em lugares variados da África, para, a partir de meados do século XV, localizá-lo sobretudo na Etiópia (ver nota 9). Desde as primeiras navegações atlânticas, os reis de Portugal procuraram avidamente encontrar o Preste

do Nilo, que está a oeste deles; como sabeis, ele separa a África da Ásia.³⁰

Nessa costa há infinitas povoações e cidades. Fizeram escala em algumas, sendo a primeira Sofala, que dizem ser uma cidade de tanta grandeza como Cairo e que tem uma mina de ouro. Dizem que pagam de tributo ao seu rei 200 mil meticais³¹ de ouro por ano, valendo cada metical cerca de uma castelhana³² de ouro. Daqui partiram e foram para Moçambique,³³ onde se diz haver muito aloés, infinita laca e muito tecido de seda. Tem tanta população como a do Cairo.

E de Moçambique foram para Quíloa e para Mombaça (Mombaça) e de Mombaça para Dimodaza e para Melinde.³⁴ Depois,

João, acreditando que seria um fiel e poderoso aliado contra os muçulmanos. C. R. Boxer (*O Império Colonial...* p. 54-55), assim como outros historiadores, julgam que a busca do reino do Preste João foi um dos fortes estímulos às navegações lusas.

³⁰ O Nilo, considerado pela tradição cristã um dos quatro rios sagrados, era ainda, à época do início das grandes navegações, objeto de especulações e mitos europeus, os quais – comprova-o as palavras de Vespúcio – ainda desconheciam a exata localização do rio.

³¹ *Meticais*. O metical era antigo peso de matérias preciosas usado pelos otomanos e árabes, equivalente a 24 quilates, ou 96 grãos, ou 4,679 gramas. Foi moeda de ouro espanhola e marroquina com peso de 4,5 a 5 gramas; também se diz “mitical” ou “matal”. Provém do árabe *mithqal*. Em italiano, *miccical*; em espanhol, *metical*.

³² *Castelhana*. Moeda de ouro espanhola medieval de 4,55 gramas.

³³ *Moçambique*. Ilha de Moçambique, ao norte de Sofala, onde havia estado Vasco da Gama durante a primeira viagem à Índia. Esta grande ilha viria a constituir importante escala das viagens portuguesas à Índia e base para a expansão lusitana rumo à costa da África oriental.

³⁴ *Melinde*. Situa-se na África oriental, no atual Quênia, como Mombaça; Quíloa (ou Kilwa), na atual Tanzânia. À época, como Sofala, em Moçambique, eram todas ricas cidades comerciais do Índico, cujo poderio e sofisticação impressionaram vivamente os europeus. Em seus portos comerciavam-se produtos africanos, principalmente o ouro do interior, e mercadorias asiáticas. Nessas quatro cidades residiam muitos árabes, alguns dos quais ricos mercadores, que ajudaram a difundir o islamismo na região. Durante a primeira viagem à Índia, Vasco da Gama passou por Melinde, onde fez acordo com o sultão e o apoiou contra a rival Mombaça; o sultão cedeu ao capitão português grande piloto árabe que o guiou até a Índia.

para Mogodasco (Mogadíscio), para Camperuia³⁵ e para Zendach. Depois, para Amaab, depois para Adabul (talvez Rasbel) e para Albarcon. Todas essas cidades ficam na costa do mar oceano³⁶ e vão até o estreito do mar Vermelho. Esse mar, haveis de saber, não é vermelho; é como esse nosso e só tem de vermelho o nome. Todas essas cidades são riquíssimas em ouro, jóias, tecidos, especiarias e drogas, que são trazidos por carroças da parte da Índia – o próprio local de origem³⁷ – o que seria, como entenderéis, coisa longa de relatar.

De Albarcon, atravessaram o estreito do mar Vermelho e foram para Meca, aonde foi uma nau da dita frota, que nesse momento aqui chegou a este cabo.³⁸ Até aqui escrevi sobre a costa da Arábia Feliz.

Agora vos falarei da costa do mar Vermelho para a Índia, isto é, dentro do estreito desse mar. Na boca do estreito há um porto no mar Vermelho que se chama Aden,³⁹ com uma grande cidade.

³⁵ *Camperuia*. Talvez seja Cambraia.

³⁶ *Mar oceano*. Aqui se refere ao oceano Índico.

³⁷ *Que são trazidos por carroças da parte da Índia – o próprio local de origem*. No italiano: *e di suo proprio nascimento, ch'elie sono tratte colle carette dalla parte d'India*. Marcondes de Souza (*Amerigo Vespucci...*, p. 207) traduziu: “que não transportadas de sua própria origem da parte da Índia”. João Pedro Mendes apresentou: “que não (são) de própria origem, dado que são transportadas por carroças das partes da Índia” (*in*: Fontana, Riccardo, *O Brasil de...*). A tradutora Ana Maria de Aznar verteu a frase para o espanhol de duas maneiras: “*y no de su mismo origen, que ellas son traídas con las carretas de la parte de la Índia*” (*in*: Vespucci, Amerigo, *Cartas de viaje...*, p. 72); e sem a negativa: “*y de su mismo origen, que ellas son traídas con las carretas de la parte de la India*” (*in*: Vespucio, *El nuevo mundo – viajes...*, p. 32). Finalmente, Greenlee (*A Viagem...*, p. 32), em inglês: “de sua própria produção que eles negociam com as cargas das partes da Índia”. Alguns anos depois da primeira viagem de Vasco da Gama, os portugueses ainda acreditavam ser a Índia o principal centro produtor de especiarias. Somente mais tarde perceberam que grande parte desses valiosos produtos provinha de outros locais, situados a leste da península indiana, como as Molucas (cravo), o Ceilão (canela), o arquipélago de Banda (noz-moscada) e Timor (sândalo), sendo a Índia um centro produtor de algumas especiarias, mas, principalmente, o mais importante centro de comercialização desses produtos.

³⁸ Trata-se da nau de Diogo Dias, que se desgarrou da expedição, foi até o mar Vermelho e retornou a Beseguiche, onde esperou pelo navio de Cabral.

³⁹ *Aden* (também grafado “Adem” ou “Adém”). Localizada no litoral sul da Arábia, na então denominada “Arábia Feliz” (ver nota 28), estrategicamente situada à entrada

Mais adiante, para o setentrião, fica um outro porto que se chama Camarcan e Ansuva; depois, há um outro porto, que se chama Odeinda (Hodeida), e de Odeinda para Lamoia (Lahoia), e de Lamoia para Guda (Gudda).⁴⁰ Esse porto de Guda está perto do monte Sinai – que, como sabeis, fica na Arábia Deserta –, onde dizem que é escala de todos os navios que provêm da Índia e de Meca. Dizem que nesse porto descarregam todas as especiarias, drogas, jóias e tudo o que colocam aqui. Depois, vêm as caravanas de camelos do Cairo e Alexandria que as transportam; dizem que percorrem 80 léguas pelo deserto da Arábia. Dizem que navegam nesse mar Vermelho somente de dia, por causa dos muitos escolhos e bancos de areia ali existentes. Contaram-me muitas outras coisas sobre esse mar, que se omitem para não ser prolixo.

Agora falarei sobre a costa do mar Vermelho do lado da África. Na boca do estreito desse mar está Zoiche (Zeile), cujo senhor é um mouro chamado Agidarcabi; diz-se que fica a três dias do porto de Guda e possui muito ouro, muitos elefantes e infinito mantimento. De Zoiche para Darbazui.⁴¹ Desses dois portos até Arboiam e Zala, o senhor é o Preste João.⁴² Defronte há um porto que chamam Tui, pertencente ao grande sultão da Babilônia. Depois de Tui para Ardem e de Ardem para Zeon. Isso é quanto eu pude saber sobre o mar Vermelho. Reporto-me a quem melhor o conhece.

Resta-me agora contar o que ouvi da costa de Meca, que fica dentro do mar Pérsico, que é o seguinte. Partem de Meca e vão pela costa do mar até uma cidade que se chama Ormuz,⁴³ que é

do mar Vermelho, foi desde a antigüidade um importante porto da rota comercial entre Ásia, África e Europa. No século V a.C., Aristófanos a denominou “cidade feliz do Mar Vermelho”. O primeiro português a conhecer Aden foi Pero da Covilhã, em 1488, viajando por terra; em 1513, Afonso de Albuquerque tentou sem êxito conquistar a cidade; em 1548, um acordo comercial com o sultão de Aden garantiu a Portugal o livre comércio na cidade e o direito de ali construir uma fortaleza, em troca da promessa de não atacar as cidades da costa árabe.

⁴⁰ *Guda*. Certamente, o porto de Jidá (Jiddah), a 100 quilômetros de Meca.

⁴¹ *Darbazui*. Talvez Asab, na atual Etiópia, quase fronteira com o Djibuti.

⁴² Ver nota 29. Vespúcio situa o reino do Preste João na “costa do mar Vermelho do lado da África”, ou seja, próximo à Etiópia.

⁴³ *Ormuz*. Fundada no século XIV, situa-se estrategicamente na ilha de Gerum, entrada do golfo Pérsico. No início do século XVI era um dos mais importantes centros

um porto na boca do mar Pérsico. Depois, de Ormuz a Tus e de Tus a Tunas; depois a Capan, a Lechor, a Dua, a Torsis, a Pares, a Stucara, e depois a Ratar. Todos esses portos, que são muito povoados, ficam dentro da costa do mar Pérsico. Creio que serão muito mais, no meu entender, mas me atenho à verdade, ao que me contou um homem digno de fé que se chamava Gaspar,⁴⁴ que tinha viajado do Cairo até uma província que se chama Molecca,⁴⁵ a qual está situada na costa do mar Índico. Creio que seja a província que Ptolomeu chama de Gedrosica. Dizem que esse mar Pérsico é muito rico, mas não se há de crer em tudo; por isso, deixo para a pena de quem melhor mostrar a verdade.

Agora, resta-me falar da costa que vai do estreito do mar Pérsico ao mar Índico, segundo me contam muitos que foram na dita armada, principalmente o dito Gaspar, que sabia muitas línguas e o nome de muitas províncias e cidades. Como digo, é um homem muito autêntico,⁴⁶ porque fez duas vezes a viagem de Portugal ao mar Índico.

Da boca do mar Pérsico navega-se para uma cidade que se chama Zabul (talvez Dabul),⁴⁷ e de Zabul para Goosa (Goa), e de Goosa para Zedeuba, depois a Nui, depois para Bacanut (talvez Barcelar), depois para Salut, depois para Mangalut (Mangalor), depois para Batecala, depois para Calnut, depois

distribuidores de mercadorias orientais (especiarias, porcelana, seda, artesanato fino, etc.), ocidentais (cobre, brocados, etc.) e as do próprio mundo árabe (tâmaras, almíscar, sal, enxofre e, sobretudo, cavalos). Era tão rica, que os próprios habitantes consideravam “todo o mundo um anel, e Ormuz, a pedra dele”. Atacada pela esquadra de Afonso de Albuquerque em 1507, Ormuz só se rendeu oito anos depois, após infringir derrotas aos portugueses.

⁴⁴ *Gaspar*: Trata-se de Gaspar da *Gama ou Gaspar da Índia, judeu converso, que Vasco da Gama encontrara na ilha de Angediva, no retorno da viagem à Índia, e incorporara à sua expedição. Gaspar participou também da viagem de Cabral ao Brasil e à Índia. Nesse trecho e no seguinte, Vespúcio deixa claro que Gaspar da Gama, “um homem digno de fé”, foi um de seus principais informantes acerca das regiões, dos povos e das riquezas da Ásia. Ver *Documento 3*, nota 43.

⁴⁵ *Molecca*. Provavelmente, Malaca.

⁴⁶ *Autêntico*. Fidedigno, honesto, confiável. Ver nota 44.

⁴⁷ *Dabul*. Opinião de Vespúcio, como os outros nomes que se seguem entre parêntesis.

para Dremepetam, depois para Fandorana,⁴⁸ depois para Catat, depois para Calicut. Esta cidade é muito grande, e a armada dos portugueses foi nela repousar. Depois, de Calicut para Belfur, depois para Stailat, depois para Remond, depois para Paravran-grari, depois para Tanui (Tanor), depois para Propornat, depois para Cuninam, depois para Lonam, depois para Belingut, depois para Palur, depois para Gloncoloi, depois para Cochim, depois para Caincolon (talvez Colam), depois para Cain, depois para Coroncaram, depois para Stomondel, depois para Nagaitan, depois para Delmatan, depois para Carepata:, depois para Conimat.

Até aqui navegaram as frotas de Portugal, apesar de não calcular a longitude e a latitude da dita navegação, coisa impossível de fazer entender a quem não tem muita prática em marinharia.⁴⁹ Tenho esperança, nesta minha navegação, de ver e percorrer grande parte do que foi dito e de descobrir muito mais. No meu regresso, farei uma boa e verdadeira relação de tudo. O Espírito Santo vá comigo.

Esse Gaspar, que me contou as citadas coisas – e muitos cristãos o confirmaram, porque foram [testemunhas] de algumas delas⁵⁰ – disse-me, também, o que segue. Disse que estivera no interior da terra da Índia, num reino que se chama reino de Perlicat, que é um grandíssimo reino rico em ouro, pércias, jóias e pedras preciosas. E contou ter estado no interior da terra em Mailepur,⁵¹ em Giapatan, em Melata, em Tanaser (Tarescrim),⁵² em Pego,⁵³ em Starnai, em Bencola, em Otezen e em Marchin. Este Marchin, disse, estava perto de um grande rio chamado

⁴⁸ *Fandorana*. Talvez Pandarane, próxima a Calicut.

⁴⁹ A frase é complexa no texto italiano. “*Infino a qui hanno navigato le frotte di Portogallo, che benché non si conti della longitude, e latitude della detta navigazione, ch'è fare cosa impossibile a chi dare ad intedere.*”

⁵⁰ *E muitos cristãos o confirmaram, porque foram [testemunhas] de algumas delas*. Muitas pessoas que presenciaram alguns dos fatos confirmaram as palavras de Gaspar. No italiano: *e molti cristiani le consentirono, perchè furono in alcuna d'esse*.

⁵¹ *Mailepur*. Trata-se de Meliapur, na costa oriental da Índia, onde estava enterrado o apóstolo Santo Tomé.

⁵² *Tarescrim*. Talvez seja Tenasserim.

⁵³ *Pego*. Pegu.

Emparlicat. Este Emparlicat é a cidade onde está o corpo do apóstolo São Marcos,⁵⁴ e onde há muitos cristãos. Contou-me ter estado em muitas ilhas, maxime numa que se diz Ziban (talvez Ceilão),⁵⁵ e que se diz abarcar 300 léguas, e que o mar tinha consumido dela o rio e outras 400 léguas. Disse-me que era uma ilha riquíssima de pedras preciosas, pérolas, especiarias de todo o gênero, de drogas e outras riquezas como elefantes e muitos cavalos; de modo que estimo ser a ilha de Taprobana,⁵⁶ segundo ele me descreveu. Disse-me mais: que jamais ouviu mencionar Taprobana naquela parte, porque, como sabeis, fica toda diante do mencionado rio.⁵⁷

Também me contou que estivera numa outra ilha chamada Stamatara (talvez Sumatra),⁵⁸ que é de igual tamanho de

⁵⁴ Vespúcio parece querer referir-se ao apóstolo Santo Tomé, que pregara na Índia; o corpo deste apóstolo católico, contudo, estava enterrado em Meliapur (ver nota 51).

⁵⁵ *Ceilão*. A grande ilha tropical do Ceilão, localizada ao sul da Índia, hoje o país independente Sri Lanka, era à época conhecida como a “ilha da canela”, por ser a maior produtora dessa especiaria, possuindo também muitas pedras preciosas, pau-brasil e elefantes. Os portugueses estiveram pela primeira vez no Ceilão em 1506, estabelecendo um tratado comercial e militar com o rei de Cota, na costa ocidental da ilha e, em 1518, conquistaram Colombo, sua cidade mais importante e atual capital. O jesuíta Francisco Xavier, mais tarde santificado, pregou na ilha, onde converteu várias pessoas ao cristianismo. Ver nota seguinte.

⁵⁶ *Taprobana*. Durante a Idade Média, o Ceilão (ver nota anterior) havia sido identificado com a mítica Taprobana dos gregos e romanos. Devido às informações fornecidas aos portugueses por Gaspar da *Gama, em 1499, durante a viagem de Vasco da Gama, o rei D. Manuel relacionou o Ceilão com a Taprobana; a ilha de Sumatra (ver nota 58), porém, foi também séria candidata a sediar Taprobana. A importância da mítica ilha é atestada pelo poeta Luís de Camões, que abriu *Os Lusíadas* com uma referência explícita a ela, escrevendo, na primeira estrofe do seu poema épico: “As armas e os barões assinalados / Que, da ocidental praia lusitana, / Por mares nunca de antes navegados / Passaram ainda além da Taprobana”.

⁵⁷ *Rio*. Trata-se do mar Índico. Segundo Greenlee (*Viagem...*, p. 159), Vespúcio estaria aqui se referindo aos mapas de Ptolomeu sobre a Índia e o Ceilão.

⁵⁸ *Sumatra*. No original: “Stamatara”. A ilha de Sumatra, localizada ao sul da Malásia, atualmente parte da Indonésia, foi visitada em 1292 por Marco Polo, que a considerou um reino rico em pimenta e em várias outras especiarias. Os portugueses estiveram em Sumatra em 1509, conquistando-a em 1511. A ilha chegou a ser

Ceilão⁵⁹ e Bencomarcano e é tão rica como elas, de modo que, não sendo o Ceilão, a ilha Taprobana é Sumatra.⁶⁰ Dessas duas ilhas vão à Pérsia e à Arábia inúmeros navios carregados de todo gênero de especiarias, drogas e pedras preciosas. Dizem ter visto grande abundância de navios daquelas partes, que são grandíssimos, de 40 mil e 50 mil cântaros⁶¹ de capacidade, que chamamos de juncos e têm os mastros dos navios grandíssimos e, em cada mastro, há três ou quatro cabines. As velas são de junco, não são fabricadas com ferro, mas trançadas com cordas – parece que aquele mar não é tempestuoso –; eles têm bombardas, mas não são navios veleiros,⁶² nem se adentram muito pelo mar, pois navegam continuamente à vista de terra.⁶³

Aconteceu que essa frota de Portugal, para atender a um pedido do rei de Calicut, capturou um navio que estava carregado de ele-

identificada com a mítica Taprobana, como se torna claro nesta carta de Vespúcio. Ver nota 56.

⁵⁹ *Ceilão*. No original: “Ziban”.

⁶⁰ *Sumatra*. No original Scamatarra, em vez de Stamatara, mencionada pouco antes (nota 58).

⁶¹ *Cântaros*. O mesmo que quintais (medida de peso). O quintal médio equivalia a 51,4k, segundo Vitorino Magalhães Godinho (*Os descobrimentos e a economia mundial*, v. II, livro nº 8, p. 196, Lisboa, Editorial Presença, 1985). Havia também o quintal maior, de 58,7k. Segundo o verbete “Pesos e Medidas”, do *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, o quintal português equivalia a 44k, ou a quatro arrobas de 11k (o dicionário de Moraes assinala apenas que o quintal equivalia a quatro arrobas). Para Vitorino Godinho, os preços da canela, do cravo e da maçã eram definidos em “cântaros ou cento” (*idem*, p. 191), como se fosse outra medida, mas não define uma equivalência em quilos; pelo contrário, apresenta quantidades de canela, cravo e maçã em quintais, e equivalentes em quilos (*idem*, p. 196). Em Portugal, desde a Idade Média e até os tempos modernos (em algumas regiões do Norte), o cântaro era medida de capacidade, equivalente ao alqueire ou almude, com 18 litros, para medir mel, azeite, vinagre ou vinho. Observa-se que pesos e medidas naquela época variavam muito, segundo as regiões e o decorrer do tempo. Ver mais no *Documento 31*, nota 63.

⁶² *Navios veleiros*. Navios rápidos.

⁶³ Vespúcio está descrevendo os famosos “juncos”, navios fabricados no Oriente e utilizados no Índico. Segundo alguns autores, esta é a primeira vez em que tais embarcações foram descritas com tantos pormenores por um ocidental.

fantas e de arroz e com mais de 300 homens; ela aprisionou uma caravela de 70 tonéis.⁶⁴ De outra vez, afundaram 12 navios. Depois, foram a uma ilha chamada Arembuche e Molucas, e muitas outras ilhas do mar Índico que são aquelas mencionadas por Ptolomeu e se encontram ao redor da ilha de Taprobana, e todas são ricas.

A dita armada retornou a Portugal. Nesse regresso, restaram oito navios, perdendo-se um carregado com muita riqueza, que, dizem, valia 100 mil ducados; e os [outros] cinco, por causa do temporal perderam-se da capitânia,⁶⁵ um dos quais chegou hoje aqui, como digo acima.⁶⁶ Creio que os outros virão a salvo. Assim queira Deus.

O que os ditos navios transportam é o seguinte: vêm carregados com infinita canela, gengibre verde e seco, muita pimenta, cravo, noz-moscada, macis, musgo,⁶⁷ algália,⁶⁸ estoraque,⁶⁹ benjoim, porcelana, cássia, mástique,⁷⁰ incenso, mirra, sândalo rosa e branco, pau de aloés, cânfora, âmbar, cana,⁷¹ muita laca, múmia,⁷² anil,

⁶⁴ *Ela aprisionou uma caravela de 70 tonéis.* No italiano: *ella prese una carovella di 70 tonelli.* Alguns traduzem de modo diferente: “tomou-o uma caravela de 70 tonéis” (Greenlee, *Viagem...*); “aprisionou-o uma caravela de 70 toneladas” (Marcondes de Souza, *Amerigo Vespucci...*, p. 209); “capturou-o uma caravela de setenta tonéis” (Fontana, Riccardo).

⁶⁵ Sobre os navios que se perderam ou naufragaram, ver nota 22.

⁶⁶ *Perderam-se da capitânia, um dos quais chegou hoje aqui, como digo acima.* No original italiano, o texto está corrompido, mas se lê: *si perdenno della capitana, del quale oggi n'è capitata quí come di sopra dico...*

⁶⁷ *Musgo.* Almíscar. Líquido amarelado e amargo produzido pelo testículo do mamífero almiscareiro, utilizado em perfumaria e farmácia. Do persa *mushk*, que significa “testículo”, para o árabe *al-misk*.

⁶⁸ *Algália.* No original: “algalbia”. Do árabe *al-galia*. Líquido untuoso, perfume composto de almíscar e âmbar.

⁶⁹ *Estoraque.* Do grego *styrax*, para o latim *storace*. Planta de origem asiática que produz resinas como o benjoim, muito usadas na Índia como medicamento. Muitas vezes utilizada como sinônimo de “benjoim”.

⁷⁰ *Mástique.* Almácega ou almécega. Do grego *mastíche*, pelo latim *mastiche*; do árabe *al-maqtaka*. Goma de mascar, resina amarelada usada como condimento ou em mistura de tintas.

⁷¹ *Cana.* Bambu, cana-da-Índia.

⁷² *Múmia.* Betume ou mistura de betume, mirra e aloés. Do árabe *mumiia*, de *mum*, que significa “cera”.

tuzia,⁷³ ópio, aloés pático, folio índico⁷⁴ e muitas outras drogas que seria longo relatar. De jóias, não sei quantas, salvo que vi muitos diamantes, rubis e pérolas, entre os quais vi um rubi em pedra bruta de cor belíssima que pesava sete quilates e meio. Não quero estender-me mais, porque o navio... não me deixa escrever. Em Portugal, teréis notícias. Concluindo, o rei de Portugal tem nas mãos um grandíssimo tráfico e uma grande riqueza. Deus a faça prosperar. Creio que as especiarias irão dessas partes para Alexandria e Itália, segundo a qualidade e os pedidos. Assim vai o mundo.

Crede, Lourenço: aquilo que escrevi até aqui é a verdade. E se as províncias, os reinos e os nomes das cidades e das ilhas não correspondem com os dos escritores antigos, é sinal de que mudaram, como vemos em nossa Europa, onde com admiração se ouve um nome antigo. E para maior evidência da verdade, encontra-se presente Gerardo Verdi, irmão de Simão Verdi⁷⁵ de Cadiz, o qual viaja em minha companhia e se recomenda a vós.

Considero perigosa esta viagem que agora faço, quanto à segurança deste nosso humano viver. Todavia, faço-a com ânimo sereno para servir a Deus e ao mundo. Se Deus serviu-se de mim, dar-me-á virtude suficiente para que eu esteja disposto para a sua vontade, conquanto me dê eterno repouso à minha alma.⁷⁶

⁷³ *Tuzia*. Tutia. Do persa *tutiya*. Óxido de zinco impuro, encontrado nas chaminés de fornos onde se queimam minérios.

⁷⁴ *Folio índico*. Folha do índigo ou canela em rama.

⁷⁵ *Simão Verdi*. Ou Simone dal Verde, florentino que escreveu duas cartas relatando a segunda e a terceira viagens de Colombo e provável portador desta carta de Vespúcio para Lisboa ou diretamente para Florença, segundo registra Luciano Formisano (Introdução à *Amerigo Vespucci, letters from a new world*, p. XXVI).

⁷⁶ A carta termina sem assinatura ou data.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

O original deste documento não existe mais. Uma cópia dele, anterior a 1514, encontra-se na Biblioteca Riccardiana, de Florença (Códice Vaglianti, Manuscrito 1910).

FONTES*Em italiano:*

CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994, p. 167-171

SOUZA, Thomaz Oscar (T. O.) Marcondes de. *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954, p. 205-210.

Em espanhol:

VESPUCCI, Amerigo. *Cartas de viaje*. Tradução de Ana Maria R. de Aznar. Introdução, notas e revisão de Luciano Formisano. Madri: Alianza Editorial, 1986, p. 66-73.

VESPUCIO, Americo. *El nuevo mundo – viajes y documentos completos*. Tradução de Ana Maria R. de Aznar. Notas de Fernández Navarrete, Varnhagen, Levillier e equipe editorial. Madri: Ediciones Akal, 1985, p. 29-37.

Em inglês:

VESPUCCI, Amerigo. *Letters from a new world*. Editado por Luciano Formisano e traduzido do italiano para o inglês por David Jacobson. Nova York: Marsilio, 1992, p. 19-27.

Em português:

FONTANA, Riccardo. *O Brasil de Américo Vespúcio*. Tradução de Edilson Alkmin Cunha e de João Pedro Mendes. Brasília: Editora UnB/Linha Gráfica Editora, 1994, p. 135-138.

SOUZA, Thomaz Oscar (T. O.) Marcondes de. *Amerigo Vespucci e suas viagens*. São Paulo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1954, p. 205-210.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

A cópia existente do documento na Biblioteca Riccardiana de Florença foi publicada pela primeira vez apenas no século XIX, em 1827, pelo conde Baldelli Boni, no seu *Il Milione di Marco Polo* (v. I, p. LIII-LIX), seguido de várias reedições críticas, principalmente na Itália. No Brasil, a carta foi editada em 1865 pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, no seu livro *Amerigo Vespucci*, conhecendo algumas poucas publicações posteriores.

EMENTA

Trata-se de carta de Américo *Vespúcio a seu patrão e amigo, o homem de negócios florentino Lourenço dei *Medici. A carta foi escrita no porto de Beseguiche, no litoral africano, ao sul do cabo Verde. Em Beseguiche fundeara a esquadra de três navios, de bandeira portuguesa, integrada por Vespúcio, que saíra de Lisboa em maio de 1501 com destino ao Brasil, para aí realizar as primeiras explorações na terra encontrada há cerca de um ano por Pedro Álvares Cabral. Em Beseguiche, a frota de Vespúcio encontrou-se com a de Cabral, que retornava da Índia. Em sua carta, Américo Vespúcio narra a Lourenço dei Medici o primeiro trecho de sua própria viagem e as importantes informações que então obteve sobre a viagem de Cabral ao Brasil, à África e à Ásia.

ANÁLISE HISTÓRICA

Esta carta – assim como outra, também referente à viagem ao Brasil e escrita por Vespúcio a Lourenço dei Medici, datada de setembro/outubro de 1502 (*Documento 23*) – é considerada pela maioria dos especialistas documento autêntico, escrito originalmente pelo próprio Vespúcio; essa informação ganha relevância quando se conhece a polêmica existente a respeito da autoria de outros escritos atribuídos a Vespúcio, como o *Mundus Novus* (*Documento 27*) e a carta a Piero Soderini (*Documento 28*).

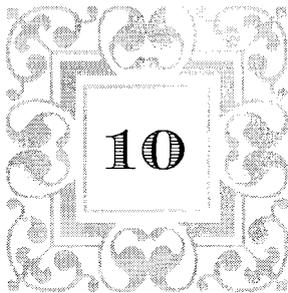
Na ótica do rei português D. Manuel, Vespúcio provavelmente seria a pessoa certa para acompanhar a expedição de exploração ao Brasil. O florentino era bem visto na Espanha (onde trabalhava nos negócios de Lourenço dei Medici), mantendo bons contatos com a Corte. Como a terra encontrada por Cabral se enquadrava dentro do Tratado de Tordesilhas, poderia significar a existência de problemas futuros entre Portugal e Espanha; nessas circunstâncias, Vespúcio poderia representar quer a Espanha quer Portugal. Além disso, Vespúcio estava bem preparado para acompanhar a expedição: conhecia bem navios – a companhia do Medici em Sevilha, onde trabalhava o florentino, prepara as três embarcações de Colombo à América; estava informado a respeito das viagens oceânicas; muito provavelmente já fora, talvez por duas vezes, à América; interessava-se por geografia, cartografia e astronomia, podendo, graças a esses conhecimentos, realizar importantes estudos sobre a nova terra; e era bem relacionado com os “italianos” de Lisboa, com quem o rei de Portugal tinha interesse em continuar mantendo boas relações.

É provável que D. Manuel tenha oferecido a Vespúcio o comando de um dos navios da expedição, além de várias honrarias, privilégios e pagamentos, pois, conforme relatado na Carta a Soderini (*Documento 28*), Vespúcio no início não aceitou o convite real – para não descontentar os reis de Espanha –, só depois de muita insistência e da chegada a Sevilha (onde Vespúcio então morava) de um enviado do rei português, Juliano di Bartolomeo dei Giocondo, com a missão específica de convencer o florentino. É muito provável também que os influentes comerciantes e banqueiros “italianos” residentes em Lisboa tenham pressionado Vespúcio a aceitar o convite, pois lhes interessava ter uma pessoa de sua confiança na nova expedição. Para mais informações sobre as circunstâncias relativas à viagem ao Brasil de que Vespúcio participou, ver *Documento 23*, “Análise histórica”.

Esta carta escrita por Vespúcio é extremamente rica em informações sobre os trechos africano e asiático da viagem de Cabral. As informações do florentino, ao que tudo indica, basearam-se, em grande parte, nos relatos do judeu Gaspar da *Gama, um conhecedor das coisas da Ásia, e provavelmente também nos dos “italianos” do Anunciada, o pequeno navio da expedição de Cabral pertencente a três “italianos” e a um nobre português. Note-se que, na carta, informações corretas estão superpostas a notícias confusas e a topônimos trocados, assim como a corruptelas de topônimos que Vespúcio deve ter ouvido pela primeira vez em Beseguiche, muitas vezes da boca de homens, como Gaspar da Gama, que não eram nem florentinos nem espanhóis. São

freqüentes, na carta, intercalações entre informações geográficas e informações míticas, provenientes de antigas lendas sobre terras distantes ainda em voga na Europa. Mas há também uma evidente atenção ao relato das riquezas encontradas pela esquadra e da carga que os navios levavam para Portugal. As referências ao Brasil, “terra de gente branca e nua”, são poucas, fazendo a carta uma referência explícita a uma viagem anterior do próprio Vespúcio à América (“mesma terra que descobri para o rei de Castela”), trecho em que muitos estudiosos consideram um poderoso argumento a favor da presença de Vespúcio na América, antes de 1501.

Três das cartas que Vespúcio escreveu a seu patrão e amigo Lourenço dei Medici, narrando as viagens que fazia à América, chegaram até nós: a de 18 de julho de 1500 (referente a uma expedição à América que Vespúcio teria integrado, em 1499, sob o comando de Alonso de Ojeda), esta em análise e a de setembro/outubro de 1502 (*Documento 23*). Assim que divulgadas, as cartas provocaram grande interesse, alcançando enorme popularidade não apenas em Florença, mas em toda a Europa. Redigidas em estilo elegante e culto, ao gosto do Renascimento, descreviam, por um participante dos acontecimentos, para uma platéia ávida de novidades, as viagens oceânicas, os povos e as terras longínquas que os europeus acabavam de encontrar. Esta e outras cartas foram responsáveis pela grande notoriedade que Vespúcio angariou, ainda em vida, em sua época.



**CARTA DE JOÃO DE *AFFAITADI
A DOMINGOS *PISANI**

26 DE JUNHO DE 1501

MAGNÍFICO EMBAIXADOR,¹ etc.

Nesses dias passados escrevi por Zuan Vesiga;² agora,³ temos hoje a vossa, pela qual nos encarrega de vos darmos notícia da expedição da armada desse Sereníssimo Rei.⁴ Ainda que pelo Senhor *Crético⁵ também será escrito, quero dar notícia da partida

¹ *Embaixador*. No original: *orator*, que significava, além de “orador”, também “embaixador”. A carta é endereçada a Domingos *Pisani de Giovanni, embaixador do Estado de Veneza na Espanha. O autor da carta, João de *Affaitadi, era um rico e influente comerciante de Cremona residente em Lisboa, que informava às autoridades italianas a respeito das atividades comerciais e marítimas portuguesas.

² *Zuan Vesiga*. Personagem desconhecido, citado neste documento como portador de uma carta anterior de Affaitadi ao embaixador Pisani.

³ *Agora*. No italiano: *poi*, que também significa “em seguida”, “depois”. Greenlee verte para o inglês como *but* (*The voyage...*, p. 124).

⁴ Trata-se do rei D. *Manuel I.

⁵ Refere-se a João Mateus Camerino, conhecido como João Mateus *Crético, veneziano que à época da chegada da esquadra de Cabral também se encontrava em Lisboa, como secretário do embaixador Pisani. Crético escreveu uma carta, em

dessa armada,⁶ a qual partiu daqui a 17 de junho e a 18 estava em Lagos, terra do Algarve, que dista 40 léguas desta terra.⁷

Desse lugar⁸ fomos avisados, na segunda-feira passada: a mencionada armada foi aumentada de muitos navios e muita gente. E segundo me avisam, por carta de domingo passado, do reino de Algarve embarcaram mais de 2000 homens,⁹ além daqueles que daqui foram com os navios que partiram.

Este rei manda a armada ao lugar dos mouros com o objetivo de pilhá-los. Ontem, dia de S. João,¹⁰ deram assalto a terra. Isso é quanto, até hoje, se sabe da mencionada armada. Depois estima que seguirá seu caminho para onde foi enviada. Que Deus lhes conceda a vitória!

Vossa Magnificência saiba que ontem à tarde veio um dos navios que foi em janeiro passado a Calicut,¹¹ lugar de onde se esperavam as especiarias. E porque sei que tereis prazer em saber

27 de junho de 1501, dirigida ao doge de Veneza, também com notícias sobre a recente viagem portuguesa ao Brasil e à Índia (*Documento 11*).

⁶ *Dessa armada*. A pedido de Veneza, que estava sendo atacada pelos turcos otomanos no Mediterrâneo, D. Manuel I enviou grande expedição, de trinta naus e cerca de 3.500 pessoas, comandada por D. João de Meneses, bispo de Évora, que partiu de Lisboa em junho de 1501 para ajudar os venezianos na luta contra os turcos, na ilha de Corfu (atualmente território grego).

⁷ *Desta terra*. Provavelmente, de Lisboa, de onde escreve Affaitadi, que ficaria cerca de 240 quilômetros (quarenta léguas) de Lagos, ao sul, no Algarve.

⁸ *Desse lugar*. Lagos.

⁹ Parte da esquadra de João de Meneses formou uma frota especial que passou pelo Algarve, onde recebeu reforço de mais de 2 mil homens. O objetivo dessa frota era tomar o castelo de Mazalquibir, próximo de Oran, no Magreb (atual Argélia). A frota retornou a Portugal sem travar batalha.

¹⁰ Affaitadi, portanto, começou a escrever a carta no dia 25 de junho.

¹¹ O missivista passa a falar da expedição de Cabral, que em março de 1500 (e não em janeiro de 1501, como se refere o documento) partiu para a Índia. O primeiro navio dessa esquadra a retornar a Portugal foi o Anunciada, a 23 de junho de 1501, vésperas de S. João; depois ela deve ter seguido para Lisboa, a seis quilômetros do Restelo (ver nota 44 e *Documento 12*, nota 1). Affaitadi começou a escrever sua carta dois dias após a chegada do Anunciada, terminando-a no dia 26. A bem construída rede de informantes italianos realmente não perdeu tempo em transmitir, às autoridades de Veneza, as últimas novidades sobre a recente viagem oceânica portuguesa!

as notícias que trazem, informarei como este Sereníssimo Rei mandou ao dito lugar de Calicut 12 naus e navios,¹² dos quais dez seus, um do senhor Dom Álvaro,¹³ em companhia de Bartolomeu Florentino,¹⁴ Jerônimo¹⁵ e um genovês,¹⁶ outro do conde de Portalegre¹⁷ e muitos outros mercadores.

Ao todo são 12, entre naus e navios, dos quais, andadas 80 léguas daqui, uma das naus do rei se perdeu e dela não se teve mais notícia.¹⁸ As outras 11 seguiram viagem e chegaram a um lugar

¹² *Naus e navios*. No italiano *nave e navilii*. O missivista parece querer diferenciar “naus” (*nave*) de “navios” (*navilii*), mas acaba aplicando o termo “nau” para qualquer embarcação. Naquela época, as naus eram navios maiores e mais robustos do que as caravelas; “navios” era nome genérico, aplicado tanto a “naus” como a outros tipos de embarcação, inclusive às “caravelas” de porte maior. Os autores usam o termo “navio” para qualquer tipo de embarcação, exceto as muito pequenas, como barcos ou batéis. A frota completa de Cabral compunha-se de 13 navios, mas não há documentos oficiais que os especifiquem; os navios de Cabral (capitânea), Sancho de Tovar e Simão de Miranda deviam ser naus, ou navios maiores. O missivista não inclui o navio de mantimentos (possivelmente, uma caravela) comandado por Gaspar de Lemos, que regressou do Brasil para dar notícias ao rei de Portugal.

¹³ Dom Álvaro de *Bragança, nobre português, tio de D. Manuel e íntimo da casa real.

¹⁴ *Bartolomeu Florentino*. No original: “Bortolo florentino”. Trata-se do influente comerciante florentino residente em Lisboa, Bartolomeu *Marchionni.

¹⁵ *Jerônimo*. No original: “Hironimo”. Refere-se ao florentino Jerônimo (em italiano: *Girolamo*) *Sernigi, armador e comerciante estabelecido em Lisboa.

¹⁶ *Um genovês*. Segundo o estudioso italiano Prospero Peragallo (*Cenni intorno...*, p. 148), trata-se de Antonio *Salvago, negociante em especiarias da Índia. O Anunciada, portanto, era de propriedade de um nobre português, D. Álvaro de *Bragança, e de três comerciantes da península itálica, Jerônimo *Sernigi, Antonio *Salvago e, principalmente, Bartolomeu *Marchionni.

¹⁷ *Portalegre*. No original: “Porta Alegre”. Conde de Portalegre: Dom Diogo da Silva de *Menezes, militar e aio de D. Manuel, por quem o rei demonstrava grande gratidão, a ponto de permitir que um navio de sua propriedade participasse da armada de Cabral. As informações da carta de Affaitadi deixam claro que a expedição de Cabral, como algumas outras armadas que à época partiam de Lisboa, era integrada por navios de propriedade do rei e navios de propriedade de particulares (alguns deles venezianos e florentinos), em geral armadores, banqueiros, mercadores e, em menor escala, nobres.

¹⁸ *Não se teve mais notícia*. Segundo Pero Vaz de Caminha (*Documento 6*), confirmado pela primeira edição da obra de Fernão Lopes de Castanheda (*História do Descobri-*

que se chama cabo da Boa Esperança. Num dia de julho, depois de almoçar, levantou-se um grande vento, de modo que, por causa daquela ventura se perderam outras três naus daquelas do rei e o navio do Conde de Portalegre; assim não restaram senão sete, as quais seguiram adiante, até chegar a Calicut.¹⁹ Contudo,²⁰ dizem que antes de atingir Calicut, distante do dito lugar 100 léguas, chegaram a um lugar;²¹ o rei desse lugar fez-lhes grande honra e mandou-lhes refrescos²² de carne, cordeiros e outros presentes.

Chegaram depois a Calicut,²³ o capitão parlamentou²⁴ com o rei e fez-lhe, em nome deste Sereníssimo Rei, presente de muitas coisas,²⁵ de modo que permaneceram grandes amigos. O capitão retornou para a nau e mandou o feitor geral e os outros oficiais nomeados que ficassem em terra; e começaram a negociar e a

mento...), o navio desaparecido era capitaneado pelo fidalgo Vasco de Ataíde. Já as edições subseqüentes de Castanheda (*Documento 33*), assim como os textos de João de Barros (*Documento 34*) e Damião Góis (*Documento 38*), afirmam que a nau era comandada por Luís Pires, que retornou a Lisboa. Para alguns, Luís Pires seria capitão da caravela financiada pelo conde de Portalegre, a qual se perdeu na tormenta do cabo da Boa Esperança. Ver *Documento 6*, nota 21.

¹⁹ Um forte temporal perto do cabo da Boa Esperança fez naufragar quatro navios com toda a tripulação; eram comandados por Bartolomeu Dias, Aires Gomes da Silva, Simão de Pina e, finalmente, Luís Pires ou Vasco de Ataíde, conforme as versões (ver nota anterior). Diogo Dias desgarrou-se da frota de Cabral, passou pela ilha de Madagáscar, pelo lado de fora, voltado mais para o Índico, esteve em Mogadíscio, foi à entrada do mar Vermelho e regressou até Cabo Verde, onde esperou pela volta da frota de Cabral, daí seguindo para Portugal. Depois desse temporal, restaram seis navios, que foram para Calicut, não sete, como afirma o missivista.

²⁰ *Contudo*. No original, a palavra latina *tamen*.

²¹ *Um lugar*. Trata-se de Melinde, na costa oriental da África, no atual Quênia, onde os portugueses foram muito bem recebidos pelos nativos. Ver *Documento 9*, nota 34.

²² *Refrescos*. Carnes e outras provisões frescas.

²³ *Calicut*. Conforme comprova a carta de Affaitadi, a estadia de Cabral em Calicut foi muito acidentada. Sobre a cidade, ver *Documento 5*, nota 2.

²⁴ *Parlamentou*. No original: *vene a parlamento*.

²⁵ Segundo o relato do Português Anônimo/Piloto Anônimo (Luís de Albuquerque, *O reconhecimento do Brasil*, p. 49), os presentes enviados por D. Manuel ao Samorim de Calicut foram: “uma bacia de prata para as mãos, lavrada de bastiões

repartir as mercadorias. Naquele tempo, encontravam-se em Calicut a frota das naus dos mouros de Meca,²⁶ que estavam para carregar especiarias. Um dia, os mouros com o feitor do rei discordaram; dizia um que queria carregar primeiro que o outro. E os mouros começaram a matar os portugueses, de 25 a 30 dos principais, entre os quais estava o feitor geral²⁷ e os escrivães e alguns irmãos da observância²⁸ que o rei mandou na dita armada. Alguns daqueles que estavam em terra atiraram-se ao mar, nadaram para as naus e deram notícia do fato ao capitão, o qual mandou aparelhar todas as naus para a vela e começou a bombardear as naus dos mouros, de modo que afundou cerca de 12 naus²⁹ e matou mais de 300 mouros. Feito isto, começou a bombardear a terra e matou muita gente, arruinando muitas casas.

todos dourados e muito grande; um gomil dourado com a sua tampa também de bastiões, uma taça grande de prata lavrada pelo dito modo, duas maçãs de prata com as suas cadeias do mesmo metal para os maceitos e quatro almofadas grandes, duas de brocado e duas de veludo carmesim; demais disso um dossel de brocado com franjas de ouro e carmesim, um tapete grande e dois panos de Arrás muito ricos, um de figura e outro de verdura”. Note-se que os poucos e pobres presentes que Vasco da Gama, em sua primeira viagem levava ao Samorim, haviam sido objeto de escárnio e desprezo por parte dos indianos, conforme deixa claro o *Diário de Álvaro Velho*.

²⁶ *Mouros de Meca*. Eram chamados assim porque seus navios partiam do porto de Meca, passagem dos peregrinos muçulmanos.

²⁷ Trata-se do feitor Aires *Correia. Segundo o relato do Português Anônimo/ Piloto Anônimo (Luís de Albuquerque, *op. cit.*, p. 58), nesse ataque muçulmano foram mortos “cinquenta e tantos” lusitanos.

²⁸ *Irmãos da observância*. Frades do ramo da ordem franciscana que professavam rigorosa observância das regras.

²⁹ Dez naus foram afundadas em Calicut, e duas ali perto, na praia de Pandarane. Segundo o relato do Português Anônimo (Luís de Albuquerque, *op. cit.*, p. 58), Cabral “mandou aprisionar dez naus de mouros que estavam no porto e fez matar toda a gente que nelas se achava, que seriam de quinhentos a seiscentos homens, e achamos vinte ou trinta que se haviam escondido no fundo, por baixo das mercadorias, e assim roubamos e saqueamos o que tinham dentro, achando numa três elefantes, que matamos e comemos. As naus, depois de descarregadas, foram todas queimadas; no dia seguinte chegaram à terra todas as nossas embarcações e bombardearam a cidade de maneira que lhe matamos infinita gente e fizemos muito dano”.

No outro dia, pilharam muitos homens de Calicut e levaram-nos para a sua nau. E o capitão esteve a deliberar para voltarem aqui. Um judeu,³⁰ que o outro capitão levou daqui da primeira vez que esteve em Calicut a mando deste rei, foi mandado nessa armada, mas não o deixaram mais desembarcar, começou a dizer ao capitão que não retornasse, mas que avançasse 70 ou 80 léguas, que ele o levaria ao lugar apropriado, onde nascem as especiarias, lugar de outro rei.

O capitão, vista a proposta do judeu, determinou fazer aquilo que lhe dizia. Mandou fazer vela para aquele lugar que o homem lhe dizia, tanto que chegaram a essa terra que se chama Cochim,³¹ onde o capitão mandou homens a terra para falar com o rei dessa terra, ao qual narraram o que ocorrera em Calicut. O rei dessa terra é grande inimigo do rei de Calicut; sabido isso, mandou-lhe quatro homens dos seus mais principais ao navio, os quais ficaram ali, em troca de outros quatro que o capitão mandou para a terra.

E começaram a negociar, de modo que, em nove dias, carregaram todas as sete naus de especiarias, isto é: cravo, canela, noz moscada, pimenta e outras espécies. E depois que as naus ficaram todas carregadas, o rei mandou-lhes outras 14 barcaças de especiarias. Eles tornaram a mandá-las [de volta], porque não as podiam levar. O rei mandou dá-las, sem [receber] dinheiro ou outra coisa em troca.

O rei de Calicut era inimigo do outro rei [de Cochim]; sabendo que a armada [portuguesa] estivera carregando naquele lugar e duvidando que o comércio de Calicut não

³⁰ *Um judeu.* Trata-se de Gaspar da *Gama. Segundo esta carta de Affaitadi, foi Gaspar da Gama quem, após o ataque mouro à feitoria portuguesa, aconselhou Cabral a dirigir-se para Cochim e o guiou até lá.

³¹ *Cochim.* Um dos reinos independentes da costa do Malabar, situado ao sul de Calicut, era um dos principais empórios indianos de especiarias. Conforme o documento bem informa, o rajá de Cochim recebeu com deferência os portugueses, tornando-se aliado destes, com o objetivo de livrar-se da hegemonia exercida sobre seu reino pelo Samorim de Calicut. Cochim tornou-se o primeiro e o principal porto português na Índia, no século XVI, conseguindo, com a ajuda dos lusitanos, rechazar os ataques de Calicut. Cochim foi capturada pelos holandeses no século XVII, e pelos ingleses no século XVIII.

bastasse,³² ordenou uma grande armada para pilhar as naus de Portugal; na armada iam mais de 15 mil homens. O rei de Cochim teve notícia dessa armada e informou o capitão de Portugal, fazendo-lhe grande oferta para salvar tudo que pudesse. Este partiu; os quatro homens das naus que estavam em terra ficaram ali, e os quatro da terra que estavam nas naus vieram com as ditas naus e fizeram isto com grande amizade. Um dia, as naus estavam para partir e seguir caminho, apareceu a armada de Calicut. E aqueles das naus largaram a vela, porque tinham bom vento; deixaram para trás³³ a armada de Calicut, porque aquelas naus não navegam à vela senão com vento pela popa. Em Calicut ficou grande valor de jóias, que já haviam comprado; todavia, estima-se que venha para cá grande soma, nessas naus do rei. A fama da riqueza desse rei [de Portugal] é tão grande que, tomando a terça parte, é grande coisa.

Depois, com se disse, que partiram³⁴ de Cochim, 200 léguas longe do dito lugar, encontraram outra terra chamada Cananor.³⁵ Ali estava um rei muito rico que mandou presentes ao capitão; e mandando-lhe dois embaixadores, os quais estão vindo ao rei de Portugal.³⁶ Despedidos desse rei, partiram para a sua viagem e chegaram a Sofala: nesse lugar dizem haver grande resgate de ouro – e das 12 naus, o rei ordenou que duas delas fossem àquela

³² Interpretação de Greenlee (*A viagem de Pedro Álvares...*, p. 230, nota 3): “Isto é, não sabendo se o comércio com os portugueses seria de muito valor para a gente de Calicut”.

³³ *Para trás*. No original italiano: *per pope* (na traseira ou popa do navio).

³⁴ *Que partiram*. No original: “che fossemo partiti”.

³⁵ *Cananor*. No original: “Lichinocho”. O porto de Cananor situa-se na costa indiana do Malabar, sendo, à época, o principal centro de um pequeno território da Índia. Segundo as fontes portuguesas, é possível que tenha sido visitado por Pero da Covilhã, enviado em 1497 pelo rei D. João II, junto com Afonso de Paiva, para uma viagem terrestre de reconhecimento da Ásia e da África. Cananor foi com certeza avistado por Vasco da Gama, em sua primeira viagem à Índia, e visitado por Cabral, em 1501. Desde então estabeleceram-se relações cordiais entre os portugueses e os rajás locais, que, tal como acontecia em Cochim, também se ressentiam da hegemonia de Calicut.

³⁶ *Vindo ao rei de Portugal*. Trata-se dos enviados pelo rei de Melinde que estavam na nau de Cabral, ainda a caminho.

terra; mas, quando se perderam as quatro naus, tiveram que ir a essa terra de Sofala.³⁷ Depois foram mais avante. Um dia se fez grande vento, de modo que uma das sete naus foi dar em terra, e as pessoas se salvaram. O capitão mandou queimar a dita nau com a mercadoria. Chegados ao cabo da Boa Esperança, o capitão mandou todas as outras naus que fossem juntas e andassem em companhia,³⁸ três ou quatro dias. Depois mandou que essa que chegou³⁹ – por ser a melhor de vela – se afastasse das outras e viesse dar a notícia dessas naus ao rei de Portugal. E assim se fez.

Esse navio que chegou é o menor de todos, é do senhor Álvaro e dos outros três mercadores nominados acima.⁴⁰ Ele é o mais pobre de todos os outros; ele⁴¹ traz: 300 quintais de pimenta e 200 de canela, noz moscada, laca, benjoim. E traz a notícia dessas coisas: de modo que vêm carregados de tudo.

Esse discurso vos fiz para dar notícia a Vossa Magnificência do sucesso dessa coisa de Calicut. As notícias supraditas foram obtidas de um marinheiro do navio que chegou,⁴² o qual navio

³⁷ A expedição de Cabral não parou em Sofala, como o texto dá a entender. Depois de atravessar o oceano Índico, a frota passou por perto de Melinde e parou em Moçambique, de onde foi enviado apenas Sancho de *Tovar a Sofala, para cumprir o objetivo inicial das duas naus (a de Bartolomeu *Dias e a de Diogo *Dias). A respeito da ida de Tovar, diz o relato do Português Anônimo/Piloto Anônimo (Luís de Albuquerque, *op. cit.*, p. 62): "... depois viemos a Moçambique, onde fizemos aguada, tomamos lenhas e espalmamos as embarcações. Por ordem do capitão-mor, partiu dali Sancho de Tovar num navio mais pequeno com um piloto que tínhamos tomado, a fim de reconhecer a ilha". Ver *Documento 8*, notas 4 e 7.

³⁸ *Em companhia*. Juntas; em comboio; em conserva (como também diziam na época).

³⁹ *Essa que chegou*. A caravela ou navio Anunciada. Ver nota 11.

⁴⁰ Os três mercadores nominados foram Bartolomeu *Marchionni, Jerônimo *Sernigi e o genovês Antonio *Salvago (ver nota 16).

⁴¹ *Ele*. No original: "lo quale".

⁴² O trecho deixa clara a avidez dos italianos (assim como ocorriam com outros comerciantes estrangeiros) por notícias acerca das viagens portuguesas em além-mar. Ilustra também o costume então vigente de os estrangeiros obterem informações sobre essas viagens dos marinheiros recém-chegados, decerto pagos a peso de ouro por seus depoimentos.

ainda se encontra no Restelo⁴³ e hoje se espera aqui.⁴⁴ Ouvindo-se outro, sereis avisados de tudo, pormenorizadamente,⁴⁵ etc.⁴⁶

⁴³ *Restelo*. Porto do Tejo a seis quilômetros de Lisboa. Ver *Documento 8*, nota 10.

⁴⁴ *E hoje se espera aqui*. No original italiano: *et ozi s'aspeta qui*. Greenlee (*A viagem de Pedro Álvares...*) traz: “e qualquer dia se espera aqui”. O missivista dá a entender que o navio Anunciada deve sair do porto do Tejo, no Restelo, e ir até o porto de Lisboa, a seis quilômetros de distância, para leste.

⁴⁵ *Pormenorizadamente*. No original italiano: “particularmente”.

⁴⁶ Logo após, Marino Sanuto informa que “esta carta chegou a Veneza no meio do mês de julho de 1501”.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Original desconhecido. O texto aqui apresentado é uma tradução, feita pelos organizadores deste volume, da carta que se encontra nos *I Diarii* de Marino *Sanuto (v. IV, colunas 66-69), publicados por Rinaldo Fulin em Veneza, em 1880.

FONTE

SANUTO, Marino. *I Diarii* de Marino *Sanuto (v. IV, colunas 66-69), publicados por Rinaldo Fulin em Veneza, em 1880.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

A fonte deste documento tem sido *I Diarii* (Os diários), de Marino Sanuto. Em 1923, a *História da colonização portuguesa do Brasil*, v. II, p. 168-169, publica-o em italiano, copiado de Sanuto; em 1936, o *Arquivo Português Oriental*, v. I, parte I, p. 163-168, publica o texto italiano; em 1937, W. Greenlee publica a primeira versão inglesa (*The voyage...*, p. 124-129, na edição de 1967), também baseado em Sanuto. Em 1946, Thomaz Oscar Marcondes de Souza (*O descobrimento do Brasil*, p. 355-358) traz a versão italiana tirada da *História da colonização*. Em 1951, surge o primeiro texto português de toda a carta, na tradução da obra de Greenlee por António Álvaro Dória (*A viagem...* p. 227-232). Jaime Cortesão, em *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*, na edição de 1994, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 173-175, traz o texto italiano (a primeira edição de 1922 não publica a parte documental).

A carta integra os diários de Marino Sanuto, um dos chamados “diaristas” venezianos, homens ilustres que redigiam diários e neles gostavam de registrar acontecimentos políticos e econômicos expressivos de sua época. Alguns diaristas, como Sanuto e Jerônimo Priuli, copiaram em seus diários, integralmente ou em parte, acompanhadas ou não de seus próprios comentários, as cartas que então chegavam à península itálica, dirigidas às autoridades, de autoria de informantes italianos residentes em Portugal, com notícias a respeito das viagens oceânicas e dos negócios portugueses. A publicação dos diários de Sanuto revelou, entre muitas outras riquezas, a existência de um grupo de cartas sobre as viagens portuguesas, cujos originais, em grande parte, se perderam.

EMENTA

Na edição italiana de Sanuto, a carta é precedida da seguinte nota: “Esta é cópia de uma carta de João Francesco de la Faitada escrita em Lisboa aos 26 dias de junho de 1501, endereçada à Espanha ao Senhor Domingos Pisani, o cavaleiro, nosso embaixador; o qual, pela sua de dez de julho, a mandou para esta terra”. Ainda na mesma edição de Sanuto, o documento é finalizado com esta nota: “Esta carta chegou a Veneza em meado do mês de julho de 1501”.

Trata-se, portanto, de carta João de *Affaitadi, rico comerciante de Cremona estabelecido em Lisboa, ao embaixador de Veneza na Espanha, Domingos *Pisani de Giovanni. A missiva, que contém importantes revelações sobre a viagem ao Brasil, à Índia e à África da esquadra de Cabral, começou a ser redigida apenas dois dias após a chegada a Lisboa do navio Anunciada, o primeiro da esquadra a retornar.

ANÁLISE HISTÓRICA

Este documento integra um conjunto de fontes desconhecidas ou muito pouco conhecidas no Brasil, escritas pouco após o retorno da expedição de Cabral a Lisboa pelos chamados autores italianos residentes ou de passagem por Portugal. Os aqui chamados autores italianos eram mercadores, financistas e diplomatas naturais de Florença, Veneza, Cremona, etc., então reinos ou repúblicas independentes, criados muito antes da unificação italiana, ou seja, antes da existência da Itália como Estado unificado. A manutenção do adjetivo pátrio “italianos”, neste volume, explica-se apenas pela facilidade que oferece de identificação do grupo.

O conjunto dessas fontes fornece numerosas informações sobre a viagem de Cabral, lançando também luz sobre outro importante assunto, ainda não suficientemente estudado: a expressiva presença dos italianos em Portugal, por ocasião das grandes navegações, e o importante papel que nelas desempenharam. Para se obter uma idéia mais completa sobre essa presença, é preciso acrescer, ao grupo de italianos aqui apresentado, pelo menos mais um grupo: o dos navegadores (Américo *Vespúcio e João da *Empoli). Lembre-se: os genoveses foram os organizadores da marinha lusitana; e em 1317 o genovês Emanuel Pissano foi nomeado almirante da marinha portuguesa, com a obrigação de ter sempre sob suas ordens vinte capitães de Gênova.

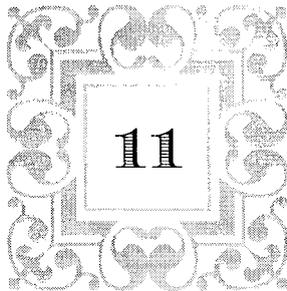
A maioria dos italianos reunidos no presente volume gozava de prestígio e tinha ampla circulação na Corte lusitana. Atuavam na área mercantil e financeira como comerciantes, banqueiros, armadores, financiadores, etc., participando dos empreendimentos marítimos lusitanos – basta lembrar, como deixa claro este documento, que três deles foram co-proprietários de um dos navios da esquadra de Cabral –, e também atuando como ativos informantes das viagens e dos negócios portugueses junto às autoridades da península itálica. O serviço de informação era feito por meio de cartas escritas aos embaixadores dos reinos e das repúblicas italianos sediados em Portugal e na Espanha, os quais as faziam chegar até seus governantes. Essa correspondência teve grande repercussão na península itálica, sendo divulgada com rapidez junto a um público fascinado por ela.

Os mercadores italianos, em especial os venezianos, viviam um momento particularmente dramático de sua história, pois, desde a chegada de Vasco da Gama à Índia por mar, em 1498, começavam a ver ruir o riquíssimo monopólio comercial entre a Ásia e a Europa, via mar Mediterrâneo, que eles exerciam havia séculos e constituía o alicerce de sua riqueza. A viagem de Vasco da Gama inaugurou uma nova rota mercantil, via oceano Atlântico, a qual excluía dos negócios com a Ásia intermediários como os italianos, transferindo o monopólio desse comércio para os portugueses. Justifica-se, assim, a sede dos italianos por notícias, especialmente no período imediatamente anterior e posterior à expedição de Gama.

Os italianos foram se transferindo para Portugal à medida que as viagens lusitanas cresciam em importância, atraídos pelas possibilidades de bons negócios. Alguns deles, como o autor desta carta, João de *Affaitadi, mantinham contato e tinham interesses em comum com outras importantes famílias de banqueiros e comerciantes europeus, como os Fugger, os Hochstatter e os Buonvisi. A crescente influência dessas famílias expressava as profundas transformações socioeconômicas por que passava a Europa à época, rumo à hegemonia do capital comercial. Essas famílias controlavam a circulação de mercadorias e os fluxos financeiros de uma economia européia cada vez mais transnacional, participando de negócios em vários países ao mesmo tempo. Por isso, chegaram a influenciar reis, papas, diplomatas, produtores e outros mercadores.

Quando escreveu esta carta ao embaixador veneziano na Espanha, Domingos *Pisani, o cremonense João de *Affaitadi residia há cerca de três anos em Lisboa. O documento começou a ser redigido apenas dois dias após a chegada do primeiro navio da esquadra de Cabral a retornar a Lisboa, o Anunciada, não por acaso de propriedade de um nobre português, D. Álvaro de *Bragança, e de três comerciantes italianos, Bartolomeu *Marchionni, Jerônimo *Sernigi e Antônio *Salvago. O embaixador Pisani remeteu, a 10 de julho, a carta de Affaitadi ao doge de Veneza, que a recebeu em meados desse mês. Tudo isso demonstra a rapidez e a eficiência do serviço de informação “italiano”, assim como a grande preocupação que as viagens portuguesas à Ásia causavam entre os negociantes da península itálica. A carta de Affaitadi, cujo

conteúdo é sobretudo econômico e político, é um dos documentos que contém maior número de informações sobre a organização da esquadra de Cabral e sobre as peripécias do conjunto da viagem. Algumas dessas informações são inéditas, enquanto outras confirmam ou desmentem outras fontes, conforme assinalado nas notas.

**CARTA DE JOÃO MATTEO* CRÉTICO****27 DE JUNHO DE 1501**SERENÍSSIMO PRÍNCIPE,¹ etc.

¹ *Príncipe*. Trata-se do doge de Veneza, Agostinho Barbarigo. Segundo a *Raccolta di documenti...* (parte III, v. I, p. 43, nota 4), este era Leonardo Loredan. Para Greenlee (*Viagem de Pedro Álvares...*, p. 217), era Agostinho Barbarigo. Realmente, segundo Marino Sanuto, Barbarigo já era o doge em fevereiro de 1501; com a morte de Barbarigo, provavelmente em setembro, foi eleito Leonardo ou Lunardo Loredan no começo de outubro. Diz Sanuto: “Leonardo Lauredan foi criado doge de Veneza no dia dois de outubro de 1501, dia de sábado”, observando que subiu ao trono ducal no domingo de manhã, aos 66 anos, não “por méritos marítimos nem terrestres”, mas “somente por ter nascido de bons parentes”, sendo “homem justo e humaníssimo”; acrescenta, ainda, que “morto o doge Barbarigo, toda a terra acreditava que fosse eleito o Senhor Filipe Trun, procurador”, que agradava muito ao povo (tomo IV, outubro de 1501, colunas 143 e 144). O autor desta carta, João Matteo Camerino, conhecido como João Matteo *Crético por ter vivido vários anos em Creta, era um erudito veneziano que servia como secretário do embaixador de Veneza, Domingos *Pisani di Giovanni, e se encontrava em Lisboa quando ali chegou o primeiro navio da esquadra de Cabral, o Anunciada. Crético enviava regularmente ao embaixador, quando este se encontrava na Espanha, e também diretamente às autoridades de Veneza (como é o caso do presente documento), cartas com informações sobre as viagens ibéricas.

Creio que Vossa Serenidade soube, por cartas do magnífico embaixador,² que este Sereníssimo Rei³ mandou navios à Índia, os quais já regressaram. De 13 que foram, perderam-se sete na viagem. Em primeiro lugar, Sereníssimo Príncipe, [navegaram] pela costa da Mauritània e da Getúlia,⁴ para o sul, até cabo Verde,⁵ que os antigos chamavam de Hespéria, onde estão as ilhas Hespérides.⁶ Aí começa a Etiópia;⁷ daí para diante os antigos não conheciam.

Daí, corre a costa da Etiópia para o Levante,⁸ tanto que corresponde à linha da Sicília.⁹ Dessa dita costa, há nove graus, cinco ou seis graus para cá da linha equinocial,¹⁰ e no meio dessa

² *Embaixador*. Domenico *Pisani di Giovanni, embaixador de Veneza na Espanha e em Portugal, que informava regularmente o doge de Veneza sobre os negócios, as viagens e a diplomacia ibérica. Pisani integrava uma rede de ativos informantes italianos residentes na Espanha e em Portugal.

³ *Sereníssimo Rei*. D. Manuel I.

⁴ *Getúlia*. Nome de uma região da África antiga, localizada no atual Marrocos, habitada pelos povos getúlios; foi citada na obra de Plínio. Os getúlios eram da mesma etnia que os atuais kabilas.

⁵ *Cabo Verde*. Segundo Crético, os antigos chamavam o cabo Verde de “Hespéria” e na mesma linha dele estavam as ilhas Hespérides (ilhas do arquipélago de Cabo Verde). Ver nota 6 e *Documento 9*, nota 8.

⁶ *Hespérides*. Ilhas fabulosas, situadas pela cartografia antiga em diversos pontos do oceano Atlântico (nem sempre em frente ao cabo Verde), as quais povoavam há séculos obras eruditas e a imaginação popular européia. A designação refere-se ao mítico jardim das hespérides (nome das três filhas de Atlas), cujas árvores, guardadas por um dragão, produziam maçãs de ouro; Hércules conseguiu matar o dragão e apoderar-se das maçãs de ouro, naquele que é considerado seu décimo primeiro trabalho. Crético afirma, nesta carta, que as ilhas Hespérides eram identificadas pelos antigos com o arquipélago de Cabo Verde.

⁷ *Etiópia*. Segundo a época e o cartógrafo que o utilizavam, o termo designou diversas regiões da África, inclusive, como deixa claro o presente texto, todo o território africano ao sul do cabo Verde. Os primeiros europeus a alcançar essa área foram os portugueses. Ver *Documento 9*, nota 9.

⁸ *Levante*. Leste.

⁹ *Linha da Sicília*. Ao sul de uma linha que passa a oeste da Sicília está o litoral africano correspondente hoje ao litoral da Tunísia e da Líbia.

¹⁰ *Linha equinocial*. Equador.

costa está a mina¹¹ deste Sereníssimo Rei. E daqui estende-se um cabo para o sul, que passa além do trópico de Capricórnio, por nove graus:¹² esse cabo chama-se da Boa Esperança. A seguir estende-se a Barbária.¹³ Nesse lugar, mais de 5000 milhas de litoral estendem-se para o nosso lado. Desse cabo estende-se ainda para diante, um cabo chamado pelos antigos de Promontório Prasinum,¹⁴ o outro lado do qual foi conhecido pelos antigos. Daqui corre ainda, quase a direito para o Levante, para a Troglodícia,¹⁵ onde se encontra outro veio de ouro, a que chamam Sofala,¹⁶ onde os antigos afirmam haver maior cópia de ouro que em qualquer outra parte. Daqui entram no mar Barbárico,¹⁷ e depois no da Índia e chegam a Calicut.

Essa é a viagem deles a qual é de mais de 15 mil milhas, mas, atravessando, encurtam-na bastante. Acima do cabo da Boa Esperança, para oeste, descobriram uma terra nova, a que chamam dos Papagaios,¹⁸ porque encontraram ali alguns papagaios com

¹¹ Provavelmente, referência à grande fortaleza de São Jorge da Mina, terminada de construir em 1482, na atual região de Gana, que teve papel fundamental no comércio dos portugueses, principalmente na drenagem do ouro e dos escravos.

¹² Na realidade, essa distância é de 10 graus e 53 minutos.

¹³ *Barbária*. Região do norte africano que designava o Magreb (atuais Marrocos, Argélia e Tunísia), também chamada Berberia por ser o local dos berberes, às vezes confundidos com os mouros (mauros, da Mauritânia) e árabes. Para lá fugiram numerosos judeus e muçulmanos expulsos da Espanha e de Portugal; muitos desses foram também perseguidos em terras africanas, depois que os portugueses nelas se estabeleceram. Nesta carta, porém, tem-se a impressão de que Crético fala da parte oriental da África, onde havia também mouros.

¹⁴ *Promontório Prasinum*. O ponto mais extremo ao sul da África oriental, chamado de *Prassum Promontorium* pelo geógrafo grego Cláudio Ptolomeu.

¹⁵ *Troglodícia*. Terra dos negros que trabalhavam nas minas de ouro do interior do continente africano, e o levavam para Sofala (ver nota seguinte). Séculos antes de Cristo já se mencionavam trogloditas núbios trabalhando em minas de ouro no deserto. Os antigos também situavam essa terra no sudeste do Egito. Terra de trogloditas, dos que vivem em cavernas ou buracos; terra de gente grosseira.

¹⁶ *Sofala*. Rica cidade da África oriental. Ver *Documento 8*, nota 7.

¹⁷ *Mar Barbárico*. Golfo no mar da Arábia que Ptolomeu chamou de *Sinus Barbaricus*.

¹⁸ *Papagaios*. A terra nova descoberta, ou Terra dos Papagaios, é o atual Brasil. A denominação "Terra dos Papagaios" foi a preferida dos documentos italianos da época.

um braço e meio de comprimento, de várias cores, dos quais vimos dois;¹⁹ julgaram que essa terra é terra firme porque viram mais de 2000 milhas de costa e não lhe encontraram fim.²⁰ Habitam-na homens nus e formosos.

Na ida perderam quatro navio. Mandaram dois à Mina Nova,²¹ os quais²² julgam que se perderam. Sete foram a Calicut,²³ onde, primeiro, foram bem recebidos e lhes foi dada casa por aquele senhor, onde ficaram algumas das naus; as outras estavam em outros lugares vizinhos e depois chegaram os mercadores do Soldão, os quais se irritaram porque estes se meteram com eles e quisesses carregar primeiro.

O feitor²⁴ deste Sereníssimo Rei queixou-se ao senhor [de Calicut], o qual pensava que ele [feitor] se entendesse com os mouros e disse que se eles carregassem, ele lhes tiraria as especiarias, pelo que vieram às mãos, e toda a terra favorecia os mouros, e correram à casa designada para os portugueses e fizeram em pedaços todos os que estavam em terra, os quais eram uns 40, entre os quais se encontrava o feitor que se atirara à água para fugir. Sabendo disso,²⁵ vieram e derrotaram as gentes do Soldão²⁶

¹⁹ Tudo indica que sejam araras.

²⁰ *2000 milhas*. Trata-se de uma medida aleatória, e não real, segundo os especialistas em história náutica. A. Fontoura da Costa (*A marinharia dos descobrimentos*, p. 216) explica que a milha italiana equivalia a 1.480 metros, enquanto a légua marítima portuguesa valia 5.920 metros.

²¹ *Mina Nova*. Sofala. Ver *Documento 8*, nota 7.

²² *Os quais*. Trata-se de Bartolomeu Dias, que, durante forte temporal, naufragou e morreu no cabo da Boa Esperança, e Diogo Dias, que, no mesmo temporal, se desgarrou do resto da frota.

²³ *Sete foram a Calicut*. Na realidade, foram seis, pois a de Diogo Dias não foi à Índia. Ver nota 33.

²⁴ *Feitor*. Aires *Correia, que instalou a feitoria portuguesa em Calicut e acabou morto devido ao ataque dos muçulmanos, conforme relatado linhas à frente e em outros documentos deste volume.

²⁵ *Sabendo disso*. Quando Cabral e os outros portugueses tomaram conhecimento do fato, atacaram os mouros, bombardeando as casas do litoral e dez navios.

²⁶ *Soldão*. Segundo António de Moraes Silva (*Dicionário da língua portuguesa*), o mesmo que imperador dos turcos. Caldas Aulete dá “soldão” como sinônimo de “sultão”. Realmente, a palavra vem do árabe *sultan*, que significa “imperador”; o termo

e os outros navios que eram dez. E com a artilharia fizeram grande dano à terra e queimaram muitas casas, porque o telhado é feito de palha.

Por causa desses tumultos, partiram de Calicut. Foram conduzidos pelo guia, um judeu batizado,²⁷ para outra terra, cerca de 40 milhas mais além, chamada Cochim,²⁸ de um outro rei, inimigo do [rei] de Calicut, o qual lhes fez ótima companhia e possui maior cópia de especiarias do que o de Calicut. Carregaram ao preço que receio dizer, porque eles afirmam que receberam um quintal²⁹ de canela por um ducado e menos. Esse senhor de Cochim enviou embaixadores junto com essas naus a este Sereníssimo Rei e também dois reféns, que regressaram salvos.

No regresso, os mouros e os de Calicut prepararam-se para os prender e armaram mais de 150 navios com mais de 15 mil homens. Todavia, como estavam carregados, não quiseram combater, nem aqueles os puderam atacar, porque estes se puseram à bolina,³⁰ que eles não podiam seguir. Na volta, chegaram a uma ilha onde está o corpo do apóstolo Santo Tomé.³¹ O senhor dessa [ilha] fez-lhes muitas finezas e deu-lhes relíquias do dito santo e pediu-lhes que carregassem especiarias a crédito, até à viagem de regresso. Eles estavam carregados e não podiam carregar mais. Andaram 14 meses de viagem, sendo somente quatro na volta.³² Dizem que no futuro a farão em oito ou dez meses, no

“soldão” foi mais usado no século XV. Em alguns documentos lusitanos da época, a expressão designa também qualquer grande chefe muçulmano.

²⁷ *Judeu batizado*. Trata-se de Gaspar da *Gama.

²⁸ *Cochim*. Ver *Documento 10*, nota 31.

²⁹ *Quintal*. No italiano: *cantaro*. Ver mais no *Documento 9*, nota 61.

³⁰ *Puseram à bolina*. Navegaram em ziguezague, permitindo que a embarcação avançasse contra o vento. Os navegantes de Calicut não sabiam navegar à bolina, o que deu enorme vantagem aos portugueses. A carta de João de *Affaitadi (*Documento 10*) apresenta informações muito semelhantes às contidas nesse parágrafo e no anterior desta carta.

³¹ Trata-se da visita a Cananor. O missivista enganou-se ou confundiu as notícias. Santo Tomé estaria enterrado em Meliapur, no outro lado da Índia, no litoral leste, região de Coromandel.

³² Na realidade, o Anunciada gastou, no total, 15 meses e 14 dias, desde a saída em 9 de março de 1500 até a chegada em Lisboa, a 23 de junho de 1501.

máximo. No regresso, sete naus³³ chegaram salvas. A outra foi contra um banco, da qual se salvou a gente;³⁴ esta era de 600 botas³⁵ e com [muita] carga. Ainda não chegou aqui senão uma de 300 botas³⁶ – as outras estão perto, ao que dizem – e esta entrou [no porto] na noite de São João.³⁷

Eu estava com o Sereníssimo Rei, o qual me chamou e me disse que o felicitasse porque as suas naus da Índia tinham che-

³³ *Sete naus*. Na realidade, seis navios regressaram com a expedição de Cabral, mas sete foram salvos, contando-se com o navio de Gaspar de *Lemos, que retornou do Brasil para dar notícias ao rei de Portugal. Dos 13 navios que partiram: um perdeu-se (Vasco de Ataíde) logo após a partida, perto do arquipélago de Cabo Verde; um (o navio de mantimentos) regressou a Portugal quando estava no Brasil; quatro naufragaram junto ao cabo da Boa Esperança; um (Diogo Dias) desgarrou-se da frota, foi parar na boca do mar Vermelho, não foi à Índia e incorporou-se novamente à esquadra no cabo Verde (Beseguiche), antes de retornar a Portugal; cinco foram à Índia; um (Sancho de *Tovar) encalhou e foi queimada com toda a carga, perto de Melinde, no regresso da Índia. Depois, Tovar visitou Sofala no navio, provavelmente, de Nicolau *Coelho. Portanto, a frota voltou com seis navios para Portugal: um (Anunciada) chegou no dia 23 de junho de 1501, e os cinco restantes, cerca de um mês depois, em fins de julho.

³⁴ Trata-se do navio de Sancho de *Tovar.

³⁵ *Botas*. Recipiente e antiga medida, variável, de capacidade (do latim tardio *buttis*, através do italiano). Em português, segundo José Pedro Machado (*Dicionário Etimológico...*), a palavra “bota”, além de significar “calçado” (do francês *botte*), também se refere a três tipos de medida (provável adaptação do italiano *botte*): antiga medida de capacidade; medida de azeite, variável; e tonelada ou tonelagem de um navio. Em relação à capacidade do navio, para uns estudiosos, uma bota equivalia a uma tonelada ou tonel; para outros, a um terço da tonelada. No caso, é mais plausível aceitar seiscentas botas como duzentas toneladas. Max Justo Guedes (*O descobrimento do Brasil...*, p.148, nota 19) traduz *botte* por “botas”, explicando: “medida antiga de capacidade dos navios, correspondendo cinco botas a três tonéis, sendo que o tonel português equivalia a 1,5m³”; no seu cálculo, seiscentas botas equivalem a 360 tonéis, não a seiscentas toneladas.

³⁶ A primeira nau a chegar, a Anunciada, com cem toneladas.

³⁷ O Anunciada chegou ao porto de Restelo, no Tejo, no dia 23 de junho, às vésperas do dia de São João. O missivista Affaitadi dá a entender que depois o navio seguiria para Lisboa (ver *Documento 10*, nota 44); a não ser que a

gado carregadas de especiarias.³⁸ E assim eu me alegrei com ele, como devia. Naquela noite, ele mandou organizar uma festa no palácio e repiques de sinos por toda a terra. No dia seguinte, fez uma procissão solene por toda a terra. Depois disso, encontrando-me com Sua Majestade, ele novamente se referiu ao regresso das suas naus. Disse-me que devia escrever à Vossa Serenidade para que mande, de agora em diante, suas galés para levar as especiarias daqui, que ele lhes faria bom acolhimento e podiam supor-se em casa sua; e ele que proibira o Soldão de ir às especiarias. E quer mandar por esse caminho 40 navios, uns para ir e outros para vir. Em suma, ele acha ter a Índia às suas ordens.³⁹

O navio que entrou [no porto] é de Bartolomeu Florentino,⁴⁰ com o seguinte carregamento: pimenta, cerca de 300 quintais; canela, 120 quintais; laca, 50 ou 60 quintais; beijoim, 15 quintais. Cravo não têm, porque os mouros o levaram,⁴¹ nem gengibre, porque não há onde eles carregaram, mas em Calicut. Especiarias miúdas não há e de nenhuma espécie. Dizem ter perdido bastantes jóias nos tumultos de Calicut. Também não devemos esquecer: vieram aqui embaixadores de um dos reis da Etiópia, chamado rei

presente carta se refira à chegada do Anunciada, na noite de São João, ao porto de Lisboa.

³⁸ A frase revela o grau de intimidade e favorecimento que João Matteo Crético gozava na Corte de Lisboa: o rei chamou-o em pessoa para compartilhar a alegria do sucesso da segunda viagem lusitana à Índia!

³⁹ A frase, muito boa, revela a confiança de D. *Manuel em ter assegurado para Portugal o monopólio do comércio asiático com a Europa, especialmente do rico comércio de especiarias. Os portugueses efetivamente conseguiram esse monopólio, até então em poder dos venezianos, mas por pouco tempo, pois em breve outros europeus, em especial espanhóis e holandeses, iriam fazer-lhes acirrada concorrência na chamada “rota do Cabo”, a rota comercial marítima de Lisboa às Índias.

⁴⁰ *Bartolomeu Florentino*. Trata-se do florentino Bartolomeu *Marchionni. Na verdade, o Anunciada tinha mais três proprietários: D. Álvaro de *Bragança, Jerônimo *Sernigi e, provavelmente, Antônio *Salvago.

⁴¹ Em Calicut, os mouros foram os primeiros a comprar o cravo, não restando mais dessa especiaria para a frota de Cabral. Parece ter sido essa a origem da luta entre portugueses e comerciantes muçulmanos de Calicut.

da Ubinam,⁴² o qual mandou a este Sereníssimo Rei um presente de escravos e dentes de marfim, embora coisas como essas tenham assaz aparecido há algum tempo.⁴³ Perto dali nasce também pimenta;⁴⁴ não se pode comparar uma com a outra.

Além disso, essa nau, no seu regresso, encontrou dois grandíssimos navios, partidos da Mina Nova, que se dirigiam à Índia, os quais levavam grande quantidade de ouro.⁴⁵ E receando que os nossos os quisessem tomar, imediatamente ofereceram-lhes 15 mil dobras,⁴⁶ porque cada um [dos navios] valia mais de 500 mil ducados.⁴⁷ Mas os nossos não lhes quiseram tomar coisa alguma. Em vez disso, ofereceram-lhes presentes e boa companhia para poderem navegar naqueles mares.

⁴² *Ubinam*. Segundo Greenlee (*A viagem de Pedro Álvares...*, p. 225, nota 4), trata-se de um rei da Guiné, sem qualquer relação com a expedição de Cabral. Este trouxe consigo embaixadores do rei de Melinde, reino da costa da África Oriental com quem os portugueses se relacionaram bem.

⁴³ O marfim já era conhecido, comercializado e valorizado na Europa

⁴⁴ *Pimenta*. No original: *prima*. Conforme Greenlee, parece erro, sendo o resto da frase omitido na edição de 1508 dos *Paesi novamente...* Em Marino Sanuto, lê-se *piper* (pimenta, em latim): *Lá a presso etiam de quelli nasse piper*. Inclino-nos pelo acerto da frase, uma vez que a costa do Malabar, na Índia, efetivamente produzia pimenta, e de boa qualidade.

⁴⁵ O missivista enganou-se. Cabral encontrou os dois navios na ida, não no regresso. No seu regresso, ao atravessar o Índico para Melinde, Cabral aprisionou um navio, julgando ser de Meca; depois de saber que era de Cambaia, libertou o navio, tomando apenas um piloto. Na viagem de ida, ao chegar ao porto de Sofala, o capitão português encontrou dois navios carregados de ouro, que foram aprisionados; Cabral pediu ao capitão mouro para identificar-se e soube que o mouro era primo do rei de Melinde, amigo dos portugueses; Cabral libertou os navios e o ouro, pedindo desculpas.

⁴⁶ *Dobras*. Dobrão, antiga moeda de ouro, utilizada em Castela e que também circulava em Portugal.

⁴⁷ *Ducados*. O ducado foi moeda de ouro que nasceu em Veneza, onde já vigorava em meados do século XIV, e depois foi adotada em outras regiões, principalmente no século XV. O modelo padrão, no final do século XV, equivalia a 3,56 gramas, com toque de 23, 3/4 quilates (Vitorino G. Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. II, p. 55).



COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Original desconhecido. Há duas cópias manuscritas na Biblioteca Marciana, em Veneza, uma na coleção *Viaggiatori antichi*, MS. Ital. Cl. 6, nº 208, e outra no Codex Contarini A, VI 277. Uma terceira cópia encontra-se também em Veneza, no Museu Cívico, Archivio Veneto, tomo XXIV, parte I.

FONTES

GREENLEE, William B. *The Voyage of Pedro Álvares Cabral to Brazil and India, from contemporary documents and narratives*. 2. ed. Neldeln/Liechtenstein: Kraus Reprint Limited, 1967, p. 119-123.

_____. *Viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia pelos Documentos e Relações Coevas*. Tradução de António Álvaro Dória. Porto: Livraria Civilização Editora, 1951, p. 221-226.

GUEDES, Max Justo. *O descobrimento do Brasil*. Lisboa: Veja, 1989 (?), p. 145-147.

Os textos de Greenlee e Max Guedes tiveram por base a carta publicada por Fracanzano de Montalboddo. *Paesi novamente ritrovati. Et Novo Mundo da Alberico Vespucci intitulado*. Vicenza, 1507, livro VI, cap. CXXXV, comparada com o manuscrito do Codex Contarini A, encontrado na Biblioteca Marciana de Veneza, e com o texto de Rinaldo Fulin, publicado em *Diari e diaristi italiani*. Veneza, 1881.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

Esta carta de Crético, enviada diretamente ao doge de Veneza, foi, segundo Greenlee (*Viagem de Pedro Álvares...*, p. 216), o primeiro documento com notícias a respeito da viagem de Cabral que chegou a essa cidade. A carta de João de *Affaitadi sobre o mesmo assunto (*Documento 10*), terminada um dia antes da de Crético, foi enviada primeiro ao embaixador Domingos *Pisani di Giovanni, na Espanha, chegando a Veneza apenas em meados do mês de julho. Segundo o diarista Jerônimo Priuli (Rinaldo Fulin, *Diarii e diaristi Veneziani*, Veneza, 1881), a carta de Crético foi também a primeira sobre o tema a ser publicada em Veneza, ainda em 1501, em edição hoje perdida.

A versão atualmente conhecida foi publicada pela primeira vez em 1507, por Fracanzano da Montalboddo, no *Paesi novamente ritrovati...* No século XIX, a carta também integrou, entre outros, os seguintes livros: Romanin, S. *Storia documentale di Venetia*. Veneza, 1853, IV, p. 457-460; Fulin, Rinaldo. *Diari e diaristi italiani*. Veneza, 1881; Berchet, Guglielmo. *Raccolta Colombiana*. Roma, 1882. Ministero della Pubblica Istruzione.

Ao que tudo indica, Crético entregou também uma cópia de sua carta ao embaixador extraordinário de Veneza em Lisboa, Pedro *Pasqualigo, e enviou outra cópia ao

embaixador de Veneza na Espanha, Domingos *Pisani di Giovanni; os dois embaixadores fizeram chegar o conteúdo das cartas ao doge de Veneza que, assim, teria recebido ao todo três cópias desse mesmo documento.

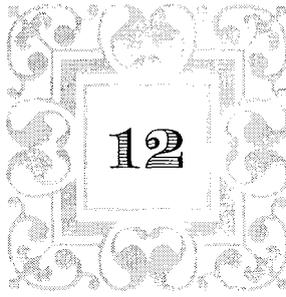
EMENTA

Carta escrita em 27 de junho de 1501 por João Matteo *Crético, erudito veneziano, à época secretário de Domingos *Pisani de Giovanni, embaixador de Veneza na Espanha e em Portugal. Crético encontrava-se em Lisboa quando lá chegou, em 23 de junho de 1501, o Anunciada, primeiro navio da esquadra de Cabral a retornar. A carta contém diversas informações sobre a viagem de Cabral e a satisfação da corte portuguesa com seus resultados. Ela vem publicada por Fracanzano de Montalboddo com a seguinte introdução: “Cópia dum capítulo da carta de D. Crético, nuncio da ilustríssima senhoria de Veneza em Portugal, datada de 27 de junho de 1501,” sendo que “nuncio” significa apenas “embaixador”.

ANÁLISE HISTÓRICA

A carta de João Matteo *Crético integra um conjunto de documentos muito pouco conhecidos, dirigidos às autoridades italianas e redigidos por italianos – mercadores e diplomatas – residentes em Lisboa no início do século XVI, com informações sobre as atividades mercantis e as viagens de portugueses e espanhóis. Era uma época particularmente difícil para a economia italiana, especialmente para Veneza, suplantada por Lisboa no monopólio do comércio com o Oriente desde a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia (ver *Documento 10*, “Análise histórica”).

A carta de Crético foi escrita assim que seu autor obteve os primeiros relatos orais dos marinheiros do navio Anunciada, o primeiro da esquadra de Cabral a aportar em Lisboa. Diferencia-se da carta de João de *Affaitadi (*Documento 10*) – escrita em estilo direto e com cunho eminentemente comercial – por conter muitas referências eruditas (Crético era profundo conhecedor do grego e do latim), principalmente as de ordem geográfica, reportando-se ao conhecimento dos geógrafos antigos e a autores como Plínio. A carta de Crético oferece várias informações sobre a viagem de Cabral muitas coincidentes com as oferecidas por João de Affaitadi. Lança luz sobre a participação na expedição do influente comerciante veneziano Bartolomeu *Marchionni, coproprietário do Anunciada. Estende-se sobre dois assuntos importantes, a satisfação do rei D. *Manuel com os resultados da expedição de Cabral e a festa havida em Lisboa para comemorá-los. E ainda evidencia, de forma incontestável, o bom trânsito de Crético junto ao rei de Portugal, reforçando a idéia de que um seleto grupo de mercadores e diplomatas da península itálica tinha acesso direto ao rei de Portugal – o que decerto propiciava-lhes tanto ótimos negócios como informações de primeira mão, prontas para serem repassadas às autoridades italianas. A Coroa lusitana devia beneficiar-se também de várias formas dessa união tão próxima com os “italianos”.



1ª CARTA DE BARTOLOMEU *MARCHIONNI

27 DE JUNHO DE 1501

AOS 23 DESTE, chegou aqui um navio proveniente de Calicut conhecido pelo nome de “Anunciada”.¹ Ele conta como os outros navios que navegavam em conserva² com ele tinham ficado para trás poucas léguas – cada légua é de três milhas e meia das nossas³ – a qual nau dá infinitas notícias. E aqui, por esta, dou-te algumas que virão mais a propósito.

¹ *Anunciada*. Em italiano *Annunziáta*. Era uma pequena caravela de cerca de cem toneladas ou trezentas botas, o navio mais rápido da frota, pertencente à frota de Pedro Álvares Cabral, que o rico banqueiro florentino Bartolomeu *Marchionni ajudou a financiar, junto com D. Álvaro de *Bragança, Jerônimo *Sernigi e, provavelmente, Antônio *Salvago. O Anunciada e a nau do Conde de *Portalegre eram os únicos na frota de propriedade de particulares, os outros pertenciam ao rei de Portugal. Na viagem para a Índia, o Anunciada foi comandado por Nuno Leitão da Cunha. Ao regressar, foi o primeiro navio a chegar a Portugal, sob o provável comando de Nicolau Coelho, no dia 23 de junho de 1501, às vésperas das comemorações do dia de São João, após 15 meses e 14 dias de viagem. O autor desta carta dirigida a Florença, a destinatário hoje desconhecido, foi Bartolomeu *Marchionni.

² *Em conserva*. Juntos, em companhia uns dos outros.

³ Na realidade, uma légua portuguesa (5.920 metros) equivalia a quatro milhas italianas (1.480 metros).

Diz haver quatro meses que partiram de conserva de uma terra nos confins de Calicut todos carregados de especiarias; e que à sua ida para lá se perderam cinco navios do seu comando.⁴ Eles iam à Mina Nova⁵ do ouro e a Calicut. Eram oito⁶ e juntos chegaram a Calicut. Fizeram-lhes grande honra e bom acolhimento. Tendo mandado suas mercadorias para terra, o feitor deles começou a negociar. No lugar em que ele estava havia 30 navios de mouros para carregar e levar a um porto do mar Oceano chamado Bizidem, donde depois vão daqui a Damasco.⁷

Querendo carregar primeiro, os portugueses chegaram a tal discórdia com os mouros que estes levantaram um tumulto e mataram todos os portugueses que se encontravam em terra, incluindo o feitor.⁸ Visto isto, os dos navios portugueses retiraram-se para os navios e foram incendiar as naus dos mouros. Começaram a bombardear a terra: nela destruíram muitas casas e mataram muita gente; e queimaram 15 daqueles navios mouros. Por conselho de um indiano,⁹ partiram daqui e foram a outra terra¹⁰

⁴ Até o cabo da Boa Esperança, perderam-se cinco, e um (Diogo *Dias) desgarrou-se. Ver *Documento 11*, nota 33.

⁵ *Mina Nova*. Sofala. Ver *Documento 8*, notas 4 e 7.

⁶ *Oito*. Na realidade, eram seis navios. Marchionni deve ter subtraído cinco de 13, chegando a oito. No entanto, um dos navios, o comandado por Gaspar de *Lemos, regressara a Lisboa desde o Brasil, e outro, de Diogo *Dias, não fora à Índia. Ver *Documento 11*, nota 33.

⁷ *Damasco*. Capital da Síria, uma das cidades mais antigas da Ásia e um dos entrepostos comerciais para onde os árabes levavam as especiarias e os venezianos as compravam, para transportá-las pelo Mediterrâneo até Veneza, de lá vendendo-as para toda a Europa. Outras tradicionais cidades intermediárias do comércio de especiarias e drogas do Oriente eram Cairo e Alexandria, no Egito. Os árabes chamavam Damasco de *Dimachq* (o original italiano traz *Domaccho*). É a primeira vez, no grupo de documentos deste volume escritos por autores oriundos da península itálica, que a cidade de Damasco é referida.

⁸ Trata-se do feitor Aires *Correia. As cartas de autoria de João de *Affaitadi (*Documento 10*), João Matteo *Crético (*Documento 11*) e Domingos *Pisani (*Documento 14*), escritas na mesma ocasião que esta, e igualmente baseadas em informações da tripulação do Anunciada, também se referem ao episódio.

⁹ *Indiano*. Trata-se do judeu Gaspar da *Gama.

¹⁰ *Outra terra*. Trata-se de Cochim, próxima a Calicut. Ver *Documento 10*, nota 31.

onde encontraram um rei inimigo desse de Calicut. Foi-lhe feita grande honra e grande e perfeita recepção. E aí negociaram todas as suas mercadorias, enchendo os navios com especiarias e outras coisas. Esse rei queria dar-lhes muitas especiarias a crédito, até o seu regresso, sob palavra deles, os quais não quiseram carregar por ter bastante carga para os seus navios. E daqui partiram amigos. E ele [o rei] lhes pediu para, no futuro, não fazer escalas senão ali. O dito rei mandou um embaixador ao nosso rei,¹¹ com infinitos presentes. Eles partiram, prometendo-lhe e recomendando-lhe que voltariam ao dito lugar.

Os mouros de Calicut tinham armado 150 velas com 15 mil mouros e vinham para atacar os nossos.¹² Como os nossos estavam carregados, não estavam em condições de combater; puseram-se em ordem com o vento pela popa, elas¹³ os perderam de vista. E no seu regresso encontraram muitos reis e senhores. De todos tiveram boa recepção e presentes. Encontraram o corpo do apóstolo Santo Tomé – o qual não puderam haver – e muitas outras relíquias, de que trouxeram para aqui grande quantidade para o rei.¹⁴ Com esses navios vêm quatro embaixadores de dois senhores. E todos querem submeter-se ao nosso rei. E muitas

¹¹ *Nosso rei*. D. *Manuel. Apesar de florentino, Bartolomeu *Marchionni era casado com uma portuguesa e, desde 1498, fora feito “natural do reino” de Portugal pelo rei D. *Manuel.

¹² *Marchionni era co-proprietário de um dos navios da esquadra, o que explica o emprego do possessivo “nossos” para referir-se aos navios.

¹³ *Elas*. As 150 velas muçulmanas que não conseguiram acompanhar a frota de Cabral; a qual navegava de vento em popa. Segundo o relato de João Matteo *Crético (*Documento 11*), os portugueses nesse trecho navegaram à bolina, isto é, em zigzag, o que lhes permitia avançar contra o vento. Os navegantes de Calicut não sabiam navegar à bolina, o que deu enorme vantagem aos lusitanos.

¹⁴ A frota de Cabral ficou cerca de vinte dias na região de Cochim – que incluía também a área de Cranganor, cerca de 30 quilômetros ao norte – carregando os navios com pimenta e drogas (João de Barros, *Décadas*, livro V, cap. VIII). Em Cranganor, os portugueses souberam da existência das relíquias de Santo Tomé (cujos restos mortais se encontravam em Meliapur, na costa indiana do Coromandel, no lado leste) e ganharam algumas delas do governante local. Depois da região de Cochim, Cabral foi até Cananor – bem mais longe, ao norte de Calicut cerca de 70 quilômetros – para carregar gengibre.

outras coisas contam para escrever, as quais folhas não bastam, e eu não tenho tempo.

Esta é a carga que levou essa caravela e a outra que vem: 300 quintais de pimenta fina; 160 quintais de canela; 60 quintais de laca; 14 quintais de benjoim.¹⁵ Essas são as coisas mencionadas e muitas outras especiarias miúdas. Trouxeram dois papagaios de diferentes cores e que têm de comprimento um côvado e meio, o qual é mais do que um e meio dos nossos.¹⁶ São coisas admiráveis. E dão notícias de muitas outras e diversas aves e animais, de modo que mostram ser verdadeiras as histórias de Plínio, tido por mentiroso.¹⁷

Bartolomeu Marchionni, de Lisboa

¹⁵ A carta de *Affaitadi (*Documento 10*) refere-se a “300 quintais de pimenta e 200 de canela, noz-moscada, laca, benjoim”. A missiva de *Crético (*Documento 11*), a “pimenta, cerca de 300 quintais; canela, 120 quintais; laca, 50 ou 60 quintais; beijoim, 15 quintais”. A correspondência de *Pisani (*Documento 14*), a “300 quintais de pimenta, 120 quintais de canela; 60 quintais de laca; 15 quintais de benjoim”.

¹⁶ Tratava-se, provavelmente, de duas araras, transportadas desde Vera Cruz.

¹⁷ A carta de *Marchionni é o primeiro documento, entre os reunidos neste volume, a propor uma relação direta entre a obra do naturalista latino Plínio (25-70 d.C.), autor de uma *História natural* em 27 volumes e bastante valorizada durante o Renascimento, e o encontro, na América, Ásia e África, de animais desconhecidos dos europeus. A observação de Marchionni prenuncia os intensos debates, os movimentos de revisão da história natural e a introdução de novos conceitos de coleção de espécies que tomariam conta da Europa, ao longo do século XVI e, principalmente, do século XVII, tendo por base a descoberta dos animais e dos vegetais das “outras partes do mundo”.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Não existe. Há cópia manuscrita desta carta na Biblioteca Riccardiana de Florença (MS 1910). Foi copiada por Pietro Vaglienti (falecido em 1513), integrando a coleção de relatos de viagem que este coletou.

FONTE

GREENLEE, William B. *The voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India from contemporary documents and narratives*. 2. ed. Nendeln/Liechtensten: Kraus Reprint Limited, 1967, p. 144-147.

_____. *Viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia pelos Documentos e Relações Coevas*. Tradução de António Álvaro Dória. Porto: Livraria Civilização Editora, 1951, p. 251-253.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

Esta carta foi publicada pela primeira vez em 1938, em inglês, por William Brooks Greenlee, na primeira edição do seu livro *The voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India from contemporary documents and narratives*; e em 1951, em português, na tradução do mesmo livro (p. 251-253) feita por António Álvaro Dória. Em 1946, Thomaz Oscar Marcondes de Souza republicou a carta em *O descobrimento do Brasil* (p. 142-144), a partir de fotocópias cedidas a ele por Greenlee, com tradução do próprio Marcondes (p. 146-148).

EMENTA

Carta escrita pelo poderoso banqueiro florentino, residente em Lisboa, Bartolomeu *Marchionni a Florença, pouco após a chegada a Portugal do navio da esquadra de Cabral (do qual Marchionni era co-proprietário) Anunciada, com diversas informações comerciais e geográficas a respeito dos acontecimentos da viagem de Cabral. Na cópia manuscrita existente na Biblioteca Riccardiana (Florença) há a seguinte introdução à carta: “Cópia de uma outra carta vinda de Lisboa de Bartolomeu Marchionni, do dia 27 de junho de 1501”.

ANÁLISE HISTÓRICA

Esta carta integra, junto com as de João de *Affaitadi (*Documento 10*), João Matteo *Crético (*Documento 11*) e a de Domingos *Pisani (*Documento 14*), um conjunto de missivas escritas por comerciantes e diplomatas oriundos da península ibérica, residentes em Portugal e na Espanha, dirigidas às autoridades italianas, com informações recém-colhidas da tripulação do pequeno navio Anunciada que, por ser pequeno e rápido, havia sido enviado na frente por Cabral, para dar logo ao rei notícia do sucesso da viagem. O Anunciada chegou a 23 de junho de 1501, e os “italianos” logo puseram mãos à obra, terminando de escrever suas cartas três ou quatro dias depois.

Pietro Vaglianti, graças a cujas cópias hoje conhecemos esta carta de Marchionni, não lhe anotou o nome da autoridade a que se dirigia nem a data. Decerto, o destinatário era alguém proeminente nos negócios ou na política de Florença, e não é descabido pensar, dada a relevância social e econômica de Marchionni, que se tratasse do próprio Lourenço dei *Medici, o Magnífico, o mais proeminente florentino. Quanto à data, o próprio Marchionni, nas primeiras linhas de sua carta, informa que estará transmitindo

as informações colhidas do Anunciada. Claro está que, como seus conterrâneos, Marchionni também enviava informações acerca dos principais acontecimentos náuticos, comerciais e políticos de Portugal às autoridades de seu país natal.

Tal como a carta de *Affaitadi (*Documento 10*), esta de Marchionni – apesar de conter algumas referências geográficas e de relacionar brevemente as espécies dos outros continentes com a obra de Plínio – tem caráter predominantemente mercantil, relacionado à carga do navio e às possibilidades de lucro. Torna-se claro que, para a mente de um investidor da época, o principal interesse da viagem concentrava-se na fabulosa Índia das especiarias e na recém-encontrada “Mina Nova”, a rica cidade de Sofala, na atual Moçambique, devido ao rico comércio de ouro que ali se praticava.

A carta de Marchionni deixa claras duas idéias. Primeiro, a de que o novo caminho para as Índias era de fato mais rápido e barato do que as antigas rotas cheias de intermediários, que desembocavam no Mediterrâneo, controladas por seus conterrâneos. As conseqüências dessa constatação, contudo, só serão desenvolvidas por Marchionni em uma segunda carta, escrita cerca de um mês mais tarde (*Documento 13*). Segundo, que italianos de dinheiro, como Marchionni, já haviam percebido há anos que os ventos da economia sopravam para a península ibérica, e por isso haviam aí se instalado. Quando a Ásia foi alcançada pelos portugueses, eles já se encontravam bem no centro dos diversos tipos de lucrativos negócios internacionais – comércio, empréstimos, arrendamentos, bolsas de valores, estaleiros, armação de navios, financiamento de expedições, etc. –, além de magnificamente bem relacionados com o rei e a corte portuguesa, exatamente como faziam também na florescente Espanha. A presença dos florentinos junto à marinharia e ao comércio lusitano remontava ao período de D. João I (1385-1433), mas foi crescendo à medida que Portugal firmava seu império marítimo, segundo Jaime Cortesão (*A expedição de Pedro Álvares...*, p. 69 e ss.). Em 1429, Luca degli Albizzi, capitão das galeras florentinas do Ocidente, pediu ao rei português e obteve, para os mercadores e navios florentinos, os mesmos privilégios concedidos a outros “italianos”. O regente D. Pedro e outros membros da dinastia de Avis costumavam depositar dinheiro em Florença, tendo como agente e banqueiro Francisco di Nicoló Cambini. A partir do reinado de Afonso V (1446-1481), a família dos Medici e outras importantes casas comerciais florentinas emprestaram vultosas somas à monarquia lusa, enquanto aumentava o número de mercadores e navegadores de Florença em Portugal, já participando das empresas em além-mar. Numa carta de 1456 ao rei lusitano, a república de Florença agradeceu o tratamento especial que os mercadores florentinos gozavam em Lisboa: “em nenhuma parte do mundo [nossos mercadores] foram recebidos e tratados mais hospitaleiramente, benignamente, de forma tão cara e clemente quanto no reino de Vossa Majestade”.

Nos reinados de D. João II (1481-1495) e de D. Manuel (1495-1521), cresceu a proporção de florentinos em Portugal, concluindo Jaime Cortesão que “mais de metade [das famílias de origem italiana em Portugal] era de Florença. (...) Contam-se, na verdade, por dezenas as famílias de florentinos que naquela época vivem e trabalham

em Portugal". Entre os navegadores e comerciantes florentinos que estiveram a serviço do rei português, destacaram-se, entre outros, Américo *Vespúcio, João de *Empoli, Jerônimo *Sernigi, Fernando Vinet, Buonagrazia, Corsali, Strozzi e Verdi, além, é claro, do próprio *Marchionni.

2ª CARTA DE BARTOLOMEU MARCHIONNI

FINS DE JULHO DE 1501

NA NOSSA ÚLTIMA [carta],¹ disse-se como voltou uma das caravelas que foram à viagem de Calicut, e nela se vê a carga. Depois, das cinco que estavam para trás, voltaram três; as outras se perderam.² Essas [que chegaram] trouxeram 3000

¹ Trata-se da última carta escrita pelo mesmo missivista, o poderoso comerciante florentino residente em Portugal, Bartolomeu *Marchionni, enviada também de Lisboa, no final de junho de 1501 (*Documento 12*), cerca de um mês antes da presente. Esta carta, como a anterior, não contém data nem nome do destinatário, mas, pela primeira frase desta, vê-se que se destinava à mesma pessoa. E, pelo conteúdo desenvolvido nas linhas seguintes, infere-se que tenha sido escrita logo após a chegada do último navio da esquadra de Cabral (talvez o de Diogo Dias, aportado, provavelmente, por volta de 29 de julho de 1501).

² Regressaram seis navios; o primeiro foi o Anunciada, a 23 de junho; os cinco restantes chegaram a Portugal na segunda quinzena de julho. Parece que Cabral, Simão de Miranda e Pedro de Ataíde chegaram depois do Anunciada; mais tarde, Sancho de Tovar (que tinha ido a Sofala) e Diogo Dias, cujo navio provavelmente demorou mais tempo, fazendo reparos em Cabo Verde ou navegando mais lentamente. Contudo, não se sabe a data nem quais dos cinco navios chegaram primeiro. Greenlee (*A viagem de Pedro Álvares...*, p. 36) traz esta hipótese: “Cabral e Simão de Miranda provavelmente chegaram a Lisboa a 21

quintais³ de pimenta, 1000 quintais de canela, gengibre, cravo e outras especiarias. De modo que aqui se calcula que se possa fornecer, por esse caminho [marítimo], a todo o Ocidente e ainda, com o tempo, à Itália; e que isso causará grande incômodo aos venezianos e muito mais ao Soldão,⁴ os quais perderão, e o comércio de lá, porque por esse caminho [as mercadorias] vêm com muito menos despesa e mais comodidade.

Este rei⁵ mandou preparar 20 navios para partir deste ponto em meados de novembro, ou, o mais tardar, em dezembro próximo.⁶ Que Deus os conduza salvos. Desse modo, eles retirarão grandes tesouros, farão muitas riquezas e todas as coisas boas e necessárias. As ditas caravelas foram à Mina Nova:⁷ este rei mandou preparar navios para mandá-los ao dito lugar, para ver as mercadorias recentemente achadas ali, de que natureza são, que sortido e quanto dão.

de julho de 1501; Sancho de Tovar e Pedro de Ataíde a 25; e Diogo Dias a 27”. Abel Fontoura da Costa (*História da expansão portuguesa no mundo*, v. 2, p. 367 e 368) assinala: “O capitão-mor e Pedro de Ataíde pouco se demoraram com os seus navios em Beseguiche, seguindo logo para o Tejo, onde ancoraram depois de meados de julho de 1501, em frente da Casa da Mina – possivelmente a 21; pouco depois chegavam também – separadamente – os navios de [Nicolau] Coelho e de Miranda (capitaneado por Tovar), e por último o de Diogo”. A carta de D. Manoel aos reis católicos, na versão espanhola de Navarrete, com data de 29 de julho, afirma que o navio de Sancho de Tovar já tinha chegado e que o navio de Diogo Dias “vem e aqui estará um dia desses”. A presente carta, sem data, foi escrita antes de Sancho de Tovar e Diogo Dias chegarem e antes de D. Manuel escrever aos reis católicos (29 de julho, na versão de Navarrete). António Alberto Banha de Andrade, desconsiderando a versão de Navarrete, diz: “Considerando outras fontes de informação, concluímos atrás que Cabral terá chegado entre 28 e 31 de julho, sendo, pois, de excluir, imediatamente, a data do apógrafo espanhol” (*Mundos Novos do Mundo*, v. I, cap. II, p. 269 e 270).

³ *Quintais*. O quintal, segundo alguns, equivalia a 51,4 quilos. Ver *Documento 9*, nota 61.

⁴ *Soldão*. Rei ou imperador dos turcos.

⁵ *Este rei*. D. *Manuel I.

⁶ Trata-se de grande armada contra os turcos, então em guerra com os venezianos, enviada pelos portugueses a pedido de Veneza.

⁷ *Mina Nova*. Sofala, na África oriental. Ver *Documento 8*, nota 7.

Este rei tem descoberto nessa [viagem] um Novo Mundo,⁸ mas é perigoso navegar por esses mares.⁹ Trouxeram muitas espécies de aves e animais, por nós desconhecidos e jamais vistos, à maneira daquelas coisas que Plínio contava nas suas histórias. Eram consideradas mentirosas, e, pelo que hoje se vê, pode-se dizer que tinha qualquer verdade.¹⁰ Os dois navios foram à Mina Nova do ouro. Acreditam que se perderam, porque não dão nenhuma notícia; dizem não ter tido vestígios deles. Crêem que esses mares foram navegados em outros tempos e depois abandonados, por serem muito vastos; para nós, eram desconhecidos.¹¹ Este rei diz que, entretanto, é uma bela coisa.

Dizem ter algumas notícias da ilha da Taprobana¹² e esperam ir lá brevemente. Deus os faça ir e voltar salvos, porque todos os anos conheceremos coisas novas e belas. Dizem que encontraram uma grandíssima cidade, na qual há lojas de seda com 100 teares e onde se trabalha constantemente. Calculam que seja a cidade de Strava,

⁸ *Novo Mundo*. Essa é a referência mais antiga que os organizadores do presente volume encontraram ao Brasil como “Novo Mundo”, um importante e recentíssimo conceito que então apenas se esboçava na Europa. Até agora, a mais antiga referência à América (e, portanto, também ao Brasil) como um novo continente, a quarta parte do mundo, um mundo novo, fora localizada em uma carta de Américo Vespúcio (*Documento 23*, nota 25), escrita após sua primeira viagem ao Brasil, depois de setembro de 1502, publicada provavelmente em 1503; a *Mundus Novus*, também de 1503 (*Documento 27*, nota 2), cita literalmente a expressão “Novo Mundo”. Ver “Análise histórica”.

⁹ *Esses mares*. Oceano Atlântico.

¹⁰ Na carta anterior, Marchionni também fizera um contraponto entre as espécies desconhecidas encontradas pelos europeus e a obra do naturalista romano Plínio. Ver *Documento 12*, nota 17.

¹¹ O missivista refere-se ao oceano Índico, que, na sua porção que banha a costa oriental africana, era completamente desconhecido dos europeus. Em sua primeira viagem à Índia, Vasco da Gama, para cruzar o oceano Índico desde a África até a Índia, necessitou ser guiado por um piloto local.

¹² *Taprobana*. Ceilão, atual Sri Lanka, ao sul da Índia, aonde os portugueses chegaram em 1506. O topônimo foi utilizado, nas fontes lusas anteriores e coevas, também para designar outros locais, como, por exemplo, Sumatra. Ver *Documento 9*, nota 56.

donde vêm as sedas de Strava. Supõem que venham do levante. A dita cidade chama-se Zanzibar¹³ e fica no mar Vermelho.¹⁴

Contam coisas inacreditáveis. Dizem que por 40 reais – que são 40 “quatrini” dos nossos – se obtém um côvado de seda carmesim que ali eles encontraram em abundância. São mouros brancos e homens do Soldão da Babilônia. Dizem ter vendido contas de âmbar de rosários¹⁵ por um marco e meio de prata cada enfiada, que são seis ou oito [contas] e valem, nos seus lugares, cerca de dez ou 12 dos nossos cada enfiada, e que por tal conta venderam 2.000 mil marcos de prata, o que é uma bela coisa, para fazer grande riqueza.¹⁶

¹³ *Zanzibar*. No original: “Zanzura”. Zanzibar, ilha próxima ao litoral da África oriental, integrava a rota comercial do ouro de Sofala. Foi reconhecida por Vasco da Gama em 28 de janeiro de 1499, no retorno de sua primeira viagem à Índia. Aparece no mapa de Cantino.

¹⁴ O mar Vermelho ou Eritreu e o golfo Pérsico eram considerados partes do oceano Índico, desde os gregos e romanos.

¹⁵ *Rosários*. Também chamados *paternostri*.

¹⁶ Esse trecho da carta, assim como alguns outros anteriores, deixa clara a preocupação comercial da carta, assinalando a perspectiva de lucrativos negócios nas terras recém-achadas.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Não existe. A cópia se acha em Florença, na Biblioteca Riccardiana, onde integra a coleção de relatos e viagens reunida por Pietro Vaglianti (MS 1910).

FONTE

GREENLEE, William B. *The voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India from contemporary documents and narratives*. Nendeln/Liechtensten: Kraus Reprint Limited, 1967, p. 147-150.

_____. *Viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia pelos Documentos e Relações Coevas*. Tradução de António Álvaro Dória. Porto: Livraria Civilização Editora, 1951, p. 253-254

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

Esta carta foi publicada pela primeira vez em 1938, em inglês, por William Brooks Greenlee, no seu livro *The voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India from contemporary documents and narratives*; e em 1951, em português, na tradução do mesmo livro, p. 253-254), feita por António Álvaro Dória.

Em 1946, Thomaz Oscar Marcondes de Souza republicou o documento em *O descobrimento do Brasil* (p. 144-146). Marcondes usou uma cópia cedida a ele por Greenlee, fazendo nova tradução da carta (p. 148-151).

EMENTA

Carta escrita provavelmente em fins de julho de 1501, pelo influente financista, armador e comerciante florentino residente em Lisboa, Bartolomeu *Marchionni, a autoridade de Florença. Redigida após a chegada do último navio da armada de Cabral a retornar, a carta confirma informações anteriores e apresenta novos dados acerca da viagem cabralina.

ANÁLISE HISTÓRICA

Esta carta sucede outra, escrita também por Bartolomeu *Marchionni, havia cerca de um mês, para o mesmo destinatário em Florença (*Documento 12*). As duas cartas foram enviadas de Lisboa, de onde o rico florentino dirigia seus negócios espalhados por várias localidades européias, e onde estava sempre muito bem informado acerca das viagens e do comércio português, repassando essas informações às autoridades de Florença. Marchionni, como co-proprietário (junto com o português D. Álvaro de *Bragança, o florentino Jerônimo *Sernigi e, provavelmente, o genovês Antônio *Salvago) do Anunciada, um pequeno navio da esquadra de Cabral, tinha interesse direto nos resultados da viagem.

Como a anterior (*Documento 12*), a cópia conservada desta carta não contém data nem nome do destinatário. As duas correspondências dirigem-se ao mesmo destinatário, sobre cuja identidade só podemos especular: é provável que fosse importante autoridade florentina, talvez o próprio Lourenço dei Medici. Pelo conteúdo de ambas as cartas, infere-se que a anterior foi redigida logo após o retorno do primeiro navio da esquadra de Cabral, o Anunciada – aportado em 23 de junho de 1501 –, enquanto esta foi escrita logo após a chegada do último dos seis navios de Cabral que retornaram, o comandado por Diogo *Dias, regressado provavelmente a 27 de julho de 1501.

A carta de Marchionni procura complementar informações anteriormente enviadas a Florença. Não descreve, como fez antes, o conjunto da viagem de Cabral, preferindo deter-se em aspectos de maior interesse comercial. Chama a atenção, sobretudo, para a possibilidade de negócios em Sofala e no Ceilão, e para o baixo preço das mercadorias encontradas em regiões da Ásia e da África, ou seja, para os promissores altos lucros desse comércio.

Este documento traz aquela que provavelmente é a referência mais antiga ao Brasil como sendo um “Novo Mundo”: “Este rei tem descoberto nessa [viagem] um Novo Mundo...”. A expressão “Novo Mundo” é hoje alvo de muitas críticas, devido ao forte eurocentrismo que contém: ao referir-se à América como “nova”, os europeus fizeram questão de desconhecer completamente a existência de centenas de povos, que há muitíssimo tempo viviam no continente americano. Nesse sentido, a América nada tinha de “nova”, não tendo sido, portanto, “descoberta”.

A expressão “Novo Mundo”, contudo, continha também uma outra e importante dimensão. Expressava uma idéia ainda em gestação, revolucionária para a época, cujos desdobramentos iriam modificar, para sempre e de forma radical, os conhecimentos e as representações que os seres humanos até então faziam da Terra. Tal idéia era a de que existia um imenso continente, separado das três outras “partes” do mundo, como eram chamados os outros continentes (Europa, África e Ásia) conhecidos à época pelos europeus. Essa imensa “quarta parte do mundo”, localizada em meio ao mar Tenebroso, abaixo da linha do equador, possuía seus próprios povos, animais e plantas, diferentes dos já conhecidos na Europa. Nascia assim uma nova cosmologia, por sua vez responsável por uma série de importantes e complexas perguntas, que exigiam também novas respostas, tais como: de onde vinham aqueles outros seres humanos e aquelas espécies animais e vegetais? Como classificá-los, segundo a hierarquia católica de valores? Haveria uma origem comum para o novo e o velho mundos?

Bartolomeu *Marchionni, escrevendo nos distantes meses de junho e julho de 1501, apenas esboçou o conceito revolucionário de “Novo Mundo”. Mas o fez de forma inequívoca, com todas as letras, relacionando-o à viagem até a terra americana: “Este rei tem descoberto nessa [viagem] um Novo Mundo...”. Marchionni provavelmente começou a construir seu conceito na primeira carta, escrita um mês antes (*Documento 12*). Ali, referiu-se primeiro a uma estranha carga trazida pelo Anunciada: “dois papagaios de diferentes cores e que têm de comprimento um côvado e meio, o qual é mais do que um e meio dos nossos”, para concluir: “são coisas admiráveis”. A seguir, declarou que as duas araras seriam apenas uma pequena amostra da diversidade de espécies existentes na terra recém-encontrada (“e dão notícias de muitas outras e diversas aves e animais”), para promover uma reabilitação da obra do naturalista latino Plínio, do século I: “... de modo que mostram ser verdadeiras as histórias de Plínio, tido por mentiroso”. Portanto, a existência de um grande número de espécies desconhecidas nas terras recém-encontradas (o futuro Brasil) levou o missivista a proceder a uma importante revisão intelectual: o naturalista Plínio, ao descrever estranhas aves e animais, não teria mentido, mas, ao contrário, apenas revelado o que de fato existia em terras longínquas. Marchionni antecipava assim o debate intelectual que ocuparia a Europa nos duzentos próximos anos.

Na segunda carta, escrita após um mês de prováveis reflexões sobre o assunto, Marchionni deu o importante passo que faltava para completar o conceito: as “muitas espécies de aves e animais” trazidas pelos tripulantes, até então “desconhecidos e ja-

mais vistos” pelos europeus, “à maneira daquelas coisas que Plínio contava nas suas histórias” —, histórias, portanto, que dali em diante não mais deveriam ser consideradas mentirosas — constituíam um “Novo Mundo”, um mundo à parte, diverso, no qual ainda era “perigoso navegar”, por causa dos perigos do oceano.

Teria sido Bartolomeu *Marchionni o primeiro a formular o conceito de “Novo Mundo”? Nas duas cartas, especialmente na primeira, o florentino revela-se homem culto, capaz de citações eruditas, principalmente as de ordem geográfica, isso mesmo em meio às informações comerciais sobre produtos, mercados e preços que constituíam o cerne de seus interesses e suas preocupações no momento. Marchionni, nascido em um dos berços do Renascimento, numa das cidades mais cultas da Europa, residente em uma das principais metrópoles do mundo ocidental à época, freqüentador de cortes, bem relacionado em várias partes do continente europeu, profundamente interessado pelos assuntos de além-mar, poderia, sim, ter concebido o conceito.

É possível, entretanto, que a idéia de “Novo Mundo” estivesse se esboçando ao mesmo tempo em algumas das cabeças cultas, interessadas nas viagens oceânicas portuguesas, na marinharia, na cartografia, na experiência dos primeiros navegadores oceânicos. É possível que o conceito de “Novo Mundo” estivesse já no ar, de forma implícita ou explícita, freqüentando as conversas a respeito das terras encontradas, que tipo de gente, animais e plantas continham e de como se poderia lucrar com o comércio de seus produtos.

Até agora, a expressão “Novo Mundo” tem sido relacionada primordialmente à figura de Américo *Vespúcio, o florentino culto em cuja homenagem foi dado o nome de “América” ao continente. Em uma carta hoje famosa, escrita a Lourenço di Pierfrancesco dei Medici, depois de chegar a Lisboa de sua primeira viagem ao Brasil, após setembro de 1502, Américo Vespúcio afirmou: “Nos dias passados muito amplamente te escrevi sobre meu retorno daquelas novas regiões, que — por mando deste Sereníssimo Rei de Portugal, às suas custas e com a sua frota — procuramos e encontramos, as quais é lícito chamar de Novo Mundo: porque nenhuma delas era conhecida dos nossos maiores”. Sendo florentinos tanto Bartolomeu *Marchionni quanto Américo *Vespúcio, residindo o primeiro em Lisboa, e o segundo passando tempos na mesma cidade, é lícito imaginar que ambos não só se encontrassem, como costumassem trocar informações e impressões a respeito das viagens oceânicas e das terras recém-encontradas, assunto de grande interesse para ambos, especialmente naqueles excitantes anos próximos ao da chegada dos portugueses à Índia pelo mar. É possível que, durante tais conversas, Marchionni tenha ouvido de Vespúcio ou de alguma outra pessoa, de forma explícita ou implícita, o conceito de “Novo Mundo”, tenha gostado dele e por isso o tenha registrado para a autoridade florentina. Mas também é possível que o navegador Américo Vespúcio, em sua famosa carta, depois de setembro de 1502, escrita após haver percorrido grande parte do litoral do Brasil, apenas tenha constatado o que já lhe dissera em Lisboa, pelo menos mais de um ano antes, o comerciante Bartolomeu Marchionni.

CARTA DE DOMINGOS PISANI

27 DE JULHO DE 1501

SERENÍSSIMO PRÍNCIPE.¹ Creio que Vossa Serenidade, pelas cartas do magnífico embaixador, senhor Pedro *Pasqualigo, doutor, teve conhecimento do capítulo de uma carta de Missier Cretico, doutor, que está junto ao rei de Portugal,² em Lisboa, datada de 27 de julho.³

Como este Sereníssimo Rei mandou navios para a Índia, os quais já regressaram; de 13, perderam-se sete. A viagem, Sereníssimo

¹ Assim começa o texto em Berchet (*Raccolta di documenti...*, parte III, v. I, p. 43-45), com nota registrando que se trata do doge de Veneza, Leonardo Loredan. Autores como Greenlee (*A viagem de Pedro Álvares...*, p. 217) dão o nome do doge como Agostinho Barbarigo. Ao que tudo indica, houve troca de doges à época. Marino Sanuto (*I Diarii*, tomo IV, colunas 99-102) omite “Sereníssimo príncipe”, mas, na introdução, explica: “Cópia e sumário de uma carta do Senhor Domingos Pisani, cavaleiro, embaixador nosso na Espanha, à Senhora”. Não há dúvida, portanto, que a carta foi dirigida ao doge de Veneza. Ver *Documento 11*, nota 1.

² *Junto ao rei de Portugal*. No original, o latim *apud regem Lusitanae*.

³ *Julho*. Há aqui um engano evidente, pois ninguém menciona cartas passadas com a data da carta presente. A carta de João Matteo Crético (*Documento 11*) a que se refere o autor do presente documento – o embaixador de Veneza na Espanha, Domingos Pisani* di Giovanni – tem data de 27 de junho de 1501.

Príncipe, é, primeiro, pela costa da Maurîtânia e Getúlia⁴ para o austro,⁵ até o cabo Verde, que os antigos chamavam de Hespérias, onde estão as ilhas Hespérides. Aqui começa a Etiópia, para o levante, num tanto que, em linha reta,⁶ corresponde à Sicília. Dita costa dista cinco ou seis graus da linha equinocial. E no meio da dita costa está a Mina deste sereníssimo rei. Depois, para o austro, estende-se um cabo que ultrapassa o trópico de Capricórnio em nove graus: chamam este cabo de Boa Esperança,⁷ depois do que vem extensa Barbária;⁸ desse lugar mais de 5000 milhas de litoral interior [se estendem] para nós até esse cabo. Depois⁹ se engolfa para um cabo, chamado pelos antigos de “Promontório Prasim”,¹⁰ cujo fim da outra banda foi conhecido pelos antigos. Depois, corre quase reto,¹¹ para o levante, para a Troglódicia,¹² onde encontraram uma mina de ouro, a qual chamam Sofala,¹³ onde os antigos afirmavam estar a maior cópia de ouro do que em qualquer outra parte. Daqui entraram no mar Barbárico e depois no mar da Índia e chegaram a Calicut. Esse é o caminho deles, que é mais de 15 mil milhas; mas, atravessando, encurtam-no bastante.

Acima do cabo da Boa Esperança, para o sudoeste,¹⁴ descobriram uma terra nova: chamam-na Terra dos Papagaios, por serem os papagaios longos um braço e mais, de várias cores, dos quais viram dois. Julgam essa terra ser terra firme, porque correram pela costa

⁴ *Getúlia*. Ver *Documento 11*, nota 4. Por razões explicitadas adiante, em “Análise histórica”, há coincidência entre os topônimos citados neste documento e no *Documento 11*.

⁵ *Austro*. Sul.

⁶ *Em linha reta*. No original, o latim “per lineam rectam”.

⁷ Na realidade, o cabo da Boa Esperança está 10,53 graus ao sul do Capricórnio.

⁸ *Barbária*. Ver *Documento 11*, nota 13.

⁹ *Depois*. Original latim “iterum”.

¹⁰ *Promontório Prasim*. No texto italiano *Prason promontorium*. Ver *Documento 11*, nota 14.

¹¹ *Reto*. No original: “greco”. Em italiano, *greca* é uma linha que se dobra em ângulo reto; “greco”, além de “grego”, significa um vento forte do nordeste, durante o inverno, ao sul do Mediterrâneo.

¹² *Troglódicia*. No italiano *Tragloditica*. Ver *Documento 11*, nota 15.

¹³ *Sofala*. Ver *Documento 11*, nota 16.

¹⁴ *Para o sudoeste*. No original: “verso garbin”.

2000 milhas e mais, e não encontraram fim. Habitam-na homens nus e formosos. No seu caminho perderam quatro navios,¹⁵ dois mandaram à mina chamada Nova, os quais se julgam perdidos.¹⁶

Sete¹⁷ chegaram a Calicut, onde eles foram primeiramente bem vistos: aquele senhor¹⁸ lhes deu uma casa, onde ficaram alguns dos navios; os outros ficaram em áreas vizinhas. Depois, chegaram 10 navios¹⁹ [dos mercadores] do Soldão,²⁰ os quais se indignaram, porque os portugueses lhes estavam impedindo o carregamento,²¹ e queriam carregar primeiro. O feitor do rei de Portugal queixou-se ao senhor de Calicut, o qual julgava [que o feitor] tivesse se entendido com os mouros. Disse-lhe que se eles carregassem, ele [senhor de Calicut] lhes tomaria as especiarias: pelo que [os mouros] agiram.²² Toda a terra favorecia os mouros, que correram à casa designada aos portugueses e cortaram em pedaços todos os que estavam em terra, em número de 40, entre os quais o feitor do rei, o qual, se atirara à água para fugir. Sabendo disso, os outros navios [portugueses] vieram e queimaram os navios do Soldão, que eram dez, e com bombardeios fizeram grande dano na terra, queimando muitas casas com tetos cobertos de palha.

Por causa desse tumulto, partiram de Calicut, conduzidos pelo guia, que era judeu batizado,²³ para uma outra terra chamada Cochim, pertencente a um outro rei, inimigo do rei de Calicut. Este lhes fez ótima companhia e tem maior cópia de especiarias do que Calicut. Carregaram²⁴ por preço que temo men-

¹⁵ Sobre a perda dos navios, ver *Documento 10*, nota 19.

¹⁶ São os navios de Bartolomeu Dias e seu irmão Diogo, encarregados de ir a Sofala. Ver *Documento 10*, nota 19.

¹⁷ *Sete*. Na realidade, seis. Ver *Documento 11*, nota 33.

¹⁸ *Aquele senhor*. O Samorim, rei de Calicut.

¹⁹ *Navios*. No italiano traz: “zerme”.

²⁰ *Soldão*. Imperador ou sultão dos turcos.

²¹ *Carregamento*. No original: “inviamento”.

²² *Agiram*. Atacaram. No original: *venero a le mane*, isto é, “vieram às mãos”.

²³ *Judeu batizado*. Gaspar da *Gama.

²⁴ *Carregaram*. No original: *hano cargà ad stiva*. Cabral deve ter carregado pelo menos dois navios em Calicut e quatro em Cochim e Cranganor, segundo Greenlee (*op. cit.*, p. 121, nota 3).

cionar: dizem que compram um quintal²⁵ de canela por um ducado e menos.

Esse senhor de Cochim manda seus embaixadores nesses navios a este Senhor Rei [de Portugal] e ainda²⁶ reféns que regressaram com segurança. No retorno, os mouros e aqueles de Calicut se colocaram em ordem para prendê-los: armaram 150 navios com 15 mil homens. Contudo,²⁷ os portugueses, estando carregados, não quiseram lutar; nem aqueles puderam atacá-los, porque os lusitanos se puseram à vela da bolina e aqueles não conseguiram acompanhar. Vindo, chegaram a uma ilha onde está o corpo de Santo Tomé.²⁸ O senhor da ilha lhes fez muitos agradecimentos, deu-lhes relíquias de Santo Tomé e pediu-lhes para tomar especiarias, e tomassem a crédito, até uma outra viagem. Eles já estavam carregados e não podiam tomar [mais especiarias].

Na viagem [de ida] gastaram 14 meses, mas no regresso somente quatro: dizem que doravante gastarão nove meses e, no máximo, dez. No retorno, de sete navios, seis vieram salvas, uma encalhou e seus homens foram salvos; esta era de 300 botas, com carga. Mas, ainda não chegou aqui senão uma de 300 botas — dizem que as outras estão próximas — que entrou no porto à tardinha de São João.

Eu me encontrava com o Sereníssimo Rei, o qual me chamou e me disse que o congratulasse porque seus navios da Índia tinham chegado carregados de especiarias. E assim felicitei-o, à devida maneira. Naquela noite, mandou fazer festa no palácio e regozizo com toque de sinos por toda a terra. No dia seguinte, fez procissão solene. Depois, encontrando-me novamente com Sua Majestade, ele retornou aos navios e disse-me que eu devia escrever à Vossa Serenidade, [pedindo] para que, doravante, mandasse as galés para levar as especiarias daqui, às quais ele faria boa acolhida; e que poderíamos julgar-nos estar na casa dele; e que vai proibir totalmente²⁹ ao

²⁵ *Quintal*. No original italiano: *canter*. Segundo alguns, equivalia a 51,4 quilos. Ver *Documento 9*, nota 61.

²⁶ *E ainda*. Original, o latim *et etiam*.

²⁷ *Contudo*. No original, o latim “tamen”.

²⁸ O corpo estava enterrado em Meliapur, na costa do Coromandel, Índia oriental.

²⁹ *Totalmente*. No original, o latim “omnino”.

Soldão de ir às especiarias; e quer enviar para essa viagem 40 navios, uns para ir e outros para voltar. Enfim,³⁰ tem a Índia sob seu comando.

O navio que entrou no porto é de Bartolomeu florentino, cujo carregamento é: 300 quintais³¹ de pimenta;³² 120 quintais de canela; 60 quintais de laca; 15 quintais de benjoim. Não têm cravo, porque os mouros o levaram;³³ nem gengibre, porque em Cochim, onde carregaram, não há, pois nasce em Calicut. Não têm especiarias miúdas de nenhum tipo. Dizem ter perdido muitas jóias naquele tumulto de Calicut.

Não preterirei também isto: ter vindo embaixadores de um rei de Etiópia, chamado rei Ubinam,³⁴ o qual mandou presentes a esse rei de escravos e dentes de marfim e outras coisas, e das quais há bastante aqui.³⁵ Ali perto também nasce pimenta,³⁶ mas não se compara com a outra.

Além do mais,³⁷ esses navios, ao regressar, encontraram duas grandes naves, as quais tinham partido da Mina Nova, navegavam para a Índia e tinham grande soma de ouro. Temendo estas que aqueles os quisessem pilhar, imediatamente³⁸ lhes ofereceram 15 mil dobras, pois cada uma valia muitos ducados. Mas esses [navios] não quiseram tirar coisa alguma; pelo contrário,³⁹ lhes fizeram presentes e boa companhia para poderem navegar naqueles mares, nada mais.⁴⁰

Datada de Lisboa, dia 27 de julho de 1501.

³⁰ *Enfim*. No original, o latim “demum”.

³¹ *Quintais*. No original: “cantera”.

³² *Pimenta*. No original, o latim “piper”.

³³ Trata-se, provavelmente, do carregamento mouro, em Calicut, que originou o tumulto entre o Samorim e Portugal.

³⁴ *Ubinam*. Rei da costa da Guiné. No original: “Ubeain”.

³⁵ Essas notícias não têm nada a ver com a expedição de Cabral.

³⁶ *Pimenta*. Neste texto, o original é “piper”, enquanto no texto anterior é “prima”.

³⁷ *Além do mais*. No original, o latim “praeterea”.

³⁸ *Imediatamente*. No original, o latim “pro primo”.

³⁹ *Pelo contrário*. No original, o latim “imo”, por “immo”.

⁴⁰ *Nada mais*. No original, o latim “nec alia”.




COMENTÁRIOS



ORIGINAL

O original perdeu-se.

FONTES

SANUTO, Marino. *I Diarii* IV, colunas 99—102. Veneza, 1880.

BERCHET, Guglielmo. *Raccolta di documenti e studi*. Parte III, v. I, Roma, 1882, p. 43-45. *Arquivo dos Açores*. Ponta Delgada (ilha de São Miguel, Açores, Portugal), 1882, v. 4º, p. 276-279.

PEREIRA, A. B. de Bragança. *Revista Arquivo Português Oriental*, v. I, parte I. Bastorá (Índia Portuguesa): Tipografia Rangel, 1936, p. 169-172.

CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994, p. 1767-179.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

Marino Sanuto foi o primeiro a publicar a carta de Domingos Pisani, em 1880, em seus *I Diarii*. Dois anos depois, Guglielmo Berchet a reproduz, tirada de Sanuto, na *Raccolta di documenti e studi*, em comemoração aos quatrocentos anos “dalla scoperta dell’America”. No mesmo ano ela também é publicada na revista açoriana *Arquivo dos Açores*, de Ponta Delgada (ilha de São Miguel Portugal), ainda em italiano, tendo como fonte Sanuto. Em 1936, a revista *Arquivo Português Oriental*, de Bastorá (Índia Portuguesa), a cargo de A. B. Bragança Pereira, traz o texto italiano. A obra de Jaime Cortesão *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*, edição de 1994, publicada pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda, na parte documental, a reproduz em italiano sem dizer a fonte (provavelmente Marino Sanuto). Na língua portuguesa, é a primeira vez que esta carta é publicada, pelo que sabemos.

EMENTA

Carta do embaixador de Veneza na Espanha, Domingos *Pisani di Giovanni, datada de 27 de julho de 1501, dirigida ao doge de Veneza, em que repassa a este informações contidas na carta de autoria de João Matteo *Crético, datada de 27 de junho de 1501 (*Documento 11*), a respeito da viagem de Pedro Álvares *Cabral ao Brasil, à África e à Índia, e à repercussão que esta teve junto à Corte portuguesa.

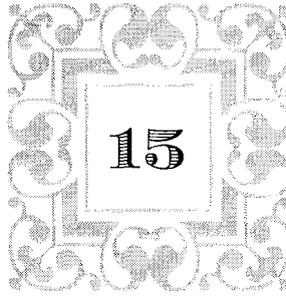
ANÁLISE HISTÓRICA

Em 27 de junho de 1501, apenas quatro dias após a chegada a Portugal do Anunciada, o primeiro navio da esquadra de Cabral a retornar, João Matteo *Crético, que na ocasião se encontrava em Lisboa e era secretário de Domingos *Pisani di Giovanni (embaixador de Veneza na Espanha), terminou de escrever ao doge de Veneza uma

preciosa carta (*Documento 11*). Nela, Crético, com base nos depoimentos orais acabados de colher dos tripulantes do Anunciada, expôs importantes informações acerca das várias etapas da viagem de Cabral, assim como das primeiras reações a ela havidas em Lisboa. Conforme se lê nas primeiras linhas do presente documento, Crético entregou ao recém-chegado embaixador de Veneza em Portugal, Pedro *Pasqualigo (nomeado em 14 de abril de 1502), uma cópia da carta que escrevera ao doge. É possível, porém não comprovado, que Crético tenha enviado uma cópia da mesma carta também ao embaixador de Veneza na Espanha, Domingos *Pisani, que então se encontrava na Espanha, já que Crético era secretário de Pisani. No presente documento, Pisani, de volta a Lisboa, envia ao doge as informações que Crético já mandara a este.

Quando redigiu o presente documento, em julho de 1501, Pisani estava de volta a Lisboa oficialmente para participar das cerimônias que se realizavam na cidade, por ocasião da chegada a ela de Pedro *Pasqualigo, nomeado embaixador extraordinário de Veneza em Portugal. É possível que Pisani tenha unido o objetivo oficial da visita ao desejo de estar presente em Lisboa em ocasião tão importante, a da chegada à cidade dos últimos navios da viagem de Cabral, cujas conseqüências eram dramáticas para a economia de Veneza.

As cartas de Crético e de Pisani, portanto, contêm basicamente as mesmas informações, explicando-se a manutenção da correspondência de Pisani neste volume por dois motivos. Primeiro, para permitir ao leitor uma comparação entre os dois documentos, pois há pequenas diferenças entre ambos. Segundo, para tentar explicitar melhor o funcionamento da rede de informantes “italianos” na península ibérica, em um momento particularmente difícil da história de Veneza – que, desde a viagem de Vasco da Gama, há três anos, perdia para os portugueses o monopólio do comércio europeu com a Ásia, ao mesmo tempo em que enfrentava uma guerra contra os turcos –, assunto ainda insuficientemente estudado (ver *Documento 11*, “Análise histórica”). Note-se que o doge de Veneza não apenas era municiado com diferentes informações pelos agentes econômicos e diplomáticos mantidos por Veneza na península ibérica, como também recebia uma mesma informação por meio de diversas pessoas (no caso, por Crético, Pasqualigo e Pisani), o que devia não só garantir a chegada da informação ao destinatário, mas também provocar sua depuração e complementação, à medida que passava por diferentes pessoas.



DIÁRIO DE JERÔNIMO PRIULI

AGOSTO E SETEMBRO DE 1501

Agosto de 1501¹

NO DIA 23 DESTE MÊS, três grandes galés partiram de Veneza para Flandres, capitaneadas pelo Senhor Alvise di Prioli. Elas transportavam cerca de 150 fardos de especiarias, a saber: 33 fardos de pimenta, 100 fardos de gengibre beledi,² 12 fardos de cravo e outros tipos de especiarias. Isto³ porque os mercadores venezianos – conhecida a notícia das caravelas de Portugal pro-

¹ O diário do veneziano Jerônimo *Priuli era dividido por meses do ano. Priuli pertencia a uma rica família de mercadores, conhecendo os principais negócios e negociantes de Veneza espalhados pela Europa. Durante anos, registrou em seu diário acontecimentos que julgava importantes para a economia e para a política da república de Veneza.

² *Beledi*. Havia cinco tipos de gengibre: o beledi ou beladi (o que, em árabe, significa “do país”, “da terra”), produzido principalmente na costa do Malabar e em Bengala; o colombino ou columino, proveniente do reino indiano de Colúlam; o mecchino ou micchino, oriundo de Meca, revestido de barro; o deli, gengibre de qualidade inferior, cultivado no monte Eli (ou monte Deli) até Cananor; e o branco, o mesmo gengibre, sem o revestimento de barro.

³ *Isto*. A pouca quantidade de carga.

venientes da Índia – pensavam que as especiarias chegadas a Lisboa fossem para Flandres, como parece razoável, e que, por causa dessa notícia, tudo devia baratear no Ocidente.⁴ Essa foi a causa por que pouquíssimas especiarias foram com as galés, em comparação com o que costumava ir com semelhantes galés.

Por vários meios sabia-se em Veneza que as caravelas que navegavam de Calicut para Portugal ainda não tinham chegado,⁵ exceto uma,⁶ como se disse acima; que as outras, não vindo com ela, se julgavam perdidas;⁷ e que na caravela que chegou não havia tanta especiaria, como se dizia. Comentava-se muito sobre tal coisa.⁸ Havia os que desejavam que a expedição não desse certo.⁹

⁴ Note-se a repercussão imediata, sobre a economia européia e especialmente sobre a veneziana, da chegada do grande carregamento de especiarias trazido pela esquadra de Cabral diretamente da Índia. Conforme se lê nas linhas seguintes, se transportado até Flandres, tal carregamento deveria provocar uma grande baixa nos preços das especiarias. Com base nessa previsão, as galés venezianas com destino a Flandres já passaram a levar uma carga de especiarias muito menor do que a habitual.

⁵ As informações sobre as viagens oceânicas e os negócios portugueses chegavam a Veneza *per molte vie* – por meio de diferentes pessoas, localizadas em diferentes partes do globo (Portugal, Espanha, norte da África, Oriente Médio, etc.) – e por variados meios, desde cartas até relatos orais, passando por rumores, o que atestava sua importância para a economia veneziana.

⁶ O navio Anunciada, que chegou a Lisboa em 23 de junho de 1501. Ver *Documento 12*, nota 1.

⁷ Esta informação, unida a outra do mesmo teor, de autoria de Marchionni (*Documento 13*, nota 2), faz supor que as primeiras notícias chegadas até Veneza sobre os navios de Cabral que retornariam após o Anunciada – notícias provenientes, como se viu, de diferentes fontes, a maioria enviada aos poucos, à medida que os informantes iam se inteirando dos dados – foram inicialmente truncadas. O Anunciada, por ser mais rápido, fora despachado por Cabral para chegar primeiro a Lisboa, com notícias sobre a viagem para o rei D. *Manuel. Os tripulantes do Anunciada, portanto, sabiam que ainda deveriam retornar a Portugal mais embarcações, não podendo julgar todas elas perdidas, como afirma o texto. Ver nota anterior.

⁸ Veneza viveu intensa e angustiadamente as primeiras notícias acerca da recente viagem comandada por Pedro Álvares Cabral. O ambiente na cidade devia ser propício a rumores de toda sorte.

⁹ É possível que, além dos motivos citados à nota 5, tenha contribuído também, para o desencontro das primeiras informações chegadas a Veneza sobre a expedição de

E ainda: que o rei de Portugal estava descontente com a expedição, que a perda das caravelas significará no ano um dano de 50 mil ducados, e que não queria ordenar mais esse tipo de viagem.

E cada um dava sua opinião, demorando-se nessas esperanças, todas elas vãs, porque todos os anos o rei de Portugal faria essa viagem para Calicut. E isso foi a ruína do Estado e da cidade veneziana.

Setembro de 1501

No dia 9 do dito [mês] chegaram cartas de Lisboa, Portugal, de 11 de agosto, e pelas cartas de Gênova e de Lion e de diversas partes se sabia como em Portugal estavam as caravelas carregadas de especiarias¹⁰ que se esperavam, como acima declarei, das quais vieram de Calicut três das ditas caravelas e uma da Mina de Ouro,¹¹ a qual tinha grande quantidade de ouro. E nas ditas caravelas havia a quantidade de especiarias que acima se disse.

Falava-se, também, de modo vário, uns mais, outros menos. Uma opinião era de que havia grandíssima quantidade de especiarias, principalmente de pimenta e de canela; pouco de gengibre beledi. Uns diziam haver, ao todo, 3000 quintais de especiarias, e um quintal tem 150 libras de peso. Todavia, por ora pouco importava a quantidade das especiarias; a importância era o caminho encontrado e o tráfego, que todos os anos trará mais quantidade de especiarias.¹²

Cabral, a “torcida” contrária de muitos venezianos, no sentido de que “a expedição não desse certo”. Baseados nessas “esperanças”, muitos mercadores de Veneza parecem ter se apegado a qualquer indício de má notícia, conforme se infere do texto: os demais navios da esquadra haviam se perdido, o Anunciada não teria um carregamento tão grande, o rei português estaria descontente com os resultados da expedição, etc. “Esperanças todas elas vãs”, diz o texto, chegando poucas linhas à frente a uma dura conclusão: as viagens portuguesas à Índia causaram “a ruína do Estado e da cidade veneziana”.

¹⁰ Chama a atenção, na frase, a diversidade de locais de onde provinham, para Veneza, as notícias acerca das viagens e dos negócios de Portugal.

¹¹ *Mina de Ouro*. Sofala. Ver *Documento 8*, nota 7, e *Documento 10*, nota 37.

¹² Aqui, o diário de Priuli é absolutamente preciso ao diagnosticar o grande problema para Veneza com a viagem de Cabral: não se tratava de quantas especiarias foram

Essa notícia, como acima se disse, foi considerada pela cidade veneziana como péssima notícia. Alguns homens sapientíssimos achavam que isso seria o princípio da ruína do Estado veneziano. Não há dúvida de que o tráfego das viagens e da mercadoria e a navegação que fazia todos os anos à cidade veneziana eram o alimento e o leite de que se sustentava a dita República. E, sem dúvida, por esses tráfegos e viagens, pelos lucros que todos os anos traziam àquela, os Senados venezianos subiram tanto em honra, glória, fama e exaltação quanto aquelas em que se encontravam.¹³

Assim, depois que o rei de Portugal achou esse novo caminho, as especiarias – que antes saíam de Calicut, Cochim e outros lugares da Índia para a Alexandria ou Beirute, e depois atingiam Veneza, e a este lugar veneziano acorria todo mundo para comprar tais especiarias, e levavam ouro e prata e todas as outras mercadorias,¹⁴ com o que, com o dinheiro se podia sustentar todas as guerras –, agora, que o rei de Portugal encontrou esse novo caminho, todas as especiarias que seguiam a volta do Cairo agora acorrerão a Portugal, pelas caravelas que vão à Índia, a Calicut e outros lugares, para buscá-las. Desse modo, os venezianos não poderão obter especiarias nem em Alexandria nem em Beirute. Faltando as especiarias aos venezianos, também faltarão os lucros e o dinheiro. E faltando o dinheiro, não poderão fazer coisa boa, e aos poucos virão a consumir-se e a reduzir-se a nada.

Esses eram, ainda, os supostos prognósticos, porque os céus poderão dispor de outro modo. Na verdade, os mercadores venezianos estão mal-humorados, julgando que essas viagens vão empobrecê-

trazidas naquela viagem específica, mas da consolidação do novo “caminho encontrado” por Lisboa, que permitiria a Portugal, “todos os anos”, drenar o magnífico comércio de especiarias com o Oriente, até então dominado na Europa pelos venezianos.

¹³ O parágrafo aponta, de forma taxativa, a dependência veneziana do comércio de produtos orientais: “o alimento e o leite de que se sustentava a dita República”.

¹⁴ Trata-se de uma excelente descrição, complementada pelos próximos dois parágrafos, das rotas do comércio de Veneza com a Ásia, assim como do afluxo de comerciantes que este provocava na cidade. Esses comerciantes deixavam ali ouro, prata e outros produtos em troca das especiarias, enriquecendo a república veneziana, fortalecendo-a nas guerras e tornando poderosos seus governos. Daquele momento em diante, especulavam os mercadores de Veneza, tudo isso seria de Portugal.

los muito e duvidando que na Síria haja especiarias, que os portugueses teriam levado para a Índia. Além do mais, os mercadores alemães e outras nações que costumavam comprar as especiarias em Veneza, para lucrar mais e obter melhor preço, irão a Portugal, para carregar as especiarias, porque cada um procura o seu proveito. Todavia, as conseqüências dessa matéria demonstrarão o efeito.

Setembro de 1501

No dia 14 do dito [mês] chegaram cartas de Portugal, de Lisboa, do secretário veneziano,¹⁵ [datada] do dia quatro passado, sobre o assunto das caravelas vindas da Índia. Por elas se sabe a confirmação da chegada das quatro caravelas carregadas de especiarias, regressadas de Calicut, com 3000 quintais de especiarias, a saber: 2000 quintais de pimenta, que à nossa maneira de carregar são 800; 600 quintais de canela; o resto, que completa a soma é gengibre, sândalo e benjoim. Um quintal são 150 libras das nossas.¹⁶ Na realidade, o rei de Portugal não demonstrou muito contentamento com essa viagem, por causa das caravelas que se perderam e naufragaram e dos homens mortos e afogados, dizendo que na viagem perdera 80 mil ducados.

O mesmo rei prepara ainda 24 caravelas para mandar novamente ao mesmo caminho da Índia, dizendo que queria que essas caravelas fossem mais além de Calicut, mais do que foram na viagem anterior. Isto porque o rei de Calicut não fizera bom acolhimento daqueles que foram nos seus navios.¹⁷ Na verdade, tem-se por certo que esse rei de Portugal se tornará um grande senhor de dinheiro, por ter encontrado esse caminho, que lhe trará todas as especiarias da Índia em tal quantidade que mais especiarias não acorrerão às mãos dos mouros, nem ao

¹⁵ *Secretário veneziano*. João Matteo *Crético, secretário do embaixador de Veneza na Espanha, Domingos *Pisani (ver *Documento 11*). Crético encontrava-se em Lisboa por ocasião da chegada dos navios da esquadra de Cabral.

¹⁶ Priuli faz uma estimativa global do carregamento dos navios que retornaram, repetindo a correspondência, feita alguns parágrafos antes, entre o quintal português e a lira veneziana.

¹⁷ É a primeira vez, na correspondência dos "italianos" reunida neste volume, que aparece esta informação: os portugueses não foram bem acolhidos pelo samorim de Calicut, o que realmente aconteceu. Até então, as fontes citadas diziam o contrário.

Cairo, nem à Síria,¹⁸ e o caminho das mercadorias será desviado para Lisboa, onde estarão as especiarias. Cada um irá comprar... e todos os mercadores de toda a parte do mundo acorrerão a Lisboa com dinheiro para comprar tais especiarias, não só por ser cômodo ir a Flandres e a outros lugares, como também porque a obterão mais barato.

Também escreve o mencionado secretário veneziano que para armar as ditas caravelas não houve qualquer dificuldade em encontrar homens que desejassem ir à viagem. E não temiam morrer, mesmo que no ano passado, como acima se vê, muitas caravelas se perderam: o lucro foi tão grande que as pessoas punham a vida em perigo por causa do ganho.¹⁹

Na verdade, de Lisboa o rei, para recuperar a perda recebida na viagem passada, como acima se vê, lançou uma contribuição: todas as especiarias que vieram com outras coisas nas mencionadas caravelas da expedição da Índia deviam pagar, ou antes dar, ao rei 29%; o resto podiam vender os mercadores das caravelas à sua ordem.

Já se disse muito quanto dano fez esse caminho encontrado à cidade veneziana. Não é preciso dizer mais.

Setembro de 1501

No dia 19 do dito [mês], por cartas do embaixador veneziano²⁰ – que chegou a Lisboa, Portugal, junto àquele Sereníssimo Rei, foi

¹⁸ Torna-se claro que os portugueses haviam conseguido retirar também os muçulmanos da rota comercial das especiarias.

¹⁹ Priuli reforça uma importante idéia: a de que, por maiores que fossem os perigos no mar – e, à época, eles eram realmente imensos, sendo os naufrágios, as doenças, os ataques em alto-mar, etc. responsáveis por altíssimas porcentagens de mortes nos navios –, haveria sempre gente pronta a embarcar, a pôr “a vida em perigo por causa do ganho”. O mais tarde embaixador veneziano em Lisboa, Leonardo da Cá *Masser, constatou o mesmo: “Ainda que essa viagem ao Ocidente seja muito perigosa e que nela muito se sofra... considerando-se entretanto o grande lucro que se obtém, no caso em que metade de uma frota se perdesse, nem por isso se renunciaria a fazer essa viagem, pois... os ganhos seriam, de qualquer forma, enormes: assim, concluindo, direi que apesar do evidente perigo que correm as pessoas e as coisas, essa rota será sempre freqüentada” (Janaína Amado, *A formação do império português*, p. 110).

²⁰ *Embaixador veneziano*. Pedro *Pasqualigo, nomeado em abril de 1501 embaixador extraordinário de Veneza em Portugal, chegou a Lisboa há pouco. Priuli credita a

visto, honrado e recebido com todas as demonstrações e com palavras muito grandes daquele rei para com o Estado veneziano, da amizade, benevolência, etc., tudo “pro forma” – se soube da chegada das caravelas a Portugal, provenientes de Calicut, na Índia, como acima tanto se fala.

Antes, em Veneza, muitos mercadores e outros não quiseram acreditar. Mas agora, vistas as cartas do embaixador, esclareceram-se quanto à quantidade das especiarias acima indicadas.

Nesse mesmo dia, ao lado dessa notícia, também se soube, por carta de Bruxelas e Antuérpia de Flandres, terem chegado àquelas regiões duas caravelas, oriundas de Portugal com especiarias trazidas de Calicut, e que começavam a negociar.²¹ A pimenta era um pouco verde e pequena, mas boa; a canela era um pouco grande. O que importa, acima de tudo, é que essas especiarias, que antes eram compradas em Veneza e levadas para Flandres, agora chegam de Portugal.

Assim, conclui-se que isso é o começo do dano que o Estado veneziano pode receber desse caminho encontrado pelo rei de Portugal.

uma carta de Pasqualigo, anterior à publicada neste volume (*Documento 18*) e hoje desaparecida, muitas informações sobre a chegada a Lisboa das embarcações da frota de Cabral e, principalmente, sobre a grande quantidade de especiarias que elas trouxeram, convencendo disso, afinal, os desesperados comerciantes venezianos, que até então se apegavam às últimas esperanças em contrário, como esclarecem as próximas linhas do diário..

²¹ Em setembro de 1501, acontecia o pior para Veneza, o que os venezianos temiam há um mês (ver nota 4): Portugal revendia em Flandres a especiaria comprada diretamente na Índia, sendo esse apenas “o começo do dano” que a república de Veneza sofreria.

COMENTÁRIOS

FONTES

GREENLEE, William B. *The Voyage of Pedro Álvares Cabral to Brazil and India, from contemporary documents and narratives*. 2. ed. Neldeln/Liechtenstein: Kraus Reprint Limited, 1967, p. 131-138.

GREENLEE, William B. *Viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia pelos Documentos e Relações Coevas*. Tradução de António Álvaro Dória. Porto: Livraria Civilização Editora, 1951, p. 238-242.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

Durante 18 anos, de abril de 1494 a março de 1512, o rico homem de negócios veneziano, Jerônimo Priuli, escreveu um diário, no qual anotou os acontecimentos que julgava mais importantes para a economia e para a política de Veneza. Em 1881, em Veneza, foram publicados 68 extratos do diário, os quais continham referências às viagens portuguesas à Índia e ao comércio veneziano, relativos ao período de agosto de 1499 a março de 1512. O selecionador e organizador desses extratos foi Rinaldo Fulin, que os publicou em um volume denominado *Girolamo Priuli e i suoi Diarii*, e também em uma separata, chamada *Diari e Diaristi Veneziani*. Foi esta última fonte que Greenlee utilizou, para extrair o texto que ora se publica neste volume. O diário completo de Priuli, que ocupava oito volumes, foi publicado em 1912 por L. A. Muratori, no volume I, tomo XXIV, parte III da *Rerum Italicarum Scriptores*, Città di Castelo. Infelizmente, os organizadores do presente livro não puderam ainda ter acesso às cópias manuscritas dos diários e às edições de Fulin e de Muratori.

EMENTA

Trata-se de extratos escolhidos do diário do rico homem de negócios veneziano, Jerônimo Priuli, referentes aos meses de agosto e setembro de 1501, com informações acerca das repercussões imediatas, entre os mercadores de Veneza, da viagem de Pedro Álvares *Cabral.

ANÁLISE HISTÓRICA

Este é um documento extraordinário, pois apresenta a perspectiva dos homens de negócio de Veneza, que operavam na rota veneziana das especiarias, aos resultados da viagem de Pedro Álvares *Cabral. Por meio dos escritos de Girolamo *Priuli, é possível acompanhar as esperanças, a angústia e, por fim, o desalento e o desespero dos venezianos diante das notícias que iam recebendo, de seus informantes espalhados pelo mundo, sobre a segunda viagem de Portugal até a Índia pelo mar, comandada por Cabral.

O diário deixa claro que as notícias iniciais, enviadas a Veneza logo após a chegada a Lisboa do Anunciada, o primeiro navio da esquadra a retornar – entre as quais as cartas de João de *Affaitadi (*Documento 10*), João Matteo *Crético (*Documento 11*), a primeira de Bartolomeu *Marchionni (*Documento 12*) e a de Domingos *Pisani (*Documento 14*) –, provocaram uma reação dúbia em Veneza – um misto de receio e de falsas esperanças entre os venezianos. Ao mesmo tempo em que estes enviavam muito menos especiarias do que de costume para negociar em Flandres – por supor que o carregamento de especiarias dos navios portugueses provocaria acentuada queda nos preços desses produtos naquela praça –, alimentavam também

esperanças de que a viagem portuguesa não tivesse sido bem-sucedida: o Anunciada não traria um carregamento de especiarias tão grande quanto se pensara, o rei português estaria na verdade descontente com os resultados da expedição, por causa do número alto de navios perdidos, todas as demais embarcações da esquadra haviam se perdido, etc. À medida, porém, que os demais navios foram aportando em Lisboa e desembarcando suas cargas, as notícias chegadas a Veneza – entre as quais a segunda carta de Bartolomeu *Marchionni (*Documento 13*) – não deixavam mais dúvida, e uma triste certeza tomou conta desta cidade: chegara definitivamente ao fim o monopólio veneziano do comércio de especiarias na Europa, o qual representava, como bem escreve Priuli, “o alimento e o leite” da república de Veneza. O documento deixa claro ainda que os muçulmanos parceiros dos venezianos nesse comércio também estavam alijados da nova rota comercial. Assim, parece evidente que os “italianos” que haviam se transferido para Lisboa, e ali conseguido imiscuir-se na Corte portuguesa e nos negócios de além-mar – como o cremonense João de *Affaitadi e o florentino Bartolomeu *Marchionni –, tinham boas perspectivas econômicas, enquanto aqueles ligados à rota veneziana das especiarias enfrentariam tempos difíceis.

O diário de Priuli estabelece uma estreita relação entre o “começo do dano do Estado veneziano” e a viagem de Pedro Álvares Cabral. Deixa claro, portanto, que foi a viagem de Cabral, e não a de Vasco da Gama, a que deu aos venezianos a certeza de haver chegado ao fim o monopólio do comércio de especiarias que até então haviam exercido. Isso faz sentido, pois, se a pequena expedição comandada por Vasco da Gama estabeleceu o primeiro contato direto com a Índia, aprendendo a lá chegar, a frota de Cabral foi a que consolidou essa nova rota, nela selando a primazia portuguesa; dali em diante, como compreendeu Priuli, a consolidação do novo “caminho encontrado” por Lisboa permitiria a Portugal, “todos os anos”, controlar o riquíssimo comércio de especiarias. Atesta-se, assim, uma dimensão da viagem de Cabral muito pouco conhecida no Brasil, atualmente.

Este documento ilumina ainda uma outra faceta do funcionamento da rede “italiana” de informações, ainda não surgida neste volume: a recepção, em Veneza, das notícias para lá enviadas sobre as atividades portuguesas. O autor deste documento, Jerônimo *Priuli, pertencia a uma rica família de comerciantes venezianos, que também participava da direção da política local. Priuli vivera na Inglaterra, conhecendo muito bem os interesses comerciais de Veneza no mundo. Ao lado de Domingos Malipiero, Marco Antônio Michieli e Marino *Sanuto, é um dos “diaristas” venezianos, homens que registraram em diários os principais acontecimentos de sua época. Os extratos do diário aqui apresentados revelam como era vital, para os venezianos, receber notícias rápidas acerca do que se passava em Portugal. Revelam também como os venezianos reagiam a essas notícias, tanto em sentimentos (ansiedade, descrédito, desânimo, desespero, etc.) quanto em atitudes (enviar menores quantidades de especiarias para Flandres, etc.).

O diário de Priuli é muito rico também por revelar, nas condições de comunicação da época, como concretamente operava a rede de informações veneziana a respeito dos portugueses. Ressalte-se o fato de que Veneza recebia essas notícias de conterrâneos e agentes (alguns de alto nível) posicionados não apenas em Lisboa, mas, como deixa claro o documento, em várias cidades da Europa e, infere-se, de outros continentes também. E, apesar de volta e meia visitada por boatos e informações incorretas, a rede dos “italianos” era muito eficiente: basta pensar que Jerônimo Priuli escreveu estes trechos de seu diário baseado exclusivamente em notícias fornecidas por ela.

**CARTA DE D. MANUEL
AOS REIS CATÓLICOS****29 DE JULHO DE 1501¹**

*Traslado da carta que el-rei nosso senhor escreveu a el-rei
e à rainha de Castela, seus pais, sobre a nova da Índia.²*

PASSADOS³ ESSES DIAS, depois que chegou a primeira nova da

¹ Embora a cópia aqui utilizada deste documento seja datada de 28 de agosto de 1501, somos de opinião que a data do original deveria ser de 29 de julho de 1501 (ver “Análise histórica”).

² Introdução da cópia em português existente no Arquivo do Estado de Veneza, cujo original traz: “seus padres da nova da Índia”. O texto espanhol de Navarrete tem a seguinte introdução: “Carta de el-rei D. Manuel de Portugal aos reis católicos dando-lhes conta de todo o sucedido na viagem de Pedro Álvares Cabral pela costa da África até o mar Roxo (Existia em Saragoça no arquivo da antiga Diputacion de Aragón, destruído na guerra da independência. Cópia tirada por D. Joaquim Traggia)”.

³ *Passados*. Antes, o texto espanhol introduz: “Mui altos e mui excelentes poderosos príncipes senhores pai e mãe”. A carta de D. *Manuel, rei de Portugal, é dirigida aos reis de Espanha, Isabel de Castela e Fernão de Aragão. D. Manuel casou-se com duas filhas dos reis católicos espanhóis: as princesas Isabel (falecida por ocasião do parto do primeiro filho) e Maria (com quem teve dez filhos). As famílias reais dos reinos de Portugal e Espanha eram aparentadas há várias gerações. A rainha

Índia,⁴ não escrevi logo a Vossas Senhorias⁵ sobre as coisas dela⁶ porque Pedro Álvares *Cabral – meu capitão-mor da frota que lá tinha enviado – ainda não tinha chegado.⁷ E depois da sua chegada, sobrestive isso⁸ porque também ainda não tinham chegado⁹ as duas naus¹⁰ de sua companhia, das quais uma delas tinha enviado a Sofala¹¹ – que é mina de ouro que novamente¹² se achou –, não para resgatar, mas somente para obter¹³ verdadeira informação das coisas dela porque, de duas naus que para isso iam, uma delas se perdeu no mar,¹⁴ e outra se apartou da frota com tempo feito¹⁵ e

Isabel também tinha sangue português, pois o infante D. Henrique era seu tio-avô, e o rei D. Fernando também era aparentado com a dinastia de Avis.

⁴ O primeiro navio a chegar da Índia foi o Anunciada, em 23 de junho de 1501.

⁵ Trata-se dos reis católicos de Espanha, Isabel de Castela e Fernão de Aragão. Eles eram sogros de D. *Manuel, rei de Portugal, pois este se casou com duas de suas filhas: Isabel (falecida por ocasião do parto do primeiro filho) e Maria (com quem teve dez filhos). As famílias reais dos reinos de Portugal e Espanha eram aparentadas há várias gerações. As rainhas Isabel e Maria também tinham sangue português, pois o infante D. *Henrique era seu tio-avô.

⁶ *Dela*. Texto espanhol: “de lá”.

⁷ *Ainda não tinha chegado*. Nos textos português e espanhol: “não era ainda vindo”. Cabral retornou a Lisboa no final de julho de 1501. D. Manuel inicia a carta desculpando-se pela demora em escrever aos reis da Espanha.

⁸ *Sobrestive isso*. Suspendi isso. Original português: “sobre estive nisso”.

⁹ *Ainda não tinham chegado*. No original: “não eram ainda vindas”.

¹⁰ *As duas naus*. Provavelmente, as de Sancho de *Tovar, que fora a Sofala, e a de Diogo *Dias.

¹¹ Trata-se da nau de Diogo Dias. D. Manuel designou para ir a Sofala os navios dos irmãos Bartolomeu e Diogo *Dias, mas como o primeiro naufragou na viagem de ida à Índia, e o segundo desgarrou-se da frota, quem acabou sendo designado por Cabral para ir à rica Sofala – da qual Vasco da *Gama tivera informações, mas onde não chegara – foi Sancho de *Tovar. Sobre Sofala, ver *Documento 8*, nota 7.

¹² *Novamente*. Recentemente.

¹³ *Obter*. No original português: “haver”. No espanhol: “fazer”.

¹⁴ O navio de Bartolomeu *Dias, que naufragou perto do cabo da Boa Esperança.

¹⁵ *Com tempo feito*. Com mau tempo. O texto espanhol diz: “tempo fortunoso”. Um forte temporal, perto do cabo da Boa Esperança, fez Bartolomeu *Dias naufragar e morrer, e seu irmão Diogo desgarrar-se da frota. Diogo *Dias, dado como perdido, não foi à Índia. Navegou por Madagáscar e norte da África oriental,

não foi à dita mina.¹⁶ Depois de chegadas as ditas naus,¹⁷ estando para notificar tudo a Vossas Senhorias, Pero Lopes de Padilha me disse que folgaríeis de saber as novas de como as coisas de lá sucederam, as quais, de como tudo sumariamente se passou, são estas.

O dito meu capitão partiu de Lisboa com 13 naus, a nove de março do ano passado. Nas oitavas da Páscoa seguinte chegou a uma terra que novamente¹⁸ descobriu, a que pôs o nome de Santa Cruz,¹⁹ onde²⁰ achou as gentes nuas, como na primeira inocência,²¹ mansas e pacíficas; a qual [terra] pareceu que nosso Senhor milagrosamente quis que se achasse, porque é mui conveniente e necessária à navegação da Índia,²² porque ali [Pedro Álvares Cabral] corrigiu²³ suas naus e tomou água. E pelo caminho grande que tinha para andar, não se deteve para se informar das coisas da dita terra. Somente dali me enviou um navio²⁴ a notificar-me de como a achara.²⁵ E fez o caminho [pela] via do cabo da Boa Esperança.

vindo a encontrar-se com Cabral já no final da viagem, em Beseguiche, cabo Verde, no litoral da África ocidental. É provável que o navio de Diogo Dias tenha sido o último a chegar a Lisboa.

¹⁶ *À dita mina*. O texto espanhol não traz “mina”.

¹⁷ *As ditas naus*. Os quatro navios restantes da expedição de Cabral, faltando os navios de Sancho de *Tovar e de Diogo *Dias.

¹⁸ *Novamente*. Recentemente.

¹⁹ D. *Manuel chama a terra de “Santa Cruz”. Não menciona “Vera Cruz”, a primeira designação do lugar, dada por Cabral (ver *Documento 6*, nota 36).

²⁰ *Onde*. Original português: “em que”. No espanhol: “na qual”.

²¹ Predomina, neste documento, a visão edênica a respeito dos indígenas: são inocentes como crianças, são como seres antes do pecado. Ver, a respeito, o *Documento 6*, notas 89 e 433.

²² Note-se a referência a Santa Cruz como escala muito adequada para as viagens portuguesas rumo à Índia.

²³ *Corrigiu*. Consertou; reparou. No texto português: “corregiu”, do verbo “correger”, menos usado do que “corrigir”. No texto espanhol: “reparou”.

²⁴ *Um navio*. A nau de mantimentos, comandada por Gaspar de Lemos.

²⁵ Com exceção de Greenlee, os comentadores deste documento são unânimes em apontar o pequeno número de informações sobre Santa Cruz fornecido pelo rei nesta carta. Como bem notou Luís de Albuquerque, D. Manuel não se refere à latitude da baía da Coroa Vermelha, medida por Mestre João (*Documento 7*, nota 8). O rei preferiu afirmar apenas que Cabral, dada a sua pressa (pois ainda tinha uma

Naquele golfão, antes de chegar ao cabo, [o capitão-mor] passou grandes tormentas. Num²⁶ só dia, à sua vista, soçobram, juntamente, quatro naus,²⁷ de que não escapou pessoa alguma. Nesse tempo, desapareceu outra nau, da qual até agora não se tem notícia.²⁸ E aquela em que ele ia e as outras que ficaram passaram grande perigo.

E assim ele seguiu²⁹ [até] aportar ao reino de Quíloa,³⁰ que é de mouros, sob³¹ cujo senhorio está a dita mina de Sofala: para o rei dele [o capitão-mor] levava minhas cartas e recados para com ele assentar a paz e trato acerca do resgate e negócio da dita mina. E antes de chegar ao dito reino, achou duas naus com grande soma de ouro, as quais tomou³² em seu poder. E por serem³³ do dito rei de Quíloa, deixou-as partir, fazendo-lhes muita honra;

longa viagem a fazer), não pôde informá-lo das “coisas da dita terra”. Talvez Cabral não tenha informado o rei sobre a natureza, as riquezas e a gente do lugar (sua suposta carta ao rei nunca foi localizada), mas Pero Vaz de *Caminha com certeza o fez.

²⁶ *Num.* No original: “Em que em um”.

²⁷ *Quatro naus.* As de Bartolomeu *Dias, Aires Gomes da *Silva, Simão de *Pina e Luís *Pires (ou Vasco de *Ataíde).

²⁸ Trata-se da nau de Diogo *Dias. No final desta carta, D. Manuel informa que a nau não se perdeu.

²⁹ *Seguiu.* No original português e espanhol: “foi sua via”.

³⁰ *Quíloa.* A rica e bela ilha de Quíloa (grafada também “Kilwa”), situada na costa oriental africana, na atual Tanzânia, um dos núcleos da importante civilização afro-muçulmana swahili, era centro mercantil, controlando principalmente o comércio do ouro desde Sofala até Melinde. A cidade de Quíloa, classificada pelo viajante árabe Ibn Battuta como “das mais belas do mundo”, impressionou os portugueses por suas construções e seu desenvolvimento. Ao contrário do afirmado linhas à frente, Quíloa, graças principalmente à sua forte influência muçulmana, não recebeu bem a esquadra de Cabral, como não receberia bem a expedição lusa comandada por João da Nova, ali aportada em 1502. A cidade foi conquistada pelas armas: bombardeada duramente durante a segunda viagem de Vasco da Gama – que lhe impôs um tributo de 1.500 meticais de ouro –, Quíloa foi o local de construção de uma fortaleza portuguesa, em 1505.

³¹ *Sob.* Original português: “abaixo de”. Texto espanhol: “debaixo de”.

³² *Tomou.* Conforme o texto espanhol. No original português: “teve”.

³³ *E por serem.* Texto espanhol: “e porque eram”.

pelo qual rei foi muito bem recebido, vindo [o rei] em pessoa avistar-se³⁴ no mar com o dito meu capitão. E entrou com ele em seu batel e lhe enviou presentes; aí, depois de ver minhas cartas e recados, assentou o trato.

Como as naus que se dirigiam para a dita mina se perderam,³⁵ então não se começou por ali nenhum resgate, porque a mercadoria que as outras levavam não era conforme à que convinha para aquela terra.³⁶ E dali se partiu e se foi a outro reino, de Melinde,³⁷ para onde levava também minhas cartas e recados, para o rei dele, que assim mesmo é mouro e tinha feito boas obras a D. Vasco, que foi o primeiro [a ir] lá a descobrir. O qual rei se avistou³⁸ com ele no mar; também lhe enviou presentes; com ele afirmou e assentou paz e amizade; e deu-lhe os pilotos que lhe convinha para a viagem.³⁹ Esses reinos são do mar Roxo⁴⁰ para cá: da parte do sertão⁴¹ confinam com gentios, os quais gentios confinam com o Preste João, que eles lá chamam de abexim,⁴²

³⁴ *Avistar-se*. Nos textos português e espanhol: “ver-se”.

³⁵ No texto português, a frase está torcida: “E porque as naus que para a dita mina iam dirigidas serem das que se perderam”. Trata-se dos navios de Bartolomeu *Dias (naufragado) e de Diogo *Dias (desgarrado), que possuíam melhores mercadorias de troca.

³⁶ Os outros navios levavam basicamente bugigangas (contas, cobre, etc.), mercadorias de troca com os negros. Neste trecho, o documento confirma não ter havido comércio português na região, mas atribui isso à inadequação da carga das duas naus, sem se referir a qualquer tipo de hostilidade local.

³⁷ *Melinde*. A bela cidade de Melinde da África oriental. Ver *Documento 9*, nota 34.

³⁸ *O qual rei se avistou*. No original português: “o qual rei isso mesmo se viu”. No texto espanhol e no de Carlos Malheiro Dias: “o qual rei assim mesmo se viu”.

³⁹ Nos portos de Melinde e de Mombaça concentravam-se os pilotos que navegavam entre a costa oriental da África e a Índia.

⁴⁰ *Esses reinos são do mar Roxo*. No original: “os quais reinos são do mar Roxo”. Trata-se do mar Vermelho.

⁴¹ *Do sertão*. Do interior, do território oposto ao litoral. No texto espanhol: “da terra”.

⁴² *Abexim*. No texto espanhol: “coavixi”. “Abexim” vem da forma arábica *Abexia*, que é *Abyssinia* em latim. Assim, “abexim” e “abissínio” são sinônimos. Na Abissínia, atual Etiópia, um dos reinos mais antigos do mundo, de população majoritariamente cristã copta, os portugueses acabaram por situar o mítico reino cristão do Preste João. Sobre este reino, ver *Documento 9*, nota 29.

que em sua linguagem quer dizer ferrados⁴³ porque, de fato, o são e se ferram como sinal⁴⁴ que são batizados em água.⁴⁵

Dali partiu para Calicut, que é 700 léguas além,⁴⁶ a qual cidade, creio⁴⁷ que já tereis sabido, é de gentios que adoram muitas coisas e crêem que há um só Deus,⁴⁸ e de muito grande povo. E há nela muitos mouros que até agora sempre trataram nela de especiarias, porque ela é assim como Bruges, em Flandres, escápula⁴⁹ principal das coisas da Índia que de fora vão a ela, e nela não há senão canafistula e gengibre. A qual cidade chegou havendo cinco meses que partira⁵⁰ de Lisboa. E foi pelo rei mui honradamente recebido, vindo falar-lhe a uma casa junto ao mar, com todos os seus grandes e muita outra companhia.

E ali [o capitão-mor] lhe deu meus recados e assentou com ele⁵¹ minha paz e concerto, do qual assento o dito rei mandou

⁴³ *Ferrados*. Malheiro Dias, na leitura paleográfica do texto português, erroneamente traz: “cerrados”, que ele interpreta como “circuncisos”.

⁴⁴ *Como sinal*. No original da cópia portuguesa e no texto espanhol: “por sinal”.

⁴⁵ Segundo Greenlee (*A viagem de Pedro Álvares...*, p. 139, nota 5): “O marcar uma cruz com ferro em brasa praticava-se em época remota, entre os jacobitas e os sírios. Os abexins também o faziam, mas isto não era necessariamente um batismo de fogo. O padre João Álvares, que visitou a Abissínia em 1520 e assistiu a vários batismos não menciona tal costume com isso relacionado. Todavia, conta que marcavam com um ferro na testa como preventivo das constipações”.

⁴⁶ *Além*. No texto espanhol: “mais além”.

⁴⁷ *Creio*. No texto espanhol: “cremos”. Todas as vezes que D. *Manuel fala na primeira pessoa, o texto português usa o verbo no singular (eu); no texto espanhol, o verbo é usado no plural majestático (nós).

⁴⁸ Note-se que, ao contrário de sua convicção em março de 1500, quando escreveu ao samorim de Calicut a carta que Cabral transportou (*Documento 5*), agora D. *Manuel já sabia – e supunha que os reis de Espanha o soubessem também – que os habitantes de Calicut não eram cristãos. Hindus e brâmanes são descritos pelo rei como “gentios que adoram muitas coisas e crêem que há um só Deus”. A forte presença comercial muçulmana na cidade é também atestada, na frase seguinte.

⁴⁹ *Escápula*. Escoadouro. O texto espanhol traz, no lugar de “escápula”, um ininteligível “está lá”. No século XV, Bruges era importante porto, grande centro comercial e financeiro.

⁵⁰ *Partira*. No original: “era partido”.

⁵¹ *Com ele*. Não há a expressão, no texto espanhol.

passar⁵² uma carta escrita em pasta de prata com seu sinal de *tauxia dourada*,⁵³ por ser assim o costume de sua terra nas coisas de grande substância,⁵⁴ e outras cartas escritas em folhas de umas árvores que parecem palmas, em que ordenadamente escrevem; e dessas árvores e de seu fruto se fazem estas coisas que se seguem: açúcar, mel, azeite, vinho, água, vinagre, carvão, *cordoalha*⁵⁵ para navios e para toda outra coisa, e esteiras de que fazem algumas velas de naus, e para muitas outras coisas.⁵⁶ E o dito fruto, além daquilo que dele se assim faz, é seu grande mantimento, principalmente no mar.

E depois do assento assim feito com o dito rei, pôs meu feitor com toda a casa ordenada que para a dita feitoria enviava a terra e logo começou a tratar de suas mercadorias e de carregar as naus de especiaria.

Nesse meio tempo, o rei de Calicut mandou⁵⁷ dizer ao meu capitão que uma nau muito grande e mui armada, de outro rei, seu inimigo, lhe tinha mandado dizer que passava perante seu porto sem nenhum medo, a qual já outra vez o tinha anojado,⁵⁸ e lhe rogava muito que lha mandasse tomar, encarecendo-lha como coisa que tocava muito a seu estado e honra.

O dito meu capitão, vendo o bom trato que ele e assim o meu feitor começavam a receber – para confirmar mais a minha paz e amizade – acordou de o fazer. E para mostrar-lhe a força de nossa gente, navios e artilharia,⁵⁹ mandou a ela somente o menor navio que tinha, com uma bombardarda grossa.⁶⁰ Encalçou-os⁶¹ dentro do porto de outro rei, seu vizinho⁶². E à vista dele e de

⁵² *Passar*. No texto espanhol: “fazer”.

⁵³ *Tauxia dourada*. Embutido de ouro.

⁵⁴ *Substância*. Texto espanhol: “instância”.

⁵⁵ *Cordoalha*. Texto espanhol: “cordas”.

⁵⁶ *E para muitas outras coisas*. No texto espanhol: “e se servem delas em tudo ao que as cumpre”.

⁵⁷ *Mandou*. Texto original da cópia portuguesa: “enviou”.

⁵⁸ *Anojado*. Aborrecido, desgostado, incomodado.

⁵⁹ *Nossa gente, navios e artilharia*. Texto espanhol: “nossa força em navios e artilharia”.

⁶⁰ Era a caravela S. Pedro, de Pedro de *Ataíde. O uso de bombardas nas caravelas iniciou-se no reinado de D. João II (1481-1495).

⁶¹ *Encalçou-os*. Foi ao encalço deles. Texto espanhol: “alcançou-a”, isto é, a nau.

⁶² *Outro rei, seu vizinho*. O rei de Cananor, situado na costa indiana do Malabar.

toda a sua gente a tomou e a trouxe a Calicut, com 400 homens arqueiros e alguma artilharia e com sete elefantes ensinados de guerra dentro dela, que lá valeriam 30.000 cruzados,⁶³ porque por um só deles davam 5.000 cruzados, e com outra mercadoria de especiaria; a qual nau lhe mandou apresentar e lha deu com tudo o que nela vinha; e ele veio vê-la à ribeira, por ser a eles mui grande espanto tão pequeno navio com tão poucos homens tomarem uma tamanha nau e com tanta gente, e a receber o recado que o dito capitão sobre ela lhe enviava, vindo com todo o seu estado e festa.⁶⁴

E estando nessa concórdia e amizade, sendo já duas naus carregadas de especiaria, os mouros – principalmente os de Meca, que ali são estantes⁶⁵ – por ver o grande dano que se lhes seguia, buscavam todos os modos que podiam para pôr discórdia entre meu feitor⁶⁶ e el-rei. E puseram a terra em alvoroço para turvarem⁶⁷ o

⁶³ *Cruzados*. Segundo Greenlee (versão inglesa, p. 46, nota 3), citando E. G. Ravenstein (*The journal of the first voyage of Vasco da Gama, 1497-1499*, v. XCIX, p. 242, Londres, 1898), cada cruzado continha 229,5 gramas de ouro fino (7,38 onças troy), um peso que nos parece exagerado. Ao preço médio do ouro no mercado internacional, de 250 dólares por onça troy, o ouro de cada cruzado hoje seria vendido por 1.850 dólares; um elefante de guerra que valia 5 mil cruzados (36.893,5 onças troy ou 1.147,5 quilos de ouro) seria uma fortuna equivalente hoje a 9,2 milhões de dólares! Vitorino Godinho (*Os descobrimentos e a economia mundial*, v. II, p. 55 e 56) assinala que no final do século XV o cruzado português, fabricado com o ouro da Guiné e da Mina, pesava 3,54 gramas e que “a partir de 1499 a Casa da Moeda de Lisboa emite regularmente estas peças grandes de espantosa fortuna”. Nesse caso, 5 mil cruzados equivaleriam a ouro de 569 onças troy, ou 142,3 mil dólares.

⁶⁴ Mesmo que os números da descrição pareçam exagerados, o parágrafo aponta um fato incontestável: a superioridade bélica dos navios portugueses sobre os que costumavam navegar no Índico. Como bem resumiu Francisco Contente Domingues (“Navios e marinheiros”, *Lisboa ultramarina*), “as grandes naus da Carreira da Índia eram autênticas fortalezas flutuantes”. Calcula-se que, no segundo quartel do século XVI, o “século de ouro da artilharia portuguesa,” Portugal já teria cerca de 1.500 bocas-de-fogo no Oriente.

⁶⁵ *Estantes*. Residentes, os que ali estão.

⁶⁶ Trata-se do feitor Aires Correia*. Dos documentos publicados neste volume, esta carta é a que mais pormenores oferece acerca dos incidentes entre portugueses e muçulmanos em Calicut, que culminaram com o ataque destes e com a morte do feitor e de muitos outros lusitanos.

⁶⁷ *Turvarem*. Texto espanhol: “estorvar”.

trato. E por estarem todas as mercadorias nas mãos dos mouros, escondiam-nas e mandavam-nas secretamente para outras partes. Sabendo disso, o dito capitão mandou⁶⁸ dizer a el-rei de Calicut, queixando-se e pedindo-lhe que cumprisse o que com ele tinha assentado, que era: que dentro de 20 dias se lhe daria mercadoria para carregar⁶⁹ as ditas naus, e que até elas serem carregadas não daria lugar para nenhuma outra carregar.⁷⁰

El-rei lhe respondeu que lhe mandaria logo dar toda a mercadoria que houvesse na terra, e que se alguma [nau] carregasse em seu porto sem seus oficiais o saberem, que ele lhe dava lugar e poder para que a retivesse,⁷¹ até mandar-lhe os ditos seus oficiais que no nisso houvessem de prover para entregar-lha.

E tanto que os mouros souberam,⁷² acordaram, com grande diligência, de carregar uma nau publicamente, dando ainda maior diligência em esconder a mercadoria [mais] do que dantes faziam, isto para dar causa a que o escândalo começasse, porque são poderosos, a cidade é de muitas nações e de espalhada povoação, e em que o rei mal pode prover aos alvoroços do povo. E vendo meu feitor como a nau [dos mouros] carregava, requerei ao dito capitão que a retivesse como com el-rei tinha assentado. E o dito capitão, receando o escândalo, duvidou de o fazer. O dito feitor tornou a lhe requerer que todavia a retivesse, dizendo-lhe que os principais dos mouros e assim alguns gentios lhe diziam que se a dita nau não se retinha,⁷³ em nenhuma maneira, poderiam⁷⁴ carregar suas naus. Segundo o que seguiu, parece que o faziam a fim de dar causa ao dito escândalo.

E o meu capitão, depois de duvidar muitas vezes, receando o que se seguiu, mandou dizer à gente daquela nau, pelo poder do rei que para isso tinha, que se não partisse, e eles não o

⁶⁸ *Mandou*. Original da cópia portuguesa: “enviou”.

⁶⁹ *Para carregar*. Nas cópias portuguesa e espanhola: “de que carregasse”.

⁷⁰ *Para nenhuma outra carregar*. Na leitura paleográfica de António Dória: “a nenhuma outra se carregarem”. No texto de Malheiro Dias: “a nenhuma outras carregassem”. No texto espanhol: “que nenhuma outras carregassem”.

⁷¹ *Retivesse*. No texto espanhol: “detivesse”.

⁷² *E tanto que os mouros souberam*. No texto espanhol: “E sabendo disso, os mouros”.

⁷³ *Não se retinha*. No texto espanhol: “não era detida”.

⁷⁴ *Poderiam*. No texto espanhol: “poderia”.

quiseram fazer. Então, foi necessário mandá-la reter, e mandou aos seus batéis que a metessem dentro do porto, onde estivesse seguro⁷⁵ de não poder partir sem seu prazer.⁷⁶ E tanto que os mouros viram isso – como era o fim que eles desejavam –, naquele próprio⁷⁷ instante vieram logo com todo o outro povo, que já antes tinham alvoroçado sobre o dito feitor e casa e combateram-no. Ele, com esses poucos que consigo tinha, se defendeu por algum espaço e saiu de casa, vindo e recolhendo-se ao mar. O meu capitão, que ao presente⁷⁸ estava doente, tanto que lhe foi dito do alvoroço que havia em terra,⁷⁹ mandou todos os seus batéis a socorrê-lo, e posto que o mar fosse mui bravo, todavia ainda⁸⁰ recolheu alguma parte da gente.

Mataram o feitor, e com ele se perderam 50 pessoas entre mortos e cativos.⁸¹ Isso assim feito, vendo o meu capitão como o rei a isso não acudira e via⁸² que não lhe mandava nenhum recado, e⁸³ se provia de alguns aparelhos, receando guerra, e assim se tinha apoderado⁸⁴ da minha fazenda que em terra ficara, sobrestando um dia para ver se lhe fazia emenda do dito caso, quando viu que nenhum recado lhe enviava, temendo de ele se armar grossamente, como depois fez, para que lhe pudesse impedir a vingança que naquele tempo podia tomar, acordou de o pôr logo em obra, e tomou-lhe dez grossas naus que estavam no porto, mandando passar à espada toda a gente que nelas

⁷⁵ *Seguro*. No texto espanhol: “segura”.

⁷⁶ *Prazer*. Agrado, beneplácito, aprovação.

⁷⁷ *Próprio*. No texto espanhol: “mesmo”.

⁷⁸ *Ao presente*. No texto espanhol: “então”.

⁷⁹ *Que havia em terra*. Está conforme o texto espanhol. No texto de Malheiro Dias: “que era em terra”. No texto de António Dória: “que era”.

⁸⁰ *Ainda*. Não há no texto espanhol.

⁸¹ Segundo o relato do Português Anônimo (Luís de Albuquerque, *op. cit.*, p. 58), nesse ataque muçulmano foram mortos “cinquenta e tantos” lusitanos.

⁸² *Via*. No texto espanhol: “vendo”.

⁸³ *E*. No texto espanhol: “antes”.

⁸⁴ *E assim se tinha apoderado*. No texto espanhol: “e que assim mesmo estava apoderado”.

havia,⁸⁵ tirando⁸⁶ alguma que escapou⁸⁷ escondida e que depois não quis matar e ma trouxe cativa. E depois de tomadas, as mandou queimar todas,⁸⁸ diante do porto – o que foi de grande espanto para o rei⁸⁹ –, nas quais estavam três elefantes que ali morreram. E nisso despendeu⁹⁰ todo aquele dia.

E tanto que foi noite, se foi com todas as naus e se pôs o mais perto da terra⁹¹ que pôde, ao longo da cidade. E tanto que amanheceu lhe começou a atirar com artilharia: e lhe atirou até à noite, principalmente às casas do rei, com o que⁹² lhe fez muito dano e lhe matou muita gente, como depois se soube; e lhe matou um homem principal que estava junto com ele.⁹³ Pelo que⁹⁴ ele saiu logo, fora da cidade, por lhe parecer que em toda ela não estava seguro.⁹⁵

⁸⁵ *Mandando passar à espada toda a gente que nelas havia.* Na cópia de António Dória: “mandando trazer à espada toda a gente que nelas era”. No texto de Malheiro Dias: “mandando passar à espada toda a gente que nelas era”. No texto espanhol: “mandou pôr à espada toda a gente que nelas havia”.

⁸⁶ *Tirando.* No texto espanhol: “salvo”.

⁸⁷ *Escapou.* No texto espanhol: “ficou”.

⁸⁸ *E depois de tomadas, as mandou queimar todas.* No texto espanhol: “E mandou queimar as ditas naus”. A queima das naus teve o objetivo não só de causar prejuízo ao samorim e aos mercadores, mas de amedrontá-los; foi uma espécie de “ação exemplar”.

⁸⁹ *O que foi de grande espanto para o rei.* No texto da cópia portuguesa: “que foi a ele grande espanto”. No texto espanhol: “que foi ao dito rei e à gente da terra grande espanto”.

⁹⁰ *Despendeu.* No texto espanhol: “gastou”.

⁹¹ *O mais perto da terra.* Nas cópias do original português e espanhol: “o mais em terra”. Durante a noite, Cabral preparou o ataque à terra e à gente do samorim, aproximando os navios do litoral, de modo que os alvos ficassem ao alcance da artilharia portuguesa.

⁹² *Com o que.* Na cópia portuguesa: “com a qual”. No texto espanhol: “na qual”.

⁹³ *Junto com ele.* No texto espanhol: “com ele”.

⁹⁴ *Pelo que.* Nos textos português e espanhol: “pelo qual”.

⁹⁵ Esse bombardeamento de Calicut pelos portugueses foi o primeiro de uma longa série. Devido à resistência que opôs à presença lusitana, Calicut foi a cidade indiana mais atacada pelos navios e pelas tropas de Portugal. Somente em 1512, após muitas batalhas, Afonso de Albuquerque, o construtor do império português no Oriente – apelidado de “O Terrível” –, obteve licença do extenuado samorim para construir uma fortaleza lusa na cidade.

Dali fez vela e se foi a outro porto que se chama Pandarane,⁹⁶ em que também lhe fez nojo⁹⁷ com artilharia e lhe matou gentes e dali fez vela pela via do reino de Cochim que é aquela parte donde vêm a especiaria, 30 léguas além⁹⁸ de Calicut. No caminho achou outras duas naus de Calicut que também tomou e mandou queimar.

Chegando a Cochim, depois de ter feito saber ao rei o que tinha passado em Calicut, foi por ele muito bem recebido. Assentou com ele o trato pela maneira que tinha assentado em Calicut, pôs logo meu feitor e certos homens com ele em terra, para o qual lhe deram reféns dos mais honrados que me⁹⁹ trouxesse, e lhe carregaram as naus em 16 dias. E lhe traziam a mercadoria em seus batéis a elas [naus] com tanto maior amor e segurança que parece que nosso Senhor permitiu o escândalo de Calicut para se acertar esse outro assento, que é de muito mais proveito e segurança, porque é muito melhor porto e de muito mais mercadoria, porque quase toda a mercadoria que vai a Calicut muito dela há naquela terra, e as outras vão primeiro ali do que vão a Calicut.

Na cidade de Cochim há muitas naus; e soube que somente dois mercadores tinham 50 naus. Naquele reino há muitos cristãos verdadeiros da conversão de Santo Tomé, e os sacerdotes deles seguem a vida dos apóstolos com muita estreiteza,¹⁰⁰ não tendo de próprio senão o que lhe dão de esmolas, e guardam in-

⁹⁶ *Pandarane*. Na leitura paleográfica de António Dória: "Pandarane". Pandarane era um porto seguro, a 23 quilômetros ao norte de Calicut, onde aportavam os navios que iam fazer negócios em Calicut, cujo porto era "mau e de pedra", segundo Álvaro Velho. Quando Vasco da Gama esteve na Índia pela primeira vez, o Samorim de Calicut mandou um piloto que conduzisse a frota lusitana até Pandarane. De Pandarane, Vasco da Gama foi conduzido ao palácio do Samorim principalmente por via terrestre.

⁹⁷ *Nojo*. Incômodo.

⁹⁸ *Além*. No texto espanhol: "mais além".

⁹⁹ *Reféns dos mais honrados que me*. No texto espanhol: "reféns de homens honrados que lhe". Ao negociar pela primeira vez com os reinos da Índia, os portugueses pediram e deram reféns como garantia. Cabral recebeu instruções minuciosas sobre as negociações com reféns, conforme o Regimento Real que recebeu (*Documento 3*).

¹⁰⁰ *Estreiteza*. Rigor.

teira castidade e têm igrejas em que dizem missas, e consagram pão ázimo¹⁰¹ e vinho que fazem de passas secas com água, por não poderem [ter] outro.¹⁰² Não têm imagens nas igrejas, senão a cruz; e todos os cristãos trazem os vestidos apostólicos, sem nunca fazer suas barbas e cabelos.¹⁰³

E ali achou certa notícia de onde jaz o corpo de Santo Tomé,¹⁰⁴ que é 150 léguas dali, na costa do mar, em uma cidade que se chama Meliapur,¹⁰⁵ de pouca povoação, e me trouxe terra de sua sepultura. Todos os cristãos, assim os mouros e gentios, vão à sua casa em romaria, pelos grandes milagres que faz. E assim me trouxe dois cristãos, os quais vieram por seu prazer e licença de seu prelado, para eu mandá-los¹⁰⁶ a Roma e a Jerusalém e verem¹⁰⁷ as coisas da Igreja de cá, porque

¹⁰¹ *Pão ázimo.* Pão sem fermento.

¹⁰² *Por não poderem [ter] outro.* No texto espanhol: “porque não podem fazer outro”.

¹⁰³ *Sem nunca fazer suas barbas e cabelos.* Nos textos de António Dória e Malheiro Dias: “com suas barbas e cabelos sem os nunca fazerem”. No texto espanhol: “com suas barbas e cabelos sem os nunca fazer”. A presença da comunidade cristã de Cochim, cujos sacerdotes seguiam regras estritas de comportamento, impressionou muito os europeus, tanto que a referência a ela consta de quase todos os documentos deste volume que trataram da passagem da armada pela Índia, escritos tanto por portugueses quanto por “italianos”.

¹⁰⁴ *Santo Tomé.* No texto de António Dória: “São Iago Maior”. Na citação imediatamente anterior, o texto de Dória traz “conversão de São Tomé”. No texto espanhol: “Santo Tomás”.

¹⁰⁵ *Meliapur.* Cidade indiana muito antiga da costa do Coromandel onde jazia o corpo de São Tomé. Por volta de 1522/1523, o capitão Manuel de Frias, capitão da costa de Coromandel, informou ao governador da Índia, Dom Duarte Meneses, que havia achado o corpo do apóstolo S. Tomé num lugar da Meliapur, a sete léguas do porto de Paleacate (Pulicat). Quando soube da notícia, D. João III mandou averiguar. Em 1533, quando Dom Nuno da Cunha governava a Índia, o capitão de Paleacate mandou fazer profunda investigação, concluindo pela veracidade da notícia (Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, v. I, livro III, cap. X, p. 147 Lisboa, Sá da Costa, 1951).

¹⁰⁶ *Para eu mandá-los.* No texto de António Dória e Carlos Malheiro: “para os haver de mandar”. No texto espanhol: “para que os enviássemos”. Os dois foram, portanto, os primeiros cristãos da Índia transportados para Portugal.

¹⁰⁷ *E verem.* No texto espanhol: “e vissem”.

têm que são melhor regidas por ser ordenadas por S. Pedro, que eles crêem que foi a cabeça dos apóstolos, e foram informados sobre elas.

E também soube novas certas de grandes gentes de cristãos que estão além daquele reino,¹⁰⁸ os quais vão¹⁰⁹ em romaria à dita casa de São Tomé, e têm reis mui grandes os quais obedecem a um só e são homens brancos e de cabelos louros e havidos por fortes, e chama-se a terra Malchina,¹¹⁰ de onde vêm as porcelanas, almíscar, âmbar e lenho aloés, que trazem do rio Gangas, que é aquém deles; e das porcelanas¹¹¹ há aí¹¹² vasos tão finos que um só vale lá 100 cruzados.

E estando nesse reino de Cochim com o trato já assentado e as naus carregadas lhe veio recado do rei de Cananor e do rei de Colam, que ali são comarcãos,¹¹³ requerendo-lhe que passasse por eles, porque lhe fariam o trato mais a seu proveito seu. Por ter já o assento feito, escusou-se de ir.

Nesse tempo, estando para partir de Cochim, o mesmo rei mandou-lhe dizer como uma grossa armada de Calicut vinha sobre ele, em que viriam até 15 mil homens, com a qual ao meu capitão não lhe pareceu bem de pelear por ter suas naus carregadas e ter pouca gente e não lhe pareceu tempo nem necessidade de aventurar por ter receio de lhe matarem ou ferirem alguma dela

¹⁰⁸ *Daqule reino*. No texto espanhol: “de Cochim”.

¹⁰⁹ *Vão*. No texto espanhol: “vêm”.

¹¹⁰ *Malchina*. Segundo Greenlee (*A viagem de Pedro Álvares...*, p. 144, nota 2), o nome deve derivar do hindustani Maha-Chin, a Grande China. O texto demonstra que as notícias dos portugueses sobre a China ainda eram muito descontraídas.

¹¹¹ A porcelana, inventada e fabricada na China, era um dos produtos asiáticos que mais fascinavam os europeus, por suas múltiplas qualidades: beleza, delicadeza, impermeabilidade, impossibilidade de ser riscada, facilidade para ser lavada, etc. Apenas no século XVII, após muitas tentativas, foi descoberta na Europa a fórmula da fabricação da porcelana. No século XVI, o português Duarte Barbosa (*O livro de Duarte Barbosa*), que escreveu sobre várias localidades africanas e asiáticas, assim especulou sobre a fórmula da porcelana: “...é boa mercadoria para todas as partes, que se fazem de búzios moídos, de cascas de ovos e claras, e outros materiais...”.

¹¹² *Aí*. Não há no texto espanhol.

¹¹³ *Comarcãos*. Vizinhos; ligados pelos mesmos limites ou marcos.

pela lonjura¹¹⁴ do caminho que tinha de andar que eram 4000 léguas daqui.¹¹⁵

Porém, fez-se à vela com elas, não deixando seu caminho. E eles não ousando de alargar-se ao mar, tornaram-se, receando de ir sobre eles. E dali fez seu caminho que era¹¹⁶ pelo reino de Cananor, [terra de] um daqueles reis que o mandaram requerer. E em passando, tanto que da terra houveram vista dele [capitão], [o rei] mandou-lhe outro recado, rogando-lhe que pousasse¹¹⁷ ali porque queria mandar-me por ele seu mensageiro, o qual me trouxe. E em um só dia que ali esteve, mandou-lhe trazer tanta especiaria às naus que as carregara de todo se viessem vazias, e lhe davam de graça, como presente e sinal de amizade.¹¹⁸

E assim vieram todos os seus grandes ao meu capitão, dizendo-lhe, da parte do rei, que por ali veriam¹¹⁹ que seria ali de outra maneira tratado do que foi em Calicut, afirmando-lhe que, se quisesse fazer guerra a Calicut, o ajudariam e iriam vê-lo¹²⁰ em pessoa por terra, e toda sua armada por mar. Depois de agradecer-lhe

¹¹⁴ *Lonjura*. No texto espanhol: “largueza”.

¹¹⁵ A saída da esquadra de Cabral da Índia, perseguida pela armada de Calicut, é narrada em todos os documentos deste volume que abordam a estadia dos portugueses na Índia. Não foi episódio fácil de ser digerido pelos lusitanos.

¹¹⁶ *Que era*. Não existe, no texto espanhol.

¹¹⁷ *Pousasse*. No texto espanhol: “passasse”.

¹¹⁸ *E lhe davam de graça, como presente e sinal de amizade*. Nos textos de Dória e de Malheiro Dias: “e lhe davam que a trouxesse de graça em presente para cobrarem minha amizade”. No texto espanhol: “e se a davam que a trouxesse de graça em presente a mim por cobrar-me amizade”. Vasco da *Gama avistara Cananor, mas Cabral foi o primeiro a ali parar e comerciar, iniciando uma relação de amizade e aliança que perdurou, pois o governante de Cananor se ressentia do poderio de Calicut, e buscava alianças contra esta. Em Cananor, os portugueses se abasteciam, sobretudo, de cardamomo e de gengibre; a pimenta era de boa qualidade, mas em pequena quantidade. Vários documentos deste volume referem-se à ida de Cabral a Cananor.

¹¹⁹ *Veriam*. No texto espanhol: “veria”.

¹²⁰ *Em Calicut, afirmando-lhe que, se quisesse fazer guerra a Calicut, o ajudariam e iriam vê-lo*. No texto espanhol: “em Calicut, que o ajudariam e iria ele”. A armada seguinte dos portugueses a chegar a Cananor foi a comandada por João da Nova,

muito da minha parte, despediu-se dele, dizendo-lhe que nessa outra armada que logo havia de enviar, lhe mandaria a minha resposta.¹²¹

E veio pelo seu caminho. E no meio daquela travessia tomou uma grande nau carregada de mercadoria, parecendo-lhe que seria das de Meca que então havia de vir de Calicut. E achando que a dita nau era do rei de Cambaia, deixou-a, mandando por ela dizer ao dito rei que a deixava porque não ia a fazer guerra com ninguém, somente a tinha feito àqueles que lhe faleceram da verdade,¹²² que com ele, em meu nome, tinham assentado.

E seguindo mais adiante, perdeu-se-lhe uma das naus que trazia carregada porque de noite foi a dar em terra.¹²³ Salvou-se a gente, e ele a mandou queimar porque não se podia tirar salva.¹²⁴ E desta paragem¹²⁵ mandou o navio para obter¹²⁶ novas da mina de Sofala, como já atrás digo, o qual já veio e me trouxe certa informação de lá, do trato e maneira¹²⁷ da terra e da grande quanti-

partida de Lisboa em março de 1501, a qual efetivamente selou entre os dois reinos amizade, negócio e a construção de uma fortaleza lusa, erigida em 1507-1508.

¹²¹ A armada seguinte dos portugueses a chegar a Cananor foi a comandada por João da Nova, partida de Lisboa em março de 1501, a qual efetivamente selou entre os dois reinos amizade, negócio e a construção de uma fortaleza lusa, erigida em 1507-1508.

¹²² *Faleceram da verdade*. Carecer de; não ter. No texto espanhol: “faltaram com a verdade”. Torna-se clara, no texto, a política portuguesa em relação aos reinos indianos: os que recebessem bem os navios de Portugal, com eles comerciassem e a eles se aliassem, não sofreriam guerra; os que se recusassem a cooperar com os lusitanos, ou, tendo aceitado a cooperação, desistissem dela, seriam duramente combatidos.

¹²³ *Que trazia carregada porque de noite foi a dar em terra*. Conforme o texto espanhol. Nos textos de Dória e de Malheiro Dias: “que traziam carregadas por de noite vir dar em terra”. Trata-se da nau de Sancho de Tovar, que encalhou, perdeu a carga e, depois de muito avariada, acabou incendiada pelos próprios homens de Cabral. Incendiar embarcações sem condições de uso era hábito entre os navegadores portugueses, decerto para evitar tivessem revelados os segredos de sua construção, se apreendidas por outros povos.

¹²⁴ *Não se podia tirar salva*. Não se podia salvá-la. Encalhada, a nau de Sancho de *Tovar, bastante carregada, foi queimada para que outros não se aproveitassem da carga.

¹²⁵ *E desta paragem*. No texto espanhol: “e desta parado...”.

¹²⁶ *Para obter*. No texto de António Dória: “a ver”. Nos textos espanhol e de Malheiro Dias: “haver”.

¹²⁷ *O qual já veio e me trouxe certa informação de lá, do trato e maneira*. Nos textos de António Dória e de Malheiro Dias: “o qual é vindo e me trouxe certa informação

dade de ouro que ali há, e ali achou novas que entre os homens que trazem ouro ali às costas, vêm muitos que têm quatro olhos,¹²⁸ a saber: dois adiante e dois detrás.¹²⁹ São homens pequenos de corpo e rijos, e diz que são homens que comem¹³⁰ os homens com quem têm guerra, e que as vacas de el-rei trazem grossos colares de ouro ao colo. E acerca dessa mina há duas ilhas em que colhem muito aljôfar e âmbar.

E dali veio o dito meu capitão, chegou a Lisboa fazendo 16 meses do dia que dela partiu.¹³¹ Bendito¹³² seja Nosso Senhor: em toda essa viagem não lhe morreram de doença mais que três homens; todos os outros vêm sãos e em boa disposição.¹³³

dela e assim do trato e maneira”. No texto espanhol: “o qual é já vindo e me trouxe certa informação de lá e assim do trato e mercadoria”. A grande diferença entre o texto português e o espanhol são as palavras “dela/“maneira” e “de lá/“mercadoria”.

¹²⁸ *Olhos*. Não há no texto de António Dória.

¹²⁹ A crença na existência de seres monstruosos em terras desconhecidas foi comum durante a Idade Média e o período das primeiras navegações lusas. Constituíam um recurso, profundamente enraizado na cultura europeia, para os habitantes da Europa conceberem o outro e com ele lidarem. Em 1501, a África oriental era ainda muito pouco conhecida dos portugueses. As notícias que os navegadores de Cabral ouviram em Sofala, sobre os antiquíssimos e riquíssimos reinos de Zimbábue e Monomotapa, de onde vinha o ouro do interior, devem ter drenado para esta região, naquele momento, o conjunto de histórias e mitos europeus, muito calcado no bestiário medieval, acerca de seres e espaços disformes. Essa tradição cultural tinha raízes e significados profundos: note-se que o presente registro acerca da existência de homens de quatro olhos foi assinado por ninguém menos que o rei de Portugal.

¹³⁰ *E diz que são homens que comem*. No texto espanhol: “e diz que são cruéis e que comem”. A antropofagia era com frequência atribuída pelos europeus aos africanos e aos asiáticos. Observe-se, contudo, que no presente caso se trata de antropofagia ritual: “comem os homens *com quem têm guerra*”.

¹³¹ *Fazendo 16 meses do dia que dela partiu*. Nos textos de António Dória, Malheiro Dias e espanhol: “a tempo que fazia 16 meses do dia que dela partiu”. A expedição de Cabral partiu de Lisboa a 9 de março de 1500 e retornou por volta de 29 de julho de 1501, decorridos, portanto, 16 meses e vinte dias.

¹³² *Bendito*. No texto de António Dória e de Malheiro Dias: “bento”.

¹³³ Durante o conjunto da viagem, muitos tripulantes morreram de escorbuto e, provavelmente, de outras doenças. Mas esta frase parece referir-se apenas aos homens que retornaram com Cabral.

Agora me veio certo recado como um dos navios que ia para Sofala, que tinha por perdido, vem e aqui estará¹³⁴ um dia desses, o qual dizem que entrou no mar Roxo¹³⁵ e que traz de lá alguma prata e assim alguma informação das coisas de lá, posto que já do dito mar Roxo estou largamente informado, pelo dito meu capitão; disso fui informado.¹³⁶ As mais particularidades nesse negócio remeto a Pero Lopes,¹³⁷ que a tudo aqui esteve presente.¹³⁸ Escrita em Lisboa a 28 de agosto de 1501.¹³⁹

¹³⁴ *Estará*. Nas cópias originais: “será”. O rei D. Manuel refere-se ao navio desgarrado de Diogo *Dias. Ver *Documento 13*, nota 2.

¹³⁵ *Mar Roxo*. Mar Vermelho.

¹³⁶ *Disso fui informado*. No texto espanhol: “por muitas vias fui disso sabedor”.

¹³⁷ *Pero Lopes*. Pero Lopes de Padilha, espanhol que, pelas palavras do rei, parece ter participado da expedição de Cabral, deve ter sido o mensageiro desta carta aos reis católicos. Esse espanhol devia ter prestígio junto aos reis católicos e ao rei de Portugal, pois, logo no início da presente carta, assinala D. Manuel que “Pero Lopes de Padilha me disse que folgaríeis de saber as novas...”.

¹³⁸ *Que a tudo aqui esteve presente*. No texto de António Dória: “que a tudo acá foi presente”. No texto de Malheiro Dias: “que a tudo foi presente”. No texto espanhol: “que a tudo foi acá presente”.

¹³⁹ *Escrita em Lisboa a 28 de agosto de 1501*. No texto espanhol: “Mui altos e mui excelentes e mui poderosos príncipes, senhores pai e mãe. Nosso Senhor haja vossa vida e real estado em sua santa guarda. Escrita em Santarém a 29 de julho. El-rei”.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Não há. Existem atualmente três cópias manuscritas do documento – todas quinhentistas, segundo A. A. Banha de Andrade (*Mundos novos do mundo...*, p. 269) –, a saber: a) uma cópia em espanhol, publicada em 1829 por Martín Fernandez de Navarrete (ver “Fontes”). A carta original em espanhol, segundo Navarrete, encontrava-se noutros tempos em Saragoça, no *Archivo de la Antigua Diputación de Aragón*, destruído a 27 de janeiro de 1809, durante a guerra da independência. Contudo, havia sido feita uma cópia dela por Joaquim Traggia, que Navarrete publicou. Esta cópia é datada de Santarém, 29 de julho de 1501;

- b) uma cópia em português, conservada em Veneza, no *Archivio di Stato* (A. S. Vem – Miscelane Manoscritti, Busta Pog. Pro.), publicada pela primeira vez por F. Belgrano, na Itália, em 1890 (ver “Trajetória do documento”). É quase idêntica à carta espanhola, porém datada de Lisboa, 28 de agosto de 1501;
- c) uma cópia em italiano – que, segundo os especialistas, é uma tradução de texto português –, localizada em Newcastle-on-Tyne, Inglaterra, na Coleção Sneyd (Ms. C. 59 A), publicada parcialmente, pela primeira vez em 1895, na Itália, por G. Berchet, na *Raccolta...* (ver “Fontes”). É datada de Lisboa, 29 de agosto de 1501.

Com exceção do local e data, as três cópias são textos muito semelhantes. Existe uma longa discussão historiográfica, resumida no item “Análise histórica”, sobre as diferenças de datas e as possíveis relações entre as três cartas.

LEITURA PALEOGRÁFICA

O presente documento apóia-se na leitura paleográfica de António Dória, por sua vez feita a partir do *fac-simile* da carta em português existente no Arquivo de Estado de Veneza, publicado por Carlos Malheiro Dias na *História da colonização portuguesa do Brasil* (ver “Fontes”). O documento aqui apresentado promove um constante confronto, explicitado nas notas de rodapé, entre os textos de Dória, Malheiro Dias (ambos em português), e o texto espanhol, publicado por Martin Navarrete na *Colección de los viajes...* (ver “Fontes”).

FONTES

Texto português, com leitura paleográfica de António Álvaro Dória, publicado em: GREENLEE, William Brooks. *Viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia pelos Documentos e Relações Coevas*. Tradução de António Álvaro Dória. Porto: Livraria Civilização Editora, 1951, p. 137-146.

Texto português, atualizado, baseado em leitura paleográfica de Eugénio Canto, publicado em: DIAS, Carlos Malheiro (org.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. v. II, cap VII. Porto: Litografia Nacional, 1921, p. 165-167.

Texto espanhol, baseado na cópia feita por Joaquim Traggia, publicado em: NAVARRETE, Martin Fernandez de. *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV*. v. III. Madrid: Imprenta Real, 1829, p. 94-101.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

A primeira das três cópias a ser publicada foi a redigida em espanhol, em 1829, por Martin Navarrete. Em 1914, J. R. McClymont editou a primeira tradução para o inglês do manuscrito em espanhol e, em 1938, Greenlee fez o mesmo, cotejando o texto espanhol com o português, no seu *The Voyage of Pedro Álvares Cabral to Brazil and India from contemporary documents and narratives*.

Quanto ao texto em português, F. Belgrano sugere que, devido a “anotações que tem no verso”, foi enviado para Veneza por Pedro *Pasqualigo, embaixador extraordinário da república veneziana em Portugal em 1501; Pasqualigo efetivamente mandou para Veneza importantes informações e cópias de vários documentos obtidos na própria Corte portuguesa. Esta carta foi publicada pela primeira vez em Roma, em 1890, por F. Belgrano, no *Bolletino della Società Geografica Italiana*. Excetuando-se local e data, seu texto é praticamente idêntico ao espanhol.

Uma reprodução fotográfica da carta em português, acompanhada do texto da leitura paleográfica realizada de Eugénio do Canto, foi publicada em Portugal, numa pequena edição de sessenta exemplares do início do século XX (Eugénio do Canto, *Treslado da carta que El-Rey nosso senhor escreveo a elrei e a Rainha de Castella seus padrees da nova da Imdija*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1906). Foi nessa leitura paleográfica que Malheiro Dias se baseou para fazer uma atualização ortográfica do texto, publicada, junto com o *fac-simile* da carta, em 1923, no volume II da sua *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (p. 165-167). Em 1953, António Álvaro Dória, na excelente tradução portuguesa do livro de Greenlee, fez sua própria leitura paleográfica do documento, a partir da reprodução *fac-simile* do texto em português editado trinta anos antes por Malheiro Dias. Em 1946, Marcondes de Souza reproduziu a parte inicial do texto de Malheiros Dias no seu *O descobrimento do Brasil* (p. 154).

Da cópia italiana que hoje se encontra na Inglaterra, na Coleção Sneyd, só se tem notícia de sua publicação na *Raccolta*, em 1893, por G. Berchet, que a atribuiu a autor anônimo. Damião Peres (*O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral...*, p. 373, nota) faz diversas referências a esta cópia. Segundo António Dória, as “variantes do texto espanhol” existentes na cópia em italiano “são culpa evidente do tradutor”.

EMENTA

Carta de D.*Manuel I aos reis católicos de Espanha, Isabel e Fernão, seus sogros, contendo numerosas informações acerca da viagem comandada por Pedro Álvares Cabral. A carta começou a ser escrita após a chegada a Lisboa de alguns navios da esquadra, entre os quais o de Cabral, e foi terminada após o rei ser informado de que uma das naus que julgava perdida (provavelmente a comandada por Diogo Dias) estava próxima a Lisboa. Há dúvidas sobre os verdadeiros local e data da carta.

ANÁLISE HISTÓRICA

Este é um documento que tem suscitado muitos debates entre os historiadores, já que seu original não mais existe, um trecho dele aparece reproduzido em outra fonte (ver *Documento 17*) e as três cópias dele atualmente conservadas apresentam diferentes locais e datas de emissão. Note-se que as cópias hoje conservadas foram publicadas apenas no século XIX, mais de quatrocentos anos após a redação do original e o desenrolar dos fatos que este relata. Há dúvidas sobre a proveniência de cada um dos textos – teria sido cada cópia produzida de forma independente, ou uma delas serviu

de modelo para as outras duas, ou para uma das outras duas? Existem, inclusive, historiadores que põem em dúvida a própria autenticidade do documento.

Em relação a este último ponto, pensamos que o grande número de informações pormenorizadas contidas na carta, bem como a precisão dessas informações e a coincidência entre elas e as outras notícias conhecidas, constantes dos documentos coevos publicados neste volume (como os *Documentos 10, 11, 12, 14 e 15*), constitui argumentos sólidos a favor da autenticidade do documento. Há episódios da viagem de Cabral – como o ataque muçulmano à feitoria lusa, a ida a Cochim, os naufrágios e as perdas de embarcações – descritos com muitos pormenores neste documento, muitos deles confirmados por outras fontes, outros inéditos, porém perfeitamente verossímeis. O tratamento usado na carta, entre D. Manuel e seus sogros, os reis de Espanha, corresponde a de outros documentos coevos do mesmo rei, sendo as alusões às chegadas dos navios da esquadra coincidentes com as de outros documentos. Existe pelo menos uma outra carta conhecida de D. Manuel aos reis católicos, de cuja autenticidade não se duvida – a que o monarca escreveu em 1499, relatando-lhes os sucessos da viagem de Vasco da Gama – cujo tom e estilo são semelhantes ao da presente carta. Finalmente, parece-nos que António Dória está certo, quando argumenta que a tradução italiana do documento, ao que tudo indica coeva ao texto português, ajuda a confirmar a autenticidade da carta. Portanto, existe uma grande diferença entre a inexistência do original de um documento histórico e a inautenticidade deste mesmo documento.

Assunto muito discutido pela historiografia é a diferença das datas e dos locais de missão entre as três cópias. Henri Harrisse, em *Les Corte-Real*, Paris, 1883, pensa que a data mais antiga, a do texto em espanhol (Santarém, 29 de julho de 1501), corresponde à do documento original. Já Damião Peres (*O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral...*), após concluir que D. Manuel permaneceu em Lisboa durante os meses de julho e agosto de 1501, com exceção de poucos dias passados em Sintra no início de agosto, pensa que o original do documento, como a cópia em português, foi datado de Lisboa, 28 de agosto.

Carlos Malheiro Dias é de opinião que o texto espanhol provém do manuscrito português, baseado em dois argumentos: nas pequenas omissões do primeiro em relação ao texto português, e no fato de afirmar que D. Manuel escrevia comumente em português, e não em espanhol, aos reis católicos. Conclui Malheiro Dias (*História da Colonização Portuguesa do Brasil*, v. II, p. 167):

Sabendo que D. Manuel se correspondia em português com os Soberanos de Castela, o texto espanhol não pode ser uma cópia do original guardado no arquivo de Saragoça, mas uma tradução. Destruído aquele, do teor do documento só nos restaria a versão de D. Joaquin Traggia se o arquivo de Veneza não nos facultasse uma cópia coeva de texto português. Esta redação portuguesa deverá prevalecer sobre a tradução espanhola? Não podemos pronunciar-nos com absoluta segurança por falta do documento original, mas o confronto dos dois textos conduz-nos à convicção de que a carta publicada por Navarrete é a tradução quase literal do texto português encontrado no Arquivo de Veneza.

Por compartilharmos dessa mesma convicção, é que optamos por incluir neste volume a leitura paleográfica do texto em português.

Joaquim Veríssimo Serrão (*O Rio de Janeiro*, v. I, p. 15 e 16, Lisboa, 1965), por outro lado, afirma que o copista espanhol errou, ao escrever “Santarém”, em vez de “Sintra”. Acredita que a carta foi iniciada em 29 de julho, conforme está no texto espanhol – pois o rei estaria em Sintra, entre 21 de julho e início de agosto –, mas só foi terminada mais de um mês depois, a 28 de agosto de 1501, em Lisboa (como consta do texto em português), após o rei haver confirmado os fatos da viagem com Pedro Álvares Cabral. Já António Alberto Banha de Andrade (*Mundos Novos do Mundo*, v. 1º, cap. II, p. 269-270) pensa o seguinte:

Concluimos atrás que Cabral terá chegado entre 28 e 31 de julho, sendo, pois, de excluir, imediatamente, a data do apógrafo espanhol. Pelo contexto da carta se sabe que D. Manuel só começou a escrever depois da chegada de Cabral e que não teve pressa nenhuma. Não podendo, pois, admitir-se o dia 29 de julho, resta aceitar 28 de agosto como data única.

Pensamos, contudo, que 29 de julho (como está na cópia de Navarrete) seria a data mais aceitável para o original, pelas razões que se seguem. Segundo os estudos pormenorizados de Greenlee (*Viagem de Pedro Álvares...*) e de Abel Fontoura da Costa (*Os Sete Únicos Documentos...*), todos os navios da expedição de Cabral, com exceção do Anunciada (que chegou a 23 de junho), retornaram a Portugal na segunda quinzena de julho de 1501. Ora, no final de sua carta, D. Manuel afirma explicitamente que todos os navios, *com exceção de um*, já muito próximo, chegaram: “Agora me veio por certo recado como um dos navios que ia para Sofala, que tinha por perdido, vem e aqui estará um dia desses...”. Não poderia o rei, portanto, ter escrito sua carta no final do mês de agosto, quando, segundo os estudiosos citados, todos os navios da esquadra de Cabral já haviam retornado.

A carta de D. Manuel aos reis católicos é um documento extremamente bem circunstanciado a respeito dos vários acontecimentos da viagem de Pedro Álvares Cabral; “se é autêntica, é o relato mais autorizado que temos de toda a viagem”, chegou a escrever a respeito William Greenlee (*Viagem de Pedro Álvares...*, p. 134). A carta tem, entretanto, um claro caráter político. Por um lado, informa aos reis de Espanha acerca de todas as etapas da viagem, com os objetivos de afirmar a posse portuguesa sobre os novos locais visitados (como Vera Cruz e Quíloa) e de confirmar o monopólio do comércio português com a Índia (informações a respeito das cargas dos navios e dos locais indianos visitados, bem como descrições “otimistas demais” acerca do bom acolhimento dado aos portugueses em regiões onde tal acolhimento foi hostil, como Quíloa). Por outro lado, contudo, a carta evita dar aos reis concorrentes informações que com certeza D. Manuel possuía, mas que não lhe interessava divulgar, tais como a latitude de Vera Cruz (calculada por Mestre João, *Documento 7*) ou a descrição da nova terra e de sua gente (constantes da Carta de Caminha, *Documento 6*), ainda não suficientemente exploradas pelos portugueses.



CARTA DO JOVEM DAS CARAVELAS¹

29 DE AGOSTO DE 1501

PEDRO ÁLVARES *CABRAL, capitão-mor do Sereníssimo Rei de Portugal, partiu de Lisboa com 13 navios, no ano de 1500, a 9 de março. Na oitava da Páscoa seguinte, chegou a uma terra novamente² descoberta, à qual pôs o nome de Santa Cruz. Na qual encontrou gente nua, como na primeira inocência, mansa e pacífica, a qual, parece que Nosso Senhor Deus milagrosamente quis que se encontrasse, porque é muito conveniente e necessária para a navegação da Índia, porque [lá] ele corrigiu³ os seus navios e tomou água.

Por respeito ao grande caminho que devia percorrer, não se reteve para informar-se sobre as coisas da dita terra. Somente enviou um dos navios a Lisboa para notificar o encontro⁴ dessa terra.

¹ O autor e o destinatário desta carta são desconhecidos. Tudo indica, contudo, que é reprodução de uma carta de D. *Manuel aos reis católicos (*Documento 16*). No texto italiano, o título do documento é: *Mozzo di caravelle. Lettera. Mozzo*, em náutica, pode ser traduzido por “grumete”; no entanto, dificilmente um grumete, geralmente de classe social mais baixa, poderia ter acesso à carta de um rei. Os autores acharam melhor a palavra “jovem”. Ver “Análise histórica”.

² *Novamente*. No original italiano, a palavra latina *noviter*.

³ *Corrigiu*. Consertou; reparou. No original: *conzò*.

⁴ *O encontro*. No original: *el trovar*.

Depois, seguiu o seu caminho, para o cabo da Boa Esperança, no golfo do qual,⁵ antes que chegasse ao dito cabo, padeceu grandíssimos tormentos com o mar, de modo que em um só dia tombaram diante de seus olhos quatro navios, dos quais não escapou nenhuma pessoa. E naquele tempo já se dispersara um outro navio da companhia, da qual até agora não se tem notícia.⁶ E assim navegando com as outras que restaram, passou grande perigo, até que chegou ao reino de Quíloa.

⁵ *No golfo do qual.* No original: *in quel colfo.*

⁶ Trata-se do navio comandado por Diogo Dias, que se desgarrou dos outros da esquadra.

C O M E N T Á R I O S

ORIGINAL

Perdeu-se. A cópia do original está na coleção Sneyd, em Newcastle-on-Tyne, Inglaterra (Ms. C. 59 A).

FONTE

BERCHET, Guglielmo. *Raccolta di documenti e studi. Fonti italiane per la storia della scoperta dei Nuovo Mondo.* v. I, parte III. Roma: Comissão Colombiana para o Quarto Centenário da Descoberta da América, Ministerio della Publica Istruzione, 1892-1896, p. 118.

EMENTA

Carta atribuída por Guglielmo Berchet (ver “Fonte”) a um jovem (*mozo*) participante da esquadra de Cabral, com informações sobre a partida, a chegada ao Brasil e a viagem até Quíloa. Reproduz trecho da carta de D. Manuel aos reis católicos.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

É a primeira vez que este documento é publicado em português, traduzido diretamente do italiano pelos organizadores deste volume. O documento integrava originalmente a coleção de papéis de Domingos Malipiero – o qual, junto com Marino *Sanuto, Domingos *Priuli e Marco Antônio Michieli, foi um dos chamados “diaristas”, venezianos que, no final do século XV e início do XVI, anotaram em seus diários, reproduzindo inclusive documentos de época, assuntos de importância para a economia

e para a política de Veneza, aí incluídas as navegações oceânicas portuguesas. Os papéis de Malipiero, depois de pertencerem ao Senado de Veneza e à biblioteca de Jacó Soranzo, foram desmembrados. O presente documento foi transferido para a coleção do reverendo inglês Walter Sneyd, um colecionador de Relações de viagens, e hoje se encontra de posse da família Sneyd, em Newcastle-on-Tyne, Inglaterra.

O documento foi descoberto e publicado pela primeira vez na *Raccolta di documenti...* (ver “Fonte”), coletânea que Guglielmo Berchet organizou na Itália, por ocasião do quarto centenário da chegada de Cristóvão Colombo à América, contendo fontes a respeito das grandes navegações modernas nas quais os italianos estiveram de alguma forma envolvidos.

ANÁLISE HISTÓRICA

Na *Raccolta di documenti...*, Berchet intitulou esta carta de *Mozzo di Caravele* (moço, ou jovem, das caravelas), porque a cópia manuscrita da carta, conservada na coleção Sneyd, traz o seguinte título: “Cópia de uma carta do grumete das caravelas do sereníssimo rei de Portugal que foram a Calicut, endereçada aos sereníssimos rei e rainha de Espanha”. Na *Raccolta di documenti...*, Berchet esclarece, em nota: “O escritor anônimo diz que partiu com esses navios em 9 de março de 1500 e que retornou a Lisboa em agosto de 1501, 17 meses depois da sua partida. Nenhum outro aceno às descobertas ocidentais se encontra nessa carta, que contém o relato da viagem de Cabral”.

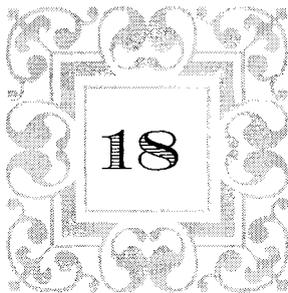
Em realidade, essa carta é uma cópia parcial, bastante fiel – as mudanças são mínimas –, de um trecho da carta que o rei português D. *Manuel enviou aos reis católicos da Espanha (*Documento 16*), reproduzida a seguir para facilitar o cotejo entre os dois documentos:

O dito meu capitão partiu de Lisboa com 13 naus, a nove de março do ano passado. Nas oitavas da Páscoa seguinte chegou a uma terra que novamente descobriu, a que pôs o nome de Santa Cruz, onde achou as gentes nuas, como na primeira inocência, mansas e pacíficas; a qual [terra] pareceu que nosso Senhor milagrosamente quis que se achasse, porque é mui conveniente e necessária à navegação da Índia, porque ali [Pedro Álvares Cabral] corrigiu suas naus e tomou água. E pelo caminho grande que tinha para andar, não se deteve para se informar das coisas da dita terra. Somente dali me enviou um navio a notificar-me de como a achara. E fez o caminho [pela] via do cabo da Boa Esperança. Naquele golfão, antes de chegar ao cabo, [o capitão-mor] passou grandes tormentas. Num só dia, à sua vista, soçobraram, juntamente, quatro naus, de que não escapou pessoa alguma. Nesse tempo, desapareceu outra nau, da qual até agora não se tem notícia. E aquela em que ele ia e as outras que ficaram passaram grande perigo. E assim ele seguiu [até] aportar ao reino de Quíloa [...].”

Note-se, inclusive, que na cópia da coleção Sneyd foi mantida – tal como na carta de D. Manuel aos reis católicos – a frase “Somente dali me enviou um navio a notificar-me....”,

onde se comprova, pelo emprego – aliás, duplo – do pronome “me”, que o autor do texto foi mesmo o rei português. Há ainda uma coincidência de datas – 29 de agosto de 1501 – entre a cópia da carta de D. Manuel conservada na coleção Sneyd (ver *Documento 16*, “Original”) e esta cópia, conservada na mesma coleção, o que faz supor que esta tenha sido copiada daquela.

A ligação feita aqui entre as duas cartas lança luz sobre a origem do presente documento: como esta cópia do trecho da carta de D. *Manuel aos reis católicos foi originalmente encontrada em Veneza, entre os papéis do diarista Domingos *Malipiero, tudo indica que foi obtida em Lisboa ou na Espanha, por um dos muitos informantes de Veneza na península ibérica – talvez o embaixador extraordinário de Veneza em Lisboa, Pedro *Pasqualigo, ou o embaixador de Veneza na Espanha, Domingos *Pisani – e dali encaminhada às autoridades venezianas, junto às quais Malipiero a obteve. Malipiero tanto pode ter obtido apenas a cópia da carta original de D. Manuel (ver *Documento 16*, “Original”) – e haver, ele próprio, mandado confeccionar o presente documento – como ter obtido as duas cópias. Mais uma prova da eficiência da rede veneziana de informações.



CARTA DE CANTINO A HÉRCULES D'ESTE

17 DE OUTUBRO 1501

ILUSTRÍSSIMO E EXCELENTÍSSIMO príncipe e meu particularíssimo senhor.¹

Já se passaram nove meses que este Sereníssimo Rei² mandou às partes da tramontana³ dois navios⁴ bem armados, apenas para

¹ Trata-se de Hércules d'Este, Duque de Ferrara, para quem o veneziano Alberto *Cantino trabalhava em Lisboa, colhendo informações a respeito das viagens portuguesas.

² *Sereníssimo Rei*. D. Manuel.

³ *Tramontana*. Vento norte; norte; rumo. Ou seja, o rei português enviou para o norte dois navios. A expressão “perder a tramontana” significa, pois, “perder o rumo”. A tradução publicada na revista *Arquivo dos Açores* (ver “Fontes”) traz: “para as partes do poente”.

⁴ *Dois navios*. No original: *due legni*. Trata-se dos navios de Gaspar Corte Real, que em 12 de maio de 1500 recebeu carta de D. Manuel doando-lhe todas as terras que viesse a descobrir em futuras jornadas, segundo projeto já existente de descobrimentos lusos. Gaspar fez pelo menos duas viagens em direção à América do Norte: uma em 1500, e outra em 1501. A expedição de 1501 partiu em maio, com dois navios (segundo a maioria das fontes; uma carta de D. Manuel de 15 de janeiro de 1502, contudo, menciona três navios). Além da atual carta, outras duas se referem a essa expedição, escritas pelo embaixador de Veneza na Espanha e Portugal, Pedro Pasqualigo, em 18 e 19 de outubro de 1501 (ver *Documento 19*).

saber⁵ se era possível encontrar terras ou algumas ilhas naquelas partes. Agora, aos 11 do presente, um deles retornou salvo, com presa, trazendo gente e notícias, as quais me pareceu não devia passar sem ciência de Vossa Excelência. Assim, escrevo abaixo, com clareza,⁶ precisamente tudo o que o capitão contou ao rei, na minha presença.⁷

Primeiramente, contam que, partindo do porto de Lisboa, caminharam quatro meses contínuos para aquele vento e para aquele pólo.⁸ Em todo esse espaço, não viram nada. Ao entrar no quinto mês, querendo ainda seguir avante, dizem que encontraram grandíssimas massas concretas de neve⁹ movidas nas cristas das ondas do mar. No alto delas se dissolvia, pelo poder do sol, uma água doce e clara, que escorria por canais por ela cavados. Assim que – os navios já necessitando de água – encostaram com os batéis nelas e colheram o necessário.

E temendo estar naquele lugar – pelo perigo do momento – quiseram regressar; mas, ajudados pela esperança,¹⁰ deliberaram [para saber] como poderiam melhor prosseguir ainda por alguns dias. Puseram-se a viajar. No segundo dia, encontraram o mar congelado, e foram obrigados a abandonar o empreendimento.

⁵ *Saber*. No original: *cherchare* (procurar, pesquisar).

⁶ *Com clareza*. No original: *distinctamente*.

⁷ *Tudo o que o capitão contou ao rei, na minha presença*. A tradução da *Arquivo dos Açores* traz: “tudo o que precisamente foi pelo capitão contado ao rei”. Cantino, portanto, estava presente quando o piloto do navio que retornou a Portugal contou ao rei a viagem. Com essa observação, Cantino ao mesmo tempo legitima sua narrativa a Hércules d’Este – pois ela estava baseada no testemunho de um participante direto dos acontecimentos – e comprova de suas boas relações na Corte portuguesa.

⁸ *Para aquele vento e para aquele pólo*. Para tramontana, isto é, para o norte.

⁹ *Grandíssimas massas concretas de neve*. Icebergs. No original: *masse grandissime de concreta neve*. O parágrafo, embora muito bonito, às vezes apresenta dificuldades de compreensão. Os navios de Corte Real saíram de Lisboa em direção ao norte; navegaram quatro meses sem nada encontrar, até chegar a uma região próxima da atual Groenlândia, onde se depararam com *icebergs* deslocando-se do pólo norte para o sul. Como precisavam de água doce, os tripulantes a retiraram de um *iceberg* que começava a derreter.

¹⁰ *Ajudados pela esperança*. No original: *aiutati da speranza*. A *Arquivo dos Açores* traz: “animados pela esperança”. Baseados talvez em alguns vestígios, os tripulantes acreditaram encontrar terra firme logo adiante.

Começaram a circunavegar para noroeste¹¹ e poente; e continuaram naquela volta por três meses, sempre com bom tempo.

E no primeiro dia do quarto mês, entre os dois rumos,¹² avistaram um grandíssimo país¹³ e dele se aproximaram com grandíssima alegria. Muitos e grandes rios de água doce corriam daquela região para o mar. Entraram por um deles, talvez uma légua pela terra adentro.

Desembarcados naquela terra, acharam abundância de diversos e suavíssimos frutos,¹⁴ árvores e pinheiros de desmesurada altura e grossura, que seriam demais para o mastro do maior navio que caminha no mar. Ali não nasce cereal de espécie alguma. Dizem que os homens daquele país não vivem senão da pesca e da caça de animais, abundantes no país, a saber: grandíssimos cervos cobertos por longuíssimo pêlo, cujas peles [os nativos] usam para vestir-se, fazer casas e barcas; e também lobos, raposas, tigres e zibelinas.

Afirmam haver – o que me parece milagre – tantos falcões peregrinos¹⁵ quantos pássaros existem no nosso país; eu os vi e são belíssimos. Sobre os homens e as mulheres desse lugar, tomaram¹⁶ à força cerca de 50 e os trouxeram ao rei, os quais – eu vi – foram tocados e contemplados.¹⁷ Começando pelo tamanho, digo

¹¹ *Noroeste*. No original: *maestro*.

¹² *Entre os dois rumos*. Entre o oeste e o noroeste. No original: *fra q̄r esti venti* (entre estes dois ventos).

¹³ *Grandíssimo país*. Não há acordo, entre os estudiosos, sobre que país foi esse. A maioria dos especialistas defende a opinião de que a esquadra teria alcançado o litoral do atual Canadá, descrito nas próximas linhas. Ver “Análise histórica”.

¹⁴ A descrição deixa claro que a esquadra chegou à terra durante o verão.

¹⁵ *Falcões peregrinos*. Falcões de arribada.

¹⁶ *Tomaram*. No original: *pigliarno* (pilharam, que já dá a idéia de tomar à força).

¹⁷ *Os quais – eu vi – foram tocados e contemplados*. Ou: “os quais eu vi, toquei e contemplei”. O original tem frase duvidosa: *li quali io ho visti, tochi et contemplati*. A *Archivo dos Açores* traz: “e os trouxeram ao Rei, que os viu, tocou e contemplou”. De qualquer forma, o trecho atesta a prática dos navegantes portugueses, confirmada em outros documentos deste livro, de transportar até Lisboa nativos das regiões visitadas, para serem exibidos, para aprenderem o português (servindo futuramente de intérpretes dos lusitanos em suas regiões de origem) e para transmitirem aos conterrâneos a riqueza e o poder de Portugal. O número aqui – cinquenta nativos – é que parece

que são um tanto quanto maiores do que o nosso natural, com membros proporcionais e bem formados. Os cabelos dos homens são longos, como nós outros costumamos usar, e pendem com certas voltas aneladas. Eles têm o semblante marcado com grandes sinais; e os sinais são como aqueles dos indianos. Os olhos são verdes, os quais – quando eles fitam – dão grande ferocidade a todo o semblante. Não se entende a voz, mas em si não tem nenhuma aspereza; antes, é bem humana. A sua condição¹⁸ e seus gestos são mansos. A mulher tem os peitos pequenos e belíssimo corpo, apresenta um visual bastante gentil e sua cor, pode-se dizer, [é] mais branca do que outra coisa. Mas o homem é muito mais negro.

Em suma, salvo o terrível olhar do homem, em todas as coisas me parecem iguais à nossa imagem e semelhança.¹⁹ Estão nus em todas as partes do corpo, salvo os membros vergonhosos, que se mantêm cobertos com uma pele dos mencionados cervos. Não possuem armas nem ferro algum. O que trabalham e fazem, fazem-no com duríssimas pedras agudas, com as quais não há coisa tão dura que não cortem.

Esse navio veio de lá até aqui em um mês; dizem haver 2800 milhas de distância. O outro companheiro²⁰ deliberou navegar por aquela costa para saber se é ilha ou terra firme.

E assim o Rei espera com muita ansiedade²¹ aquele e outros, os quais, assim que chegar, trazendo coisa digna de Vossa Excelência, lhe darei notícias.²²

exagerado, comparativamente ao registrado em outros documentos, que relatam o transporte de apenas alguns (menos de dez) nativos americanos, de cada vez.

¹⁸ *Condição*. Aparência. No original: *condictione*.

¹⁹ O autor da carta parece dizer que, apesar de selvagens, os nativos daquela terra “possuem alma”, como os europeus, ao mencionar “à nossa imagem e semelhança”, uma analogia com a expressão bíblica de que os homens foram criados à imagem e semelhança de Deus.

²⁰ *Outro companheiro*. Trata-se de Gaspar Corte *Real, que continuou a viagem e nunca mais foi encontrado, apesar de seu irmão, Miguel Corte *Real, haver formado uma nova frota e partido em seu encalço, em 1502.

²¹ *Ansiedade*. No original: *desiderio* (desejo, ânsia, ansiedade). A *Arquivo dos Açores* traz: “ânsia”. O rei D. Manuel queria obter mais informações do e sobre o comandante da expedição, Gaspar Corte Real.

²² A publicação dessa carta, na *Arquivo dos Açores* (ver “Fontes”), termina aqui.

Aos cinco do presente chegou ao porto de Cadiz uma caravela da majestade real da Espanha, a qual havia sido mandada há alguns meses para suas ilhas de Antilhas.²³ Trouxeram 60 escravos, 300 quintais²⁴ de *braxilio*²⁵ e 300 de pau-brasil,²⁶ e 50 marcos de pérolas, das quais algumas foram trazidas para esta terra; eu as vi e toquei: não são muito grandes e não têm o brilho em si, mas muito depressa *tranno ao columbino*.²⁷ [...] ²⁸

Este rei²⁹ pôs agora em uso uma determinação: todos os que no seu Reino cometerem coisas dignas de grande pena, ou de morte, todos os que ele faz prender, não manda matar; conserva-os e com o tempo os manda a esses lugares e ilhas descobertos; e lhes impõem que, se em algum tempo retornarem da terra onde foram deixados para Lisboa, perdoa-lhes o delito e faz mercê de 500 ducados.³⁰ Mas eu creio que raros retornarão, porque, em

²³ Não se sabe qual caravela espanhola chegou no dia 5 de outubro de 1501. Os últimos europeus que haviam estado nas Antilhas, partindo e retornando ao porto de Cadiz, haviam sido Vespúcio, Juan de La Cosa e Alonso de Ojeda, mas estes chegaram em setembro de 1500. Colombo também esteve nas Antilhas, na sua terceira viagem, mas regressou, preso, em novembro de 1500. A expedição de Cabral regressou em julho de 1501, mas tinha bandeira portuguesa.

²⁴ *Quintais*. No original: *cantara*. Sobre “quintais”, ver *Documento 9*, nota 61.

²⁵ *Braxilio*. Palavra desconhecida, aparentemente significando *brasile*, ou pau-brasil; em seguida, contudo, o texto menciona *versino*, como era denominado o pau-brasil em italiano.

²⁶ *Pau-brasil*. No original: *versino*.

²⁷ *Tranno ao columbino*. Expressão desconhecida dos autores deste volume.

²⁸ No texto da *Raccolta...* – o único, dos dois consultados, que inclui este trecho da carta (ver “Fontes”) – aparecem aqui, após a palavra “columbino”, reticências. Teria a *Raccolta...* eliminado um trecho original da carta de Cantino? Berchet não explica.

²⁹ *Este rei*. Trata-se de D. Manuel, monarca de Portugal, conforme se torna claro nas linhas seguintes. A entrada intempestiva de D. Manuel no texto da carta – tratado como “este rei”, embora não haja referência imediatamente anterior ao personagem – reforça a hipótese, aventada na nota anterior, de que a edição da *Raccolta...* tenha suprimido um trecho do documento original, situado logo antes desta frase. Note-se que a carta de Cantino é escrita em estilo muito elegante, não comportando outras imprecisões como esta aqui apontada.

³⁰ Trecho extremamente interessante, por registrar uma informação que, embora seja do conhecimento de alguns historiadores, é muito rara de ser encontrada, de forma

um lugar chamado Santa Cruz³¹ – por ser deleitável, de bons ares e abundante em frutos dulcíssimos – fugiram cinco marinheiros do navio do rei [para a terra], não quiseram mais retornar ao navio e lá ficaram.³² Recomendo-me a Vossa Excelência.

Lisboa, dia 17 de outubro de 1501. Ilustríssimo e excelentíssimo senhor duque, vosso servidor Alberto Cantino.

tão explícita, em documentos da época: por decisão real, os réus que a Justiça portuguesa condenava à morte eram degredados para as terras recém-descobertas. Efetivamente, desde a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, instituiu-se o costume de levar degredados nas expedições, abandonando-os nas terras recém-encontradas para, caso sobrevivessem, ali aprender os costumes e as línguas locais, servindo de intérpretes e intermediários dos próximos portugueses que lá aportassem. A respeito, ver *Documento 6*, nota 147, e *Documento 8*, nota 26. A carta de Cantino apresenta também a informação de que esses degredados, se retornados a Lisboa, eram perdoados e recebiam quinhentos ducados como recompensa. Há notícias sobre muitos degredados perdoados, mas não encontramos confirmação sobre a recompensa de quinhentos ducados oferecida aos que retornavam.

³¹ *Santa Cruz*. Note-se, no texto, o abandono do topônimo “Vera Cruz”, um ano e um mês após a chegada de Cabral à terra americana.

³² Cantino refere-se aqui à expedição de Cabral. Sobre os marinheiros que fugiram da frota, o número de Cantino diverge do número registrado na carta de Pero Vaz de Caminha, que menciona dois degredados e dois marinheiros. Considerando a informação de Caminha correta, há três possibilidades: 1ª) depois que Caminha escreveu a carta – entre 30 de abril e 1ª de maio —, fugiram mais marinheiros antes que Cabral partisse para a Índia; 2ª) os marinheiros que fugiram pertenciam a uma outra expedição que esteve no Brasil entre 1500 e 1501 e chegou a Lisboa antes de 17 de outubro de 1501; 3ª) Cantino ou seu informante confundiu a informação, somando marinheiros e degredados e acrescentando mais um marinheiro ao total – esta última hipótese nos parece a mais provável, já que se desconhece a fonte de onde proveio essa informação.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Arquivos do Estado de Modena, Itália. Chancelaria Ducal. Despachos da Espanha.

FONTES

Arquivo dos Açores. V. IV. Ponte Delgada, Ilha de S. Miguel (Açores): Tipografia do Arquivo dos Açores, 1881, p. 324-326.

O texto da carta de Cantino publicado nessa revista está incompleto, conforme assinalado na nota 20.

BERCHET, Guglielmo: *Raccolta di documenti e studi. Fonti italiane per la storia della scoperta dei Nuovo Mondo*. V. I, parte III. Roma: Comissão Colombiana para o Quarto Centenário da Descoberta da América, Ministerio della Publica Istruzione, 1892-1896, p. 151-152.

O documento que aqui aparece é uma tradução, realizada pelos autores do presente volume, do texto editado na *Raccolta...* Em notas, são feitas comparações com a tradução publicada na *Arquivo dos Açores*. Note-se que, embora apresente texto mais longo do que o editado na *Arquivo dos Açores*, a versão da carta de Cantino que aparece na *Raccolta...* pode também estar incompleta, como se lê nas notas 26 e 27.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

Escrita no primeiro ano do século XVI, esta carta foi publicada em português 380 anos mais tarde (1881), no volume citado da revista *Arquivo dos Açores*. No ano seguinte (1882), foi traduzida para o francês e editada em Paris por Henry Harrisse, como parte do seu *Jean et Sébastien Cabot, leur origine...*, p. 262 ss.

Em italiano, o texto foi editado apenas no final do século XIX, na coletânea organizada por Berchet, *Raccolta...* É a primeira vez que o documento sai publicado no Brasil.

EMENTA

Carta de Alberto *Cantino a Hércules d'Este, Duque de Ferrara, transmitindo a narrativa ouvida, na presença do rei D. Manuel, do capitão de um dos navios da segunda expedição de Gaspar Corte *Real, sobre a viagem desde Lisboa até as proximidades do Canadá. No verso da carta está escrito: “Ilustríssimo príncipe e excelentíssimo senhor Hércules d'Este, Duque de Ferrara, digníssimo e meu particularíssimo senhor”.

ANÁLISE HISTÓRICA

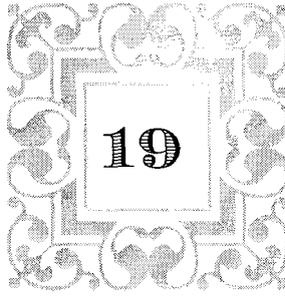
A primeira viagem comprovada dos portugueses à América do Norte foi a comandada por João Fernandes, em 1499-1500. Fernandes, um agricultor açoriano da Ilha Terceira que gostava de viajar, recebeu carta-patente de D. Manuel para, arcando com as despesas, procurar e descobrir ilhas “sob nossa esfera de influência”, isto é, na metade do globo que o Tratado de Tordesilhas definira como portuguesa. O que se sabe a respeito dessa expedição está nos mapas, como o chamado “planisfério de Cantino”, de 1502 (*Documento 24*), contrabandeado de Portugal para Gênova pelo mesmo autor do presente documento, Alberto *Cantino, para o mesmo destinatário desta carta, o Duque de Ferrara. No planisfério de Cantino, lê-se que os navegadores portugueses

vislumbraram a atual Groenlândia em 1500, denominando-a, em homenagem ao agricultor Fernandes, Terra do Livrador. No século XVII, o nome da região tornou-se Groenlândia (em inglês, *Greenland*, “terra verde”), passando Labrador (com “b”) a designar uma área continental no nordeste do Canadá.

Em maio de 1500, D. Manuel autorizou Gaspar Corte *Real, fidalgo também açoriano, a “procurar, descobrir e encontrar [...] algumas ilhas e um continente”. Nesse mesmo ano, segundo cartas geográficas e textos de cronistas do período – que, embora numerosos, divergem entre si –, Gaspar teria chegado à atual Groenlândia e à atual Newfoundland (Terra Nova), ilha situada a nordeste do continente, hoje pertencente ao território canadense. Os portugueses depois chamaram essa região de “Terra do Bacalhau”, dada a abundância desse peixe nas geladas águas do Atlântico Norte. No mesmo local estivera, três anos antes, o italiano João Caboto.

Em maio de 1501, Gaspar Corte Real fez uma segunda viagem ao Atlântico Norte, a descrita no presente documento. Há dúvida, entre os especialistas, sobre a região alcançada nessa jornada. Embora seja descrita, na carta de Cantino, com alguma abundância de informações, inclusive quanto aos habitantes, o fato é que se trata de informações genéricas, por si só incapazes de levar a uma identificação precisa. Alguns estudiosos defendem que Corte Real, nessa viagem, chegou à Groenlândia, outros (a maioria, entre os quais se incluem os autores deste volume) referem-se à terra descrita como o litoral canadense, enquanto outros chegam a mencionar o litoral dos atuais Estados Unidos. A segunda viagem de Gaspar Corte Real é referida por cronistas portugueses (como Damião de Góis e António Galvão) e também descrita pelo embaixador de Veneza na Espanha, Pedro Pasqualigo, em correspondência de 19 de outubro de 1501 (*Documento 19*), cuja “Análise histórica” complementa esta.

Tal como o *Documento 19*, este se refere às viagens portuguesas tanto para a América do Norte quanto para a Central e a do Sul. No trecho referente ao Brasil, essa fonte contém uma rara informação, relativa aos degredados, comentada à nota 32. É também dos poucos documentos que ressaltam a escolha, feita por tripulantes da esquadra de Cabral, de permanecer no Brasil. Com bom humor, Cantino relaciona essa escolha à beleza e à abundância da terra americana e à amenidade de seu clima, duvidando, devido a esses fatores, que os degredados lusos deixados no Brasil quisessem retornar a Portugal.



CARTA DE PEDRO PASQUALIGO

18 DE OUTUBRO 1501

AOS NOVE DIAS do presente¹ chegou aqui uma das duas caravelas que no ano passado a majestade do dito rei² mandou a descobrir terra para a parte de tramontana,³ e trouxe sete [pessoas], entre homens, mulheres e crianças, da terra por ela [majestade] descoberta, entre o noroeste e o poente, 1800 milhas longe daqui.

Esses homens assemelham-se – de aspecto, figura e estatura – aos ciganos.⁴ Têm o rosto marcado em diversos lugares, uns com mais e outros com menos sinais. Vestem-se com peles de diversos

¹ *Presente*. Outubro de 1501.

² D. *Manuel I. Trata-se de carta de Pedro *Pasqualigo di Filippo, então embaixador extraordinário de Veneza em Lisboa, dirigida ao senado veneziano.

³ *Tramontana*. Norte. O texto refere-se à segunda expedição de Gaspar Corte *Real ao Atlântico Norte, composta provavelmente por dois navios, que teriam saído de Portugal em maio de 1501. Gaspar e sua nau jamais retornaram dessa viagem que, muito provavelmente, alcançou as atuais Groenlândia e Terra Nova (*Newfoundland*), esta no Canadá. O presente documento trata do retorno da segunda nau dessa expedição.

⁴ A comparação com os ciganos talvez significasse que se tratava de pessoas de pele morena, cabelo escuro e baixa estatura, conforme o tipo mais comum do povo cigano, descrito à época; mas pode ser significativa a analogia desses “selvagens” –

animais, mas principalmente de lontras. O seu falar é completamente alheio a todo outro que até agora tenha sido percebido neste reino, nem entendido por pessoa alguma. São muito bem dispostos nos membros e têm as faces muito mansas, mas seus modos e gestos são bestialíssimos, como de homens selvagens.⁵

Esses [homens] da caravela⁶ acreditam que a supradita terra seja terra firme e conjuga-se com outra terra, que no ano passado foi descoberta abaixo do norte⁷ por outras caravelas dessa majestade. Não puderam nelas chegar por estar o mar ali agitado, com grandíssima quantidade de neve, como montes de terra.⁸ Acreditam, ainda,⁹ conjugar-se com as Antilhas¹⁰ – que foram descobertas pelos reis da Espanha – e com a Terra dos Papagaios,¹¹ recentemente¹² encontrada pelos navios deste rei, as quais foram a Calicut. Acreditam nisso: 1º) porque percorreram a costa da dita terra por espaço de mais de 600 milhas sem encontrar o seu fim; 2º) porque dizem ter encontrado muitos rios grandíssimos que desembocam no mar.¹³

como a seguir são denominadas as pessoas encontradas na viagem – com um grupo étnico e cultural mais marginalizado e perseguido na península ibérica, no período.

⁵ *Selvagens*. No original: *silvestri* (silvestres). A imagem do selvagem, tão comum em outros documentos da época para referir-se a habitantes da América, ressurgue aqui.

⁶ As pessoas da expedição de Gaspar Corte Real.

⁷ *Abaixo do norte*. No original: *soto la tramontana* (debaixo da tramontana). Trata-se de uma referência às terras brasileiras conhecidas pelos portugueses no ano anterior, em 1500? Uma hipótese bem mais provável é a de que a referência seja às terras encontradas pelo próprio Corte Real em sua primeira expedição ao Atlântico Norte, saída de Portugal em 1500; nesse caso, o texto estaria se referindo a terras do atual Canadá ou da Groenlândia.

⁸ Provavelmente, *icebergs*.

⁹ *Ainda*. Está em latim: *etiam*.

¹⁰ *Antilhas*. As Antilhas foram encontradas em 1492, na primeira viagem de Cristóvão Colombo à América, a serviço da Coroa espanhola.

¹¹ *Terra dos Papagaios*. Encontra-se aqui uma das primeiras denominações da terra encontrada por Cabral, constante, sobretudo, dos documentos escritos por italianos. “Terra dos Papagaios” conviveu com os topônimos “Ilha de Vera Cruz” e “Terra de Santa Cruz” até a fixação do nome “Brasil”, dado em virtude da exploração da grande quantidade de pau-brasil existente no país.

¹² *Recentemente*. No original italiano: *noviter*.

¹³ Esse é um trecho muito importante da carta, pois afirma, em data muito recuada, que a América do Norte estaria ligada às Antilhas e à América do Sul, oferecendo

De dia para dia se espera a outra caravela capitânia,¹⁴ pela qual se saberá distintamente a qualidade e a condição da sobredita terra, porque ela navegou mais avante, percorrendo aquela costa, para descobrir o quanto mais pudesse da mesma.

Esta real majestade¹⁵ teve grande prazer com a notícia, porque lhe parece que essa terra será muito conveniente para as suas coisas, por muitas razões, mas, principalmente, porque, sendo muito vizinha deste reino, facilmente e em pouco tempo poderá obter grandíssima cópia de madeiras para a fabricação de mastros e vergas¹⁶ de navios, e muitos homens escravos, [aptos] para toda a fadiga, porquanto dizem aquela terra ser povoadíssima e cheia de pinhos e outras ótimas madeiras.

A notícia deu tanto prazer à sua majestade que teve vontade de mandar navios novamente¹⁷ ao dito lugar, e aumentar sua frota da Índia, mais para conquistar depressa do que para descobrir;¹⁸ porque lhe parece que Deus está com sua majestade, nas suas obras e mandos, para obter todo o seu desígnio [...].

argumentos para isso. Por esse trecho alguns historiadores deduzem que, antes mesmo de Colombo viajar para Honduras e Verágua, em outubro de 1501, já se pensava em Portugal que as terras americanas do norte fossem contíguas às do sul, uma noção que a cartografia, contudo, passou a registrar somente bem mais tarde. Humboldt (*Examen Critique...*, tomo IV, p. 263) comentou, a respeito: “É surpreendente esta adivinhação que proclama, apesar da ausência de tantas cadeias intermediárias, uma ligação continental entre o Brasil e as terras glaciais de Labrador, apesar da ausência de tantas cadeias intermediárias”.

¹⁴ Trata-se da nau capitaneada por Gaspar Corte *Real que, conforme fica claro no texto, explorou um trecho mais longo da terra encontrada. Meses depois deste documento, a nau de Gaspar foi dada por perdida, e Miguel Corte *Real, em maio de 1502, aventurou-se à procura do irmão, também não retornando da viagem.

¹⁵ *Esta real majestade*: D. Manuel I.

¹⁶ *Mastros e vergas*. No original: *arbori et antene*. Em náutica usava-se o termo “árvore” para designar o mastro; a expressão “árvore seca” significava mastro sem vela, utilizado para navegar sob temporais.

¹⁷ *Novamente*. No original, o latim *iterum*.

¹⁸ Pasqualigo ressalta a vontade de D. Manuel de utilizar a terra americana para suprimento de madeira (destinada à construção de navios, a fim de aumentar a frota portuguesa) e de mão-de-obra (por meio da escravização dos índios), assinalando

que a intenção de Portugal de colonizar a América já se sobrepunha, em 1501, à de simplesmente explorá-la (“descobrir”). A referência ao grande número de habitantes na América do Norte foi comum também nos documentos referentes à América do Sul, como os redigidos por Vesúpcio ou a ele atribuídos (especialmente os *Documentos* 23, 27 e 28).



COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Desconhecido.

FONTES

SANUTO, Marino. *I Diarii*, publicado por Rinaldo Fulin. Tomo IV. Veneza, 1880, colunas 200-201.

Arquivo dos Açores. V. IV. Ponta Delgada, Ilha de São Miguel. Instituto Universitário dos Açores, Tipografia do Arquivo dos Açores, 1882, p. 587-588 (trecho italiano extraído de *Les Corte-Real*, de Henry HARRISSE, p. 209-210, com tradução portuguesa de J. M. V. P. de C.).

BERCHET, Guglielmo: *Raccolta di documenti e studi. Fonti italiane per la storia della scoperta dei Nuovo Mondo*. Roma: Comissão Colombiana para o Quarto Centenário da Descoberta da América, Ministerio della Publica Istruzione, 1892-1896, parte III (*Documenti Diplomatici*), VIII, p. 87-88.

Centenário do descobrimento da América. Memórias da Comissão Portuguesa da Exposição Colombina. Lisboa, [s. d.] (1892?), p. 102-103

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

Esse importante documento foi preservado graças à cópia feita por Bartolomeu Cecchetti, superintendente dos “Archivos do Estado, Veneza”, publicada nos diários (*I Diarii*) de Marino Sanuto com o seguinte título: “Cópia de uma carta escrita em Portugal no dia 18 de outubro de 1501 e recebida no dia 28 de dezembro de 1501”.

EMENTA

Carta do embaixador extraordinário de Veneza em Portugal, Pedro *Pasqualigo, escrita em Lisboa em 18 de outubro de 1501, enviada ao senado veneziano, contendo notícias a respeito da expedição de Gaspar Corte Real à América do Norte, referência à viagem de Cabral – importantes reflexões acerca do formato e das proporções do continente americano (aí incluída expressamente a “Terra dos Papagaios”, atual Brasil) – e ao destino que D. Manuel pretendia dar às terras americanas.



Mon premier depart de Lisbonne en Portugal

Gravura aquarelada em *Americae tertia pars memorabile provinciae Brasiliae. Historiam continens germanico primum sermone scriptam a Joanne Stadio...*, de Theodore de Bry, 1592, Frankfurt (relato da viagem de Hans Staden ao Brasil, 1549–1555, 1ª edição, em Marburg, 1557).



Les poissons volants

Gravura aquarelada em *Americae tertia pars memorabile provinciae Brasiliae. Historiam continens germanico primum sermone scriptam a Joanne Stadio* ... de Theodore de Bry, 1592, Frankfurt (relato da viagem de Hans Staden ao Brasil, 1549–1555, 1ª edição, em Marburg, 1557).

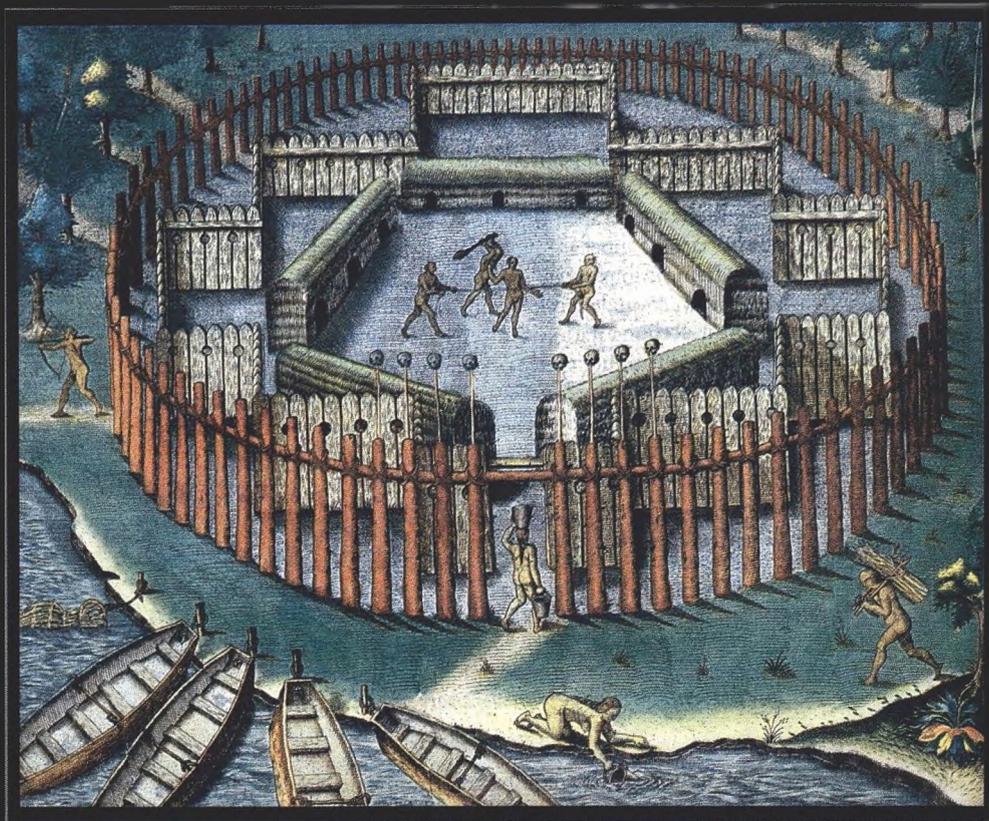


Rencontre d'un grand canot plein de sauvages

Gravura aquarelada em *Americae tertia pars memorabile provinciae Brasiliae. Historiam continens germanico primum sermone scriptam a Joanne Stadio...*, de Theodore de Bry, 1592, Frankfurt (relato da viagem de Hans Staden ao Brasil, 1549–1555, 1ª edição, em Marburg, 1557).



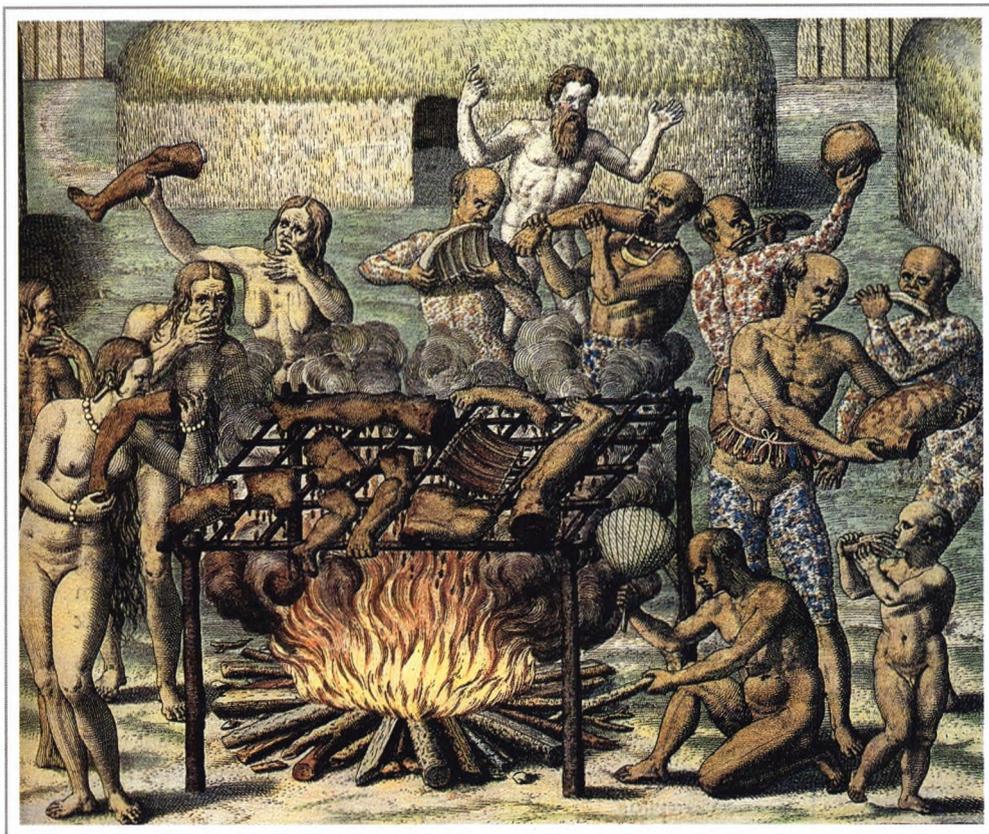
Comment les Portugais envoÿèrent un second vaisseau à ma recherche
Gravura aquarelada em *Americae tertia pars memorabile provinciae Brasiliae. Historiam*
contines germanico primum sermone scriptam a Joanne Stadio ... de Theodore
de Bry, 1592, Frankfurt (relato da viagem de Hans Staden ao Brasil,
1549–1555, 1ª edição, em Marburg, 1557).



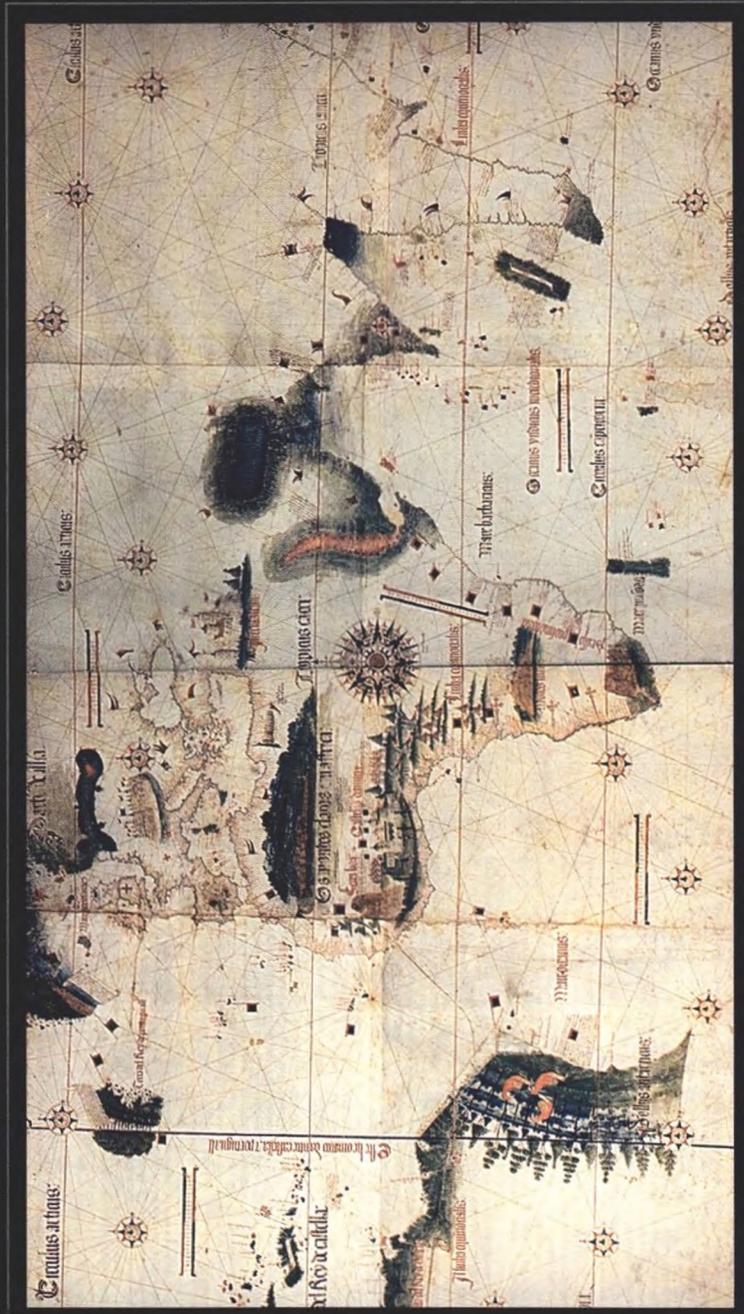
Gravura aquarelada em *Americae tertia pars memorabile provinciae Brasiliae. Historiam continens germanico primum sermone scriptam a Joanne Stadio...*, de Theodore de Bry, 1592, Frankfurt (relato da viagem de Hans Staden ao Brasil, 1549–1555, 1ª edição, em Marburg, 1557).



De leur manière de fabriquer des boissons enivrantes et de boire
Gravura aquarelada em *Americae tertia pars memorabile provinciae Brasiliae. Historiam*
contines germanico primum sermone scriptam a Joanne Stadio . . . de Theodore
de Bry, 1592, Frankfurt (relato da viagem de Hans Staden ao Brasil,
1549–1555. 1ª edição, em Marburg, 1557).



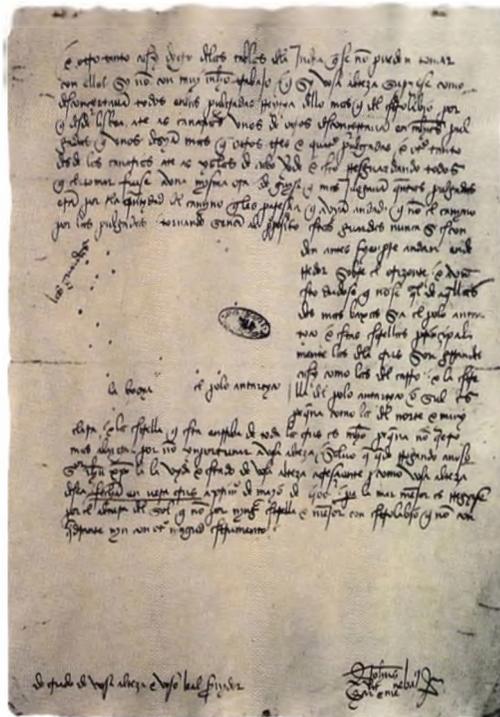
Des ceremonies avec lesquelles les sauvages tuent et mangent leurs prisonniers VI
Gravura aquarelada em *Americae tertia pars memorabile provinciae Brasiliae. Historiam*
continens germanico primum sermone scriptam a Joanne Stadio..., de Theodore
de Bry, 1592, Frankfurt (relato da viagem de Hans Staden ao Brasil,
1549–1555, 1ª edição, em Marburg, 1557).



Planisfério Anônimo Português, atribuído a Cantino.
Biblioteca Estense, Modena.



D. Manuel I. Detalhe do “Livro I de Além-Douro”, da *Leitura Nova*, 1504. Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Lisboa.



Carta do Mestre João para D. Manuel I, Porto Seguro, 1º de maio de 1500. Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Lisboa. Neste documento encontra-se registrado o primeiro esboço de representação do Cruzeiro do Sul.

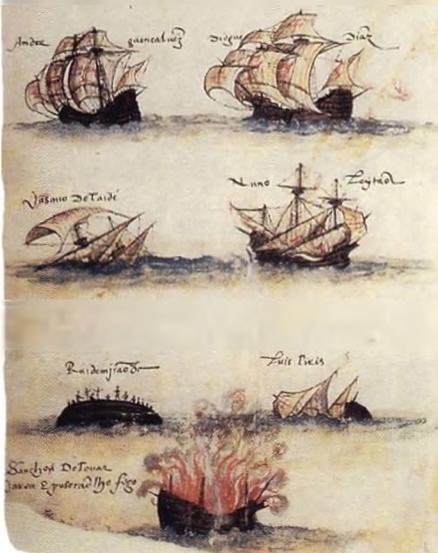


Medalhão esculpido no claustro do Mosteiro dos Jerônimos, Lisboa, que se tem sugerido poder representar Pedro Álvares Cabral. Fotografia de Laura Castro Caldas e Paulo Cintra

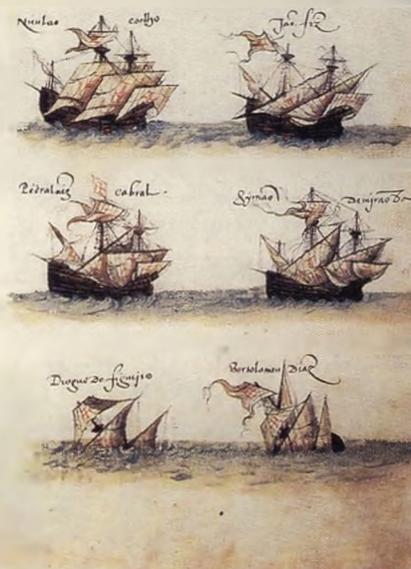


Brasão dos Cabrais. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, v. II, Porto, 1922.

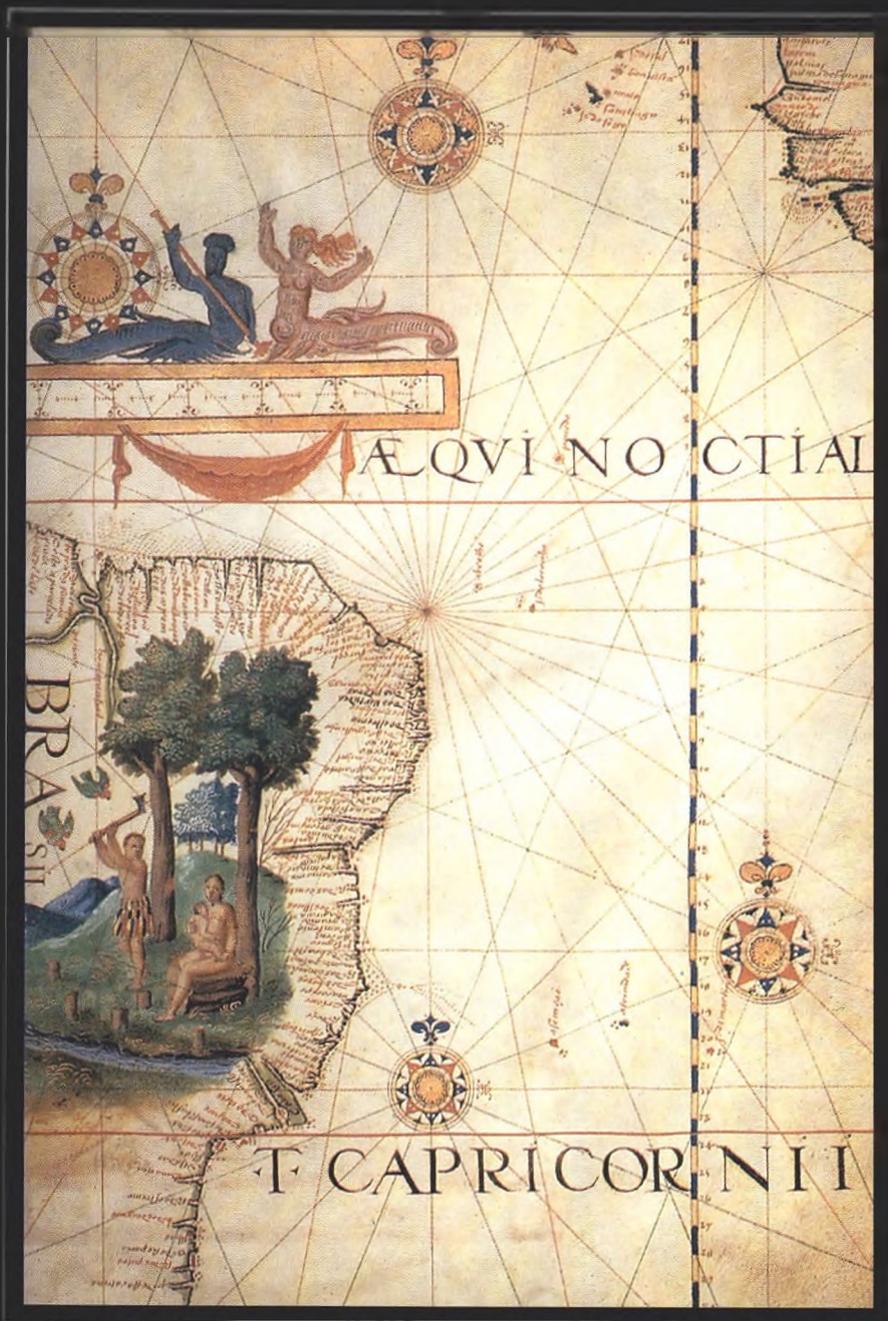
A SEGVNDA ARMADA DE DEBRAL



VARES CABRAL ANO DE 1500



Armada de Pedro Álvares Cabral, *Memória das Armadas*, c. 1567.
Academia de Ciências de Lisboa.



O Brasil no Atlas de Sebastião Lopes, c. 1565. Newberry Library, Chicago.



“Povos bravos e nus, previamente desconhecidos”, gravura na edição alemã das cartas de Américo Vespúcio a Piero Soderini, Estrasburgo, 1509.

Brasão de Pero Vaz de Caminha,
História da Colonização Portuguesa no Brasil, v. II, Porto, 1922.





A ilha do Brasil, baixo-relevo em madeira, por vezes atribuído a Jean Cousin, dito “o Velho”, c. 1530. Musées Départementaux de la Seine Maritime, Ruão.



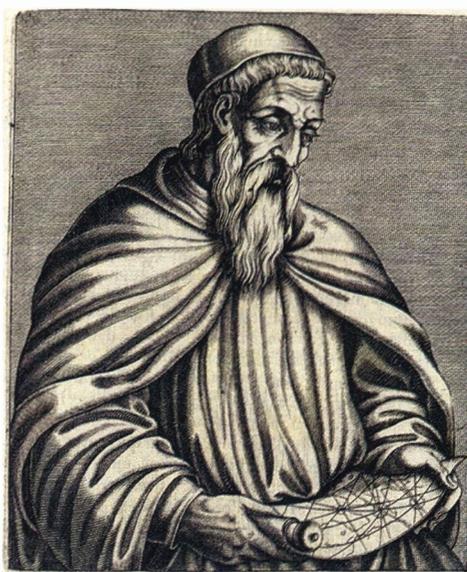
Adoração dos Magos, óleo sobre madeira de carvalho, c. 1501–1506, oficina de Vasco Fernandes. Museu de Grão Vasco, Viseu. A substituição do tradicional Mago negro, Baltazar, por um índio “brasileiro” (provavelmente tupinambá) constitui a primeira representação ocidental de um nativo das terras de Vera Cruz, já que é consensualmente aceito que a pintura deste painel do retábulo da capela-mor da Sé de Viseu deverá ter ocorrido não depois de 1502.



Retrato de Pedro Álvares Cabral numa gravura publicada em *Retratos e elogios dos varoes e onas que ilustram a nação portugueza*, de Pedro José Figueiredo, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1817.

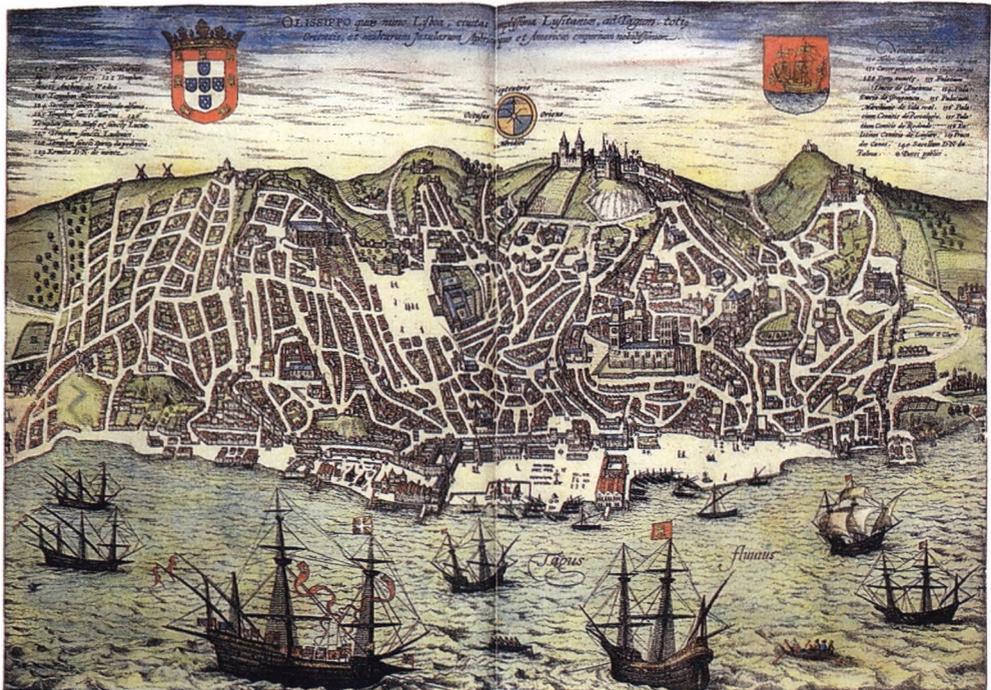


Américo Vespúcio (1451–1512). Navegador e explorador florentino. Piloto-mor da Casa de la Contratación, de Sevilha (1508–1529). Em sua homenagem, o Novo Mundo descoberto recebeu o nome de *América*, por sugestão de Martin Waldseemüller. Gravura de Montanus, 1671.





Indios cerrando um tronco de pau-brasil. Ornamentação do quadro de escalas de uma carta do atlas *Zee-Fakkell*, de Johanne van Keulen, 1683.



Lisboa. Olissippo quae nunc Lisboa, civitas amplissima Lusitaniae, ad Tagum, totius
Orientis, et multarum Insularum Africaeque et Americae emporium
nobilissimum, Georgius Braunius e Franciscus Hogenberg,
Civitates Orbis Terrarum, Coloniae Agrippinae, 1572–1618
(1598, v. V, n° 2, 370 × 470 mm).



Isabel, a Católica, por L. de Madrazo (século XIX).
Alcazar de Segovia, sala del Pabellón.



Fernando, o Católico, por B. Montañés (século XIX).
Alcazar de Segovia, sala del Pabellón.



Mapa-múndi de Martin Waldseemüller, c. 1507. John Carter Brown Library.

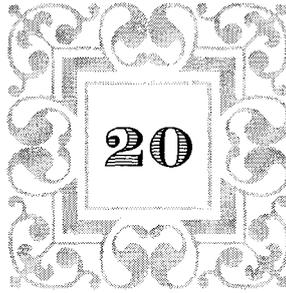
ANÁLISE HISTÓRICA

Os irmãos açorianos Gaspar e Miguel Corte *Real, que mantinham boas relações na Corte portuguesa, lançaram-se à exploração do Atlântico Norte, chegando à Groenlândia, à Terra Nova (Canadá) e, segundo alguns autores, também ao atual Estados Unidos. A viagem deles ressalta uma etapa ainda pouco valorizada, especialmente no Brasil, das viagens oceânicas portuguesas: as incursões pela América do Norte. Desde a primeira viagem de Gaspar Corte Real ao Atlântico Norte, D. Manuel mostrara-se extremamente satisfeito com os resultados obtidos pela expedição. Em carta de 27 de janeiro de 1501 a João Martins, o monarca chegou a referir-se a ela como o “descobrimiento da terra anunciada”. Com base nesse tipo de informação, é possível supor que, por volta de 1500, Portugal estivesse não apenas muito interessado, mas também disposto a investir na exploração e a colonização da América do Norte, projeto só depois abandonado, em prol das Índias e de outros pontos da Ásia, do Brasil e do litoral da África.

Além das informações que oferece a respeito da segunda expedição de Corte Real, o documento é importante por relacionar entre si as diversas expedições da época à América do Norte, à América Central (sob bandeira espanhola) e à América do Sul, em geral hoje pensadas e estudadas em separado. Exatamente por relacionar entre si tais expedições, refletindo sobre elas em conjunto, é que o documento chega a uma conclusão surpreendente para a época, pois registrada somente um pouco mais tarde pela cartografia: a de que todos esses litorais alcançados pelos navegadores integravam uma mesma e única massa de terra, a que depois seria chamada de “América”.

O documento refere-se explicitamente ao Brasil, chamando-o pelo nome que então predominava nos documentos italianos, “Terra dos Papagaios”, e deixa claro que, em 1501, o rei D. Manuel já tinha disposição de colonizar suas terras americanas, por meio da exploração do pau-brasil e da escravização dos índios, projetos que os historiadores em geral atribuem a Portugal apenas anos (às vezes, décadas) mais tarde.

A segunda expedição de Gaspar Corte Real ao Atlântico Norte, de que trata o presente documento, foi também descrita e comentada pelos cronistas portugueses António Galvão (*Tratado dos descobrimentos...*) e Damião de Góis (*Crônica do felicíssimo rei D. Manuel...*), pelo diplomata Alberto Cantino, em carta a Hércules d’Este (*Documento 18*), e pelo próprio Pedro Pasqualigo, em correspondência datada de 19 de outubro de 1501 (escrita, portanto, um dia depois do presente documento), dirigida a seus familiares. As descrições que Damião de Góis fez dos nativos da América do Norte divergem completamente das apresentadas por Pasqualigo e pelas outras fontes aqui citadas. Foi este cronista, contudo, que fez a importante referência à “Terra Verde”, denominação que teria sido dada por Gaspar Corte Real às terras que encontrou, e aonde chegou em pleno verão; de “Terra Verde” – *Greenland*, em inglês – derivou mais tarde, ironicamente, o nome da, na maior parte do ano gelada, “Groenlândia”.



CRÔNICA DE DANIELE BARBARO

1501

NAQUELE TEMPO, estava a cidade [de Veneza] atrapalhada com muitos incômodos, quando lhe sobreveio um outro mal, imprevisto, das longínquas regiões. Pois, estando Pedro Pasqualigo¹ junto ao rei Manuel, de Portugal, como embaixador da República [de Veneza], escreveu ao Senado [dizendo] que, finalmente, aquele rei tinha encontrado o caminho para transportar as mercadorias da Arábia e da Índia pelo mar oceano da Mauritània e de

¹ Pedro *Pasqualigo, embaixador veneziano em Portugal, foi um dos mais importantes informantes dessas atividades comerciais e marítimas lusitanas às autoridades de Veneza. Não se sabe ao certo, contudo, a qual carta de Pasqualigo este texto se refere, pois as correspondências do embaixador preservadas, datadas de outubro de 1501 – uma das quais, a dirigida ao senado veneziano, reproduzida neste volume (*Documento 19*) – referem-se à segunda expedição de Gaspar Corte Real e à América, e não à Índia. Ou o texto fez alguma confusão, ou no mês de outubro existiu outra carta de Pasqualigo, provavelmente referente aos resultados da viagem de Cabral, quando se tornou claro para os “italianos” que Portugal assumira em definitivo o monopólio do comércio europeu com a Índia (*Documento 15*, “Análise histórica”); é possível que a carta de Pasqualigo aqui referida seja a mesma mencionada por Marino Sanuto em seu Diário (*Documento 21*).

Getúlia.² E que alguns navios que por ele foram mandados para lá já tinham retornado a Lisboa carregados de pimenta, canela e outras coisas semelhantes.³ Por isso, os senadores estimavam que devesse sobrevir dificuldade,⁴ pois, tendo os espanhóis⁵ nisso o meio e a capacidade,⁶ os venezianos teriam pela frente⁷ o meio mais restrito de transportar as suas mercadorias. Por isso, sentiu-se na cidade não pequeno aborrecimento.

Apesar de tudo, os senadores se consolavam pelos ganhos e progressos que faziam das outras coisas. Julgavam que era coisa muito rara em nossos tempos ter encontrado novas regiões e novos povos e quase um outro mundo⁸ que havia nascido para nós.

² *Mar oceano da Mauritània e de Getúlia*. Trata-se do oceano Atlântico. A Mauritània (“terra dos mouros”) e a Getúlia – no atual Marrocos, região habitada pelos antigos povos getúlios, citada por Plínio – situam-se ambas na costa noroeste da África.

³ Deve tratar-se dos navios de Cabral, que começaram a retornar a Lisboa em junho de 1501.

⁴ *Dificuldade*. No original italiano: *necessità*.

⁵ *Espanhóis*. O texto confirma a grande apreensão e pessimismo que tomaram conta de Veneza, à época, devido aos resultados das navegações oceânicas. Segundo o texto, contudo, os senadores venezianos confundiram a “Índia” de Colombo, pertencente aos espanhóis, com a Índia aonde chegaram Vasco da Gama e Cabral. Se os espanhóis descobrissem o caminho da Índia, teriam grande vantagem para levar à Europa as especiarias que Veneza comprava no Cairo, na Alexandria ou na Arábia. Na carta do florentino Pedro Rondinelli também se registra a mesma confusão (ver *Documento 22*, notas 1 e 10).

⁶ *O meio e a capacidade*. No original: *il modo et la facultà*.

⁷ *Teriam pela frente*. No original: *havevano per l’immanzi*.

⁸ A consciência do surgimento de um “outro mundo”, estranho e longínquo, como consequência das grandes navegações, estava, portanto, clara para os venezianos.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Biblioteca Nacional Marciana, Veneza, *Inventario dei codici italiani, Historia veneta da l’origine della città fin a l’anno 1521*. V. II, cl. VII, 781.

FONTE

BERCHET, Guglielmo. *Raccolta di documenti e studi. Fonti italiane per la storia della scoperta del Nuovo Mondo*. V. I, parte III. Roma: Comissão Colombiana para o Quarto Centenário da Descoberta da América, Ministerio della Publica Istruzione, 1892-1896, p. 119.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

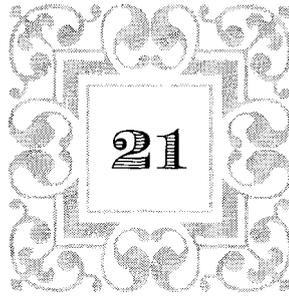
Essa crônica, geralmente considerada anônima, chegou a ser atribuída a Daniele Barbaro e com esse nome vem indicada no *Inventario dei codici italiani* da Biblioteca Marciana de Veneza. Conforme registra nota de Guglielmo Berchet, a crônica faz parte da *Historia veneta da l'origine della città fin a l'anno 1521*, reunida em dois volumes manuscritos inéditos. Foi publicada no final do século XIX na Itália, na *Raccolta di documenti...*, organizada por Berchet.

EMENTA

Originalmente parte de um manuscrito italiano do século XVI (ver “Trajetória do documento”), esta fonte chama a atenção para a forte repercussão, no senado de Veneza, das notícias sobre o monopólio comercial há pouco conquistado pelos portugueses na Índia, enviadas por Pedro *Pasqualigo di Filippo, embaixador veneziano na península ibérica.

ANÁLISE HISTÓRICA

O documento reforça a idéia de que, em 1501, quando do retorno dos navios da expedição de Cabral, os venezianos convenceram-se de que haviam realmente perdido o monopólio do comércio de produtos da Índia na Europa para Portugal. Em conseqüência, o senado de Veneza ficou apreensivo, prevendo um acúmulo de dificuldades para essa república, como efetivamente ocorreu. Essa idéia foi expressa também no diário de Jerônimo *Priuli (*Documento 15*), mas aqui ela traz a novidade de ter sido incluída, por um contemporâneo dos acontecimentos, em uma história de Veneza (ver “Trajetória do documento”), isto é: transferiu-se da correspondência diplomática e dos diários dos homens ilustrados da época para uma narrativa que se pretendia histórica, relativa, portanto, aos mais importantes fatos que haviam influenciado no conjunto da república veneziana, contribuindo para mudar-lhe os destinos.



DIÁRIO DE MARINO SANUTO

NOVEMBRO DE 1502

DA ESPANHA, do embaixador,¹ dada em Saragoça, no dia 12 de outubro. Como os príncipes ainda não tinham chegado; e a rainha está em Castela, onde se diz está providenciando a guerra contra a França. E por uma outra carta, do dia 12, escreve esse embaixador ter outra carta de Lisboa, do cremonense Giovanni Francesco de Affaitadi,² de dez de setembro. Ele avisa que as quatro naus que se esperavam da Índia não chegaram, e partiram há 18 meses.³

¹ Trata-se de Pedro *Pasqualigo di Filippo, então embaixador da república de Veneza na Espanha.

² *Giovanni Francesco de Affaitadi*. No original italiano: *Zuan Ascaitato*. João de *Affaitadi, rico comerciante de Cremona residente em Lisboa, alimentou as autoridades da península itálica com importantes informações sobre a economia e as viagens portuguesas. No presente volume foi incluída uma de suas cartas (*Documento 10*).

³ Trata-se da expedição de quatro naus enviadas em 1501 por D. Manuel I para a Índia, sob o comando de João da Nova, que partiu em março de 1501 e retornou no mês de setembro de 1502, depois do envio da carta de Affaitadi para Pasqualigo. Este texto dá a data de partida dessa expedição como 10 de março de 1501 (18 meses antes de 10 de setembro de 1502); Gaspar Correia (*Lendas da Índia*) apresenta 1º de março; João de Barros (*Décadas...*) e Damião de Góis (*Crônica*

E as caravelas mandadas no ano passado para descobrir a Terra dos Papagaios, ou de Santa Cruz,⁴ já tinham retornado no dia 22 de julho.⁵ E o capitão dizia ter descoberto mais de 2500 milhas de costa nova, sem ter encontrado o fim dela. E as ditas caravelas vieram carregadas de pau-brasil e de cássia. Trouxeram outras especiarias, etc.

Noto, sobre a notícia de Calicut, que no dia 13 chegaram a Lisboa as caravelas com especiarias; a qual notícia está nas mãos do senhor Alvise de Molin.

do felicíssimo...), 5 de março; a Relação de Leonardo da Cá Masser (*Documento 32*) registra abril. A referência ao retorno dos navios da expedição está na última linha deste documento.

⁴ Esta é uma das raras fontes italianas da época que, ao lado de “Terra dos Papagaios” – a denominação preferida pelos italianos para a terra encontrada na América por Cabral –, traz também a designação portuguesa “Terra de Santa Cruz”, que em fins de 1502 parece já consagrada.

⁵ Trata-se da expedição que D. Manuel enviou para explorar o Brasil, em 1501, na qual se achava Américo Vespúcio (*Documentos 9, 23, 27 e 28*). Em carta escrita a Soderini (*Documento 28*), Vespúcio diz que chegou a Lisboa no dia 7 de setembro de 1502.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Biblioteca Marciana de Veneza, Cl. VII, Códice CDXIX-CDLXXVII. O total do documento original compõe-se de 58 volumes manuscritos.

FONTE

FULIN, Rinaldo, STEFANI, Frederico, BAROZZI, Nicolò, BERCHET, Guglielmo, ALLEGRI, Marco. *I diarii di Marino Sanuto (MCCCCXCVI-MDXXXIII). Dall'autografo marciano ital. Cl. VII, Cod. CDXIX-CDLXXVII*. Veneza, 1879-1903, tomo IV, coluna 485.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

Durante quarenta anos – de 1º de janeiro de 1496 a setembro 1533 – o político veneziano Marino *Sanuto anotou e comentou em seus diários (conhecidos como *I*

Diarii) – os quais compreendem o incrível total de 58 volumes manuscritos, mais de 40 mil páginas – os fatos que julgava importantes para a história da república de Veneza. Os diários foram publicados apenas no final do século XIX e início do XX (1879-1903), por iniciativa de Rinaldo Fulin e outros estudiosos.

EMENTA

Trata-se de pequeno trecho dos diários do veneziano Marino Sanuto, de novembro de 1502. Registra o conteúdo de uma carta, recebida em Veneza, datada de Saragoça, em 12 de outubro de 1502, de autoria de Pedro *Pasqualigo di Filippo, então embaixador de Veneza na Espanha. A carta refere-se a duas expedições portuguesas do ano de 1501 – a enviada à Índia, comandada por João da Nova, e a enviada ao Brasil, da qual participou Américo Vespúcio.

ANÁLISE HISTÓRICA

O veneziano Marino *Sanuto (1466-1533), conhecido pelo qualificativo de o *Nova*, para distingui-lo de outro escritor do mesmo nome, ocupou postos de relevo nos conselhos da república de Veneza, chegando a carmelengo de Veneza em 1501-1502. Ao lado de Domingos Malipiero, Marco Antônio Michieli e Jerônimo *Priuli, foi um dos chamados “diaristas” venezianos, homens que registraram em diários os principais acontecimentos de sua época, dessa forma produzindo fontes muito importantes para o estudo da Europa no período.

A expedição com quatro embarcações enviadas por D. Manuel à Índia, em 1501, sob o comando de João da Nova, tinha por objetivo comprar e negociar ouro em Sofala (na atual Moçambique) e especiarias na Índia. A frota partiu em março de 1501 – antes, portanto, da chegada de qualquer navio da armada de Cabral, já que o primeiro, o Anunciada, retornou a Lisboa em 23 de junho de 1501 –, voltando a Portugal no mês de setembro de 1502, depois, portanto, do envio da carta do comerciante João de *Affaitadi a Pasqualigo, referida no texto. João da Nova partiu com quatro navios, a metade dos quais destinada a Sofala, sem saber dos acontecimentos ocorridos com a armada de Cabral na Índia, inclusive das refregas com o Samorim de Calicut. Na viagem de ida, a esquadra encontrou a ilha da Ascensão, no centro do Atlântico Sul; Nova recebeu carta de fora dessa ilha, mas o povoamento dela não foi então iniciado. Ao contornar o cabo da Boa Esperança e ancorar na aguada de São Brás, no litoral oriental da atual África do Sul, João da Nova encontrou ali pendurada uma bota, com papéis dentro: era uma narrativa do que ocorrera com a esquadra de Cabral! Inteirado dos fatos, Nova resolveu seguir diretamente para a Índia com os quatro navios. Os resultados comerciais da viagem foram muito compensadores e interessaram muito aos italianos (ver a respeito *Documento 22*, “Análise histórica”).

A outra expedição referida no pequeno texto, composta de três navios e integrada por Américo Vespúcio, foi enviada em 1501 ao Brasil, com o fim de explorar a Terra dos Papagaios, retornando em julho de 1502. O texto chama a atenção para a grande

extensão de litoral que a frota percorreu (que incluiu não apenas o litoral brasileiro, pois a esquadra alcançou a Patagônia, no extremo sul do continente americano).

Como essas duas expedições selavam o domínio português no comércio com a Ásia e também o início da exploração lusa nas terras da América do Sul, representavam sério golpe para a economia de Veneza, que até há pouco, junto com Florença, controlava os negócios da Europa com o Oriente. Marino Sanuto, ciente da importância desses fatos para a história futura da sua Veneza natal, registrou as notícias recebidas pelos informantes venezianos postados na península ibérica.



CARTA DE PEDRO RONDINELLI

3 DE OUTUBRO DE 1502

[2ª parte]¹

ATÉ ONDE SEI, dos navios das novas ilhas da Índia, sete retornaram para cá.² Retornou Michele, que foi vosso moço, quando eu vim do litoral. Ele vem rico, pois o seu [patrimônio]

¹ A primeira parte da carta não foi incluída neste volume, por tratar das Índias orientais, de correspondência do comerciante de lãs Pedro Rondinelli, então sediado na cidade espanhola de Sevilha, para uma autoridade italiana não identificada.

² *Sete retornaram para cá.* O documento trata da expedição de João da Nova à Índia, composta provavelmente por quatro navios. Em setembro de 1502 chegaram a Lisboa os navios da frota de João da Nova e os três da expedição ao Brasil, da qual participara Américo Vespúcio. No total, seriam sete as embarcações que teriam chegado das partes da “Índia” ou “novas ilhas da Índia”. À época, não estavam ainda nítidas as diferenças entre a Índia (então muitas vezes chamada de “Índias Orientais”) e a América (muitas vezes denominada de “Índias Ocidentais”). Colombo morreu, em 1506, crendo que, nas suas quatro viagens a serviço dos reis espanhóis, estivera na Índia. Isso explica, também, por que Rondinelli afirma, no parágrafo seguinte, que a Espanha (que chegara à América) poderia tornar-se riquíssima com as especiarias (indianas). Foi Vespúcio (*Documentos 23, 27 e 28*) quem demonstrou

vale mais de 6000 castelões. Obteve uma porção³ de ouro, isto é, um peso no valor de 3270 castelões. Diz que era coisa milagrosa ver tão belo peso de ouro. Enfim, está aqui e está rico. E todos aqueles que estiveram desde o começo nisso vêm ricos. Enfim, há bastante ouro, mas que se consegue com trabalho.⁴

A falta⁵ que tiveram de mantimentos⁶ é causa por que não puderam carregar como fariam. Mas doravante se organizará...⁷ com o primeiro navio de mantimentos. E assim andarão muito bem e trará ouro infinito; porque não é possível que, onde se encontra tão grande peso de ouro, não haja outra grande quantidade.⁸

O almirante foi descobrir mais adiante. Crê-se que achará muita riqueza, porque um Bastiano, que foi descobrir aonde [foi] o dito almirante, retornou e conseguiu mais de 100 marcos de ouro. Ele disse que não se fiou em descer em terra porque não se sentia forte,⁹ mas, que há grandíssima quantidade de ouro naquela parte e se julga¹⁰ ser essa uma boa terra e que, entre especiarias e ouro, esta Espanha se tornará riquíssima.¹¹

aos europeus serem as terras encontradas por Colombo e Cabral um continente separado, um “novo mundo” (*Documento 27*).

³ *Porção*. No original: *uno grano*.

⁴ O trecho testemunha o sucesso econômico de muitos “italianos” que participaram das armadas portuguesas da época. Notícias como essa estimularam a transferência, para Portugal e Espanha, de muitos italianos, ávidos por enriquecer. Ver nota 25.

⁵ *Falta*. No original: *manchamento*. O abastecimento da tripulação, em certas viagens, ainda era problemático, como expressa o texto.

⁶ *Mantimentos*. No original: *vetovaglia* (vitualhas).

⁷ *Organizará*... No original: *si darà ordine chome elino*. A nota 3 do texto da *Raccolta*... registra que, no lugar de *elino*, se devia ler *abino*, mas isso não pode ser feito (*si dovrebbe, ma no si può leggere “abino”*).

⁸ *Porque não é possível que, onde se encontra tão grande peso de ouro, não haja outra grande quantidade*. No original: *chè non è possibile dove si gran pezo d’oro si truova non vi sia de l’altro e gran soma*.

⁹ *Forte*. No original: poderoso.

¹⁰ *E se julga*. No original: *si che s’ordina*.

¹¹ Rondinelli faz confusão entre Índia Oriental (Índia) e Índia Ocidental (América), crendo que a notícia sobre a riqueza das especiarias se referia à “Índia” encontrada por Colombo para a Espanha, em 1492. Ver nota 2.

Giovanni Santo¹² obteve licença para armar cinco navios para ir à Índia, isto é, a essas ilhas, com mantimentos e um quarto do lucro, vencido o capital que, estimo, será de três ou quatro [vezes mais], Deus mantendo-o salvo. Pois, lá se vende aquilo que se quer. Vale:

- ◆ uma rova¹³ de vinho: 1,5 peso de ouro;
- ◆ uma rova de toucinho, isto é, porco: 2 pesos;
- ◆ uma rova de sabão: 2,5 pesos;
- ◆ uma vara¹⁴ de pano de Córdoba de grana: 5,5 pesos;
- ◆ um quintal¹⁵ de biscoito: 2 pesos;
- ◆ uma vara de pano de linho de Sevilha: 0,5 peso;
- ◆ uma vara de Holanda, isto é, meia Holanda: 1 peso;
- ◆ um “gubone”¹⁶ de fustão: 2 pesos;
- ◆ um chuzoto di lenza:¹⁷ 1,5 peso;
- ◆ uma espada: 2 pesos;
- ◆ uma balestra: 4 pesos.

E assim se vende tudo por comparação,¹⁸ segundo relação ou auto¹⁹ de um que esteve lá²⁰ durante nove anos. É o que se via se repartia,²¹ com grande lucro.²² Francesco de Bardi ficará maravilhosamente rico,²³ pois hoje diz não dar por 1000 marcos aquilo

¹² Segundo a nota 5 da *Raccolta*..., trata-se de Sanchez, irmão do tesoureiro do rei de Aragão.

¹³ *Rova*. Medida antiga, equivalente a cerca de 18 libras; quatro rovas equivaliam a um quintal. Ver *Documento* 9, nota 61.

¹⁴ *Vara*. Medida utilizada em Sevilha para retalhos de peças de pano; hoje, equivale a 83,6cm.

¹⁵ *Quintal*. No original: *chantaro*.

¹⁶ *Gubone*. Palavra desconhecida dos autores.

¹⁷ *Chuzoto di lenza*. Palavras desconhecidas dos autores. *Lenza* modernamente significa linha de pescar.

¹⁸ *Tudo por comparação*. No original: *tutto allo avenante*. A nota 2 da *Raccolta*... diz, sobre *allo avenante*: *cioè, a proporzione, a ragguaglio*.

¹⁹ *Auto*. Narração escrita.

²⁰ *Lá*. Na Índia.

²¹ *O que se via se repartia*. No original: *sì che vedete se l'partito*.

²² *Com grande lucro*. No original: *è di gran ghuadangno*.

²³ *Ficará maravilhosamente rico*. No original: *s'á a fare riccho a maraviglia*.

que tem na Índia, e agora empregará²⁴ 300 ou 400²⁵ ducados que Giovanni Sanotto lhe oferece,²⁶ e pelos cálculos²⁷ lhe dará 600 ducados ou mais. E aquele que tiver dinheiro, será bom arriscar-se.²⁸

A capitânia ainda não veio.²⁹ Que Deus a mande salva, pois tem mais de 100 mil pesos de ouro, dos quais 45 mil pesos para o rei, o que será bom bocado para o rei. Mande Deus tudo a salvo.

Américo Vespúcio estará aqui dentro de poucos dias, o qual suportou muitas fadigas e teve pouco proveito. Merecia mais do que o ordinário. O rei de Portugal arrendou as terras que ele descobriu³⁰ para certos cristãos-novos,³¹ que são obrigados a mandar, todo ano, seis navios para descobrir³² 300 léguas adiante; e fazer uma fortaleza no [território] descoberto e mantê-la [durante] os ditos três anos. No primeiro ano, não pagam nada; no segundo, um sexto; no terceiro, um quarto. Fazem conta de trazer muito pau-brasil³³ e escravos. Talvez encontrem outras coisas de proveito.³⁴ O que mais ocorrer, vos será dito. Vosso Pedro Rondinelli. Sevilha, 3 de outubro de 1502.

²⁴ *Empregará*. No original: *meterà*.

²⁵ *300 ou 400*. No original: *3 ou 400*. Pelo contexto, deve ser trezentos ou quatrocentos. Outra referência à riqueza de um italiano no comércio com o Oriente. Exemplos como esses (ver nota 4) demonstram que a participação dos nascidos na península itálica nas viagens e nos negócios portugueses e espanhóis provavelmente foi muito maior do que costuma registrar a historiografia clássica, principalmente a lusitana.

²⁶ *Lhe oferece*. No original: *lo serve*.

²⁷ *Cálculos*. No original: *chontinovo*.

²⁸ *Será bom arriscar-se*. Torna-se claro, pela frase, que cartas como a de Rondinelli serviam também, na península itálica, de orientação para novos negócios.

²⁹ Na carta de D. Manuel ao rei católico, publicada por Besicken (*Documento 31*), o monarca lusitano afirma que a frota de João da Nova chegou com três naus, desgarrando-se uma, na dobragem do cabo da Boa Esperança, “de que até agora não temos notícia. Cremos que se perdeu”.

³⁰ *Descobriu*. Explorou.

³¹ *Certos cristãos-novos*. O contrato foi feito entre o rei D. Manuel e um consórcio integrado, entre outros, por cristãos-novos, como Fernão de Loronha, com os objetivos descritos a seguir.

³² *Descobrir*. Explorar.

³³ *Pau-brasil*. No original: *verzino*.

³⁴ Este trecho é muito importante, pois não se preservaram os contratos reais firmados com o grupo de Fernão de Loronha.



COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Conserva-se na Biblioteca Riccardiana de Florença, Manuscrito 1910, c. 55 B.

FONTE

BERCHET, Guglielmo. *Raccolta di documenti e studi. Fonti italiane per la storia della scoperta dei Nuovo Mondo*. Roma: Comissão Colombiana para o Quarto Centenário da Descoberta da América, Ministerio della Publica Istruzione, 1892-1896, p. 120-121.

Berchet reproduz a segunda parte da carta, referente à América. O texto aqui apresentado é a tradução, realizada pelos autores deste volume, do texto italiano da carta. Tanto quanto sabemos, esta é a primeira vez em que essa segunda parte da carta de Rondinelli aparece na íntegra em língua portuguesa.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

A segunda parte da carta, a mesma reproduzida neste volume, foi publicada pela primeira vez apenas no final do século XIX, na *Raccolta di documenti e studi...* Duarte Leite (*Descobridores do Brasil...*, p. 168; *O mais antigo mapa...*, p. 255) traduziu para o português os trechos da carta referentes a Américo Vespúcio e ao contrato de exploração do pau-brasil. O historiador brasileiro Marcondes de Sousa reproduziu a carta em italiano, no seu *Amerigo Vespucci...*, p. 216-218.

EMENTA

Trata-se da segunda parte da carta do comerciante de lãs Pedro (em italiano, *Piero*) Rondinelli, morador em Sevilha, onde tinha negócios, datada desta cidade, em 3 de outubro de 1502, dirigida a uma autoridade italiana não identificada. Relata os resultados comerciais das últimas viagens oceânicas sob bandeira portuguesa, especialmente a de João da Nova, os resultados decepcionantes da última viagem de Vespúcio à América e o contrato real com Fernão de Loronha, para exploração de pau-brasil na América portuguesa; há muitas referências à participação de italianos nas viagens.

ANÁLISE HISTÓRICA

Esse documento – intitulado “Cópia de uma carta sobre o regresso das quatro caravelas de Calicut, com especiarias” (*Raccolta...*, p. 120) – ilustra uma série de aspectos relacionados às grandes viagens oceânicas européias, com referência explícita ao Brasil. Conforme se chama a atenção nas notas, a carta de Pedro Rondinelli – um produtor e negociante de lãs, de família de ilustres políticos, que se havia mudado para Sevilha, na Espanha – ilustra, com exemplos concretos, a participação e o sucesso econômico de italianos nas viagens e nos negócios portugueses e espanhóis. A carta ilustra também (ver notas 4 e 25) a confusão que ainda se fazia, à época, entre Índias Orientais

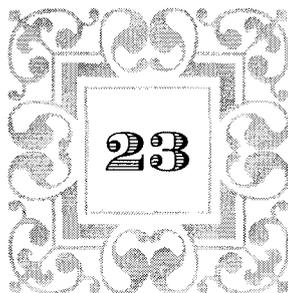
e Ocidentais. Colombo morreu, em 1506, crendo que, nas suas quatro viagens a serviço dos reis espanhóis, estivera na Índia. Foi Vespúcio (*Documentos 23, 27 e 28*) quem demonstrou aos europeus que as terras encontradas por Colombo e Cabral constituíam um continente separado, um “novo mundo”.

A carta registra igualmente um sentimento, expresso pelo próprio Vespúcio, parece que generalizado entre os italianos residentes na península ibérica e, talvez, também entre os espanhóis, de que Américo Vespúcio não fora bem recompensado em Portugal pelos esforços que despendera durante as viagens ao Brasil, sob bandeira lusitana. De fato, Vespúcio (que, segundo Rondinelli, era esperado em Sevilha dentro de poucos dias) não teve, por parte de D. Manuel, as esperadas honras e ganhos. O navegador florentino retornou para sempre à Espanha, onde, aí sim, obteve recompensas financeiras e o importante cargo de piloto-mor, um reconhecimento à sua experiência e a seus conhecimentos.

O contrato entre D. Manuel e os cristãos novos, com vistas à exploração econômica do Brasil, é apresentado por Rondinelli, aparentemente, com dois objetivos: reforçar a idéia de que Vespúcio não fora bem recompensado em Portugal (pois coube a outros, não a ele, a exploração particular do Brasil) e demonstrar como, nas terras recém-encontradas, se faziam negócios lucrativos. Conforme assinalado em nota, o trecho é muito importante pelas informações que oferece a respeito de um contrato cujo original se perdeu.

A carta de Rondinelli, que tem caráter basicamente comercial, como as de João de Affaitadi e Bartolomeu Marchionni (*Documentos 10, 12 e 13*), refere-se bastante à viagem de João da Nova, alcaide de Lisboa, que partiu para a Índia, com quatro navios e 350 homens, a cinco de março de 1501, retornando a 11 de setembro de 1502. Essa frota (tratada também no *Documento 21*, “Análise histórica”), de objetivos estritamente mercantis, despertou muito interesse nos comerciantes italianos, desejosos de obter mais informações sobre as riquezas indianas, do que as até então conseguidas por Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral que, devido ao seu pioneirismo, apresentavam ainda notícias confusas, conforme registrou João de Barros (*Décadas*, v. I, livro VI, cap. I, p. 188): “Porque, nessas primeiras viagens, não mostrou o negócio tanto de si, como com a vinda deles, posto que a sua informação ainda foi mui confusa, para o que, nas seguintes armadas, se soube da grandeza daquela conquista”. Ademais, havia nessa frota, tal como acontecera na de Cabral, um navio de propriedade do poderoso comerciante florentino residente em Lisboa, Bartolomeu *Marchionni, comandado pelo florentino Fernão Vinet; este navio transportava um feitor italiano de Marchionni, que acabou ficando em Cananor, conforme atestou João de Barros (*Décadas*, v. I, livro V, cap. X, p. 181). A carta de Rondinelli, escrita menos de um mês após a chegada da frota de João da Nova, demonstra euforia pelo ouro, pelas especiarias, pelos lucros e pela possibilidade de enriquecimento rápido das viagens portuguesas.

Segundo alguns historiadores, esta carta de Rondinelli teria sido também uma das fontes inspiradoras do texto referente à quarta viagem, no documento apócrifo, atribuído a Vespúcio, “Carta a Soderini” (*Documento 28*).



CARTA DE AMÉRICO VESPÚCIO A LOURENÇO DEI MEDICI

SETEMBRO/OUTUBRO DE 1502

MEU MAGNÍFICO PATRÃO, Lourenço.¹ Após as devidas recomendações, etc. A última [carta] escrita a Vossa Magnificência foi da costa da Guiné, de um lugar chamado cabo Verde,² pela qual [Vossa Magnificência] conheceu³ o começo da minha viagem.

- ¹ Trata-se de Lourenço (em italiano, *Lorenzo*) di Piero Francesco dei *Medici, para quem Vespúcio trabalhara, como homem de negócios, em Florença e em Sevilha, até seguir viagem para o Brasil, sob bandeira portuguesa. Vespúcio manteve correspondência a respeito de suas viagens com Medici, com quem compartilhava o gosto pelas navegações, pela geografia, pela cartografia, pela astronomia e pelas humanidades.
- ² Vespúcio refere-se à carta escrita em 4 de junho de 1501 (*Documento 9*), na qual deu a Medici informações sobre a viagem de Cabral ao Brasil, à África e à Índia, obtidas junto aos tripulantes da esquadra cabralina, que, tal como a de Vespúcio, se encontrava ancorada em cabo Verde. Nessa carta, Vespúcio também contou as peripécias iniciais da própria viagem ao Brasil, referentes ao trecho Lisboa–cabo Verde. A carta atual, escrita de Lisboa, dá prosseguimento à de 4 de junho, agora narrando a Medici a viagem até o Brasil e à Patagônia, assim como o retorno da exploração a Portugal.
- ³ *Conheceu*. No original, o verbo está na segunda pessoa do plural (vós conhecestes). Os pronomes de tratamento, conforme a gramática portuguesa (Vossa Magnificência, no caso), levam o verbo para a terceira pessoa.

Pela presente se dirá, brevemente, o meio e o fim dela, que é o que se segue.

Partimos do dito cabo Verde com facilidade⁴ e com todas as coisas necessárias, como água, lenha e outros suplementos⁵ necessários para meter-se no golfo do mar Oceano,⁶ à procura de novas terras.

Navegamos tanto com vento entre libecho⁷ e meio-dia,⁸ que em 64 dias chegamos a uma nova terra,⁹ que achamos ser terra firme por muitas razões que se dirão mais adiante.¹⁰ Percorremos aquela terra por cerca de 800 léguas, sempre em direção a um quarto do libecho para o poente; e achamô-la cheia de habitantes, onde anotei coisas maravilhosas de Deus e da natureza, pelo que resolvi dar notícias dela a Vossa Magnificência, como sempre fiz das outras minhas viagens.¹¹

Navegamos tanto por esses mares, que entramos na zona tór-rida e passamos a linha equinocial, na parte do austro¹² e do tró-

⁴ *Com facilidade*. No italiano: *prima facile*.

⁵ *Suplementos*. No italiano: *bisogni*.

⁶ *Mar Oceano*. Oceano Atlântico.

⁷ *Libecho*. Sudoeste; áfrico; vulturno. Ver *Documento 9*, nota 17.

⁸ *Meio-dia*. Sul.

⁹ A data do desembarque da tripulação na “nova terra” varia, segundo a fonte: foi no dia sete de agosto de 1501, conforme a *Mundus Novus* (*Documento 27*), mas no dia 17 do mesmo mês, segundo a carta a Soderini (*Documento 28*). Magnaghi (*Amerigo Vespucci*) sugere a data de 16 de agosto e uma latitude de seis graus sul, correspondente à latitude do cabo de São Roque. Se a expedição partiu de cabo Verde no dia 4 de junho (data da carta de Vespúcio a Lourenço dei Medici, conforme *Documento 9*) e viajado 64 dias, ela teria chegado ao Brasil a 7 de agosto, conforme registra a *Mundus Novus*; se chegou ao Brasil no dia 17, conforme carta enviada a Soderini, ela teria saído de cabo Verde no dia 14 de junho, se a viagem realmente foi de 64 dias. Em *Mundus Novus*, o autor assinala que viajou 67 dias (*Documento 27*, nota 24).

¹⁰ A expedição de Cabral tivera dúvidas sobre se a terra encontrada na América seria ilha ou continente; a carta de Caminha (*Documento 6*) nomeia o país ora como “Ilha de Vera Cruz” ora como “Terra de Santa Cruz”.

¹¹ *Outras minhas viagens*. Essa expressão é considerada por especialistas um argumento no sentido de que Vespúcio efetivamente realizara duas viagens à América, antes desta de 1501: uma em 1497-1498, e outra em 1499, a última sob o comando de Alonso de Ojeda.

¹² *Austro*. Sul.

pico de Capricórnio, de modo que o pólo do meio-dia¹³ estava 50 graus acima do meu horizonte; outro tanto¹⁴ era a minha latitude da linha equinocial, pois navegamos nove meses e 27 dias¹⁵ e não vimos mais o pólo ártico,¹⁶ nem a Ursa Maior e Menor.¹⁷ Pelo contrário, da parte do meridiano¹⁸ me apareceram¹⁹ infinitos corpos de estrelas muito claras e belas, as quais estão sempre ocultas àqueles do setentrião.²⁰ Ali observei o maravilhoso artifício de seus movimentos e suas grandezas, tomando o diâmetro de seus círculos e desenhando-as com figuras geométricas.²¹ Notei muitos outros movimentos dos céus, mas seria prolixo descrevê-los. Mas recolhi, num pequeno trabalho meu,²² todas as coisas mais notáveis que me aconteceram nessa viagem, para delas me ocupar, quando estiver em repouso, deixando de mim alguma fama após a morte. Tencionava mandar-lhe um resumo, mas esse Sereníssimo Rei [de Portugal] está com ele. Devolvendo-me ele, eu lho mandarei.²³

¹³ *Pólo do meio-dia*. Pólo sul.

¹⁴ Essa expedição, após navegar pelo litoral brasileiro, alcançou o rio da Prata, chegando até a Patagônia, no extremo sul do continente americano. Segundo Magnaghi (*Amerigo Vespucci*, v. II, p. 221-225), no dia 28 de fevereiro de 1500, na latitude de 49 graus sul, a esquadra pode ter atingido Puerto San Julio (na costa sul da atual Argentina), o mesmo porto onde a frota de Fernando de Magalhães, 19 anos mais tarde, passaria o inverno.

¹⁵ *Nove meses e 27 dias*. Contando esse tempo desde a primeira quinzena de junho de 1501, ou desde a partida de cabo Verde, nesse ponto a expedição estaria na primeira quinzena de abril de 1502, quando começou a viagem de volta para Portugal, depois de ter estado cerca de oito meses na América (da primeira quinzena de agosto de 1501 até a primeira quinzena de abril de 1502).

¹⁶ *Ártico*. Norte.

¹⁷ *Ursa Maior e Menor*. Essas constelações não são visíveis no hemisfério sul.

¹⁸ *Meridiano*. Sul.

¹⁹ *Me apareceram*. No italiano: *mi si discopersono*.

²⁰ *Setentrião*. Norte.

²¹ Nota-se o interesse de Vespúcio pela astronomia, assim como sua conseqüente preocupação em, sempre que possível, fazer medições celestes, essenciais para a orientação dos navegantes, especialmente no ainda pouco conhecido hemisfério sul.

²² *Num pequeno trabalho meu*. No italiano: *in una mia opereta*.

²³ Em outra carta (*Documento 27*, notas 100, 119 e 124), Vespúcio registra que não recebeu de volta o manuscrito que entregara a D. Manuel com o resumo de suas

Concluindo, fui à região dos antípodas,²⁴ que, pela minha navegação, é uma quarta parte do mundo.²⁵ O ponto mais alto do meu zênite naquelas regiões fazia um ângulo reto esférico²⁶ com os habitantes deste setentrião que estão na latitude de 40 graus.²⁷ E isso basta.

Vamos à descrição²⁸ da terra, dos habitantes, dos animais, das plantas e de outras coisas úteis e comuns à vida humana que encontramos naqueles lugares. Essa terra é muito amena e cheia de inúmeras e muito grandes árvores verdes, que nunca perdem as folhas; todas têm odores suavíssimos e aromáticos, produzem muitíssimas frutas e muitas delas saborosas e saltares ao corpo. Os campos produzem muitas ervas, flores e raízes muito suaves e boas. Algumas vezes me maravilhei tanto com os suaves odores das ervas e das flores e com os sabores dessas frutas e raízes, tanto

observações sobre “todas as coisas mais notáveis que me aconteceram nessa viagem”, o qual serviria de referência para um trabalho posterior mais alentado, provavelmente um livro, que o navegador pensava escrever. Nenhum vestígio desse manuscrito de Vespúcio foi encontrado nos arquivos portugueses.

²⁴ *Antípodas*. Região do globo oposta ao mundo conhecido. Na prática, correspondia ao hemisfério sul, já que o hemisfério norte era familiar aos europeus desde a Antiguidade. A noção de antípodas regeu tanto a geografia antiga como a medieval. Os geógrafos clássicos consideravam os antípodas impossíveis de ser habitados por seres humanos; na imaginação dos europeus, constituíam ora imensos espaços vazios, ora espaços habitados por terríveis monstros, onde se projetavam os temores do outro. Os navegadores portugueses, à medida que avançaram para o sul da costa africana ocidental (em 1472 ultrapassaram essa linha imaginária, descobrindo habitantes na considerada zona tórrida, na África), criticaram e superaram a noção de antípodas, o mesmo fazendo Vespúcio, nesta carta, ao descrever os habitantes de uma região que, em princípio, seria inabitada.

²⁵ *Quarta parte do mundo*. Enuncia-se aqui a mais importante descoberta de Vespúcio: a de que as terras da América constituíam um continente, uma “quarta parte do mundo”, que se somava aos três continentes – às “três partes”, como se dizia – até então conhecidos dos europeus (Europa, Ásia e África). Ver *Documento 27*, nota 2).

²⁶ *Ângulo reto esférico*. Ângulo formando uma esfera pela intersecção de duas circunferências.

²⁷ Vespúcio refere-se à latitude de Lisboa, a qual, na realidade, é de 38,43 graus norte.

²⁸ *Descrição*. No italiano: *dichiarazione*.

que pensava comigo²⁹ estar perto do paraíso terrestre:³⁰ no meio desses alimentos podia acreditar estar próximo dele.³¹

Que diremos da quantidade de pássaros e de suas plumagens, cores e cantos, de quantas espécies e quanta beleza? Não quero alongar-me sobre isto, pois duvido ser acreditado. Quem poderá contar o infinito número³² de animais silvestres, tanta cópia de leões,³³ onças, gatos – não de Espanha, mas dos Antípodas – tantos lobos cervais,³⁴ babuínos, mandris³⁵ de tantas espécies e muitas cobras grandes? E vimos tantos outros animais que acho que tantas espécies não entrariam na arca de Noé; e tantos porcos selvagens, cabritos, cervos, corços, lebres e coelhos. Não vimos nenhum animal doméstico.³⁶

Vamos aos animais racionais. Achamos toda a terra habitada por gente nua, tanto os homens como as mulheres, sem cobrir suas vergonhas. De corpo, são bem feitos e proporcionados; de cor branca³⁷

²⁹ *Tanto que pensava comigo.* No italiano: *tanto che infra me pensavo.*

³⁰ *Paraíso terrestre.* A referência ao paraíso terrestre é freqüente nos relatos de viagens europeus da época. Colombo também acreditou ter encontrado a entrada do paraíso terrestre, ao se deparar com a foz do rio Orenoco, na atual Venezuela. Ver *Documento 27*, nota 94.

³¹ No italiano: *infra questi alimenti arei creduto esser circa ad esso.* O texto espanhol (*Americo Vesputio*, p. 76) traz “elementos”. Este parágrafo e o próximo são considerados dos mais belos já escritos sobre a terra brasileira. Vesputio revelou-se mais atento do que Caminha quanto à descrição da fauna, da flora e da vegetação do Brasil.

³² *Infinito número.* No italiano: *infinita cosa.*

³³ *Leões.* No italiano: *lioni.* Alguns interpretam a palavra como uma referência aos pumas, também chamados “leões americanos”. Outros creditam-na ao entusiasmo de Vesputio, que o teria levado a enxergar até animais inexistentes na costa brasileira. Na *Mundus Novus* (*Documento 27*, nota 83) fala de leões e ursos.

³⁴ *Lobos cervais.* Linces. Ver observação anterior.

³⁵ *Mandris.* No italiano: *gati mamoni.* O texto espanhol de Aznar (*Americo Vesputio*) traz “macacos”. Riccardo Fontana (*O Brasil de...*) propõe “gatos selvagens”. Marcondes de Souza (*Amerigo Vesputi*) traduz por “gatos”.

³⁶ A ausência de animais domésticos, especialmente de galinhas e cachorros, chamou a atenção de todos os primeiros viajantes à terra, como Caminha (*Documento 6*).

³⁷ A “cor branca” dos índios, supõe-se, foi escrita com o objetivo de chamar a atenção dos leitores da carta para o fato de os habitantes da América não serem negros, como os da região Centro-sul da África. Nesse aspecto, Caminha (*Documento 6*) foi

e cabelos longos;³⁸ pouca ou nenhuma barba. Trabalhei muito para entender a vida e os costumes deles, porque comi e dormi 27 dias no meio deles. E o que deles soube é o seguinte:

Não têm nem lei nem fé alguma.³⁹ Vivem segundo a natureza.⁴⁰ Não conhecem a imortalidade da alma.⁴¹ Não possuem entre si bens próprios, porque tudo é comum.⁴² Não têm fronteiras de reinos ou província; não têm rei, nem obedecem a ninguém: cada um é senhor de si. Não administram justiça, que não é necessária para eles, porque neles não reina a cobiça. Habitam em

mais preciso, ao definir como “parda” a cor da pele dos ameríndios. Decerto havia entre os europeus dificuldade em categorizar essa cor de pele até ali desconhecida.

³⁸ *Cabelos longos*. No italiano: *di cape' lunghi*. Marcondes, *op. cit.*, traz “cabelos longos”. Em Aznar, *op. cit.*: “cabelos negros”. Luciano Formisano (*Lettere*) e Fontana, *op. cit.*, traduzem por “cabelos longos e negros”.

³⁹ A impressão de que os índios não conheciam leis nem religião foi comum também à carta de Caminha (*Documento 6*). Tal impressão, em geral aliada à de que os índios também não tinham rei (expressa poucas linhas à frente), provavelmente se formou devido à dificuldade dos europeus em identificar lei, religião e comando político em sociedades tão diversas das suas. A impressão de ausência de religião, por exemplo, provavelmente adveio da inexistência, entre os índios, de imagens sacras, do clero e de um livro sagrado, que os europeus haviam se habituado a considerar como expressões da religião, quer da sua própria, o catolicismo, quer do islamismo e do judaísmo, as outras religiões com que os europeus tinham familiaridade.

⁴⁰ A alegada ausência, entre os índios, de religião, de leis e de organização política – identificados à época na Europa, principalmente a religião, como atributos dos seres e das sociedades civilizadas – levou ao raciocínio de que os índios eram seres naturais, vivendo “segundo a natureza”, conforme o texto. Opunham-se, assim, natureza e cultura; abria-se espaço para a educação dos índios (a catequese poderia elevá-los à civilização); e se criavam as bases para a percepção do indígena tanto como seres belos e sem pecado, egressos da Idade do Ouro, como também como animais, como bestas selvagens.

⁴¹ Como essa informação pôde ser obtida?

⁴² A existência de grande número de bens coletivos entre os índios chamou a atenção de praticamente todos os primeiros europeus que visitaram o Brasil, pois representava um forte contraste com a sociedade européia. Muitos viajantes e cronistas, como o fez Vespúcio, afirmaram que os índios não conheciam propriedade privada, o que era um exagero, já que alguns utensílios índios (arcos e flechas, por exemplo) eram de propriedade individual.

comum, em casas feitas à maneira de cabanas muito grandes. Para gente que não possui ferro nem outro metal,⁴³ pode-se dizer que suas cabanas são, na realidade, casas milagrosas, porque vi casas com 200 passos de comprimento e 30 de largura, fabricadas artisticamente; numa dessas casas estavam 500 ou 600 almas.

Dormem em redes tecidas de algodão, pendurados no ar,⁴⁴ sem qualquer cobertura. Comem sentados no chão. Suas comidas são muitas raízes de ervas e frutas⁴⁵ muito boas, infinitos peixes, grande abundância de mariscos, ouriços,⁴⁶ caranguejos, ostras, lagostas, camarões e muitos outros produtos do mar. A carne que comem, maxime a comum, é carne humana, do modo que se dirá.⁴⁷ Quando podem obter outra carne, de animais ou de aves, eles a comem, mas capturam poucos [animais], porque não têm cães⁴⁸ e a terra é muito densa de bosques, que estão cheios de feras cruéis; por isso, não costumam meter-se nos bosques, salvo com muita gente.

Os homens costumam furar os lábios e as faces; depois, naqueles furos metem ossos ou pedras – e não se pense que são pequenas; a maioria desses homens tem três furos, alguns sete, outros nove, nos quais introduzem pedras de alabastro verde e branco, que têm meio palmo de comprimento e a grossura de uma ameixa catalã, que parecem coisa fora do natural. Dizem fazer isso para parecer mais ferozes. Enfim, é coisa bestial.⁴⁹

⁴³ A presença ou a ausência de metais, principalmente preciosos, foi dos itens que mereceu grande atenção de todos os primeiros navegadores à América.

⁴⁴ *Pendurados no ar*. No italiano: *coricate ne l'aria* (deitados no ar).

⁴⁵ *Muitas raízes de ervas e frutas*. Palavras omitidas por Marcondes de Souza (*Amerigo Vespucci*). No italiano: *molte radice d'erbe e frute*.

⁴⁶ *Ouriços*. Marcondes de Souza, *op. cit.*, conserva o italiano *rici*. O texto espanhol de Aznar (*Americo Vespucio*) traz: “crustáceos do mar”.

⁴⁷ A carta é recheada de alusões à antropofagia dos indígenas. Segundo Frank Lestringant (*O Canibal...*, p. 47 e ss.), as imagens criadas por Vespúcio, principalmente as atribuídas a ele, como as imagens contidas no *Mundus Novus* (*Documento 27*, nota 71), foram fontes essenciais para a fixação e a divulgação da imagem do canibal americano na Europa.

⁴⁸ *Cães*. Ver nota 36.

⁴⁹ O hábito dos indígenas de furar partes do rosto para ali enfiar objetos causou extremo espanto entre os primeiros viajantes e cronistas. Caminha (*Documento 6*) também comenta o costume. Vespúcio, neste trecho, compara o hábito como próprio de animais, de bestas: “bestial”.

Os seus casamentos não são com uma só mulher, mas com as que querem, e sem muita cerimônia. Conhecemos um homem que tem dez mulheres. São ciumentos delas; se acontecer que uma mulher lhe seja infiel, castiga-a, espancando-a e manda-a embora, afastando-a. São gente muito fecunda. Não têm herdeiros, porque não possuem bens próprios. Quando os filhos, isto é, as mulheres, estão em idade de procriar, o primeiro que as corrompe deve ser, exceto o pai, o parente mais próximo que tenham. Depois, assim corrompidas, as casam. Nos partos, as suas mulheres não fazem nenhuma cerimônia, como as nossas [fazem]; comem de tudo; logo após o parto,⁵⁰ no mesmo dia vão ao campo para lavar-se.

São pessoas que vivem muitos anos, porque, segundo suas lembranças, havíamos conhecido muitos homens que têm até quatro gerações de netos.⁵¹ Não sabem contar os dias, nem os meses, nem os anos, salvo que contam o tempo por meses lunares. E quando querem mostrar alguma coisa e o seu tempo, mostram com pedras, pondo uma pedra para cada lua. Encontrei um homem dos mais velhos que me fez sinais com pedras ter vivido 1700 [meses] lunares, o que me parece ser 132 anos, contando 13 [meses] lunares por ano.⁵² São gente belicosa e muito cruéis entre si. Todas as suas armas e golpes são, como diz Petrarca, “entregues ao vento,”⁵³ que são arcos, setas, dardos e pedras; não costumam usar defesas nos seus corpos, porque andam nus como nasceram. Não têm ordem nenhuma em suas guerras, salvo fazer

⁵⁰ Logo após o parto. No italiano: *a pena che si sentano ne'loro parti*.

⁵¹ Segundo suas lembranças, havíamos conhecido muitos homens que têm até quatro gerações de netos. Diz o italiano: *secondo le loro survensioni molti uomini v'abian conosciuti che tengono infino 4 sorte di nipoti*. No texto de Marcondes de Souza, *op. cit.*: “segundo suas gerações, muitos homens temos conhecido que tinham até 4 qualidades de netos”. No de Riccardo Fontana, *op. cit.*: “segundo seus cálculos, conhecemos muitos homens que têm até quatro qualidades de netos”. No texto espanhol de Aznar: “segundo sua descendência, temos conhecido ali muitos homens que têm até quatro graus de descendentes”. No texto inglês de Formisano, *op. cit.*: “porque encontramos muitos que tinham até quatro gerações de descendentes, conforme suas lembranças”.

⁵² Na realidade, são 130 anos e dez meses lunares.

⁵³ “*Entregues ao vento*”. No italiano: *commessi al vento*. Petrarca, em *Rerum Vulgarium Fragmenta*, XXVIII, 1.60, diz: *ma tutii colpi suoi commete ao vento*.

aquilo que lhes aconselham os seus anciãos. Quando combatem, matam-se muito cruelmente; e a parte que resta vencedora⁵⁴ do campo enterra todos os mortos do seu lado; e [os corpos] dos inimigos, despedaçam e comem. E os que capturam, prendem-nos e os têm como escravos nas suas casas: se for mulher, dormem com ela; se for homem, casam-no com suas filhas.

Em certas épocas, quando lhes vem uma fúria diabólica, convidam os parentes e o povo e os põem diante, isto é, a mãe com todos os filhos que dela têm e, com certas cerimônias, os matam a flechadas e os comem. Fazem o mesmo aos ditos escravos e aos filhos que nascem deles. Isto é verdadeiro, porque nas suas casas encontramos carne humana posta ao fumo, e muita; e compramos deles dez criaturas, homens e mulheres, que estavam destinadas ao sacrifício ou, melhor dizendo, ao malefício. Nós os repreendemos muito; não sei se emendaram.

O que mais me maravilhou nessas suas guerras e crueldade é que não pude saber deles por que fazem guerra uns aos outros, pois que não têm bens próprios nem domínio⁵⁵ de impérios ou reinos, nem sabem que coisa seja cobiça, isto é, riquezas,⁵⁶ ou cupidez de reinar, o que me parece ser a causa das guerras ou de todo ato desordenado. Quando lhes pedimos que dissessem a causa, não sabiam dar outra razão, salvo que dizem que há muito tempo⁵⁷ começou entre eles essa maldição, e querem vingar a morte de seus pais antepassados. Em conclusão, é coisa bestial. Certo é que um homem deles me confessou ter comido⁵⁸ a carne de mais de 200 corpos; e tenho isso por certo, e basta.

Quanto à disposição da terra, digo que é terra muito amena, temperada e sã, porque durante o tempo em que andamos por ela, que foram dez meses, nenhum de nós não morreu e poucos adoeceram.⁵⁹

⁵⁴ *Vencedora*. No italiano: *signor*.

⁵⁵ *Domínio*. No italiano: *signoria*.

⁵⁶ *Riquezas*. No italiano: *roba*.

⁵⁷ *Há muito tempo*. No italiano: *ab antico*.

⁵⁸ *Ter comido*. No italiano: *essersi trovato a mangiare*. Sobre a referência à antropofagia contida na frase, ver nota 47. Vê-se que a referência à bestialidade dos indígenas, na próxima frase, vem logo após a constatação da antropofagia dos índios.

⁵⁹ As muitas referências à "sanidade" da terra e dos índios, assim como à beleza dos corpos destes, formaram uma das bases para a fixação, na Europa, dos indígenas

Como disse, eles vivem muito tempo, não têm enfermidade nem pestilência ou corrupção do ar,⁶⁰ morrem de morte natural ou por sufocação.⁶¹ Em conclusão, os médicos teriam moradia ruim em tal lugar.⁶² Como navegamos para descobrir⁶³ – e com tal comissão partimos de Lisboa –, não para buscar algum proveito, não nos incomodamos em pesquisar⁶⁴ a terra, nem de procurar nela algum proveito, de modo que nela não percebemos coisa que fosse útil a ninguém; não porque eu não creia que a terra não produza todo o gênero de riqueza, por sua admirável disposição, e estar no local⁶⁵ do clima onde está situada. E não é de maravilhar-se que assim, de repente, não percebêssemos todo o proveito, porque seus habitantes não estimam coisa alguma, nem ouro, nem prata ou outras jóias, salvo coisa de plumagens ou de osso, como foi dito. Este sereníssimo rei mandando visitá-la agora, tenho a esperança de que não passarão muitos anos para trazer grandíssimo proveito e renda a este reino de Portugal.⁶⁶

Achamos infinito pau-brasil,⁶⁷ muito bom para carregar quantos navios estiverem hoje no mar, sem nenhum custo, e tam-

como seres inocentes e belos, diretamente egressos do paraíso terrestre e da Idade do Ouro. Tanto essa imagem quanto a dos índios como seres bestiais e selvagens aparecem nesta carta de Vespúcio e em outros de seus escritos, assim como em outros escritos da época, como a carta de Caminha (*Documento 6*).

⁶⁰ *Corrupção do ar*. No italiano: *corruzione d'aria*. As concepções médicas da época atribuíam a maioria das doenças ao ar corrompido. Riccardo Fontana, *op. cit.*, traduz por “malária”.

⁶¹ *Por sufocação*. No italiano: *causata per man di soffocazione*. Luciano Formisano, *op. cit.*, lembra a biografia de Fernando Colombo sobre o pai, Cristóvão, para supor ter sido costume dos nativos, quando estavam prestes a morrer, estrangular-se.

⁶² *Os médicos teriam moradia ruim em tal lugar*. No italiano: *e medici arebono cativo stare a ta' luogo*.

⁶³ *Como navegamos para descobrir*. No italiano: *perché andamo in nome di discoprire*.

⁶⁴ *Pesquisar*. No italiano: *cercare*.

⁶⁵ *Local*. Paragem. No italiano: *paraggio*.

⁶⁶ *Não passarão muitos anos para trazer grandíssimo proveito e renda a este reino de Portugal*. Tal como Caminha (*Documento 6*), Vespúcio também previu que Portugal obteria muitas riquezas do Brasil, quando explorasse a fertilidade da terra e a amenidade do clima.

⁶⁷ *Pau-brasil*. No italiano: *virzino*. Os navios da expedição chegaram a Lisboa abarrotados de pau-brasil. Em 1503, o rei português D. Manuel arrendou a um grupo

bém canafistula.⁶⁸ Vimos cristal e infinitos sabores e odores de especiarias e drogas que não se conheciam. Os homens do país falam de ouro e de outros metais e drogas, mas não são conhecidas. Os homens do país falam de ouro e outros metais, drogas e muitos milagres, mas eu sou daqueles de Santo Tomé: o tempo fará tudo. O céu, na maior parte do tempo, mostra-se sereno e adornado com muitas e claras estrelas brilhantes; anotei os círculos de todas.

Isto é um resumo,⁶⁹ só *capita rerum*,⁷⁰ das coisas que vi naquelas partes. Deixam-se muitas coisas que seriam dignas de memória, para não ser prolixo, e [Vossa Magnificência] as achará com minúcias⁷¹ na minha “Viagem”.⁷²

Por ora estou aqui em Lisboa,⁷³ esperando o que o rei determinará sobre mim. Praza a Deus que de mim siga o que seja melhor para o seu santo serviço e saúde da minha alma.

de comerciantes, do qual faziam parte muitos cristãos-novos, como Fernando de Loronha ou Noronha, a exploração do pau-brasil em sua colônia americana.

⁶⁸ *Canafistula*. No italiano: *cassia fistola*.

⁶⁹ *Resumo*. No italiano: *sotto brevità*.

⁷⁰ *Capita rerum* As coisas mais importantes.

⁷¹ *Com minúcias*. No italiano: *tutto a minuto*.

⁷² “*Viagem*”. Aqui Vespúcio parece referir-se ao seu alentado futuro livro a respeito das viagens que fez. Ver nota 22.

⁷³ A indicação do local onde estava Vespúcio faz supor que a carta (que não é datada) tenha sido escrita de Lisboa.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Perdeu-se. Preservaram-se duas cópias, uma na Biblioteca Riccardiana de Florença (Códice Vaglianti, Manuscrito 1910) e outra na Biblioteca Nacional Central de Florença, na coleção Strozzi (Strozziano Galileiano 292).

FONTES

“Carta de Amerigo Vespucci a Lorenzo di Pier Francesco dei Medici, enviada de Lisboa em 1502”. In: SOUZA, Thomaz Oscar (T. O.) Marcondes de. *Amerigo Vespucci*

e suas viagens. São Paulo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1954, p. 211-215.

Tem por base o Manuscrito 1910.

“Carta de 1502 enviada desde Lisboa a Lorenzo Pier Francesco de Medici, em Florencia”. In: VESPUCCIO, Americo. *El nuevo mundo – viajes y documentos completos*. Tradução de Ana Maria R. de Aznar. Notas de Fernández Navarrete, Varnhagen, Levillier e equipe editorial. Madri: Ediciones Akal, 1985, p. 39-45. Tem por base a coleção Strozzi.

“Letter to Lorenzo di Pierfrancesco de’ Medici”. In: FORMISANO, Luciano. *Letters from a new world*. Tradução de David Jacobson. Nova York: Marsilio, 1992, p. 29-35.

“Lettera a Lorenzo di Pierfrancesco de’ Medici del 1502 da Lisbona”. In: POZZI, Mario. *Il Mondo Nuovo di Amerigo Vespucci*. Milão: Serra e Riva Editori, 1984, p. 77-85. Tem por base o manuscrito da coleção Strozzi, constituindo-se na principal referência para o presente texto.

“Terceira carta de Américo Vespúcio”. In: FONTANA, Riccardo. *O Brasil de Américo Vespúcio*. Tradução de Edilson Alkmin Cunha e de João Pedro Mendes. Brasília: Editora UnB/Linha Gráfica Editora, 1994, p. 140-143. Baseia-se no Manuscrito 1910.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

A cópia da coleção Strozzi, da Biblioteca Nacional Central de Florença, apareceu em livro somente no final do século XVIII, em 1789, editada por F. Bartolozzi, o descobridor do documento no arquivo florentino, na sua *Ricerche storico-critiche* (p. 168-180). No Brasil, o texto da mesma cópia foi publicado pela primeira vez em 1865, por Varnhagen, que transcreveu integralmente o trabalho de Bartolozzi no seu *Amerigo Vespucci* (p. 83-86).

A cópia do Manuscrito 1910, da Biblioteca Riccardiana de Florença, foi publicada pela primeira vez apenas no século XX, em 1924, por Magnaghi, no seu *Amerigo Vespucci* (v. II, p. 323-333); o autor comparou esta cópia com a da Coleção Strozzi, também reproduzida no volume.

EMENTA

Esta é uma carta de Américo *Vespúcio a seu patrão e amigo, o comerciante e banqueiro florentino Lourenço dei *Medici. É uma continuação da carta redigida por Vespúcio em Beseguiche, na costa africana, para o mesmo destinatário, datada de 4 de junho de 1501 (*Documento 9*). Na presente correspondência, Vespúcio relata a viagem que fez desde Beseguiche até o Brasil, o que observou no litoral desse país – percorrido desde algum ponto próximo à atual cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, até o extremo sul – e na Patagônia, e o seu retorno a Lisboa. A viagem de que Vespúcio participou constituiu a primeira expedição exploradora ao Brasil, saída de Portugal em maio de 1501 e retornada em setembro de 1502.

ANÁLISE HISTÓRICA

Esta carta não é datada, mas a opinião da maioria dos especialistas, como Luigi Hugues, é de que foi escrita em Lisboa (ver nota 72), em setembro ou outubro de 1502, portanto, logo após o retorno da expedição. A carta – assim como outra, referente à mesma viagem ao Brasil, escrita pelo navegador em Beseguiche (*Documento 9*) – é considerada pela maioria dos especialistas um documento autêntico, escrito originalmente pelo próprio Vespúcio. A informação é relevante quando se leva em conta a polêmica sobre a autoria de outros escritos atribuídos a Vespúcio, como a *Mundus Novus* (*Documento 27*) e a carta a Piero Soderini (*Documento 28*).

Há muito poucas informações a respeito dessa primeira expedição exploradora ao Brasil, da qual participou Vespúcio. Existem dúvidas até mesmo sobre o nome de seu comandante: teria sido Gaspar de Lemos – como querem vários historiadores –, um participante da esquadra de Cabral que retornou do Brasil para Portugal, levando as notícias sobre o achamento da nova terra? Teria sido Gonçalo Coelho, algum outro navegador? Os historiadores divergem, sendo insuficiente a documentação a respeito.

O fato é que o rei português se apressou em fazer o reconhecimento da terra, enviando a expedição exploradora ao Brasil quando Cabral ainda se encontrava na Índia. A pressa do rei provavelmente se prendeu ao fato de que, embora o Tratado de Tordesilhas, desde 1498, garantisse a Portugal parte das terras localizadas na América, até então todas as viagens a essa região do globo haviam sido espanholas, tanto as de Colombo quanto a de navegadores que haviam estado na América do Sul (e talvez também no Brasil), como Alonso de Ojeda e, meses antes de Cabral, Vicente Yañez Pinzón. Portugal desejava assim apossar-se efetivamente de parte do território americano, para poder reivindicá-lo em futuras disputas territoriais. E desejava saber o que continha a terra, para decidir como melhor explorá-la e ocupá-la. Para mais informações acerca do início da viagem, ver *Documento 9*, “Análise histórica”.

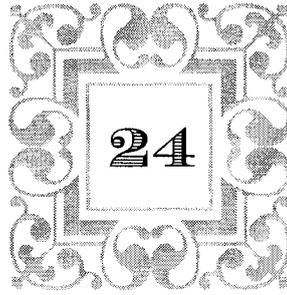
A expedição conseguiu cumprir o principal objetivo, reconhecendo uma extraordinariamente extensa faixa do litoral brasileiro, do atual Rio Grande do Norte ao extremo sul. Muitas denominações atuais de acidentes geográficos brasileiros foram dadas pelos integrantes dessa longínqua expedição de 1501, tais como: cabo de São Roque, cabo de Santo Agostinho, rio de São Francisco, porto de São Sebastião, etc.

Periodicamente, os três navios atracavam, para exploração da terra e da gente e para reabastecimento e carregamento. Disso resultou uma extensa coleta de observações sobre a nova terra e seus habitantes, de que a carta de Vespúcio é amostra. A expedição exploradora confirmou ser o país “terra firme”, como então se nomeava continentes, em oposição a ilhas. Constatou nele a abundância de pau-brasil (riqueza de que os navios voltaram abarrotados), alertando para o fato de que, com exceção da canafistula e de muitas drogas cujos usos ainda eram desconhecidos, não se havia constatado outros sinais aparentes de riqueza. Provavelmente, devido a essas informações, D. Manuel, no mesmo ano do retorno da expedição (1502), arrendou a um grupo de comerciantes, integrado entre outros por Fernão de Loronha (ou Noronha), a exploração do

pau-brasil na nova terra; repetia assim a utilização de uma modalidade econômica – a do arrendamento a particulares da exploração de determinado produto, em determinada região do império, por determinado tempo – já utilizado nas ilhas da Madeira e Açores.

Este texto de Vespúcio apresenta dados a respeito da natureza, do clima, da vegetação, da fauna, do tipo físico e dos costumes dos indígenas brasileiros bastante mais profundos do que os obtidos por Cabral, expressos na carta de Caminha (*Documento 6*), até mesmo porque se referiam a uma área imensamente maior e foram coletados em tempo bem mais longo. Certos historiadores e antropólogos consideram este texto de Vespúcio a mais antiga e circunstanciada descrição dos índios Tupinambá. É também texto extremamente elegante, recheado de poesia e sensibilidade; tal como a carta de Caminha, oferece elementos para a construção da figura do indígena tanto como ser inocente e desprovido de malícia, representante da perdida Idade do Ouro – que, para desenvolver-se, necessitava alcançar a salvação cristã, via educação dos missionários –, como do selvagem devorador de carne humana.

Outra importante contribuição da carta é a famosa formulação de Vespúcio sobre a América ser um continente, terra separada de todas as outras conhecidas, a “quarta parte do mundo”. À época, essa idéia ainda não fora difundida – Colombo, por exemplo, morreu em 1506 certo de que atingira a Ásia –, embora já pudesse freqüentar certas cabeças privilegiadas da Europa (ver a respeito *Documento 13*, “Análise histórica”). Embora o texto mais conhecido a respeito desse importante assunto seja a *Mundus Novus* (*Documento 27*, primeiro parágrafo), o fato é que a famosa formulação de Vespúcio sobre a conceituação da terra americana aparece pela primeira vez no presente texto, que é anterior à *Mundus Novus* e, ao contrário desta, não tem sua autenticidade contestada.

**PLANISFÉRIO DE CANTINO****1502**

[Escrito no mapa, junto ao desenho do litoral brasileiro:]

A VERA CRUZ,¹ mais chamada pelo² nome a qual achou Pedro Álvares Cabral, fidalgo da Casa do rei de Portugal. Ele a descobriu indo como³ capitão-mor de 14 naus⁴ que o dito rei mandara a Calicut. E indo no caminho, topou com essa terra além,⁵ a qual⁶ terra se crê ser terra firme, na qual há muita gente e, por descrição,⁷ andam nus, homens e mulheres, como suas mães os pariu. São mais brancos que baços e têm os cabelos muito corredios. Essa dita terra foi descoberta na era de quinhentos.

¹ Logo após o nome “Vera Cruz”, está desenhada uma cruz.

² No original, no lugar de “pelo”, apenas um “p”.

³ *Como*. No original: “por”.

⁴ Em realidade, foram 13 as naus da esquadra.

⁵ *Além*. No original: “acem”.

⁶ *A qual*. No original: “em a qual”.

⁷ *Na qual há muita gente e, por descrição*. No original: “em a qual a muita gente de descrição”.



COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Biblioteca Estense, em Módena (Itália).

FONTES

CORTESÃO, Armando. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*. V. I.

Lisboa: Edição da Seara Nova, 1935, p. 142-151.

Portugaliae Monumenta Cartographica. V. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987, p. 7-13.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

É das mais curiosas a história da confecção e da trajetória do chamado “planisfério de Cantino”. Sob o pretexto de negociar cavalos de raça, o veneziano Alberto *Cantino transferiu-se, no início do século XVI, para a cidade de Lisboa. Na verdade, estava interessado em obter o maior número possível de informações a respeito das navegações portuguesas, para transmiti-las a Hércules d’Este, Duque de Ferrara, de quem era agente secreto. Cantino, que conhecia bem Lisboa, subornou um cartógrafo português para desenhar-lhe um planisfério atualizado, o mais próximo possível do chamado “padrão real”, o modelo cartográfico oficial, secreto, pelo qual se registravam todas as novas informações resultantes das descobertas oceânicas. Os portugueses exerciam então extrema vigilância sobre seus mapas, a ponto de D. Manuel haver definido a pena de morte como punição para aqueles que os contrabandassem. Cantino, contudo, em fins de outubro de 1502, conseguiu driblar a vigilância, sair com o precioso mapa de Lisboa e levá-lo pessoalmente até Gênova, onde recebeu de Francisco Catanio, a mando do Duque de Ferrara, o pagamento de vinte ducados de ouro; ele havia pago 12 ducados de ouro pelo mapa. Em novembro de 1502, o mapa estava ante os olhos deslumbrados de Hércules d’Este. “O príncipe magnífico d’Este conta-se no escasso número de pessoas, fora de Portugal, a cujos olhos atônitos foi patente, tão cedo como em 1502, a fiel imagem de conjunto dos feitos náuticos portugueses” (Duarte Leite, *O mais antigo mapa...*, p. 230).

Durante cerca de noventa anos, o “mapa de Cantino” permaneceu na biblioteca do Duque de Ferrara, até que o papa Clemente VIII o transferiu para outro palácio de Módena. Aí esteve até 1859, quando foi atirado pela janela, durante uma rebelião republicana. O mapa foi reencontrado onze anos mais tarde, em 1868, cobrindo a parede de uma salsicharia da cidade. Quem o identificou e comprou Giuseppe Boni, diretor da Biblioteca Estense de Módena, onde o mapa até hoje se encontra.

EMENTA

Trata-se de uma inscrição, referente ao Brasil, constante do chamado “planisfério de Cantino”, produzido em 1502 e considerado o mais antigo mapa do Brasil. Junto ao

desenho do litoral brasileiro, a inscrição resume fatos relativos à chegada da expedição de Cabral, descrevendo algumas características da terra e do povo brasileiros.

ANÁLISE HISTÓRICA

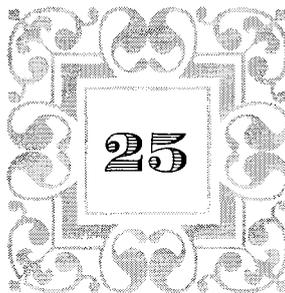
O chamado “mapa ou planisfério de Cantino” – na verdade, um mapa anônimo – é considerado um dos mais completos de sua época. Embora não tenha data, foi concluído entre setembro e outubro de 1502, conforme se lê na correspondência de Ângelo Trevisano e do próprio Cantino. No canto inferior esquerdo do verso, o mapa traz a seguinte inscrição: “Carta de navegar pelas ilhas novamente [...] na parte da Índia. Dono: Alberto Cantino, ao S. duque Hércules”.

Trata-se de um dos mais antigos mapas da cartografia portuguesa e também um dos mais importantes para o estudo da história da cartografia moderna. É considerado o primeiro mapa do Brasil. O historiador português Armando Cortesão (*Cartografia e cartógrafos...*) escreveu a respeito dele: “Sem dúvida, o mais alto documento da cartografia nacional e um dos mais célebres e valiosos da cartografia mundial”.

O planisfério original mede 1,05m x 2,25m e é um belo manuscrito sobre pergaminho, em tinta e aquarela. Inclui as explorações portuguesas na América do Norte e do Sul, na África Ocidental e Oriental, e marca a linha de Tordesilhas. Lá aparecem, pela primeira vez em um mapa, a Groenlândia, a Terra Nova e a Flórida, além do Brasil. Figuram também as viagens de Vespúcio. Vê-se até a ilha de Ascensão, recém-descoberta por João da Nova, que chegara a Lisboa em 13 de setembro de 1502! Segundo Luís de Albuquerque e J. Lopes Tavares (*Algumas observações sobre o Planisfério Cantino...*), esta foi também “a primeira carta conhecida a representar as linhas do equador e dos trópicos (o que corresponde indiretamente à introdução de uma escala de latitudes no desenho)”.

A África está perfeitamente delineada no mapa. O sudoeste da Ásia apresenta contornos imprecisos, dando a entender que continuariam além do papel. A América já é uma presença física, embora ainda imprecisa, pois aparece dentro de um pequeno oceano (como pequena era a distância que Ptolomeu imaginava existir entre Europa e Ásia), relativamente próxima ao Círculo Polar Ártico e também à Ásia. O planisfério, assim, registra o resultado das mais recentes viagens européias e de algumas inovações cartográficas dignas de nota, mas seu conjunto ainda se mostra preso à concepção ptolomaica, que somente muito devagar foi superada no continente europeu. A América (com o Brasil) já era uma realidade física para a Europa, mas ainda não cabia no mapa mental da maioria dos europeus.

A inscrição aqui transcrita, com pequenos erros, registra o resumo do que os portugueses então guardaram sobre a terra brasileira: o nome do seu “descobridor” português, o destino da esquadra – Calicut, dando a entender que o encontro da terra brasileira foi acidental, pois Cabral “topou” com ela –, o fato de acreditar-se que se tratava de “terra firme”, e a existência lá de seres nus, de cabelos corredios, “mais brancos que baços”. Essa inscrição assemelha-se muito à do planisfério de Canério (*Documento 25*).



PLANISFÉRIO DE CANÉRIO

CERCA DE 1502

A VERA CRUZ, chamada pelo¹ nome a qual achou Pedro Álvares Cabral, fidalgo da Casa do rei de Portugal. Ele a descobriu indo por capitão de 14 naus² que o rei mandava a Calicut, isto é, na caraça³ dirigida a esta terra; a qual terra se⁴ crê ser terra firme, na qual há muita gente, por descrição, nua,⁵ homens e mulheres, como suas mães os pariu; são mais brancos.

¹ No original, em vez de pelo: *per*.

² Na realidade, foram 13 naus.

³ No original: *caracho*. A palavra mais próxima em português é “caraça” ou carraca, embarcação antiga de duzentas toneladas, de transporte e de guerra. Em italiano há *caraccóne* ou *caraccóna*, designação de antiga nave, maior e mais potente do que a carraca. No latim, há *carabus*, do grego *cárabos* (*carib*, em árabe, e *caraba*, em espanhol), que significa “nave”; daí surgiu “caravela” (pequena nave), *carabela*, em espanhol.

⁴ No original: *aqual terra se crem*.

⁵ No original: *em qual ha muita gente de descriçam nuos*.



C O M E N T Á R I O S

**ORIGINAL**

Arquivos do Serviço Hidrográfico da Marinha, Paris.

FONTE

CORTESÃO, Armando. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*. VI. Lisboa: Edição da “Seara Nova”, 1935, p. 151 a 155.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

O planisfério de Canério, do início do século XVI, entrou no arquivo onde hoje se encontra “cerca de 1699, dez anos antes de Colbert ter determinado a reunião de todos os documentos relativos à marinha francesa” (Armando Cortesão, *Cartografia e cartógrafos...*, p. 151). Foi reproduzido e estudado pela primeira vez apenas no final do século XIX, em 1890, no ensaio do geógrafo francês E. Gallois, *Une nouvelle carte marine...* A partir de então, o planisfério de Canério foi reproduzido e analisado por diversos especialistas.

EMENTA

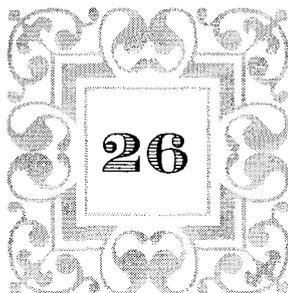
Trata-se de uma inscrição, referente ao Brasil, constante do planisfério do cartógrafo genovês Nicolau Canério, produzido por volta de 1502. A inscrição resume fatos relativos à chegada da expedição de Cabral, descrevendo algumas características da terra e do povo brasileiros. É muito semelhante à constante no planisfério de Cantino (*Documento 24*).

ANÁLISE HISTÓRICA

Embora o historiador português Duarte Leite (*A exploração do litoral brasileiro...*) tente provar que o planisfério de Canério não foi produzido antes de 1505-1506, a maioria dos especialistas acredita que a confecção da carta se deu ao redor de 1502.

O mapa tem escrito, no canto inferior esquerdo: *Opus Nicolay de Canerio Ianuensis*, e isso é tudo o que sabemos de seu autor. Alguns estudiosos pensam que, tal como o chamado “planisfério de Cantino”, o mapa de Cantino foi produzido em Portugal, “e depois enviado de Portugal, juntamente com as cartas de Vespúcio, ao Duque Renato II da Lorena”, como escreveu Armando Cortesão (*op. cit.*, p. 151). Outros, como E. Gallois, *op. cit.*, pensam que foi produzido na península itálica. Todos, contudo, concordam que seu conteúdo e formato são fortemente influenciados pela escola portuguesa de cartografia, o que levou Armando Cortesão (*op. cit.*, p. 152) a concluir: “Apesar de executado por um estrangeiro, o planisfério de Canério deve ser considerado como obra portuguesa”, opinião compartilhada pelo estudioso americano Edward Stevenson (*Marine world chart...*).

O planisfério de Canério mede 1,15m x 2,25m. Tal como o de Cantino (*Documento 24*), foi elaborado em pergaminho, tem como centro a África. Apresenta os resultados de várias viagens oceânicas recentes, porém não os de todas, como o de Cantino. Há ainda diferenças de legendas e nomenclaturas entre os dois mapas, sendo o de Canério menos exato nos desenhos dos contornos da Ásia e da América. Contudo, ao contrário da opinião de Armando Cortesão (*op. cit.*, p. 152-153), pensamos que o planisfério de Canério é uma cópia, em certos trechos mal feita, do de Cantino. A semelhança entre as inscrições aqui selecionadas dos dois mapas, ambas referentes ao Brasil, é extraordinária, coincidindo ambas até mesmo nos erros, como o de calcular em 14 o número total de navios da esquadra de Cabral. O planisfério de Canério, de qualquer forma, divulgou, entre os políticos e os comerciantes italianos interessados no assunto, as últimas viagens portuguesas, assim como os formatos das terras recém-encontradas, sobretudo do Brasil.

**CERTIDÃO DE VALENTIM FERNANDES****20 DE MAIO DE 1503***Navegação dos portugueses para além do círculo equinocial¹*

EM NOME DO SENHOR,² amém. Pelo teor do presente instrumento público, seja notório e evidente a todos que, no ano do nascimento do mesmo Senhor de 1504,³ na sétima indição,⁴ dia 4 do mês de agosto, no primeiro ano do pontificado do santíssimo padre em Cristo e senhor nosso, Júlio II, papa pela divina provi-

¹ Título escrito à margem do documento.

² *Em nome do Senhor (In nomine Domini)*. Andrade (*O auto notarial...*) e Fontoura da Costa (*Cartas das ilhas de...*) preferiram: “Em nome de Deus”.

³ Naquela época, o ano cristão começava no dia 25 de dezembro, data do nascimento de Jesus, e não em 1^a de janeiro.

⁴ *Sétima indição*. Sétimo ano de um período ou ciclo de 15 anos, iniciado três anos antes do nascimento de Cristo. Assim, o ano 1 d.C. representa o quarto ano da primeira indição. O sétimo ano de 1504 é igual a cem indições (1500 anos) mais sete (três anos antes de Cristo, somados a mais quatro). Esta é a chamada indição romana. Para se obter a indição imperial, cuja data começava a 24 de setembro, aumentava-se um ano. Segundo Marcondes de Sousa (*O ato notarial de...*), a indição imperial, também designada “ocidental” ou “de Beda”, foi muito usada na chancelaria imperial alemã desde o século X, existindo, também, “a indição (*sic*)

dência,⁵ o nobre e circunspecto varão Conrado von der Rosen, natural da região da Germânia, possuindo e tendo em suas mãos certas cartas patentes⁶ ou o instrumento público abaixo transcrito – com o selo e assinatura do honrado varão, o senhor Valentim Fernandes, da Morávia, tabelião público por autoridade do sereníssimo rei de Portugal,⁷ escritas e munidas da sua assinatura –, apresentou e entregou-as (e pediu que lhe fossem devolvidas) a mim, tabelião público abaixo assinado, para daí extrair um instrumento público ou cópia em forma de *Vidimus*,⁸ com o seguinte teor:

Uma frota de 13 grandes navios⁹ do potentíssimo Manuel I, primeiro rei de Portugal e dos Algarves, de Aquém e Além-mar

impropriamente dita da chancelaria pontifícia, cujo início coincide com o dia 25 de dezembro ou primeiro de janeiro”.

⁵ Júlio II governou de novembro de 1503 a fevereiro de 1513. Maio de 1504 enquadra-se, portanto, no primeiro ano do seu papado.

⁶ *Certas cartas patentes*. Marcondes de Sousa (*O ato notarial de...*) traz o latim *cartas patentes litteras*, traduzindo apenas por “cartas patentes”. Andrade (*O ato notarial...*) traz o latim *certain patentes literas* (*sic, literas*, com um t), traduzindo por “certas cartas patentes”. Conrado von der Rosen foi provavelmente o intermediário ou representante de Conrado Peutinger, conhecido humanista alemão do período, grande colecionador de fontes e documentos relativos às viagens oceânicas e seus resultados, o qual se interessava pela certidão de Valentim Fernandes.

⁷ D. Manuel nomeou Valentim *Fernandes, em fevereiro de 1503, tabelião público e corretor dos mercadores alemães de Lisboa. Fontoura, Marcondes e Andrade, *op. cit.*, preferem o termo “notário”, usado em Portugal; no Brasil contemporâneo, “tabelião” é mais difundido.

⁸ *Vidimus*. Forma pela qual uma pessoa autorizada copia um documento, garantindo que ele foi visto (*Vidimus* = Vimos) e que a cópia é fiel ao original; cópia exata de um documento feita por uma pessoa autorizada, na presença do original. Forma muito usada no meio diplomático da época, em alguns países europeus. Comentário de Marcondes de Sousa (*O ato notarial de...*): “Esta forma de transmissão diplomática usou-se freqüentemente em França, nos diplomas de Luís IX; mas só entrou no formulário da chancelaria real a partir do século XIV. Trata-se não de uma cópia notarial, mas da expedição autêntica de um diploma sob a garantia de uma autoridade constituída, expedição de que, em geral, se suprimem as cláusulas formulárias.”

⁹ A certidão, portanto, confirma a informação (muito confusa nos documentos da época) de que a armada de Cabral era composta por 13 navios.

em África, Senhor da Guiné e da Conquista, da Navegação e do Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia,¹⁰ partiu do porto de Lisboa, empório riquíssimo, dirigindo-se à Índia de aquém Gânges,¹¹ descobriu-nos, pela divina providência, no mar desconhecido, sob a linha equinocial, um outro orbe, ignorado por todos os autores,¹² no ano do parto de Nossa Senhora de 1500, no último dia de abril;¹³ comandava-a o estrênuo cavaleiro¹⁴ Pedro Álvares Cabral.

- ¹⁰ O longo título de D. Manuel, um costume entre os monarcas da época, foi adotado após o regresso da armada de Pedro Álvares Cabral. O cronista oficial João de Barros (*Décadas*, I, Livro VI, cap. I) explicou assim: “Pois, vendo el-rei D. Manuel esta universal regra do mundo, e que seus antecessores sempre trabalharam pela conquista dos infiéis, mais que por outro injusto título, acrescentar o de sua coroa, e el-rei D. João, seu primo, como de caminho, por razão da empresa que este reino tomou em descobrir a Índia, tinha tomado por título ‘senhor de Guiné’, continuando com ele, acrescentou estes três: senhor da navegação, conquista e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”.
- ¹¹ *Dirigindo-se à Índia de aquém Gânges (profecta versus Indiam intra Gangem)*. Fontoura da Costa (*Cartas das ilhas de...*) traduz: “partindo para a Índia, [descobriu] aquém do Ganges”. Marcondes de Sousa (*O ato notarial de...*): “dirigida para a Índia, aquém do Gânges”.
- ¹² *Um outro orbe, ignorado por todos os autores (alium orbem omnibus auctoribus incognitum)*. Essa passagem lembra um trecho famoso da *Mundus Novus*, atribuída a Américo Vespúcio, escrita provavelmente em 1503 (*Documento 27*), que diz: “...daquelas novas regiões, que – por mando desse sereníssimo rei de Portugal, às suas custas e com a sua frota – procuramos e encontramos, as quais é lícito chamar de Novo Mundo: porque nenhuma delas era conhecida dos nossos maiores porque é coisa novíssima para todos os que ouviram [falar] delas”. Andrade (*O auto notarial...*) traduz *alium orbem* por “novo mundo”.
- ¹³ A data correta de quando a esquadra de Cabral avistou terra é 22 de abril, segundo a carta de Caminha (*Documento 6*, nota 31). Os cronistas portugueses do século XVI (Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Damião Góis, Jerônimo Osório, Gaspar Correia) registram 24 de abril. Algumas fontes um pouco posteriores, como o Relatório de Leutkirch, de 1503-1504 (*Documento 30*), anotam 1º de maio. A carta de Caminha foi divulgada pela primeira vez, e de forma resumida, somente em 1793, em Madri, pelo historiador Juan Bautista Muñoz.
- ¹⁴ *Estrênuo cavaleiro (strenuus miles)*. A tradução literal de *miles* é “soldado”. Todavia, no contexto, fica bem “cavaleiro”, como traduziram Fontoura da Costa,

Os habitantes [desse orbe] não têm fé nem religião ou idolatria e nenhum outro conhecimento do seu Criador;¹⁵ nem se sujeitam a leis nem a algum domínio, a não ser ao conselho dos velhos. Nada possuem de próprio, e tudo é em comum, exceto as esposas; todos, homens e mulheres, andam totalmente nus, nem cobrem as vergonhas, salvo em certos dias festivos, quando alguns deles pintam os corpos de várias cores; outros, depois de untar o corpo, cobrem-no com pequenas penas de aves, de diversas cores, e outros prendem ao corpo penas grandes para imitar as aves.¹⁶

Os homens são de cor parda, de longos cabelos negros, e lisos, não crespos, como os etíopes¹⁷ que habitam no mesmo paralelo;

Marcondes de Sousa e Andrade. Este último traduziu *strenuus* (cujo termo mais próximo em português é “estrênuo”) por “esforçado”; melhor seria “corajoso” ou “valente”.

- ¹⁵ A impressão transmitida no texto, de que os indígenas não possuíam crença ou religião, foi comum a diversos documentos europeus da primeira metade do século XVI sobre o Brasil. Está presente, entre outros, na carta de Pero Vaz de Caminha (ver *Documento 6*, principalmente nota 386), na correspondência de ou atribuída a Américo Vespúcio (*Documentos 23, 27 e 28*) e nos relatos de vários dos primeiros visitantes do Brasil. Contudo, o trecho mais conhecido sobre o assunto, e talvez o que melhor resume a idéia, criando para ela, ao mesmo tempo, uma forte imagem, é este, escrito por Pero de Magalhães Gandavo (*Tratado da terra do...*): “A língua deste gentio todo pela costa é uma: carece de três letras – não se acha nela F nem L nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé nem Lei nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente”.
- ¹⁶ *Para imitar as aves (ad similationem/simulationem aviium)*. A leitura paleográfica permite duas interpretações de uma palavra que se acha abreviada: *similationem/simulationem* (semelhança/simulação): “para assemelhar-se às aves/ para simular ou aparentar as aves”. Marcondes de Sousa (*O ato notarial de...*) interpreta *ad simulationem aviium* e traduz por “à imitação das aves”. Andrade (*O auto notarial...*) prefere *ad similationem aviium* e traduz “para se assemelharem às aves”. Na tradução de Fontoura da Costa (*Cartas das ilhas de...*) aparece: “à maneira de aves”.
- ¹⁷ *Não crespos, como os etíopes*. Andrade, *op. cit.*, traz o latim correto (*crinibus nigris longis atque planis non crispis velut Aethiopes*), mas não a tradução (“de cabelo preto, comprido e corredio, como os etíopes”). “Etíopes” é utilizado no texto como sinônimo de “africanos”; sobre o assunto, ver também *Documento 27*, nota 18. Observações a respeito de um povo recém-encontrado, como os nativos do Brasil, baseavam-se na

de porte jovem,¹⁸ corpo robusto, rosto amplo, olhos pequenos, com orifícios¹⁹ no queixo e outros diversos [orifícios] na face, onde colocam pedras ou ossos, por motivo de beleza. Todos os homens são imberbes, pois as mulheres lhes extraem os pêlos,²⁰ e outros trazem barba pintada. Os homens copulam com as mulheres não em público e com exceção de dois graus, a saber: filho com a mãe ou pai com filha, nem irmão com a irmã, e não se acariciam.²¹

analogia com modelos europeus ou com referências a povos contatados também há pouco, como os africanos.

¹⁸ *Porte jovem* (porte atlético). Fontoura da Costa e Marcondes de Sousa, *op. cit.*, traduzem *statura recenti* por “estatura pequena”. Andrade, *op. cit.*, traduz como “estrutura fresca”, comentando que *recenti* se refere a tempo e pode significar “fresco, novo, não fatigado”. A juventude, a robustez e a beleza dos corpos dos indígenas foram assinaladas em quase todos os primeiros documentos escritos pelos europeus.

¹⁹ *Orifícios (foramina)*. O texto latino de Andrade (*O auto notarial...*) traz *foramine*.

²⁰ *Todos os homens são imberbes, pois as mulheres lhes extraem os pêlos (viri omnes imberbes, quorum pili uxores extrahunt)*. Fontoura da Costa (*Cartas das ilhas de...*) traduziu: “todos os homens são imberbes e às mulheres arrancam-lhes os pelos”. Marcondes de Sousa (*O ato notarial de...*): “todos os homens são imberbes, cujos pelos as esposas extraem”. Andrade (*O auto notarial...*): “os homens são imberbes, mas porque as mulheres lhes extraem os pelos”. A ausência de barba e os poucos pêlos nos corpos dos índios chamaram muito a atenção dos primeiros europeus a ter contato com eles. Da mesma forma, a presença de barba e de pêlos nos brancos foi frequentemente assinalada nos textos asiáticos e nos textos escritos na América com base nos relatos dos indígenas.

²¹ *E não se acariciam (nullum blandum habentes)*. Tanto Marcondes de Sousa quanto Andrade, *op. cit.*, entendem a palavra original como o latim *nullum blandum habentes*. Marcondes de Sousa (*O ato notarial de...*) traduz: “não tendo nenhum (gesto) acariciador”; ele também admite a palavra latina *blandimentum* (carícia, afago), assinalando: “No original, a palavra que, sob reserva, traduzimos por acariciador, está expressa apenas pelas seguintes letras: *bladu*, com um grande traço, como sinal abreviativo, a cortar a haste do ‘d’... Certo é, porém, que a leitura *blandum*, que seguimos, é perfeitamente correta, podendo estar implícita a expressão ‘gesto’ ou ‘atitude’, o que dá à frase um sentido que nos parece mais consentâneo”. Andrade (*O auto notarial...*) traduz: “não usando blandícias”. E Fontoura da Costa (*Carta das ilhas de...*) traz interpretação bem diferente: “não têm brado algum”, explicando em nota: “grito esforçado”.

Comem carnes assadas ou cozidas de aves e também de todos os animais, e ainda humanas, dos inimigos,²² e de peixes e crocodilos,²³ fabricam²⁴ vinho do milho;²⁵ todos os animais são diferentes dos nossos, com exceção dos porcos, e as árvores, as aves e as ervas. Encontram-se aí os maiores crocodilos, contudo menos ferozes do que os da Etiópia,²⁶ que também comem homens; a presente pele mostra o corpo de um verdadeiro crocodilo.

Via-se a terra com espessas florestas²⁷ e rios muito grandes, da qual nos trouxeram: pau-brasil, cássia lígnea e outras canafistulas,²⁸ e ainda papagaios de diversas espécies.

Passados, pois, os dois anos seguintes, outra frota do mesmo cristianíssimo rei, destinada para isso, seguindo o litoral daquela

²² *Inimigos*. Este documento, portanto, como alguns outros da primeira metade do século XVI, escritos por testemunhas oculares dos costumes dos índios brasileiros ou baseados nos relatos destas testemunhas, aponta a antropofagia dos índios como prática restrita aos inimigos destes.

²³ *Crocodilos (cocodrillos)*. Andrade (*O auto notarial...*) traduz por “lagartos”, aqui; logo a seguir, traduz por “crocodilo”, explicando: “quando o homem come, é ‘lagarto’, quando é comido, é por ‘crocodilo’”. Fontoura e Marcondes trazem “crocodilos”.

²⁴ *Fabricam (conficiunt)*. A leitura paleográfica de Marcondes é *confirmunt*, que traduz por “fazem”. Andrade traz *conficiunt*, que traduz por “extraem”. Fontoura traduz por “fazem”.

²⁵ Marcondes de Sousa (*O ato notarial...*) explica, e Andrade, *op.cit.*, repete: os nativos fabricavam diversas bebidas fermentadas com mandioca mansa, milho, caju, ananás e genipapo.

²⁶ *Etiópia*. À época, este topônimo era muitas vezes usado para designar toda a África. Ver a respeito *Documento 9*, nota 9.

²⁷ *Via-se a terra com espessas florestas (Terra nemoribus spissis... videbatur)*. Fontoura da Costa e Marcondes de Sousa desconsideraram aqui o verbo *videbatur*. Fontoura (*Cartas das ilhas...*) traduz: “A terra é cheia de bosques espessos”. Marcondes (*O ato notarial...*): “A terra (está coberta) por bosques espessos”.

²⁸ *Pau-brasil, cássia lígnea e outras canafistulas (ligna Brasili et cassia lignea et aliaque cassia fistula)*. Fontoura da Costa, *op. cit.*: “paus do Brasil e os paus de canela e outros que pareciam paus de canela”. Marcondes de Sousa, *op. cit.*: “paus de brasil e a caneleira arbórea e outra que era parecida com paus de canela”. Fontoura e Marcondes utilizam aqui o verbo *videbatur* (pareciam/era parecida), desconsiderado para concordar com “terra” (ver nota anterior). Andrade, *op. cit.*, traz:

terra, por quase 760 léguas, encontrou no povo um língua²⁹ e batizou inúmeros deles; finalmente, [indo] na direção do sul, chegou à altura de 53 graus do pólo Antártico. Encontrado máximo frio no mar, voltou para a pátria.³⁰

O egrégio varão João Draba manda essa imagem, isto é, daqueles homens, e a presente [pele] de crocodilo³¹ – em memória do sereníssimo rei – à capela do sangue de Cristo,

“pau-brasil, cássia línea e outras cássias fístulas”. A tradicional caneleira aromática da Índia não existia no Brasil; neste país havia outras espécies usadas para madeira, algumas aromáticas.

²⁹ *Um língua (unam linguam)*. Ou seja, um intérprete. Fontoura da Costa (*Carta das ilhas de...*) compreendeu de modo diferente: encontraram naqueles povos apenas “uma língua”. Marcondes de Sousa (*O ato notarial...*) traz “um intérprete”. Andrade (*O auto notarial...*) traz “uma língua”, no feminino, mas como sinônimo de intérprete, comentando ter sido corrente, nos séculos XV e XVI, a designação de “língua” para “intérprete” e acrescentando não ver necessidade de mudar o gênero para masculino, pois João de Barros o teria usado no feminino, com o sentido de intérprete. Hoje, muitos especialistas em história do império português vêm preferindo usar o termo “língua”, como sinônimo de “intérprete”, no masculino. A presença dos “línguas” (muitas vezes grafado “lingoa – línguas”, nos documentos lusos dos séculos XVI a XVIII) tornava-se muito importante no processo de conquista e colonização portuguesa, especialmente nos primeiros anos, quando o desconhecimento dos idiomas nativos das terras recém-encontradas, por parte dos conquistadores, era completo ou quase completo. Mais tarde, o ofício de “língua” tornou-se regulamentado em várias regiões do império luso. Ver nota 37 sobre os homens deixados por Cabral no Brasil, com o objetivo explícito de se tornarem “línguas”.

³⁰ *Voltou para a pátria*. Valentim Fernandes refere-se ao retorno a Portugal da primeira expedição lusa mandada à América após a viagem de Cabral. Composta de três navios, foi enviada por D. Manuel em 1501, para explorar o litoral de Vera Cruz. Até o início do século XX, alguns historiadores negaram a existência dessa expedição, e até hoje há dúvidas sobre quem a teria comandado: Gonçalo Coelho, Gaspar de Lemos, Fernão de Loronha? Américo Vespúcio dela participou, conforme registrado nos documentos de sua autoria ou a ele atribuídos (ver *Documentos* 9, 23, 27 e 28), e o cronista Antonio Galvão (*Documento* 37) registrou, em 1563, o percurso da expedição.

³¹ A imagem dos homens – em desenho ou escultura? – e a pele de crocodilo foram levadas da Terra de Santa Cruz até Portugal na expedição de 1501/1502. Esse fato é que o documento de Valentim Fernandes quer evidenciar, autenticando a origem dos dois objetos.

constituída³² em Bruges, cidade da Flandres, para louvor de Deus onipotente e da pátria, no mês de maio do ano da salvação de 1503.

E eu, Valentim Fernandes, da Morávia, tabelião público por autoridade do mesmo invictíssimo rei de Portugal, li estas presentes cartas perante a régia majestade e seus barões,³³ supremos capitães e pilotos ou governantes dos navios da sobredita terra dos antípodas,³⁴ com o novo nome de Terra de Santa Cruz; e todos as confirmaram a uma só voz. E coligi todas essas coisas de um livro escrito por mim³⁵ segundo o relato de dois antigos homens da mencionada terra,³⁶ mediante os dois supra-citados, os quais durante 20 meses lá moraram.³⁷ E afirmo que todas essas coisas são verdadeiras, pelo que vi e me relataram, em cujo testemunho aponho o meu sinal público. Ano de 1503, vigésimo dia de maio, assim supra-escrito. Valentim

³² *Constituída (constituta)*. A leitura paleográfica de Marcondes de Sousa (*O ato notarial...*) encontrou *constructa*, isto é, “construída”. Fontoura da Costa (*Cartas das ilhas...*) traduz por “fundada” a palavra que leu em Kunstmann.

³³ *E seus barões (et suis baronibus)*. Andrade (*O auto notarial...*) prefere: “e seus fidalgos”. A presença do rei e da nobreza para a leitura da certidão demonstra a importância do ato e o prestígio de Valentim Fernandes.

³⁴ *Antípodas*. Local oposto ao mundo conhecido na Europa daquela época. Ver *Documento 23*, nota 24.

³⁵ O livro que Valentim Fernandes afirma haver escrito infelizmente nunca foi encontrado.

³⁶ *Relato de dois antigos homens da mencionada terra (relacione duorum antiquorum virorum terre supradicte)*. Andrade, *op.cit.*: “relato de dois homens anciãos da terra sobredita”. Marcondes de Sousa, *op.cit.*: “relação de dois homens antigos da terra sobredita”. Fontoura da Costa, *op.cit.*, omite a tradução de *antiquorum*.

³⁷ Em 1500, antes de seguir para a Índia, Pedro Álvares Cabral deixou no Brasil dois degredados (um deles, citado na carta de Caminha, chamava-se Afonso Ribeiro) e dois marinheiros (ignoram-se seus nomes), com o objetivo explícito de se imiscuírem com os indígenas, aprendendo suas línguas e seus costumes. Foram os primeiros habitantes brancos do Brasil. Desses quatro, dois (pelo menos um degredado) regressaram a Portugal com a expedição de 1501/1502, prestando informações e testemunhando sobre as novas terras. É possível que eles tenham sido os informantes referidos na certidão de Valentim Fernandes.

Fernandes, que examinei estas cartas.³⁸ E as quais³⁹ eu, clérigo Silvério Wyenhorst⁴⁰ de Colônia, confirmo.⁴¹

- ³⁸ *Examinei estas cartas (quas quidem...?...?)*. No manuscrito há duas palavras de difícil leitura. Andrade (*O auto notarial...*) tenta *quas quidem licteras recensuit* (?), que traduz por “revi (?) estas cartas”. Marcondes (*O ato notarial...*) interpreta *quas quidem notavit* (?) etc., traduzindo por “as quais em verdade noto (,) etc”. E Fontoura da Costa (*Cartas das ilhas de...*): “esta carta em verdade etc.”.
- ³⁹ *As quais (quas)*. No original latim: *q.*, interpretada por Fontoura, Marcondes e Andrade, *op. cit.*, como *quia* (porque).
- ⁴⁰ *Silvério Wyenhors*. Fontoura (*Cartas das ilhas de...*) traz: Liberto Wigenhoist.
- ⁴¹ *Confirmo* (?). A última ou as últimas palavras do manuscrito ainda não foram decifradas. Andrade, *op. cit.*, aceita *confirmo* (?) ou *do fidem*, traduzindo por “confirmo (?)”. Marcondes de Sousa, *op. cit.*, prefere as reticências. Fontoura da Costa traz um “etc.”, com uma nota, assinalando que é tradução fiel do documento transcrito em latim por Kunstmann.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Perdeu-se o original, escrito em latim. O que se conhece hoje é um traslado – ou seja, uma cópia autenticada –, também em latim, escrito e autenticado em agosto de 1504 por Silvério Wyenhorst, tabelião e clérigo alemão. O traslado encontra-se na Wurtembergische Landesbibliothek (Códice Peutinger), em Stuttgart, Alemanha.

LEITURA PALEOGRÁFICA

Autores deste volume, baseados no *fac-simile* latino do traslado do documento publicado em *Arquivos do Centro Cultural Português, V*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 537-541.

FONTES

O texto aqui publicado é resultado da leitura paleográfica e da tradução dos autores deste volume, comparando, nas notas de rodapé, com trechos das traduções para o português feitas pelos autores citados nas fontes.

ANDRADE, Antonio Alberto de. “O Auto Notarial de Valentim Fernandes (1503) e o Seu Significado como Fonte Histórica”. *Arquivos do Centro Cultural Português, V*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

- COSTA, A. Fontoura da. *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1939.
- SOUSA, T. O. Marcondes de. "O ato notarial de Valentim Fernandes de 20 de maio de 1503". *Revista de História*. Ano IX, nº 34. Leitura paleográfica e tradução do latim pelo professor Torquato de Souza Soares, da Universidade de Coimbra. S. Paulo: USP, abril-junho 1958, p. 369-378.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

O documento é parte do chamado "Códice Peutinger", constituído dos manuscritos pertencentes a Conrado Peutinger (1464-1547), erudito colecionador de documentos e antigüidades, banqueiro e conselheiro do imperador Maximiliano, muito interessado nas viagens oceânicas da época. O primeiro a divulgar o documento foi Frederico Kunstmann, que leu paleograficamente o manuscrito e o publicou em latim, em 1860. Em 1898, o historiador alemão Kurt Trubenbach, ao estudar a viagem de Américo Vespúcio ao Novo Mundo, fez referência a essa fonte, o mesmo ocorrendo, em 1924, com o italiano Alberto Magnaghi, no seu *Amerigo Vespucci*.

Em língua portuguesa, o translado foi publicado pela primeira vez apenas em 1939, em Portugal, por Abel Fontoura da Costa (*Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes*), que se serviu, para a tradução, da edição latina de Kunstmann. Em 1958, o historiador brasileiro T. O. Marcondes de Sousa publicou na *Revista de História* ("O ato notarial de Valentim Fernandes de 20 de maio de 1503") uma cópia do manuscrito, com nova leitura paleográfica e tradução do latim pelo professor Torquato de Souza Soares, da Universidade de Coimbra. Nova divulgação, com outra leitura paleográfica e tradução do latim, foi publicada em Paris, em 1972, nos *Arquivos do Centro Cultural Português*, pelo historiador português Antonio Alberto de Andrade ("O Auto Notarial de Valentim Fernandes (1503) e o Seu Significado como Fonte Histórica"), comentando e corrigindo as publicações anteriores. Os autores do presente volume divulgaram recentemente sua própria leitura paleográfica e tradução do documento, na revista *Textos de História*, da Universidade de Brasília ("A certidão de Valentim Fernandes, documento pouco conhecido sobre o Brasil de 1500").

EMENTA

Trata-se do translado (cópia autenticada), intitulado "Navegação dos portugueses para além do círculo equinocial", datado de 4 de agosto de 1504, que transcreve uma certidão feita em Lisboa, em 20 de maio de 1503, pelo tabelião alemão residente nessa cidade, Valentim *Fernandes. A certidão de Valentim Fernandes tinha como objetivo certificar e validar a origem de duas peças (uma pele de crocodilo e uma figura, desenho ou escultura), oriundas da Terra de Santa Cruz e oferecidas por um certo João Draba a uma capela de Bruges.

A certidão transcrita relata episódios da viagem de Cabral, costumes dos índios brasileiros e acontecimentos da primeira expedição exploradora ao Brasil (1501-

1502), baseada, segundo explica, em relatos de dois homens que haviam vivido durante vinte meses na Terra de Santa Cruz.

ANÁLISE HISTÓRICA

O chamado “Ato notarial de Valentim Fernandes” – que, para maior clareza e adaptação ao português contemporâneo do Brasil, preferimos denominar de “Certidão de Valentim Fernandes” – é um importante documento sobre a história dos primeiros anos do Brasil colonial. Está entre os raros manuscritos, como a carta de Pero Vaz de Caminha, que relatam, a partir de testemunhas, os primeiros contatos dos portugueses com os índios brasileiros. É provável que os informantes citados na certidão fossem dois dos quatro integrantes da esquadra de Cabral (dois degredados e dois marinheiros) que permaneceram em terra, quando a armada rumou para a Índia. A certidão foi lida por Valentim Fernandes durante um ato cerimonial revestido de muita pompa, na presença do rei D. Manuel I, da nobreza e de capitães-mores e pilotos que haviam ido à América, nas viagens de 1500 e 1501-1502, o que atesta tanto a importância do seu conteúdo quanto do seu autor. Impressor nascido na Morávia, Valentim *Fernandes residia em Lisboa desde 1495, onde obteve boa projeção junto à Corte, graças tanto a seus contatos comerciais – representava importantes casas mercantis alemãs na cidade – como a seu relevante trabalho como tipógrafo e impressor, publicando em Portugal livros de viagem e de estudos, e compilando, ele próprio, uma coletânea de narrativas de viagem conhecida como “Manuscrito Valentim Fernandes”.

O documento aqui apresentado corrobora muitas informações de outros manuscritos da época, como a carta de Pero Vaz de Caminha (*Documento 6*) e a correspondência de Américo Vespúcio (*Documentos 9, 23, 27 e 28*), e lhes acrescenta novos dados e pontos de vista, estabelecendo com eles um importante diálogo. É uma das raras fontes de época que trata da viagem de Cabral e da primeira expedição exploradora (1501-1502) enviada por Portugal ao Brasil.

MUNDUS NOVUS, DE AMÉRICO VESPÚCIO

1^o SEMESTRE DE 1503

AMÉRICO *VESPÚCIO a Lourenço di Pierfrancesco dei *Medici.
Saúde.

Nos dias passados muito amplamente te escrevi sobre meu retorno daquelas novas regiões, que – por mando desse Sereníssimo Rei de Portugal,¹ às suas custas e com a sua frota – procuramos e encontramos, as quais é lícito chamar de Novo Mundo:² porque nenhuma delas era conhecida dos nossos maio-

¹ D. Manuel I, que convidou Vespúcio a integrar a primeira expedição exploradora ao Brasil, partida de Lisboa em maio de 1501 e retornada em setembro de 1502. Das cartas escritas por Vespúcio sobre essa viagem, preservaram-se: as escritas no porto de Beseguiche, na costa africana, durante o trecho inicial da jornada (*Documento 9*) e em Lisboa, após o término da viagem (*Documento 23*), para o seu patrão e amigo, o também florentino Lourenço dei *Medici; e a escrita para Pedro *Soderini, após as viagens feitas à América (*Documento 28*).

² *Novo Mundo*. Este parágrafo da carta é muito citado, pois nele se desenvolve a idéia – anunciada por Vespúcio já em carta de setembro/outubro de 1502 (*Documento 23*, nota 25) – de que a América não era apenas de uma terra ou mundo desconhecido, mas um continente distinto do velho mundo conhecido (formado da Europa, da Ásia e da África) e, por isso, deveria ser chamado de “Novo Mundo”.

res;³ porque é coisa novíssima para todos os que ouviram [falar] delas; e porque isso excede a opinião de nossos antepassados; pois a maior parte deles diz que, além da linha equinocial⁴ e para o meridiano,⁵ não há continente, mas apenas mar, que chamam de Atlântico. E se alguns deles afirmaram que ali havia continente, negaram – por muitas razões – que aquela terra fosse habitável.⁶

Todavia, essa última minha navegação constatou⁷ que essa opinião deles é falsa e totalmente contrária à verdade, já que encontrei naquelas partes meridionais um continente habitado por mais numerosos povos e animais do que na nossa Europa, ou Ásia, ou África.⁸ Além disso, [encontrei] um ar mais temperado e ameno do que em qualquer outra região por nós conhecida, como mais abaixo saberás, onde sucintamente só escrevemos o essencial das coisas⁹ e as coisas mais dignas de anotação e memória, que por mim foram vistas ou ouvidas nesse novo mundo, como abaixo fica exposto.

Aos 14 do mês de maio¹⁰ de 1501, por ordem do mencionado rei, partimos de Lisboa com boa navegação,¹¹ com três

Esse trecho da *Mundus Novus* foi citado no mapa de Martim Waldseemüller, de 1507, onde pela primeira vez apareceu o nome “América”, em homenagem justamente a Vespúcio (ver “Análise histórica”).

- ³ *Maiores*. Antepassados. No latim *maiores*, também existente na língua portuguesa.
- ⁴ *Linha equinocial*. Linha do equador.
- ⁵ *Meridiano*. Círculos Máximos perpendiculares ao Equador .
- ⁶ A argumentação em defesa da idéia de “Novo Mundo”, portanto, baseia-se em um diálogo com os autores antigos, cuja autoridade era então muito respeitada. Estes não só jamais haviam ouvido falar daquela parte do mundo, como, em sua maioria, alegavam não existir terra ao sul do equador e além do Atlântico; os que admitiam a existência de tais terras negavam a possibilidade de elas serem habitadas.
- ⁷ *Constatou*. No latim *declaravit*.
- ⁸ A carta, portanto, opõe-se à idéia antiga de uma terra vazia e deserta com a constatação de Vespúcio da existência de uma terra com mais povos do que os outros continentes até então conhecidos. Ao caracterizar a opinião dos antigos como “falsa e totalmente contrária à verdade”, a carta tenta criar uma nova fonte de autoridade sobre o “Novo Mundo”, reforçada à frente (ver nota 32).
- ⁹ *Essencial das coisas*. No latim *rerum capita*.
- ¹⁰ *14 do mês de maio*. Ou 13 de maio (*Documento 9*, nota 5), ou 10 de maio (*Documento 28*, nota 14).
- ¹¹ *Boa navegação*. No latim *prospero cursu*.

navios,¹² para explorar¹³ novas regiões no austro.¹⁴ Navegamos durante 20 meses¹⁵ contínuos para o meridiano. O roteiro¹⁶ dessa navegação é a seguinte: nossa navegação foi pelas ilhas Fortunadas – outrora assim denominadas e agora chamadas Grandes Canárias – que estão no terceiro clima e nos confins habitados do Ocidente.¹⁷ Depois, percorremos, por todo o oceano, o litoral africano e parte etiópica, até o promontório Etíope – assim chamado por Ptolomeu – o qual é agora chamado de cabo Verde pelos nossos, pelos etíopes¹⁸ de Beseguiche e aquela região¹⁹ Mandinga, 14 graus dentro da zona tórrida da linha equinocial, para o setentrião,²⁰ a qual é habitada por gentes e povos negros.²¹

¹² É provável que Vespúcio tenha sido capitão de um dos navios da expedição.

¹³ *Explorar*. O verbo latino é *inquirere*, que pode significar: inquirir; procurar informações; investigar; perscrutar; pesquisar; indagar; esquadrinhar; perguntar. Torna-se claro aqui o principal objetivo da expedição.

¹⁴ *Austro*. Sul.

¹⁵ *20 meses*. A cifra está errada. Para uns, deve ser lido “10 meses”, porque nos manuscritos da época se confundia facilmente o “1” com o “2”; Levillier (em *América la bien llamada*, v. II, p. 355-361), pensa que se trata realmente de erro de transcrição, mas que se deve ler “20 dias”, correspondentes à primeira etapa da jornada, não ao seu conjunto. A viagem de Vespúcio durou no total quase 16 meses (da primeira quinzena de maio de 1501 até 7 de setembro de 1502), calculando-se a navegação para o sul em dez meses, no máximo. Ver *Documento 28*, nota 105.

¹⁶ *Roteiro*. No latim *ordo* (ordem, fileira, arranjo).

¹⁷ *Confins habitados do Ocidente*. Expressão usada na época para significar o limite habitável do Ocidente, durante muito tempo identificado pelos geógrafos com as ilhas Canárias, também chamadas de “ilhas Afortunadas” (citadas no texto como “ilhas Fortunadas”). A respeito dessas ilhas e dos significados que adquiriram, ver *Documento 9*, notas 7 e 15.

¹⁸ *Etíopes*. Note-se que a palavra é empregada no sentido lato dado pelo geógrafo grego Ptolomeu – referido na mesma frase –, designando o nativo da Etiópia, uma vasta faixa de terra localizada desde o centro até o sul do território africano, do Atlântico ao Índico, identificando boa parte do etíope com o africano. Somente mais tarde a palavra “Etiópia” passou a designar um país africano da costa oriental, a antiga Abissínia, e “etíope”, o povo dele nativo. A respeito da Etiópia, ver *Documento 9*, nota 9.

¹⁹ *Região*. Do latim *regio*. Alguns preferem traduzir por “país”.

²⁰ *Setentrião*. Região norte. Também significa: o vento norte; o pólo Norte; as sete estrelas da Ursa Menor, que ficam ao norte (que deram origem ao latim *septentrione*).

²¹ Esse primeiro trecho da viagem, de Portugal ao porto de Beseguiche, está narrado

Ali, recuperadas as forças e [as coisas] necessárias para a nossa navegação, levantamos âncoras e demos velas aos ventos.²² Dirigindo nosso caminho pelo vastíssimo oceano, para o [pólo] Antártico, dobramos um pouco para o ocidente, pelo vento que se chama vulturno.²³ Desde o dia que partimos do dito promontório, navegamos pelo espaço de dois meses e três dias,²⁴ sem que nenhuma terra nos aparecesse. O que sofremos naquela vastidão do mar – perigos de naufrágio, incômodos que sustentamos no corpo, angústias da alma que padecemos²⁵ – deixo à estimativa daqueles que conheceram muito bem a experiência de muitas coisas, do que seja procurar o incerto²⁶ e ainda o que seja investigar o desconhecido.²⁷

Para que, em uma palavra, resuma²⁸ todas as coisas, saiba que, dos 67 dias que navegamos, tivemos 44 [dias] contínuos com chuva, trovões e relâmpagos, de tal modo escuros, que nunca vimos nem o sol de dia, nem o céu sereno à noite; pelo que nos sobreveio tanto temor que quase renunciemos a toda esperança de vida. Contudo, nessas tantas e tão grandes procelas do mar e do céu, aprouve ao Altíssimo mostrar-nos²⁹ um continente, novas

também na carta de Vespúcio datada de 4 de junho de 1501 (*Documento 9*). Conforme esse documento registra, em Beseguiche Vespúcio encontrou-se com a frota de Cabral que retornava da Índia, por intermédio dela obtendo informações sobre o Brasil, a África e a Índia. Em Beseguiche, Vespúcio ficou 11 dias (*Documento 28*, nota 21).

²² *Demos velas aos ventos*. No latim *expandimus vela ventis* (expandimos as velas aos ventos).

²³ *Vulturno*. Vento do sudoeste. Em outra edição, latina, do texto, se menciona “áfrico”; o mesmo que libeicho.

²⁴ *Dois meses e três dias*. Período que significa 63 dias. A seguir, o autor diz que viajou 67 dias (dois meses e sete dias), enquanto no *Documento 23*, nota 9, assinala que foram 64 dias. Segundo a carta de Vespúcio a Pedro Soderini (*Documento 28*), foram dois meses e sete dias.

²⁵ Na versão italiana falta a frase “incômodos que sustentamos no corpo, angústias da alma que padecemos”.

²⁶ *Incerto*. No latim *incerta* (as coisas incertas).

²⁷ *Desconhecido*. No latim *ignorantes*.

²⁸ *Resuma*. O verbo latino é *perstringere*, que significa “tocar de leve, apenas de passagem”.

²⁹ *Mostrar-nos*. No latim *nobis coram monstrare* (mostrar diante de nós).

regiões e um mundo desconhecido, pela visão dos quais fomos invadidos de tanta alegria quanto alguém possa imaginar ser costume acontecer àqueles que conseguiram salvar-se³⁰ de várias calamidades e da fortuna adversa.³¹

No dia sete de agosto de 1501, baixamos âncoras nos litorais das mesmas regiões, dando graças ao nosso Deus, com solene súplica e uma missa celebrada com canto. Ali soubemos que a mesma terra não era ilha, mas continente, porque se estende por longuíssimos litorais que não a cercam e porque está repleta de infinitos habitantes. Com efeito, nela encontramos inúmeras gentes e povos, gêneros de todos os animais silvestres que não se acham em nossas regiões e muitas outras coisas nunca vistas por nós;³² seria longo falar de cada uma delas.

Muita clemência de Deus nos manifestou³³ quando chegamos àquelas regiões. Com efeito, nos faltavam lenha e água, e podíamos suportar a vida no mar por poucos dias. Ao mesmo [damos] honra, glória e ação de graças. Resolvemos³⁴ navegar seguindo³⁵ o litoral desse continente, para oriente, nunca afastados daquela vista. E logo percorremos aquilo tanto tempo que chegamos a um ângulo onde o litoral fazia uma virada para o meridiano. E daquele lugar – onde atingimos primeiramente a terra – até esse ângulo, foram cerca de 300 léguas. No caminho³⁶ dessa navegação descemos muitas vezes em terra e conversamos amigavelmente com aquela gente, conforme ouvirás abaixo.

Esqueci-me de escrever-te que, do promontório do Cabo Verde até o princípio daquele continente, são cerca de 700 léguas,

³⁰ *Salvar-se*. Conseguiram salvação. Do latim *salutem consecuti sunt*.

³¹ Este famoso parágrafo costuma ser citado tanto como ilustração dos muitos perigos que os navegantes enfrentavam nas viagens oceânicas como da alegria que a tripulação sentia quando, finalmente, chegava ao destino.

³² Reforça-se aqui a idéia de que a terra encontrada era muito povoada (ver nota 8). Quanto à data da chegada nessa nova terra, o autor da carta a Soderini registra que foi no dia 17 de agosto, conforme um texto, e 1º de agosto, conforme outro (*Documento 28*, nota 33).

³³ *Manifestou*. Do verbo latino *circumfulgere* (resplandecer; brilhar; distinguir-se).

³⁴ *Resolvemos*. No latim *consilium cepimus* (tomamos a resolução).

³⁵ *Seguindo*. No latim *secundum* (conforme; segundo).

³⁶ *Caminho*. No latim *spatio* (espaço; distância; caminho).

embora estimo que tivéssemos navegado mais do que 1800, em parte pela ignorância dos locais e [ignorância] do piloto, em parte pelas tempestades e pelos ventos que impediram nosso caminho direto³⁷ e nos impeliam para freqüentes desvios.³⁸ Pois, se os companheiros³⁹ não tivessem pedido ajuda a mim,⁴⁰ que conhecia a cosmografia, não havia piloto ou nosso guia de navegação que, por 500 léguas, soubesse onde estávamos. Estávamos, pois, vagos e errantes. Somente os instrumentos dos altos corpos celestes nos mostraram exatamente a verdade: esses foram, como todos sabem, o quadrante e o astrolábio. Desde então, todos me trataram com muita honra, pois, mostrei-lhes que, [mesmo] sem conhecimento da carta de marear,⁴¹ eu tinha mais experiência⁴² com a ciência⁴³ de navegar do que todos os pilotos do mundo ao mesmo tempo.⁴⁴ Com efeito, estes não têm

³⁷ *Nosso caminho direto*. No latim *nostrum rectum iter*.

³⁸ *Desvios*. Viradas. Calcula-se que a expedição tenha percorrido até o Brasil aproximadamente 11 mil quilômetros, ou seja, cerca de duas vezes e meia os 4.500 quilômetros regulamentares.

³⁹ *Companheiros*. No latim *socii*.

⁴⁰ *Não tivessem pedido ajuda a mim*. No latim *ad me... animum non adiecissent* (não dirigissem o ânimo para mim).

⁴¹ *Carta de marear*. No latim *marine carte*.

⁴² *Eu tinha mais experiência*. No latim *callebam*. O verbo *callere* significa “ter calos (em alguma coisa)”; “ter muita experiência”; “conhecer a fundo”.

⁴³ *Ciência*. No original: *disciplina*.

⁴⁴ Desse período, somente a versão latina registra “eu tinha mais experiência com a ciência de navegar”. As palavras muito pouco modestas atribuídas a Vespúcio chamam a atenção para a vantagem que levavam, nas viagens, os navegantes que sabiam manejar os instrumentos náuticos (quadrante, astrolábio, balestilha, etc.). Embora esses e outros instrumentos de orientação no mar já fossem bem conhecidos à época, seu uso difícil (devido ao grande peso e/ou ao balanço do mar) e o fato de demandar muitos cálculos por parte de quem os usava tornavam seu emprego restrito; a maioria dos marinheiros praticava a chamada “navegação por estima” ou “navegação estimada”, baseada na experiência, na qual se traçava no mapa uma rota inicial e nela se iam marcando as correções, à medida que a viagem prosseguia. Muitos instrumentos náuticos eram ainda bastante imprecisos, apontando cifras apenas aproximadas; basta lembrar que o cronômetro marinho, que permitiu calcular a longitude, surgiu apenas no século XVIII. Ver *Documento 9*, nota 16.

nenhum conhecimento⁴⁵ se não daqueles locais que navegaram muitas vezes.

Além disso, de onde o dito ângulo da terra nos mostrou desvio do litoral para o meridiano, concordamos em ultranavegá-lo⁴⁶ e investigar o que havia naquelas regiões. Navegamos, pois, seguindo⁴⁷ o litoral, cerca de 60 léguas. Muitas vezes descemos em terra, falamos e conversamos com os habitantes⁴⁸ daquelas regiões; e por eles éramos recebidos paternalmente.⁴⁹ E alguma vez ficamos com eles 15 ou 20 dias contínuos, amigavelmente e com hospitalidade, como saberás abaixo.

Parte desse novo continente está na zona tórrida, além da [linha] equinocial,⁵⁰ para o pólo Antártico.⁵¹ Com efeito, o seu princípio começa a oito graus além da mesma linha equinocial. Seguindo⁵² o litoral deste, tanto navegávamos que, ultrapassado o trópico de Capricórnio, encontramos o pólo Antártico, 50 graus acima de seu horizonte. E fomos perto do próprio círculo Antártico 17 graus e meio. E o que aí vi e conhecemos sobre a natureza daquelas gentes, de seus costumes e tratabilidade, da fertilidade da terra, da salubridade do ar, da disposição do céu e dos corpos celestes e, maxime, das estrelas fixas da oitava esfera, nunca vistas ou tratadas pelos nossos antepassados, narrarei em seguida.

Primeiro, pois, sobre os povos. Encontramos naquelas regiões tanta multidão de gente quanto ninguém poderá enumerar, como

⁴⁵ *Conhecimento*. No latim *notitiam*.

⁴⁶ *Ultranavegá-lo*. Do latim *illud preternavigare* (navegar além daquilo). O texto espanhol traduz: “excluí-lo de nossa navegação”, seguindo o texto italiano, que diz *quello excepto in nel navigare*.

⁴⁷ *Seguindo*. No latim *secundum* (conforme; segundo).

⁴⁸ *Habitantes*. No latim *colonis*.

⁴⁹ *Paternalmente*. No espanhol: fraternalmente, como faz o italiano.

⁵⁰ *Equinocial*. Linha do equador.

⁵¹ Reforça-se aqui a idéia de que a terra encontrada era muito povoada; ver nota 8.

A expedição da qual Vespúcio participou chegou até a Patagônia, no extremo sul do continente americano; foi a primeira vez que europeus alcançaram essa região. Em 1520 ali chegou a frota de Fernão de Magalhães, que dali passou até o oceano Pacífico pelo hoje denominado estreito de Magalhães.

⁵² *Seguindo*. No latim *secundum* (conforme; segundo).

se lê no Apocalipse,⁵³ gente, digo, mansa e tratável. Todos, de ambos os sexos, andam nus, sem cobrir nenhuma parte do corpo: como saem do ventre materno, assim vão até a morte. Com efeito, têm os corpos grandes, quadrados,⁵⁴ bem dispostos e proporcionais com cor tendendo para o vermelho,⁵⁵ o que lhes acontece, julgo, porque, andando nus, são bronzeados pelo sol.⁵⁶ Têm o cabelo amplo e negro; são ágeis no andar e nos jogos, de rosto afável e bonito,⁵⁷ que, contudo, eles mesmos destroem. Com efeito, eles perfuram as maçãs do rosto, os lábios, as narinas e as orelhas. Nem julgues que aqueles furos sejam pequenos ou que tenham apenas um. Na realidade, vi alguns tendo só no rosto sete buracos, em qualquer um dos quais era capaz de [caber] uma única ameixa. Tãpam esses seus furos com pedras azuis, marmóreas, cristalinas e de alabastro, belíssimas, com ossos branquíssimos e outras coisas elaboradas artisticamente, conforme o uso deles. Ficarias admirado⁵⁸ se visses coisa tão insólita, semelhante a monstro, a saber: um homem com sete pedras – das quais algumas são do tamanho de meio palmo – nas maçãs do rosto, ou somente nos maxilares e nos lábios.⁵⁹ Com efeito, muitas vezes considerei e julguei que tais sete pedras pesariam 16 onças. Além de que, em cada

⁵³ Trata-se do capítulo sete, versículo nove do Apocalipse, que diz: “Depois disso, vi uma grande multidão que ninguém podia contar, de toda a nação, tribo, povo e língua...”.

⁵⁴ *Quadrados*. Do latim *quadrata*. No sentido atual, seriam corpos baixos e atarracados. Segundo Moraes Silva (*Diccionario da língua portugueza...*), de 1813, o “homem quadrado” seria homem “constante nas adversidades”.

⁵⁵ *Cor tendendo para o vermelho*. É a primeira vez, em um texto de Vespúcio ou atribuído a ele, que a cor dos índios não mais é referida como “branca” (ver *Documento 23*, nota 37). A explicação dada a seguir, relacionando a cor da pele dos índios à sua exposição ao sol, fora aplicada também, em textos da época, aos negros.

⁵⁶ *Bronzeados pelo sol*. No latim: *tingantur a sole* (tingidos pelo sol).

⁵⁷ *Rosto afável e bonito*. No latim *liberali atque venusta facie*. *Facies* significa: aspecto; aparência; forma; rosto ou face. *Liberalis*: afável; agradável; cortês; bondoso; generoso. *Venustus*: formoso; bonito; elegante; amável; gracioso. Repete-se aqui uma constante dos textos dos primeiros viajantes ao Brasil: a admiração pela beleza física dos índios, sempre muito elogiada.

⁵⁸ *Ficarias admirado*. No latim *non sine admiratione esses* (ficarias não sem admiração).

⁵⁹ O texto italiano omite “maxilares”. A referência ao hábito de os índios perfurarem partes do corpo, para nelas introduzir objetos, assim como a relação desse hábito

orelha têm perfurado três buracos com outras pedras pendentes em anéis.⁶⁰ Esse costume é só dos homens. Realmente, as mulheres não perfuram o seu rosto, mas somente as orelhas.

Outro costume deles bastante enorme e além da humana credibilidade: na realidade, as mulheres deles como são libidinosas,⁶¹ fazem entumescer as virilhas⁶² dos maridos com tanta crassidão que parecem disformes e torpes; isto, por algum artifício e mordedura de alguns animais venenosos. Por causa disso, muitos deles perdem as virilhas – que apodrecem por falta de cuidado⁶³ – e se tornam eunucos.

Não têm panos nem de lã, nem de linho, nem de seda,⁶⁴ porque não precisam deles. Nem têm bens próprios, mas todas as coisas são comuns.⁶⁵ Vivem ao mesmo tempo sem rei e sem comando,⁶⁶ e cada um é senhor de si mesmo. Tomam tantas mulheres quantas querem: o filho copula⁶⁷ com a mãe; o irmão, com a irmã; e o primo, com a prima; o transeunte e os que cruzam com ele.⁶⁸ Quantas vezes querem, desfazem os casamentos, nos quais não observam nenhuma ordem. Além do mais, não têm nenhum templo, não têm nenhuma lei, nem são idólatras. Que mais direi? Vivem segundo a natureza e podem ser considerados antes epicuristas

com o conceito de “selvagem” constam também da carta de Vespúcio datada de setembro/outubro de 1502 (*Documento 23*).

⁶⁰ *Pendentes em anéis*. Brincos. Versão espanhola: em “anéis de três orifícios”.

⁶¹ A identificação dos índios – especialmente das índias – como seres libidinosos foi, segundo Frank Lestringant (*O Canibal*, p. 47 e ss.), uma das heranças culturais dos textos de Vespúcio, dando origem à figura do “canibal incestuoso”, um protótipo sobre o índio americano, especialmente do brasileiro, muito popular na Europa, no século XVI.

⁶² *Virilhas*. No latim *inguina*, que alguns traduzem como “membros”.

⁶³ *Que apodrecem por falta de cuidado*. O texto italiano não registra essa frase.

⁶⁴ *Seda*. No latim *bombix*, de onde surgiu o português “bômbix”, que é o bicho-da-seda.

⁶⁵ *Todas as coisas são comuns*. A respeito da idéia européia de que os índios desconheciam todo e qualquer tipo de propriedade privada, ver *Documento 23*, nota 42.

⁶⁶ *Comando*. No latim *imperio*.

⁶⁷ *Copula*. O verbo latim é *coit*, de *coire*, que significa: fazer coito; juntar-se; encontrar-se; reunir-se.

⁶⁸ *O transeunte e os que cruzam com ele*. No latim *obvius cum sibi obvius* (o transeunte e os que com ele transitam). Uma tradução mais livre seria: “qualquer um, com qualquer um”.

do que estóicos. Entre eles não há mercadores nem comércios das coisas.

Os povos geram guerras entre si, sem arte nem ordem. Os mais velhos, com certos discursos, dobram os jovens para aquilo que querem e incitam para as guerras, nas quais matam cruelmente e mutuamente. E aqueles que conduzem cativos de guerra, conservam não por causa da vida deles, mas para matá-los, por causa de sua alimentação. Com efeito, uns aos outros, os vencedores comem os vencidos.

Dentre as carnes, a humana é para eles alimento comum. Dessa coisa, na verdade, ficais certo, porque já se viu pai comer os filhos e a mulher. Conheci um homem, com o qual falei,⁶⁹ do qual se dizia ter comido mais de 300 corpos humanos. Também, estive 27 dias em certa cidade,⁷⁰ onde vi carne humana salgada suspensa nas vigas das casas, como é costume entre nós pendurar toucinho e carne suína.⁷¹ Digo mais: eles se admiram de não comermos⁷² nossos inimigos e de não usarmos a carne deles nos alimentos, a qual, dizem, é saborosíssima.

As armas deles são arcos e flechas. E quando se preparam⁷³ para as guerras, não cobrem nenhuma parte do corpo para se proteger,⁷⁴ de modo que nisso são semelhantes a bestas. Nós nos esforçamos quanto pudemos para dissuadi-los a afastar-se de seus costumes depravados; os quais nos prometeram que renunciariam àquilo.

⁶⁹ *Com o qual falei.* No italiano: *al quale ho parlato* (no latim *quem et allocutus sum*). Como Vespúcio falou com um nativo se nenhum dos dois conhecia a língua do outro?

⁷⁰ *Cidade.* No latim *urbs*. Alguns traduzem como “aldeia”.

⁷¹ *A Mundus Novus*, dada a grande divulgação e aceitação que teve em toda a Europa logo após sua publicação, foi uma das fontes de fixação, no século XVI, da figura do índio americano, ao cortar os corpos humanos para comer, como “açougueiro perfeito” (cf. Lestringant, *O Canibal*, p. 41). Outra fonte muito importante na fixação desse estereótipo foram as ilustrações de Théodore de Bry para narrativas europeias de viagens à América.

⁷² *Comermos.* No italiano: *manzamo*. No latim *comedimus*, de *comedere*. Tradução espanhola: “matamos”.

⁷³ *Preparam.* No latim *properant*, de *properare*, mais próximo da idéia de “apressar”. Alguns traduzem como “avançar” ou “enfrentar”.

⁷⁴ *Para se proteger.* No latim *sui tutandi gratia* (por causa de se proteger).

As mulheres, como disse, embora andem nuas e sejam libidinosíssimas,⁷⁵ têm contudo os corpos formosos e limpos,⁷⁶ nem são tão torpes quanto talvez se pudesse estimar, porque, já que são carnudas, aparece menos a sua torpitude, que, a saber, é coberta pela maior parte da boa qualidade da corporatura. Extraordinária visão para nós é que, entre elas, nenhuma parecia que tivesse as mamas caídas. E as que pariam nada se distinguiam das virgens, na forma e contratura do ventre; pareciam iguais nas partes restantes dos corpos, o que omito de propósito, por virtude.⁷⁷ Quando podiam juntar-se aos cristãos, impelidas pela forte libido, contaminavam e prostituíam⁷⁸ toda pudicícia.

Vivem 150 anos. Raramente ficam doentes.⁷⁹ Se adoecem,⁸⁰ curam-se com raízes de algumas ervas. Essas são as coisas mais notáveis que conheci sobre eles. Aí o ar é muito temperado e bom, e – pelo que pude conhecer da relação com eles – ali nunca [houve] peste ou outra doença oriunda da corrupção do ar. Se não morrem de morte violenta, vivem longa vida. Creio [nisso] porque aí sempre sopram os ventos austrais⁸¹ e, principalmente, o que chamamos Euro, que é tal para eles o que para nós é o Aquilão.

⁷⁵ A respeito das índias como “libidinosíssimas”, ver nota 61.

⁷⁶ Novamente aparece a referência à formosura e à limpeza dos corpos dos índios, em contraste com os dos europeus; no caso, a comparação se dá entre os corpos femininos.

⁷⁷ *Por virtude*. No latim *propter honestitatem*, em que *honestas*, no caso, aproxima-se mais de “virtude” ou “moralidade”, do que “honestidade”.

⁷⁸ *Prostituíam*. O termo falta, em algumas edições. Ver notas 61 e 75.

⁷⁹ São unânimes as referências, nos primeiros textos dos viajantes, sobre a boa saúde dos índios, o que aumenta o contraste entre essa situação e as epidemias que grassaram entre os índios após o contato com os europeus. Tais epidemias, ao lado da violência dos contatos, foram consideradas uma das principais causas da drástica diminuição e da dizimação de muitos grupos indígenas. A referência à boa saúde é repetida, linhas após.

⁸⁰ *Adoecem*. No latim: *si quam adversam valitudinem incurrunt* (se incorrem contra a saúde).

⁸¹ Uma das mais fortes noções médicas do período, herdada da Antiguidade, relacionava a saúde e a doença ao regime de ventos de determinada região. Os ventos seriam também responsáveis pela criação dos protótipos humanos característicos de cada região.

São pescadores aplicados. Aquele mar é piscoso e copioso em todo o gênero de peixes. Não são caçadores.⁸² Creio [que é] porque ali há muitos gêneros de animais silvestres, principalmente de leões e ursos,⁸³ inúmeras serpentes e outras bestas horríveis e disformes⁸⁴ e também porque ali há largas e longas selvas e árvores de imensa magnitude, e não ousam expor-se nus, sem proteções e armas, a tantos perigos.

A terra daquelas regiões é muito fértil e amena, com muitas colinas, montes, infinitos vales, abundante em grandíssimos rios, banhada de saudáveis fontes, com selvas amplíssimas e densas, pouco⁸⁵ penetráveis, copiosa e cheia de todo o gênero de feras. Ali, principalmente as árvores crescem sem cultivador, muitas das quais dão frutos deleitáveis no sabor e úteis aos corpos humanos; outras não dão nada.⁸⁶ E nenhuns frutos ali são semelhantes aos nossos. Ali são produzidos inúmeros gêneros de ervas e raízes, das quais fabricam pão e ótimas iguarias.⁸⁷ Há muitas sementes totalmente diferentes dessas nossas.⁸⁸

Ali não há nenhum gênero de metais, exceto ouro, que abunda naquelas regiões,⁸⁹ embora nada dele trouxemos conosco nessa nossa primeira navegação. Disso nos deram notícias os índios, que afirmavam haver grande cópia de ouro nos mediterrâneos,⁹⁰

⁸² *Caçadores*. Do latim *venatores*. Outras edições trazem *piscatores* (pescadores), que não traz sentido para o texto.

⁸³ *Leões e ursos*. Vespúcio entendeu mal o que conseguiu captar, ou o autor apócrifo da *Mundus Novus* resolveu acrescentar, por conta própria, esses animais que não são nativos do Brasil.

⁸⁴ Essa referência parece diretamente saída dos bestiários medievais, uma das fortes inspirações dos primeiros viajantes, quando desejavam descrever povos e animais longínquos.

⁸⁵ *Pouco*. No latim *vix*, que significa: apenas; mal; com dificuldade.

⁸⁶ *Outras não dão nada*. No latim *nonnullae vero contra* (literalmente: “outras, na verdade, pelo contrário”).

⁸⁷ *Iguarias*. No latim *pulmentaria*.

⁸⁸ Todo o parágrafo marca a abundância da flora e da fauna brasileiras e sua extrema diferença em relação à européia.

⁸⁹ A idéia de que o ouro “abunda naquelas regiões” é diametralmente oposta à expressão na carta de setembro/outubro de 1502 (*Documento 23*).

⁹⁰ *Mediterrâneos*. Nas terras interiores; nos sertões.

por eles nada estimado ou tido em apreço. Abundam as pérolas,⁹¹ como te escrevi.

Se quisesse lembrar cada coisa que ali existe e de escrever sobre os numerosos gêneros de animais e a multidão deles, a coisa se tornaria totalmente prolixa e imensa. Creio certamente que o nosso Plínio⁹² não tocou a milésima parte do gênero dos papagaios, nem de outras aves e animais que nas mesmas regiões existem com tanta diversidade de formas e cores, que Policleto, artista de consumada pintura,⁹³ fracassaria em pintá-los.

Ali, todas as árvores são odoríferas e cada uma emite de si goma, óleo ou algum líquido, cujas propriedades, se fossem por nós conhecidas, não duvido que seriam saudáveis aos corpos humanos. Certamente, se o paraíso terrestre⁹⁴ estiver em alguma parte da terra, creio não estar longe daquelas regiões, cuja localização, como disse, é para o meridiano, em tão temperado ar que ali nunca há invernos gelados nem verões férvidos.

O céu e o ar, na maior parte do ano, são serenos e isentos⁹⁵ de vapores espessos. As chuvas ali caem aos poucos e duram três ou quatro horas e desfazem-se como nuvens. O céu é ornado de sinais e figuras especiosíssimos; no qual anotei cerca de 20 estrelas de tanta claridade quanto algumas vezes vimos Vênus e Júpiter. Considerei os movimentos e giros delas e medi suas periferias e diâmetros com métodos geométricos, e depreendi ser as de maior magnitude. Vi nesse céu três Canopos,⁹⁶ dois bem claros; o terceiro, escuro. O pólo Antártico não tem Ursa Maior e Menor – como aparece aqui no nosso Ártico –, nem junto dele se vê alguma estrela brilhante. E dessas [estrelas] – que se movem na órbi-

⁹¹ *Pérolas*. No latim *margaritae* ou *margariti*. Alguns trazem “pedras preciosas”.

⁹² A referência ao naturalista Plínio, que descreveu os monstros que habitariam as regiões ainda desconhecidas da Terra, é constante nos textos dos primeiros viajantes à América.

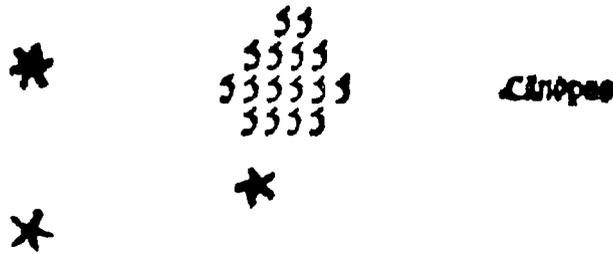
⁹³ Policleto não era pintor, mas escultor, que trabalhava com o bronze. Pintor renomado era Polignotos.

⁹⁴ *Paraíso terrestre*. Noção muito difundida à época, utilizada desde Colombo para classificar determinadas regiões da América. A respeito, ver *Documento 23*, nota 30.

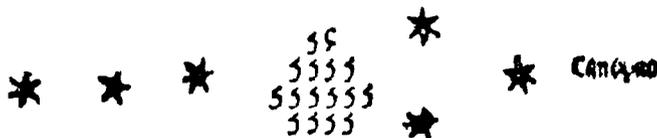
⁹⁵ *Isentos*. No latim *inania*.

⁹⁶ *Canopo*. Estrela de primeira grandeza pertencente à constelação de Argo. Nome de um deus egípcio e do vaso onde os egípcios colocavam as entranhas das pessoas mumificadas.

ta menor,⁹⁷ ao redor daquele [pólo]—, três têm figuras de triângulos ortogonais;⁹⁸ dessas, a metade da circunferência, o diâmetro, tem nove graus e meio.⁹⁹ Quando essas [estão] a oriente, vê-se à esquerda um Canopo branco de extraordinária magnitude; e quando chegam ao meio do céu, apresentam esta figura:



Depois dessas, vêm outras duas; dessas, a metade da circunferência, o diâmetro, tem 12 e meio graus; e com elas se vê outro Canopo branco. Seguem a elas outras seis formosíssimas e claríssimas estrelas, entre todas as outras da oitava esfera; na superfície do firmamento, a metade da circunferência, ou diâmetro, dessas [estrelas] tem 32 graus. Com elas percorre um Canopo negro de imensa magnitude. São vistas na Via Láctea e, quando estão na linha meridional, têm a seguinte figura:



⁹⁷ *Na órbita menor. No latim brevior circuitu.*

⁹⁸ *Figuras de triângulos ortogonais. No latim trigoni orthogoni schema. Triângulos são triângulos.*

⁹⁹ *Período complexo, com várias interpretações. No latim: Et ex hiis que circum eum brevior circuitu feruntur, tres sunt habentes trigoni orthogoni schema, quarum dimidia peripherie diametrus gradus habet novem semis.*

Nessa minha navegação conheci muitas outras estrelas pulquérrimas, das quais anotei diligentemente os movimentos e descrevi graficamente e com beleza num livrinho meu, que está presentemente com este Sereníssimo Rei;¹⁰⁰ espero que ele me restitua.

Naquele hemisfério vi coisas que não estão de acordo com as razões dos filósofos.¹⁰¹ A Íris branca foi vista duas vezes por volta da meia-noite, não somente por mim mas também por todos os nautas. Também, por várias vezes, vimos lua-nova no dia em que se conjugava com o sol. Todas as noites, naquela parte do céu, cruzam inúmeros vapores e fachos luminosos.¹⁰² Pouco antes disse: “naquele hemisfério”. Contudo, falando propriamente, não é um pleno hemisfério, em relação ao nosso; porém, porque se aproximou daquela forma, permitiu-se, assim, ser chamado como tal.¹⁰³

Portanto, como disse, de Lisboa, de onde partimos – que dista 39 e meio graus da linha equinocial¹⁰⁴ –, navegamos [mais] 50

¹⁰⁰ *Sereníssimo Rei*. Trata-se do rei D. Manuel I, de Portugal. Textos de Vespúcio, ou a ele atribuídos, fazem referência a esse pequeno texto ou folheto que o navegador florentino teria escrito, com vistas a uma futura publicação mais alentada, e entregue ao rei português, mas que nunca teria reavido. O texto jamais foi localizado nos arquivos portugueses, os quais, estranhamente, não possuem documentos expressivos relativos à presença de Vespúcio em Lisboa e nas armadas portuguesas. Os arquivos espanhóis e italianos, ao contrário, contêm fontes importantes a respeito do florentino. Ver notas 119 e 124, e *Documento 23*, nota 23.

¹⁰¹ Aqui se torna clara a idéia, comum nos textos dos primeiros navegantes, de que a experiência adquirida na observação do Novo Mundo (no caso específico, a observação do céu do hemisfério sul) criava conhecimentos novos, que se opunham frontalmente aos expressos nos textos dos antigos, até então considerados as fontes principais de autoridade.

¹⁰² *Fachos luminosos*. No latim *ardentes faces*. Alguns, como o texto espanhol de Aznar, traduzem por “luminárias”; outros, por “ardentes meteoros” (Marcondes de Souza, *Américo Vespucci...*), por “fachos ardentes” (Stefan Zweig, *Américo Vespúcio*, e Riccardo Fontana, *O Brasil de Américo...*).

¹⁰³ A idéia de “hemisfério sul”, para designar a parte do globo onde está a América, portanto, não é inteiramente aceita no texto, mas aí apresentada por aproximação.

¹⁰⁴ Lisboa está exatamente 38,43 graus norte do equador. Vespúcio errou por cerca de um grau.

graus¹⁰⁵ para além da linha equinocial:¹⁰⁶ os quais, somados, fazem¹⁰⁷ cerca de 90 graus. Como tal soma atinge a quarta parte do grande círculo,¹⁰⁸ – segundo a verdadeira razão de medida legada a nós pelos antigos – é manifesto que navegamos a quarta parte do mundo.¹⁰⁹ Por essa razão, nós habitantes de Lisboa, a 39 e meio graus, em latitude setentrional¹¹⁰ da linha equinocial, estamos – para aqueles que habitam 50 graus para além da mesma linha, na latitude meridional¹¹¹ – a um ângulo de cinco graus, em linha transversal. Para que entendas mais claramente: enquanto estamos em pé,¹¹² uma linha perpendicular pende em nossa cabeça, de um ponto alto¹¹³ do céu, para nosso vértice;¹¹⁴ para eles¹¹⁵ [a linha] pende do lado, ou nas costas. Do que resulta que nós estamos em linha reta,¹¹⁶ e eles em linha transversal,¹¹⁷ formando um triângulo ortogonal; de cuja linha fazemos a vez do cateto, e eles da base; e a hipotenusa se estende de nós

¹⁰⁵ 50 graus. No latim *gradu quinquagesimo*. A versão latina de Vignaud (*Americ Vespucci*, p.305-311) traz *gradu quingentesimo* (500 graus), evidente erro tipográfico.

¹⁰⁶ Pela distância assinalada, Vespúcio atingiu o sul da Patagônia, na atual Argentina, perto da atual Bahia Grande ou da linha das ilhas Malvinas (51,45 graus sul), quase atingindo o estreito de Magalhães, que está 54 graus ao sul do equador.

¹⁰⁷ *Os quais, somados, fazem*. No latim *qui simul iuncti efficiunt* (literalmente: os quais, ao mesmo tempo juntos, fazem).

¹⁰⁸ *Grande círculo*. Hoje conhecido como Círculos Máximos, são circunferências imaginárias descritas na esfera celeste que passam pelos polos e são perpendiculares ao equador: são os meridianos que medem as longitudes. As paralelas de latitude tem apenas um círculo máximo, que é o equador.

¹⁰⁹ Tal raciocínio é importante, porque daí Vespúcio conclui pela existência de uma parte do mundo ainda desconhecida pelos europeus, de um mundo que acabou recebendo o nome de América, em sua homenagem. As outras três partes conhecidas eram: Europa, Ásia e África.

¹¹⁰ *Latitude setentrional*. Ao norte.

¹¹¹ *Latitude meridional*. Ao sul.

¹¹² *Enquanto estamos em pé*. No latim *dum recti stamus*.

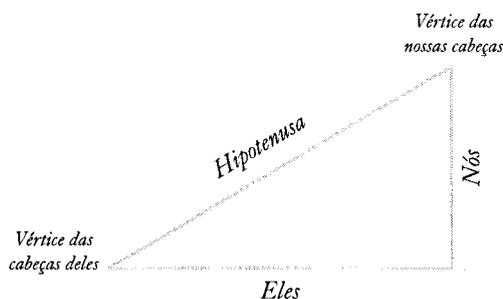
¹¹³ *Alto*. No latim *imminente*.

¹¹⁴ *Vértice*. Zênite.

¹¹⁵ *Eles*. Habitantes a 50 graus ao sul do equador.

¹¹⁶ *Em linha reta*. Na vertical.

para o vértice deles, como aparece na figura. E essas coisas sobre cosmografia são suficientes.



Foram essas as coisas mais notáveis que vi nessa minha última navegação, que chamo de “terceira jornada”.¹¹⁸ Com efeito, houve outras duas navegações, as quais fiz para o ocidente por mandato do Sereníssimo Rei dos espanhóis; nas quais anotei as coisas admiráveis realizadas por aquele sublime criador Deus nosso. Fiz diário das coisas mais notáveis para que, quando me for dado ócio, possa coligir cada uma de todas essas maravilhas e escrever um livro de geografia ou cosmografia, para que minha memória viva para os pósteros.¹¹⁹ E seja conhecido tão imenso artifício de Deus onipotente, em parte desconhecido dos antigos e conhecido por nós. Desse modo oro para que o clementíssimo Deus prorrogue os meus dias de vida, para que – com sua boa graça e saúde de minha alma – possa obter ótima disposição de minha vontade.¹²⁰

¹¹⁷ *Em linha transversal*. Na perpendicular.

¹¹⁸ “*Terceira jornada*”. No latim *diem tertium*. Essa expressão, assim como as frases seguintes, é considerada, pelos especialistas que defendem a idéia, forte argumento de que a viagem de Vespúcio ao Brasil, realizada em 1501-1502, foi a terceira do florentino à América. As outras duas teriam ocorrido em 1497-1498 e em 1499-1500, esta sob o comando do espanhol Alonso de Ojeda. Ver a respeito nota 123 e *Documentos 9 e 23*.

¹¹⁹ Retorna aqui a idéia, repetida no próximo parágrafo, das anotações realizadas pelo navegador durante essa viagem. Ver nota 100.

¹²⁰ Vespúcio escreveu a presente carta em fins de 1502, logo após retornar da primeira viagem à América, ou começo de 1503; fez mais uma viagem à América, em 1503-1504 (*Documento 28*), e morreu em 1512, em Sevilha, no importante posto de piloto-mor da Espanha, aparentemente sem terminar a pretendida obra.

As outras duas jornadas conservo nos meus santuários.¹²¹ Aquele Sereníssimo Rei me restituindo a terceira jornada, tentarei voltar à pátria e ao descanso, onde poderei ocupar-me de terminar essa obra com os peritos e ter força dos amigos para ser confortado e ajudado.

Peço-te vênia¹²² se não te enviei esta minha última navegação, ou antes, última jornada,¹²³ como te fora prometido na minha ultima carta. Conheces a causa: ainda não pude obter o original¹²⁴ deste Sereníssimo Rei. Penso comigo fazer ainda a quarta jornada; isto feito, já me foi feita promessa de dois navios, com armamentos, para que eu me prepare para investigar¹²⁵ novas regiões para o meridiano, do lado do oriente, pelo vento chamado áfrico.¹²⁶ Nessa jornada, muitas coisas penso realizar, em louvor de Deus, utilidade deste reino e honra de minha velhice. E nada mais espero se não o consentimento deste Sereníssimo Rei. Deus permita o que for melhor. Saberás do que ocorrer.

O intérprete Giocondo¹²⁷ verteu esta carta do italiano para o latim para que todos os latinos entendam quantas muitas coisas admiráveis são encontradas cada dia, e se comprima a audácia daqueles que querem perscrutar o céu e a majestade e saber mais do que é lícito, quando, desde o tempo que o mundo começou, essa ignorada vastidão da terra e as coisas que nela estão contidas. Louvor a Deus.

¹²¹ *Santuários*. No latim *sanctuariis*.

¹²² *Peço-te vênia*. No latim *a te veniam posco*. Algumas edições registram *non posco*.

¹²³ *Jornada*. No latim *dies*. Trata-se daquela que Vespúcio considerava sua terceira viagem ou jornada, a primeira para o rei de Portugal.

¹²⁴ *Original*. No latim *archetipum*. Torna-se clara a decepção (talvez acompanhada de impaciência) do navegador, por não haver obtido de volta seu manuscrito.

¹²⁵ *Investigar*. O latim usa o verbo *perquirere* (*ad perquirendas novas regiones*), que significa: procurar com cuidado; esquadrinhar; indagar.

¹²⁶ *Áfrico*. Vento sudoeste; libecho; vulturno.

¹²⁷ *Intérprete Giocondo*. No latim *Iocundus interpres*. Alguns autores preferem traduzir *jocundus* por “alegre” ou “agradável”, para significar que a obra italiana foi vertida para o latim por algum intérprete alegre ou folgazão.



C O M E N T Á R I O S

ORIGINAL

O original italiano perdeu-se. Preservaram-se traduções latinas do original italiano (ver “Trajetória do documento”). O texto aqui apresentado é uma tradução da versão latina, feita pelos organizadores deste volume, que se encontra em *Raccolta di documenti e studi...*, obra especificada nas fontes, em comparação com outras traduções.

FONTES

BERCHET, Guglielmo. *Raccolta di documenti e studi. Fonti italiane per la storia della scoperta dei Nuovo Mondo*. V. I, parte III. Roma: Comissão Colombiana para o Quarto Centenário da Descoberta da América, Ministerio della Publica Istruzione, 1892-1896, p. 123-135. Texto latino.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

O original italiano, cuja data de elaboração é desconhecida, perdeu-se. O texto foi traduzido para o latim logo após o término da viagem de Vespúcio à América (1501-1502), supondo-se que tenha sido impressa pela primeira vez em fins de 1503 ou começo de 1504. A primeira edição é atribuída a Johannes Otmar Vindelice, de Augsburgo, sob o título de *Mundus Novus. Albericus Vespucius Laurentio Petri de Medicis salutem plurimam dicit*; na segunda edição, o volume já passou a chamar-se *Mundus Novus*.

As edições latinas do texto vinham seguidas de comentários finais, de autoria de um tal Giocondo, às vezes identificado pelos especialistas com o florentino Juliano (em italiano, Giuliano) di Bartolomeo dei Giocondo, enviado do rei D. Manuel a Florença, para convencer Vespúcio a participar da expedição portuguesa (*Documento 9*, “Análise histórica”). Muitas vezes, acrescentavam-se subtítulos às publicações; a edição feita em Antuérpia, em 1505, por exemplo, traz o seguinte subtítulo: “Da natureza e dos costumes, e outras coisas, da gente do novo mundo, descobertos nos últimos anos, por diligência e à custa do Sereníssimo Rei de Portugal”.

O texto conheceu rapidamente numerosas edições, traduções e versões em toda a Europa, tornando-se um dos mais populares relatos de viagem de todos os tempos, ultrapassando, em muito, o interesse provocado pela carta de Colombo. Foram identificadas 22 edições da *Mundus Novus* somente até o ano de 1506. O texto foi publicado em diversas línguas – muitas vezes com diferentes versões, locais de publicação e edições em uma mesma língua –, citando-se, até o ano de 1510: latim, alemão, italiano (em 1507, na coletânea de Montalboddo, *Paesi novamente ritrovati*), holandês e francês. Quase sempre, porém, se aproveitou o texto latino da carta, no todo ou em parte, como ocorreu, por exemplo, na *Itinerarium Portugallensium* (1508), na edição da *Geografia* de Ptolomeu por Fr. Marco (1508), nas *Décadas* de Pedro Martyr de Anghiera (1511) e na *Cosmographiae Universalis* de Thomas Münster (1550).

Conforme o costume da época sobre relatos de viagem, muitas edições da *Mundus Novus* foram fartamente ilustradas por artistas que jamais haviam estado na América. Índios foram reproduzidos com longos cabelos louros anelados, às vezes semelhantes às figuras populares de Adão e Eva que circulavam na Europa, às vezes devorando seus semelhantes ou pendurando as carnes deles para secar.

EMENTA

A carta relata a viagem dos três navios da primeira expedição exploradora portuguesa ao Brasil (1501-1502), integrada por Américo Vespúcio. Essa expedição percorreu o litoral brasileiro desde o atual Rio Grande do Norte até o extremo sul do país, e penetrou na Patagônia, onde chegou até próximo ao atual estreito de Magalhães. Este texto, portanto, trata do mesmo assunto da carta de Vespúcio datada de setembro/outubro de 1502 (*Documento 22*), embora o faça de forma mais pormenorizada. O presente texto detém-se em descrições sobre os índios brasileiros e em observações astronômicas. A *Mundus Novus* é considerada um texto apócrifo (ver “Análise Histórica”).

ANÁLISE HISTÓRICA

A maioria dos estudiosos acredita que a *Mundus Novus* não foi escrita diretamente por Vespúcio, representando antes um apanhado geral dos fatos e das impressões da viagem do florentino à América, em 1501-1502. O(s) autor(es) desconhecido(s) dessa carta teria(m) se inspirado nas correspondências anteriores redigidas por Vespúcio (neste volume, representadas pelos *Documentos 9 e 23*) e em outros textos que circulavam à época, na Europa, sobre viagens às terras americanas, como os relatos de Colombo e as cartas de diplomatas, comerciantes e informantes italianos que moravam na península ibérica (essas representadas aqui pelos *Documentos 10 a 15 e 18 a 21*).

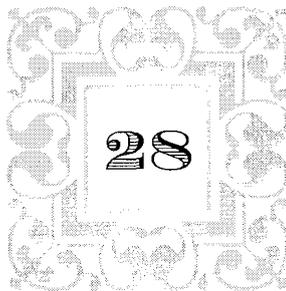
A característica de texto apócrifo, pensam os autores do presente volume, não diminui a importância histórica da *Mundus Novus*. Essa carta permanece um dos primeiros textos publicados na Europa a respeito da América – e, mais particularmente, do Brasil. Conforme reconhecem até seus críticos mais ferrenhos, a *Mundus Novus* baseia-se em narrativas autênticas da época, como as redigidas por Colombo e pelo próprio Vespúcio; basta comparar-se a *Mundus Novus* com a carta autêntica do navegador florentino a respeito da mesma viagem – escrita em setembro/outubro de 1502 (*Documento 22*) – para comprovar-se a coincidência de fatos e opiniões entre as duas. E, exatamente por constituir-se em texto redigido com o objetivo de agradar ao público europeu e obter grande vendagem, a *Mundus Novus* é muito reveladora de um assunto de difícil estudo: o tipo de informação e de estilo que o público europeu culto do início do século XVI valorizava, nos relatos de viagem, particularmente os sobre a América. Torna-se claro, por exemplo, que, além das descrições acerca dos costumes e dos rituais americanos diversos dos existentes na Europa – de que o paradigma é a antropofagia, tão valorizada na carta –, o público europeu estava também interessado em retirar, das viagens à América, ensinamentos que lhes permitissem ampliar ou modificar suas

concepções a respeito da própria Europa, da Terra ou do universo – suas visões de mundo, enfim. Nesse último caso incluem-se as observações quase obsessivas da carta – anunciadas desde o primeiro parágrafo e repetidas ao longo de todo o texto – a respeito de ser a América um “novo mundo”.

É claro que, ao espelhar gostos e necessidades do público europeu de 1503-1504, a *Mundus Novus*, devido ao seu grande sucesso editorial, acabou por influenciar novas visões de mundo na Europa. Foi nessa carta que se baseou o cartógrafo Martin Waldseemüller, quando desenhou, em 1507, seu famoso mapa em que, pela primeira vez, apareceu a palavra “América”, escrita sobre onde é o Brasil; encimando o mapa, via-se a figura de Américo Vespúcio, segurando a metade do globo onde aparecia o continente americano. No folheto que acompanhava o mapa, intitulado *Cosmographiae Introductio* (Introdução à Cosmografia) – que teve seis edições apenas no ano de 1507 –, Waldseemüller explicou:

Agora que essas partes do mundo foram intensamente examinadas e uma outra quarta parte foi descoberta por Américo Vespúcio – como se verá pelo que se segue –, não vejo razão para que não a chamemos América, isto é, a terra de Américo, por Américo, seu descobridor, homem de gênio sagaz, assim como a Europa e a Ásia já receberam seus nomes de mulheres.

A proposta do cartógrafo, como todos sabemos, foi amplamente aceita. Trata-se de profunda ironia, que muito ensina sobre as diversas possibilidades de apropriação dos fatos históricos: uma carta apócrifa tornou-se a mais conhecida entre todas as de Américo Vespúcio, escritor prolífico; e uma carta apócrifa – quanto existia outra, autêntica, sobre o mesmo assunto – acabou dando origem à denominação de todo o continente americano.



CARTA DE AMÉRICO VESPÚCIO A PEDRO SODERINI

4 DE SETEMBRO DE 1504

3ª viagem (10 de maio de 1501 – 7 de setembro de 1502)

Estava¹ depois em Sevilha, repousando dos meus muitos trabalhos² que passei nessas duas viagens³ – e com vontade de retor-

¹ *Estava*. Trata-se de carta de Américo *Vespúcio a Pedro Soderini, *gonfaloniere* (espécie de supremo magistrado) de Florença, narrando, em primeira pessoa, a terceira e a quarta viagens do navegador florentino à América.

² *Meus muitos trabalhos*. No texto italiano da coletânea de Guglielmo Berchet, *Raccolta di documenti e studi...*, no qual se baseia a tradução deste texto, está: *tanti mia travagli*. Na coletânea de Ramusio (*Navigazioni et viaggi*): *molte mie fatiche* (minhas muitas fadigas).

³ *Nessas duas viagens*. A primeira parte da carta enviada a Pedro Soderini, aqui omitida, trata das duas viagens espanholas que Vespúcio alega ter feito por ordem do rei Fernando de Aragão: a primeira, entre maio de 1497 e outubro de 1498, da Espanha para o golfo do México e a costa da América do Norte, até o atual Estado de Maryland; a segunda, de maio de 1499 a setembro de 1500, da Espanha para as ilhas de Cabo Verde, América Central, Venezuela e, talvez, o Brasil. A existência da primeira viagem é bastante contestada pelos historiadores; a segunda viagem, sob o comando do espanhol Alonso de Ojeda, efetivamente ocorreu, restando dúvida sobre

nar à terra das pérolas⁴ –, quando a sorte,⁵ não contente com os meus trabalhos, não sei como, infundiu⁶ ao pensamento deste Sereníssimo Rei dom Manuel de Portugal de querer servir-se de mim.

Estando em Sevilha, sem pensar em vir⁷ a Portugal, me veio um mensageiro com carta de sua real Coroa, que me rogava que eu viesse a Lisboa para falar com Sua Alteza,⁸ prometendo fazer-me mercês. Fui aconselhado a não vir.⁹ Expedi o mensageiro, dizendo que estava mal e que, quando estivesse bom, e se Sua Alteza quisesse ainda servir-se de mim, que eu faria quanto ele me mandasse.

Visto que não me podia ter, acordou mandar-me Juliano di Bartolomeo del Giocondo,¹⁰ residente aqui em Lisboa, com a missão¹¹ de trazer-me de qualquer modo. O dito Juliano veio

se teria ou não atingido território brasileiro; alguns historiadores apresentam alguma dúvida também sobre se Vespúcio teria realmente integrado essa segunda viagem, embora grande parte, hoje, pense que o florentino realmente fez parte dela. O texto de Ramusio acrescenta, logo a seguir: “feitas pelo Sereníssimo Rei Dom Fernando de Castela nas Índias Ocidentais”.

⁴ *Terra das pérolas*. Região hoje venezuelana, na embocadura do rio Orenoco, onde Vespúcio teria conseguido muitas pérolas, durante sua segunda viagem. Mesmo local onde Colombo estivera no dia 31 de julho de 1498, durante sua terceira viagem.

⁵ *Sorte*. Na *Raccolta*...: *fortuna*.

⁶ *Infundiu*. Na *Raccolta*...: *venissi* (veio).

⁷ *Sem pensar em vir*. Na *Raccolta*...: *fuori d'ogni pensamento di venire* (fora de todo o pensamento de vir).

⁸ *Sua Alteza*. Naquela época ainda não se usavam as expressões de tratamento “Vossa Majestade” ou “Sua Majestade” para os reis de Portugal. Tais expressões eram então reservadas para Deus.

⁹ O texto italiano traz, literalmente: “Não fui aconselhado que viesse”. A carta escrita em 1501 por Vespúcio a Lourenço dei Medici (*Documento 9*) também se refere ao convite recebido pelo florentino, por parte do rei de Portugal, para integrar a expedição lusa; mas aquela carta não apresenta tantos pormenores sobre o assunto, omitindo principalmente os motivos da primeira recusa de Vespúcio.

¹⁰ Talvez este tenha sido também o tradutor latino da *Mundus Novus*, texto atribuído a Vespúcio (*Documento 27*, “Análise histórica”); Giocondo era membro do círculo comercial “italiano” em Lisboa, com presença nessa cidade atestada a partir de maio de 1503.

¹¹ *Missão*. No italiano *commisione*.

a Sevilha e, pela sua vinda e rogo, fui forçado a vir; e minha vinda foi tomada a mal por aqueles que me conheciam, porque parti de Castela, onde me fora feita honraria, e o rei me tinha em boa posse.¹² E pior foi que parti como hóspede, sem ser saudado.¹³

Apresentando-me diante desse rei, ele mostrou prazer com a minha vinda e rogou que fosse em companhia de três navios seus que estavam prestes para andar a descobrir novas terras. E como o pedido de um rei é ordem, tive de consentir no que me rogava.

Partimos deste porto de Lisboa com três navios de conserva no dia 10 de maio¹⁴ de 1501. Tomamos nosso rumo¹⁵ direto à ilha da Grande Canária; passamos, à vista dela sem parar.¹⁶ Daí fomos costeando o litoral,¹⁷ pela parte ocidental. Nessa costa fizemos a pescaria de uma espécie de peixe que chamamos de pargos; ali nos detivemos três dias; daí, fomos pela costa da Etiópia,¹⁸ para um porto que se chama Beseguiche,¹⁹ que está

¹² *Boa posse*. Na *Raccolta...*: *in buona possessione*. O rei de Castela tinha Américo Vespúcio em alta conta e, mais do que isso, julgava que os serviços do navegante pertencessem ao rei, devido às duas viagens anteriores feitas pelo florentino sob bandeira espanhola e às honrarias recebidas por este. O texto aparentemente desconfirma as interpretações de alguns historiadores, de que Vespúcio teria sido aconselhado por D. Fernando a aceitar o convite português, servindo como uma espécie de espião de Castela nos assuntos de Portugal. Mais tarde, após a quarta viagem, Vespúcio retornou a Sevilha, sendo muito bem recebido pelos reis católicos e chegando a ocupar o importante posto de piloto-mor.

¹³ *Hóspede, sem ser saudado*. Na *Raccolta...*: *insalutato hospite*. Outros preferem: “sem despedir-me de ninguém”.

¹⁴ *De conserva no dia 10 de maio*. Os navios saíram em comboio, juntos, do porto de Lisboa. A carta para Lourenço dei Medici escrita em Beseguiche (cabo Verde) registra a partida no dia 13 de maio (*Documento 9*, nota 5) e a *Mundus Novus* assinala 14 de maio (*Documento 27*, nota 10).

¹⁵ *Rumo*. Na *Raccolta...*: “derrota”, palavra também usada em Portugal.

¹⁶ *Parar*. Na *Raccolta...*: *posare*.

¹⁷ *Costeando o litoral*. Na *Raccolta...*: *costeggiando la costa* (costeando a costa).

¹⁸ *Etiópia*. A respeito do significado de “Etiópia” à época, ver *Documento 9*, nota 9.

¹⁹ *Beseguiche*. Na *Raccolta...*: *Besechicce*. Ramusio, *op. cit.*, traz *Beseneghe*. Atualmente é Goréia, junto de Dacar, no Senegal. Fica a 14,4 graus de latitude norte.

dentro da zona tórrida, sobre a qual o pólo do setentrião²⁰ se eleva a 14 graus e meio, situado no primeiro clima, onde estivemos 11 dias,²¹ colhendo água e lenha, porque minha intenção era navegar²² para o austro,²³ pelo golfo²⁴ Atlântico. Partimos desse porto da Etiópia e navegamos pelo libeche,²⁵ tomando uma quarta do meio-dia,²⁶ de modo que em 67 dias fomos ter a uma terra que estava 700 léguas²⁷ a libeche do dito porto. Nesses²⁸ 67 dias tivemos o pior tempo que jamais alguém que navegou pelo mar sofreu,²⁹ pelos muitos aguaceiros, turbilhões³⁰ e tormentas que nos ocorreram, porque fomos em um tempo muito contrário:³¹ pois, o forte de nossa navegação foi continuamente junto da linha equinocial, onde é inverno no mês de junho; e descobrimos³² o dia ser igual à noite, e descobrimos a sombra ser contínua para o meio-dia.

Prouve a Deus mostrar-nos terra nova no dia 17 de agosto.³³ Ali surgimos³⁴ à [distância de] meia légua, e botamos

²⁰ *Setentrião*. Norte. Vespúcio certamente quer dizer que Beseguiche estava a 14,5 graus da linha equinocial, ou equador, da parte do pólo norte.

²¹ *Onde estivemos 11 dias*. Durante esse tempo, Vespúcio encontrou-se, no mesmo porto, com navios da expedição de Cabral, que regressavam da Índia; ali manteve contato com alguns tripulantes, tomando informações, principalmente com Gaspar da *Gama. O episódio é narrado com mais detalhes na carta que Vespúcio escreveu a Lourenço dei Medici, em 4 de junho de 1501, do próprio porto de Beseguiche (*Documento 9*).

²² *Navegar*. Na *Raccolta*...: *maringare*.

²³ *Austro*. Sul.

²⁴ *Golfo*. Oceano.

²⁵ *Libeche*. Sudoeste; vento do sudoeste. Ver *Documento 9*, nota 17.

²⁶ *Uma quarta do meio-dia*. Determinada direção para o sul ou para o meio-dia.

²⁷ No italiano está “00 léguas”. Ramusio traz “700 léguas”. Quanto ao número de dias entre o cabo Verde a nova terra, ver *Documento 23*, nota 9).

²⁸ *Nesses*. Na *Raccolta*...: *in quelli* (nos quais).

²⁹ Na *Raccolta*...: *che mai levasse huomo che navicasse nel mare*.

³⁰ *Turbilhões*. Na *Raccolta*...: *turbonate*.

³¹ Essas dificuldades por que passaram os navegantes estão também contadas, em um parágrafo muito citado, na *Mundus Novus* (*Documento 27*, especialmente nota 31).

³² *Descobrimos*. Na *Raccolta*...: *trovammo*, o que ocorre outras vezes no texto.

³³ *17 de agosto*. Conforme o texto de Ramusio. No texto da *Raccolta*... está: “1º de agosto”. Em *Mundus Novus*, a data é 7 de agosto (*Documento 27*, nota 32).

³⁴ *Surgimos*. Ancoramos. Na *Raccolta*...: *surgemmo*.

fora³⁵ nossos batéis e fomos ver se a terra era habitada por gente, e que tal era. Descobrimos ser habitada por gente que eram piores que animais.³⁶ Porém, Vossa Magnificência³⁷ entenderá que no começo não vimos gente, mas percebemos bem³⁸ que era povoada, pelos muitos sinais que nela vimos. Tomamos posse da mesma para este Sereníssimo Rei, a qual achamos ser uma terra muito amena e verde, de boa aparência. Estava cinco graus fora da linha equinocial, para o austro; depois retornamos aos navios.³⁹ E porque tínhamos grande necessidade de água e de lenha, concordamos em voltar a terra no outro dia para nos prover do necessário. Estando em terra, vimos gente no alto⁴⁰ do monte, que estavam⁴¹ olhando, e não ousavam descer.⁴² Estavam nus e [eram] da mesma cor e feição dos outros passados.⁴³

³⁵ *Botamos fora.* Na *Raccolta...*: *buttammo fuora.*

³⁶ *Piores que animais.* Esta carta parece reforçar uma idéia negativa dos indígenas, a qual, nas outras cartas, especialmente nas duas autênticas (*Documentos 9 e nº 23*), é contrabalançada por elogios, referentes sobretudo aos atributos físicos, a certos hábitos e a determinadas obras (como as casas) dos índios.

³⁷ *Vossa Magnificência.* Esse pronome de tratamento hoje, no Brasil, está reservado aos reitores das universidades. Aos príncipes e aos duques reserva-se “Vossa Alteza”, que naquela época servia para designar os reis, os quais, posteriormente, passaram a ser chamados de “Vossa Majestade”, antes reservado a Deus. No Brasil, o pronome de tratamento pede o verbo na terceira pessoa, mas no texto italiano, como é o original aqui seguido, pede a segunda pessoa (tu ou vós).

³⁸ *Percebemos bem.* No italiano: *ben conoscemmo.*

³⁹ *Depois retornamos aos navios.* Texto conforme Ramusio (*poi ci ritornammo alle navi*). O texto italiano da *Raccolta...* traz: *et per questo ci ditornammo alle navi*, que alguns lêem como *per questo ci di ritornammo* e traduzem: “e por este dia retornamos aos navios”.

⁴⁰ *Alto.* Na *Raccolta...*: *sommità* (sumidade).

⁴¹ *Estavam.* O texto, como ocorre nos escritos clássicos, utiliza a concordância siléptica ou lógica de “gente” (coletivo geral) com o verbo no plural (idéia de muitos). Assim escreveu Camões: “Ditosa condição, ditosa gente, que não são de ciúmes ofendidos” (*Os Lusíadas*, 7^o, 41). Mantivemos o espírito do texto antigo.

⁴² *Descer.* Na *Raccolta...*: *descendere abasso* (descer para baixo).

⁴³ *Passados.* Das pessoas vistas em viagens anteriores, a serviço do rei de Castela. Aqui se reforça a idéia de que Vespúcio já havia feito viagens à América, antes desta.

Trabalhamos com eles⁴⁴ para que viessem a falar conosco, mas não lhes pudemos dar segurança,⁴⁵ pois não se fiavam de nós. E vista a obstinação deles, e porque já era tarde, regressamos aos navios, deixando-lhes, na terra, muitos guizos, espelhos e outras coisas à vista deles. Quando chegamos ao largo do mar, eles desceram do monte e vieram [buscar] as coisas que lhes deixamos, maravilhando-se delas. Nesse mesmo dia não nos provemos senão de água.

Na outra manhã, vimos dos navios que a gente da terra faziam muita fumaça. Nós, pensando que nos chamavam, fomos para terra e ali descobrimos que tinham vindo muitos povos e, todavia, ficavam longe de nós e acenavam para que fôssemos com eles para a terra adentro; por onde. Por isso, dois dos nossos cristãos vieram pedir ao capitão que lhes desse licença, pois queriam correr o risco⁴⁶ de andar com eles na terra para ver que gente eram e se tinham alguma riqueza, ou especiaria, ou droga.⁴⁷ E tanto rogaram que o capitão contentou-se. E prepararam-se⁴⁸ com muitas coisas de resgate; partiram com ordem de não demorar mais que cinco dias para voltar, porque por tanto [tempo] os esperaríamos. Tomaram o seu caminho por terra, e nós para os navios, esperando-os.

Quase todo dia vinha gente à praia, mas nunca queriam nos falar. No sétimo dia fomos a terra e vimos que haviam trazido com eles as suas mulheres; como saltássemos em terra, os homens da terra mandaram muitas das suas mulheres falarem conosco. Visto que não tinham segurança, acordamos mandar-lhes um homem dos nossos, que era um jovem muito esforçado;⁴⁹ nós, para dar-lhes segurança, entramos nos batéis, e ele foi para as mulheres. Quando chegou junto delas, fizeram-lhe grande cerco, ao redor, tocando-o, olhando-o e maravilhando-se.

⁴⁴ *Trabalhamos com eles.* Na *Raccolta*... : *et stando con loro travagliando* (e estando trabalhando com eles).

⁴⁵ *Dar segurança.* Na *Raccolta*... : *assicurare*.

⁴⁶ *Correr o risco.* Na *Raccolta*... : *mettere a pericolo*.

⁴⁷ *Riqueza, ou especiaria, ou droga.* A frase atesta o interesse comercial da viagem portuguesa.

⁴⁸ *Prepararam-se.* Na *Raccolta*... : *messonsi a ordine*.

⁴⁹ *Muito esforçado.* Na *Raccolta*... : *che molto faceva lo sforzo*. Em lugar de *lo sforzo*, Ramusio traz *lo gagliardo* (robusto, vigoroso).

Estando nisso, vimos vir uma mulher do monte que trazia na mão um grande pau; quando chegou aonde estava o nosso cristão, veio por trás dele e, levantando o bastão, deu-lhe tão grande golpe que o estendeu morto em terra. Num instante, as outras mulheres o tomaram pelos pés e o arrastaram, pelos pés, para o monte; os homens saltaram para a praia e com os seus arcos e setas lançaram flechas; puseram⁵⁰ em muito pânico a nossa gente – fundeada com os batéis sobre as âncoras que estavam em terra⁵¹ – que, pelas muitas flechas que metiam nos batéis, ninguém acertava⁵² em pegar nas armas.⁵³

Contudo, disparamos-lhes quatro tiros de bombardarda sem acertá-los, salvo que, ouvido o estrondo, todos fugiram para o monte, onde já estavam as mulheres despedaçando o cristão e, à nossa vista, o estavam assando num grande fogo que haviam feito, mostrando-nos muitos pedaços e comendo-os. Os homens faziam sinais, com gestos, de como haviam morto e comido os outros dois cristãos, o que muito nos pesou, vendo com os nossos olhos a crueldade que faziam do morto; para todos nós foi injúria intolerável.⁵⁴ Estando mais de 40 dos nossos com o propósito de saltar em terra e vingar a morte tão cruel e ato bestial e inumano, o capitão-mor não quis consentir. Ficaram impunes de tanta injúria, e nós nos afastamos deles⁵⁵ com má vontade e com muita vergonha nossa, por causa de nosso capitão.⁵⁶

⁵⁰ *Puseram*. No italiano *poson*. Ramusio traz *messeno*.

⁵¹ *Fundeada com os batéis sobre as âncoras que estavam em terra*. Na *Raccolta...*: *surti com li battelli sopra le fatesce, che stavano in terra*. Outros traduzem: “que estava nos batéis encalhados na areia” (Marcondes de Souza, *Amerigo Vespucci*, p. 187); “os batéis em que estavam encalharam” (Stefan Zweig, *Américo Vesúcio*, p. 184).

⁵² *Acertava*. No italiano: *accertava*. Em Ramusio: *ardíva* (ousava, tentava).

⁵³ Trata-se da primeira ação belicosa dos índios, relatada em um texto de ou atribuído a Vesúcio.

⁵⁴ É a primeira vez em que um texto de ou atribuído a Vesúcio refere-se não à antropofagia entre índios, mas de índios contra cristãos.

⁵⁵ *Afastamos deles*. Na *Raccolta...*: *partimo da loro*.

⁵⁶ *Por causa de nosso capitão*. Vesúcio dá mostras, ao longo do texto, de não gostar do capitão-mor da expedição e de não o respeitar como navegador. Nenhuma vez é citado seu nome. Os historiadores têm dúvida de quem se tratava, inclinando-se alguns pelo nome de Gonçalo Coelho. Ver *Documento 23*, “Análise histórica”.

Partimos desse lugar e começamos nossa navegação entre o levante e o siroco,⁵⁷ percorrendo⁵⁸ assim a terra. Fizemos muitas escalas e jamais encontramos gente com quem quiséssemos conversar. E assim navegamos tanto que descobrimos que a terra fazia a volta para libecho. Logo que dobramos um cabo, ao qual pusemos o nome de cabo de Santo Agostinho,⁵⁹ começamos a navegar para libecho. Esse cabo dista da dita terra que vimos, onde mataram os cristãos, 150 léguas para o levante; esse cabo está oito graus fora da linha equinocial, para o austro.⁶⁰

Navegando, um dia avistamos muita gente que estava na praia maravilhando-se⁶¹ com os nossos navios; como navegávamos assim, fomos no rumo deles e surgimos⁶² num bom local; fomos para terra com os batéis e notamos que a gente era de melhor condição do que a precedente. Ainda que fosse trabalhoso domesticá-la, todavia nos tornamos amigos e negociamos com eles. Estivemos cinco nesse lugar, onde encontramos canafistula⁶³ muito grossa, verde e seca no cume das árvores. Decidimos levar desse lugar um par de homens desse lugar, para que nos ensinassem⁶⁴ a língua; vieram três, voluntariamente, para ir a Portugal.⁶⁵

E por já estar cansado de tanto escrever, saberá Vossa Magnificência que partimos desse porto, navegando sempre

⁵⁷ *O levante e o siroco*. Este e sudeste.

⁵⁸ *Percorrendo*. Costeando. Na *Raccolta*... : *così si correva la terra*.

⁵⁹ O nome do santo sugere o dia 28 de agosto. Referência expressa a essa expedição haver nomeado o famoso cabo, como fez a outros acidentes geográficos do litoral brasileiro. Ver *Documento 23*, "Análise histórica".

⁶⁰ Segundo depoimento de João Vespúcio, sobrinho de Américo, "o cabo de S. Agostinho está oito graus da linha equinocial, para o sul [...] e isto digo pelo dito de Américo Vespúcio [...] que foi lá em duas viagens, ao dito cabo, e ali tomou a altura muitas vezes, e disto tenho escritura de sua própria mão" (Navarrete, *Colección de los viages*..., tomo III, p. 319).

⁶¹ *Maravilhando-se*. No italiano: *per vedere la meraviglia* (para ver a maravilha).

⁶² *Surgimos*. Ancoramos.

⁶³ Espécie de canela, citada também no *Documento 23*. Foi um dos poucos produtos com potencial econômico identificado pela tripulação.

⁶⁴ *Ensinassem*. Na *Raccolta*... : *mostrassino* (mostrassem).

⁶⁵ O expediente de levar nativos para Portugal, a fim de que ensinassem a própria língua e aprendessem o português, foi comum, assim como foi freqüente o hábito

para libecho, à vista de terra, fazendo continuamente muitas escalas e falando com infinita gente. E tanto fomos para o austro que já estávamos fora do trópico de Capricórnio,⁶⁶ onde o pólo do meridiano⁶⁷ se elevava 32 graus⁶⁸ sobre o horizonte. Já tínhamos perdido totalmente a Ursa Menor; e a Maior estava muito baixa e quase se mostrava ao fim do horizonte. Nós nos regíamos pelas estrelas do outro pólo do meridiano,⁶⁹ as quais são muitas e muito maiores e mais luzentes do que estas do nosso pólo. Tracei as figuras da maior parte delas, maxime daquelas de primeira e maior magnitude, com a declaração de seus círculos que faziam em torno do pólo do austro, com a declaração de seus diâmetros e semidiâmetros, como se poderá ver nas minhas “Quatro Jornadas”.⁷⁰

Percorremos cerca de 750 léguas dessa costa: 150 do dito cabo de Santo Agostinho para o poente, e 600 para o libecho. Querendo recontar as coisas que vi nessa costa e aquilo por que passamos, não me bastariam outras tantas folhas. Nessa costa não vimos coisa de proveito,⁷¹ salvo infinitas árvores de pau-

de abandonar degredados nas terras recém-encontradas, para aprender idiomas e costumes locais, servindo de intérpretes às próximas expedições que chegassem à terra.

⁶⁶ O trópico de Capricórnio situa-se a 23,27 graus sul. Essa altura corresponde à atual baía de Ubatuba, no litoral paulista, que fica cerca de 35 quilômetros da divisa entre São Paulo e Rio de Janeiro, 90 quilômetros de Angra dos Reis (para o norte) e 40 quilômetros da ilha de São Sebastião, ao sul. Provavelmente, a expedição parou na ilha de São Sebastião (pouco menos de 24 graus sul).

⁶⁷ *Meridiano*. Meio-dia; sul; austro. Trata-se do pólo sul.

⁶⁸ Levillier (*América la bien llamada*) julga que se deva ler 23 graus, e que a inversão de números tem por causa as numerosas versões do documento. É o mais lógico, pois essa latitude corresponde à entrada da baía da Guanabara e à região litorânea do Rio de Janeiro até Angra dos Reis e baía da Ilha Grande, locais por onde os portugueses deviam estar passando a essa altura da viagem.

⁶⁹ *Do meridiano*. Do sul (meridional). Em Ramusio: “antártico”.

⁷⁰ “*Quatro Jornadas*”. Ramusio traz: “no sumário das minhas navegações”. Tudo indica que Vespúcio pretendia escrever um volume com anotações e memórias de suas quatro viagens.

⁷¹ Explicita-se aqui o objetivo comercial da viagem, bem como o pequeno número de produtos rentáveis encontrado na terra. Pau-brasil (de que os navios voltaram abarrotados), cássia e canafístula foram as únicas riquezas localizadas; as “outras mara-

brasil,⁷² de cássia e daquelas que produzem⁷³ a mirra, e outras maravilhas da natureza que não se podem contar.

Tendo já transcorridos dez meses de viagem – e visto que nessa terra não achamos nenhum minério –, acordamos de nos despedir dela e cometer⁷⁴ o mar em outra parte. Feito o nosso conselho, foi deliberado que se seguisse aquela navegação que me parecesse bem. E me foi dado todo o comando da frota.⁷⁵ Então, ordenei que toda a gente e a frota se provesse de água e de lenha para seis meses, sendo este o tempo que os oficiais dos navios julgaram que poderíamos navegar com eles. Feito nosso provimento dessa terra, começamos a nossa navegação pelo vento siroco.⁷⁶ Era o dia 15 de fevereiro,⁷⁷ quando já o sol andava perto do equinócio e se voltava para este nosso hemisfério do setentrão.⁷⁸ Tanto navegamos com esse vento que nos encontramos tão altos⁷⁹ que o pólo do meridiano estava fora do nosso horizonte bem a 52 graus.⁸⁰ Não víamos mais as estrelas da Ursa Menor nem as da Ursa Maior. Já estávamos

vilhas da natureza que não se podem contar” – como as drogas das matas – eram incertas, do ponto de vista econômico.

⁷² *Pau-brasil*. Na *Raccolta*...: *verzino*.

⁷³ *Produzem*. Na *Raccolta*...: *generano* (geram).

⁷⁴ *Cometer*. Tentar, empreender. No italiano: *andarci a commetere*.

⁷⁵ *Comando da frota*. Em Ramusio: “o comandar da armada”. Segundo a carta, portanto, a partir desse trecho Vespúcio assumiu o comando da esquadra. Mais à frente, contudo, o texto, paradoxalmente, refere-se ao capitão-mor como sendo outra pessoa (ver nota 92).

⁷⁶ *Siroco*. Vento do sudeste. Na *Raccolta*...: *sciloccho* (*scirocco*).

⁷⁷ *Fevereiro*. O texto assinala que já tinham viajado dez meses, o que daria 15 de março de 1502 (eles partiram de Lisboa no dia 10 de maio de 1501). Há três explicações: a) eles partiram de Lisboa em abril de 1501, o que é pouco provável, porque os documentos existentes registram o mês de maio; b) eles viajaram nove meses; c) até ali, era 15 de março de 1502, não fevereiro. Quando o fato ocorreu, a expedição estava na latitude de 23,3 graus sul, nas vizinhanças do atual porto de Paranaguá, no Estado do Paraná.

⁷⁸ *Setentrão*. Norte. A carta foi escrita em Lisboa, portanto, no hemisfério norte.

⁷⁹ *Tão altos*. Em latitude, muito ao sul.

⁸⁰ A 52 graus sul está o sul da Patagônia, cerca de 50 quilômetros da fronteira entre Argentina e Chile, no cabo das Virgens, na boca da baía da Possessão, que dá entrada

longe⁸¹ do porto de onde partimos bem 500 léguas para siroco; e isso foi no dia três de abril. Nesse dia começou no mar uma tormenta⁸² tão forte que nos fez amainar totalmente as nossas velas, que corriam a árvore seca,⁸³ com muito vento, que era libeço, com grandíssimas ondas⁸⁴ e o ar muito tormentoso. Era tanta a tormenta que toda a frota estava com grande temor. As noites eram muito longas:⁸⁵ tivemos no dia sete de abril uma noite que foi de 15 horas, porque o sol estava no final de Áries, e nessa região era inverno, como bem pode Vossa Magnificência avaliar.⁸⁶

Navegando⁸⁷ nessa tormenta, ao dia sete de abril avistamos terra nova,⁸⁸ da qual percorremos cerca de 20 léguas e achamos toda sua costa [ser] brava; e nela não vimos nenhum porto nem gente. Creio que o frio era tanto que nenhum da frota podia remediá-lo nem suportá-lo, de modo que – visto estarmos⁸⁹ em tanto perigo e em tanta tormenta que mal se podia ver⁹⁰ um navio de outro, pelas grandes ondas que se faziam e pela grande cerração⁹¹ do tempo –, acordamos com o

ao estreito de Magalhães. A “Certidão de Valentim Fernandes” (*Documento 26*), referindo-se a essa viagem de Vespúcio, registra: “[...] outra frota do mesmo cristianíssimo rei, destinada para isso, seguindo o litoral daquela terra, por quase 760 léguas, encontrou no povo um língua e batizou inúmeros deles; finalmente, [indo] na direção do sul, chegou à altura de 53 graus do pólo Antártico. Encontrado máximo frio no mar, regressou à pátria”. A 53 graus estão a Terra do Fogo e o estreito de Magalhães.

⁸¹ *Longe*. Na *Raccolta*...: *discosto*.

⁸² *Tormenta*. Na *Raccolta*...: *tormenta*. Em Ramusio: *fortunevole* (tempestade).

⁸³ *Árvore seca*. Mastro seco, sem vela (mastro nu).

⁸⁴ *Ondas*. Na *Raccolta*...: *mari*.

⁸⁵ *Longas*. Na *Raccolta*...: *grandi*.

⁸⁶ *Avaliar*. Na *Raccolta*...: *considerare*.

⁸⁷ *Navegando*. Na *Raccolta*...: *andando*.

⁸⁸ Essa terra nova permanece misteriosa. Já foi identificada com a Patagônia, com as ilhas Malvinas, com a ilha Geórgia do Sul ou ainda com a ilha de Tristão da Cunha (mais a nordeste). Considerando que a expedição tenha chegado até 53 graus sul, é possível que tenha encontrado a Terra do Fogo.

⁸⁹ *Visto estarmos*. Na *Raccolta*...: *vistoci*.

⁹⁰ *Ver*. Na *Raccolta*...: *havere vista*.

⁹¹ *Cerração*. Na *Raccolta*...: *serrazon*. Em Ramusio: *oscurità* (obscuridade).

capitão-mor⁹² de fazer sinal à frota para que chegasse, deixássemos a terra e tornássemos ao caminho de Portugal.

Foi muito bom conselho. Certo é que, se tardássemos aquela noite, todos nós nos perderíamos, porque, como viramos a popa,⁹³ e na noite e no outro dia a tormenta cresceu⁹⁴ tanto que duvidamos de⁹⁵ nos perder. Tivemos de fazer votos de peregrinar⁹⁶ e de outras cerimônias, como é uso dos marinheiros em tais tempos.⁹⁷

Navegamos por cinco dias, de modo que,⁹⁸ íamos chegando⁹⁹ à linha equinocial, com ar e mares mais temperados; e prouve a Deus livrar-nos de tanto perigo. A nossa navegação era pelo vento entre tramontana e greco¹⁰⁰ norte e nordeste, porque a nossa intenção era ir reconhecer a costa da Etiópia, pois estávamos longe dela 1300 léguas, pelo golfo do mar Atlântico.

Com a graça de Deus, a 10 dias de maio chegamos¹⁰¹ a uma terra para o austro que se diz Serra Leoa,¹⁰² onde estivemos 15 dias tomando nosso refrescamento;¹⁰³ daí partimos, tomando

⁹² Ao contrário do afirmado anteriormente (ver nota 75), aqui Vespúcio já não estava no comando da frota.

⁹³ *Como viramos a popa.* Na *Raccolta...*: *come arrivammo a poppa.* Em Ramusio: *come pigliamo il vento in poppa* (como tomamos o vento em popa).

⁹⁴ *Cresceu.* Na *Raccolta...*: *ricrebbe.*

⁹⁵ *Duvidamos de.* Desconfiamos.

⁹⁶ *Fazer votos de peregrinar.* Na *Raccolta...*: *fare peregrini.*

⁹⁷ O diário de Colombo, no dia 12 de fevereiro, também menciona tais promessas de peregrinação, quando as tempestades eram violentas e aterrorizantes. Era um costume dos marinheiros, nos dias de tormenta, tornarem-se subitamente muito religiosos.

⁹⁸ *Navegamos por cinco dias, de modo que.* Na *Raccolta...*: *corremmo 5 gioni, et tutta via.* Ramusio traz um trecho que é omitido na versão da *Raccolta...*, a saber: *corremmo 5 giorni com il vento in poppe, con il trinchetto solo, e questo ben basso: e in questi di navigamo 250 leghe, e tuttavia...* (navegamos cinco dias com vento em popa, só com o traquete, e isso bem baixo: nesses dias navegamos cinco léguas, de modo que...).

⁹⁹ *Íamos chegando.* Na *Raccolta...*: *ci venavamo apressando.*

¹⁰⁰ *Tramontana e greco.* Norte e nordeste.

¹⁰¹ *Chegamos.* Na *Raccolta...*: *fumo.* Em Ramusio: *giongessimo.*

¹⁰² *Serra Leoa.* Na costa ocidental da África, país que até hoje tem esse nome.

¹⁰³ *Refrescamento.* Ânimo; descanso; restauro; restabelecimento. Na *Raccolta...*: *rinfrescamento.* Em fins do século XV e início do XVI, era comum a expressão “to-

nossa navegação para as ilhas dos Açores, que distam cerca de 750 léguas desse lugar da Serra [Leoa]. Chegamos às ilhas no fim de julho, onde ficamos outros 15 dias tomando alguma recreação. Daí partimos para Lisboa, da qual estávamos 300 léguas mais a ocidente; entramos nesse porto de Lisboa no dia sete de setembro de 1502 sãos e salvos,¹⁰⁴ graças a Deus, com apenas dois navios, pois o outro o queimamos na Serra Leoa, porque não podia mais navegar. Estivemos nessa viagem cerca de 15 meses e 11 dias,¹⁰⁵ e navegamos sem ver a estrela tramontana ou a Úrsa Maior e Menor, que se chamam o Corno, e nos regemos pelas estrelas do outro pólo. Isto é quanto vi nessa viagem ou jornada.¹⁰⁶

4ª viagem (10 de maio de 1503 – 4 de setembro de 1504)

Resta-me dizer as coisas vistas por mim na quarta viagem ou jornada. Por estar já cansado¹⁰⁷ e também¹⁰⁸ porque essa quarta viagem não terminou¹⁰⁹ segundo o meu propósito,¹¹⁰ por uma desgraça que nos aconteceu no golfo do mar Atlântico, como

mar refrescamento” ou “tomar refresco”, no sentido de “descansar para recobrar as forças”.

¹⁰⁴ *Sãos e salvos*. Na *Raccolta*...: *a buon salvamento*.

¹⁰⁵ *15 meses e 11 dias*. Na *Raccolta*...: *15 mesi et giorni 11*. Em Ramusio: *15 mesi et giorni undeci*. Outros textos preferem: “16 meses, e 11 dos quais [navegamos...]”. As datas no texto são conflitantes: se a expedição partiu de Lisboa no dia 10 de maio de 1501 e regressou a Lisboa no dia 7 de setembro, foram quase 16 meses, ou 15 meses e 28 dias. Alternativas: a) a expedição saiu no dia 27 de maio de 1501; b) a expedição retornou no dia 21 de agosto; c) não foram 15 meses e 11 dias, mas 15 meses e 28 dias; d) mais de uma data errada. Ver *Documento 27*, nota 15.

¹⁰⁶ *Viagem ou jornada*. Na *Raccolta*...: *viaggio o giornata*. Em Ramusio: *viaggio fatto per Serenissimo Re de Portogallo* (viagem feita pelo Sereníssimo Rei de Portugal).

¹⁰⁷ *Cansado*. Na *Raccolta*...: *cansato*. Em Ramusio: *stracco* (exausto).

¹⁰⁸ *E também*. O texto italiano apresenta o latim *et etiam*. Ramusio traz: *anche*.

¹⁰⁹ *Terminou*. No italiano: *si fornì*, de *fornire* (munir-se, dotar, prover-se).

¹¹⁰ *Segundo o meu propósito*. Na *Raccolta*...: *secondo che io levavo el proposito*. O texto referente à quarta jornada mostra um extremo descontentamento, principalmente em relação à atuação do capitão-mor, cujo nome se desconhece; alguns historiadores pensam que pode ter sido Gonçalo Coelho.

Vossa Magnificência logo saberá a seguir;¹¹¹ me esforçarei para ser breve.

Partimos deste porto de Lisboa com seis navios em conserva,¹¹² com o propósito de ir descobrir uma ilha para o oriente, que se diz Malaca, da qual se tem notícias¹¹³ de ser muito rica e que é como empório¹¹⁴ de todos os navios que vêm do mar Gangético e do mar Índico, como Cadiz é o entreposto¹¹⁵ de todos os navios que passam do para poente e do poente para levante, pela via de Calicut.¹¹⁶ Essa Malaca está mais a ocidente do que Calicut e muito mais para a parte do meio-dia, porque sabemos que está numa paragem de 33 graus do pólo antártico.¹¹⁷

Partimos no dia 10 de maio de 1503 e fomos direto para as ilhas de Cabo Verde, onde fizemos nossa carga,¹¹⁸ tomamos toda espécie de refrescamento e onde estivemos 13 dias. Daí partimos para a nossa viagem, navegando com vento siroco. Como o nosso capitão-mor fosse homem presunçoso e muito cabeçudo,¹¹⁹ quis ir reconhecer Serra Leoa, terra da Etiópia austral, sem ter necessidade alguma, se não para fazer ver que era capitão de seis navios, contra a vontade de todos nós outros capitães. Assim navegando,

¹¹¹ *Como Vossa Magnificência logo saberá a seguir.* Na *Raccolta*...: *come nel processo sotto brevità intenderà vostra magnificentia.*

¹¹² *Navios em conserva.* Ver nota 14.

¹¹³ *Notícias.* Na *Raccolta*...: *nuove.*

¹¹⁴ *Empório.* Na *Raccolta*...: *magazino.*

¹¹⁵ *Entreposto.* Na *Raccolta*...: *camera.*

¹¹⁶ *Calicut.* Alguns textos trazem logo após: “conforme este Sereníssimo Rei tem notícia”.

¹¹⁷ *Está numa paragem de 33 graus do pólo antártico.* Na *Raccolta*...: *sta in paragio di 33 gradi del polo antartico.* Em Ramusio: *sta in altezza di tre gradi del nostro polo* (está na altura de três graus do nosso pólo). Vespúcio pensava que Malaca fosse uma ilha. Até 1508, não se sabia direito onde ficava Malaca; pensava-se que devia situar-se a 33 graus sul (a cidade australiana de Sidney está a 33,5 graus sul). Somente quando Diogo Lopes de Siqueira esteve em Malaca é que se soube situar melhor a posição do lugar. Mais tarde, Ramusio corrigiu a latitude para três graus norte. O estreito de Malaca, entre a Malásia e a Sumatra, fica a 2,3 graus norte. A cidade, que fica na Malásia, está a 2,12 graus norte.

¹¹⁸ *Fizemos nossa carga.* Na *Raccolta*...: *facemmo nostre caraghe.* Em Ramusio: *smontammo* (desembarcamos). Outros textos trazem: “tomamos carne”.

¹¹⁹ *Cabeçudo.* Na *Raccolta*...: *cunezuto.* Em Ramusio: *bizarro* (original, estranho).

fomos¹²⁰ à dita terra: foram tantos os turbilhões¹²¹ que nos ocorreram,¹²² e com eles o tempo contrário que, estando à vista da mesma cerca de quatro dias, o mau tempo jamais nos deixou desembarcar,¹²³ de modo que fomos forçados a voltar à nossa verdadeira navegação e deixar a dita Serra [Leoa], navegando daí para sudoeste, que é um vento entre meio-dia e libeicho.¹²⁴

Quando tínhamos navegado cerca de 300 léguas através do monstruoso mar,¹²⁵ estando já fora da linha equinocial cerca de três graus para o austro, apareceu-nos¹²⁶ uma da terra, da qual podíamos distar 22 léguas, e da qual nos maravilhamos. Acharmos que era uma ilha no meio do mar, e era coisa muito alta, bem maravilhosa da natureza, porque não tinha mais que duas léguas de comprimento e uma de largura, na qual ilha nunca houve nem habitou gente alguma. E foi má ilha para toda a frota, porque saberá Vossa Magnificência que por mau conselho e regimento de nosso capitão-mor, ele perdeu aqui o navio, pois deu com ela num escolho e ela se abriu, na noite de São Lourenço, que é 10 de agosto, e se foi ao fundo e dela não se salvou coisa alguma, senão a gente.¹²⁷ Era um navio de 300 tonéis, no qual estava o mais importante¹²⁸ da frota,¹²⁹ e como toda a frota trabalhasse em remediá-la, o capitão mandou-me que eu fosse com meu navio para a dita ilha para procurar um bom surgidouro¹³⁰ onde pudessem

¹²⁰ *Fomos*. Na *Raccolta*...: *quando fumo*.

¹²¹ *Turbilhões*. Na *Raccolta*...: *turbonate*. Em Ramusio: *fortune*.

¹²² *Ocorreram*. Na *Raccolta*...: *dettono* (deram).

¹²³ *Desembarcar*. Na *Raccolta*...: *pigliar terra* (tomar terra).

¹²⁴ *Libeicho*. Sudoeste. Em Ramusio: *garbino* (sudoeste). Os navegadores costumavam afastar-se dessa região do litoral africano, fazendo uma grande curva a oeste – “a volta do mar” – exatamente para evitar as fortes correntes, os ventos e as tempestades que se formavam na área.

¹²⁵ *Monstruoso mar*. Na *Raccolta*...: *monstro del mare*.

¹²⁶ *Apareceu-nos*. Na *Raccolta*...: *ci si discoperse*.

¹²⁷ O naufrágio deve ter ocorrido no arquipélago de Fernando de Noronha, com que a maioria dos especialistas identifica a ilha referida no texto.

¹²⁸ *Mais importante*. Na *Raccolta*...: *la importanza*.

¹²⁹ *Frota*. Na *Raccolta*...: *flocta*. Em Ramusio: *armata*. Logo a seguir, repete-se o mesmo caso.

¹³⁰ *Surgidouro*. Ancoradouro. Na *Raccolta*...: *surgidero*. Em Ramusio: *sorgidore*.

surgir todos os navios. Como meu batel equipado com nove marinheiros meus estivesse a serviço e na ajuda entre os navios,¹³¹ ele não quis que eu o levasse, e que me fosse sem¹³² ele, dizendo-me que mo levariam à ilha.

Afastei-me da frota, como ele me mandou, para a ilha, sem o batel e com menos da metade dos meus marinheiros. Fui à dita ilha, que distava cerca de quatro léguas; na qual encontrei um boníssimo porto, onde podiam surgir todos os navios com segurança e onde esperei meu capitão e a frota cerca de oito dias.¹³³ Eles não chegavam nunca,¹³⁴ de modo que estávamos muito descontentes;¹³⁵ e as pessoas¹³⁶ que me restaram no navio estavam com tanto medo que eu não podia consolá-las. Estando assim, no oitavo dia vimos vir um navio pelo mar; temendo que não nos pudesse ver, saímos¹³⁷ com o nosso navio e fomos para ele, pensando que me trazia o meu batel e o pessoal.¹³⁸ Quando emparelhámos com ele, depois de nos haver saudado,¹³⁹ nos disseram como a capitânia fora ao fundo e como a gente se salvara; e que o meu batel e gente restava com a frota, a qual fora por aquele mar adiante, o que para nós foi tão grave tormento, como pode pensar Vossa Magnificência, pois nos encontrávamos a 1000 léguas longe de Lisboa, no golfo¹⁴⁰ e com pouca gente. Todavia, enfrentamos o destino¹⁴¹ e fomos adiante. Voltamos à ilha e nos abastecemos de água e de lenha com o batel da minha conserva; a qual ilha

¹³¹ *Entre os navios.* Na *Raccolta...*: *da ligare le nav* (de interligar os navios). Ramusio traz: *di alleggerir la nave*.

¹³² *Sem.* Na *Raccolta...* aparece a palavra latina *sine*. Ramusio traz: *senza*.

¹³³ Trata-se, provavelmente, da ilha de Fernando de Noronha. O porto seguro pode estar na baía de Santo Antônio, voltada para o continente e protegida contra a violência do oceano aberto, no lado oposto.

¹³⁴ *Não chegavam nunca.* Na *Raccolta...*: *mai non vennono* (jamais vinham).

¹³⁵ *Descontentes.* Na *Raccolta...*: *mal contenti* (mal contentes).

¹³⁶ *As pessoas.* Na *Raccolta...*: *le genti*.

¹³⁷ *Saímos.* Na *Raccolta...*: *ci levammo*.

¹³⁸ *Pessoal.* Na *Raccolta...*: *gente*.

¹³⁹ *Saudado.* Na *Raccolta...*: *saltuata*. Em Ramusio: *salutata*.

¹⁴⁰ *Golfo.* Oceano Atlântico.

¹⁴¹ *Enfrentamos o destino.* Na *Raccolta...*: *facemno rostro alla fortuna* (fizemos rosto à fortuna). Em Ramusio: *voltato il viso alla fortuna* (voltada a face à fortuna).

achamos desabitada e tinha muitas águas correntes¹⁴² e doces, infinitíssimas árvores, cheias de tantos pássaros marinhos e terrestres que eram sem número: eram tão mansos¹⁴³ que se deixavam apanhar com a mão. E apanhamos tantos que carregamos um batel dos mesmos animais. Não vimos nenhum [outro animal],¹⁴⁴ salvo ratos muito grandes e lagartos com duas caudas, e alguma serpente.¹⁴⁵

Feita nossa provisão, partimos com vento entre meio-dia e libeicho, porque tínhamos um regimento¹⁴⁶ do rei que mandava que qualquer dos navios que se perdesse da frota, ou do seu capitão, fosse ter à terra da viagem passada.¹⁴⁷ Descobrimos um porto¹⁴⁸ ao qual pusemos o nome de baía de Todos os Santos.¹⁴⁹ E prouve a Deus dar-nos tão bom tempo que em 17 dias aí tomamos terra,¹⁵⁰ que distava cerca de 300 léguas da ilha, onde não encontramos nem o nosso capitão e nenhum outro navio da frota.

¹⁴² *Correntes*. Águas frescas. Na *Raccolta*...: *vive* (vivas).

¹⁴³ *Mansos*. Na *Raccolta*...: *semplic* (simples).

¹⁴⁴ *Não vimos nenhum [outro animal]*. Na *Raccolta*...: *nessuno non vedemmo* (não vimos nenhum). Em Ramusio: *altro animal non vedemmo*.

¹⁴⁵ *Alguma serpente*. Na *Raccolta*...: *alchuna serpe*. Em Ramusio: *alcune serpi* (algumas serpentes). Essa pode ser a primeira (e bela) descrição do arquipélago de Fernando de Noronha.

¹⁴⁶ *Regimento*. Na *Raccolta*...: *regimento*. Em Ramusio: *ordine* (ordem).

¹⁴⁷ *Fosse ter à terra da viagem passada*. Na *Raccolta*...: *fussi a tenere nella terra che el viaggio passato*. Em Ramusio: *dirizzasse el suo camino a terra discoperta el viagio passato* (endereçoasse seu caminho para a terra descoberta na viagem passada). A “terra da viagem passada” era o litoral do Brasil.

¹⁴⁸ *Descobrimos um porto*. Na *Raccolta*...: *discoprino in un porto* (descobrimos num porto). Alguns preferem ligar essa frase com o período anterior, a saber: “[...] à terra que descobrimos na viagem passada, num porto [...]”. Ramusio traz: *et cosi navigati a detta terra descobrimmo un porto*.

¹⁴⁹ *Baía de Todos os Santos*. Na *Raccolta*...: *la Badia di tucti e sancti*. Em Ramusio: *la Baia di tutti è sancti*. O nome lembra o dia 1º de novembro, dedicado a todos os santos. Essa foi a primeira vez em que esse local, onde mais tarde (1549) se erigiria a capital do Brasil, foi nomeado.

¹⁵⁰ *Aí tomamos terra*. Chegamos aí. Na *Raccolta*...: *fumo a tenere terra in epso* (fomos a ter terra aí). Em Ramusio: *fummo a pigliar terra in esto* (fomos tomar terra nisso).

Esperamos naquele porto dois meses e quatro dias. Visto que não chegava nenhuma mensagem,¹⁵¹ acordamos – a conserva e eu – percorrer a costa. Navegamos mais para frente 260 léguas, até que chegamos a um porto onde acordamos fazer uma fortaleza: e a fizemos.¹⁵² Nela deixamos 24 homens cristãos que a minha conserva trazia e havia recolhido da nau capitânia que se perdera.¹⁵³

Naquele porto estivemos cerca de cinco meses, fazendo a fortaleza e carregando os nossos navios de pau-brasil,¹⁵⁴ pois não podíamos ir mais adiante porque não tínhamos gente e me faltavam muitos equipamentos.¹⁵⁵ Feito tudo isso, acordamos em voltar a Portugal, que estava com vento entre grego e tramontana. Deixamos os 24 homens que ficaram na fortaleza com mantimento para seis meses e com 12 bombardas e muitas outras armas. Pacificamos toda a gente da terra, da qual não se fez menção nessa viagem, não porque não víssemos e praticássemos com infinita gente dela, pois fomos terra adentro, cerca de 30 homens, 40 léguas, onde vi tantas coisas que deixo de contar, reservando-as para as minhas “Quatro Jornadas”. Aquela terra está 18 graus fora da linha equinocial da parte austro, e 37 graus¹⁵⁶ fora do meridiano¹⁵⁷ de Lisboa, mais a ocidente, segundo mostram os nossos instrumentos.

¹⁵¹ *Mensagem*. Na *Raccolta*...: *ricapito* (entrega, recado, endereço).

¹⁵² A região onde Vespúcio ficou cerca de cinco meses, construindo a primeira fortaleza em território brasileiro, recolhendo o pau-brasil e mantendo contato com os nativos, é identificada com a área de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro, que fica a 22,53 graus sul.

¹⁵³ Não se teve mais notícia desses homens deixados em terra.

¹⁵⁴ *Pau-brasil*. Na *Raccolta*...: *verzino*.

¹⁵⁵ *Faltavam muitos equipamentos*. Na *Raccolta*..., o verbo está no singular: *mancarva molti apparecchi*. Em Ramusio, no plural: *mancarvan molti apparecchi*.

¹⁵⁶ *37 graus*. Em Ramusio: *57 gradi* (57 graus). A latitude de 18 graus apontada por Vespúcio fica ao sul da Bahia, entre as atuais Caravelas e Mucuri. Lisboa fica a 38,43 graus, latitude norte. Se Vespúcio quis referir-se à diferença de latitude entre a terra visitada (18 graus sul) e Lisboa (38,43 norte), o resultado seria 56,43 graus, perto dos 57 graus registrados por Ramusio. Naquela época, era muito difícil calcular a longitude, ainda mais que o ponto de partida desta é subjetivo (atualmente, zero graus a partir de Greenwich). Sobre o cálculo da longitude, ver *Documento 9*, nota 16.

¹⁵⁷ *Fora do meridiano*. Em Ramusio e na *Raccolta*... *e: fuora del mantenimento*.

Feito tudo isso, despedimo-nos dos cristãos e da terra e começamos a nossa navegação pelo nor-nordeste, que é vento entre tramontana e grego, com o propósito de ir direto com nossa navegação a esta cidade de Lisboa. E em 77 dias, depois de tantos trabalhos e perigos, entramos nesse porto a 18 dias de junho de 1504. Deus seja louvado. Aqui fomos muito bem recebidos, e fora de toda crença, pois toda a cidade nos achava¹⁵⁸ perdidos, porque todos os outros navios da frota se perderam pela soberba e loucura do nosso capitão. Assim Deus paga a soberba. No presente, encontro-me aqui em Lisboa, e não sei o que o rei quer fazer de mim, pois desejo muito repousar.

O presente portador, que é Benvenuto di Domenico Benvenuti,¹⁵⁹ dirá a Vossa Magnificência como estou e algumas coisas que se deixaram de dizer por prolixidade,¹⁶⁰ porque ele as viu e as ouviu. Deus esteja com ele. Senhor, fui restringindo a carta o quanto pude; deixei de dizer muitas coisas naturais¹⁶¹ por causa de excusar prolixidade. Vossa Magnificência me perdoe. Suplico-lhe que me tenha no número de seus servidores, e recomendo Vossa Magnificência¹⁶² ao senhor Antônio Vespúcio, meu irmão,¹⁶³ e toda a minha casa. Fico rogando a Deus que prolongue os dias da sua vida e que eleve o estado dessa excelsa¹⁶⁴ República¹⁶⁵ e a honra de Vossa Magnificência.

Dada em Lisboa, no dia 4 de setembro de 1504. Servidor Américo Vespúcio, em Lisboa.

¹⁵⁸ *Achava*. No *Raccolta*...: *faceva* (fazia). Em Ramusio: *teneva* (tinha).

¹⁵⁹ Este portador da carta jamais foi identificado; supõe-se que se tratasse de um dos muitos comerciantes italianos que visitavam Lisboa ou residiam nessa cidade.

¹⁶⁰ *Prolixidade*. Depois dessa palavra, Ramusio acrescenta: *valendomi riportare a lui*.

¹⁶¹ *Naturais*. Comuns, vulgares. Na *Raccolta*...: *naturali*.

¹⁶² *Vossa Magnificência*. No texto italiano: *vi* (vos).

¹⁶³ Antônio, notário florentino, era irmão mais velho de Américo e pai de João (*Giovanni*) Vespúcio.

¹⁶⁴ *Excelsa*. Em Ramusio: *magnifica e excelsa*.

¹⁶⁵ *República*. Ramusio acrescenta, a seguir, “como a deseja”, e termina a carta, sem datá-la.



COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Não mais existe. Há cópias impressas, em italiano e em latim, datadas do início do século XVI (ver “Trajetória do documento”). Há também quatro cópias manuscritas da carta, mas que não são coevas ao original.

FONTES

BERCHET, Guglielmo. *Raccolta di documenti e studi. Fonti italiane per la storia della scoperta dei Nuovo Mondo*. V. I, parte III. Roma, Comissão Colombiana para o Quarto Centenário da Descoberta da América, Ministero della Publica Istruzione, 1892-1896, p. 160-170.

A versão da *Raccolta...*, em italiano e em latim, serviu de base ao texto do presente volume traduzido pelos autores para o português e publicada no presente volume.

RAMUSIO, Gian Battista. *Navigazioni et viaggi – Venice 1563-1606*. 1º volume. Amsterdam: Theatrum Orbis Terrarum Ltd., 1970, p. 128-130.

Essa versão da carta, constante da coletânea de Ramusio – originalmente publicada em 1550 –, é cotejada com a versão da *Raccolta...*, e comentada nas notas ao presente texto.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

O documento integral conhecido como “carta a Soderini” contém o relato de quatro viagens de Vespúcio à América (ver “Ementa”). Esse documento foi publicado em italiano durante a vida de Vespúcio, em um opúsculo de 32 páginas, intitulado *Lettera di Amerigo Vespucci delle isole nuovamente trovate in quattuor suoi viaggi* (Carta de Américo Vespúcio sobre as ilhas recentemente achadas, em quatro viagens suas). Embora essa publicação – de que se conservaram apenas cinco exemplares – omita local e data de impressão, bem como nome da casa impressora, os especialistas concluíram que foi editada em Florença, por volta de 1505/1506, para o livreiro Piero (ou Bernardo) Paccini de Pescia, pelo impressor florentino Gian Stefano di Carlo di Pavia. Essa publicação florentina teve apenas uma edição. A carta então publicada não continha destinatário, depreendendo-se apenas, por seu conteúdo, que fosse endereçada ao supremo magistrado de Florença, Pedro (*Piero*) Soderini. O nome de Soderini, como destinatário da carta, apareceu na coletânea de Ramusio, *Navigazioni et viaggi...*, cujo primeiro volume é de 1550.

A carta foi também publicada em latim, no início do século XVI. Apareceu em Saint Dié, em abril de 1507, sob o título de *Quatuor Americi Vesputti navigationes* (Quatro navegações de Américo Vespúcio), como apêndice da obra *Cosmographiae Introductio* (Introdução à Cosmografia), do cartógrafo Martin Waldseemüller. Nessa obra, Waldseemüller apresentou pela primeira vez a proposta de chamar-se as terras

encontradas havia alguns anos de “América”, em homenagem a Américo Vespúcio (ver *Documento 27*, “Análise histórica”). As “Quatro navegações”, acopladas ao livro de muito sucesso de Waldseemüller, conheceram extraordinária aceitação, suplantando em muito a versão italiana da carta, publicada em Florença.

Em 1550, na coletânea de relatos de viagem organizada por Gian Battista Ramusio, *Navigazioni et viaggi...*, o texto voltou a aparecer em italiano, baseado na versão florentina. Ramusio, contudo, editou apenas a terceira e a quarta viagens. O texto completo da carta, contendo as quatro viagens, foi republicado somente no século XVIII, conhecendo, a partir de então, várias edições, em diversas línguas.

No Brasil, o texto foi editado por Varnhagen, no seu *Amerigo Vespucci...*, de 1865. Conheceu depois algumas poucas edições críticas, entre elas o excelente *Amerigo Vespucci...*, de T. O. Marcondes de Souza (1954) e, mais recentemente, *O Brasil de...*, de Riccardo Fontana.

EMENTA

Trata-se de carta apócrifa de Américo *Vespúcio a Pedro (em italiano, *Piero*) Soderini, gonfaloneiro perpétuo (espécie de supremo magistrado) de Florença entre 1502 e 1512, por intermédio do florentino Benvenuto di Domenico Benvenuti. Narra, em primeira pessoa, a terceira (1501-1502) e quarta (1502-1503) viagens do navegador florentino à América. As duas narrativas relacionam-se basicamente ao Brasil.

A primeira parte da carta a Pedro Soderini, aqui omitida, trata das duas primeiras viagens que Vespúcio alegava ter feito ao continente americano, por ordem do rei Fernando de Aragão: a primeira, entre maio de 1497 e outubro de 1498, da Espanha para a Venezuela e o Haiti; e a segunda, de maio de 1499 a setembro de 1500, da Espanha para Cabo Verde, Venezuela e, talvez, Brasil.

ANÁLISE HISTÓRICA

Os historiadores não têm dúvida de que a carta a Soderini é um documento apócrifo, publicado, tal como a *Mundus Novus* (*Documento 27*), com o objetivo de aproveitar o enorme interesse que as viagens oceânicas despertavam junto ao público italiano. Na carta, os relatos das duas primeiras viagens (não incluídos no presente volume porque não se referem ao Brasil) basearam-se em textos de viagem do período e de épocas anteriores. Já o relato da terceira viagem, que aqui aparece, segundo os especialistas (principalmente Alberto Magnaghi, no seu *Amerigo Vespucci...*), baseou-se na carta autêntica de Vespúcio escrita em Beseguiche, em 4 de junho de 1501 (*Documento 9*), na *Mundus Novus* (*Documento 27*) e na carta de João (*Giovanni*) da Empoli, de setembro de 1504 (*Documento 30*). O relato da quarta viagem, resumido e vago, parece ter sido como inspiração de alguns de seus trechos a citada carta de João da Empoli e a de Pedro (*Pietro*) Rondinelli, de 3 de outubro de 1502 (*Documento 22*). O fato de na primeira edição da carta não constarem, ao contrário do costume da época, destinatário,

local da edição e livreiro responsável é considerado, pelos especialistas, mais um argumento a favor da inautenticidade do documento.

Contudo, o fato de considerar a carta de Soderini apócrifa é diferente de julgar inexistente a viagem de Vespúcio ao Brasil, em 1503-1504. A segunda expedição exploradora às terras brasileiras, talvez comandada por Gonçalo Coelho, comprovadamente aconteceu; e, embora se saiba pouco a respeito dela, a maioria dos estudiosos, baseada em outros documentos, pensa que navegadores europeus nessa ocasião alcançaram realmente o atual Cabo Frio e aí construíram a primeira fortaleza em terras brasileiras, conforme relatado na carta a Soderini. É bastante provável que Américo Vespúcio, integrante da primeira expedição exploradora ao Brasil e piloto já experiente no Atlântico Sul, tenha sido chamado a participar dessa segunda expedição ao Brasil. Em 1503, o florentino continuava morando em Lisboa, nada indicando, a essa altura, qualquer afastamento seu em relação à Corte portuguesa.

Quanto à extensa viagem de 1501-1502 ao Brasil, não existem dúvidas nem quanto à sua existência nem quanto à participação nela de Vespúcio, conforme relatado em *Documento 27*, "Análise histórica". Foi também essa viagem que proporcionou as declarações oficiais de Valentim Fernandes (*Documento 26*).

RELATÓRIO DE LEUTKIRCH**1503/1504***O primeiro descobrimento de Calicut*

NO ANO DE 1497, no dia oito de julho, partiram quatro navios, um de 12 tonéis, em que andava o capitão Vasco da Gama, que o rei depois fez almirante. A seguir, um navio de 90 tonéis, em que andava Paulo da Gama, irmão do almirante. O terceiro, de 60 tonéis, com Nicolau Coelho.¹ Acompanhou-os um navio grande carregado de três vezes aquelas coisas que precisavam para os seus navios. E depois de ter comido todos os alimentos, esvaziaram o quarto navio e queimaram-no.² E chegaram a Calicut, na Índia, na segunda-feira, dia 21 de maio de 1498.

¹ Trata-se de relatório anônimo de um alemão, integrante da viagem comercial de 1503 à Índia, comandada pelos primos Francisco e Afonso de Albuquerque. Este parágrafo do trecho selecionado é uma referência ao “primeiro descobrimento de Calicut”, ou seja, à primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, em 1497-1498. Os navios mencionados no texto denominavam-se São Gabriel (o comandado por Vasco da Gama), São Rafael (o comandado por Paulo da Gama, irmão de Vasco) e Bérrio (o comandado por Nicolau Coelho, primeiro a retornar a Lisboa); o navio de mantimentos, citado a seguir, foi comandado por Gonçalo Nunes.

² *Esvaziaram o quarto navio e queimaram-no.* O navio de mantimentos foi queimado na angra de São Brás (atual Mossey Bay, na África do Sul), então terra dos negros

Mais tarde, no ano de 1500, o rei mandou também Pedro Álvares Cabral à Índia, como capitão de 13 navios. E no caminho, a primeiro de maio,³ encontraram a terra do Brasil.⁴ E mandaram voltar a Lisboa um navio.⁵ E dos 13 não voltaram mais do que seis.⁶ Os outros morreram miseravelmente afogados.⁷

khoikhois, o primeiro lugar da África Oriental onde a esquadra parou; esse local havia sido atingido por Bartolomeu Dias dez anos antes, em 1488. Na viagem de volta da Índia, após a difícil travessia do Índico, que durou três meses e matou muitos homens, foi queimado outro navio da esquadra, o São Rafael, devido à diminuição do número de tripulantes, com o objetivo de apressar o retorno.

³ *Primeiro de maio*. 1º de maio era então considerada a data do descobrimento do Brasil.

⁴ *Terra do Brasil*. Este é um dos primeiros documentos a referir-se à terra apenas pelo nome de “Brasil”. A respeito do uso do nome “Brasil”, ver *Documento 30*, nota 20.

⁵ *Voltar a Lisboa um navio*. Trata-se do navio comandado por Gaspar de Lemos, que levou ao rei a notícia da chegada ao Brasil, relatada em várias cartas de membros da expedição, das quais chegou até nós apenas a de Pero Vaz de Caminha (*Documento 6*).

⁶ A respeito desses navios, ver *Documento 11*, nota 33.

⁷ Um dos sete navios dados aqui como perdidos na realidade não afundou: foi o comandado por Gaspar de Lemos, referido na nota 5, que retornou do Brasil para Lisboa.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Arquivo Waldburg-Zeil, Palácio Zeil, Leutkirch, Baviera – Códice Paumgartnerisches Usancenbuche, p. 147-174.

Não há certeza, contudo, se o documento existente em Leutkirch é um original ou uma cópia. Marion Ehrhardt, que o estudou, afirma (*A Alemanha e os descobrimentos...*, p. 92):

Uma curiosidade digna de nota é que uma parte do texto de Leutkirch, precisamente as primeiras seis páginas do manuscrito até ao início do parágrafo sobre Mombaça, bem como a última página sobre o descobrimento de Calicut e do Brasil, se encontram reproduzidas quase palavra por palavra nas folhas 177 v-179 do livro de memórias de Lazarus Nuremberger, existente em Bratislava. Este fato apóia a nossa conjectura de os textos [...] [de Leutkirch] serem cópias duma coletânea original em língua germânica de

vários relatórios, reunidos talvez por Valentim Fernandes, o único alemão daquela época conhecido por se ter dedicado a semelhante tarefa.

FONTE

EHRHARDT, Marion. *A Alemanha e os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Texto Editora, 1989, p. 91.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

Um alemão anônimo, participante da expedição portuguesa de 1503 à Índia – da qual fez parte também o florentino João de Empoli (*Documento 29*) –, escreveu a respeito dessa viagem um relatório. Um texto manuscrito desse relatório (original ou cópia) encontra-se no arquivo particular do príncipe de Waldburg-Zeil, em Leutkirch, Baviera. O manuscrito, conhecido como “relatório de Leutkirch”, redigido em 1503 ou 1504, integra um velho códice denominado “Livro Paumpartneriano de Usanças”, que pertenceu à ilustre família Paugartner, de origem nuremberguesa, constituída sobretudo de banqueiros e mercadores. O relatório não está datado, mas o autor anônimo deve tê-lo escrito entre 1503 e 1504, antes da segunda viagem de Afonso de Albuquerque à Ásia, realizada em 1506, na expedição chefiada por Tristão da Cunha.

O relatório de Leutkirch constitui-se de três textos: o primeiro menciona a distância entre várias localidades atlânticas, informa sobre algumas regiões da África Oriental e da Índia e trata de várias especiarias, pedras preciosas e pérolas; o segundo refere-se às regiões indianas de Cambaia e Cananor e ao mar Vermelho, e dá o valor de algumas especiarias; o terceiro relata as viagens de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, e se acha aqui reproduzido. Segundo Marion Ehrhardt (*A Alemanha e os descobrimentos...*, p. 72), o relatório de Leutkirch “difere dos anteriores relatos pela minuciosidade com que o autor anônimo esclarece o destinatário na Alemanha acerca das possibilidades comerciais naquelas regiões distantes”.

EMENTA

Trecho de relatório escrito por um alemão anônimo que acompanhou a expedição portuguesa de seis navios, comandados por Afonso e Francisco de Albuquerque, saída de Lisboa em 1503, com destino à Índia. O relatório, não datado, deve ter sido escrito entre 1503 e 1504, referindo-se o trecho aqui selecionado à primeira viagem de Vasco da Gama à Índia e à viagem de Cabral ao Brasil.

ANÁLISE HISTÓRICA

O trecho aqui reproduzido do relatório de Leutkirch é importante por chamar a atenção para a expressiva e constante presença de indivíduos de língua alemã em Portugal, à época das grandes navegações. A partir do século XV, o número de alemães em Lisboa cresceu muito. Alguns desses indivíduos desempenharam relevantes papéis na

sociedade portuguesa, como representantes de poderosas casas comerciais e banqueiras dos Estados alemães e também oferecendo uma contribuição diversificada, em áreas como geografia, cartografia e impressão de livros.

No século XV, Martim Behaim (1459-1507), mercador de Nuremberg, viveu, como agente de uma casa comercial alemã, na cidade de Lisboa, onde se inteirou de pormenores das viagens portuguesas. Os resultados de seus conhecimentos foram fixados em um globo terrestre, confeccionado em 1492, o mais antigo que se conhece. Com 20 centímetros de diâmetro, artisticamente decorado e acompanhado de notas explicativas, o globo de Behaim, que registrava os resultados das mais recentes expedições lusas, simbolizava, para o homem culto europeu, a Terra agora conhecida quase por inteiro, a qual podia, daí em diante, ser segurada entre as mãos.

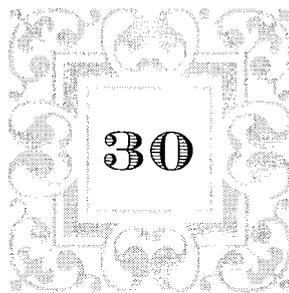
Outro alemão que residiu em Lisboa como representante comercial foi Jerônimo Münzer, autor de uma pormenorizada relação sobre as viagens oceânicas portuguesas e as novas concepções geográficas delas resultantes. Já o impressor Valentim *Fernandes (*Documento 26*) desempenhou papel importantíssimo em Portugal, tanto no desenvolvimento da imprensa local – foi o mais importante impressor da época no país –, quanto na divulgação, pela Europa, das viagens portuguesas e das novas concepções geográficas que elas ocasionaram, tudo isso relacionado a fortes interesses comerciais. Em 1503, importantes famílias alemãs de banqueiros e comerciantes, como os Welser, Vohlins, Fugger e Hochstetter (de Augsburgo) e os Imhoff (de Nuremberg), conseguiram de D. Manuel privilégios e vantagens comerciais, como a abertura de filiais em Lisboa e o direito de participar de novas expedições.

Os alemães interessaram-se por conseguir lugar nas armadas portuguesas. Eles estiveram presentes, por exemplo, já na segunda frota de Vasco da Gama à Índia (1502). Na expedição do vice-rei Francisco de Almeida ao mesmo país (1505), “dispunham os alemães de três navios e contribuíam com a quantia de 36.000 cruzados, num total de 65.400 cruzados, sendo os restantes 29.400 cruzados pertença de casas florentinas e genovesas” (Marília Simões Lopes, Alemanha, *Dicionário de História dos Descobrimentos...*, p. 47). Dois participantes alemães dessa expedição, Balthasar Sprenger (ou Springer) e Hans Mayr, escreveram importantes relatos sobre suas experiências em locais asiáticos ainda pouco conhecidos dos europeus. A partir de meados do século XVI, o interesse econômico dos alemães por Lisboa diminuiu, transferindo-se grande parte de seus representantes comerciais para Sevilha.

As informações obtidas pelos alemães a respeito dos resultados das viagens portuguesas, tal como ocorreu na península itálica, circularam não apenas entre os meios comerciais, mas também entre homens cultos, renascentistas que cultivavam o gosto pela geografia, pela astronomia, pela filosofia e pelas humanidades em geral – como K. Peutinger, J. Ruchamer e W. Pirckheimer –, os quais se apropriaram da formidável massa de novos conhecimentos gerada pela experiência lusa para refletir sobre as novas dimensões que estavam ganhando a Terra e seus povos. Além dos textos escritos

por alemães que participaram de viagens, esses humanistas valeram-se (tal como os italianos), para suas reflexões, de informações enviadas por seus agentes comerciais em Lisboa, de textos portugueses traduzidos para o alemão – entre outros, os de Francisco Álvares, Damião de Góis, Castanheda e Fernão Mendes Pinto – e da presença de intelectuais portugueses, como Damião de Góis, nos Estados alemães.

No pequeno trecho do relatório referente à viagem de Cabral, destaque-se a referência precoce – que alguns autores julgam talvez ter sido a primeira jamais feita – à terra americana apenas como “Brasil”. A versão da *Raccolta*... para a carta de João de Empoli, por exemplo (*Documento 29*), escrita em setembro de 1504, registra o nome da terra apenas como “Vera Cruz”.



CARTA DE JOÃO DE EMPOLI

16 DE SETEMBRO DE 1504

NOSSA PARTIDA foi de Lisboa aos seis de abril de 1503 no navio do capitão-mor Afonso de Albuquerque,¹ capitão de quatro navios²

¹ Como Cabral, Afonso de Albuquerque era fidalgo educado na Corte, tendo sido estribeiro-mor do rei D. João II. Albuquerque era tio da mulher de Cabral e, quando este caiu no ostracismo, escreveu ao rei uma carta em defesa do sobrinho por afinidade. Afonso de Albuquerque, apelidado de “O Terrível”, é com justiça considerado o fundador do império português no Oriente, que comandou com mão-de-ferro até 1515, aí promovendo conquistas, anexações, batalhas, tratados comerciais e iniciativas colonizadoras. A viagem de 1503 foi a sua primeira à Índia, ainda como personagem secundário; nela combateu em Calicut e participou da construção das fortalezas de Cochim e Coulam. João (*Giovanni*) de Empoli, autor desta carta dirigida a seu pai, Leonardo, viajava na expedição de 1503 na qualidade de representante dos poderosos comerciantes italianos Bartolomeu *Marchionni, sediado em Lisboa, Gualterotti e Frescobaldi, sediados em Bruges.

² Na realidade, D. Manuel enviou para a Índia, com o objetivo de carregar especiarias, seis navios, três deles sob o comando de Afonso de Albuquerque (o capitão de um desses navios era Duarte Pacheco Pereira, futuro autor do *Esmeraldo de situ orbis*), que partiu no dia 6 de abril de 1503; e três sob o comando do primo de Afonso, Francisco de Albuquerque (o capitão de um desses navios era Nicolau *Coelho, o primeiro português a desembarcar no Brasil), que partiu no dia 14 de abril. Na mesma época,

de Portugal:³ um do porte de 600 botas,⁴ por nome Santiago; outro do porte de 700 botas, por nome Espírito Santo; outro do porte de 300 botas, por nome S. Cristóvão; e o quarto, do porte de 200 botas, de Catarina Dias. Os quais, partidos de conserva,⁵ começamos a fazer nossa navegação direto para o⁶ cabo Verde.

E quando avistamos⁷ o dito cabo, o capitão-mor tomou conselho junto a seus pilotos sobre qual caminho tínhamos que tomar para ter boa navegação para ganhar o cabo da Boa Esperança, porque ordinariamente o dito caminho era ao longo da costa da Guiné, assim chamada,⁸ a qual é costa e terras sujeitas a correntes e a muitos escolhos e baixo-mar, e além disso, coberta pela linha equinocia,⁹ onde, pela força dela, o vento não pode vigorar.¹⁰ E para fugir dessa costa deliberamos dar uma volta¹¹ cerca de¹² 750 a 800 léguas¹³ para que, navegando na dita volta viéssemos a

D. Manuel mandou também três embarcações, sob o comando de António de Saldanha, para controlar o tráfego marítimo na boca do mar Vermelho.

³ *De Portugal*. Não consta do texto da carta publicado por Ramusio.

⁴ *600 botas*. Cerca de duzentas toneladas. No original italiano *botte*, que significa “tonel” ou antiga unidade de medida correspondente a uma tonelada. Ver *Documento 11*, nota 35.

⁵ *De conserva*. Em comboio; em companhia ou escolta de outros.

⁶ *Fazer nossa navegação direto para o*. No original: “fazer nossa direta navegação em direitura do cabo Verde” (*fare nostra diritta navichatione a dirittura del*).

⁷ *Avistamos*. No original: “tivemos vista” (*avemo vista*).

⁸ *Guiné, assim chamada*. No original italiano: *Ghinea pro nome propria*. No texto de Ramusio: “Guiné da Etiópia”. Sobre a “Etiópia”, ver *Documento 9*, nota 9.

⁹ *Equinocia*. No manuscrito italiano: *et qui non vale*, em vez de *equinotiale*, como traz Ramusio. Trata-se da linha do equador.

¹⁰ *Não pode vigorar*. Não é constante.

¹¹ *Dar uma volta*. No original: “andar ... volta” (*andare alla volta*). Isto é, afastar-se da costa africana, adentrando o oceano Atlântico, a oeste. Alguns preferem “engolfar”, que também significa entrar em mar alto. Conforme diz o texto, afastar-se da costa africana na altura da Guiné, dando a chamada “volta do mar”, para evitar as correntes, os temporais e os fortes ventos que ali existem, era então considerada a melhor rota rumo ao cabo da Boa Esperança, seguida pelas esquadras portuguesas.

¹² *Cerca de*. No original: “ao pé de” (*al piè di*).

¹³ Cada légua portuguesa correspondia a 5.920 metros (750 a oitocentas léguas seriam 4.500 a 4.700 quilômetros). Os italianos utilizavam a milha, correspondente a 1.480 metros. Empoli viajava em uma esquadra portuguesa.

estar tanto adiante como levante e poente¹⁴ do dito cabo. E navegando na dita volta cerca de 28 dias, numa tarde tivemos vista de uma terra a qual tinha sido encontrada por outros, por presunção¹⁵ e não por coisa firme. Chama-se ilha de Presunção¹⁶ ao redor da qual estivemos toda a noite com muito mau tempo e em condições de nos perdermos, porque o vento era travessão.¹⁷ E dita ilha não tem nenhum metal¹⁸ por quanto pudemos compreender.¹⁹

Daí partimos, navegando na dita volta, e nos encontramos tanto avante com a terra de Vera Cruz,²⁰ assim chamada, outra

¹⁴ *Levante e poente*. Leste e oeste.

¹⁵ *Por presunção*. Por conjecturas.

¹⁶ *Ilha de Presunção*. No original italiano: *isola di Presumptione*. O texto de Ramusio traz “ilha da Ascensão”, nome da ilha localizada no centro do Atlântico Sul, encontrada por João da Nova em 1501, na viagem de ida à Índia (ver a respeito *Documento 21*, “Análise histórica”). Escreve Duarte Leite (*Descobridores do Brasil*, p. 203):

Quando à Ascensão, o nome proveio naturalmente de que Ramusio sabia da existência de uma ilha assim chamada, descoberta pelos portugueses no Atlântico austral; mas sendo assim, acertou por acaso, porque havia duas ilhas deste nome. Efetivamente, a de Empoli deve ser a atual ilha da Trindade, que Hummerich supõe ter sido avistada antes por Estevão da Gama, presumindo-se que Afonso de Albuquerque a batizou Ascensão (*sic*), porquanto seu achado se realizou a 25 de maio de 1503, dia dessa festa cristã.

¹⁷ *Era travessão*. No original italiano: “era travessia dessa”. O vento travessão batia muito forte num lado do navio. João de Barros (*Décadas...*) refere-se a “temporal travessão”, isto é, com vento travessão.

¹⁸ *Nenhum metal*. No original italiano: *di nullo di minera*. Outra leitura registra: *di nullo dominero*, ou “sem nenhum domínio”. Ramusio prefere: “sem nenhum valor”.

¹⁹ *Compreender*. Avaliar. No original italiano: *comprendere*.

²⁰ *Terra de Vera Cruz*. O texto de Ramusio registra: “terra de Vera Cruz, ou do Brasil” (*terra della Vera Croce, over del Brasil*). A esquadra de Afonso de Albuquerque, portanto, foi a quarta expedição portuguesa a aportar em terras brasileiras (após a de Cabral e as duas primeiras expedições exploradoras, das quais participou Vespúcio), fato pouco realçado quer na historiografia brasileira, quer na portuguesa. Enquanto a versão da *Raccolta...*, aqui traduzida, grafa o nome mais antigo dado à terra, “Vera Cruz”, porém antecedido da palavra “terra” (e não “ilha”) – como a indicar que em 1504 já se tinha a certeza de ser Vera Cruz terra firme, continente –, Ramusio, que publicou sua coletânea em meados do século XVI,

vez descoberta²¹ por Américo Vespúcio,²² na qual se faz boa soma de cássia e de pau-brasil. Sobre metais, nada percebemos.²³ A sua gente é de boas formas; andam nus, tanto homens como mulheres, sem cobrir nada; esburacam a pele até a cintura²⁴ e adornam-se com várias penas de papagaios. Seus lábios [estão] cheios de ossos de peixes.²⁵ Suas armas [são] como dardos, com as pontas cobertas dos ditos ossos de peixe. Não têm fé alguma, salvo a epicúrea. Comem comumente carne humana, que secam ao fumo como nós [fazemos com] a carne de porco.²⁶

Partindo²⁷ do dito lugar, pela nossa navegação ao encontro do dito cabo fomos direto à ilha de São Tomé;²⁸ perdemos de vista esse nosso pólo ártico e de repente nos aproximamos do pólo antártico. E antes que pudéssemos atingir o dito cabo, muitas vezes passamos por horrível temporal²⁹ [navegando] em árvore

acrescenta o nome “Brasil”, já então largamente predominante. Sobre a utilização desse nome, ver *Documento 29*, nota 4.

²¹ *Outra vez descoberta*. No original italiano: *altra volta dischoperta*. O texto de Ramusio não traz “outra vez”.

²² Segundo Humboldt (*Examen...*, V, 139), esse trecho de uma carta de 1504 que testemunha a presença de Vespúcio numa expedição ao Brasil deve merecer bastante atenção. Note-se que, três anos antes do mapa de Waldseemüller fazê-lo (*Documento 27*, “Análise histórica”), Vespúcio é dado como descobridor das terras americanas, idéia então corrente.

²³ *Sobre metais, nada percebemos*. No original italiano: *altro di minera non habbiamo com pressa*. Observe-se o interesse da expedição em identificar a presença de metais preciosos. Na frase anterior, mais uma vez, como ocorreu em vários documentos deste volume, a cássia é apresentada como riqueza da terra, ao lado do pau-brasil.

²⁴ *Esburacam a pele até a cintura*. No original italiano: *isforachiansi insino alla citura*.

²⁵ *Ossos de peixes*. As espinhas ou parte das espinhas dos peixes.

²⁶ Imagem sobre a antropofagia indígena no Brasil muito semelhante às fixadas nos dois textos atribuídos a Vespúcio, a *Mundus Novus* (*Documento 27*) – um pouco anterior ao presente documento – e a carta a Soderini (*Documento 28*), escrita no mesmo mês e ano deste. Sobre esse parágrafo, ver “Análise histórica”.

²⁷ *Partindo*. No original: *partiti* (partidos).

²⁸ A ilha de São Tomé está no Equador a sete graus de longitude.

²⁹ *Muitas vezes passamos por horrível temporal*. No original italiano: *corremo orribile fortuna per piu volte*. Em náutica, “fortuna” significa “temporal”.

seca,³⁰ sem [um] palmo de vela, ora a poente, ora a levante, porque no dito lugar não sopram senão esses dois ventos.

E com a graça de Deus ganhamos o dito cabo³¹ e estivemos à sua vista no dia seis de julho de 1503.

³⁰ *Árvore seca*. Mastro sem vela.

³¹ O texto de Ramusio registra: “cabo da Boa Esperança”.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Não existe mais. Há uma cópia manuscrita da carta na Biblioteca Nacional de Florença, Códice Magliabecchiano, cl. XIII, 86, c.1, com o seguinte título: “Cópia de uma carta que Giovanni da Empoli mandou a Lionardo seu pai sobre a primeira viagem feita a Calicut.”

FONTE

BERCHET, Guglielmo. *Raccolta di documenti e studi. Fonti italiane per la storia della scoperta del Nuovo Mondo*. V. II, parte III. Roma: Comissão Colombiana para o Quarto Centenário da Descoberta da América, Ministerio della Publica Istruzione, 1892-1896, p. 180-181.

O documento aqui reproduzido foi baseado na tradução, realizada pelos autores do presente volume, da primeira parte desse texto italiano.

RAMUSIO, Gian Battista. *Navigazioni et viaggi – Venice 1563-1606*. Introdução de R. A. Skelton e análise de conteúdo de George B. Parks. 3 volumes. Amsterdam: Theatrum Orbis Terrarum Ltd., 1970.

O início da versão apresentada por Ramusio do mesmo documento, ligeiramente diferente da publicada por Berchet, foi também traduzido do italiano pelos autores do presente volume, sendo comparado com o anterior nas notas de rodapé e em “Trajetória do documento”.

Ao que se sabe, é esta a primeira vez em que o texto é publicado no Brasil.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

Ramusio publicou, em 1550, na sua *Delle navigazioni et viaggi...*, um texto de autoria de João de *Empoli, escrito provavelmente por volta de 1504/1505, sobre a viagem que o comerciante florentino fizera à Ásia em 1503, na companhia de Afonso de Albuquerque. Esse texto – que tem a forma de relato, não de carta – constitui o primeiro

capítulo de um longo escrito de Empoli sobre sua viagem, composto de cinco capítulos, integralmente reproduzidos por Ramusio. Este deu ao conjunto dos escritos de Empoli o título de “Viagem feita à Índia por Giovanni da Empoli, feitor que foi no navio do sereníssimo rei de Portugal por conta de Marchionni de Lisboa”; o primeiro capítulo, coincidente com o texto aqui publicado, tem o subtítulo de “Da terra chamada Vera Cruz ou Vero Brasil, onde se faz boa soma de cássia e de brasil; do hábito, armas e fé daquelas gentes; do porto chamado Aguada de S. Brás, onde, por um chocoalho médio se obtinha uma vaca. O vestir dos homens e das mulheres daquele lugar”. Em português, o texto foi publicado em Lisboa, em 1867, como “Viagens às Índias Orientais por João de Empoli, feitor de uma nau portuguesa, armada por conta dos Marchiones de Lisboa, traduzido do italiano”, na *Collecção de noticias para a historia e geografia...*

Já o documento apresentado no presente volume foi publicado em italiano no século XIX, na *Raccolta...*, com base em cópia manuscrita encontrada havia pouco na Biblioteca Nacional de Florença (ver “Documento”). Esse texto, de que se publica aqui apenas o trecho inicial, também é longo, mas tem a forma de carta. Segundo Duarte Leite (*História dos descobrimentos...*, p. 693), que fez uma tradução dessa fonte para o português, o texto da *Raccolta...*

é mais digno de confiança que o da coletânea de Ramusio (1550), onde todos o foram e vão ainda buscar. Todavia o diligente colecionador apresenta o seu com variantes que têm motivado dúvida. Entre elas está a troca de Presunção por Ascensão, resultando daí que diversos confundiram a ilha de Albuquerque com a descoberta por João da Nova. Outra está na intercalação, depois de *terra della Vera Croce*, das palavras *over del Brasil*, donde se concluiu que em 6 de abril de 1503, quando partiu Empoli, já o Brasil era conhecido pelo nome.

Pensamos que a carta particular de Empoli a seu pai, incluída nesse volume, escrita em 1504 – mesmo ano em que o florentino retornou a Lisboa da viagem à Ásia –, deve ter sido redigida antes do texto publicado por Ramusio, o qual, redigido em forma de relato, faz supor que se dirigisse a um público mais amplo, anônimo; a carta ao pai, sugerimos, talvez tenha servido de inspiração a Empoli para a posterior escrita de um relatório.

Em 1864, essa mesma carta foi publicada em italiano, na revista do Arquivo Histórico Italiano (*Lettera di Giovanni da Empoli...*), junto com uma outra correspondência de Empoli, bastante longa, também dirigida ao pai, escrita em 15 de novembro de 1515, com importantes notícias a respeito da segunda e movimentada viagem do florentino à Ásia, também com Afonso de Albuquerque, que durou quatro anos (1510 e 1514); essa segunda carta, que relata vários problemas entre Empoli e Albuquerque e faz muitas acusações contra este, havia ficado perdida durante três séculos, até ser reencontrada, poucos anos antes da publicação, na Biblioteca Nacional de Florença, no mesmo códice do documento que ora se edita.

Temos referência de apenas uma tradução em português do presente texto, a realizada por Duarte Leite, publicada tanto em *Descobridores do Brasil*, p. 201-205, como em *História dos descobrimentos...*, p. 692-693.

EMENTA

Trecho inicial da carta do comerciante e navegador João de Empoli (*Giovanni da Empoli*), escrita a seu pai Leonardo em 16 de setembro de 1504, a respeito de uma viagem que Empoli fez à Índia em 1503, em companhia de Afonso e Francisco de Albuquerque, na qualidade de representante dos poderosos comerciantes italianos Bartolomeu *Marchionni, sediado em Lisboa, Gualterotti e Frescobaldi, sediados em Bruges. Entre outros assuntos, o trecho selecionado da carta narra a escala que a frota fez no Brasil – foi apenas a quarta expedição portuguesa a tocar terras brasileiras –, registrando impressões sobre a terra e o povo.

ANÁLISE HISTÓRICA

A carta de João de *Empoli revela mais um capítulo da importante presença italiana em Portugal à época das grandes navegações. No riquíssimo mundo do comércio direto da Europa com o Oriente, recém-aberto, “italianos” residentes tanto em Lisboa (Bartolomeu *Marchionni), como em Bruges (Gualterotti e Frescobaldi), associam-se para armar um navio que parte na esquadra de Afonso e Francisco de Albuquerque, cujos objetivos são eminentemente comerciais. Os “italianos”, portanto, fincam definitivamente pé nas novas rotas do comércio oriental, participando das esquadras portuguesas com seus próprios navios, tripulação, representantes, feitores e capital. Afonso de Albuquerque, em uma carta de 1510 (*Cartas de Affonso...*, p. 24-25), declarou-se claramente contrário à presença de comerciantes particulares na Índia, alertando o monarca português de que isso constituía prejuízo para os cofres reais; na opinião de Albuquerque, a Coroa tinha navios suficientes para se encarregar sozinha do comércio oriental e para garantir para si todo o lucro daí advindo. Contra essa opinião de “O Terrível”, porém, João de Empoli estava bem ao seu lado em duas importantes viagens ao Oriente, representando exatamente os interesses particulares e, ainda mais, de particulares estrangeiros.

O trecho do documento referente ao Brasil registra (com exceção da frase sobre as armas, mais pormenorizada do que as habituais) os dados e as impressões fundamentais constantes de outros escritos da época, relativos à terra brasileira e a seus nativos, muitos deles incluídos no presente volume (como, entre outros, os *Documentos* 6, 8, 23, 27 e 28). Lá estão a boa constituição e a “mutilação” dos corpos dos índios, sua nudez inteira, as penas de papagaios – *i papagalii*, conforme já notado aqui, eram particularmente destacados nos textos dos italianos, a ponto de darem nome ao país, “Terra dos Papagaios” –, a inexistência de religião entre os indígenas, a identificação entre as formas de viver destes e a filosofia de Epicuro e, finalmente, as sempre presentes referências à antropofagia. Cremos que esses elementos já estavam, em 1504, data do

documento, perfeitamente claros nas mentes européias, constituindo o “núcleo duro”, o núcleo sempre presente e repetido, às vezes enriquecido por alguma nova informação (no caso, os pormenores sobre as armas) do discurso europeu que se constituía na Europa sobre o Brasil e seus primeiros habitantes. O “outro” americano deixava já de ser uma abstração fantasiosa fundada no terror das tradições medievais para ganhar um conjunto de características criadas pelo pensamento europeu, a partir dos primeiros contatos entre navegadores e indígenas. Tais características possibilitavam à Europa integrar, nos últimos degraus do seu sistema de razões e crenças, os índios americanos. Aos olhos e às mentes européias, esse outro tornava-se assim, aos poucos, categorizável, compreensível – domesticável, portanto.

**CARTA BESICKEN****23 DE OUTUBRO DE 1505**

*Cópia de uma carta de el-rei de Portugal mandada
ao rei de Castela sobre a viagem e sucesso da Índia¹*

CATÓLICO REI E SENHOR, se bem que eu muitas vezes – depois do tráfico² e comércio na parte da Índia, iniciado em nosso nome – tenha informado Vossa Sereníssima Majestade sobre o que sucedeu, todavia, com a chegada, no presente, de alguns navios nossos, pareceu-me conveniente dar-vos aviso das novidades que soube. Repetindo o que em outras nossas [cartas] temos escrito, para que estejais plenamente informados de tudo, repetiremos os fatos, desde a nossa primeira armada até à presente.

Os primeiros navios que mandamos àquelas terras foram em número de 12, mais uma caravela que estava carregada de

¹ Conforme assinalado adiante (ver “Análise histórica”), este documento, o primeiro relato impresso das viagens portuguesas à Índia, provavelmente não é, ao contrário do que indica seu texto, cópia de carta do rei português ao rei de Castela, mas um texto composto na península itálica, com base nas informações disponíveis sobre as viagens lusas ao Oriente.

² *Tráfico*. Negócio. No italiano: *traffico*.

vitualhas.³ Partiram do nosso porto de Lisboa no ano de 1500, no dia oito de março,⁴ para ir negociar⁵ especiarias e drogas às partes da Índia, além do mar Vermelho e Pérsico, numa cidade chamada Calicut,⁶ cujo rei, costumes e modos de seus habitantes falaremos abaixo. Pedro Álvares Cabral foi capitão-geral da dita armada.

Navegando, passado o Cabo Verde, descobriram uma terra que novamente veio à notícia desta nossa Europa, à qual terra pôs o nome de Santa Cruz,⁷ isto porque fez levantar uma altíssima cruz⁸ na praia. Outros a chamam Terra Nova ou Novo

³ *Vitualhas*. Víveres; alimentos. No italiano: *victuarie*. Trata-se do navio de mantimentos. Como se torna claro nas linhas seguintes, esse trecho refere-se à viagem de Cabral, curiosamente datando dela, e não da de Vasco da Gama, a origem dos “primeiros navios que mandamos [os portugueses] àquelas terras [Índia]”. Sobre o total de navios da esquadra, ver *Documento 10*, nota 12.

⁴ *Oito de março*. A data coincide com a fornecida por João de Barros (*Documento 34*). Já Gaspar Correia (*Documento 36*) menciona, por duas vezes, 25 de março, dia de Nossa Senhora. A data mais aceita hoje para a partida da expedição é 9 de março de 1500, constante da carta de Caminha (*Documento 6*, nota 12), da relação do Português Anônimo – que assinala que tudo ficou pronto no dia 8 (*Documento 8*, nota 8), a partida foi a 9 de março –, do texto de Fernão Lopes de Castanheda (*Documento 33*) e de outras fontes.

⁵ *Negociar*. No italiano: *andare in mercantia*.

⁶ A rota portuguesa ainda não era totalmente conhecida na península itálica. Por isso, o texto dá a entender que, para ir a Calicut, seria necessário passar pelo mar Vermelho e pelo golfo Pérsico. Em abril de 1503, D. Manuel enviou para o Índico nove navios, repartidos em três capitânicas, comandadas, respectivamente, por Afonso de Albuquerque, seu primo Francisco de Albuquerque (que deviam trazer especiarias da Índia) e Antônio Saldanha, que devia vigiar a boca do mar Vermelho, atacando e saqueando os navios mouros. Sobre essa viagem, ver o relatório Leutkirch e a carta de João de Empoli (*Documentos 29 e 30*).

⁷ *Santa Cruz*. Vê-se que, neste texto de 1505, o nome “Santa Cruz” ofusca o de “Vera Cruz”. Mestre João, escrevendo em 1500 (*Documento 7*), e João de Empoli, escrevendo em setembro de 1504 (*Documento 30*), registraram “Vera Cruz”. Pero Vaz de Caminha (*Documento 6*), em 1500, anotou ambos os nomes. Ainda em 1501, em carta enviada aos reis católicos (*Documento 16*), D. Manuel mencionou “Santa Cruz”. A respeito da variação de denominações para o país, ver nota 9, e também *Documento 29*, nota 4, e *Documento 30*, nota 20.

⁸ *Cruz*. O relatório do Português Anônimo (*Documento 8*) refere-se a essa cruz como

Mundo.⁹ Essa terra onde eles fundearam¹⁰ [está] a 14 graus além do Trópico de Câncer,¹¹ pois os marinheiros tomaram a altura com seus quadrantes e astrolábios, porque navegam com instrumentos astrológicos por aquelas partes.¹² Partindo de Cabo Verde, está situada entre os ventos principais poente e libeço,¹³ 400 léguas¹⁴ distante do dito Cabo Verde. Sobre seus habitantes, sua fertilidade, magnitude, condições, se é ilha ou terra firme, temos dado a V.S.¹⁵ plena informação, por outras [cartas] nossas.¹⁶ Partindo a armada dali, o capitão deixou dois cristãos ao acaso.¹⁷ Ele trazia 20 homens condenados à morte pela justiça

sendo de madeira; Castanheda e Damião de Góis (respectivamente, *Documentos 33* e *38*), como de pedra; Jerônimo Osório (*Documento 39*) faz referência a uma coluna marmórea.

⁹ *Terra Nova ou Novo Mundo*. É a primeira vez que um documento deste volume registra “Terra Nova” como sendo um dos nomes pelos quais o atual Brasil era então conhecido. Seria uma confusão do texto? “Terra Nova” (*Newfoundland*), no atual Canadá, foi onde chegou o açoriano Gaspar Corte *Real, em viagem iniciada também em 1500. A respeito da viagem de Corte Real, ver *Documento 18*, “Análise histórica”.

¹⁰ *Fundearam*. No italiano: *sorseno*.

¹¹ *14 graus além do Trópico de Câncer*. No italiano: *ultra il tropico del Cancro gradi XIII*. Aqui há erro ou erros. O monte Pascoal, na Bahia, está a 16,54 graus sul da linha equinocial ou equador, não do Trópico de Câncer. Varnhagen (*Nouvelles Recherches...*, p. 18) acha que deve ser lido 17 graus. O local a 14 graus sul do equador corresponde, na Bahia, à Ponta do Mutá, entre Salvador e Ilhéus. Se forem contados 14 graus do Trópico de Câncer (23 graus norte menos 14 graus dá nove graus norte), o local será o Norte da atual Venezuela, ao sul de Trinidad Tobago. Ver *Documentos 6*, nota 35, e *Documento 7*, nota 8.

¹² A informação deixa claro que o uso de instrumentos náuticos ainda não era generalizado.

¹³ *Poente e libeço*. Oeste e sudoeste. No italiano: *ponente e le bechie*.

¹⁴ *400 léguas*. João de Barros (*Décadas*, Livro IV) registra 450 léguas.

¹⁵ *V.S.* Vossa Sereníssima.

¹⁶ Com esse recurso, o missivista (supostamente o rei português D. Manuel) deixa de referir-se a todos os aspectos citados.

¹⁷ *Dois cristãos ao acaso*. No italiano: *dui chistiani alla ventura*. Peragallo (ver “Fonte”) traduz: *alla ventura* por “à mercê de Deus”. Pero Vaz de Caminha e o Português Anônimo (*Documentos 6* e *8*) registram que são dois degredados, informação

para deixá-los onde melhor lhe parecesse.¹⁸ Desses dois homens, um voltou numa outra armada que mandamos diretamente para aquela terra,¹⁹ que sabia a língua dos indígenas e nos informou de tudo. Dessa terra o capitão fez regressar até nós aquela caravela que transportava virtualhas.²⁰

No segundo dia do mês de maio, partiram em direção do cabo da Boa Esperança. No dia 12 chegaram à vista do dito cabo, 1200 léguas distante da sobredita terra. Esse cabo de Boa Esperança está além da equinocial, a 31 graus:²¹ é aquela terra que Ptolomeu chama de Terra Incógnita, lá nos confins da África. Toda a costa é mui bem povoada de gente não muito preta; é fértil, abunda em frutos de toda a qualidade, e em águas. Pelas observações feitas pelos marinheiros, conheceu-se o pólo antártico, o Canopo, e muitas outras figuras de estrelas. Observações que

atualmente aceita; Castanheda (*Documento 33*) registra “dois bandidos”; João de Barros (*Documento 34*) menciona “alguns degredados”.

¹⁸ Sobre degredados, ver *Documento 6*, nota 147, e *Documento 8*, nota 26.

¹⁹ O texto refere-se a um dos dois degredados que Cabral, antes de seguir para a Índia, deixou no Brasil (um deles, citado na carta de Caminha, chamava-se Afonso Ribeiro), com o objetivo explícito de se misturarem aos indígenas, aprendendo línguas e costumes destes. A certidão de Valentim Fernandes (*Documento 26*, especialmente nota 37) baseou suas informações no relato de dois homens (um deles, provavelmente o citado Afonso Riberito) que haviam permanecido vinte meses no Brasil – ou seja, haviam regressado a Portugal provavelmente na expedição exploradora de 1501/1502, da qual participara Américo Vespúcio. O presente documento confirma o retorno de um degredado do Brasil para Portugal antes de 1505.

²⁰ Segundo João de Barros, Damião de Góis e Jerônimo Osório (*Documentos 34, 38 e 39*), o capitão do navio que regressou com as notícias chamava-se Gaspar de Lemos, versão hoje aceita. Gaspar Correia (*Documento 36*) menciona André Gonçalves, registrando que o navio de Gaspar de Lemos naufragou junto ao cabo da Boa Esperança, como Bartolomeu Dias, Vasco de Ataíde ou Luís Pires, e Simão de Pina.

Nestas notas, são aproveitadas algumas comparações feitas por Prospero Peragallo (ver “Fontes”) entre o texto atual e os de autoria de João de Barros, Damião de Góis, Gaspar Correia, Fernão Lopes de Castanheda e Jerônimo Osório. Para evitar repetições, a partir desse ponto não serão mais citados os números que os documentos destes autores receberam no presente volume.

²¹ O cabo da Boa Esperança está, realmente, a 34,24 graus sul do equador.

eles me trouxeram: aí, por dez noites²² contínuas, viram, em direção à África, um grandíssimo cometa; além disso, viram o arco-íris à meia-noite, coisa inaudita para nós.

No dia 24 do dito mês,²³ navegando com bom tempo para dobrar o dito Cabo, de repente se levantou violentíssimo vento que submergiu quatro dos ditos navios, juntamente com toda a tripulação.²⁴ Dois deles perderam-se; os outros tomaram o vento em popa com velas rasgadas, sartas,²⁵ vergas quebradas e mastros desarvorados. Por cinco dias correram com o tempo.

Por fim, a tempestade tendo acalmado, juntando-se os seis navios e navegando ao longo da costa, chegaram a Sofala. Ela é uma ilha junto da barra de um rio e habitada por muitos mercadores; onde há infinito ouro, vindo do sertão da África e aí introduzido por homens de baixa estatura, mas fortes, muitos deles monstruosos, porque comem carne humana, principalmente de seus inimigos, e têm pequena voz. Da mesma forma, é trazido o ouro à nossa mina em Guiné. Essa ilha é propriedade do rei de Quíloa.

Além dessa ilha, acharam dois grandes navios que vinham da dita Sofala e eram dirigidos ao rei, dos quais nosso capitão tomou posse. Mas, tendo ele sabido que pertenciam ao dito rei, deixou-os navegar livremente, apenas tomando para si um piloto para Quíloa. Chegando a Quíloa,²⁶ cidade principal do dito reino, muito amplo e bem povoado, com salvo-conduto, foi muito honrado pelo dito rei, pois ele tinha cartas nossas escritas na língua arábica e na nossa para o dito rei, com o único fim de nos conceder o resgate e o comércio da dita ilha. E assim foi concedido; porém, como se perderam os dois navios que deviam ficar aí,²⁷

²² *Dez noites*. João de Barros assinala oito dias; Castanheda registra dez dias.

²³ Castanheda e Damião de Góis informam que o dia era 24 de maio, um domingo. João de Barros afirma que a data era 23 de maio.

²⁴ A respeito dos vários naufrágios ocorridos próximo ao cabo da Boa Esperança, ver nota 71 e também *Documento 10*, nota 19, e *Documento 11*, nota 33. Muitos documentos do presente volume referem-se a esses naufrágios.

²⁵ *Sartas*. Cordas fixas nos mastros.

²⁶ *Quíloa*. Sobre a bela e rica ilha de Quíloa, em frente à África Oriental, ver *Documento 16*, nota 30.

²⁷ Trata-se dos navios comandados por Bartolomeu Dias, que naufragou junto ao cabo da Boa Esperança, e por seu irmão Diogo Dias, que se desgarrou da

não fez comércio algum. Quíloa é uma cidade na Arábia,²⁸ situada em uma pequena ilha junto à terra firme, muito bem povoada de homens negros e de negociantes; é edificada ao nosso modo. Aí há abundância de ouro, prata, âmbar, almíscar²⁹ e razoável quantidade de pérolas; eles se vestem com finos panos de seda e algodão.

Saindo dali, navegaram em direção ao reino de Melinde,³⁰ para cujo rei traziam igualmente cartas minhas e embaixada; ele tinha recebido com prazer dom Vasco, que foi o primeiro a descobrir essa costa. Ali no porto de Melinde encontraram três navios de Cambaia, de 200 toneladas cada um: esses navios, na parte superior, são de cana, e a sua querena³¹ é ligada com cordas e calafetada com betume, por falta de pregos;³² e assim são todos os navios daqueles lugares; navegam sempre com vento em popa, porque não podem andar de bolina, e têm o castelo de popa.

O sobredito rei falou com o nosso capitão por meio de intérpretes, ambos em batéis. Estabeleceu-se boa amizade entre nós. Ele deu ao dito capitão um piloto³³ para conduzi-lo até Calicut. Ali ficaram dois outros homens dos condenados,³⁴ um dos quais devia ficar em Melinde, e outro explorar terra adentro. Esses dois reinos Quíloa e Melinde estão aquém do mar Vermelho e confinam com gentios e com o Preste João, chamado abexim³⁵ na

esquadra, indo para o norte da África. Numerosos documentos referem-se a esses episódios.

²⁸ *Arábia*. À época, não se sabia direito onde ficava a Arábia; por isso, às vezes se confundia parte da África Oriental com a Arábia. Ver *Documento 9*, nota 28.

²⁹ *Almíscar*. Substância amarelada e amarga, produzida pela glândula do ruminante chamado almiscareiro e empregada na perfumaria. Vem do persa *mushk* (em latim: *moschus*; em inglês: *musk*) e às vezes aparece no português arcaico como “musgo”.

³⁰ *Melinde*. Ver *Documento 9*, nota 34.

³¹ *Querena*. Parte inferior do navio, desde a quilha até a altura da água.

³² *Damião de Góis* assinala que são navios ou zambucos, nos quais navegavam os mouros.

³³ *Um piloto*. Castanheda corrobora a existência de um piloto; já João de Barros, Gaspar Correia e Damião de Góis mencionam dois pilotos.

³⁴ *Condenados*. João de Barros, Damião de Góis e Jerônimo Osório escrevem “degradados”; Castanheda, “bandidos”.

³⁵ *Abexim*. Abissínio, natural da Abissínia, atual Etiópia, um dos reinos mais antigos da história. Sobre a Etiópia e sua importância no imaginário das grandes navegações, até mesmo do reino de Preste João, ver *Documento 9*, notas 9 e 29.

língua deles, que significa ferrado, porque, com efeito, eles se persignam com ferro escaldado; e assim são batizados sem água.

No sétimo dia³⁶ de agosto, partiram para Calicut. Atravessaram um golfo de 700 léguas³⁷ e chegaram à vista de Calicut no dia 13 de setembro, seis meses depois da sua saída de Lisboa. À distância de uma légua do porto de Calicut, vários cidadãos e gentis-homens do rei foram ao seu encontro, com muita festa; fundearam defronte à cidade e dispararam a artilharia,³⁸ o que foi motivo de grande espanto para eles. Calicut é na Índia uma terra povoada de gentios. Ali há comércio de todas as especiarias e drogas; por isso, acham-se ali mercadores de todos aqueles locais, e várias mercadorias, como Bruges, em Flandres, e Veneza, na Itália.³⁹

No dia seguinte, mandou para terra quatro indianos⁴⁰ que tinha levado de Lisboa, os quais falavam bem a língua portuguesa e que obtiveram licença do rei para que a nossa gente pudesse desembarcar, como o capitão lhes tinha ordenado. Assim desembarcou Afonso Furtado, o qual acertou com o rei para mandar a bordo, como reféns, cinco dos seus mais antigos fidalgos, para que o capitão desembarcasse e tratasse com ele. Assim, o capitão veio à terra, deixando no navio Sancho Tovar no seu lugar.⁴¹ O rei veio à praia e alojou-se em umas casas suas para receber o dito

³⁶ Ao contrário dos outros cronistas, Gaspar Correia registra a data de 17 de agosto.

³⁷ *Golfo de 700 léguas*. Trata-se do oceano Índico, que João de Barros também chama de “golfão”.

³⁸ João de Barros assinala: “mandou salvar [=saudar] a cidade”, enquanto Castanheda escreve: “grande estrépito da artilharia que a saudou”. Teria sido essa a intenção de Cabral – dar salvas à cidade –, ou desejava ele amedrontar os mouros?

³⁹ Calicut era a grande fornecedora de especiarias para a Europa, via árabes até Alexandria, Cairo, Antioquia e Tiro, e dessas cidades até Veneza e Gênova; os mercadores da península itálica distribuíam as especiarias pela Europa. Ver *Documento 5*, nota 2.

⁴⁰ *Quatro indianos*. A relação do Português Anônimo, no seu Capítulo VIII (não incluído neste volume), afirma que Cabral enviou para terra os índios que os lusos haviam trazido de Portugal, os quais eram quatro pescadores gentios; Jerônimo Osório assinala que se tratava de quatro naires, transportados por Vasco da Gama da Índia para Portugal; Damião de Góis e Castanheda registram: quatro malabares, vestidos à moda portuguesa, também levados por Vasco da Gama.

⁴¹ Sancho de *Tovar era o capitão-mor substituto da armada, o segundo homem na hierarquia, após Cabral.

capitão, que foi levado nos braços por alguns gentis-homens do dito rei até à presença do mesmo rei.

O rei estava deitado em um palanquim, coberto com pano de seda vermelha; estava nu da cintura para cima; da cintura para baixo estava coberto com um véu de algodão lavrado de ouro e prata; tinha na cabeça um barrete de brocado, à maneira de capacete antigo; das orelhas pendiam-lhe duas pérolas, grandes como avelãs, sendo uma redonda, e a outra do feitio de uma pêra; trazia dois braceletes de ouro com muitas jóias e pérolas, muitos anéis nas mãos, ornados de gemas preciosíssimas e de muito valor. Ali estava uma grande cadeira, toda de prata, com os braços e o espaldar de ouro, com muitas jóias. Havia também 20 trombetas de prata e três de ouro,⁴² um terço mais compridas do que as nossas e que faziam fortíssimo som. Na sala havia seis grandes lâmpadas de prata, segundo o uso mourisco, que ficavam acesas noite e dia.

Por reverência, ninguém dos presentes pode aproximar-se do rei senão à distância de seis passos. Mas o capitão, ao chegar, aproximou-se mais do que os outros. Sentando-se, deu sua mensagem e entregou as nossas cartas escritas em árabe e em português. Logo mandou vir o nosso presente, que foi o seguinte:

Primeiro, uma grande bacia e um jarro de prata dourada, lavrada com várias figuras; uma grande terrina coberta e uma taça grande de ouro lavradas com figuras; duas maçãs de prata com cadeias; quatro almofadas, sendo duas de brocado e duas de veludo carmesim; um dossel de brocado com franjas de ouro e carmesim; um grande tapete; dois panos de arrás⁴³ finíssimos, um representando flores, e o outro, figuras. O rei recebeu essa dádiva com prazer, porque ali não usam essas coisas. Concluiu-se a paz e amizade. Em confirmação, o rei mandou fazer uma carta em folha de prata batida, com o seu selo feito de ouro,⁴⁴ no estilo

⁴² A relação do Português Anônimo, em trecho não incluído neste livro, assinala: tocavam de 15 a vinte trombetas de prata e três de ouro. Castanheda e Damião de Góis dizem: vinte trombetas, 17 de prata e três de ouro.

⁴³ *Arrás*. Tapeçaria antiga da cidade francesa de Arrás.

⁴⁴ A carta de D. Manuel aos rei católicos, reproduzida em Navarrete (*Colección de los viajes...*), traz: “uma carta escrita em pasta de prata”. Damião de Góis: “o padrão em uma lâmina de ouro, com letras talhadas ao buril, com o seu sinal esculpido”.

de Damasco, segundo o seu costume, a qual me trouxeram; e também outras cartas escritas em folhas de árvores, que parecem folhas de palmeiras, nas quais comumente se escreve. Fazem dessas árvores: açúcar, mel, azeite, vinho, água, vinagre, carvão, cordas e grande mantimento para trazer nos navios.

Em seguida, o rei deu licença ao capitão para voltar a seu navio e enviar para terra os cinco reféns que no navio não haviam comido nada.⁴⁵ Esses reféns, vendo voltar o capitão, receando ser retidos ali, lançaram-se à água: parte deles fugiu para terra; alguns foram tomados pelos marinheiros. O capitão não quis restituí-los senão depois que o rei lhe mandasse Afonso Furtado com oito cristãos e algumas fazendas que tinham ficado em terra. Nessa restituição houve alguma discórdia, pois um não confiava no outro. Feita a restituição, por vontade do rei e do capitão, desceu em terra Aires Correia, que devia ficar ali por feitor; em sua troca vieram para os navios dois sobrinhos de um mercador guzerate.⁴⁶ O dito feitor, depois de dois meses e meio de estada em terra, com seu grande trabalho combinou o tráfico, embora houvesse muitos mercadores, particularmente os de Meca, que não queriam isso. Em consequência dessa convenção, o rei concedeu ao nosso feitor uma casa grande que estava à beira-mar. Tomou posse dela e, içando a nossa bandeira, começou a habitá-la.

Os dois mercadores que estavam no navio voltaram para terra. Em seguida principiou a carregar o navio, porque o rei lhe tinha prometido a carga com preferência a qualquer outro. Estando nessa concórdia, a pedido do rei o capitão mandou uma caravela com 70 homens e uma bombardarda grossa mais artilharia para tomar um grande navio de mouros, a qual passava por ali, armada com 400 arqueiros. Com efeito, tomaram-na e apresentaram-na ao rei, da parte do capitão. Ao rei pareceu coisa maravilhosa que fosse aprisionado por uma embarcação tão pequena. Nesse navio havia muita mercadoria e cinco elefantes ensinados para a guerra,⁴⁷ os quais foram avaliados em 30 mil ducados.

⁴⁵ João de Barros explica que os reféns eram velhos e fracos e não podiam comer segundo a lei deles. Castanheda assinala que os reféns não podiam ficar muito tempo no mar.

⁴⁶ Castanheda afirma que se tratava de um mercador guzerate riquíssimo.

⁴⁷ A carta de D. Manuel para os reis católicos, publicada por Navarrete (*Colección de los viajes...*), assinala "sete elefantes ensinados para a guerra".

No dia 16 de dezembro,⁴⁸ estando o feitor⁴⁹ ocupado em contas de dois navios que já estavam carregados, o nosso capitão teve um navio de mouros que, estando carregado, queria partir às escondidas, pois assim estava tratado com o rei. Logo todos os mercadores se armaram e, levantando rebelião em terra, correram para a casa do feitor, onde estavam cerca de 80 cristãos.⁵⁰ Tendo-a combatido por três horas, finalmente a destruíram, embora muitos mouros tivessem aí perdido as vidas. O feitor, juntamente com os outros, tendo perdido a casa, quis retirar-se para o mar, onde já estavam os batéis dos navios, por se ter ouvido o barulho. Mas, sobrevindo grande multidão de povo, o feitor e 53 cristãos foram mortos.⁵¹ Os outros feridos escaparam.

Nesse tempo, o capitão estava doente.⁵² Sabedor do que tinha acontecido, esperou um dia para ver se o rei lhe mandava pedir alguma desculpa do caso. Vendo, porém, que o rei não se importava com isso, fez tomar dez grandes navios⁵³ que ali estavam. Tendo-os descarregado do que eles continham, encontraram três elefantes, os quais comeram, por falta de mantimentos; mataram a maior parte dos marinheiros, cativaram o resto, e fez queimá-los diante da cidade. Na noite seguinte, mandou que todos os navios que estavam junto à terra se pusessem ao largo. Na alvorada, começaram a bombardear a cidade — que não tem muralhas —, onde produziram grandíssimos estragos, de modo que o rei se viu obrigado a abandonar suas casas.

⁴⁸ 16 de dezembro. João de Barros (*Décadas*, Livro V, cap. VII) registra “16 de novembro”, mas tanto a relação do Português Anônimo quanto Damião de Góis confirmam 16 de dezembro.

⁴⁹ Feitor. O relato do Português Anônimo nomeia “Aires Gaspar *Correia”.

⁵⁰ O relato do Português Anônimo registra setenta homens de capa e espada, dos quais foram mortos mais de cinquenta homens, e também o feitor Aires *Correia. Damião de Góis menciona até setenta homens, dos quais cinquenta morreram ou ficaram cativos.

⁵¹ Dentre os mortos, estava provavelmente o escrivão Pero Vaz de *Caminha.

⁵² João de Barros esclarece que “Pedro Álvares a esse tempo estava com a sezão das quartãs”. Trata-se de sezão ou estação de febre que aparece de quatro em quatro dias, talvez a malária.

⁵³ João de Barros registra: “foram queimadas mais de 15 velas... em que entravam oito navios grossos”.

Em seguida, fizeram-se à vela;⁵⁴ e mataram muita gente com a artilharia em um porto chamado Pandarane.⁵⁵ Resolveram ir para o reino de Cochim, que está 40 léguas⁵⁶ além de Calicut. No caminho encontraram dois navios do rei de Calicut, os quais aprisionaram e queimaram. No dia 24 de dezembro chegaram a Cochim. Foram recebidos com prazer por aquele rei e fizeram acordo com ele. Em 16 dias fizeram o carregamento, porque é desses lugares que as especiarias e drogas vão para Calicut. Esse rei é poderosíssimo; só dois mercadores tinham 50 bons navios para enfrentar o rei de Calicut. Ele mandou ao navio dois gentishomens⁵⁷ seus – em troca de sete homens nossos, que foram para terra negociar – que trocavam de veste cada vez que queriam comer; pois, comendo eles no mar, já não podiam apresentar-se ao rei, segundo a sua lei.

Nesse reino há muitos cristãos da conversão de S. Tomé, cujos sacerdotes seguem a vida apostólica com muita devoção e rigor.⁵⁸ Têm igrejas onde somente há a cruz; celebram⁵⁹ com pão ázimo e vinho, que fabricam com uva-passa e água, por não ter outra coisa; todos os cristãos usam cabelo e barba, que nunca cortam. Aí souberam que o corpo de S. Tomé está longe de Cochim 150 léguas, na costa do mar, em uma cidade chamada Meliapur, mui pouco povoada; trouxeram terra do seu sepulcro, que, pelos muitos milagres, é frequentado pelos cristãos e por todas aquelas nações. Outrossim, trouxeram para aqui dois sacerdotes cristãos,⁶⁰ os quais, com permissão de seu prelado, vieram para ir a Roma e a Jerusa-

⁵⁴ *Fizeram-se à vela.* Começaram a navegar.

⁵⁵ *Pandarane.* No italiano: *Fundarane.*

⁵⁶ *40 léguas.* O relato do Português Anônimo, João de Barros e a carta de D. Manuel publicada em Navarrete (*Colección de los viajes...*) assinalam trinta léguas. Castanheda registra 19 léguas. Na realidade, Cochim está cerca de 180 quilômetros ao sul de Calicut, o que significa cerca de trinta léguas.

⁵⁷ João de Barros registra “quatro pessoas honradas” como reféns. O relato do Português Anônimo assinala “dois homens dos principais, com outros mercadores”.

⁵⁸ Castanheda (Livro I, cap. 39) estende-se longamente sobre esses cristãos da Índia, descendentes dos conversos por São Tomé, que seguiam costumes muito estritos.

⁵⁹ *Celebram.* Rezam a missa.

⁶⁰ *Cristãos.* Outros textos mencionam esses cristãos, mas não especificam que fossem sacerdotes.

lém, pois crêem que a Igreja de S. Pedro é mais bem governada que a sua própria. Souberam, também que, além da dita casa de S. Tomé, há muitas povoações de cristãos, que vão em peregrinação ao dito santo. São homens brancos e de cabelos louros, olhos verdes, e são fortíssimos; a sua principal terra chama-se Malchina, donde vêm jarras grandes e bonitas de porcelana; almíscar, âmbar e pau aloés, que tiram do rio Gange, que corre na terra deles.

Estando já carregados os ditos navios, apareceu uma armada do rei de Calicut, com 80 velas⁶¹ e 15 mil homens, pelo que o nosso capitão fez-se à vela, deixando em Cochim os sete cristãos e trazendo consigo, como reféns, os dois gentis-homens, com intenção, porém, de voltar. Mas, visto que tinha bom tempo, resolveu regressar [a Lisboa]: é por isso que os dois mouros e os dois sacerdotes estão aqui no reino. Ele não quis atacar a dita armada de Calicut por levar os navios carregados e com pouca gente, e por ser grande o caminho, pois estavam 4000 léguas distantes de Lisboa.

Partindo no dia 15 de janeiro de 1501, passaram diante de um outro reino chamado Cananor,⁶² aquém de Calicut, cujo rei mandou oferecer carga ao capitão, dando-lhe tudo a crédito até ele voltar novamente. O capitão, agradecendo-lhe, não tomou senão 100 cântaras⁶³ de canela, que fez pagar logo, e que os mouros trouxe-

⁶¹ O relato do Português Anônimo menciona oitenta e 85 velas, dentre as quais 25 muito grandes. João de Barros registra sessenta velas, das quais 25 eram grandes (grossas). Damião de Góis aponta “20 grandes navios e outros”; já Castanheda escreve: “25 grandes navios, mais outros de serviço”.

⁶² João de Barros afirma que Cabral chegou a Cananor no dia 15 e partiu no dia seguinte. Cananor fica cerca de 100 quilômetros ao norte de Calicut.

⁶³ 100 cântaras. No italiano: *cento cantara*. *Cantara* às vezes é traduzido por “quintais”, mas o Português Anônimo traz “cem barchara [baar, bacar ou bahar] de canela, que são quatrocentos chantaras”. Castanheda e Damião de Góis mencionam apenas quatrocentos quintais, sem referir-se a “cem”. Um adendo ao relato do Português Anônimo traz uma lista de pesos e medidas usados pelos indianos; assinala aí que um bahar equivale a quatro cantaras ou cerca de vinte faracolas (sendo que cada faracola corresponderia a 24 e $\frac{3}{4}$ arráteis; cada arrátel, a 459 gramas). Assim, um bahar equivaleria, naquela época, a cerca de 220,3 quilos, e 100 bahar seriam 22.030 quilos. Nos cálculos de Vitorino Magalhães Godinho (*Os descobrimentos e a economia*, v. II, p. 196), um quintal equivalia, nos primeiros decênios de 1500, a 51,4 quilos. Assim, quatrocentas cântaras ou quintais corresponderiam a 20.560

ram em seus batéis para o navio. E [o rei] enviou um seu gentil-homem⁶⁴ com carta e mensagem, o qual está aqui. Deste nosso reino os reféns de Cochim escreveram ao rei deles e aos seus parentes; igualmente, o capitão escreveu aos nossos cristãos que lá tinham ficado.

No dia seguinte o capitão navegou para Melinde. No último dia de janeiro, encontraram um grande navio carregado de mercadorias, o qual, por pertencer ao rei de Cambaia, deixaram ir, tomando um piloto⁶⁵ para Melinde. A 12 de fevereiro, perto da meia-noite, um dos nossos navios, de 200 toneladas, bateu em um baixio,⁶⁶ salvando-se os homens, tendo por capitão Sancho Tovar. Por isso, ficaram cinco navios, um dos quais o nosso capitão mandou para Sofala para dela informar-se bem. Em seguida, por causa da tempestade, perderam de vista um outro navio.

Finalmente, no dia da Páscoa de maio, três navios dobraram o cabo da Boa Esperança,⁶⁷ e chegaram a Beseguiche,⁶⁸

quilos. Prospero Peragallo traduz por “cem arroba”. Naquela época o sistema de pesos e medidas variava muito dentro de uma mesma região, e muito mais quando se tratava de países diversos. Sobre a medida, ver mais no *Documento 9*, nota 61.

⁶⁴ *E [o rei] enviou um seu gentil-homem*. No italiano: *et hanno mandato un suo gentilhomo* (e mandaram um seu gentil-homem). João de Barros registra que o rei de Cananor, sabendo que Cabral levava dois embaixadores do rei de Cochim, mandou também um embaixador, levando alguns presentes, para o rei D. Manuel.

⁶⁵ João de Barros acrescenta que o piloto tomado era guzerate.

⁶⁶ *Bateu em um baixio*. No italiano: *dete in seco* (deu em seco). Segundo João de Barros, um forte vento empurrou o navio de Sancho de *Tovar para um baixio; Damião de Góis afirma que uma tormenta levou o navio para a costa.

⁶⁷ O relato do Português Anônimo explica que a esquadra sofreu uma tormenta e perdeu um navio de vista, ficando juntos três; depois de passar pelo cabo da Boa Esperança, no dia de Páscoa, desembarcou na parte do cabo Verde chamada “Besenegue” (Beseguiche), onde encontrou “três navios que el-rei de Portugal mandara para descobrir a terra nova que nós tínhamos achado quando íamos para Calicut”. Era a primeira expedição exploradora portuguesa ao Brasil, da qual participava Américo Vespúcio (ver *Documentos 9*, 23, 27 e 28). Ali a esquadra encontrou Diogo Dias, que havia desaparecido na viagem de ida, durante o naufrágio de quatro navios no cabo da Boa Esperança. Desgarrado, Diogo *Dias passou por uma ilha que chamou de São Lourenço (atual Madagáscar), navegou até o norte da África Oriental, regressando até cabo Verde, onde esperou pelo restante da expedição de Cabral.

⁶⁸ *Beseguiche*. No italiano: *Bezebiche*.

junto ao cabo Verde. Aí calafetaram os navios. Daí a pouco, chegou aquele que tinha desgarrado por último, e também aquele que havia enviado a Sofala, cujo capitão disse que tinha mandado a Sofala um cristão, com um mouro por refém; esperou por três dias; não tendo tido notícia dele, resolveu partir, trazendo a nós o mouro, o qual, como acima dissemos, nos deu boa informação da dita terra. Em seguida, largaram para Lisboa e chegaram a 21 de julho⁶⁹ de 1501, trazendo especiarias e boas drogas por bom preço.

Agora chegou um dos dois navios que se desgarraram ao dobrar o cabo de Boa Esperança – onde submergiram os quatro navios –, o qual navio, por causa da tempestade, correu até ao mar Vermelho; e, tendo aí perdido o batel e a maior parte da tripulação, milagrosamente tornou com sete pessoas, trazendo boa soma de vasos de prata, que compraram naquelas partes.⁷⁰ De modo que, de 12 navios que saíram para a Índia, retornaram apenas seis:⁷¹ os outros perderam-se. As distâncias dos lugares, a qualidade das costas, altura e a navegação que se faz nessa viagem, Vossa Sereníssima Senhoria poderá perfeitamente conhecer pela carta de marear que lhe envio.

Naquele mesmo ano, a dez do mês de abril, não tendo notícia daquela primeira armada, mandei às sobreditas partes outros

⁶⁹ *21 de julho*. As datas variam, conforme os documentos. O relato do Português Anônimo anota: “fim de julho”; João de Barros: “véspera de São João Batista”; Damião de Góis: “derradeiro dia de julho”; Castanheda: “o segundo dia de julho”; Jerônimo Osório: “1º de agosto”.

⁷⁰ Trata-se do navio de Diogo *Dias, que se encontrou com a expedição no arquipélago de Cabo Verde, mas retardou sua chegada a Lisboa. O relato do Português Anônimo diz que o navio chegou um dia depois do retorno da expedição, bem como o navio de Sancho de *Tovar, que havia passado por Sofala. João de Barros confunde Diogo Dias – que chama de Pero Dias – com Pero de Ataíde.

⁷¹ A expedição completa era composta de 13 navios, contando-se o navio de mantimentos, que retornou do Brasil para Lisboa. Desse total, perderam-se seis, cinco na ida e um no regresso (o de Vasco de *Ataíde ou Luís *Pires, perto de cabo Verde; e os de Bartolomeu *Dias, Simão de *Pina, Aires Gomes da *Silva e Vasco de Ataíde ou Luís Pires, no naufrágio junto ao cabo da Boa Esperança; e o navio de Sancho de *Tovar, perto de Melinde (Tovar tomara um navio menor, para ir até Sofala). Contando-se o navio de mantimentos, regressaram sete navios.

quatro navios bem equipados,⁷² os quais, porque já havia notícia daquela terra chamada de Santa Cruz,⁷³ foram lá para tomar refresco,⁷⁴ porque certamente dita terra é muito necessária para tal viagem.⁷⁵ Dali passaram o cabo de Boa Esperança; não encontrando nenhum dos nossos navios, foram sem demora até à Índia.

Indo a caminho de Calicut, encontraram dois navios de mouros carregados de especiarias e drogas, que iam para Meca, dos quais se apoderaram;⁷⁶ souberam da guerra e a discórdia que houvera entre a nossa armada e o rei de Calicut; pois eles aí tinham feito o carregamento; logo o capitão dos ditos quatro navios, que foi Gonçalves Maletta,⁷⁷ fez descarregar os ditos dois navios. Parte da tripulação desembarcou, parte reteve como cativa, e queimou os navios. Nesses navios havia uma judia de Sevilha, que lhe disse como tinha fugido da Espanha, por causa da inquisição na Barbária⁷⁸ e Alexandria do Egito, de onde foi ao

⁷² Trata-se da expedição de João da *Nova, composta de quatro navios (três naus e uma caravela), comandados por João da Nova, Diogo Barbosa, Francisco de Novais e Fernão Vinet (este último, navio de propriedade do florentino Bartolomeu *Marchionni), que D. Manuel mandara armar no mês de março de 1501, com destino à Índia. Sobre essa viagem, ver *Documentos 21* e *22*. Damião de Góis afirma que essa expedição partiu no dia 5 de março. Gaspar Correia informa que os navios (dois do rei e dois de mercadores) saíram no dia 1º de março.

⁷³ *Santa Cruz*. Depois dos tripulantes de Cabral, foram os membros da expedição de João da Nova os primeiros lusitanos a pisar na Terra de Santa Cruz. Gaspar Correia, contudo, assinala: “fizeram seu caminho ao longo da costa do Brasil, que era já toda descoberta por muitos navios que lá iam tratar; e foram de longo até o cabo de Santo Agostinho, e daí foram atravessando para o cabo de Boa Esperança”.

⁷⁴ *Tomar refresco*. Descansar. Nesses períodos de descanso, os navios costumavam também abastecer-se de água doce e alimentos.

⁷⁵ Na carta de D. Manuel aos reis católicos: “porque é mui conveniente e necessária para a navegação da Índia”.

⁷⁶ João de Barros diz que a expedição “topou duas naus, uma das quais [...] se pôs a salvo, e a outra, ele tomou”. Gaspar Correia registra que “vindo a armada de seu caminho para Cananor, toparam duas grandes naus que iam de Calicut carregadas para Meca, as quais fizeram amainar”. Damião de Góis: “ir a Cochim, no qual caminho tomou por força uma nau de Calicut”.

⁷⁷ *Gonçalves Maletta*. Nome errado. O capitão-mor da frota era João da *Nova.

⁷⁸ *Barbária*. Região do Magreb, no norte da África. Ver *Documento 11*, nota 13.

Cairo e daí à Índia⁷⁹ – a qual, no tempo da discórdia dos nossos navios com o rei de Calicut, estava em terra e soubera que o rei foi a causa dessa discórdia, porque os mercadores o persuadiram de que a nossa gente eram uns ladrões e que iam para destruir a terra; disse, também, que tinham ficado em Calicut alguns cristãos mal feridos e cativos. Poucos dias depois, como nosso capitão negou-se a desembarcá-la, essa judia lançou-se ao mar e afogou-se. Por causa dessas notícias, não deixaram de ir adiante.

Tendo chegado à entrada do porto de Calicut, descarregaram toda a artilharia, que fez submergir três navios dos que estavam no porto. Em seguida, fingiram fugir. Não muito longe, aprisionaram um navio do rei de Calicut, do qual tiraram certas jóias de muito valor, as quais me têm trazido: 1500 pérolas pelo preço de 8000 ducados; três instrumentos astrológicos de prata, não conhecidos pelos nossos astrólogos, grandes e muito bem trabalhados, que muito estimei. Dizem que o rei de Calicut tinha enviado o dito navio para uma ilha chamada Saponin, para obter esses instrumentos. Tomaram um bom piloto e uma carta de marear nessas partes; agora esse piloto está aqui comigo, e faço-lhe ensinar a nossa língua para poder explicar os ditos instrumentos astrológicos. O resto da tripulação do dito navio, juntamente com ele, mandou que se queimasse diante do porto de Calicut.

O rei, sabendo disso, mandou que em Pandarane,⁸⁰ porto de mar, se armassem alguns navios para agredir os nossos quatro – que nunca se afastaram da costa de Calicut, por 20 dias, fazendo o maior dano que podiam. Tendo visto a dita armada, o capitão foi ao seu encontro, sabendo que os navios de mouros não andam de bolina. Portanto, aos 15 de dezembro⁸¹ do dito ano, depois do meio dia, 16 léguas mais ou menos de Calicut, entraram em guerra,⁸² tendo aquela armada a sotavento, que era pouco. No

⁷⁹ O relato do Português Anônimo registra: “achamos uma judia de Sevilha, a qual veio pela via do Cairo e de Meca”.

⁸⁰ *Pandarane*. No italiano: *Pendarane*.

⁸¹ *15 de dezembro*. Damião Góis assinala: “aos 16 dias de dezembro”. Castanheda: “no dia seguinte, que eram 16 de dezembro”.

⁸² *Entraram em guerra*. No italiano: *furmo alle mani* (foram às mãos). Damião Góis afirma que eram oitenta paraus do rei de Calicut.

primeiro encontro, meteram no fundo dois navios,⁸³ por serem eles, como acima disse, frágeis e feitos de canas; depois, com a artilharia e fogo bateram e queimaram outros três. Sobrevindo a noite, deu-se por finda a batalha. Graças a Deus, nenhum dos nossos marinheiros morreu, embora alguns tivessem sido feridos pelas setas, e isso foi porque nunca deixaram os inimigos abordar, como eles porfiavam.

Na manhã seguinte, a dita armada tinha desaparecido completamente. Por isso, foram para Calicut e no porto encontraram a dita armada, em ordem de defesa. O capitão, tendo esperado por cinco dias contínuos, que ela saísse, e ela não querendo nunca sair, deliberou regressar a Lisboa, não confiando em ninguém para desembarcar, mesmo que a isso o convidasse o rei de Cananor, nosso amigo – mas o capitão não sabia disso.

Portanto, em 20 de janeiro de 1502, fizeram-se à vela para o nosso reino. Dobrando o cabo de Boa Esperança, por causa de tempestade, desgarrou-se um navio, de que até agora não temos notícia. Cremos que se perdeu. Depois, com vento próspero, chegaram os outros três ao nosso porto a 11 de setembro do dito ano,⁸⁴ com aquelas especiarias, drogas, jóias e pérolas que encontraram nos três navios que tomaram.

Antes que houvesse notícia desses navios, temendo que se tivessem perdido, naquele mesmo ano de 1502, no dia três de março, mandei uma outra armada àquelas partes: foram 25 navios,⁸⁵ 12 nossos e 13 de mercadores, sendo o menor de 200 toneladas.

⁸³ *Dois navios*. João de Barros assinala: “meteram no fundo cinco naus grossas e nove paraus”.

⁸⁴ Gaspar Correia: “partiram para Lisboa, onde chegaram em agosto de 1502”. João de Barros, Damião de Góis e Jerônimo Osório registram 11 de setembro de 1502.

⁸⁵ João de Barros (*Décadas*, Livro VI, cap. I) refere-se a uma frota de vinte velas que partiu em março de 1502; já no Capítulo II, o mesmo autor muda a data de partida dessa expedição para 10 de fevereiro. Castanheda afirma que Vasco da Gama partiu de Lisboa no dia 3 de março, com 13 naus grandes e duas caravelas, e que, além disso, se preparavam em Portugal mais cinco grandes naus para partir. Damião de Góis menciona 15 velas, saídas no dia 1º de abril, tendo o rei mandado preparar mais cinco. Gaspar Correia registra dez naus grandes mais cinco caravelas latinas, e afirma que a armada partiu em março, no dia de Nossa Senhora.

O capitão dessa armada foi Pedro Álvares Cabral,⁸⁶ que tinha sido capitão da primeira armada. Ordenei que seis dos ditos navios ficassem às portas do mar Vermelho, para não deixar nenhum navio sair; e que os outros fossem a Calicut e, sem condições de paz, fizessem aí todo o dano que pudessem; e tomassem carga em Cochim ou em Cananor, conforme melhor entendessem; e que em tempo oportuno nos enviassem dez dos ditos navios carregados, e o resto ficasse para fazer guerra a Calicut. Partindo, levaram aqueles dois reféns de Cochim e o mensageiro de Cananor, que tinham vindo com a primeira armada,⁸⁷ os quais se foram muito contentes e com propósito de voltar. Todos esses navios chegaram aonde os mandei: seis, às portas do estreito do mar Vermelho, dos quais foi capitão Rodrigo Palares.⁸⁸ Em seguida, deles darei informação a Vossa Majestade. Os outros foram primeiro ao rei de Cananor, a quem mandei cartas pelo dito mensageiro dele. Foram bem recebidos por ele; confirmou-se a amizade. O capitão não tomou coisa alguma, querendo antes de tudo ir a Calicut e a Cochim. Portanto, foi a Calicut com 19 navios, onde, por muitos dias, causou, em terra e no mar, um dano inestimável: não quis ouvir nada, embora o rei lhe tivesse oferecido condições de paz.

Depois foi ao rei de Cochim. Foi recebido com prazer, desembarcou os dois reféns que tinha; por meio deles, tendo outros reféns, o capitão saltou em terra e achou o meu feitor com os sete cristãos que ficaram e que foram bem tratados. Ao dito rei entregou as nossas cartas e o presente infra-descrito,⁸⁹ em reconhecimento da boa acolhida que tinha dado à nossa primeira armada: uma coroa de ouro com esmaltes e jóias; um colar de ouro lavrado em elos, em forma de lua; dois jarros grandes de prata para

⁸⁶ *Cabral*. Estava tudo preparado para que Pedro Álvares *Cabral comandasse essa expedição, mas foi Vasco da *Gama quem se tornou o capitão-mor da frota. Esse parece ter sido o motivo maior do afastamento entre os dois navegadores, até então muito amigos.

⁸⁷ *Primeira armada*. Trata-se da armada de Cabral, que foi a segunda a ir para a Índia.

⁸⁸ *Rodrigo Palares*. Nome desconhecido. João de Barros menciona um capitão chamado Fernão Rodrigues Badarças; Gaspar Correia registra João Rodrigues Badarças. Os três nomes podem referir-se ao mesmo capitão.

⁸⁹ *Infra-descrito*. No original italiano: *infrascripto*.

aparador, bem trabalhados; dois grandes e finos tapetes; dois panos de rás lavrados com figuras; uma tenda de campanha, com todos os seus pertences, bem trabalhada; uma peça de cetim carmesim; e uma de sendal.⁹⁰ As quais cousas foram muito caras ao dito rei, particularmente quando viu a dita tenda armada no campo aberto. Aí assinaram paz e concórdia.

O rei entregou uma casa ao nosso feitor com ampla licença para negociar no que quisesse. Além disso, mandou-me cartas e o presente infra-descrito: duas pulseiras de ouro com muitas jóias, segundo o seu costume; um candelabro de prata, com dez palmos de altura, bem lavrado; duas peças de pano de algodão finíssimas e brancas; uma pedra grande como avelã, que o rei me escreveu ser tirada da cabeça de um animal raríssimo, que eles chamam Burgoldof, contra todo tipo de veneno.⁹¹ Ali carregaram sete navios de especiarias e drogas, comprando também algumas jóias. Com a dita armada enviamos dois joalheiros italianos,⁹² vindos de Roma. Eu queria que eles ficassem ali para comprar jóias por nossa conta; porém, eles, logo que desembarcaram, fugiram para o rei de Calicut; temos sabido que exercitam a arte de fabricar artilharia.⁹³

Daí partiu a armada, deixando o feitor e alguns cristãos. Passando por Calicut, tomaram algumas pessoas no litoral, entre as

⁹⁰ *Sendal*. Tecido transparente, raro à época, que servia para cobrir principalmente o rosto.

⁹¹ Castanheda assim explica: “uma pedra do tamanho de uma avelã que se encontra na testa de um animal que os índios chamam de Bulgodalf”.

⁹² *Dois joalheiros italianos*. Castanheda informa que se tratava de lapidários de Milão que estavam com o feitor.

⁹³ Segundo Castanheda, o Samorim de Calicut fez grandes mercês aos italianos, porque estes o ajudaram nas questões de artilharia. Damião de Góis conta o que aconteceu com os italianos, no tempo do vice-rei português D. Lourenço: “Nesse tempo [1506], veio ter com ele [Dom Lourenço] um homem por nome Luiz Varthema, natural de Bolonha, na Lombardia [...] o qual [...] vinha de Calicut para avisar o vice-rei de como el-rei de Calicut fazia uma grossa armada [...] e que além disso lhe trazia recado dos milaneses [...] arrependidos do que tinham feito como cristãos que eram, queriam reconciliar-se com Deus e vir para o serviço de el-rei de Portugal [...] assentaram os milaneses de vir para os nossos, mas o trato foi descoberto, e eles ambos mortos pelos mouros”.

quais estavam dois daqueles cristãos que na primeira armada ficaram feridos – e que agora estão no nosso reino –, os quais, juntamente com aqueles que tinham ficado em Cochim, nos informaram sobre os costumes e modos de vida daquele país, por ter vivido durante esse tempo nas próprias casas dos mouros. A dita armada chegou a Cananor, onde, de acordo e em boa amizade, carregou outros três navios.

Assim, a 28 de dezembro do dito ano de 1502, dez navios⁹⁴ carregados partiram juntos para Lisboa. Na vinda, desgarrou-se um deles – sabemos que se perdeu na costa da terra de Santa Cruz⁹⁵ –, e os outros chegaram salvos no dia 1º de setembro de 1503, com muitas especiarias. Se Deus quiser, temos a intenção de mandar um navio desses à costa da Espanha, um outro, à costa da Itália, até Veneza, para que se saiba que as armadas e nossas despesas não são infrutíferas. Todos os outros nossos navios ficaram lá, conforme tínhamos ordenado.

Os costumes e modo de vida em Calicut e Índia, segundo informações dos dois cristãos resgatados, e os de Cochim, são os seguintes: Calicut é cidade em terra firme, empório das mercadorias da Índia. Está na altura de cinco graus,⁹⁶ é grande e não tem muralhas; as casas são edificadas com cal e mármore, dispersas, cobertas de palmeiras e de madeiras lavradas, com algumas figuras. O povo não é muito negro; têm jardins abundantes de todo o tipo de frutos, com fontes, onde se banham, pois têm obrigação de lavar-se três vezes por dia. O rei e os gentis-homens são idólatras, chamados Chafer; estes andam nus da cintura⁹⁷ para cima, cobrem-se com panos de lã e trazem sempre espada nua e adarga, as quais espadas são mais largas em cima do que em qualquer outra parte; os escudos são redondos, muito leves e de várias cores. Todos eles são gentis-homens e trazem brincos com jóias nas orelhas furadas. Têm mais de uma mulher; por isso, não se importam com sua castidade. As mulheres andam igual-

⁹⁴ *Dez navios*. Damião de Góis e Castanheda mencionam 13 navios.

⁹⁵ Segundo Damião de Góis, ocorreu um temporal “com que se perdeu da frota a nau de Estevão da Gama, e dom Vasco chegou com outras a Lisboa ao 1º dia de setembro do ano de 1503”.

⁹⁶ *Cinco graus*. Na realidade, está a 11,15 graus norte.

⁹⁷ *Cintura*. No italiano: *mezzio* (meio).

mente nuas, como os homens, e têm cabelos bonitos e soltos; as virgens praticam a luxúria com os homens o mais cedo possível, porque, de outro modo, não achariam maridos; quando alguém se casa, quer primeiro que um de seus sacerdotes durma com ela; reputam grande falta manchar-se com o sangue de quem eles amam. As mulheres não comem senão duas vezes por dia: comem arroz, leite, manteiga, açúcar, fruta e não bebem senão água; lavam-se antes da comida e, se elas forem tocadas por alguém que não seja lavado, é preciso que tornem a lavar-se; e nisso usam curiosas cerimônias. Pela manhã, cada um masca, podendo, betel, que faz os beijos avermelhados e os dentes pretos; estando de nojo,⁹⁸ abstém-se dessa erva, por um certo tempo.

O rei tem duas mulheres, cada uma acompanhada por alguns sacerdotes, que, na ausência do rei, dormem com elas. Por isso, os filhos do rei não lhe sucedem no trono, mas sim, os sobrinhos, filhos de irmãos. Na casa do rei há muitas mulheres, que varrem e lavam os lugares aonde o rei vai, fazendo isso com panos finíssimos e lavrados. O rei é transportado em um palanquim que chamam de andor, levado por homens; andam ao redor músicos com vários instrumentos e muito povo. Ninguém pode aproximar-se dele senão à distância de três braças,⁹⁹ pois ele não pode ser tocado senão por algumas determinadas pessoas. Quem fala com ele fica com a cabeça baixa e com as mãos diante da boca; fazem-lhe cortesia, juntando as mãos sobre a cabeça. Os mecânicos¹⁰⁰ e os de baixa condição não o podem ver nem falar-lhe. O rei, os gentis-homens e as mulheres, quando morrem, são queimados. O rei é queimado com madeira de sândalo; o resto da gente é enterrada, espargindo cinzas sobre os ombros e as cabeças dela. Usam o cabelo e barba rapados, deixando só bigodes compridos. São grandes feiticeiros. Escrevem em folhas que parecem de palmeiras, com uma pena de ferro; não usam tinta.

Os negociantes chamados guzerates de Cambaia, moradores em Calicut, são idólatras, como os de Calicut; assim, é morto

⁹⁸ *De nojo*. Com enjôo ou náusea, provocada por diversas causas, como gravidez, enxaqueca, período menstrual, razões emocionais, etc.

⁹⁹ *Três braças*. Cerca de 6,5 metros.

¹⁰⁰ *Mecânicos*. Aqueles que se dedicavam aos ofícios mecânicos. Pessoas humildes; trabalhadores.

quem dentre eles mata um boi; eles não comem coisa alguma que possa morrer,¹⁰¹ nem bebem vinho – quem o bebe por engano, mesmo sendo criança, é expulso da sua casta. São mais brancos que os naturais de Calicut; trazem barba e cabelos compridos, que atam, como as nossas mulheres. São castíssimos: cada homem tem uma só mulher. Negociam com panos de algodão, linho e jóias.

Há outros que são negros, chamados gentios. São idólatras, muito luxuriosos. Negociam com jóias, pérolas, ouro e prata. São muito dados a feitiços, por isso dizem como falam à vontade com os espíritos. Ali há mouros de Meca, da Turquia, da Babilônia, da Pérsia e de outras partes. Por isso, há comércio de todas as mercadorias, como jóias, pérolas, miçangas, almíscar, âmbar, benjoim, incenso, pau, aloés, porcelana, ruibarbo, cravo, canela, sândalo, laca, noz-moscada, macis, gengibre, pimenta, tamarindos, mirabolanos, cássia e muitas outras mercadorias. Os pesos, medidas e preços dessas coisas, diremos por outras cartas nossas. Aqui correm ducados de ouro venezianos e moedas de ouro, de prata e de metal. A uma moeda de prata dão o nome de fanão; e 20 fanões valem um ducado. Tara é uma outra moeda de metal, e 15 delas valem um fanão.

No mês de novembro saem de Calicut os navios para Meca com especiarias, que são conduzidas por terra ao Cairo e à Alexandria, onde são carregados para Veneza. Terra adentro há outro reino de idólatras, confinante com Calicut, a que chamam Narsinga,¹⁰² abundante em cavalos e elefantes ensinados para a guerra; nesse reino as mulheres são queimadas sobre a sepultura dos maridos.

No mencionado ano de 1503 não mandamos nenhum navio para essa viagem, porque estávamos esperando notícias dos 25 navios que tínhamos mandado no ano precedente.¹⁰³ Depois que chegaram as notícias, no mencionado mês de setembro, já não havia tempo para enviá-los até ao ano seguinte, 1504, como com efeito mandamos e mais abaixo informaremos a Vossa Majestade. Mas o dito nosso capitão, que estava na Índia com os 25 na-

¹⁰¹ Isto é, não comem animais. Os vegetais estavam excluídos.

¹⁰² *Narsinga*. No italiano: *Narsingua*.

¹⁰³ Essa informação não é verdadeira. Ver nota 6.

vios, não se descuidou tanto que no ano de 1504 não me mandasse seis navios carregados de especiarias, que chegaram no dia 28 de agosto do mesmo ano 1504, dois dos quais eram daqueles que estão no estreito do mar Vermelho. Os outros quatro pertenciam à armada do capitão.

Por esses quatro navios soubemos como em todo aquele tempo o nosso capitão tinha estado em guerra contra o rei de Calicut, causando-lhe grande dano e afronta, de modo que não havia navio que se atrevesse a ir a Calicut, e que o dito rei lhe tinha por mais de uma vez mandado pedir paz, mas o capitão não quis ouvi-lo. Nesse tempo, ele queimou 21 navios à vista do porto de Calicut, tirando deles tantas drogas e especiarias que carregou os ditos seis navios. Também me enviou seis jarras excelentíssimas e grandes de porcelana; quatro ânforas grandes de prata, com algumas outras jarras do uso deles para aparador; um enfeite de ouro pertencente a seus ídolos, tendo dois palmos de comprimento, com muitas pedras finas, dentre as quais havia um carbúnculo finíssimo, do valor de um ducado de ouro, ou pouco mais; uma imagem de um seu ídolo, muito disforme, mas de ouro, pesando perto de 30 arráteis,¹⁰⁴ com duas esmeraldas finas e bem encastoadas nos olhos. Esses objetos vieram nos quatro navios da armada do capitão.

Os dois [navios] que foram ao estreito do mar Vermelho, dizem que causaram grande pavor em todas aquelas partes, e que jamais saiu nem entrou nenhum [navio] no estreito; embora a armada do Sultão tivesse vindo para apresá-los, ela se foi, tendo perdido algum navio. Assim, durante esse tempo queimaram 16 navios grandes. E quando saíram, ouviram dizer que o Sultão preparava uma grande armada, onde estavam muitos cristãos como bombardeiros, muita artilharia e galés sutis. Mas em breve, se Deus quiser, daremos providência a isso.

Trouxeram-me, dos navios que queimaram, entre outras coisas, perto de 500 arráteis de pérolas miúdas e perto de 40 arráteis de pérolas, sendo cada uma de valor; oito conchas com as próprias pérolas dentro, duas das quais envio a Vossa Sereníssima Majestade, pois assim poderá avaliar o tamanho e a qualidade delas;

¹⁰⁴ *Arráteis*. O arrátel era medida de peso, equivalente a 16 onças ou cerca de 459,5 gramas; trintas arráteis seriam 13,78 quilos.

um diamante em forma de pêra, grosso como fava grande, e algumas outras jóias; dois leões, grandes e domesticados como cães, e juntamente dois mouros para governá-los; dois cavalos persas, um baio estrelado e outro branco com malhas, não muito grandes, mas de boa estampa, e mais corredores de quantos até agora tenho visto; e outros animais nunca vistos nas nossas terras.

Além disso, por ter percorrido toda a costa, desde Melinde até Calicut, nos informaram sobre as particularidades infra-escritas daquelas terras. Primeiro, há o reino de Mogadíscio, cidade grande e bonita, com abundância de cavalos, mas de pouco comércio. Mais adiante, há uma ilha chamada Socotra,¹⁰⁵ povoada e com uma ponte de milha e meia de comprimento, que a liga à terra firme. Em seguida, está o estreito do mar Vermelho, de seis milhas de largo, no qual os nossos navios ainda não entraram. Do outro lado é o mar da Pérsia, onde há uma ilha chamada Gulfar,¹⁰⁶ abundante em pérolas de todo o tipo. À entrada desse mar há uma outra ilha de nome Ormuz,¹⁰⁷ onde se encontram pérolas infinitas e cavalos que em todas aquelas regiões são muito apreciados. Essas duas ilhas pertencem a um rei mouro. Em seguida, encontra-se Cambaia, propriedade de um grande e poderoso rei; [é] terra fertilíssima de cereais, cera, açúcar, incenso, panos de seda e de algodão, cavalos e muitos elefantes. Esse rei foi idólatra, mas há poucos anos tornou-se maometano. É uma cidade muito comercial por confinar com a Arábia e Índia. Por aquela

¹⁰⁵ *Socotra*. No italiano: *Zugaterra*, também chamada “Zocotorina” e “Dioscoriada”. A ilha de Socotra localiza-se no oceano Índico, estrategicamente à entrada do estreito de Meca; era importante ponto de ligação do comércio do mar Vermelho com o golfo pérsico e principalmente com a Índia. Os portugueses aí chegaram no início do século XVI (embora não haja consenso sobre qual navegador primeiro aportou à ilha), construindo uma fortaleza. A presença lusa em Socotra, contudo, durou apenas até 1511, por dificuldades em manter a fortaleza e pela vitória de uma corrente de opinião na política lusitana que optou por concentrar esforços na costa da Índia, abandonando, além de Socotra, Angediva (em 1506) e Quíloa (em 1512).

¹⁰⁶ *Gulfar*. Provavelmente, Jolfar.

¹⁰⁷ *Ormuz*. No italiano: *Agramuzo*. Sobre essa ilha, conhecida antigamente pelos nomes de Armuria, Armura ou Armuzia, situada estrategicamente na entrada do golfo pérsico e importante núcleo comercial, para onde fluíam mercadorias do Oriente, norte da África, Europa e mundo árabe, ver *Documento* 9, nota 43.

costa vai-se a Calicut, onde há muitos outros reinos e cidades, como se vê na carta de marear.

Esses navios ainda não haviam chegado, e no mês de fevereiro eu já havia mandado 12 navios, em que foi por capitão Lopo Soares,¹⁰⁸ e que agora voltaram. Quando saíram daqui, dei-lhes cartas para entregar ao rei de Melinde, amigo nosso, juntamente com os objetos que vou indicar: um selim, freio, estribos, esporas e peitoral para cavalo, lavrados com prata e esmaltados, com cordões de ouro e carmesim; uma armação de cetim carmesim bordada a ouro, para cama, com quatro almofadas, duas de brocado e duas de carmesim; um grande tapete fino; um pano de arrás com figuras; duas peças de pano escarlate e uma de cetim carmesim para se fazer uma vestimenta chamada merlota, e uma peça de tafetá carmesim para forro da dita vestimenta.

Essa dádiva foi recebida com prazer pelo rei, o qual, descendo à praia, fez seus sacerdotes sacrificarem um carneiro, sobre o qual ele passou, sendo acompanhado por muito povo, que trazia muitas caçoilas¹⁰⁹ de perfumes. E quis que o capitão demorasse no porto por nove dias, sempre fornecendo mantimentos de todas as qualidades – à exceção de pão, que não têm – para toda a tripulação, sem nenhum pagamento. Ele viu como se colocavam no cavalo os arreios que lhe tinha mandado, de que gostou muito, pois eles não usam essas coisas. Ele me enviou dois instrumentos de música com os mestres que os tocam: a um deles chamam-lhe Qualtref, e ao outro Mischetot; são muito agradáveis ao ouvido. Enviou-me algumas jóias e panos finíssimos de linho.

Em seguida, a armada partiu para Calicut. Tendo-se juntado outra a ela, tiveram uma mensagem do rei de Calicut; o capitão foi ter com ele para acordar as pazes. Cada um deles estava assentado em seu batel, no mar. Antes de tudo, o meu capitão exigiu que

¹⁰⁸ João de Barros informa que no ano de 1504 o rei mandou à Índia uma grande armada, capitaneada por Lopo Soares, que partiu de Portugal no dia 22 de abril, data confirmada por Damião de Góis e Castanheda. Contudo, Gaspar Correia registra março, no dia de Nossa Senhora, do mesmo ano de 1504. Barros, Castanheda e Góis afirmam que Lopo Soares retornou a Lisboa em 22 de julho de 1505, mas Gaspar Correia registra 20 de julho.

¹⁰⁹ *Caçoilas*. Caçoulas; caçarolas; vaso de porcelana onde se queimam resinas ou plantas aromáticas.

lhe devesse restituir os dois joalheiros¹¹⁰ que tinham fugido da armada anterior e um cavaleiro por nome Rodrigo Reinel, que ele tinha retido contra a fé dada. O rei queria tratar primeiro de outras coisas. Assim, não concordaram e separaram-se.

A armada foi para Cochim, e uma parte foi mais além, a Coulam, onde estão muitos cristãos que têm muitas especiarias.¹¹¹ Enquanto carregavam, souberam que em Calicut estavam 15 grandes navios que carregavam especiarias. Sabendo isso, foram em direção a Calicut, onde encontraram os ditos navios prontos e cheios de gente. Por essa razão, fingiram seguir o caminho, mas de noite voltaram e pela manhã caíram sobre eles e os prenderam, por não estarem precavidos. E os conduziram fora do porto, descarregaram-nos e queimaram-nos. Em seguida, partiram para o reino. E no dia dois do presente,¹¹² os 12 [navios] que mandei chegaram carregados de especiarias. Os outros ficaram onde estavam.

Querendo Deus Nosso Senhor, enviarei no ano seguinte dois navios carregados das ditas especiarias para o levante, para que não digam o mesmo que disseram do navio de Bartolomeu Florentino,¹¹³ nosso mercador, carregado de especiarias, o qual naufragou na costa de Provença.

E com essa armada chegaram dois outros navios, sendo capitão de um Rui Lourenço e do outro Saldanha, os quais, nos anos passados, saíram daqui para ir de armada àquelas terras. Por causa da tempestade foram impelidos para o mar Vermelho, para certas ilhas, onde estiveram 16 meses, e nossa outra armada jamais teve notícias deles. Nesse tempo aprisionaram e queimaram

¹¹⁰ *Dois joalheiros*. Trata-se dos dois milaneses que haviam fugido de um navio da armada de Vasco da Gama, em 1502. João de Barros refere-se a “dois gregos”.

¹¹¹ Segundo Damião de Góis, o capitão-mor Lopo Soares enviou Afonso Lopes da Costa, Pedro Afonso de Aguiar, Leonel Coutinho e Rui de Abreu para pegar carga em Coulam porque o feitor português de lá, Antonio de Sá, reunira grande quantidade de especiarias.

¹¹² *Dois do presente*. Provável falha: em vez de “2”, deve ser “22” de julho, data em que a maioria dos cronistas registra a chegada de Lopo Soares a Portugal. D. Manuel escreveu essa carta em fins de julho. Ver nota 108.

¹¹³ *Bartolomeu Florentino*. Trata-se do poderoso comerciante florentino sediado em Lisboa, Bartolomeu *Marchionni, autor dos *Documentos 12 e 13*.

muitos navios e fizeram muitas correrias em terra, pois um dos ditos navios é taforéia,¹¹⁴ que leva 20 cavalos e tem a popa aberta com uma ponte de 30 braças que lança em terra; por isso, os cavalos saem e entram nela. Desse modo, causaram gravíssimo dano; assim, um rei de Canibar e o rei de Barbara, grandes senhores, para ter paz, lhe deram 30 mil mitigais de ouro – um mitigal vale ducado e meio dos nossos –, soma que me trouxeram com muitas outras riquezas.

No presente ano,¹¹⁵ no mês de março,¹¹⁶ mandamos para aquelas regiões 30 navios bem armados, aos quais ordenamos que fizessem voltar os que lá estão da armada, e que dois deles fossem a descobrir Taprobana,¹¹⁷ ilha que dizem estar próxima dali. Quatro deles devem ir até Sofala, onde esperamos ter estabelecido comércio. Estamos aguardando os acontecimentos. Prepararemos algum outro navio para o ano seguinte.

Deus Guarde a Vossa Sereníssima Majestade por muitos e largos anos, em tranqüilo estado, e também a nós, para que possamos ver que essa nossa navegação se faça pacífica e ordenada, em louvor e aumento da nossa santa fé.

Impresso em Roma por mestre João de Besicken no ano de 1505, a 23 de outubro.

¹¹⁴ *Taforéia*. Navios adequados para transportar cavalos.

¹¹⁵ *No presente ano*. Ano de 1505.

¹¹⁶ *Março*. Lunardo Cá Masser (*Documento 32*) informa que foi no dia 25 de março de 1505 que a armada de trinta velas, entre grandes e pequenas, comandada por Francisco de Almeida partiu de Lisboa.

¹¹⁷ *Taprobana*. Ceilão (atual Sri Lanka), terra produtora de canela. Ver *Documento 9*, notas 55 e 56.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Documento impresso em 1505 (ver “Fonte”). Existem hoje três exemplares da primeira edição: um na Biblioteca Marciana, em Veneza, talvez descoberto por Varnhagen (ver a respeito “Trajetória do documento”); um na Biblioteca Corsini, em

Roma, descoberto por Narducci; e um na Biblioteca Colombina, de Sevilha, descoberto por Gallardo.

FONTE

PERAGALLO, Prospero. “Carta de el-rei D. Manuel ao rei catholico narrando-lhe as viagens portuguesas à Índia desde 1500 até 1505”. “Reimpressa sobre o protótipo romano de 1505, vertida em linguagem e anotada por Prospero Peragallo. Seguem em appendice a Relação analoga de Lunardo Cha Masser e dois documentos de Cantino e Pasqualigo”. *Centenário do descobrimento da América – Memórias da comissão portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, [s.d.] (1892?).

O presente texto em português tem por base os textos italiano e português publicados na fonte citada acima. O texto italiano, copiado do exemplar existente na Biblioteca Marciana, em Veneza (originalmente publicado em 1505), foi comparado pelo estudioso Prospero Peragallo com o volume impresso em 1881 por Arthur Burnell; depois, as provas finais do livro foram cuidadosamente revisadas pelo bibliotecário-mor da Biblioteca Marciana de Veneza. O texto português resulta de tradução do italiano, realizada pelo próprio Prospero Peragallo. Este assinala, no prólogo ao texto, que a carta de D. Manuel ao rei católico está “vertida em mau italiano”, pedindo benevolência ao leitor para a sua tradução para o português, feita por “um italiano que se atreveu a fazer falar em português o rei de Portugal”.

No presente volume, foram feitas poucas alterações em relação à tradução portuguesa de Peragallo, todas relativas à pontuação, modernização de alguns vocábulos e inversão de certos elementos das frases, com vistas a uma mais fácil compreensão do texto, por parte do leitor atual. Nas notas de rodapé deste volume foram aproveitadas muitas das excelentes anotações ao texto, de autoria de Prospero Peragallo, incluindo o que ele modestamente denominou “Esboço de anotações para um estudo comparativo” (*op.cit.*, p. 37-66), onde, em verdade, realizou uma minuciosa comparação entre a carta que traduziu, atribuída ao rei português D. Manuel, e os trechos, referentes aos mesmos assuntos, das obras de João de Barros, Damião de Góis, Gaspar Correia, Fernão Lopes de Castanheda e Jerônimo Osório.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

Este documento apareceu publicado em Roma, em um opúsculo de oito folhas não numeradas, impresso na tipografia de Mestre Johannes Besicken, em 23 de outubro de 1505, sob o título “Cópia duma carta do Rei de Portugal mandada ao Rei de Castela acerca da viagem e sucesso da Índia”. Segundo Peragallo, estava escrito em “mau italiano”. Não há informações sobre o impressor.

Em 1870, em *Nouvelles recherches...*, editado em Viena, o historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen deu notícia a respeito da existência do opúsculo de 105 folhas existente na Biblioteca Marciana, publicando um trecho dele.

O exemplar da Biblioteca Marciana foi reimpresso na íntegra em Londres, em 1881, por um bibliófilo inglês, Arthur Coke Burnell (*The Italian version of a letter...*), com tiragem de apenas 25 exemplares fora do mercado. Em 1892, Prospero Peragallo publicou em Lisboa o texto italiano e a tradução portuguesa da carta, em que se baseia a versão deste volume (ver “Fonte”).

No prefácio à edição que fez publicar em Londres, Arthur Burnell afirmou que o exemplar da Biblioteca Marciana, em Veneza, fora “descoberto por Varnhagen”. Contudo, Peragallo argumenta, no seu prólogo, a nosso ver com razão, que, se assim fosse, o próprio Varnhagen, no citado *Nouvelles recherches...*, teria mencionado o fato, já que, nesse livro, o escritor brasileiro se refere ao documento, transcrevendo também parte dele.

É a primeira vez que este documento é publicado, na íntegra, no Brasil.

EMENTA

Carta atribuída ao rei português D. Manuel, dirigida a seu sogro, o rei espanhol Fernando, contendo notícias a respeito das primeiras expedições lusitanas enviadas à Índia. A carta, com texto italiano, apareceu publicada em Roma pelo impressor João Besicken, em forma de opúsculo, a 23 de outubro de 1505. Trata-se do primeiro relato impresso sobre as viagens portuguesas à Índia.

ANÁLISE HISTÓRICA

O fato de constituir um documento extenso, de reunir diversas informações sobre as viagens lusitanas à Índia, no período entre 1500 e 1505, e de constituir a primeira narrativa jamais publicada sobre as expedições marítimas portuguesas ao litoral indiano confere à carta Besicken grande importância histórica.

Mas existem divergências, entre os especialistas, sobre o idioma em que teria sido escrita a carta original – nunca encontrada – de D. Manuel ao rei espanhol, antes de traduzida para o italiano. Segundo Varnhagen (*Nouvelles recherches...*), ela foi redigida em castelhano; segundo Arthur Burnell (*The Italian version of a letter...*), em latim; segundo Peragallo (“Carta de el-rei D. Manuel...”, p. 5), em português mesmo, pois “a correspondência oficial de D. Manuel com os reis católicos foi sempre em português”. Os três estudiosos não levantam dúvidas sobre a existência de uma carta autêntica, redigida pelo rei português, na qual teria se baseado a tradução italiana.

Entretanto, William Greenlee (*The voyage of Pedro...*, p. 135-136), escrevendo em 1938, considerou “muito pouco provável” que a publicação de 1505 fosse tradução de cópia de uma carta escrita por D. Manuel a D. Fernando. Os principais argumentos de Greenlee – com os quais concordamos – estão resumidos a seguir. A carta contém erros que não poderiam ter sido cometidos por D. Manuel, tais como: Fernando não era rei de Castela, mas de Aragão; Vasco da Gama (e não Cabral, como está na carta) comandou a armada de 1502. A carta original de D. Manuel nunca foi encontrada, não existindo tampouco referências coevas a ela. Não havia razão para D. Manuel escrever essa carta, pois enviara em 1501 a Fernando missiva quase idêntica referente à

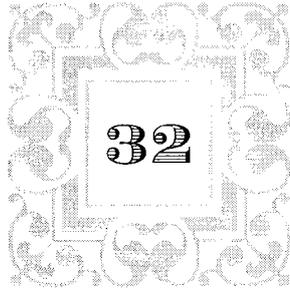
viagem de Cabral e, desde então, se encontrara muitas vezes com o segro. Nessa carta incluem-se partes de outros textos da época, como a relação do Português Anônimo (*Documento 8*) e a carta escrita por D. Manuel em 1501 (*Documento 16*), que podiam ser consultados então na Itália, em manuscritos ou em impressos. Greenlee (*op. cit.*, p. 135) conclui ser “mais razoável supor que a carta, com um título atraente, fosse compilada em Roma por informações obtidas em Itália, naturalmente com novos fatos recebidos de Portugal”.

Poderíamos acrescentar outros argumentos aos de Greenlee, tais como: a estranha omissão, na carta, à viagem pioneira de Vasco da Gama; a troca do nome do comandante da expedição de 1501, João da Nova, pelo de Gonçalves Maletra; a referência a um desconhecido Rodrigo Palares, como capitão de um dos navios da segunda expedição de Vasco da Gama à Ásia; a informação de que em 1503 Portugal não enviou navios à Índia, quando em verdade enviou nove; a abundante informação, já existente na península itálica, a respeito das expedições portuguesas, conforme comprova o grande número de fontes italianas incluídas no presente volume; a existência de precedentes de cartas apócrifas, acerca das viagens portuguesas, produzidas na mesma época em território italiano, como as duas atribuídas a Américo Vespúcio, datadas do primeiro semestre de 1503 e de 4 de setembro de 1504 (respectivamente, *Documentos 27 e 28*).

Se a hipótese de Greenlee estiver correta, a carta Besicken pode então ser considerada um extraordinário documento acerca do alto e preciso grau de informação que os italianos haviam conseguido amealhar, à época, acerca das expedições lusitanas. Pois, se é fato que a carta contém erros grosseiros como os apontados, é fato também que a maior parte do seu longo texto oferece numerosas informações absolutamente corretas, ao menos tão corretas quanto as contidas nos textos um pouco posteriores de cronistas do século XVI; pequenas variações entre os textos da época eram comuns, dadas a grande quantidade e a novidade dos dados que continham a respeito das expedições marítimas. Em 1505, os italianos, portanto, já haviam coletado um espantoso número de informações sobre as viagens lusas, o que por si só serve para contestar a teoria de Cortesão sobre o “sigilo dos descobrimentos” ou, ao menos, comprova ter sido essa política portuguesa muito ineficiente.

Se a hipótese de Greenlee estiver correta, a carta Besicken representa também a comprovação de que os italianos haviam conseguido, já em 1505, construir uma narrativa extremamente coerente a respeito do conjunto das viagens lusas à Índia. Um tipo de esforço dos italianos consistiu em levar até as suas repúblicas informações esparsas, colhidas ao sabor da hora, algumas bastantes confusas (como comprovam vários documentos deste volume) acerca das expedições portuguesas. Outro tipo de esforço, diferente, consistiu em, com base em tais informações, construir na península itálica um relato coeso a respeito do assunto, capaz de ordenar e relacionar entre si os mais díspares dados sobre locais e povos longínquos, apenas muito recentemente encontrados, conforme fez a carta Besicken.

A construção de narrativas, como a da carta Besicken, é que permitia, aos contemporâneos, elaborar as próprias vivências, atribuindo significados ao conjunto da experiência extraordinária das viagens oceânicas. Construir narrativas, então como hoje, possibilitava transformar acontecimentos até então dispersos e amorfos em história, dotá-los de inteligibilidade, inscrevendo-os, para sempre, na memória social. É possível que a carta Besicken tenha representado um papel mais relevante do que o até agora imaginado no processo de construção da história européia dos primórdios do século XVI: qual outro documento, em ano tão remoto, teceu, em narrativa una e coerente, tantas informações sobre *o conjunto* das expedições lusas à Ásia? Com base nas idéias aqui expostas, não é absurdo aventar a hipótese de a carta Besicken ter servido de fonte de consulta ou de inspiração para trechos de alguns cronistas lusos do século XVI, tal a coincidência de dados e perspectivas entre eles. Tal qual um espelho, a carta poderia ter devolvido aos portugueses a sua própria imagem refletida.



RELAÇÃO DE LEONARDO DA CÁ MASSER

23 DE OUTUBRO DE 1505

Segunda viagem

EM 1500, aos nove de março, sua Alteza¹ mandou: navios, entre grandes e pequenos, em número de 13; o capitão Pedro Álvares² e um seu feitor, Aires Correia,³ com o dito Gaspar.⁴ Viajaram para o cabo da Boa Esperança; na viagem, o assaltou um temporal inesperado, pelo qual se perderam sete navios e escaparam somente seis, os quais seguiram viagem para a Índia.⁵

¹ O rei português D. Manuel.

² *Pedro Álvares*. No original italiano: *Pedralboro*.

³ *Aires Correia*. No original italiano: *Ali Scorer*. Entre os participantes da esquadra, o autor destaca apenas Gaspar da *Gama (ver nota seguinte), já citado anteriormente, e o feitor Aires *Correia, morto na Índia, durante ataque muçulmano.

⁴ *Gaspar*. Gaspar da *Gama, judeu recolhido por Vasco da Gama durante a primeira viagem à Índia. Personagem muito mencionado nos documentos deste volume e também em trechos de cronistas aqui não incluídos, como João de Barros e Castanheda (*História do descobrimento...*, Livro I, cap. 25).

⁵ Sobre o número de navios naufragados perto do cabo da Boa Esperança, ver *Documento 10*, nota 19.

A primeira escala em que fizeram comércio foi Cochim. E ali tratou com aquele rei, o qual se mostrou grato por eles terem navegado para aquelas partes e se fez bom amigo desse Sereníssimo Rei. Ali, foi enviado para a terra o dito feitor Aires Correia.⁶ Para sua segurança, os portugueses fizeram uma fortaleza numa elevação junto ao rio⁷ de Cochim, para a habitação do dito feitor e segurança de suas mercadorias; de modo que os ditos portugueses se sentiam um tanto seguros.

E ali, negociou com o rei de Cochim utensílios de bronze para cozinha,⁸ outras poucas mercadorias e riquezas;⁹ levou, em contrapartida, especiarias, custando a pimenta 2000 quintais.¹⁰ Retornou daí para Lisboa em 1501, a 29 de julho, [com] seis naves, que estiveram viajando cerca de dezoito meses.¹¹

⁶ Em verdade, Aires *Correia foi enviado para terra em Calicut, para ali dirigir a feitoria portuguesa.

⁷ *Numa elevação junto ao rio.* No original: *sopra una punta del rio*; a palavra italiana *punta* (neste texto, grafada *ponta*), quando aplicada à geografia, significa “monte”, “elevação”. Os portugueses construíam suas fortalezas ou castelos em locais elevados.

⁸ *Utensílios de bronze para cozinha.* No original italiano, há apenas a palavra *rami*, que significa “recipiente de bronze para a cozinha”. O singular, *rame* (do latim tardio *aerame*) significa “cobre”, palavra esta adotada pela tradução portuguesa do livro de Greenlee (*Viagem de Pedro Álvares...*). Da mesma palavra latina veio o vocábulo português “arame”, que significava “composição de metais, de que resulta um amarelo, de que se fazem bacias, fio, candeeiros, etc. [...], portas de arame” (Antônio de Moraes Silva, *Diccionario da língua portuguesa...*).

⁹ *Riquezas.* No original italiano: *denari* (riquezas, significando em geral ouro e prata), plural de *denaro* (dinheiro). Antônio Dória, na tradução portuguesa de Greenlee (*Viagem de Pedro Álvares...*), prefere a palavra “dinheiro”.

¹⁰ *Especiarias, custando a pimenta 2000 quintais.* No original: *spezierie, el forzo pip. k. 2000.* *Forzo* significa “força, valor”, aqui traduzido no sentido de “custo”, o valor ou custo (valor de custo) da pimenta. A tradução portuguesa de Greenlee (*Viagem de Pedro Álvares...*) prefere: “a pimenta forte [de *forza*]”. *Pip.* era abreviatura de *piper*, que significa pimenta, em latim, do sânscrito *pippali*. *K.* era a abreviatura veneziana para *cantara* (em português, “quintal”). Sobre quintal, ver *Documento 9*, nota 61.

¹¹ O navio de Diogo *Dias encontrou-se com os cinco navios restantes da expedição em Beseguiche, cabo Verde.

Ainda nessa mesma viagem de retorno de Cochim esteve o dito capitão com o dito feitor, Aires Correia, em Calicut. Ali parou com aquele rei e enviou para a terra o dito feitor com certas mercadorias; o rei de Calicut lhe fez uma certa feitoria,¹² onde os portugueses pudessem morar e colocar as suas mercadorias em terra com segurança; ficando o rei de Calicut bem acertado com o dito feitor, mostrando gostar de¹³ negociar com eles sua terra, e confirmado ali o dito feitor com cerca de 47 homens.

Depois de alguns dias, três ou quatro portugueses discutiram com certos mouros, pois muitos vivem nessa terra; e ditos portugueses fizeram algumas violências a certos mouros; de modo que ditos portugueses foram feridos e correram depressa para a sua feitoria. Muitos deles saíram [da feitoria] armados contra os mouros. E todos os mouros que ali se encontravam, e sendo-lhes já feitos muitos ultrajes – no dia anterior o dito capitão tinha tomado um sambuco¹⁴ de 300 mouros –, todos os mouros unidos com grande fúria foram contra ditos portugueses, entraram dentro da feitoria e cortaram em pedaços todos os 47 homens, com o seu feitor.¹⁵ E daí nasceu a guerra do rei de Calicut com esse Sereníssimo Rei de Portugal.

¹² *Feitoria*. No original italiano: *fontego*.

¹³ *Gostar de*. No original italiano: *aver a caro*, ou seja: “estimar”, “apreciar”, “receber com agrado”.

¹⁴ *Sambuco*. Zambuco. Pequena embarcação de remos e vela muito usada no oceano Índico. A carta Besicken (*Documento 31*, especialmente nota 32) também se refere a essas embarcações, sem no entanto nomeá-las. Damião de Góis cita o nome “sambuco”.

¹⁵ Assim o historiador português Vitorino Magalhães Godinho (*Os descobrimentos e a...*, v. II, p. 171) comentou esse episódio: “Em 16 de Dezembro, saía do porto de Calicut uma nau carregada de especiarias: Cabral, avisado pelo feitor, mandou-a apresar e apoderou-se da carga. Eis a razão do ataque mortífero à feitoria, ao qual se seguiram as represálias: os portugueses tomaram, pilharam e queimaram dez naus mouras ancoradas no porto e mataram todas as suas tripulações e passageiros – 500 a 600 homens; no dia seguinte a cidade foi bombardeada, bem como duas outras naus que rumavam para Pandarane. Tudo isto desmente inequivocamente os objetivos que Cabral apregoara ao samorim como sendo os da sua missão: entabular relações pacíficas entre os dois estados e estabelecer o tráfico de mercadorias”.

Tinha o rei de Calicut três reféns¹⁶ portugueses que estavam na sua casa, para sua segurança, os quais fizeram entender ao rei como os mouros cometeram esse inconveniente. Certamente, o dito rei mostrou-se ter grandíssimo desprazer de tal inconveniente, e muito se desgostou, procurando tomar alguma providência¹⁷ para que fôssem punidos aqueles que foram malfeitores. Mas por ser tão grande o número (diz-se que eram 5.000 mouros), e a terra toda estava em rumor, o rei não pôde ir além.

O capitão do navio, visto quanto tinha ocorrido em terra, de repente começou a bombardear a terra, e arruinou muitas casas na faixa litorânea.¹⁸ E daí nasceu a guerra contra o rei de Portugal. [...] ¹⁹

Ordenação do rei de Portugal

Em 1505, no dia primeiro de janeiro, esse Sereníssimo Rei estabeleceu ordenação²⁰ sobre a compra e venda dessas especiarias: que todos os mercadores, de qualquer nação que fosse, que viessem para comprar especiarias nessa terra, que se deviam apresentar-se à casa da Mina no termo de três dias e fazer-se saber como vieram para comprar especiarias [...].

Os direitos²¹ são verdadeiramente grandes nessa terra, que não sei como se pode sustentar o comércio de que espécie se quer. Todos pagam décima e sisa, que são 20 por cento de tudo o que entra nessa terra: e de “insida”,²² de cinco por cento, exceto as galés venezianas, que são francas²³ e não pagam direito algum. Nota que ouro ou prata que não se pode trazer para este reino

¹⁶ *Reféns*. No original: “ostazi”.

¹⁷ *Tomar alguma providência*. No original italiano: *fare alcuna provisione*.

¹⁸ *Na faixa litorânea*. No original italiano: *sopra la faccia della marina*.

¹⁹ O texto segue descrevendo outras viagens lusas à Ásia, até a nona expedição, comandada por Tristão da Cunha, em abril de 1506.

²⁰ *Ordenação*. Diretriz, norma.

²¹ *Direitos*. Impostos.

²² *“Insida”*. Provavelmente, tipo de imposto ou de taxa cobrada para a entrada de navios em Portugal.

²³ *Francas*. Livres de imposto.

por terra, por ser proibido às portas do Reino²⁴ de Castela; e não se pode trazer ouro nem prata por Castela, sendo proibido por esse Reino nas portas de Portugal.

De três anos para cá, foi descoberta Terra Nova,²⁵ da qual se traz todos os anos 20 mil quintais de pau-brasil,²⁶ o qual brasil é cortado de uma árvore muito grossa, a qual é muito pesada e nobre;²⁷ contudo, não tinge com aquela perfeição como o faz o nosso [brasil] do Levante; apesar disso, se despacha muito para Flandres, e daqui para Castela e para a Itália, para muitos locais; cujo quintal vale de dois e meio para três ducados.²⁸ Esse brasil está empreitado por Fernando de Noronha, cristão novo, por dez anos, desse Sereníssimo Rei,²⁹ por 4.000 ducados ao ano. Todos os anos, Fernando de Noronha³⁰ manda em viagem seus navios e homens à dita Terra Nova, tudo às suas expensas, com esta condição: que esse Sereníssimo Rei proíba que, doravante, não seja trazido³¹ [pau-brasil] da Índia. O qual brasil, pelo que se vê, depois de conduzido até aqui em Lisboa, com todas as despesas lhe fica por meio ducado o quintal; na qual terra é

²⁴ *Reino*. No original: *reame*, do antigo francês *reame* (reino), derivado do latim *regimen* (regime, governo).

²⁵ *Terra Nova*. É mais um dos vários nomes que o futuro Brasil recebeu, logo após ser conhecido pelos europeus. Outros nomes: Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Terra dos Papagaios, Novo Mundo, América. A carta João Besicken (*Documento 31*), de 1505, menciona o nome “Santa Cruz”, acrescentando: “Outros a chamam Terra Nova ou Novo Mundo”.

²⁶ *Pau-brasil*. No original italiano: *verzin*, como os italianos chamavam a madeira corante.

²⁷ *Muito pesada e nobre*. O original italiano traz: *molto pesado e grave*. *Grave* significa “pesado” e, em sentido figurado, “nobre”. Refere-se o autor do documento a uma árvore “muitíssimo pesada” (*pesoso e grave*), ou a uma madeira “pesada e nobre”?

²⁸ *Dois e meio para três ducados*. No original italiano: *ducati 2 1/2 in 3*. A tradução da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (v. II, p. 278) anota apenas “dois e meio ducados”.

²⁹ *Rei*. D. Manuel I.

³⁰ *Fernando de Noronha*. No original italiano: *Firmando dalla Rogna*.

³¹ *Trazido*. Do original italiano apresentado por Prospero Peragallo (Academia Real das Ciências de Lisboa. *Centenário do descobrimento... Ver “Fontes”*). Na *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (v. II, p. 278), a palavra italiana é *stratto*, traduzida com o sentido de “extrair” (“proíbe... se extraia da Índia”).

tudo floresta desse brasil. Faz-se de Lisboa até lá, pelo sul e sudoeste,³² 800 léguas. [...] ³³

³² *Sul e sudoeste*. No original italiano: *ostro e garbin*.

³³ O texto continua (ver “Ementa”).

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Intitulado *Relazione di Leonardo da Cá Masser*, encontra-se em Veneza, na Biblioteca Marciana (Cod. Ital. 877, cl. VII).

FONTE

PERAGALLO, Prospero. “Appendice-Relazione de Lunardo da Cha Masser”. “Carta de el-rei D. Manuel ao rei catholico narrando-lhe as viagens portuguesas à Índia desde 1500 até 1505”. “Reimpressa sobre o protótipo romano de 1505, vertida em linguagem e anotada por Prospero Peragallo. Seguem em appendice a Relação analoga de Lunardo Cha Masser e dois documentos de Cantino e Pasqualigo”. *Centenário do descobrimento da América – Memórias da comissão portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, [s.d.] (1892?), p. 67 a 98.

O documento aqui publicado é a tradução do texto italiano publicado por Peragallo, realizada pelos autores do presente livro.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

O documento foi publicado pela primeira vez, em italiano, apenas em 1846, no volume II da revista *Archivio Storico Italiano*, pelo editor Giovanni Scopoli. Esse número da revista publicou também as instruções dadas pelo Senado de Veneza para Cá Masser para que espionasse cargas e contratos das naus portuguesas com destino à Índia, datadas de 3 de julho de 1504, assim como duas outras cartas de Cá Masser, datadas de Medina del Campo, em 18 de setembro de 1504, e de Lisboa, em 16 de setembro de 1506. Um pequeno trecho do documento foi publicado na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, coordenada por Carlos Malheiro Dias (tomo II, p. 278).

EMENTA

O documento é parte de uma relação (*relazione*), de autoria de Leonardo Massari ou Leonardo da Cá Masser, que relata, sempre sob o aspecto comercial, nove expedições

enviadas por Portugal à Índia, desde a viagem de Vasco da Gama, em 1497, até a viagem de Tristão da Cunha, em 1506. O trecho selecionado refere-se aos negócios portugueses, à viagem de Cabral ao Brasil, ao comércio do pau-brasil e a algumas das ordenações do rei de Portugal sobre o comércio de especiarias, incluídas pelo autor logo após a narração das nove viagens.

ANÁLISE HISTÓRICA

Trata-se de documento essencialmente comercial, redigido por um veneziano chegado a Lisboa em outubro de 1504, com a missão de informar o Senado de Veneza a respeito das frotas portuguesas, especialmente no tocante às suas cargas e a seus contratos. Segundo Heyd – no livro *Histoire du Commerce du Levant*, de 1886, citado por Greenlee (*A viagem de Pedro Álvares...*, p. 246) –, o sobrenome do autor, Cá Masser, seria uma abreviatura de *della casa del Massari*. De acordo com Greenlee (*op. cit.*, p. 246),

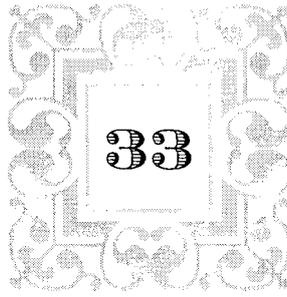
por esta época os estrangeiros, e em particular os venezianos que estivessem em Lisboa, eram suspeitos, talvez porque saíssem do país informações demasiadas a respeito das viagens dos portugueses. Apesar do segredo que Cá Masser guardou, a sua verdadeira missão tornou-se conhecida de D. Manuel por intermédio de um florentino, Benetto Londa, sobrinho de Bartolomeu Marchionni. Ao chegar a Lisboa, Cá Masser foi logo chamado ao Paço do rei, que lhe fez muitas perguntas, daí resultando a sua prisão. Mais tarde, quando pôde convencer o rei da verdade da primeira história que lhe contara, Cá Masser foi solto e não teve mais embaraços. Cá Masser esteve em Portugal durante dois anos.

Após regressar a Veneza, escreveu a relação da qual se publica aqui um extrato.

A informação de Greenlee, repetida por Banha de Andrade (*Novos mundos do mundo...*, p. 458-459), leva a crer que, em 1504, havia uma disputa acirrada entre os “italianos” por informações a respeito dos negócios portugueses, a ponto de um sobrinho do poderoso comerciante florentino Bartolomeu *Marchionni denunciar o veneziano Cá Masser ao rei luso. É possível que essa disputa fosse mais intensa entre venezianos e florentinos, provenientes das duas repúblicas da península itálica cujas economias mais fortemente se baseavam na distribuição dos produtos orientais na Europa. Nativos de outras regiões da península itálica não parecem ter concorrido entre si, ao menos em período um pouco anterior: em 1501, por exemplo, o rico comerciante cremonense estabelecido em Lisboa, João de *Affaitadi, passou importantes informações sobre a viagem de Cabral ao embaixador de Veneza, Domingos *Pisani de Giovanni (*Documento 10*); no mesmo ano, assim como em 1502, o veneziano Alberto Cantino era informante, em Lisboa, não de Veneza, mas de Ferrara (*Documentos 18 e 24*).

O documento fornece informações muito interessantes a respeito dos altos impostos cobrados pelo rei lusitano sobre os produtos comerciados nos territórios de além-mar – situação que provocava certo espanto a Cá Masser, e reveladora de uma tensão monarca–comerciantes que se insinuava e se revelava sob o manto aparente da concór-

dia absoluta entre os muitos interesses comuns entre rei e negociantes; a respeito da viagem de Cabral; e, sobretudo, a respeito do comércio inicial do pau-brasil na “Terra Nova”, como é chamado no texto o futuro país Brasil, e mesma denominação dada na carta Besicken (*Documento 31*). Note-se que, em troca dos 4 mil ducados recebidos do grupo ao qual pertencia o cristão-novo Fernão de Loronha, o rei se comprometia a não permitir a importação de pau-brasil da Índia, para evitar a concorrência, conforme os postulados do monopólio comercial do mercantilismo, em voga à época.



FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA

**HISTÓRIA DO DESCOBRIMENTO
E CONQUISTA DA ÍNDIA
PELOS PORTUGUESES**

LIVRO I

CAPÍTULO XXX

*De como Pedro Álvares Cabral foi por capitão-mor
de uma armada a Calicut.*

VENDO O REI DOM MANUEL a muito grande mercê que Nosso Senhor lhe fizera em descobrir a Índia,¹ determinou logo de mandar lá um fidalgo com uma grossa armada para que assentasse amizade com o rei de Calicut e assim² uma feitoria naquela cidade onde o feitor tivesse a fazenda que fosse necessária para aí gastar, e lhe carregasse de especiaria as naus que a levassem: e assim determinou de mandar quem lá pregasse a lei evangélica,

¹ A primeira frase do capítulo invoca o motivo religioso para o retorno dos portugueses à Índia, evocando o tom da carta do rei D. Manuel ao Samorim de Calicut (*Documento 5*). O argumento econômico para a viagem – estabelecer uma feitoria em Calicut, carregar de especiarias os navios – vem nas linhas seguintes.

² *Assim*. Também. No original: “assi”. Era comum, à época, empregar e repetir a palavra “assim” com o sentido atual de “também”.

assim para a reformatão dos cristãos que lá houvesse, como para trazerem em conhecimento dela os gentios.

E para assentar essa amizade com o rei de Calicut e [assentar] feitoria, escolheu a um fidalgo chamado Pedro Álvares Cabral, e o fez capitão-mor da armada que havia de mandar a Calicut, que foi de dez naus e três navios redondos, cujos capitães, afora ele, foram: Sancho de Tovar, que ia na sua sucessão, Nicolau Coelho, Aires Gomes da Silva, Simão de Miranda de Azevedo, Vasco de Ataíde, Pero de Ataíde, Simão de Pina, Nuno Leitão, Bartolomeu Dias e seu irmão Diogo Dias³ – que haviam de ficar em Sofala com uma feitoria que ali havia de se fazer, da qual havia de ser feitor um Afonso Furtado.⁴ Já mais por capitães: um Gaspar de Lemos e um Luís Pires. E ia também com Pedro Álvares Cabral um frei Henrique, frade da ordem de São Francisco, grande letrado na santa teologia para pregar; iam com ele outros cinco frades⁵ para o ajudarem. E ia por feitor dessa armada um Aires Correia, que também levava a feitoria que se havia de se fazer em Calicut. E iam por seus escrivães Gonçalo Gil Barbosa e Pero Vaz Caminha.⁶ E foram escolhidos⁷ para essa armada 1.500 homens.⁸

Chegado o tempo de sua partida, estando Dom Manuel em Restelo, para fazer honra a Pedro Álvares Cabral, foi em procissão a Nossa Senhora de Belém, na qual pregou dom Diogo Ortiz, bispo de Viseu. E a maior parte da pregação foram louvo-

³ Sobre os capitães dos navios da esquadra e o destino de cada um, ver informações ao final do volume.

⁴ *Afonso Furtado*. É a primeira vez, nos documentos deste volume, que é citado o nome do feitor designado para Sofala.

⁵ *Cinco frades*. Os documentos não são concordes quanto ao número de frades franciscanos que D. Henrique chefiava, oscilando entre cinco e oito frades. João de Barros (*Documento 34*, nota 53), Las Casas (*Documento 35*, nota 4) e Damião de Góis (*Documento 38*, nota 12) registram oito frades; Gaspar Correia (*Documento 36*, nota 44) e Jerônimo Osório (*Documento 39*, nota 16) mencionam cinco frades. Atualmente, os historiadores aceitam mais oito frades.

⁶ Castanheda fornece o nome do outro escrivão designado para a feitoria de Calicut, além de Caminha.

⁷ *Escolhidos*. No original: “feitos”.

⁸ *1.500 homens*. Esse é o número aproximado de integrantes da esquadra mais aceito entre os historiadores atuais.

res a Pedro Álvares Cabral, por aceitar aquela ida [para as Índias]. Acabada a missa, o bispo que a disse benzeu uma bandeira das armas reais de Portugal que o rei deu, por sua mão, a Pedro Álvares e assim lhe pôs na cabeça um barrete bento que o papa lhe mandara. E deitando-lhe o bispo a bênção, o rei o levou a embarcar, falando sempre com ele, até o mar. Aí lhe beijaram a mão Pedro Álvares e os outros capitães; dando-lhes o rei a bênção de Deus e a sua fé, embarcaram nos batéis, disparando toda a artilharia da frota com grande ruído. O rei tornou-se para Lisboa.⁹ Por não poder a armada partir naquele dia, pelo estorvo do tempo, no outro, que foram nove de março de 1500, a capitânia fez sinal às outras [naus] que se levassem,¹⁰ o que logo fizeram. Posta toda a frota à vela, saiu naquele dia da foz para fora, prosseguiu viagem e, aos 14 de março, houve vista das Canárias; e aos 22, passou pela ilha de Santiago; e aos 24, se apartou-se dela, com tormenta, Luís Pires, que arribou¹¹ a Lisboa.

CAPÍTULO XXXI

De como soçobraram quatro naus

Desaparecida a caravela de Luís Pires, esperou Pedro Álvares Cabral por ela dois dias; e aos 24 de abril,¹² que foi a derradeira oitava da Páscoa, foi vista terra, que era outra costa oposta à da

⁹ É famosa essa descrição de Castanheda sobre a partida da expedição de Cabral. O texto destaca o aspecto ritualístico da despedida. A pompa da cerimônia era proporcional à importância da viagem para o monarca.

¹⁰ *Que se levassem*. Que içassem a vela.

¹¹ *Arribou*. Retornou. Na realidade, Luís *Pires naufragou, logo na saída da expedição ou junto ao cabo da Boa Esperança.

¹² *24 de abril*. Vê-se como foi controversa, no século XVI, a data em que a esquadra de Cabral avistou a terra brasileira. Outros cronistas da época, como João de Barros (*Documento 34*), Gaspar Correia (*Documento 36*), Damião de Góis (*Documento 38*) e Jerônimo Osório (*Documento 39*), assim como a relação do Português Anônimo (*Documento 8*), apresentam a data de 24 de abril; a certidão de Valentim Fernandes (*Documento 26*) grafa “último dia de abril”; o relatório Leutkirch (*Documento 29*), “primeiro de maio”. Caminha (*Documento 6*) cita 22 de abril, mas sua carta ficou perdida até o século XIX.

África; ficava a oeste,¹³ e reconhecida a terra pelo mestre da capitânia que lá foi. Mandou Pedro Álvares surgir¹⁴ para fazer aguada¹⁵ e a descobrir: porque era bom o porto em que surgiu, lhe pôs o nome de Porto Seguro. Em terra, foram tomados dois homens naturais dela. E por não se entenderem com nenhum dos línguas¹⁶ que Pedro Álvares levava, mandou soltá-los, vestindo os primeiros à portuguesa, para que os outros soubessem que era gente de paz, folgassem de ir à frota, como foram dali por diante, levando muito refresco e sem nenhum medo entravam nas naus. Por isso, Pedro Álvares se deteve aqui alguns dias.

No dia da Pascoela,¹⁷ ouviu missa em terra, que foi dita em uma tenda, com grande solenidade; pregou frei Henrique. Enquanto o ofício divino foi celebrado, se ajuntou muita gente da terra: faziam grandes festas. Depois de comer, resgataram¹⁸ em terra, com os portugueses, os mantimentos¹⁹ que havia na terra, barretes e chapéus de penas de aves muito formosas. Alguns portugueses foram ver as suas povoações, viram a terra muito viçosa de arvoredo, fresca com muitas águas, abastada de muitos mantimentos, de muito algodão. Por essa terra ser agora a que se chama Brasil – que é de todos bem sabida –, não digo dela mais.²⁰

Em oito dias que Pedro Álvares aqui fez detença, foi visto um peixe que o mar deitou fora, que era da grossura de um tonel: era três varas e meia de comprimento; era redondo; tinha a cabeça e os olhos como os de porco; as orelhas de elefante; não tinha dentes; tinha rabo do comprimento de um cavalo.²¹

¹³ *Ficava a oeste*. No original: “demorava a loeste”.

¹⁴ *Surgir*: Ancorar.

¹⁵ *Fazer aguada*. Abastecer-se de água.

¹⁶ *Línguas*. Intérpretes.

¹⁷ *No dia da Pascoela*. No original: “e dia da Pascoela”.

¹⁸ *Resgataram*. Negociaram, fizeram trocas.

¹⁹ *Os mantimentos*. No original: “dos mantimentos”.

²⁰ Castanheda, que publicou seu livro em 1551, dá nessa época o nome “Brasil” como perfeitamente fixado e a terra “bem sabida”, isto é, bem conhecida. Essa última informação pode corresponder ao que ocorria efetivamente à época ou ser um artifício de autor, já que Castanheda (ver “Análise histórica”) conhecia bem a Ásia, mas não o Brasil.

²¹ O parágrafo comprova, de forma magnífica, a permanência do maravilhoso na crônica e na literatura histórica portuguesa, em meados do século XVI. Entre tantos

Nessa terra mandou Pedro Álvares meter um padrão de pedra²² com uma cruz. Por isso lhe pôs o nome de Santa Cruz; depois se perdeu esse nome e lhe ficou o do Brasil, por amor do pau-brasil. Dessa terra mandou Pedro Álvares a Gaspar de Lemos, na sua caravela, com as cartas ao rei Dom Manuel, em que dizia o que até ali tinha acontecido; mandou-lhe um homem daquela terra.

Ao outro dia, que foram três de maio, partiu-se Pedro Álvares Cabral com toda a frota, levando a rota²³ do cabo da Boa Esperança, que faziam dali a 1200 léguas: é um golfão muito temeroso, por amor dos bravos ventos que quase ali sempre cursam. E navegando por ele aos 12 de maio, apareceu no céu, da parte do oriente, um cometa²⁴ que durou dez dias, sempre de cor de fogo.

Depois, num sábado, 23 de maio, deu em toda a frota uma trovoada de nordeste, com o que todos tomaram as velas;²⁵ correram quase todo aquele dia em árvore-seca,²⁶ com o mar muito grosso. Sobre a tarde, alargou o vento, com o que deram algumas velas e fizeram caminho. E assim foram, até o dia seguinte, em que tornou o vento a esforçar,²⁷ com o que todos mesuraram as velas²⁸ e agarrucharam²⁹ os papafigos.³⁰ E entre as 11 e 12 horas do dia começou a armar um bulcão³¹ da parte do no-

acontecimentos ocorridos durante a estadia da esquadra em Vera Cruz, o autor destaca a aparição do peixe de cabeça e olhos de porco, orelhas de elefante e rabo do comprimento de um cavalo.

²² *Padrão de pedra*. Pilar de pedra com uma cruz, gravado com as armas lusitanas e uma inscrição, para afirmar a soberania portuguesa nas terras onde era fincado. Esses pilares foram utilizados pela primeira vez por Diogo Cão, em 1483-1485, nas viagens pelas costas africanas, passando a ser designados com o nome de “padrões”.

²³ *Rota*. Roteiro.

²⁴ *Um cometa*. No original: “uma cometa”.

²⁵ *Tomaram as velas*. Recolheram as velas.

²⁶ *Árvore-seca*. Mastro sem vela, ou nu, utilizado pelos marinheiros durante os temporais. A expressão “correr árvore-seca” significa “navegar com o mastro nu, sem as velas”.

²⁷ *Esforçar*. Fazer-se mais teso e rijo.

²⁸ *Mesuraram as velas*. Moderaram; recolheram as velas de modo a não apanharem muito vento.

²⁹ *Agarrucharam*. Apertaram com garrucha (tipo de pau).

³⁰ *Papafigos*. A vela mais baixa presa na verga (peça de madeira que cruza o mastro).

³¹ *Bulcão*. Forte nevoeiro que precede a borrasca.

roeste, com o que acalmou o vento, e caíram as velas sobre os mastros. E como ainda os pilotos não sabiam os segredos daqueles bulções, cuidaram que era calma verdadeira e deixaram-se estar, quando sobreveio um peganho³² de vento tão furioso que não deu tempo de amainarem. Soçobraram quatro naus,³³ sem escapar dela pessoa alguma, de que eram capitães Bartolomeu Dias, Aires Gomes da Silva, Simão de Pina e Vasco de Ataíde. As sete [restantes] ficaram meio alagadas e teriam soçobrado se o vento não lhes rompera as velas. Saltando-lhes logo o vento sudoeste, arribaram com ele.³⁴ E por ser muito [forte o tempo], correram árvore-seca até o outro dia; abrandado o vento, ajuntaram-se as naus que iam espalhadas. Porém, tornou logo a tormenta, com o que o mar se embraveceu muito mais do que dantes.

Durou 20 dias contínuos [o tempo] com que a frota correu árvore-seca. Andava o mar tão grosso que parecia impossível escaparem as naus de serem comidas, porque as ondas se levantavam tão altas que parecia que as punham nas nuvens e depois no abismo, com os vales que se abriam; de dia era a água cor de pez e de noite, de cor de fogo; o ruído que faziam as enxárcias³⁵ era mui medonho; tudo era tão espantoso que não se pode crer senão quem o vir. Com a força do vento se apartaram as naus: com Pedro Álvares foi Simão de Miranda, Pero de Ataíde e Nicolau Coelho; e Nuno Leitão com Sancho de Tovar; Diogo Dias arribou só, e o que lhe aconteceu direi adiante.

³² *Peganho*. Rodamoinho.

³³ *Soçobraram quatro naus*. No original: “çoçobrou quatro naus”. Sobre as naus que naufragaram perto do cabo da Boa Esperança, ver *Documento 10*, nota 19.

³⁴ *Arribaram com ele*. Em náutica, “arribar” pode significar: “guinar para sotavento; afastar a proa da embarcação da linha do vento; desviar-se da derrota previamente escolhida, em razão das condições de tempo ou mar; regressar ao porto de partida ou entrar em outro que não seja o da escala ou de destino; alterar a rota para aproximar-se de terra ou outra embarcação” (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Novo dicionário...*).

³⁵ *Enxárcias*. Cabos que seguram os mastros.

CAPÍTULO XXXII

De como Pedro Álvares Cabral se viu com o rei de Quíloa

Prosseguindo Pedro Álvares Cabral, com aqueles dois capitães que arribaram com ele, e passando ainda muitas tormentas, se achou com o cabo da Boa Esperança dobrado. Escorrendo³⁶ Sofala, houve vista das primeiras ilhas. [...]

³⁶ *Escorrendo*. Correndo para; navegando para.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Fonte impressa, integrando o Livro I da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* (ver “Fonte”), de Fernão Lopes de Castanheda, publicado pela primeira vez em 1551.

FONTE

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Livro I. Porto: Lello & Irmão Editores, 1979, p. 73-76.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

A *História do descobrimento e conquista...* foi subdividida em dez livros, publicados nas seguintes datas: março de 1551 (Livro I, depois reelaborado pelo autor e republicado em julho de 1554); janeiro de 1552 (Livro II); outubro de 1552 (Livro III); outubro de 1553 (Livros IV e V); fevereiro de 1554 (Livro VI); 1554, sem indicação do mês (Livro VII); e agosto de 1561 (Livro VIII, póstumo). Os dois últimos livros da *História...* nunca chegaram a ser publicados, apesar do interesse dos filhos do cronista, devido à oposição da regente D. Catarina, descontente com o tipo de narrativa histórica de Castanheda (ver “Análise histórica”). Hoje, dos Livros IX e X só se conhecem 31 capítulos do Livro IX, transcritos pelo jesuíta italiano Giovanni Pietro Maffei.

O primeiro volume da obra conheceu sucesso imediato, sendo logo traduzido para os principais idiomas europeus: o francês, em 1553; o espanhol, em 1554; o italiano, em 1578; e o inglês, em 1582. Após a primeira edição portuguesa, publicada em 1551-1561, uma segunda edição completa em português (reunida em sete volumes)

saiu a público apenas cerca de trezentos anos mais tarde, em Lisboa, em 1833. Uma terceira edição da obra em português – limitada, porém, aos primeiros quatro livros – saiu entre 1924 e 1933, anotada por Pedro de Azevedo e Laranjo Coelho. A edição aqui adotada, de 1979, foi a quarta em português.

EMENTA

Extrato (Capítulos XXX, XXXI e início do XXXII) do Livro I, publicado em 1551, da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, de autoria de Fernão Lopes de Castanheda. O trecho selecionado relata a escolha de Pedro Álvares Cabral para comandar a armada de 1500, a viagem até o atual Brasil, alguns acontecimentos aí havidos durante a estadia da frota, os naufrágios no cabo da Boa Esperança e a chegada da esquadra a Quíloa.

ANÁLISE HISTÓRICA

A *História...* de Castanheda foi publicada quase paralelamente à *Ásia* de João de Barros (*Documento 34*). O português Fernão Lopes de Castanheda – nascido em Santarém, filho do juiz Lopo Fernandes de Castanheda – partiu para a Índia em 1528, junto com o pai, nomeado ouvidor de Goa. Durante os cerca de dez anos passados na Índia, empenhou-se em recolher material documental e testemunhos sobre a presença lusitana naquela região. Em más condições físicas e econômicas regressou a Portugal, aceitando, em setembro de 1545, o cargo de bedel no Colégio das Artes e, mais tarde, o de guarda do cartório e biblioteca da Universidade de Coimbra, cidade onde morreu, em 23 de março de 1559, sendo sepultado na igreja de S. Pedro.

A *História...* foi baseada em documentação vasta, complexa e muitas vezes inédita, desconhecida dos outros cronistas. Castanheda adquiriu na Índia um raro conhecimento, pormenorizado e direto, acerca da situação oriental, das diferenças entre os diversos povos que ali viviam e dos lugares da Ásia, particularmente daqueles onde se encontravam os portugueses. Diferentemente de João de Barros, Castanheda evitou discussões teóricas ou filosóficas acerca da história, procurando também não transformar esta nem em panegírico nem em narrativa de edificação moral. Recolhendo variado material disponível tanto no Oriente quanto em Portugal, tentou narrar muitos fatos com o máximo de informações possível, retratando seus personagens, incluindo nobres e heróis marítimos lusos envolvidos na expansão oriental, com qualidades e defeitos. Isto desgostou profundamente a Coroa portuguesa, que, durante a regência de D. Catarina, acabou por impedir a publicação completa de sua obra (deixando de editar os volumes IX e X), a qual, no entanto, alcançava sucesso, tanto em Portugal quanto em outros países.

A *História...* é considerada uma das mais completas fontes históricas acerca da história da expansão e da conquista lusitana no Oriente, indispensável para quem deseja conhecer o assunto. Especialistas consideram que, sob um ponto de vista literário, a obra de Castanheda é inferior às de outros cronistas, principalmente João de Barros (*Documento 34*). Segundo M. Lopes de Almeida,

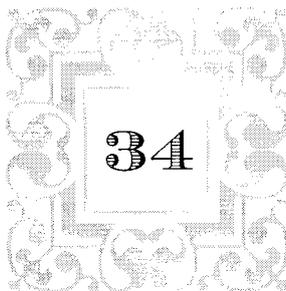
o historiógrafo Fernão Lopes de Castanheda relega para segundo plano a preocupação nitidamente literária e dá, por escolha pessoal, a precedência à apresentação dos acontecimentos na sua apoética e objetividade. Esse conceito de base faz com que a narração apareça muitas vezes tributária do pormenor aparentemente sem significado, da frase prolixa ou de construção não perfeita, elementos estes que incidem negativamente sobre uma fruição literária da sua *História*.

(“Introdução”, in: Castanheda. *História do descobrimento e conquista...* p. XXXII).

Segundo ainda esse autor, Castanheda, contudo, “revela-se conhecedor da prosa latina e produz páginas de retórica, que, alternadas com anotações de humorismo, conferem vivacidade e marca de originalidade estilística à de apreciável qualidade histórica”.

No extrato de Castanheda aqui selecionado, há profusão de dados, mas também cuidado com a construção formal do texto, especialmente na parte referente aos naufrágios. São importantes sobretudo as informações relativas aos preparativos da viagem, aos incidentes ocorridos no percurso, antes e depois da estadia no Brasil, e aos nomes dados à terra. Inaugurava-se, com o livro de Castanheda, a importante série de relatos históricos lusitanos, quase contemporâneos aos fatos narrados, a respeito das viagens oceânicas e das conquistas portuguesas. Livros como os de Castanheda, João de Barros (*Documento 34*) e Gaspar Correia (*Documento 36*), embora diferentes entre si, construíram as primeiras narrativas históricas onde foram inscritos os acontecimentos ocorridos no século XVI com os lusos em além-mar. Em suas obras, tais acontecimentos saíram da esfera da experiência para se tornar história, isto é, narrativas concatenadas, coerentes e dotadas de sentido sobre fatos aparentemente díspares que os textos uniam. Não se tratava mais de notícias e correspondências esparsas, elaboradas por reis, navegantes ou informantes, ao sabor das emoções ou dos interesses do momento, sobre a experiência dos portugueses em além-mar, mas da elaboração de relatos pensados e organizados por um mesmo autor, com concepções e fins unificados, sobre a *história* de Portugal no século XVI. Nas construções desses cronistas-historiadores, o episódio do achamento do Brasil encontrava-se imerso no conjunto das navegações e das conquistas lusitanas, só assim adquirindo sentido.





JOÃO DE BARROS

DÉCADAS DA ÁSIA (1552)

CAPÍTULO I

Como el-rei, por razão da nova que dom Vasco da Gama trouxe da Índia, mandou fazer uma armada de 13 velas, da qual foi por capitão-mor Pedro Álvares Cabral

EL-REI DOM MANUEL, como era príncipe católico e que todas as suas coisas oferecia a Deus, por essa mercê¹ que dele tinha recebido, dava-lhe muitos louvores, pois lhe aprouvera ser ele o instrumento por que quisera conceder um bem tão universal, como era abrir as portas do outro novo mundo de infiéis, onde o seu nome podia ser conhecido e louvado, e as chagas de seu precioso filho, Cristo Jesus, recebidas por fé e batismo, para redenção de tantas mil almas, como o demônio imperava naquelas partes da infidelidade.²

¹ *Essa mercê.* O texto refere-se ao fato de Portugal, no reinado de D. Manuel, haver encontrado o caminho marítimo para a Índia, durante a viagem de Vasco da Gama.

² Tal como Fernão Lopes de Castanheda (*Documento 33*), João de Barros atribui as grandes navegações oceânicas lusas ao desígnio divino, e a conversão dos infiéis como a principal tarefa dos portugueses em além-mar. Neste texto, mais do que no de Castanheda, estão presentes as concepções messiânicas vigentes em Portugal no período.

Para gratificação³ da mercê⁴ que tinha recebido⁵ de Deus – e porque⁶ o seu povo se gloriasse nela –, escreveu a todas as cidades e vilas notáveis do Reino,⁷ notificando-lhes: a chegada de dom Vasco da Gama, os grandes trabalhos que tinha passado e o que aprouve a Nosso Senhor, que, no fim deles, descobrisse; e encomendando-lhes que solenizassem tamanha mercê que⁸ este Reino tinha recebido de Deus, com muitas procissões e festas espirituais em seu louvor. E como nos tais ajuntamentos sempre concorrem diversos pareceres, em tão novos casos, deixando aqueles que perderam, nessa viagem, pai, irmão, filho, ou parente, cuja dor não deixava julgar a verdade do caso, toda a outra gente, *una voce*,⁹ era no louvor desse descobrimento.

Quando viam neste Reino que os nossos trouxeram pimenta, cravo, canela, aljofre¹⁰ e pedraria – como amostra¹¹ das riquezas daquela parte oriental que descobriram –, lembrando-lhes quão espantados os fazia alguma dessas coisas que as galés de Veneza traziam a este Reino. As quais práticas todas se convertiam em louvores de el-rei,¹² dizendo que ele era o mais bem afortunado rei da cristandade, pois, nos primeiros dois anos de seu reinado,

³ *Gratificação*. Ação de graças.

⁴ *Da mercê*. No texto-base: “da qual mercê”.

⁵ *Recebido*. No texto-base: “recebida”.

⁶ *Porque*. Para que.

⁷ Foram conservadas algumas dessas cartas. Uma foi endereçada à cidade de Évora, “para o juiz, vereadores, procurador, fidalgos, cavaleiros, escudeiros, homens bons do povo, dando parte da vinda da armada que foi à Índia”. O rei noticiou a chegada de Vasco da Gama também para fora de Portugal, escrevendo sobre ele, por exemplo, aos reis de Espanha. No Arquivo Municipal do Porto há também uma carta posterior de D. Manuel, de 8 de julho de 1505, dirigida a “juizes, vereadores, procurador” do Porto, informando sobre a chegada de uma outra armada: a de Lopo Soares, em 1505, enviada no ano anterior à Índia.

⁸ *Que*. No texto-base: “como”.

⁹ *Una voce*. Em latim no texto; unanimemente, a uma só voz.

¹⁰ *Aljofre*. Aljôfar. Pérola miúda, para os portugueses. Deriva do árabe *al-juHar*, que, ao contrário, significa “pérola grande”.

¹¹ *Amostra*. No texto-base: “mostra”.

¹² Refere-se a D. Manuel, cujo cognome “O Venturoso” é bem explicado no texto.

descobriera maior estado¹³ à Coroa deste Reino do que era o patrimônio que com ele herdara.¹⁴ Coisa que Deus não concedera a nenhum príncipe de Espanha, nem a seus antecessores, que nisso bem trabalharam por decurso¹⁵ de tantos anos, nem se achava escritura de gregos, romanos, ou de alguma outra nação, que contasse tamanho feito.¹⁶

Eram três navios,¹⁷ com obra de 160 homens – quase todos [ficaram] doentes de novas doenças,¹⁸ de que muitos faleceram, com a mudança de tão vários climas por que passaram, diferença dos mantimentos que comiam, de mares perigosos que navegavam, com fome, sede, frio e temor, que mais atormenta que todas as outras necessidades. Obraram¹⁹ neles tanto a virtude da constância e [quanto o] preceito de seu rei. E²⁰ postostas todas estas coisas, navegaram 3.000 e tantas léguas, contenderam com três ou quatro reis tão diferentes em lei, costumes e linguagem, sempre com vitória de todas as indústrias e enganos da guerra que fizeram. Por razão dessas²¹ coisas – posto que muito se devesse ao esforço de tal capitão e vassalos, como el-rei mandara – mais se havia de atribuir à boa fortuna desse seu rei, porque não existia²²

¹³ *Estado*. Dentre os vários significados, o mais próximo no contexto seria o de: “inventário” ou “conjunto de bens”.

¹⁴ Aumentar o patrimônio da Coroa, portanto, era compreendido como sinal da bênção divina, conforme as próximas linhas deixam claro.

¹⁵ *Decurso*. Na edição selecionada, prefaciada e comentada por António Baião (ver “Fonte”), aparece “discurso”.

¹⁶ O tom do texto de Barros é laudatório, mas este autor não parece ter exagerado a importância que os portugueses, à época, atribuíram aos resultados da viagem de Vasco da Gama.

¹⁷ *Eram três navios*. No original: “Como eram três navios”. Trata-se da armada de Vasco da *Gama, composta de três navios (São Gabriel, São Rafael e Bérrio), mais uma naveta destinada aos mantimentos; que saiu de Lisboa em julho de 1497, atingiu Calicut em maio de 1498 e regressou a Lisboa em agosto/setembro de 1499.

¹⁸ *Doentes de novas doenças*. O texto atesta um fato hoje reconhecido: as viagens oceânicas dos séculos XV e XVI, ao colocar em contato grupos humanos antes apartados, ajudaram a propagar pelo mundo várias doenças, antes restritas a apenas um grupo.

¹⁹ *Obraram*. No texto-base: “obrar”.

²⁰ *E*. No texto-base: “que”.

²¹ *Dessas*. No texto-base: “das quais”.

²² *Existia*. No texto-base: “era”.

em poder ou saber de homens tão grande e tão nova coisa como [a que] eles acabaram.²³

El-rei era sabedor de todas essas práticas e louvores do caso,²⁴ porque, naqueles dias, não se falava em outra coisa, o que para ele era dobrado contentamento, saber quão pronta estava a vontade de seu povo para prosseguir essa conquista. É porque, pela informação que tinha da navegação daquelas partes, o principal tempo era partir daqui em março, e por ser já muito curto para, no ano seguinte²⁵ do [ano] de 1500,²⁶ se fazer prestes a armada, teve logo conselhos no modo que se teria nessa conquista. Cá – segundo o negócio ficava suspeito, pelas coisas que dom Vasco da Gama passara – parecia que mais havia de obrar neles temor de armas que amor de boas obras.²⁷ Finalmente assentou el-rei que, enquanto o negócio de si não dava outro conselho, o mais seguro e melhor era ir logo o poder de naus e gente. Porque, na²⁸ primeira vista que sua armada desse àquelas partes – já ao tempo de sua chegada, toda a terra havia de estar posta em armas contra ela –, convinha mostrar-se mui poderosa em armas e em gente luzida.²⁹ Disso³⁰ [ressaltariam] duas coisas: os moradores daquelas partes podiam conjecturar que o Reino de Portugal era mui poderoso para prosseguir nessa empresa; e a outra, vendo gente luzida, a riqueza dela,³¹ quão proveitoso lhe³² seria ter sua

²³ *Acabaram*. Conseguiram.

²⁴ *Caso*. Acontecimento.

²⁵ *No ano seguinte*. No texto-base: “no seguinte do ano”.

²⁶ O texto faz referência às monções indianas, que obrigavam os navios a chegar e a partir da Índia em épocas do ano muito precisas. Conforme se torna claro, Vasco da Gama já retornou a Portugal com essa importantíssima informação.

²⁷ *Parecia que mais havia de obrar neles temor de armas que amor de boas obras*. A bem construída sentença é um dos melhores atestados do espírito belicoso que presidiu a esquadra de Cabral, conseqüência direta das conclusões tiradas por Vasco da Gama a respeito da Índia e de seus habitantes. As linhas seguintes do texto confirmam o pensamento aqui expresso.

²⁸ *Na*. No texto-base: “nessa”.

²⁹ *Luzida*. Brilhante, pomposa.

³⁰ *Disso*. No texto-base: “das quais”.

³¹ *Dela*. No texto-base: “dele”.

³² *Lhe*. No texto-base: “lhes”.

amizade.³³ E não somente se assentou no conselho o número das naus e gente de armas, que havia de ir nessa armada, mas ainda o capitão-mor dela; pelas qualidades de sua pessoa, foi escolhido Pedro Álvares Cabral, filho de Fernão Cabral.³⁴

Chegado o tempo em que as naus estavam prestes para poderem partir – em um domingo, oito dias de março do ano de 1500 –, el-rei, que estava em Lisboa, foi, com toda a corte, a ouvir missa a Nossa Senhora de Belém, que está³⁵ em Restelo, onde as naus já estavam com o alardo³⁶ dos soldados da gente de armas feito.

Na missa, houve sermão, que fez dom Diogo Ortis, bispo de Ceuta – que depois foi de Viseu –, todo fundado sobre o argumento dessa empresa. Estava³⁷ arvorada no altar, enquanto se disse a missa, uma bandeira da cruz da Ordem da Cavalaria de Cristo, que no fim da missa o mesmo bispo benzeu. E depois disso, el-rei a entregou a Pedro Álvares Cabral, com aquela solenidade de palavras que os tais atos requerem, ao qual – enquanto se disse a missa – el-rei, por honra do cargo que levava, teve consigo dentro na cortina.³⁸ Acabado esse ato, assim como estava arvorada com uma solene procissão de relíquias e cruzes, foi levada aquela bandeira – sinal de nossas vitórias espirituais e temporais – a qual el-rei acompanhou até Pedro Álvares com seus capitães. Na praia, beijaram-lhe a mão e despediram-se³⁹ dele.

³³ O poderio demonstrado pela forte armada, esperavam os portugueses, amedrontaria os indianos e os faria entender as vantagens de se aliarem a Portugal.

³⁴ É a primeira vez, neste volume, que se menciona o nome do pai de Pedro Álvares *Cabral.

³⁵ *Está*. No texto-base: “é”.

³⁶ *Alardo*. Palavra do árabe *al-ard*, que significa: revista militar, revista dos soldados e de suas armas. Do mesmo radical árabe surgiu o vocábulo “alarido” (barulho das tropas, tumulto das tropas).

³⁷ *Estava*. No texto-base: “estando”.

³⁸ *Dentro na cortina*. Dentro do camarim acortinado, destinado ao rei.

³⁹ *Despediram-se*. No texto-base: “espediram”.

A despedida,⁴⁰ geralmente foi a todos de grande contemplação,⁴¹ porque a maior parte do povo de Lisboa – por ser dia de festa e, mais, tão celebrada por el-rei – cobria aquelas praias e campos de Belém, muitos em batéis que rodeavam as naus, levando uns, trazendo outros. Assim, serviam⁴² todos, com suas librés⁴³ e bandeiras de cores diversas, que não parecia mar, mas um campo de flores, com a flor⁴⁴ daquela mancebia juvenil que embarcava. O que mais levantava o espírito dessas coisas eram as trombetas, atabaques, sestros,⁴⁵ tambores, flautas, pandeiros; e até gaitas⁴⁶ – cuja ventura foi andar nos campos, no apascentar dos gados –, naquele dia tomaram posse de ir sobre as águas salgadas do mar, nessa e em outras armadas que depois a seguiram, porque, para viagem de tanto tempo, os homens buscavam tudo para tirar a tristeza do mar. Com essas⁴⁷ diferenças, que a vista e ouvidos sentiam, o coração de todos estava entre prazer e lágrimas, por essa ser a mais formosa e poderosa armada que partira até aquele tempo para tão longe deste Reino.⁴⁸

A armada era de 13 velas, entre naus, navios e caravelas, cujos capitães eram estes: Pedro Álvares Cabral, capitão-mor; Sancho

⁴⁰ *A despedida*. No texto-base: “a qual espedida”. Castanheda (*Documento 33*) também descreveu longamente a partida da expedição, porém se prendeu exclusivamente ao seu aspecto ritualístico. Este trecho de Barros, que até aqui analisa o ritual, descreve no parágrafo seguinte também o comportamento da multidão, aspecto importante dos rituais públicos das monarquias absolutas européias.

⁴¹ *Contemplação*. Atenta consideração.

⁴² *Serviam*. Ocupavam-se.

⁴³ *Librés*. Uniformes ou fardas dos criados. Segundo Antônio de Moraes Silva (*Diccionario da língua portugueza...*), “libréa” significa “o vestido uniforme que os senhores dão aos lacaios, palafreiros, liteiros, com fitas, galões, passamanes, boçais, vistas, golas de outras cores, etc.”.

⁴⁴ *Flor*. No texto-base: “frol”.

⁴⁵ *Sestros*. Sistros. Espécie de pandeiros.

⁴⁶ *Gaitas*. Esses instrumentos, à época, eram tocados sobretudo por camponeses e gente rústica.

⁴⁷ *Essas*. No texto-base: “as quais”.

⁴⁸ *A mais formosa e poderosa armada que partira até aquele tempo para tão longe deste Reino*. A historiografia brasileira recente talvez não venha destacando suficientemente

de Tovar,⁴⁹ filho de Martim Fernandes de Tovar; Simão de Miranda, filho de Diogo de Azevedo; Aires Gomes da Silva, filho de Pero da Silva; Vasco de Ataíde;⁵⁰ Pero de Ataíde, de alcunha “Inferno”; Nicolau Coelho, que fôra com Vasco da Gama; Bartolomeu Dias, o que descobriu o cabo de Boa Esperança; e seu irmão, Pero Dias; Nuno Leitão; Gaspar de Lemos; Luís Pires; e Simão de Pina.⁵¹ O número da gente que ia nessa frota seria, entre mareantes e homens de armas, até 1.200 pessoas,⁵² toda gente escolhida, limpa, bem armada e provida para tão comprida viagem. E além das armas materiais, que cada um levava para seu uso, mandava el-rei outras espirituais, que eram oito frades⁵³ da ordem de São Francisco, de que era guardião frei Henrique⁵⁴ – que depois foi bispo de Ceuta e confessor de el-rei, varão⁵⁵ de vida mui religiosa, e de grã prudência –, com mais oito capelães e um vigário para administrar, em terra, os sacramentos na fortaleza que el-rei mandava fazer, todos varões⁵⁶ escolhidos para aquela obra evangélica.⁵⁷

A principal coisa do regimento que Pedro Álvares levava⁵⁸ era, primeiro, que cometesse⁵⁹ os mouros e gente idólatra daque-

a magnitude do empreendimento cabralino, comparativamente às outras frotas até então armadas por Portugal.

⁴⁹ *Tovar*. No texto-base: “Toar”. Sancho de *Tovar era o segundo homem na hierarquia da esquadra.

⁵⁰ *Ataíde*. No texto-base: “Taíde”; o mesmo ocorre com Pero de *Ataíde.

⁵¹ Castanheda (*Documento 33*) nomeia 13 capitães; enquanto Gaspar Correia (*Documento 36*) registra 14. O escrivão Caminha (*Documento 6*) menciona sete.

⁵² Castanheda (*Documento 33*, nota 8) refere-se a 1.500 homens, cifra mais aceita atualmente.

⁵³ *Oito frades*. Os cronistas estão divididos entre oito e cinco frades. Ver *Documento 33*, nota 5.

⁵⁴ *Henrique*. No texto-base: “Anrique”.

⁵⁵ *Varão*. No texto-base: “barão”.

⁵⁶ *Varões*. No texto-base: “barões”.

⁵⁷ Confirma-se a informação de que o destino dos religiosos era pregar na Índia, à época ainda julgada católica pelos portugueses; ver a respeito a carta de D. Manuel ao Samorim de Calicut, transportada por Cabral (*Documento 5*).

⁵⁸ O rascunho e o complemento do regimento de Pedro Álvares Cabral constituem, respectivamente, os *Documentos 3 e 4* deste volume. Bartolomeu de Las Casas (*Documento 35*) cita este trecho do texto de João de Barros, para referir-se ao regimento de Cabral.

⁵⁹ *Cometesse*. Acometesse, atacasse.

las partes com o gladio material e secular; e deixasse a esses sacerdotes e religiosos usar do seu [gladio] espiritual, que era denunciar-lhes⁶⁰ o Evangelho, com admoestações e requerimentos⁶¹ da parte da igreja romana, pedindo-lhes⁶² que deixassem suas idolatrias, diabólicos ritos e costumes, e se convertessem à fé de Cristo, para todos sermos unidos e ajuntados⁶³ em caridade de lei e amor, pois todos éramos obra de um criador e remidos por um redentor, que era este Cristo Jesus prometido por profetas e esperado por patriarcas tantos mil anos antes que viesse. E para tal lhes⁶⁴ trouxessem todas as razões, naturais e legais, usando daquelas cerimônias que o direito canônico dispõe.⁶⁵ E, quando fôsem tão contumazes⁶⁶ que não aceitassem essa lei de fé, negassem a lei de paz que se deve ter entre os homens, para conservação da espécie humana, e defendessem⁶⁷ o comércio e comutação,⁶⁸ que é o meio por que se concilia e trata a paz e amor entre todos os homens – por ser esse comércio o fundamento de toda a humana polícia⁶⁹ humana, posto que⁷⁰ os contratantes disseram em lei e crença de verdade que cada um é obrigado ter e crer em⁷¹

⁶⁰ *Denunciar-lhes*. Anunciar-lhes.

⁶¹ *Requerimentos*. Solicitações.

⁶² *Pedindo-lhes*. No texto-base: “pedindo-lhe”. Seguem-se outros casos semelhantes: o texto-base usa o “lhe”, em vez de “lhes”.

⁶³ *Ajuntados*. No texto-base: “adjuntados”.

⁶⁴ *E para tal lhes*. No texto-base: “para o qual caso lhe”.

⁶⁵ *Dispõe*. No texto-base: “dispõem”.

⁶⁶ *Contumazes*. Teimosos. No texto-base: “contumaces”.

⁶⁷ *Defendessem*. Proibissem, resistissem ao.

⁶⁸ *Comutação*. Troca.

⁶⁹ *Polícia*. Civilização. Antigamente, segundo Laudelino Freire (*Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*), “polícia” significava: civilização; cultura de costumes. Para Antônio de Moraes Silva (*Diccionario da língua portugueza...*): “o Governo; a administração interna da República, especialmente no que respeita às comodidades, isto é, asseio, fartura de víveres, vestiaria; segurança dos cidadãos”. Las Casas também usa o termo (ver *Documento 35*, nota 6). Segundo o texto, o comércio era o fundamento das relações civilizadas entre os homens.

⁷⁰ *Posto que*. No texto-base: “peró que”. João de Barros emprega as duas formas; “peró que” já é encontrado em documentos do século XVI.

⁷¹ *Em*. No texto-base: “de”.

Deus⁷² –, em tal caso lhes pusessem ferro e fogo e lhes fizessem crua guerra.⁷³ E de todas essas coisas [a armada] levava mui copiosos regimentos.

CAPÍTULO II

Como, partido Pedro Álvares, teve um temporal na paragem do Cabo Verde: e, seguindo sua rota, descobriu a grande terra a que comumente chamamos Brasil, à qual ele pôs nome Santa Cruz. E como, antes de chegar a Moçambique, passou um temporal em que perdeu quatro velas

No dia seguinte, que eram nove do mês de março, desferindo⁷⁴ suas velas que estavam a pique,⁷⁵ saiu Pedro Álvares com toda a frota, fazendo sua viagem às ilhas do Cabo Verde, para aí fazer aguada,⁷⁶ aonde chegou em treze dias. Porém,⁷⁷ antes de tomar esse cabo, estando⁷⁸ entre essas ilhas, lhe deu um tempo que lhe fez perder de sua companhia⁷⁹ o navio de que era capitão Luís Pires, o qual se tornou a Lisboa.⁸⁰ Juntada⁸¹ a frota, depois que

⁷² O parágrafo alia, de forma extremamente natural, religião e comércio. Este último é apresentado como corolário daquela, por constituir o espaço por excelência onde “se concilia e trata a paz e amor entre todos os homens”.

⁷³ Observe-se que o mesmo procedimento descrito foi usado contra os índios do Brasil: caso estes se recusassem a converter-se ao cristianismo, deveriam ser atacados e combatidos. O princípio da “guerra justa”, portanto, parece haver se constituído em norma de conduta dos portugueses em outros espaços do seu império que não só o da América. Os espanhóis também seguiram essa norma.

⁷⁴ *Desferindo*. Desfraldando, dando velas ao vento.

⁷⁵ *Estavam a pique*. Estavam prontas.

⁷⁶ *Fazer aguada*. Fazer provisão de água; abastecer-se de água.

⁷⁷ *Porém*. No texto-base: “peró”.

⁷⁸ *Estando*. No texto-base: “sendo”.

⁷⁹ *Companhia*. No texto-base: “companha”.

⁸⁰ Há divergências sobre o nome do capitão e o paradeiro do navio. Ver *Documento 6*, nota 21.

⁸¹ *Juntada*. No texto-base: “junta”.

passou o temporal, para⁸² fugir da terra de Guiné – onde as calmarias lhe podiam impedir seu caminho –, empegou-se⁸³ muito no mar, por lhe ficar seguro poder dobrar o cabo de Boa Esperança.

E havendo já um mês que ia naquela grande volta – quando veio a segunda oitava da Páscoa, que eram 24 de abril⁸⁴ –, foi dar em outra costa de terra firme, a qual, segundo a estimativa⁸⁵ dos pilotos, lhe pareceu que podia distar 450 léguas para oeste⁸⁶ da costa da Guiné e dez graus da parte do sul, em altura do pólo antártico. A qual terra – estavam os homens tão crentes em não haver alguma [terra] firme ocidental a toda a costa da África⁸⁷ – os mais dos pilotos afirmavam ser alguma ilha, assim como as [ilhas] Terceiras e as que se acharam por Cristóvão Colombo,⁸⁸ que eram de Castela, a que os castelhanos comumente chamam Antilhas.

E para afirmar-se⁸⁹ ao certo se era ilha ou terra firme, foi cortando ao longo dela todo um dia. E onde lhe pareceu mais azada⁹⁰ para poder ancorar, mandou lançar um batel fora. O qual, tanto que foi para⁹¹ terra, viram ao longo da praia muita gente nua, não preta e de cabelo torcido como a de Guiné, mas toda de cor baça, de cabelo comprido e corredio, e a figura do rosto⁹² [sendo] coisa mui nova, porque era tão amassado⁹³ e sem a

⁸² *Para*. No texto-base: “por”.

⁸³ *Empegou-se*. Meteu-se no pego (mar profundo); engolfou-se; entranhou-se.

⁸⁴ Castanheda apresenta a mesma data para a chegada da expedição ao Brasil. Sobre o assunto, ver *Documento 33*, nota 12.

⁸⁵ *Estimativa*. No texto-base: “estimação”.

⁸⁶ *Oeste*. No texto-base: “aloeste”.

⁸⁷ Esta frase é usada como argumento pelos que defendem a causalidade do achamento do Brasil.

⁸⁸ *Colombo*. No texto-base: “Colon”.

⁸⁹ *E para afirmar-se*. Certificar-se. No texto-base: “e por se afirmar”.

⁹⁰ *Azada*. Habilitada; jeitosa.

⁹¹ *Para*. No texto-base: “com”.

⁹² *Rosto*. No texto-base: “rostro”.

⁹³ *Amassado*. Antônio de Moraes Silva (*Diccionario da língua portugueza...*) registra: “rosto amassado: que não tem as feições bem avultadas, nem ressaltadas, como os índios do Brasil...”. O dicionário do século XIX repetiu o estereótipo sobre os índios criado no século XVI!

sempre ao longo da costa, por lhe ser, por aquele rumo, o vento largo, até que chegaram a um porto de mui bom surgidouro, que os segurou¹⁰⁷ do tempo que levavam, ao qual, por essa razão, Pedro Álvares pôs o nome que ora tem, que é Porto Seguro. Ao outro dia, como a gente da terra houve vista da frota, posto que toda aquela fosse uma,¹⁰⁸ parece que permitiu Deus não ser essa [gente] tão esquiva como a primeira, segundo logo veremos.

É porque, na quarta parte da escritura¹⁰⁹ da nossa “Conquista”, a qual, como no princípio dissemos, se chama “Santa Cruz”,¹¹⁰ e o princípio dela começa nesse descobrimento, lá fazemos mais particular menção dessa chegada de Pedro Álvares e assim do sítio e coisas da terra. Ao presente basta saber que, ao segundo dia da chegada – que era domingo da Páscoa –, ele, Pedro Álvares, saiu em terra com a maior parte da gente e, ao pé de uma grande árvore, armou um altar no qual frei Henrique, guardião dos religiosos, disse missa cantada; e houve pregação. E naquela bárbara terra, nunca trilhada de povo cristão,¹¹¹ aprouve a Nosso Senhor – pelos méritos daquele santo sacrifício, memória de nossa redenção – ser louvado e glorificado não somente por aquele¹¹² povo fiel da armada, mas ainda pelo pagão da terra, o qual podemos crer estar ainda na lei da natureza e com

¹⁰⁷ *Segurou*. Protegeu; livrou do perigo. O antigo uso do verbo “segurar” ilumina melhor o sentido do topônimo “Porto Seguro”.

¹⁰⁸ *Fosse uma*. Está João de Barros referindo-se à terra, que seria a mesma, uma só?

¹⁰⁹ *Escritura*. Redação.

¹¹⁰ Nesse trecho, João de Barros refere-se ao seu projeto de escrever volumes sobre a Europa, África, Ásia e Santa Cruz (Brasil), onde trataria de conquista, navegação e comércio. Dessas obras, foi publicada apenas *Décadas*, referente à *Ásia*. As outras obras citadas são desconhecidas: ou João de Barros projetava escrevê-las ou já possuía manuscritos sobre elas, depois perdidos. Aqui se reforça a existência do texto sobre Santa Cruz. Nas *Décadas* (v. I, Livro 6^o, cap. I), referindo-se à província de Santa Cruz (Brasil), João de Barros assinala: “...como particularmente escrevemos em a nossa parte intitulada Santa Cruz”.

¹¹¹ A frase deixa clara a relação, que à época se fazia nos países católicos da Europa, entre religião cristã e civilização. Os homens e os povos que professavam o cristianismo eram civilizados, enquanto aqueles que desconheciam essa religião, como os índios do Brasil, eram “bárbaros”, isto é, não civilizados.

¹¹² *Por aquele*. No texto-base: “daquele”.

comum semelhança com a⁹⁴ outra gente que tinham visto, que se tornaram logo os do batel a dar razão⁹⁵ do que viram, e que o porto lhe parecia com surgidouro.⁹⁶

Pedro Álvares, por haver notícia da terra, encaminhou-se ao porto com toda a frota, mandando ao batel que se chegasse bem a terra e trabalhasse por haver à mão⁹⁷ alguma pessoa das que viram – sem os amedrontar com algum tiro⁹⁸ – e que os fizessz acolher.⁹⁹ Mas eles não esperavam por isso, porque, como viram que a frota se vinha contra eles, e que o batel tornava outra vez à praia, fugiram dela e puseram-se em um teso¹⁰⁰ soberbo, todos apinhados a ver o que os nossos faziam. Os do batel – enquanto Pedro Álvares surgia¹⁰¹ um pouco ao largo do porto, para¹⁰² não amedrontar aquela nova gente mais do que o mostrava, acolhendo-se¹⁰³ ao teso – puseram-se debaixo, no mesmo batel. E começou um negro grumete a falar a língua da Guiné, e outros, que sabiam algumas palavras do árabe.¹⁰⁴ Mas eles nunca acudiram nem à língua nem aos acenos, em que a natureza foi comum a todas as gentes. Vendo os do batel que nem aos acenos nem às coisas que lhe lançaram na praia acudiam, cansados de esperar algum sinal de entendimento deles, tornaram-se a Pedro Álvares, contando o que viram.

Ao outro dia, tendo ele determinado de mandar lançar fora mais batéis e gente, saltou¹⁰⁵ naquela noite tanto tempo com eles que lhe conveio levar âncoras.¹⁰⁶ E correram contra o sul,

⁹⁴ *Com a*. No texto-base: “da”.

⁹⁵ *Dar razão*. Explicar; provar; argumentar.

⁹⁶ *Surgidouro*. Ancoradouro.

⁹⁷ *Haver à mão*. Conseguir.

⁹⁸ A preocupação em não assustar os índios aparece no relato de Caminha (*Documento 6*, nota 288).

⁹⁹ *Acolher*. Fugir.

¹⁰⁰ *Teso*. Antônio de Moraes Silva, *op. cit.*: “o alto do monte, difícil de subir”.

¹⁰¹ *Surgia*. Ancorava.

¹⁰² *Para*. No texto-base: “por”.

¹⁰³ *Acolhendo-se*. No texto-base: “em se acolher”.

¹⁰⁴ *Árabe*. No texto-base: “aravigo” (arábico).

¹⁰⁵ *Saltou*. Saltou ou saiu em terra, desembarcou.

¹⁰⁶ *Levar âncoras*. Levantar âncoras; sair do porto; desferrar do porto. No texto-base: “levar as âncoras”.

o qual logo Deus obrou suas misericórdias, porque todos se punham em joelhos,¹¹³ usando dos autos¹¹⁴ que viam fazer os nossos, como se tivessem¹¹⁵ notícia da divindade a que se humildavam.¹¹⁶ E ao sermão estiveram mui prontos,¹¹⁷ mostrando ter¹¹⁸ contentamento na paciência e quietação que tinham, por seguir o que viam fazer os nossos, que foi causa de mais contemplação e devoção, vendo quão oferecido estava aquele povo pagão a receber doutrina de sua salvação, se ali houvera pessoa que os pudera entender.¹¹⁹ Pedro Álvares, vendo que, por razão de sua viagem, outra coisa não podia fazer, dali expediu um navio, [do] capitão Gaspar de Lemos, com nova para el-rei dom Manuel do que tinha descoberto, o qual navio, com sua chegada, deu muito prazer a el-rei e a todo o Reino, assim por saber da boa viagem que a frota levava como pela terra que descobrira. Passados alguns dias, enquanto o tempo não servia, fizeram sua aguada.

Quando veio a três de maio, Pedro Álvares quis partir. Por dar nome àquela terra por ele novamente achada, mandou arvorar uma cruz mui grande no mais alto lugar de uma árvore e, ao pé dela, se disse missa, a qual foi posta com solenidade de bençãos dos sacerdotes, dando este nome à terra: Santa Cruz. Quase como que – por reverência do sacrifício que se celebrou ao pé da árvore e sinal que se nela arvorou com tantas bençãos e unções – ficava toda aquela terra dedicada a Deus, onde Ele, por sua misericórdia, haveria por bem ser adorado por culto de povo católico, posto que ao presente aquele gentio estivesse tão sáfaro¹²⁰ d’Ele. E como primícias dessa esperança, de alguns

¹¹³ *Joelhos*. No texto-base: “giolhos”.

¹¹⁴ *Autos*. Atos; gestos.

¹¹⁵ *Tivessem*. No texto-base: “tiveram”.

¹¹⁶ *Humildavam*. Faziam-se humildes.

¹¹⁷ *Prontos*. Atentos.

¹¹⁸ *Ter*. No texto-base: “terem”.

¹¹⁹ *Se ali houvera pessoa que os pudera entender*. Pero Vaz de Caminha (*Documento 6*) desenvolveu o mesmo raciocínio – de que os indígenas, para se converterem ao cristianismo, precisavam apenas de quem pregasse entre eles essa religião. Teria João de Barros lido Caminha?

¹²⁰ *Sáfaro*. Arisco; esquivo; desconfiado; rude; inculto; difícil de amansar (animais). No texto-base: “çafáro”.

degredados que iam na armada, deixou Pedro Álvares ali dois, um dos quais veio depois a este Reino e servia de língua¹²¹ naquelas partes, como veremos em seu lugar.¹²²

Pelo qual nome, Santa Cruz, foi nomeada aquela terra,¹²³ nos primeiros anos; e a cruz arvorada alguns [anos] durou naquele lugar. Porém, como o demônio, pelo sinal da cruz, perdeu o domínio que tinha sobre nós, mediante a paixão de Cristo Jesus consumada nela, tanto que daquela terra começou a¹²⁴ vir o pau vermelho, chamado brasil, trabalhou [para] que este nome ficasse na boca do povo, e que se perdesse o [nome] de Santa Cruz, como que importava mais o nome de um pau que tinge panos [do] que [o nome] daquele pau que deu tintura a todos os sacramentos por que somos salvos, pelo sangue de Cristo Jesus, que nele foi derramado. E como,¹²⁵ noutra coisa, nessa parte, não me posso vingar do demônio, admoesto, da parte da cruz de Cristo Jesus, a todos os que esse lugar lerem, que dêem a essa terra o nome que com tanta solenidade lhe foi posto, sob pena de a mesma cruz, que nos há de ser mostrada no dia final, os acusar de mais devotos do pau-brasil [do] que dela. E por honra de tão grande terra chamemos-lhe provincial e digamos a “Província de Santa Cruz”, que soa melhor entre prudentes, que “Brasil”, posto por vulgo sem consideração e não habilitado para dar nome às propriedades da Coroa real¹²⁶.

¹²¹ *Língua*. Intérprete.

¹²² Trata-se de Afonso Ribeiro, um dos dois degredados abandonados por Cabral em Santa Cruz. Barros confirma os serviços que o degredado prestou como intérprete no Brasil e seu retorno a Portugal. João de Barros remete ao texto que escrevera sobre Santa Cruz – infelizmente, jamais encontrado – para mais informações sobre o assunto.

¹²³ Parágrafo importante para a história do Brasil, onde se registra a tensão inicial, entre os portugueses, a respeito do nome do país. Esta tensão, por sua vez, era reveladora de uma outra, localizada no interior da sociedade portuguesa, entre aqueles que davam prioridade às atividades comerciais e aqueles que pregavam a união destas com a pregação e a conversão religiosa. O trecho termina com uma apaixonada defesa de João de Barros em prol do retorno à denominação “Santa Cruz”.

¹²⁴ *Começou a*. No texto-base: “começou de”.

¹²⁵ *Como*. No texto-base: “pois”.

¹²⁶ No mapa português mais antigo, composto em 1502 – o mapa de Cantino (*Documento 24*) –, já aparece a palavra “Brasil”, ao lado da designação “Vera Cruz”. Con-

Tornando a Pedro Álvares – que partiu do Porto Seguro, daquela Província de Santa Cruz –, estando¹²⁷ ele na grande travessia¹²⁸ que há entre aquela terra de Santa Cruz ao cabo de Boa Esperança, aos 12 dias do mês de maio apareceu no ar um grande cometa,¹²⁹ com um raio que demorava¹³⁰ contra o cabo de Boa Esperança, o qual foi visto por todos os da armada por espaço de oito dias, sem se mover daquele lugar; parece que prognosticava o triste cabo, que logo viram. Porque, como desapareceu ao seguinte dia, que foram 23 de maio, depois do meio-dia, indo a frota, já no dia passado, com um mar grosso e empolado,¹³¹ como que vinha feito de longe, armou-se contra o norte um negrume no ar a que os marinheiros de Guiné chamam bulcão,¹³² com o qual acalmou o vento, como que aquele negrume o sorvera todo em si para depois lançar o fôlego mais furioso.

A qual coisa logo se viu, rompendo em um instante, tão furiosamente que – sem dar tempo a que se mareassem¹³³ as velas – soçobrou¹³⁴ quatro de que estes eram os capitães: Aires Gomes da Silva, Simão de Pina, Vasco de Ataíde e Bartolomeu Dias, o qual – tendo passado tantos perigos de mar nos descobrimentos que fez, principalmente no cabo da Boa Esperança, como atrás

tudo, o nome “Brasil” parece ter sido oficialmente adotado pela Coroa portuguesa apenas em 1513, em uma carta de D. Manuel I a Fernando de Aragão.

¹²⁷ *Estando*. No texto-base: “sendo”.

¹²⁸ *Travessia*. No texto-base: “sendo travessa”.

¹²⁹ *Um grande cometa*. “uma grande cometa”; a palavra era considerada feminina, à época. Castanheda (*Documento 33*) registra da mesma forma. Muitos textos deste volume referem-se à prolongada passagem do cometa à frente da expedição, para a seguir relatar os naufrágios de vários navios. O aparecimento de um cometa prenunciava tragédias.

¹³⁰ *Demorava*. Estava situado.

¹³¹ *Grosso e empolado*. Inchado e entumescido. São praticamente sinônimos.

¹³² *Bulcão*. Segundo Antônio Moraes e Silva (*Dicionário da língua portuguesa...*): “um negrume no ar, ou nuvens espessíssimas que se desatam em vento súbito e furiosíssimo”.

¹³³ *Mareassem*. Manobrassem.

¹³⁴ *Soçobrou*. Fez naufragar; virou de cabeça (isto é, da parte de cima) para baixo. “Soçobrar” vem das palavras italianas *sotto* (baixo) e *sopra* (cima).

contamos – essa fúria de vento deu fim a ele e aos outros, metendo-os no abismo da grandeza daquele mar oceano, que naquele dia encetou¹³⁵ em nós, dando ceva de corpos humanos aos peixes daqueles mares, os quais corpos, podemos crer, serem os primeiros, pois o foram naquela incógnita navegação. [...]

¹³⁵ *Encetou*. Tocou, tirando a primeira porção. No caso, o oceano “engoliu” ou “abocanhou” os primeiros portugueses.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Fonte impressa, integrando o volume I, Livro V, da obra *Décadas* (ver “Fonte”), de João de Barros, publicado pela primeira vez em 1552.

FONTE

BARROS, João de. *Décadas*. V. I, Livro V. Baseada na “edição *princeps*”. Seleção, prefácio e notas de António Baião. Coleção de clássicos Sá da Costa. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1945, p. 99-113.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

A primeira edição do volume I de *Décadas da Ásia* (também conhecido apenas como *Décadas*) foi publicada em Lisboa, a 28 de junho de 1552. O segundo volume, ou *Décadas II* – assim como o *Décadas III* – veio a público pela primeira vez em 1553, também em Lisboa. Já o *Décadas IV* foi publicado em Madri, em 1615. A segunda edição portuguesa do livro é de 1628. A obra conheceu diversas edições em Portugal.

EMENTA

Extrato (cap. I e parte do cap. II) do Livro V, publicado em 1552, de *Décadas da Ásia*, de autoria de João de Barros. O trecho selecionado relata a satisfação sentida em Portugal quando do retorno da esquadra de Vasco da Gama, as providências aí tomadas para armar a esquadra de Cabral, as características e os objetivos desta, a viagem até a América, os acontecimentos durante a estadia da frota em terra, as razões da mudança do nome do país, de Santa Cruz para Brasil, e os naufrágios havidos perto do cabo da Boa Esperança.

ANÁLISE HISTÓRICA

O autor do texto, o português João de Barros – nascido talvez em Viseu, por volta de 1496, e morto em outubro de 1570 –, era filho de Lopo de Barros, escudeiro da Casa Real e corregedor de Entre Tejo e Odiana. Transferiu-se ainda jovem para a Corte, onde estudou e foi moço de guarda-roupa do futuro rei D. João III. Em 1522, viajou para a fortaleza de São Jorge da Mina, na Guiné, a serviço real. De volta a Portugal, a partir de 1525 começou carreira como funcionário da Coroa: nesse ano, foi tesoureiro da Casa da Índia; de novembro de 1525 a 1528, tesoureiro da Casa da Mina e Ceuta e, de 1533 a 1567, feitor da Casa da Índia. Barros responsabilizou-se, portanto, pela parte financeira de instituições que lidavam com enorme quantidade de dinheiro, proveniente dos impostos sobre os produtos trazidos desde além-mar até Portugal.

A partir de 8 de março de 1535, o destino de João de Barros ligou-se ao do Brasil: nessa data, recebeu do rei duas capitânicas hereditárias, a do Maranhão (junto com Aires da Cunha) e a do Rio Grande. Nesse mesmo ano, os dois donatários, associados a Fernão Álvares de Andrade, fizeram partir uma grande armada, comandada por Aires da Cunha, composta de nove ou dez navios e cerca de novecentas pessoas, com o objetivo de encontrar ouro e ocupar as capitânicas. Parte da armada esteve no Rio Grande do Norte, parte no Maranhão – onde, em 1536, construiu uma fortaleza, na atual cidade de São Luís –, mas, com a morte do capitão Aires da Cunha, dispersou-se, indo uma parcela parar nas Antilhas. Foi um desastre, que custou a João de Barros parte de seus bons rendimentos oficiais, os quais em 1552 eram calculados em 40 mil reais/ano. Assim mesmo, o donatário não desistiu: em 1556, enviou nova expedição ao Brasil, da qual participaram dois de seus filhos, Jerônimo e João, e, talvez, o próprio João de Barros, com o objetivo de povoar a terra. Durante cinco anos, a expedição percorreu o rio Maranhão, mas os resultados foram desastrosos: grande parte dos tripulantes morreu de doença ou de ataque de índios, nenhuma povoação foi fundada e Barros empobreceu.

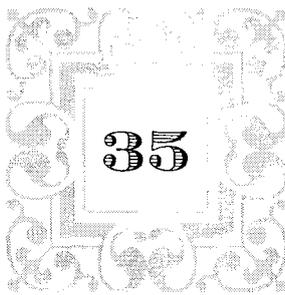
A importante obra de João de Barros abarca múltiplas áreas, como a história, a gramática, a filosofia e a pedagogia; essa característica, aliada à alta qualidade literária de sua prosa, torna-o um dos mais importantes humanistas portugueses. Seu primeiro livro, publicado em 1522, foi *Crónica do Imperador Clarimundo*. Entre outros volumes, compôs loas aos membros da família real, como o *Panegírico do Rei D. João III* (1533), reflexões teológicas, como o *Diálogo Evangélico sobre os Artigos da Fé, contra o Talmude dos Judens* (1543) e obras filosóficas de cunho moral, como *Diálogo da Viciosa Vergonha*. João de Barros foi ainda autor de importantes obras de gramática, destacando-se sua *Gramática da Língua Portuguesa* (1539-1540), a primeira jamais composta.

A partir de 1545, João de Barros dedicou-se à confecção das *Décadas*. O autor consultou muitas fontes, orais e escritas, para escrever essa obra principal, mas, ao contrário de Castanheda (*Documento 33*), não conheceu os locais orientais que descreveu. *Décadas*, referente às navegações marítimas e à construção do império português na Ásia, compunham um projeto ambicioso de visão global dos descobrimentos,

contemplando três planos: o militar, o geográfico (no qual estavam incluídas as navegações) e o comercial. Conforme escreveu Luís Filipe Barreto (“João de Barros”, *Dicionário de história dos...*, p. 125),

embora de majoritária acentuação político-militar, as *Décadas da Ásia* são também uma busca de racionalização total dos atos humanos através de cuidada e rigorosa atenção aos quadros geográficos, etnológicos e socioeconômicos em que se realizam os confrontos. Obra quinhentista do humanismo em que melhor se realiza a fusão da geografia com a história, as *Décadas* são também uma das construções discursivas mais perfeitas da ideologia imperial dominante em Quinhentos, apresentando um Portugal épico fazedor da cidade de Deus em troca do constante apoio do divino nos descobrimentos.

O trecho selecionado neste volume oferece um número muito grande de informações sobre a organização da esquadra e a viagem de Cabral ao Brasil, assim como sobre a terra brasileira – muito mais do que o faz, por exemplo, o texto de Castanheda (*Documento 33*) –, o que provavelmente se explica pelo interesse pessoal de João de Barros pelo Brasil. Várias informações aqui contidas (assinaladas nas notas) não constam dos outros textos, representando uma contribuição importante para o conhecimento sobre Portugal e sobre o Brasil em 1500.



BARTOLOMEU DE LAS CASAS

HISTÓRIA DAS ÍNDIAS (1561)

CAPÍTULO 173

[...]¹

Enviou, pois, o rei de Portugal, D. Manuel I,² uma bem provida armada de 13 velas, grandes e menores, nas quais iriam até 1.200 homens,³ entre marinheiros e gente de armas, toda gente mui lúcida e experimentada nas armas materiais. Diz sua história que mandou prover das [armas] espirituais, e estas foram: oito⁴ religiosos da ordem de S. Francisco, cujo guardião foi frei Henrique,⁵ o qual, depois, foi bispo de Ceuta e confessor do rei,

¹ A primeira parte deste capítulo trata da viagem de Diogo de Lepe, iniciada em dezembro de 1499. Segundo o texto, Lepe dobrou o cabo de Santo Agostinho, entrou pelo rio “Marañon” (Amazonas) e ali roubou e saqueou os nativos, no mesmo local onde Vicente Yañez Pinzón fizera o mesmo.

² *D. Manuel I.* No original: “D. Manuel, o primeiro com aquele nome”.

³ *1.200 homens.* Esta cifra é a mesma fornecida por João de Barros (*Documento 34*, nota 52), um dos autores em que Las Casas se baseou, conforme explica nas últimas linhas. Castanheda (*Documento 33*, nota 8), o outro autor que serviu de fonte a Las Casas, refere-se a 1.500 homens, número em geral mais aceito hoje.

⁴ *Oito.* Os cronistas estão divididos entre oito e cinco frades. Ver *Documento 33*, nota 5.

⁵ *Henrique.* No texto-base: “Anrique”.

varão de vida mui religiosa e grã prudência. Esse mesmo [rei] enviou oito capelães e um vigário para que administrassem os Santos Sacramentos numa fortaleza que o rei de Portugal mandava fazer; todos varões escolhidos, como convinha para aquela obra evangélica.

E diz o historiador português João de Barros que o principal capítulo da instrução⁶ que levava o capitão da armada, que se chamava Pedro Álvares Cabral, era que – antes de acometer os mouros e os idólatras com a espada material e secular, fazendo-lhes guerra – deixasse aos religiosos usar da sua [espada] espiritual, que era anunciar-lhes o Evangelho, com admoestações e requerimentos da parte da Igreja romana, pedindo-lhes que deixassem suas idolatrias, diabólicos ritos e costumes, e se convertessem à fé de Cristo, para que todos fôssemos unidos e ajuntados na caridade de lei e amor, pois todos éramos obra de um Criador e redimidos por um Redentor, que era Cristo Jesus, prometido pelos profetas e esperado pelos patriarcas tantos mil anos antes que viesse, para o qual trouxessem todas as razões naturais e legais, usando daquelas cerimônias e atos que o direito canônico dispõe. E quando se mostrassem tão contumazes que não aceitassem essa lei de fé e negassem a lei de paz que se deve ter entre os homens, para conservação da espécie humana, e defendessem o comércio ou comutação, e amor entre todos os homens, por ser esse comércio o fundamento de toda polícia⁷ humana – porém, com que os contratantes não diferissem em lei e crença da verdade que cada um é obrigado a ter em crer em Deus –, que em tal caso lhes pudessem fazer guerra cruel, a fogo e a sangue.

Isso diz aquela *História*.⁸ De maneira que, à bordoadada haviam [os índios] de receber a fé, embora esta lhes pesasse, da mesma forma como Maomé introduziu no mundo a sua

⁶ *Instrução*. Regimento que dava instruções a Cabral sobre o que fazer e como proceder durante a viagem (ver *Documentos 3 e 4*). Las Casas, ao comentar esse documento, descobre nele o antecedente do requerimento a que mais tarde, em 1513, os espanhóis recorrerão para fundamentar os ataques e as matanças que faziam na América contra os indígenas. Las Casas estabelece, portanto, uma linha de continuidade entre a ação de portugueses e espanhóis no continente americano.

⁷ *Polícia*. Civilização. João de Barros usa o mesmo termo (ver *Documento 34*, nota 69).

⁸ *História*. No original, nota marginal a seguir: “de João de Barros, livro V, capítulo 1 da 1ª Década”. Ver a respeito *Documento 34*.

seita,⁹ e também que, ainda que o não quisessem, haviam [os índios] de comerciar e trocar as suas coisas pelas alheias, mesmo não tendo necessidade delas. Tenho medo de que os portugueses, sob pretexto de aumentar a fé cristã, despojem a Índia [oriental] do ouro, prata e especiarias que possuía, e de outras riquezas, e usurpem seus senhorios e liberdade dos reis naturais, tal como nós, castelhanos, procedemos para extirpar e assolar as nossas Índias.¹⁰

E tudo procede da grande e espessa cegueira que – por nossos pecados – Deus permitiu em que caíssem Portugal e Castela. E manifesto é que mais cedo começou [a cegueira] em Portugal do que em Castela, como claríssimo aparece nos meios e fins que animaram os portugueses em terras da Guiné, conforme acima referido, nos capítulos 19, 22, 24 e 25.¹¹ Grande cegueira é – e queira Deus não intervenha grande malícia – querer que infieis de qualquer religião, por supersticiosa que seja, fora a de hereges, uma vez que tenham recebido voluntariamente a fé católica, a recebam com requerimentos e protestos e ameaças de que, se não a recebem, mesmo que lhes seja [a fé cristã] persuadida por quantas razões naturais quisermos, percam da mesma forma suas fazendas,¹² corpos e almas, perdendo miseravelmente, por meio de guerras cruéis, as vidas; que outra coisa se pode dizer, a não ser que a paz, mansidão, humildade e benignidade de Jesus Cristo, que assinaladamente e em particular nos mandou que dele aprendêssemos [essas qualidades], e as usássemos com todos os

⁹ Ou seja, a conversão forçada ao cristianismo pesaria aos índios da mesma forma que pesou àqueles convertidos à força ao islamismo, por Maomé. Nesse trecho predomina a visão comum a todo sacerdote católico ibérico da época: o horror ao islamismo, identificado como o grande inimigo do cristianismo. A analogia explícita com o islamismo acaba por reforçar o argumento de Las Casas, pois este está, simplesmente, comparando a ação dos portugueses à dos seus piores e mais desprezíveis inimigos, os muçulmanos.

¹⁰ Aqui se faz explícita a analogia entre os violentos meios de agir dos portugueses e dos espanhóis. Igualavam-se, portanto, todos – mouros e católicos (e, entre estes, portugueses e espanhóis) – no roubo, na mortandade e na escravização dos povos conquistados.

¹¹ Aos portugueses, portanto, caberia a primazia das ações violentas de conquista, pois eles haviam iniciado tal comportamento desde que chegaram à região da Guiné, na África Ocidental.

¹² *Fazendas*. Bens; riquezas.

homens, indiferentemente, assim como a religião cristã que, sem cessar a cada dia nos acorda, nos admoesta e nos prega [essas qualidades], as converteríamos na furibunda e cruel ferocidade e no costume espuríssimo dos maometanos.¹³

O¹⁴ mesmo é dizer ou acreditar que as pessoas hão de fazer comércio e intercâmbio com homens desconhecidos e de forma não voluntária, a não ser contra toda a sua vontade e liberdade;¹⁵ mas, como sobre essa matéria e esses erros, assim como sobre a averiguação e esclarecimento deles temos, com o favor divino, largamente escrito grandes volumes, não é conveniente à história aumentar mais do que já disse.¹⁶

Partiu, pois, a frota portuguesa, cujo capitão era Pedro Álvares Cabral, de Lisboa, segunda-feira, a nove dias do mês de março, ano de 1500. Tomou sua derrota¹⁷ para as ilhas de Cabo Verde. E dali, para fugir da costa da Guiné, onde há muitas e prolixas calmarias, meteu-se muito ao mar – que quer dizer, à mão direita, para o austro¹⁸ – também porque, como o cabo de Boa Esperança sai muito¹⁹ ao mar, para poder melhor dobrá-lo.

¹³ De novo se explicitam as semelhanças entre os modos de agir dos católicos e dos islâmicos. Las Casas acentua a traição que isto significava aos princípios básicos do cristianismo e dos ensinamentos de Jesus Cristo.

¹⁴ À margem, está escrito: “Gentis milagres fizeram os portugueses, para confirmar a doutrina que os religiosos haviam pregado: roubá-los [aos índios], torná-los cativos, queimá-los e fazê-los em pedaços; bom seria perguntar-lhes [aos portugueses] se eles foram chamados à fé por esses caminhos e com essas ameaças; perniciosíssima e muito concreta insensibilidade ocorreu nos princípios e agora é esta”.

¹⁵ Aqui Las Casas contrapõe-se ao argumento, presente em João de Barros (*Documento 34*, nota 69) e em outros cronistas da época – pois parte da mentalidade dos conquistadores de então –, de que o comércio estabelecido entre os europeus e os nativos era a expressão da paz e da harmonia entre eles, o fundamento das relações civilizadas entre os homens.

¹⁶ Aqui Las Casas termina sua longa condenação à guerra justa e à ação dos conquistadores, retornando à narrativa da viagem de Cabral.

¹⁷ *Derrota*. Rumo, caminho.

¹⁸ *Austro*. Sul. Tal como Barros (*Documento 34*, nota 87), Las Casas parece indicar a causalidade na chegada dos portugueses ao Brasil: para fugir das calmarias excessivas do litoral da Guiné, a esquadra “meteu-se muito” ao mar, desviou-se excessivamente.

¹⁹ *Muito*. No original: “mui muito”.

E havendo já um mês que navegava, sempre metendo-se ao mar, nas oitavas de Páscoa, que então foram a 24 de abril,²⁰ foi dar na costa de terra firme, a qual, segundo estimavam os pilotos, podia distar da costa da Guiné 450 léguas, na altura do pólo antártico, da parte do sul, dez graus.

Não podiam crer os pilotos que aquela era terra firme, senão alguma grande ilha, como esta ilha de Espanhola²¹ – que chamavam os portugueses de Antilha –, e para experimentá-lo, foram um dia ao longo da costa. Deitaram um batel fora, chegaram a terra e viram infinita gente desnuda, não preta nem de cabelos torcidos, como os da Guiné, senão longo e corredio, como o nosso, coisa que lhes pareceu mui nova. O batel tornou-se logo a dar novas disso, e que parecia bom porto, de onde podiam surgir.²²

A frota chegou à terra. O capitão mandou que [o batel] tornasse lá e, se pudesse, tomasse alguma pessoa. Porém, eles foram fugindo para um monte e juntos esperavam [para ver] o que os portugueses queriam fazer. Querendo deitar mais batéis fora e gente, veio um grande vento. Levantaram âncoras e foram ao longo da costa, para o sul, onde o vento os servia, e surgiram em um bom porto.²³

O capitão saiu em terra com o resto da gente,²⁴ dia de Páscoa. Ao pé de uma grande árvore fizeram um altar, e o supra-dito guardião disse missa cantada. Chegaram os índios, mui pacíficos e confiantes, como se os cristãos de antes fossem seus mui grandes amigos. Como viram que os cristãos ficavam de joelhos e batiam nos peitos, todos os atos que os viam fazer, todos eles faziam o

²⁰ 24 de abril. A respeito das várias datas de chegada da esquadra ao Brasil, ver *Documento 33*, nota 12.

²¹ As informações desse parágrafo são as mesmas apresentadas por João de Barros (*Documento 34*), com exceção dessa analogia com a ilha de Espanhola (hoje São Domingos, onde estão o Haiti e a República Dominicana), de autoria do próprio Las Casas. O dominicano conhecia bem a ilha, pois nela viveu vários anos.

²² *Surgir*. Ancorar.

²³ Nota marginal a seguir: “Enviou um batel, tomou dois índios de uma canoa; mandou vesti-los, dos pés à cabeça, e os enviou a terra. Vieram grande número de gente, cantando, bailando e tocando certos cornos e buzinas, fazendo saltos e bailes de grande alegria e regojizo, que era maravilha de se ver”.

²⁴ *Com o resto da gente*. No original: “com o mais da gente”.

mesmo. No sermão que o guardião pregou estavam atentíssimos, como se o entendessem, e com tanta quietude, sossego e silêncio, que diz o historiador²⁵ que movia a todos os portugueses a contemplação e devoção, considerando quão disposta e aparelhada estava aquela gente para receber a doutrina e religião cristã.

O capitão logo despachou um navio dali ao rei de Portugal, o qual, diz-se, que recebeu grande alegria com as novas da terra novamente²⁶ descoberta; e todo o reino.

Naquele dia, depois de comer, o capitão deu licença à gente dos navios, para que saíssem em terra e folgassem e fizessem troca com os índios, cada um o que quisesse. A troco de papel e pedaços de pano e de outras coisinhas, os índios davam-lhes papagaios e outras aves mui coloridas e mui formosas, de que havia muitas, das plumas das quais tinham chapéus e feito outras coisas mui lindas e formosas; davam-lhes inhames²⁷ ou batatas e outras frutas, que havia muitas. Alguns portugueses foram às povoações e viram infinitos arvoredos, águas e frescuras, terra viçosíssima e deleitável, mui abastada de milho e outras coisas de comer, onde se fazia muito algodão. Viram ali um peixe mais grosso do que um tonel, do comprimento de dois tonéis, a cabeça e olhos de porco, as orelhas como de elefante; não tinha dentes; na parte de baixo havia dois buracos, um rabo de um côvado, e de largura, outro tanto; o couro era como de porco, a gordura [da grossura] de um dedo.²⁸

O capitão mandou pôr nessa terra uma cruz muito alta e mui bem feita. Por isso, aquela terra foi chamada de Santa Cruz pelos portugueses, por alguns anos. Depois, o tempo andando, como nela acharam brasil, chamaram, e hoje se chama a terra do Brasil.²⁹

²⁵ *Diz o historiador.* Torna-se claro que o texto de João de Barros continua a ser, até aqui, a fonte principal de Las Casas.

²⁶ *Novamente.* Recentemente.

²⁷ *Inhames.* No espanhol: *ajés*. Ver Documento 6, nota 318.

²⁸ As informações deste parágrafo, sobre os objetos trocados entre portugueses e índios e sobre o fantástico peixe, não foram baseadas em João de Barros, mas em Castanheda (Documento 33, nota 21). Las Casas aumentou o peso do peixe, de um para dois tonéis.

²⁹ Ao contrário de João de Barros (Documento 34, nota 123), Las Casas não tece comentários a respeito da mudança do nome do país.

O capitão trazia 20 homens desterrados,³⁰ por [serem] malfeitores. Acordou deixar ali dois deles, para que soubessem os segredos da terra e aprendessem a língua, os quais os índios trataram mui bem; depois, um deles serviu de língua ou intérprete muito tempo em Portugal.

Tudo o que é dito aqui disso, tirei-o de dois historiadores portugueses que escreveram toda a história, desde o seu princípio, da Índia: um é João de Barros, no Livro V, capítulo 2º de sua primeira *Década*; e o outro é Fernão Lopes de Castanheda, no Livro I, capítulo 29 da *História da Índia*. [...] ³¹

³⁰ É a primeira vez, nos documentos reunidos neste volume, que aparece a importante referência ao número total de degredados (20) da esquadra de Cabral. Nem o texto de Barros nem o de Castanheda faz menção a essa cifra.

³¹ Las Casas termina o capítulo comparando a bondade, a mansidão e a hospitalidade dos nativos americanos – prontos para receber a doutrina de Cristo – com as injustiças e os danos cometidos pelos cristãos europeus.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Biblioteca Nacional de Madri, Seção de Manuscritos, sign. 21 a 23. São três volumes manuscritos.

LEITURA PALEOGRÁFICA

A fonte utilizada (ver “Fonte”), baseada na leitura do documento original, não cita o autor da leitura paleográfica.

FONTE

LAS CASAS, Fray Bartolomé de. *Historia de las Indias*. Livro I, v. II, cap. 173. Edição baseada no manuscrito original da Biblioteca Nacional de Madri. Apresentação de Roberto Cassá, bibliografia de Amadeo Julián e biografia de Manuel José Quintana. Flórida (EUA): Ediciones del Continente, 1985, p. 159-162.

O texto aqui publicado foi traduzido do espanhol pelos autores deste volume.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

A *História das Índias*, concebida para se tornar a obra-síntese do pensamento de Bartolomeu de Las Casas, começou a ser escrita em 1527, no mosteiro dominicano de Puerto Plata, na ilha Espanhola (atual São Domingos), nas Antilhas. Com muitas interrupções – devidas à vida extremamente agitada do autor; às polêmicas de que participou e à escrita de muitas outras obras –, a elaboração da *História das Índias* demorou um total de 34 anos, já que o Livro III foi concluído apenas em 1561, na Espanha.

Ao contrário de outra obra de Las Casas sobre o mesmo tema – a *Brevíssima relação da destruição das Índias*, editada em Sevilha em 1552, que logo conheceu grande sucesso, muitas edições e traduções –, a volumosa *História das Índias* foi publicada apenas mais de trezentos anos após finalizada: sua primeira edição, feita em Madri, organizada pelo Marquês de la Fuensanta del Valle e por José Sancho Rayón, para a Coleção de Documentos Inéditos para a História de Espanha (CDIE), data de 1875-1876. A obra teve ao todo oito edições na Espanha, conhecendo também algumas traduções. Nunca foi publicada no Brasil.

EMENTA

Trecho do capítulo 173 do Livro I, volume II, do livro *Historia de las Indias*, iniciado em 1527, de autoria do frei dominicano Bartolomeu de Las Casas. O trecho selecionado narra os preparativos da viagem de Cabral, a chegada ao Brasil e a estadia da armada no país, mas são as relações entre conquistadores e índios sua principal preocupação. As informações reunidas – em sua maioria retiradas dos escritos dos portugueses João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda – servem de base para Las Casas denunciar, em tom de profunda indignação, a ferocidade, a cobiça e a injustiça que caracterizavam as ações de portugueses e espanhóis durante a conquista, especialmente durante as ações das chamadas “guerras justas”.

ANÁLISE HISTÓRICA

Nascido por volta de 1474, o sevilhano Bartolomeu de Las Casas conheceu a América em 1502. Depois de um período na Espanha, retornou em 1511, ainda como civil, à ilha de Espanhola (atual São Domingos, nas Antilhas), tornando-se ali *encomendero*, isto é, responsável por fazer catequizar um grupo de índios, em troca da total exploração do trabalho destes. Las Casas participou ainda, junto com Panfilo de Narváez e Diego Velásquez, da conquista de Cuba – durante a qual foram degolados 7 mil índios –, recebendo como recompensa terras e um novo *repartimiento* de índios.

Em 1514, Las Casas, em virtude de uma súbita iluminação, conectada aos sermões anticolonialistas do frade Antônio Montesinos, segundo testemunhou, abandonou todas as atividades econômicas para se tornar frade dominicano, consagrando o restante de sua longa vida (morreu em 1566, em Madri, com cerca de 82 anos) à crítica impiedosa dos conquistadores e à defesa dos indígenas. Foi um defensor apaixonado, agindo, escrevendo, denunciando, publicando obras e participando de acirradas

polêmicas, na Espanha e na América. Ficou conhecida sobretudo a polêmica que sustentou contra o filósofo aristotélico João Sepúlveda e contra Gonçalo Fernández de Oviedo (cronista oficial da conquista espanhola, autor da *História Geral e Natural das Índias*). Nessa polêmica, levada a efeito durante três anos (1547-1550) nos tribunais da cidade espanhola de Valladolid, Las Casas posicionou-se contrário à teoria aristotélica da servidão dos povos “naturalmente inferiores”, defendida pelos outros dois espanhóis e aplicada então aos indígenas da América. Embora a escravização dos índios tenha na prática continuado, o dominicano venceu a polêmica: Francisco de Vitória, jurista extremamente respeitado à época, professor da Universidade de Salamanca e juiz da polêmica, concluiu que os índios não poderiam mais ser escravizados nem destituídos de seus bens, sendo os legítimos proprietários de suas terras.

Las Casas escreveu incansavelmente. Foi autor de grande número de obras muito variadas, que incluem desde cartas à Corte e opúsculos até tratados de teologia e livros de história em vários volumes. Sua obra é o espelho de sua luta, que apresenta “duas vertentes: contra a realidade colonial imposta pela Espanha e contra as justificações intelectuais que surgiram para legitimá-la”, conforme explicou Roberto Cassá (Apresentação, *Historia de las Indias*, p. IX).

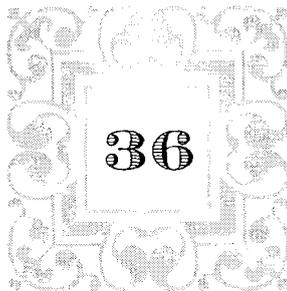
A *História das Índias* narra a conquista da América pelos europeus, desde que estes aí chegaram, em 1492, até o ano de 1520 (o projeto inicial de Las Casas era estender o período em exame até 1520). Uma parte considerável da obra é dedicada à atuação de Cristóvão Colombo, de quem o autor fora muito amigo, e cuja figura enalteceu, em detrimento da figura de Américo Vespúcio, então muito admirado na Europa (ver *Documentos* 9, 23, 27 e 28). Elaborada ao longo de três décadas, a *História das Índias* carece de unidade, quanto ao estilo e ao teor das reflexões. Conforme assinalou aquele que é considerado o maior biógrafo de Las Casas, o americano Lewis Hanke, esta obra é um mosaico, pois, à medida que iam chegando às mãos de Las Casas novas informações e documentos, estes os incorporava ao texto. Apesar disso, conforme também notou Hanke, toda a *História das Índias* é perpassada por um mesmo objetivo, o de alertar espanhóis, portugueses e demais europeus sobre as atrocidades então praticadas contra os indígenas da América. O tom predominante na obra inteira é o de profunda indignação, de forte compromisso moral com a causa indígena, tendo Las Casas se tornado uma das mais impressionantes e potentes vozes contra o colonialismo europeu.

Las Casas é em geral considerado um autor preocupado exclusivamente com a atuação espanhola na América. Essa idéia, contudo, não corresponde aos escritos do autor. A própria *História das Índias* ocupa-se não apenas das conquistas espanholas, mas também das portuguesas, e estas não só na América, mas ainda na África. De fato, baseado nos cronistas lusitanos, principalmente em Gomes Eanes de Zurara, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros – cujas *Décadas I* recém haviam sido publicadas (no ano de 1552) –, o dominicano incluiu em sua grande obra 11 capítulos (os de n^{os} 17 a 27), dedicados exclusivamente à atuação portuguesa nas ilhas atlânticas e no litoral africano, até o cabo da Boa Esperança. Nesses capítulos, conforme concluiu

Isacio Perez Fernández (Ensaio Preliminar, *Brevíssima relação da destruição da África*, p. 48-49),

o que menos importou a Las Casas foram as ilhas portuguesas de Porto Santo, Madeira, Açores e cabo Verde, todas elas despovoadas. O que o levou a pegar na pena foi o *comportamento* dos portugueses para com os naturais da costa africana: mouros, árabes, azenegues e negros. [...] O que ocorrera nas Canárias e em África fora o prelúdio do que ocorria na América.

O documento de Las Casas aqui selecionado, incluído na *História das Índias*, demonstra um fato muito pouco conhecido: o interesse do frade dominicano pela chegada dos portugueses ao Brasil. O trecho é reconhecidamente baseado em Barros e em Castanheda (embora, conforme assinalado nas notas, também contenha algumas informações não provenientes desses autores). Isso, porém, não impede que a perspectiva adotada por Las Casas seja radicalmente diferente da dos autores que lhe serviram de fontes, especialmente da de João de Barros. Las Casas mostra-se preocupado em ressaltar a mansidão, a hospitalidade e a boa disposição dos índios do Brasil para a religião, em contraste com a idéia portuguesa da “guerra justa” – a qual autorizava os colonizadores a atacar os índios, quando estes resistissem à conversão ao cristianismo –, adotada também pelos espanhóis na América. Las Casas considerava a “guerra justa” um pretexto para toda sorte de atrocidades cometidas contra os índios, e contra isso seu texto se insurge, estabelecendo uma dupla analogia: entre as conquistas portuguesas na África – onde teria começado o condenável comportamento europeu – e na América, e entre as conquistas de Portugal e da Espanha em território americano.



GASPAR CORREIA

LENDAS DA ÍNDIA (1561)

Armada de Pedro Álvares Cabral no ano de 1500

CAPÍTULO I

ESTANDO¹ EL-REI muito contente e com muito prazer, dando muitos louvores a Nosso Senhor, por tamanha mercê que lhe tinha feito, em lhe dar começo e descobrimento da navegação da Índia – coisa tão grande para a prosperidade e acrescentamento de seus reinos, com exaltamento da fé de Nosso Senhor Jesus Cristo,² com tão gloriosa memória, sendo por ele tão grande coisa

¹ *Estando*. No original: “sendo”. O texto anterior assinala que o rei D. *Manuel ficou muito eufórico com a viagem de Vasco da *Gama, por duas grandes razões: finalmente, fora completado e encontrado o caminho para a Índia; e, apesar dos incidentes em Calicut, a expedição retornara com uma carga valiosa e lucrativa, prometendo futuros lucros. Por isso, ordenou que se compusesse logo uma nova e grande armada de 13 navios e mais de 1.500 pessoas, enquanto a expedição de Vasco da Gama tinha apenas quatro navios (contando o de mantimentos) e apenas cerca de 160 pessoas.

² Ao contrário dos textos de Castanheda e João de Barros (*Documentos 33 e 34*), aqui o motivo econômico é citado antes do religioso.

acrescentada ao Reino de Portugal –, assentou em seu coração conquistar e ganhar a Índia para seu senhorio,³ com grande armada, cada ano, e com muitas gentes, à sua custa, que mandaria voluntariamente e lhe pagaria com soldos. E nisso tanto trabalharia até ganhá-la, com paz ou pela guerra, até submetê-la toda a seu senhorio, pelo que obteria⁴ muitas riquezas para enobrecimento de seus reinos e vassalos. E em tudo prepondo sua intenção⁵ no serviço de Nosso Senhor, esperava fazer-lhe o convertimento dos gentios e infiéis e esperava torná-los à nossa santa fé.⁶

E havia⁷ sobre o caso muitos conselhos⁸ com os principais do Reino, onde dom Vasco estava⁹ presente, recontando as grandezas da Índia. E por todos¹⁰ foi mui aprovada a santa intenção de el-rei, tendo já nas mãos tão bom começo, e tão aberta carreira de navegação, e pilotos da própria terra, os quais dom Vasco tinha em sua casa, e muito os honrava; e el-rei dava com abundância de tudo o que queriam, os quais já entendiam muito a nossa fala.¹¹

Nos conselhos, el-rei mostrava as cartas, escritas em folha de ouro, do rei de Melinde e de Cananor,¹² [falando] das boas amizades e pazes, com tantos cumprimentos e abastanças que nelas recontavam, praticando¹³ do muito valor da pimenta e drogas que se compravam a troco de mercadorias, em que resultava tão

³ *Senhorio*. Domínio, autoridade, propriedade.

⁴ *Obteria*. No original: “haveria”.

⁵ *Intenção*. No original: “tenção”. Essa substituição ocorrerá sempre que o mesmo vocábulo aparecer no texto aqui publicado.

⁶ *À nossa santa fé*. Aqui o objetivo religioso do empreendimento é ressaltado.

⁷ *Havia*. No original: “e havendo”.

⁸ *Conselhos*. Reuniões.

⁹ *Estava*. No original: “era”.

¹⁰ *E por todos*. No original: “com que por todos”.

¹¹ Vasco da Gama trouxe na esquadra pilotos muçulmanos – que conheciam bem as águas do oceano Índico –, hospedados na casa de Vasco da Gama, onde foram bem tratados. Esses pilotos, que “recebiam com abundância do rei tudo o que queriam”, já haviam aprendido um pouco da língua portuguesa, provavelmente durante a viagem de retorno de Vasco da Gama e durante os primeiros dias passados em Lisboa.

¹² Melinde, na costa oriental da África (ver *Documento 9*, nota 34); Cananor, na costa do Malabar, na Índia, ao sul de Calicut (ver *Documento 10*, nota 35).

¹³ *Praticando*. Tratando.

grande proveito, e mormente assentando as coisas em seus justos preços das vendas e compras; e se encurtariam os sobejos gastos de larguezas que nessa primeira viagem se fizeram. Tudo mui praticado e consultado, foi assentado no conselho: que logo se-fizesse armada de grossas naus de boa carga.

E porque a gente das naus de dom Vasco da Gama não fora com soldo limitado¹⁴ – somente [recebeu] o que bem pareceu a el-rei lhe dar por seu trabalho e as mercês que lhe fez, com que ficaram ricos e contentes, o que causou muito desejo a toda gente de cobiçar ir¹⁵ ganhar esse tamanho bem –, foi ordenado que el-rei não mandasse homens forçados¹⁶ nesses feitos: somente aos que quisessem ir voluntariamente, com soldo limitado, apregoado a quem o quisesse aceitar e tomar, para servir em todos os serviços do mar e da terra, na paz como na guerra,¹⁷ e em tudo o que lhe fosse mandado. Isto assim apregoado¹⁸ e notificado era grande descargo da obrigação que el-rei devia aos que mandasse por obrigação.

Tudo o que dom Vasco combinava¹⁹ com el-rei depois o assentava no conselho, em que foi assentado que a armada partisse em março, que era o bom tempo para partir; para o que foram ordenadas dez naus grossas de 200, 300 tonéis e três navios pequenos,

¹⁴ *Soldo limitado*. Soldo estipulado.

¹⁵ *A toda gente de cobiçar ir*. No original: “a toda gente cobiçarem irem”. Com o termo “gente”, o autor ora usa o verbo no singular (concordância gramatical com o coletivo geral), ora no plural (concordância siléptica, com a idéia de plural), como se observa nesse parágrafo. Isso era comum à época; Camões, por exemplo, empregou: “Ditosa condição, ditosa gente, que não são de ciúmes ofendidos” (*Os Lusíadas*, 71, 41).

O texto evidencia o desejo de muitos portugueses de participar da nova armada à Índia, com o objetivo de obter vantagens econômicas, como ocorrera com os tripulantes da esquadra de Vasco da Gama. De fato, embora contasse com cerca de 1.500 pessoas, a esquadra de Cabral ainda deixou em terras portuguesas muitos descontentes – entre plebeus e fidalgos – por não terem sido incluídos entre os viajantes.

¹⁶ *Homens forçados*. Gaspar Correia estaria se referindo a marinheiros que não desejavam viajar, e muitas vezes eram obrigados pelo rei, ou a degredados? Cabral levou vinte degredados na esquadra (ver *Documento 38*, nota 49).

¹⁷ *Na paz como na guerra*. No original: “assim de paz como de guerra”.

¹⁸ *Isto assim apregoado*. No original: “o que assim apregoado”.

¹⁹ *Combinava*. No original: “ordenava”.

todos fortes, mui aparelhados, apercebidos²⁰ em muita abundância de todo o necessário para o tempo de dois anos, de muitos mantimentos, artilharia, munições e armas. Tudo era ordenado e limitado por dom Vasco.²¹

El-rei fez capitão-mor da armada a Pedro Álvares Cabral, homem fidalgo, de bom saber, muito adequado²² para isso. El-rei muito folgou em lhe dar esse encargo, porque ele se ofereceu a el-rei para nisso o servir, por induzimento de dom Vasco, que era seu grande amigo e o incitou a isso; com o qual el-rei, com dom Vasco, muito praticavam o que cumpria.

¶ E por seu conselho e ordem, com o parecer de Jorge de Vasconcelos, provedor dos armazéns do Reino, limitaram os soldos e ordenados que se dessem aos capitães e mestres, pilotos, oficiais, gente de armas e do mar.²³ Tudo se escreveu mui ordenadamente por apontamentos,²⁴ que se pôs nas portas do armazém e casa da Mina; para que²⁵ todos vissem o que lhe davam e aceitassem, se quisessem, para seu apazimento.

E o que se assentou foi:

- ♦ o capitão-mor da armada receberia²⁶ por viagem 10.000 cruzados, 500 quintais²⁷ de pimenta – comprados com o seu orde-

²⁰ *Apercebidos*. Preparados.

²¹ *Tudo era ordenado e limitado por dom Vasco*. O texto ressalta o papel de Vasco da Gama na armação da esquadra de Cabral, o que provavelmente ocorreu, dada a experiência do navegador que primeiro fora à Índia, local para onde também se dirigiria a próxima expedição.

²² *Adequado*. Próprio. No original: “auto”.

²³ Segundo o texto, portanto, ao contrário do que ocorrera com a esquadra de Vasco da Gama, os tripulantes da frota de Cabral tiveram seus soldos previamente estipulados. Linhas à frente, o texto discrimina as quantias pagas a cada um, informação extremamente importante, não constante dos outros textos reunidos neste volume. Torna-se claro que, além do soldo, todos os tripulantes recebiam autorização para comprar determinada quantidade de pimenta e de outros produtos, parte dos quais não pagaria impostos. Com essa forma de pagamento, a Coroa diminuía os gastos com pagamento de pessoal (ver nota 31).

²⁴ *Apontamentos*. Breves declarações. Instruções.

²⁵ *Para que*. No original: “porque”.

²⁶ *Receberia*. No original: “haveria”.

²⁷ *Quintais*. Sobre essa medida, ver *Documento 9*, nota 61.

nado de 10.000 mil cruzados, ao preço que el-rei a comprasse – e dez caixas-forras,²⁸ de que não pagaria direitos, senão a dízima a Deus, para o mosteiro de Nossa Senhora de Belém;

- ◆ mestres e pilotos: 500 cruzados por viagem, 30 quintais de pimenta e quatro caixas-forras;
- ◆ capitães das naus: 1.000 cruzados por 100 tonéis, seis caixas-forras e 50 quintais de pimenta por viagem;
- ◆ marinheiros: dez cruzados por mês, dez quintais de pimenta por viagem, e uma caixa-forra;
- ◆ cada dois grumetes, como um marinheiro;
- ◆ cada três pagens, como um grumete;
- ◆ contramestres e guardião,²⁹ como um marinheiro e meio;
- ◆ homens oficiais, a saber: em cada nau, dois calafates, dois carpinteiros, dois estrinqueiros,³⁰ um despenseiro, um barbeiro sangrador, dois clérigos; a cada um desses, a três como a dois marinheiros;
- ◆ gente de armas: cinco cruzados por mês e três quintais de pimenta, por viagem.

E em cada nau, um condestável e dez bombardeiros. Ao condestável, 200 cruzados e dez quintais de pimenta, por viagem, e duas caixas-forras; aos bombardeiros, como marinheiros; e a cada homem de armas, sua caixa-forra.

E todos os quintais de pimenta carregados de seus dinheiros, com somente o dízimo a Deus; e o pagamento dessa pimenta lhe faria el-rei em dinheiro contado pelo preço que a ele vendesse, tirando quebras, se as houvesse, porque a pimenta secava na viagem;³¹ que se descontaria soldo à libra;³² e pagamentos de antemão à gente do mar, um ano de antemão aos casados; aos solteiros, a metade; e assim a todos os oficiais das naus.³³ E ao capitão-mor,

²⁸ *Caixas-forras*. Determinada quantidade livre de pagar direitos ou impostos.

²⁹ *Guardião*. Um dos superiores dos conventos franciscanos.

³⁰ *Estrinqueiros*. Cordoeiros que cuidam da cordoalha dos navios (do italiano *strinca*; no inglês *string*, que significa corda ou barbante).

³¹ O rei, portanto, comprava a pimenta que os tripulantes podiam, por contrato, transportar, sem assumir o risco da viagem e descontada a perda natural de peso do produto.

³² *Libra*. Peso de 12 onças. Na época, podia também significar um tipo de moeda.

³³ Era praxe o pagamento antecipado de parte do soldo a cada tripulante, para que suas famílias pudessem sobreviver enquanto o navegante se encontrava em viagem.

5.000 cruzados; e aos capitães, 1.000 cruzados, cada um; e aos homens de armas, a cada um seis meses, e nas caixas roupas brancas.

Os quais apontamentos vistos pela gente, foi tanta que os oficiais escolhiam à sua vontade.

E das naus fez el-rei capitães:

- ◆ Sancho de Tovar, fidalgo castelhano;
- ◆ Simão de Miranda de Azevedo;
- ◆ Brás Matoso;
- ◆ Vasco de Ataíde;
- ◆ Nuno Leitão da Cunha;
- ◆ Simão de Pina;
- ◆ Nicolau Coelho;
- ◆ Pedro de Figueiró;
- ◆ Bartolomeu Dias;
- ◆ Diogo Dias, seu irmão;
- ◆ Luís Pires;
- ◆ Gaspar de Lemos;
- ◆ André Gonçalves, mestre que viera com dom Vasco; ele [Vasco da Gama] quis dar-lhe essa honra.³⁴

Os três últimos eram capitães dos navios pequenos. Simão de Miranda de Azevedo era capitão da nau capitânia e ia como capitão-mor substituto de Pedro Álvares Cabral,³⁵ se este falecesse. Nessa armada ia abundância de coral de perna³⁶ e lavrado³⁷ enfiado, cobre, vermelhão, azougue,³⁸ alambres,³⁹ panos de lã grossos e finos, veludos, cetins, damascos de todas cores, muitas pipas⁴⁰ de armas brancas, espadas, lanças, muitas carnes, pescados secos e salgados, legumes de grãos, favas, manteiga, mel,

³⁴ A respeito dos nomes dos capitães dos navios, ver *Documento 1*, nota 15.

³⁵ Os outros documentos deste volume dão Sancho de *Tovar como capitão-mor substituto.

³⁶ *Coral de perna*. Tipo de coral. O coral, produção marinha de várias cores, era utilizado também na farmacopéia; o coral vermelho era considerado o de melhor qualidade.

³⁷ *Lavrado*. Peça trabalhada, adornada; enfeite.

³⁸ *Azougue*. Mercúrio.

³⁹ *Alambres*. Seiva de árvore, betume aromático de várias cores, que serve para temperar.

⁴⁰ *Pipas*. Provavelmente, recipientes especiais, de madeira ou couro, para guardar armas brancas.

açúcar.⁴¹ Em cada nau [havia] botica ordenada⁴² para os doentes, e tudo em abundância, com boa ordem.

E por feitor da armada e da carga, Aires Correia, homem fidalgo; dois escrivães, Gonçalo Gil Barbosa e Diogo de Azevedo,⁴³ com grande regimento de como haviam de vender, comprar, pesar e medir todas as mercadorias, como tudo dom Vasco soubera e examinara em Calicut, que tudo passara em lembrança, por escrito.

E na nau capitânia [iam]: frei Henrique Soares, frade de São Francisco, com outros cinco frades,⁴⁴ com retábulo da Piedade, e todos ornamentos e coisas necessárias para o officio divino, com órgãos, tudo com muita perfeição, com rica prata.

E el-rei mandou cartas e presentes ao rei de Cananor, afirmando-lhe sua boa amizade, e muito lhe encomendando que ajudasse em suas coisas; e também ao rei de Melinde, com grandes cumprimentos de agradecimentos pelo bom aviamento que dera às suas naus, e encomendando ao capitão-mor que lhe fizesse muitas honras; e porque Calicut era cabeça de tudo o que lhe cumpria da Índia, trabalhasse todo o possível por assentar com o rei boa paz e trato com feitoria assentada, com toda seguridade que pudesse, e se fosse possível aí deixasse feitoria assentada que tivesse compradas fazendas, para as naus que fossem no outro ano acharem bom aviamento para carregar.⁴⁵ E disso mui largos apontamentos e avisos de tudo o que cumpria.

⁴¹ Os itens citados a partir de “muitas carnes” destinavam-se à alimentação da tripulação.

⁴² *Ordenada*. Aparelhada.

⁴³ *Gonçalo Gil Barbosa e Diogo de Azevedo*. Estes seriam os nomes dos escrivães da esquadra (informação ainda não surgida neste volume). Pero Vaz de Caminha viajou na qualidade de escrivão da feitoria que se fundaria em Calicut. João de Barros (*Documento 34*) refere-se ao capitão de um dos navios como “Simão de Miranda, filho de Diogo de Azevedo”. O nome de Simão de Miranda é confirmado em vários outros documentos, mas não sabemos se seu pai era o mesmo Diogo de Azevedo, escrivão da frota referido neste texto.

⁴⁴ *Cinco frades*. Os cronistas estão divididos entre oito e cinco frades. Ver *Documento 33*, nota 5.

⁴⁵ Esse importante objetivo da viagem – negócios pacíficos com Calicut, com feitoria lusa ali assentada – Pedro Álvares *Cabral não conseguiu cumprir, o que se constituiu em uma das razões do descontentamento real para com ele e do conseqüente declínio de seu prestígio na Corte.

E estando⁴⁶ a armada de todo apercebida,⁴⁷ e os pagamentos feitos às gentes, dom Vasco da Gama fez conselho⁴⁸ com os mestres e pilotos da navegação [para ver] o que fariam para encurtar caminho, que era cortar pelo mar largo, tomando largos os ventos do mar que corriam para a terra, com muito resguardo para dobrar o cabo de Boa Esperança; e de dentro dele, fossem haver vista de terra, que bem conheciam os pilotos mouros de Melinde, a que el-rei fez muitos favores, e vestidos de vestidos de seda, e cada um colar de ouro de 100 cruzados, outros 100 em dinheiro e bons gasalhados,⁴⁹ e seus mantimentos fechados, e água com sua chave. E para eles escreveu dom Vasco a el-rei de Melinde grandes amizades, e lhe mandou goadamecis⁵⁰ ricos, e coxins de Flandres, e conservas, e marmeladas.⁵¹

El-rei entregou ao capitão-mor: Gaspar da Gama, o judeu, porque sabia falar muitas línguas, a que el-rei deu alvará de livre e forro,⁵² e para sua comedia⁵³ em terra dez cruzados cada mês, muito lhe encomendando que o servisse junto a Pedro Álvares Cabral, porque se bom serviço lhe fizesse, lhe faria muita mercê; e porque sabia as coisas da Índia, sempre aconselhasse bem o capitão-mor no que fizesse; porque esse judeu tinha dado a el-rei muita informação sobre as coisas da Índia, mormente de Goa.

⁴⁶ *Estando*. Sendo.

⁴⁷ *Apercebida*. Aparelhada.

⁴⁸ *Fez conselho*. Reuniu-se.

⁴⁹ *Gasalhados*. Agasalhados ou agasalhos de casa. Pode também – o que não é o caso, neste texto – significar “bom acolhimento”.

⁵⁰ *Goadamecis*. Guadamecim; guadamexim. Espécie de tapeçaria antiga, de couros pintados e dourados.

⁵¹ O parágrafo é uma boa ilustração da política portuguesa de aproveitar-se das rivalidades locais dos outros para melhor dominar. Pilotos e governantes de Melinde – que, desde a viagem de Vasco da Gama, haviam recebido muito bem os portugueses, na esperança de receber destes apoio na luta com o tradicional inimigo, Mombaça – eram muito bem tratados e recebiam ricos presentes dos lusitanos, enquanto os de Mombaça, que acolhiam os portugueses com desconfiança ou hostilidade, principalmente após a aliança destes com Melinde, eram desprezados ou atacados.

⁵² *Forro*. Liberto, livre, que não paga foro nem direitos.

⁵³ *Comedia*. Alimento.

E estando⁵⁴ toda a armada pronta,⁵⁵ o capitão-mor com todos os capitães, e cada capitão com sua gente, todos vestidos de librés e galantes, se foram a pé aos Paços de cima, em que então el-rei pousava, e beijaram a mão de el-rei e da rainha, despeçaram-se e foram aos cais da Ribeira embarcar nos batéis que aí estavam embandeirados, que era coisa formosa de ver, que passavam de 1.000 homens de armas; e com muitas trombetas se recolheram às naus – que também estavam formosas com bandeiras – que fizeram salva com artilharia.

E deram às velas, todas assinadas⁵⁶ de cruces de Cristo. E andaram barlaventeando,⁵⁷ e se foram surgir⁵⁸ em Belém, onde, no outro dia, os oficiais fizeram alarde da gente de cada nau, escrevendo cada homem por nome, apelido, nome do pai e da mãe, a terra, se era casado ou solteiro.

Onde el-rei estava⁵⁹ presente, fazendo a todos muitas honras, mormente aos capitães, encomendando-lhes muito o bom trato da gente, sobretudo o reparo dos doentes, e que nas vigias eles fossem os sobreroldas,⁶⁰ pois nisso lhe iam as vidas; e que não se apartassem do capitão-mor, nem uns dos outros, e muitas vezes vissem seus regimentos e os sinais que haviam de fazer de dia e de noite, e cada dia pela manhã fossem falar ao capitão-mor, porque se algum falecesse, o capitão-mor havia de aguardar por todos, e portanto, uns aguardassem pelos outros. Isto, sob as penas que diziam no regimento.

E porque o tempo era bom para partir, sendo ordenado que partissem em dia de Nossa Senhora, 25 de março,⁶¹ el-rei ouviu

⁵⁴ *Estando*. No original: “sendo”.

⁵⁵ *Pronta*. No original: “prestes”.

⁵⁶ *Assinadas*. Assinaladas, marcadas.

⁵⁷ *Barlaventeando*. Manobrando o navio para onde sopra o vento.

⁵⁸ *Surgir*. Ancorar.

⁵⁹ *Estava*. No original: “era”. Gaspar Correia, portanto, descreve a despedida da esquadra em duas cenas e dias diferentes, ao contrário de Castanheda (*Documento 33*) e João de Barros (*Documento 34*), que se detém apenas no segundo momento.

⁶⁰ *Sobreroldas*. Vigias das rondas; sobreroldas; sobreronda ou soberrondas.

⁶¹ Segundo as outras fontes, Cabral partiu no dia 9 de março. Gaspar é o único a registrar 25 de março.

missa pontifical, que lhe disse o bispo de Viseu e fez breve pregação em louvor de Nossa Senhora, a que todos se encomendassem, que os bem encaminhasse e guardasse dos perigos do mar; estando sempre o capitão-mor na cortina,⁶² fazendo-lhe [o rei] muitas honras. Acabada a missa, o bispo benzeu a bandeira real, que el-rei lha entregou da sua mão; com ela na frente, levada pelo alferes,⁶³ e os frades com uma cruz adiante, cantando orações, saíam da igreja. E el-rei foi com eles até a praia, onde estava todo o povo de Lisboa, cada um a ver os maridos e filhos; e embarcaram nos batéis. Recolhidos às naus, que logo deram as velas, el-rei meteu-se no seu batel e os foi acompanhando até sair da barra. O que foi em 25 de março, dia de Nossa Senhora, de 1500.

CAPÍTULO II

Da navegação que fez a armada, e o que aconteceu até chegar a uma terra nova que descobriu do Brasil

Estando⁶⁴ fora de Lisboa, a frota navegando com bom tempo, foram demandar as Ilhas Terceiras por se meterem mais no mar, para que os ventos lhe fossem mais largos para navegar para o Cabo. Tudo faziam com a estimativa que atinavam, porque ainda não sabiam tomar a altura do sol, nem acertavam, somente tinham agulhas de navegar⁶⁵ para conhecimento dos ventos, porque sabiam onde lhe ficava a terra porque os ventos corriam para ela.

⁶² Cabral ficou junto ao rei em lugar especial, acortinado, por deferência real.

⁶³ *Com ela na frente, levada pelo alferes.* No original: “com a qual diante, que levava seu alferes”.

⁶⁴ *Estando.* No original: “sendo”.

⁶⁵ *Somente tinham agulhas de navegar.* Outros documentos deste volume, ao contrário do texto de Gaspar Correia, referem-se à utilização de outros instrumentos náuticos, além da bússola, durante a viagem de Cabral; ver a respeito, por exemplo, a carta de Mestre João, que menciona o astrolábio (*Documento 7*, nota 6), ou Vespúcio, que fala do quadrante, do astrolábio e da carta de marear (*Documento 27*, notas 41 e 44). O uso de instrumentos náuticos durante as travessias oceânicas difundia-se à época, mas muitos tripulantes ainda não sabiam como fazê-lo, preferindo por isso a navegação exclusivamente baseada na observação dos sinais da natureza.

No caminho, acharam a nau de Pedro de Figueiró muito zorreira;⁶⁶ com ela se perdia a metade do [tempo] que as outras andavam; e com ventos que as outras amainavam, ela sem amainar ainda não podia chegar. E estando⁶⁷ na linha da Guiné, tiveram chuviros⁶⁸ com pés de ventos fortes, com o que todos amainavam. A nau de Pedro de Figueiró, que a andar teve a vela,⁶⁹ um pé de vento a soçobrou, que não foi vista, com a grande cerração da chuva que, passada,⁷⁰ nunca mais a viram.⁷¹

E querendo o capitão-mor voltar na sua busca, disse-lhe o piloto que não perdesse caminho, porque, se a nau não houvera desastre, avante havia de ir, e a achariam, porque ela havia de ter a vela por andar, e passaria que a não vissem com a cerração da chuva. E assim foram o seu caminho, que logo veio bom vento, correndo quanto podiam para barlavento, com o que correram passante⁷² de um mês.

A capitânia, que ia adiante, amanhecendo num domingo, avistou⁷³ de terra a barlavento, ao que fez sinal com tiro de berço;⁷⁴ e foi percorrendo-a e explorando-a,⁷⁵ que era grande costa, terra nova, que nunca fora vista. E estando⁷⁶ perto, correndo ao longo dela, viram grandes arvoredos pela fralda do mar e por dentro grandes montes e serranias e muitos rios largos e grandes enseadas.⁷⁷ E sendo já tarde, viram uma grande baía, aonde o capitão-mor entrou, sondando

⁶⁶ *Zorreira*. Vagarosa.

⁶⁷ *Estando*. No original: “sendo”.

⁶⁸ *Chuviros*. Pancadas curtas de chuva.

⁶⁹ *Teve a vela*. Manteve a vela. Enquanto os outros navios amainaram (baixaram a vela) por causa do vento, o navio de Pedro de Figueiró manteve a vela, ficando à mercê da força dos ventos.

⁷⁰ *Passada*. No original: “sendo passada”.

⁷¹ A respeito do destino da nau de Pedro de *Figueiró, consultar também *Documento 6*, nota 21.

⁷² *Passante*. Mais.

⁷³ *Avistou*. No original: “houve vista”.

⁷⁴ *Berço*. Peça de artilharia curta.

⁷⁵ *Percorrendo-a e explorando-a*. No original: “correndo para ela e a descobrindo”.

⁷⁶ *Estando*. No original: “sendo”.

⁷⁷ Tal como outros textos, que mais longamente descrevem a chegada de Cabral ao futuro Brasil, o texto de Gaspar Correia também destaca a pujança da natureza da terra encontrada.

com o prumo. Achando bom fundo, surgiu⁷⁸ e assim fez toda a frota. O capitão-mor deitou o esquife⁷⁹ fora. Também os capitães, que foram ver o capitão-mor. Este mandou Nicolau Coelho no seu esquife, com o piloto mouro, que fosse a terra e visse se podia haver fala com a gente da terra. O qual foi com dez homens de lanças e bestas, porque ainda não havia espingardas.

Saiu na terra e achou povoações de casas-palhoças, em que havia gente branca bestial,⁸⁰ nus, sem nenhum cobrimento de suas vergonhas, assim homens como mulheres. Alguns homens vestiam redes de fio de algodão, cobertos de penas de aves de muitas cores, mui formosas que havia na terra, mormente papagaios, tamanhos como patos, com penas de muitas cores; gente mansa que não fugiu nem faziam mal nem tinham armas mais que uns arcos grandes como de ingleses,⁸¹ com flechas de cana, e assim os ferros de cana, compridos e pegados com betume, que fazia peso. Não tinham nas casas nenhum fato,⁸² somente redes de fio de algodão atadas pelos cabos, que penduravam e nelas dormiam. Não houve língua⁸³ que os entendesse. A maior parte do arvoredo era de um pau vermelho, que deitado na água fazia vermelho muito bom; e se acharam nessa terra outras coisas, que não escrevo porque depois se descobriu.⁸⁴

⁷⁸ *Surgiu*. Ancorou.

⁷⁹ *Esquife*. Embarcação pequena.

⁸⁰ *Gente branca bestial*. Aqui a narrativa é incongruente, ao classificar de “branca” (de certo para diferenciá-la dos negros africanos) a população índia do Brasil, mas, ao mesmo tempo, já classificando esta como “bestial”, isto é, selvagem, próxima da natureza e não da civilização, atributo conferido pelos europeus aos índios, aos não-brancos. Conforme assinalado, alguns textos demonstram dificuldade em definir a cor da pele dos índios. “Cor baça” parece ter predominado.

⁸¹ *Uns arcos grandes como de ingleses*. É divertida a comparação entre os arcos dos indígenas e os dos ingleses. O recurso à analogia entre os objetos e os seres encontrados nas terras distantes com os conhecidos na Europa foi comum na literatura de viagem europeia da época. Observe-se a comparação anterior entre os papagaios – admirados, porém ainda muito pouco conhecidos na Europa – e os patos, familiares aos europeus.

⁸² *Fato*. Bens móveis de casa, como roupas, etc.

⁸³ *Língua*. Intérprete.

⁸⁴ *Descobriu*. Explorou. Como, por exemplo, na expedição de 1501, enviada ao Brasil por D. Manuel I, e da qual participou Américo Vespúcio (ver *Documentos* 9 e 22).

O capitão-mor foi com os capitães em terra, onde esteve cinco dias. E foram homens pela terra adentro; e não acharam quem lhe fizesse mal.⁸⁵ Havia muitas povoações e gente toda branca,⁸⁶ e os rostos largos, e narizes largos e baixos como de jaus.⁸⁷ Onde o capitão-mor, por conselho de todos, daqui tornou a mandar ao Reino o navio de André Gonçalves,⁸⁸ com a nova a el-rei dessa nova terra que descobrira. Mandou homens, mulheres e moços, suas redes e vestidos, papagaios grandes e outros menores.⁸⁹ O mantimento da terra era milho. E o navio carregado de paus vermelhos aparados, que eram mui pesados, a que chamavam brasil, por sua vermelhidão ser fina como brasa.

E mandou André Gonçalves que fosse correndo a costa sempre enquanto pudesse e trabalhasse por lhe ver o cabo, o que ele assim fez, e descobriu muito dela, que tinha muitos bons portos e rios, escrevendo tudo, e as sondas e sinais; com que tornou a el-rei, e houve muito prazer. E logo armou navios em que tornou a mandar André Gonçalves a descobrir essa terra,⁹⁰ porque mandou experimentar o pau e acharam que fazia mui fina cor vermelha; com que logo fez contrato com mercadores, que lhe compraram pau a peso,⁹¹ que foram carregar esse brasil, de que houve grande trato e muito proveito, por ser mercadoria para

⁸⁵ Tal como outros autores (por exemplo, *Documentos 6 e 35*), Gaspar Correia ressalta a atitude pacífica dos índios do Brasil.

⁸⁶ *Gente toda branca*. Ver nota 80.

⁸⁷ *Jaus*. Javaneses; originários da ilha de Java.

⁸⁸ *André Gonçalves*. Conforme todos os outros textos deste volume, quem comandou o navio que retornou a Portugal com a notícia da chegada ao Brasil foi Gaspar de Lemos. Ver nota 90.

⁸⁹ *Menores*. No original: “mais pequenos”. Até hoje, em Portugal, se usa a expressão, utilizada também na língua espanhola. No Brasil, inexplicavelmente, se considera erro dizer “mais pequeno” ou “mais grande”.

⁹⁰ Há dúvidas sobre o nome do capitão-mor da expedição exploradora enviada em 1501 de Portugal para o Brasil, da qual participou Américo Vespúcio. A maioria dos historiadores pensa ter sido Gaspar de Lemos, o mesmo piloto que retornara a Lisboa com as novas do achamento do Brasil. Gaspar Correia diz que André Gonçalves foi quem deu as novas e retornou, no ano seguinte, ao Brasil (ver nota 88).

⁹¹ Trata-se do contrato feito entre o monarca e um grupo de mercadores, entre os quais o cristão novo Fernão de Noronha, para exploração do pau-brasil na América

muitas partes, mormente para Flandres, de que el-rei houve grandes proveitos, como ora parece.

Desse [pau-] brasil mandou o capitão-mor tomar algum que levou à Índia, e não teve muita valia, porque a tinta vermelha fazem do lacre. E por ter maior valia no Reino, não carregou para a Índia.

CAPÍTULO III

*Como a frota partiu do Brasil para o cabo da Boa
Esperança e lhe deu vento súbito e
soçobraram quatro naus*

Partindo o navio para o Reino, o capitão-mor pôs nome de Santa Cruz a essa nova terra, porque a ela chegaram a três de maio,⁹² dia da Santa Cruz. As naus recolheram os esquifes⁹³ e se fizeram à vela. Percorreram⁹⁴ o longo da costa quanto puderam, até perder vista dela, correndo para dobrar o cabo, levando ventos forçosos,⁹⁵ quanto as naus podiam sofrer, [navegando] com todas as velas de dia; e de noite mensuravam as velas,⁹⁶ ficando de trás da capitânia, mas levavam grande andar, que entre dia e noite corriam 80 a 90 léguas, segundo o entendiam os pilotos. E indo nas paragens,⁹⁷ onde depois se acharam as ilhas de Tristão da Cunha, levando as bolinas⁹⁸ largas, sendo o dia claro e bom, lhe deu um

portuguesa. Outros textos deste volume, como a relação de Leonardo Cá Masser (*Documento 32*), tratam do assunto. Gaspar Correia ressalta a lucratividade do comércio do pau-brasil para Portugal.

⁹² *Três de maio*. A respeito das várias datas da chegada da esquadra de Cabral ao Brasil, ver *Documento 6*, nota 31.

⁹³ *Esquifes*. O mesmo que batéis, botes.

⁹⁴ *Percorreram*. No original: “correram”.

⁹⁵ *Forçosos*. Rijos, tesos.

⁹⁶ *Mensuravam as velas*. Mesuravam; moderavam; colhiam as velas, de modo a não apanhar muito vento; examinavam.

⁹⁷ *Paragens*. Partes do mar acessíveis à navegação. Altura limitada onde o navio anda cruzando, esperando outros ou o inimigo. Lugares onde o navio que ancorou pode aparelhar e fazer-se à vela quando quiser.

⁹⁸ *Bolinas*. Cabos usados para prender a vela à amurada do navio, para aproveitar o vento que sopra de lado (a barlavento).

vento súbito, em contrário do que levavam por julavento,⁹⁹ que lhe deu com as velas sobre os mastros e enxárcias¹⁰⁰ por diante, com que as vergas nem puderam vir abaixo, posto que prestesmente¹⁰¹ lhe largaram as driças;¹⁰² e foi o pé de vento tão forte que logo soçobraram quatro naus, que viraram as quilhas para cima, que foram Bartolomeu Dias, Simão de Pina, Vasco de Ataíde, Gaspar de Lemos.¹⁰³ As outras naus que escaparam de não soçobrarem foi por se lhe romperem as velas; e o vento passou; e outras lhe quebraram as vergas¹⁰⁴ e quase meio soçobradas, com muito desacordo, bradando Deus misericórdia, e tão perdidas que não puderam valer às gentes que ficavam pelo mar, e sobre as quilhas das naus, dando gritos à misericórdia de Deus.

E o vento cresceu em tormenta desfeita, com que anoiteceu e se dobrou seu mal, correndo as naus sem vela, e o mar tão alto que as comia, com que todas se apartaram umas das outras, com que correram 20 dias com traquetes,¹⁰⁵ agarruchados¹⁰⁶ cada noite, dizendo a salva,¹⁰⁷ bradando por misericórdia de Deus. E porque o vento se foi mudando, que lhe servia, foram dando as velas quanto puderam sofrer. O capitão-mor perguntou ao piloto de Melinde, que seria a causa de tão súbito contraste de vento tão forte. Ele lhe disse que ali onde lhe dera aquele vento contraste ao que levavam, era porque ali perto deviam estar algumas ilhas a que dando o vento que levavam tornava de refrega tão forte e súbito que causava tamanha tormenta porque eram longe de terra.

⁹⁹ *Julavento*. Sotavento, borda do navio oposta ao lado de onde sopra o vento. Contrário de barlavento.

¹⁰⁰ *Enxárcias*. Cabos que seguram os mastros do navio.

¹⁰¹ *Prestesmente*. Prestamente, depressa.

¹⁰² *Driças*. Cordas de içar as velas.

¹⁰³ O autor engana-se: Gaspar de Lemos retornou do Brasil para Lisboa, no navio de mantimento. A respeito dos navios da esquadra de Cabral naufragados perto do cabo da Boa Esperança, ver *Documento 10*, nota 19; ver também *Documento 31*, nota 71.

¹⁰⁴ *Vergas*. Paus que atravessam o mastro onde se prendem as velas do navio.

¹⁰⁵ *Traquetes*. As velas mais altas do mastro.

¹⁰⁶ *Agarruchados*. Apertados com garruchas (cabos náuticos).

¹⁰⁷ *Salva*. A oração “Salve-rainha”.

E correndo assim se topou a capitânia com Sancho de Tovar sem mastaréus¹⁰⁸ das gáveas,¹⁰⁹ que lhos levava o vento com as velas, e não concertaram outras porque nem podiam levar mais velas; e depois se ajuntou Brás Matoso. E porque achavam grandes frios, e os dias pequenos, disseram os pilotos que iam bem navegados, como de fato¹¹⁰ dobraram o cabo sem o ver, e indo cortando mais largo, se foram as naus aparelhando, e deram todas as velas, com que foram haver vista da terra antes do cabo das Correntes, que os pilotos de Melinde logo conheceram, e foram, correndo a costa, e toparam com as outras naus que se foram ajuntando até Moçambique.

Somente Diogo Dias¹¹¹ que não sabendo por onde ia, não se chegou a terra tanto como devera, e foi ter por fora da ilha de São Lourenço;¹¹² e porque a viram em seu dia lhe puseram o nome; e chegando-se a ela, crendo que era a costa de Moçambique, correram de longo com boa vigia, buscando Moçambique, até que foram dar no cabo da ilha. [...]

¹⁰⁸ *Mastaréus*. Árvores do meio das três que constam o mastro.

¹⁰⁹ *Gáveas*. Armação de tábuas como uma mesa com bordas na ponta do mastro.

¹¹⁰ *Fato*. No original: “feito”.

¹¹¹ A nau de Diogo *Dias desgarrou-se da frota e a ela novamente se juntou no regresso, em cabo Verde. Ver *Documento 10*, nota 19.

¹¹² *Ilha de São Lourenço*. Atual Madagáscar.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Manuscrito, guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa. O manuscrito, intitulado “Crônica dos feitos da Índia”, ficou retido por mais de 25 anos na biblioteca dos Condes de Vidigueira. Por muito tempo, também, permaneceu na Inglaterra, até ser adquirido pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

LEITURA PALEOGRÁFICA

Rodrigo José de Lima Felner.

FONTE

CORREIA, Gaspar. *Lendas da Índia*. Volume I, *Contendo as ações de Vasco da Gama, Pedralvares Cabral, João da Nova, Francisco de Albuquerque, Vicente Sodré, Duarte Pacheco, Lopo Soares, Manuel Telles, D. Francisco d' Almeida. Lenda de 13 annos, desde o primeiro descobrimento da Índia até o anno de 1510*. Coleção Tesouros da Literatura e da História. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Leitura paleográfica de Rodrigo José de Lima Felner. Porto: Lello Editores, 1975, p. 145-152.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

“Crônica dos feitos da Índia” – que, devido a repetidas alusões do texto a esses termos, ficou conhecida e foi publicada como *Lendas da Índia* – começou a ser escrita em 1529, sendo finalizada apenas décadas mais tarde, em 1561, quando seu autor estava na Índia. Foi transportada de Cochim para Lisboa por D. Miguel da Gama, em 1582.

A primeira edição da obra, contudo, data apenas de meados do século XIX. *Lendas da Índia* foi pela primeira vez publicada, em oito volumes, entre os anos de 1858 e 1866, em Lisboa, pela tipografia da Academia Real das Ciências. Seguiram-se algumas poucas edições da obra, entre elas a que serviu de fonte a este volume, copiada dos originais.

EMENTA

Capítulo I e parte do capítulo II de “A armada de Pedro Álvares Cabral”, trecho de *Lendas da Índia*, de autoria do cronista Gaspar Correia. O texto selecionado narra, com grande riqueza de pormenores, os antecedentes da viagem de Pedro Álvares Cabral, relatando ainda o roteiro da esquadra até a América, a estadia desta em Santa Cruz e a viagem até a ilha de Moçambique, na África Oriental.

ANÁLISE HISTÓRICA

Sabe-se muito pouco a respeito da vida de Gaspar Correia (1492? -1563?). Moço da Câmara Real desde 1506, embarcou para Goa em 1512, na esquadra de 12 navios capitaneada por Jorge de Melo Pereira. Desse ano até à morte de Afonso de Albuquerque, em 1515, foi secretário deste governador, considerado o construtor do império português no Oriente. Teve, assim, oportunidade de participar de muitas das ações que narrou e de colher *in loco* informação sobre a presença dos portugueses na Índia. Após a morte de Albuquerque, Gaspar Correia ocupou vários cargos públicos (vedor das obras de Goa, almoxarife do armazém da Ribeira de Cochim, feitor de Sofala), que igualmente o levaram a vivenciar diversas facetas da vida no Oriente e da presença lá dos portugueses. O cronista teria morrido (em Goa) em 1563, ou depois, uma vez que é desse ano a última referência datada existente numa passagem das suas *Lendas da Índia*. Antes desta obra, Gaspar Correia escrevera as *Crônicas dos Reis de Portugal e Sumários das Suas Vidas*, onde recolheu o trabalho dos cronistas então conhecidos, sumariando os textos deles e os completando, nos aspectos que julgava poder

oferecer subsídios e considerava dignos de nota. Este trabalho interessa-nos sobretudo por se poder tratar de um primeiro ensaio para uma narrativa que integrasse a experiência vivida pelos portugueses.

Lendas da Índia foi composta nas mesmas décadas que *História das Índias*, de Bartolomeu de Las Casas (*Documento 35*), sendo também contemporâneo de *Décadas da Ásia*, de João de Barros (*Documento 34*), e da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda (*Documento 33*), autor que, tal qual Gaspar Correia, também viveu na Índia e narrou a história dos portugueses no Oriente, sendo muito provável que ambos tenham se encontrado pessoalmente. *Lendas da Índia* abrange o período entre a abertura do caminho marítimo para a Índia e o governo de Jorge Cabral. “A unidade de narrativa, a ‘lenda’, corresponde à ação de cada governador. A obra completa é, assim, o conjunto das lendas de todos os governadores portugueses na Índia até 1550”, explica João Luís Lisboa (Gaspar Correia, *Dicionário de história dos descobrimentos...*, p. 296), que assim analisa a obra:

Exemplar na concepção de história do seu tempo, aliando um providencialismo de última instância a um cariz muito prático nas descrições, a obra de Gaspar Correia apresenta um interesse particular a partir do governo de Afonso de Albuquerque, dado que é desde então que a sua experiência pode começar a fazer-se sentir na redação do trabalho.

As muitas inexatidões contidas em *Lendas da Índia*, principalmente na parte inicial, relativa ao período anterior ao governo de Afonso de Albuquerque, fizeram de Gaspar Correia um autor bastante criticado e até relegado por vários historiadores, interessados em buscar nos livros do século XVI sobretudo fatos e datas. Tendências mais recentes da historiografia – que valorizam assuntos como o estudo dos modelos narrativos e das mentalidades – fizeram ressurgir o interesse pela narrativa imaginosa, impressionista e vivaz, plena de sensibilidade para com o outro, de Gaspar Correia.

O texto aqui selecionado refere-se a acontecimentos não vivenciados pelo autor. Embora Correia não cite as fontes que usou – sabe-se que conhecia os textos de Zurara e os cronistas contemporâneos a ele próprio –, torna-se contudo claro que não se limitou a copiar outros autores, pois no seu texto, conforme assinalado nas notas, há numerosas e preciosas informações inéditas, referentes sobretudo aos preparativos para a viagem de Cabral. Há também enganos e inexatidões, especialmente quanto a nomes de pessoas, porém não em maior número do que nos textos dos outros cronistas. O trecho aqui selecionado é um relato informativo, desprovido de preocupações filosóficas e morais como as que caracterizam, por exemplo, a escrita de Las Casas (*Documento 35*).

ANTÔNIO GALVÃO

TRATADO DOS DESCOBRIMENTOS (1563)

NO ANO DE 1500, entrada de março,¹ partiu Pedro Álvares Cabral com 13 velas, com regimento [instruindo] que se afastasse da costa da África, para encurtar a via.² E tendo uma nau perdida,³ em sua busca perdeu-se a rota; e indo fora dela, toparam sinais de terra, por onde o capitão-mor foi em sua busca tantos dias, que os da armada lhe requereram que deixasse aquela porfia; mas, ao outro dia, viram a costa do Brasil. E mandou o capitão-mor um navio apalpar [para ver] se achava porto, [o qual] tornou dizendo que achava bom e seguro. E assim lhe puseram o nome,⁴ e dizem que está na parte do sul, em 17 graus de altura. Daqui se fizeram à vela, na volta do cabo de Boa Esperança e de Melinde; e atravessaram à outra banda,⁵ e no rio de Cochim, que

¹ A esquadra partiu a 9 de março.

² Caminho recomendado pelo regimento de Cabral, segundo orientação e experiência de Vasco da Gama. Ver *Documentos* 3 e 4.

³ A nau comandada por Vasco de Ataíde ou Luís Pires.

⁴ Nome de "Porto Seguro".

⁵ *Atravessaram à outra banda.* Atravessaram o oceano Índico, para o lado da Índia. Em Cochim, onde há o rio do mesmo nome, fizeram carregamento.

ainda não se conhecia;⁶ e carregaram pimenta. E na volta,⁷ Sancho de Tovar descobriu⁸ a cidade de Sofala.⁹

Nesse mesmo ano de 1500, diz-se que Gaspar Corte Real pediu licença a el-rei Manoel para ir descobrir a Terra Nova.¹⁰ Partiu da ilha Terceira¹¹ com dois navios, armados à sua custa, e foi àquele clima¹² que está debaixo do norte, em 50 graus de altura. É terra que agora é chamada pelo seu nome;¹³ retornou salvo¹⁴ à cidade de Lisboa. Fazendo outra vez esse caminho, perdeu-se o navio em que ia; e o outro tornou a Portugal.¹⁵ Por essa causa, o seu irmão Miguel Corte Real foi em sua busca com três navios, armados à sua custa. Chegados àquela costa, como viram muitas bocas de rios e abras,¹⁶ entrou cada um pela sua, com regimento [que instruía] que se ajustassem¹⁷ todos, até aos 20 dias do mês de agosto: os dois navios assim o fizeram. E vendo que Miguel Corte Real não vinha no prazo, nem algum tempo depois, tornaram-se a este Reino sem nunca mais dele se saber nova, nem ficar outra memória senão chamar-se ainda agora essa terra dos Corte Reais.

⁶ *Que ainda não se conhecia*. No original: “que se ainda não sabia”.

⁷ *Na volta*. No original: “à tornada”.

⁸ *Descobriu*. Encontrou.

⁹ Ao retornar da Índia, Cabral enviou de Moçambique Sancho de *Tovar para conhecer Sofala, tarefa que inicialmente caberia, segundo as instruções do regimento, a Bartolomeu *Dias, mas este naufragara perto do cabo de Boa Esperança.

¹⁰ Gaspar Corte *Real fez duas viagens ao Atlântico Norte: uma em 1500 e outra em 1501, chegando às atuais Groenlândia e Terra Nova (*Newfoundland*), no Canadá. Ver a respeito *Documentos 18 e 19*.

¹¹ *Ilha Terceira*. No arquipélago dos Açores.

¹² *Àquele clima*. No original, a palavra “clima” está no feminino: “àquela clima”.

¹³ *Que agora é chamada pelo seu nome*. No original: “que agora se chama de seu nome”. O planisfério de Cantino, de 1502 (*Documento 24*), registrou a Terra Nova como *Terra Corte Regalis* (Terra dos Corte Reais), nome com que figurou em vários mapas.

¹⁴ *Retornou salvo*. No original: “tornou a salvamento”.

¹⁵ Segundo o Visconde de Lagoa e Elaine Sanceau, é infundada a notícia do regresso de um dos navios.

¹⁶ *Abras*. Enseadas ou angras com ancoradouro; ancoradouros.

¹⁷ *Que se ajustassem*. Que se encontrassem.

No ano de 1501, mês de março, partiu João da Nova¹⁸ com quatro velas da cidade de Lisboa. E além da linha da parte do sul, em oito graus de altura, descobriram a ilha a que puseram nome de Conceção.¹⁹ E foram a Moçambique. E de Melinde atravessaram à outra banda. Tomando carga,²⁰ tornaram-se; dobrado o cabo [da Boa Esperança] em 17 graus de altura, acharam a ilha, a que puseram o nome de Santa Helena, coisa pequena, mas muito nomeada.²¹

No mesmo ano de 1501, mês de maio, partiram três navios da cidade de Lisboa,²² por mandado de el-rei dom Manuel, a descobrir²³ a costa do Brasil. E avistaram²⁴ as Canárias; daí para o cabo Verde; tomaram refresco²⁵ em Beseguiche. Passada a linha da parte do sul, foram tomar terra no Brasil, em cinco graus de altura. E foram por ela até 32 [graus], mais ou menos, segundo sua conta²⁶ donde se tornaram no mês de abril, por já haver lá frio e tormenta. Puseram²⁷ nesse descobrimento e viagem 15 meses, por tornarem a Lisboa na entrada de setembro.

¹⁸ Sobre a viagem de João da Nova, ver *Documentos 22, 24 e 29*.

¹⁹ *Conceção*. Conceição. A ilha localizada por João da Nova foi chamada de “Ascensão”. Ver *Documento 30*, nota 16.

²⁰ *Carga*. No original: “carrega”.

²¹ *Nomeada*. Bom nome, boa reputação, fama. Na ilha de Santa Helena, séculos mais tarde, ficaria preso Napoleão Bonaparte.

²² A respeito dessa viagem, integrada por Américo Vespúcio, ver *Documentos 9 e 23*. Segundo Vespúcio, a esquadra partiu na primeira quinzena de maio, variando o dia (ver *Documento 9*, nota 5).

²³ *Descobrir*. Explorar.

²⁴ *Avistaram*. No original: “foram a ver vista”.

²⁵ *Tomaram refresco*. Abasteceram-se de mantimentos e água.

²⁶ Na conta de Américo Vespúcio.

²⁷ *Puseram*. Gastaram.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Obra impressa com primeira edição em 1563. Conservam-se cinco exemplares dessa primeira edição: dois na Biblioteca Nacional de Lisboa; um no Instituto de Estudos

Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; outro no Museu Britânico, e o quinto, no acervo dos livreiros londrinos Magg Bros.

FONTE

GALVÃO, António. *Tratado dos descobrimentos*. 4. ed. Reprodução da edição *princeps*. Versão atualizada por César Pegado. Comentários e notas do Visconde de Lagoa, com a colaboração de Elaine Sanceau. Estudo bibliográfico do Visconde de Lagoa. Porto: Livraria Civilização Editora, 1987, p. 93-95.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

A primeira edição da obra, ocorrida em dezembro de 1563, foi feita pelo impressor João da Barreira. Em sua folha de rosto constava: *Tratado que compôs o nobre e notável capitão António Galvão, dos diversos e desvairados caminhos, por onde nos tempos passados a pimenta e especiaria veio da Índia às nossas partes, e assim de todos os descobrimentos antigos e modernos, que são feitos até a era de mil quinhentos e cinqüenta. Com os nomes particulares das pessoas que os fizeram: e em que tempos e às suas alturas, obra certo mui notável e copiosa.*

A segunda edição, impressa na oficina Ferreiriana, de Lisboa, data de 1731. Na folha de rosto, constava: *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos, feitos até a Era de 1550 com os nomes particulares das pessoas que os fizeram: e em que tempos e às suas alturas, dos e desvairados caminhos por onde a pimenta e especiaria veio da Índia às nossas partes; obra certo mui notável e copiosa, composta pelo famoso Antonio Galvão, oferecido ao excelentíssimo Dom Luiz de Menezes, Quinto Conde de Ericeira, do Concelho de Sua Majestade, Coronel de Brigadeiro da Infantaria, Vice-Rei e Capitão Geral que foi dos Estados da Índia, etc.*

A terceira edição da obra data de 1944 e a quarta, utilizada neste volume, de 1987. O *Tratado dos descobrimentos* não foi publicado no Brasil.

EMENTA

Trecho da obra *Tratado dos descobrimentos*, de António Galvão, publicada pela primeira vez em 1563. O trecho selecionado dá notícia das viagens de Cabral, de Gaspar e Miguel Corte Real e – exceção, entre os cronistas portugueses do século XVI – da viagem exploratória de 1501 ao Brasil, da qual participou Américo Vespúcio.

ANÁLISE HISTÓRICA

O autor do texto, António Galvão, nasceu em ano ignorado, filho bastardo de Duarte Galvão, cronista-mor do reino e homem das cortes de D. João II e de D. Manuel I. Partiu para o Índico em 1522, na esquadra comandada por Pedro de Castro, perambulando durante dois anos pela África Oriental e pela Índia, até regressar a Lisboa. Retornou à Índia por mais um ano (1526-1527), tomando parte nos confusos acontecimentos da sucessão de D. Henrique de Meneses. De volta a Portugal, regressou de novo à Ásia em 1533, empossado do cargo de capitão das Molucas, local que, à

época, vivia grandes dificuldades – guerras, despovoamento, carência de alimentos, alta de preços, etc. –, provocadas por sérios problemas administrativos e acirradas disputas comerciais. Galvão permaneceu três anos nas Molucas, colocando ordem no lugar e agindo de forma decidida em favor dos interesses portugueses. Suas ações foram narradas, em tom panegírico, no “Tratado de Las Yslas de los Molucos y de los Costumbres de los Indios y de Todo lo Demas” (redigido em português, apesar do título em espanhol), publicado na *Documentação para a História das Missões...*, p. 116-160. Devido em parte a esse texto muito elogioso, em parte às loas da historiografia portuguesa clássica aos “heróis” das navegações e das conquistas lusas, António Galvão foi várias vezes referido como “Apóstolo das Molucas”.

Tratado dos descobrimentos pretende informar sobre todas as viagens oceânicas portuguesas, em um período de cerca de 150 anos, desde a chegada às ilhas atlânticas e as explorações da África, no início do século XV, até 1550. Embora se detenha mais nos acontecimentos asiáticos, o livro, baseado em informações recolhidas oralmente pelo autor em Portugal e na Ásia, em suas próprias vivências no Oriente e nos escritos lusitanos contemporâneos, não se descuida dos fatos ocorridos na África e na América, concedendo também bastante espaço às lutas contra os índios, no continente americano. Galvão é o único cronista português do século XVI que menciona a expedição de 1501-1502 ao Brasil, da qual participou Américo Vespúcio. *Tratado dos descobrimentos* – obra de um soldado, não de um erudito – contém diversos enganos quanto a datas, a nomes e a localizações geográficas. Costuma incorporar mitos e lendas repetidos à época, o que confere a certas passagens do texto – que se pretende rigorosamente histórico – um sabor de relato de viagens à maneira do maravilhoso medieval. A obra é considerada um clássico da literatura histórica portuguesa do século XVI.

Como segue a ordem cronológica das viagens, o trecho selecionado tem a vantagem de relacionar, de forma clara e sucinta, as explorações portuguesas à América do Sul (incluindo a citada viagem de 1501-1502 ao Brasil) com as da América do Norte, e de incluir a exploração americana no conjunto da exploração asiática, pois dá também notícia da viagem de João da Nova ao Oriente.

DAMIÃO DE GÓIS

**CRÔNICA DO FELICÍSSIMO
REI D. MANUEL (1566)**

PARTE I

CAPÍTULO LIV

*Da segunda armada que el-rei mandou à Índia,
de que fôï por capitão Pedro Álvares Cabral*

CHEGADO NICOLAU COELHO da Índia,¹ como atrás ficou dito, pela informação que deu a el-rei sobre a terra e a qualidade da gente, determinou [el-rei] mandar lá uma armada de 13 velas, de que deu a capitania a Pedro Álvares Cabral, e por sota-capitão-[mor]² Sancho de Tovar. Os outros capitães eram: Simão de Miranda; Aires Gomes da Silva: o mesmo Nicolau Coelho; Nuno Leitão; Vasco de Ataíde; Bartolomeu Dias, que descobriu o cabo da Boa Esperança; Pero Dias, seu irmão; Gaspar de Lemos; Luís Pires; Simão de Pina; Pero de Ataíde, de alcunha “Inferno”; e por feitor da armada Aires Correia, que havia de ficar

¹ Ao contrário de todos os outros textos deste volume, este destaca Nicolau *Coelho, e não Vasco da *Gama, quando do retorno da primeira viagem à Índia.

² *Sota-capitão-[mor]*. Substituto do capitão-mor, função exercida por Sancho de *Tovar.

em Calicut por feitor. E por escrivães de seu cargo: Gonçalo Gil Barbosa e Pero Vaz Caminha.³

Essas naus mandou el-rei aparelhar de todas as coisas necessárias a feito de guerra,⁴ porque já sabia que haviam de ter disso necessidade, pelos negócios que aconteceram a Vasco da Gama, assim na Índia como na costa da Etiópia; na qual [armada] iam 1.500 soldados.⁵

No regimento que el-rei deu a Pedro Álvares Cabral, um dos pontos mais substanciais era: que trabalhasse muito pela amizade de el-rei de Calicut, porque sua vontade era fazer uma fortaleza naquela cidade, onde seus naturais e oficiais estivessem seguros dos da terra e dos mouros, e pudessem fazer as coisas que cumprissem⁶ a seu serviço.⁷ E se não achasse no rei⁸ de Calicut vontade de o querer por amigo, em tal caso, de sua parte lhe declarasse guerra e lha fizesse. Além do que lhe mandou que trabalhasse muito por tomar⁹ Melinde, para, de sua parte, agradecer a el-rei o agasalhado¹⁰ que fizera a Vasco da Gama, e dar-lhe um presente que lhe mandava, e entregar o seu embaixador, oferecer sua amizade, para que dele cumprisse.¹¹

³ A respeito dos capitães da esquadra, ver *Documento 1*, nota 15. O texto dá como escrivães da frota Pero Vaz de Caminha (citado nas outras fontes deste volume como escrivão da feitoria que se instalaria em Calicut) e Gonçalo Gil Barbosa, este confirmado por Gaspar Correia (*Documento 36*, nota 43).

⁴ *A feito de guerra*. Como se fosse para a guerra.

⁵ *1.500 soldados*. Mesmo número citado por Castanheda (*Documento 33*, nota 8), porém se referindo ao total de tripulantes.

⁶ *Cumprissem*. Fossem úteis.

⁷ Os textos dos outros cronistas, principalmente o de Gaspar Correia (*Documento 36*, nota 45), destacam também esse objetivo pacífico, para permitir o bom comércio em Calicut, contido no regimento de Cabral (*Documentos 3 e 4*), e que o capitão-mor não soube cumprir. Damião de Góis, contudo, ressalta também, nas linhas seguintes, a instrução de D. Manuel para Cabral declarar “guerra justa” contra Calicut, caso seu governante não concordasse em comerciar com os portugueses e aceitar a construção da fortaleza lusa na cidade. Para uma vigorosa acusação contra a guerra justa, ver o texto de Bartolomeu de Las Casas (*Documento 35*).

⁸ *No rei*. No texto-base: “el el-rei”.

⁹ *Tomar*. Ir para; atingir.

¹⁰ *Agasalhado*. Hospedagem; acolhimento.

¹¹ *Para que dele cumprisse*. Para que dele se servisse. No texto base: “para o que lhe dele cumprisse”.

E porque el-rei foi sempre mui inclinado às coisas que tocavam à nossa santa fé católica, mandou nessa armada oito frades¹² da ordem de São Francisco, homens letrados, de que era vigário frei Henrique – que depois foi confessor de el-rei e bispo de Ceuta –, os quais, com oito capelães e um vigário, ordenou que ficassem em Calicut, para administrarem os sacramentos aos portugueses e aos da terra que se quisessem converter à fé.

Prestes¹³ essa armada, el-rei já estando em Restelo, se foi ao mosteiro de Belém, onde mandou dizer missa em pontifical – tendo consigo, dentro na cortina,¹⁴ Pedro Álvares Cabral –, na qual houve pregação que fez o bispo de Ceuta, dom Diogo Ortiz, que depois foi [bispo] de Viseu, castelhano de nação,¹⁵ animando todos aos trabalhos que iam tornar, por serviço de Deus e de seu rei, apontando, aos capitães e aos outros fidalgos que iam na armada, muitos louvores de seus antepassados, com que não tão somente fez inveja aos que ficavam no Reino, mas antes os incitou a querer muitos deles fazer essa viagem, se o tempo lhes lugar então dera para isso.

Acabada a missa, o bispo benzeu uma bandeira, em que estavam pintadas as armas reais do Reino, a qual, depois de benta, el-rei entregou de sua própria mão a Pedro Álvares Cabral. Entregue a bandeira, el-rei levou Pedro Álvares à sua ilharga,¹⁶ até os batéis das naus que o estavam esperando na praia, onde, com os outros capitães e gente nobre lhe beijou a mão, e se despediram dele.

¹² *Oito frades.* Os cronistas estão divididos entre oito e cinco frades. Ver *Documento 33*, nota 5.

¹³ *Prestes.* Pronta.

¹⁴ *Cortina.* Cabral ficou junto ao rei em lugar especial, acortinado, por deferência real. Gaspar Correia (*Documento 36*) faz a mesma referência.

¹⁵ *Nação.* País. O bispo era castelhano, isto é, espanhol. Por ser o reino mais poderoso entre os que constituíram a Espanha moderna, Castela impôs seu idioma – o castelhano – como língua nacional do país; muitas vezes, o termo foi e é usado como sinônimo de “espanhol”. Os idiomas dos outros reinos e regiões da Espanha, contudo (como o galego, o catalão, o aragonês, o valenciano, etc.), continuam até hoje a ser usados, professando determinadas regiões do país também até hoje um forte sentimento de autonomia (como a Catalunha) ou de separatismo (como a região basca).

¹⁶ *À sua ilharga.* A seu lado.

CAPÍTULO LV

De como a frota partiu do porto de Belém e do descobrimento da terra de Santa Cruz, a que chamam [terra] do Brasil.

Ao outro dia pela manhã, que foram nove de março de 1500, partiu a frota do porto de Belém, com bom vento, de foz em fora.¹⁷ E aos 14 houve vista das ilhas das Canárias;¹⁸ e aos vinte e dois, com vento próspero, passou pela ilha de Santiago, avante da qual se apartou da frota, com tormenta, a nau de que era do capitão Luís Pires,¹⁹ que arribou²⁰ a Lisboa desbaratada;²¹ por cujo respeito Pedro Álvares Cabral andou ao pairo²² com toda a armada [dura·te] dois dias, mas, vendo que [a nau] não aparecia, seguiu sua viagem.

E navegando a oeste,²³ aos 24 dias do mês de abril²⁴ viram terra, do que ficaram mui alegres,²⁵ porque, pelo rumo em que jazia, não era²⁶ nenhuma das que até em então eram descobertas. Pedro Álvares Cabral fez fazer rosto²⁷ para aquela banda. E como²⁸ estavam²⁹ bem à vista, mandou ao seu mestre que fosse a terra no esquife,³⁰ o qual tornou logo com novas de ser muito fresca³¹ e viçosa, dizendo que vira andar gente baça e nua pela

¹⁷ *De foz em fora.* Para fora da foz do rio Tejo, à beira do qual ficava o porto de Belém e, seis quilômetros mais a leste, a cidade de Lisboa.

¹⁸ *Das Canárias.* No texto-base: “da Canária”.

¹⁹ *Luís Pires.* Alguns documentos dão essa nau como comandada por Vasco de Ataíde.

²⁰ *Arribou.* Chegou.

²¹ *Desbaratada.* Arruinada.

²² *Andou ao pairo.* Andou fazendo bordos ou voltas.

²³ *Oeste.* No texto-base: “aloeste”.

²⁴ A respeito da diversidade de datas de chegada da esquadra ao Brasil, ver *Documento 6*, nota 31.

²⁵ *Ficaram mui alegres.* No texto-base: “foram alegres”.

²⁶ *Não era.* No texto-base: “não ser”.

²⁷ *Fazer rosto.* Apontar; colocar naquela direção.

²⁸ *Como.* No texto-base: “quando”.

²⁹ *Estavam.* No texto-base: “foram”.

³⁰ *Esquife.* Embarcação pequena que vai nos navios e serve para desembarcar em terra.

³¹ *Fresca.* Nem quente nem fria. Atualmente, quando se pede “água fresca”, em Portugal significa a “água gelada” dos brasileiros.

praia, de cabelo comprido e corredio, com arcos e flechas nas mãos. Pelo que [Pedro Álvares Cabral] mandou alguns dos capitães que fossem com os batéis, armados, [para] ver se era isto mesmo;³² os quais, sem saírem em terra, tornaram à capitania, afirmando ser verdade o que o mestre dissera.

Estando já sobre âncora,³³ alevantou-se de noite um temporal, com que correram de longo³⁴ da costa até tomarem um porto muito bom, onde Pedro Álvares surgiu com as outras naus; e por ser tal lhe pôs nome Porto Seguro. Surta³⁵ a frota, mandou Pedro Álvares alguns dos capitães nos esquifes ver a terra, que logo tornaram com dois homens que estavam pescando em uma almadia;³⁶ dos quais, se quisera informar da qualidade dela, mas os achou tão bárbaros, que além de não haver língua³⁷ que os entendesse, nem por acenos sabiam dar sinal de coisa que lhes perguntasse, pelo que lhes mandou dar de vestir, cascavéis,³⁸ manilhas³⁹ de latão, espelhos e outros brincos. Assim ajaezados⁴⁰ os fez pôr em terra; os quais, contentes do bom tratamento, tornaram logo à frota, em companhia de outros,⁴¹ carregados de milho, farinha, favas e outros legumes, e frutas da terra, que davam a troco de papel, cascavéis, espelhos, pano de linho e outras coisas dessa qualidade.

Achando Pedro Álvares tanta familiaridade e simpleza nessa gente, ordenou que ao outro dia frei Henrique dissesse missa em terra; onde, em amanhecendo, mandou armar um altar debaixo de uma árvore muito grande. A missa foi de diácono e subdiácono, oficiada com todos os frades, capelães das naus e sacerdotes que iam na armada, e outras pessoas que entendiam de canto; em que houve pregação, estando presentes muitos dos da terra, a todo o ofício divino, com grande espanto e acatamento.

³² *Mesmo*. No texto-base: “assim”.

³³ *Estando já sobre âncora*. Estando já fundeados, amarrados.

³⁴ *Correram de longo*. Percorreram ao longo.

³⁵ *Surta*. Ancorada.

³⁶ *Almadia*. Canoa.

³⁷ *Língua*. Intérprete.

³⁸ *Cascavéis*. Guizos.

³⁹ *Manilhas*. Braceletes.

⁴⁰ *Ajaezados*. Ornamentados.

⁴¹ *Em companhia de outros*. No texto-base: “com outros de companhia”.

Acabada a missa, Pedro Álvares se recolheu aos batéis com toda a gente, acompanhando-o os [nativos] da terra, com grandes festas, cantares, saltos e trejeitos que faziam em sinal de alegria, tangendo cornos e buzinas, lançando flechas para o ar, com outras mostras de contentamento, alevantando as mãos ao céu, como que davam graças a Deus pela mercê que lhes fizera, em lhes deixar ver gente daquela qualidade, no que iam tão enlevados, que muitos deles seguiram os batéis até lhes dar a água pelos peitos; e outros nadando, e alguns em almadias, até chegarem às naus.⁴²

Nesse Porto Seguro as naus fizeram aguada,⁴³ carnagem⁴⁴ e tomaram outros mantimentos e refrescos⁴⁵ que os da terra davam por coisas de pouca valia. Estando ali a armada, o mar lançou na praia um peixe mais grosso que um tonel e tão cumprido como dois [tonéis], a cabeça e os olhos como de porco, sem dentes, as orelhas da feição das de elefante, o rabo de um côvado⁴⁶ de comprimento e outro [côvado] de largo, a pele como de porco, da grossura de um dedo.⁴⁷

Antes que Pedro Álvares partisse desse lugar, mandou pôr em terra uma cruz de pedra como por padrão, com que tomava posse de toda aquela província, para a Coroa dos Reinos de Portugal, à qual pôs nome de Santa Cruz, posto que agora (erradamente)⁴⁸ se chame [terra] do Brasil, por causa do pau vermelho que dela vem, a que chamam brasil; e assim despachou para o reino Gaspar de Lemos no seu navio, com novas desse descobrimento, no qual

⁴² Os três últimos parágrafos, embora não acrescentem informações novas aos documentos até aqui reunidos, trazem vivacidade e elegância à narrativa, depurando-a de pormenores desnecessários e cansativos, relativos à estadia da frota no Brasil. Trecho digno do grande humanista europeu que foi Damião de Góis.

⁴³ *Aguada*. Abastecimento de água.

⁴⁴ *Carnagem*. Matança de animais e conserva da carne como provisão.

⁴⁵ *Refrescos*. Víveres frescos.

⁴⁶ *Côvado*. Medida de tecido equivalente a três palmos cada côvado.

⁴⁷ Retorna à narrativa o fantástico peixe, já notado por Castanheda (*Documento 33*, nota 21) e referenciado também por Las Casas (*Documento 35*, nota 27), que aumentara seu peso, de um para dois tonéis. Damião de Góis carrega na imagem, descrevendo o peixe como “mais grosso que um tonel e tão cumprido como dois [tonéis]”.

⁴⁸ Damião de Góis incorpora a crítica de João de Barros (*Documento 34*) à mudança de nome do país.

mandou um homem dos da terra a el-rei, o que feito, deixando ali dois degredados, de 20¹⁹ que levava. Partiu-se aos dois dias do mês de maio, tomando sua derrota⁵⁰ para o cabo da Boa Esperança.

CAPÍTULO LVI

*De algumas particularidades da terra de Santa Cruz⁵¹
e costumes da gente dela.*

Essa terra de Santa Cruz – que jaz na demarcação e conquista destes Reinos com a [terra] que descobriram e conquistaram os reis de Castela, a que chamam Antilhas e Peru⁵² – são tamanhas, com outras províncias juntas a elas, correndo de Norte a Sul, que, por sua grandeza, lhe puseram os cosmógrafos desse tempo o nome de Mundo Novo.⁵³ As descrições do sítio e clima das quais deixarei aos mesmos cosmógrafos, de quem é o ofício.⁵⁴ E eu, seguindo o que toca ao meu, direi algumas particularidades dessa província de Santa Cruz e dos costumes da gente de que é habitada.

A terra é muito viçosa, muito temperada e de muito bons ares, muito sadia, tanto que a maior parte da gente que morre é de velhice, mais que de doenças. Têm muitas e grandes ribeiras e muito bons portos, muitas fontes de muito boas águas. A mais da

⁴⁹ O texto registra o total de vinte degredados que iam na esquadra de Cabral, dos quais dois ficaram no Brasil, embora o texto de Gaspar Correia mencione que não se devia levar na viagem “homens forçados” (*Documento 36*, nota 16).

⁵⁰ *Derrota*. Rota; curso; caminho.

⁵¹ *Santa Cruz*. Logo após, outra versão acrescenta: “a que comumente chamam do Brasil”.

⁵² A frase deixa clara uma noção que não aparece nítida nos textos aqui reunidos: a da América do Sul e Central divididas entre portugueses e espanhóis.

⁵³ Entre os cosmógrafos referidos por Damião de Góis provavelmente estava Martim Waldseemüller, autor do famoso mapa de 1507, onde pela primeira vez aparece o nome “América”, em homenagem a Américo Vespúcio, considerado pelo cartógrafo o formulador da noção da América como um continente à parte – como um “novo mundo”, portanto. Damião de Góis, humanista que freqüentava os melhores círculos intelectuais de várias partes da Europa, teria também pensado em Américo Vespúcio como um dos cosmógrafos citados?

⁵⁴ *De quem é o ofício*. No texto-base: “cujo o tal ofício é”.

terra é de montes e vales, cheia de bosques, em que há árvores de desvairadas sortes, entre as quais há a árvore do bálsamo e o pau-brasil. Há muitas ervas odoríferas e medicinais, delas diferentes das nossas, entre as quais há a que chamamos do fumo, e eu chamaria erva santa, a que dizem que eles chamam *petum*,⁵⁵ de cuja virtude poderia aqui, por coisas milagrosas de que eu vi a experiência, principalmente em casos desesperados, de apostemas⁵⁶ ulceradas, fistulas,⁵⁷ caranguejas,⁵⁸ pólipos,⁵⁹ frenesis⁶⁰ e outros muitos casos.⁶¹ Essa erva trouxe primeiramente a Portugal Luís de Góis, que depois, sendo viúvo, se fez na Índia dos da Companhia do nome de Jesus.

A gente dessa província é baça, de cabelo preto, comprido e corredio, sem barba, de meia estatura. São tão bárbaros que [em] nenhuma coisa crê, nem adoram, nem sabem ler, nem escrever, nem têm igrejas, nem usam imagens, de nenhum gênero, ante as

⁵⁵ *Petum*. Petume; nome do tabaco na língua tupi. O texto, talvez por confusão do cronista ou do tipógrafo, traz “betum”. Gabriel Soares de Sousa (*Notícia do Brasil*, parte II, cap. LXI, Alfa, Lisboa, 1989, p. 137-138) informa: “Petume é a erva a que em Portugal chamam santa, e há muita dela pelas hortas e quintais, pelas mostras que tem dado da sua virtude, com a qual se têm feito curas estranhas, pelo que não diremos dessa cura senão o que é notório a todos, como é matarem com seu sumo os vermes que se criam em feridas e chagas de gente descuidada com a qual se curam também as chagas e feridas das vacas e das éguas, sem outra coisa, e com o sumo dessa erva lhe encouram”. O historiador prossegue o texto, falando da erva santa. Fernão Cardim, no seu *Tratados da terra e gente do Brasil*, no capítulo que trata “Das ervas que servem para mezinhas”, diz sobre a erva santa (o tabaco): “Essa erva santa serve muito para várias enfermidades, como feridas, catarros e, principalmente, para doentes da cabeça, estômago e asmático”.

⁵⁶ *Apostemas*. Abscessos. No texto-base, a palavra está no feminino.

⁵⁷ *Fistulas*. Chagas profundas.

⁵⁸ *Caranguejas*. Cancros.

⁵⁹ *Pólipos*. Excrescências carnosas, principalmente nas fossas nasais.

⁶⁰ *Frenesis*. Delírios.

⁶¹ Esse trecho é uma ardorosa defesa das virtudes medicinais da planta do fumo, denominada pelo autor de “erva santa”. A busca da utilidade dos vegetais – especiarias, plantas, “drogas do sertão”, etc. – foi uma das preocupações científicas do renascimento europeu, muito estimulada pela descoberta dos navegadores, em diversas partes do mundo, de diversas espécies vegetais antes desconhecidas na Europa.

quais possam idolatrar, nem têm lei, nem peso, nem medida, nem moeda, nem rei, nem senhor.⁶² Obedecem somente àqueles que, nas guerras que têm uns contra os outros, são mais valentes: e destes fazem cabeça,⁶³ enquanto não cometem covardia. Andam nus; e se alguns se cobrem, são os nobres, com vestidos que fazem de penas de papagaios e outras aves de diversas cores, tecidos com fio de algodão. Os vestidos são umas fraldas que lhe chegam da cintura até os joelhos, e barretes, e umas tiras ou capelas⁶⁴ que põem ao redor dos braços como manilhas, tudo das mesmas penas.

As mulheres criam cabelos, e os homens os tosquam desde a frente até meia cabeça. Os que se presumem de galantes trazem as orelhas, os beigos, narizes e faces furados; e nos buracos, ossos de alimárias e pedras de diversas cores, como⁶⁵ pendentes, muito bem polidas, e outros que fazem de uma goma de árvores, que fundem e ficam da dureza e cor do âmbar muito fino. Isso tudo⁶⁶ fazem para assim parecer⁶⁷ mais ferozes. E para acrescentar essa ferocidade, pintam os corpos de muitas cores, assim os homens como as mulheres, as quais não trazem pendentes de pedra nos beigos e faces, senão contas que fazem de uns búzios grandes que há no mar, muitos finos, que elas estimam muito e deles fazem também pendentes, e uns⁶⁸ que elas trazem nas orelhas e ao pescoço, por galanteria.

São grandes flecheiros, em tanto que, em qualquer parte do corpo de um homem ou animal, por pequeno que seja, a que apontam, tocam sem quase nunca errar.⁶⁹ E o que eu acerca disso vi,

⁶² Nenhum trecho, entre os reunidos neste livro, foi tão explícito em nomear os atributos que, da perspectiva portuguesa, faltavam aos índios. A ausência desse conjunto de atributos levava os lusitanos a classificar os indígenas como “bárbaros”, isto é, não civilizados. Note-se como a ausência de imagens, de templos e de livros sagrados (“não sabem ler”) fundamenta a conclusão, enunciada no início da frase, de que os indígenas não possuíam religião (“em nenhuma coisa crê”).

⁶³ *Fazem cabeça*. Escolhem chefe.

⁶⁴ *Capelas*. Coroas de ervas ou flores; grinaldas.

⁶⁵ *Como*. No texto-base: “por”.

⁶⁶ *Isso tudo*. No texto-base: “o que tudo”.

⁶⁷ *Parecer*. No texto-base: “parecerem”.

⁶⁸ *Uns*. No texto-base: “umas”.

⁶⁹ *Errar*. No texto-base: “errarem”.

direi aqui. No ano de 1513, estando el-rei Dom Manuel em Santos o Velho, tendo despacho em uma casa de madeira que ali então estava, na ponta do cais, posta sob ela água, George Lopes Bixorda,⁷⁰ que naquele tempo tinha o trato do pau-brasil que trazem dessa terra de Santa Cruz, veio a falar a el-rei, e com ele três homens dessa província, assaz bem dispostos que então vieram em uma nau que de lá chegara, os quais vinham vestidos de penas, com as faces, beijos, narizes, orelhas cheios de grossos pendentos, tudo do modo que arriba disse. Cada um deles trazia seu arco e flechas. Vinha com eles um homem português que sabia a língua,⁷¹ por quem el-rei lhes fez perguntar algumas coisas. E quando falaram na destreza que têm no atirar,⁷² disseram que se sua Alteza o queria ver, que logo lho mostrariam.⁷³ No que, quando⁷⁴ a maré vazava, e vinham pelo rio abaixo alguns pedaços de cortiça, tamanhos como a palma de uma mão, ou pouco mais, contra as quais logo armaram os arcos. E a quantas dela atiraram, indo pela água abaixo, pregaram em uma sua flecha, sem errar⁷⁵ nenhum tiro, o que eu vi, porque estava na mesma casa quando isso se passou.⁷⁶ Os arcos são de pau-brasil, e as flechas, de canas empenadas com penas de papagaios; as pontas são de pau e osso de pescado, tão fortes que passam⁷⁷ com elas uma tábua. Mantêm-se de caça, principalmente de papagaios e bugios – que há muitos na terra –, e outras muitas aves e alimárias. Comem, também, lagartos, cobras,

⁷⁰ *George Lopes Bixorda*. Pela primeira vez neste volume é citado outro nome, além do de Fernão de Noronha ou Loronha, do grupo de comerciantes que contratou com o rei lusitano o comércio do pau-brasil na América portuguesa.

⁷¹ Seria esse homem Afonso Ribeiro o degredado que Cabral deixara no Brasil e que, segundo outras fontes aqui reunidas, retornara a Portugal?

⁷² *Atirar*. No texto-base: “tirar”.

⁷³ *Mostrariam*. No texto-base: “amostrariam”.

⁷⁴ *No que, quando*. No texto-base: “no qual, com menos”.

⁷⁵ *Errar*. No texto-base: “errarem”.

⁷⁶ O trecho é instrutivo a respeito tanto dos costumes indígenas – há poucas descrições contemporâneas tão pormenorizadas a respeito da forma e do material dos arcos e da destreza dos índios em atirar com eles – quanto dos portugueses (tornara-se já então um hábito apreciado, em algumas cortes européias, exibir o “exotismo” dos índios). Esta cena é descrita apenas por Damião de Góis, que a presenciou.

⁷⁷ *Passam*. Atravessam.

ratos e outros bichos peçonhentos. Pescam em almadias feitas de côdea⁷⁸ de árvores, em que navegam, de que algumas delas são tamanhas que cabem nelas 30 e 40 homens. O seu pescar não é com redes, senão com cabaços, que metem por debaixo da água, indo uns remando as almadias, e outros com paus, batendo na água, do qual movimento o peixe amedrontado vem buscar a face da água, e os que têm os cabaços metidos nela acodem por baixo do peixe; e assim tomam quanto hão mister.

Comem pão feito de umas raízes brancas, tamanhas como cenouras, a que chamam mandioca,⁷⁹ as quais são tão peçonhentas que se alguém as comer cruas, morre subitamente. Essas raízes, [eles] pisam em umas pias de pedra; depois de bem pisadas, espremem-lhes o sumo, que é, por fim, mais peçonhento que a raiz; e depois de o terem bem espremido, põem a massa a secar em cestos que para isso têm; e seca, a moem em farinha, a que chamam “caistus”, de que fazem um pão tão saboroso que os nossos portugueses o comem com a melhor vontade que pão de muito bom trigo.⁸⁰ Usam também pão de milho. Há na terra muitas favas, feijões e outros legumes de muitas cores, que comem. Não têm vinhas, mas fazem vinho de milho e da mesma farinha de “caistus”, que é como cerveja ou cidra, de que bebem e se embebedam amiúde; e depois de bêbados são mui tredores⁸¹ e maliciosos.

Há também na terra muito algodão, que as mulheres fiam, de que fazem cordas e redes – que usam por camas, penduradas no ar, em paus ou árvores – mas dele não fazem panos, porque não sabem tecer.⁸²

São muito dados a agouros e feitiços e deste ofício há entre eles homens e mulheres a que chamam pajés, aos quais crêem tudo no

⁷⁸ *Côdea*. Cortiça, no texto (casca ou pele da árvore).

⁷⁹ *Mandioca*. Aqui não há mais a confusão, habitual nos primeiros documentos, entre o inhame, já conhecido dos portugueses, mas inexistente no Brasil, e a mandioca, efetivamente usada pelos índios. Ver *Documentos 6*, nota 318, e 8, nota 20.

⁸⁰ O final da frase, elogiando o “pão” índio feito de mandioca, é surpreendente, pois todas as informações anteriores – mandiocas peçonhentas, farinha peçonhenta, etc. – indicavam o contrário. Trata-se de um recurso de estilo.

⁸¹ *Tredores*. Traidores; traiçoeiros; insinceros.

⁸² Informação importante sobre o uso do algodão entre os índios, que não consta dos outros textos aqui reunidos.

que dizem, e os têm em muita estima e acatamento. Estes trazem uma cabacinha feita como cabeça de homem, com boca, narizes, olhos e cabelos, posta sobre uma flecha, dentro da qual fazem fumo com folhas secas da erva “betum”, e do fumo que sai dessa cabeça tomam eles pelos narizes tanto, até que com ele se embebedam.⁸³ Depois de bem torvados,⁸⁴ fazem jeitos e cerimônias como endemoniados, dizendo o que lhes vêm à vontade, ou o que o diabo lhes ensina. Tudo o que, então, lhes dizem, crêem e têm por coisa certa. Estando assim nesse desatino, ameaçam muitos à morte; e em qualquer tempo que depois morrem, dizem os outros que [alguém] viveria⁸⁵ muito mais se o pajé o não ameaçara. A qualquer lugar a que vêm, fazem-lhes muita festa e os recebem com danças e cantares e lhes dão tudo o que é mister. Além disso, lhes abrem e concertam⁸⁶ os caminhos por onde passam, e por festa lhes comunicam⁸⁷ as mais formosas mulheres da terra, casadas e solteiras.

No casamento não tem mais grau de parentesco que do pai e filha, e irmão e irmã. Daqui para baixo, casam todos, sem diferença. Os casados, cada vez que querem, deixam as mulheres e tomam outras; e se, enquanto as têm em casa, [elas] cometem adultério, matam-nas ou as vendem. Quando parem, no mesmo dia se vão lavar aos rios ou fontes e fazem logo todos os serviços ordinários de casa; e os maridos se lançam nas redes, que são as suas camas, em que ficam⁸⁸ certos dias, onde os parentes e amigos lhes vão dar o profaça⁸⁹ do filho ou filha que lhe nasceu.⁹⁰

⁸³ Um outro uso, até aqui ainda não citado, para a “erva santa”, a erva do fumo...

⁸⁴ *Torvados*. Turvados; transtornados; embriagados.

⁸⁵ *Viveria*. No texto-base: “vivera”.

⁸⁶ *Concertam*. Organizam; enfeitam.

⁸⁷ *Comunicam*. Tornam comum; participam; pegam.

⁸⁸ *Ficam*. No texto-base: “estão”.

⁸⁹ *Profaça*. Parabém. Prolfaça. Antônio de Moraes Silva (*Diccionario da lingua portugueza...*) considera “profaça” e “prolfaça” do gênero feminino; e comenta: “profaças parece variação de ‘profaçar’, que tem mui diverso sentido (censurar); de prolfaças ou ‘faças prol’, isto é, ‘faças proveito, seja-te para bem’”. Caldas Aulete (*Dicionário contemporâneo da...*) considera a palavra pertencente aos dois gêneros, assinalando que era mais usada no plural “prolfaças”, como “parabéns”.

⁹⁰ *Nasceu*. Em outra versão, logo após o texto vem acrescido de: “É costume entre eles (os que são casados) levarem a virgindade às sobrinhas de suas mulhe-

Os pais não têm poder sobre as filhas, senão os irmãos. Estes as casam com quem querem e vendem quando têm necessidade. O que vendem, não é por dinheiro – que não têm moeda, nem fazem dela conta –, salvo a troco de outras coisas que hão mister; estimam muito pouco as mulheres e as têm como cativas, para delas se servir,⁹¹ as quais são comuns a todos, exceto as casadas, enquanto o são. O casamento deles não é mais do que estarem homem e mulher em uma só casa. Não usam bodas nem cerimônias matrimoniais, quando assim se ajuntam em um casal.

São comumente folgazões e muito alegres, porque, como não têm guerra,⁹² seu ofício é bailar, comer e beber. Têm um certo gênero de bailar em que andam todos ao redor, quase como as rondas de Flandres, sem se mudar⁹³ do lugar em que começam, cantando todos, por um tom, cantigas em que contam suas valentias e feitos de guerra, dando muitos assovios e fazendo mui grande estrondo com os pés. Ao redor dessa ronda andam outros que dão de beber aos dançantes, sem cessar⁹⁴ de noite nem de dia, nas quais danças se embebedam todos, ou os mais deles.

As casas em que vivem são muito compridas, feitas de madeira, cobertas de colmo, muradas ao redor, duas e três vezes, com paus e estacas muito fortes, o que fazem no caso de ter⁹⁵ sempre guerra, uns vizinhos com os outros, nas quais casas vivem muitos juntos: os casados têm seus repartimentos e os outros vivem em comum. Todos os que vivem dentro de uma casa dessas se têm por irmãos e assim se chamam e morrem uns pelos outros como se fossem verdadeiros irmãos de pai e mãe.

res, o que dizem lhe pertencer por parte das mesmas suas mulheres, por ser tudo um sangue”.

⁹¹ *Servir*. No texto-base: “servirem”.

⁹² *Como não têm guerra*. É surpreendente a observação, uma vez que as guerras entre grupos e tribos faziam parte do modo de vida indígena, o que foi notado desde os primeiros documentos a respeito da gente do Brasil. O próprio autor se contradiz, ao afirmar, dois parágrafos à frente, que os índios fazem guerra com o objetivo de “ser acatados pelos vizinhos”, e a seguir descreve longamente os rituais de guerra indígenas.

⁹³ *Mudar*. No texto-base: “mudarem”.

⁹⁴ *Cessar*. No texto-base: “cessarem”.

⁹⁵ *Ter*. No texto-base: “terem”.

Esses homens não fazem guerra por cobiça de riquezas, nem menos para se assenhorar de províncias,⁹⁶ porque tudo isso estimam muito pouco. Fazem-na para ser⁹⁷ acatados pelos seus vizinhos. Quando hão de começar alguma guerra, ajuntam-se em um casa quatro ou cinco dos mais velhos, daqueles que, sendo mancebos, deram mostras de valentes e foram bons capitães. Depois de assentados, como em coroa, pondo o seu vinho ou beberagem no meio, de que bebe cada um o que quer. Enquanto assim estão, ninguém ousa de lhes falar, nem chegar a eles. E o que ali concluem é o que os outros hão de fazer, sem lho poderem contrariar. São tão obedientes ao que esses velhos assentam e ordenam no conselho que, ainda que saibam que a execução disso há de custar as vidas, não deixam de pôr em obra o que os velhos ordenaram.

Começa entre eles a guerra, pela maior parte, nos meses de fevereiro e março; porque a terra é de muitas ribeiras, a maioria da guerra é em almadias⁹⁸ o mais dela é em almadias, a que eles chamam “canoas”. Levam consigo mulheres para lhes guisarem⁹⁹ o comer, e farinha, somente, porque todos os dias saem em terra a caçar e dormir. E se mantêm da caça que matam e peixe que tomam; e sem mais outra provisão, correm ao longo¹⁰⁰ da costa 40 e 50 léguas, fazendo suas entradas e assaltos nas povoações dos inimigos. Elegem por capitão o mais valente e esforçado dentre eles. Este os governa enquanto não comete covardia, porque, se a faz, fica desacreditado entre eles, para sempre; o qual capitão, antes que partam para a guerra, anda todos os serões e manhãs pregando e bradando ao redor das casas, animando-os para a guerra e ensinando-os como se hão de aperceber¹⁰¹ e o que hão de fazer e levar consigo, declarando-lhes que homens são os que com [eles] hão de ir pelejar e que manhas têm, e modo de fazer

⁹⁶ *Nem menos para se assenhorar de províncias.* No texto base: “nem menos de assenhorarem províncias”.

⁹⁷ *Ser.* No texto-base: “serem”.

⁹⁸ *A maioria da guerra é em almadias.* No texto-base: “o mais dela é em almadias”. Almadia é um tipo de canoa, conforme explicado no texto, logo a seguir.

⁹⁹ *Guisarem.* Prepararem.

¹⁰⁰ *Ao longo.* No texto-base: “do longo”.

¹⁰¹ *Aperceber.* Aparelhar-se; preparar-se para a guerra.

guerra, contando-lhes também suas próprias façanhas e valentias e quantos homens matou na guerra, e o modo que teve nisso. O mais do guerrear dessa gente é de assalto e ciladas, para tomarem os outros desprovidos. São tão destros no atirar que, nas guerras que têm com os portugueses, lhes metem as flechas pelas juntas das armas, pelo que [os portugueses] se acostumaram a uns laudéis¹⁰² de pano de linho, que os cobrem¹⁰³ da cabeça até os pés, embutidos de algodão, tão grossos que as flechas embaçam¹⁰⁴ neles; mas esses flecheiros, por esse respeito, não lhes atiram agora,¹⁰⁵ senão aos olhos, e são nisso tão certos que matam muitos.

Além dos arcos e flechas, usam umas espadas de pau muito duro, e pesadas, com as quais, aonde acertam, esmiuçam do primeiro golpe qualquer membro em que tocam dos que matam na guerra. E alguns dos que cativam, principalmente os velhos, comem logo; e os outros, vendem ou levam presos em cordas, com que todos entram triunfando pelos lugares onde moram. Mas a carne humana que comem não é, entre eles, coisa geral, porque não comem senão a dos que cativam e têm por inimigos.¹⁰⁶ Os que lhe morrem na guerra, enterram no mesmo lugar. Se é perto de suas povoações, os levam consigo, para lá os enterrar,¹⁰⁷ no que há grandes choros, lamentações, por dó.¹⁰⁸ Assim, os homens como as mulheres se tosquam. Sob essas coisas,¹⁰⁹ fazem fogo, comem e bebem certos dias, nos quais convites¹¹⁰ contam as façanhas e proezas do defunto.

Aos cristãos que cativam, se têm barba ou cabelos, tosquam-lhe os da cabeça e arrancam-lhe a barba, com todos os outros ca-

¹⁰² *Laudéis*. Protetores externos, acolchoados, usados nas guerras para proteger o corpo contra os golpes.

¹⁰³ *Cobrem*. No texto-base: “cobre”.

¹⁰⁴ *Embaçam*. Perdem a força.

¹⁰⁵ *Agora*. No texto-base: “já agora”.

¹⁰⁶ O texto ressalta o caráter ritual da antropofagia indígena.

¹⁰⁷ *Enterrar*. No texto-base: “enterrarem”.

¹⁰⁸ *Dó*. Luto; dor; compaixão. O plural “dós” também significava: vestidos de luto. Moraes (*Dicionário da língua portuguesa...*) dá como palavra do gênero masculino.

¹⁰⁹ *Sob essas coisas*. O texto-base registra: “sobellas couas”, onde “couas” pode significar “cousas” ou “covas”.

¹¹⁰ *Convites*. Banquetes.

belos do corpo. Aos que cativam na guerra, dão mulheres para os fervem¹¹¹ e dormirem com elas; se delas hão filhos, os senhores os vendem, ou comem. Tratam muito bem esses cativos, no¹¹² comer e beber; as mulheres que os fervem, trabalham por lhes dar bom peso. Quando querem fazer alguma festa, matam um desses cativos. A mulher com que teve conversação,¹¹³ ainda que dele tenha filhos, é a primeira que lhe lança uma corda ao pescoço; o que feito, os homens o atam com outras [cordas] pelo meio do corpo, braços e pernas; e assim o amarram no meio da casa a um pilar,¹¹⁴ e o pintam e o empenam de penas de aves. Para essas festas fazem muita beberagem e ajuntam muita caça, para se banquetearem todos os que a elas vêm. Algumas vezes, desatam o mesmo cativo do pilar; atado com a corda que tem pela cintura, fazem-no bailar e alegrar com a beberagem que lhe dão amiúde. Isso dura três dias, nos quais não fazem outra coisa que comer, beber e bailar. O que feito, levam o cativo a um curral, solto dos pés, braços e mãos. As mulheres e meninos o têm por cordas, que lhe ficam atadas na cintura, tirando por¹¹⁵ ele de uma parte para outra, arremessando-lhe laranjas e outras frutas, das quais ele apanha no chão as que pode e lhes torna a atirar¹¹⁶ com elas, e com pedras, se as pode haver. Por todo o caminho, vão dando de beber ao cativo, que disso vai muito alegre. Assim, os que o levam – que também vão bebendo, cantando e saltando, desde que [ele] sai de casa, até chegarem ao lugar em que se há de fazer a execução – vão dizendo ao paciente muitas injúrias, e que o hão de comer por vingança dele e de todos os seus parentes e amigos. Ao que [ele] responde muito alegre que lhe não dá nada disso, pois que morre com muito esforço, como o deve fazer um valente homem, e que se o hão de matar, que ele já matou e comeu muitos dos seus deles, que além disso vai consolado por saber que têm irmãos que hão de vingar sua morte.

¹¹¹ *Ferverem*. Excitare.

¹¹² *No*. No texto-base: “de”.

¹¹³ *Conversação*. Relação; trato; convivência; freqüência.

¹¹⁴ *Pilar*. No texto-base: “piar”.

¹¹⁵ *Tirando por*. Puxando.

¹¹⁶ *Atirar*. Tirar.

Depois de chegados ao curral, vem o que o teve preso, bailando contra ele, todo pintado com uma gorgueira¹¹⁷ de penas de cores, que lhe cobre todo o pescoço e parte dos ombros, com uma espada grande de pau na mão, cheia também de penas, gritando e assoviando contra o preso, para o ferir; mas ele trabalha quanto pode para lhe tomar a espada das mãos; o que o estorvam¹¹⁸ as mulheres e meninos que tiram¹¹⁹ pelas cordas, tirando por ele de uma parte para outra, até que o da espada o fere à sua vontade e lhe faz saltar os miolos fora da cabeça, porque esse é o derradeiro golpe que lhe dão, nem lhe pode dar mais, segundo seu costume. O que feito, lha corta; e as mãos e tudo mais do corpo lançam as mulheres em uma fogueira que para isso está¹²⁰ feita, onde o chamuscam como a um porco. Depois de bem chamuscado, abre-o com uma cana tão aguda como faca e lhe tiram as tripas, as quais, chamuscadas ao mesmo fogo, comem as mulheres e meninos. E a carne do corpo, talham os homens em postas e mandam delas em presente aos outros. Com essa vianda em sinal de vingança, fazem as maiores festas, bebem muito mais daquele seu vinho, ou a beberagem que antes fizeram.

Há nessa província de Santa Cruz uma gente a que chamam papanazes,¹²¹ que vivem nos desertos com mulheres e filhos. Não têm casas, nem lugares, nem camas, nem redes para dormir; vivem de roubos e rapina. São homens, pela maior parte, de meia estatura. Andam nus e foram antigamente senhores de toda aquela terra; e por guerras, os que habitam ao longo da costa do mar os lançaram dela, pelo que são seus inimigos capitais. Fazem contínua e crua guerra a todos os que vivem em casas; têm linguagem sobressida,¹²² contudo, entendem-se bem uns aos ou-

¹¹⁷ *Gorgueira*. Peça que ornava a garganta; espécie de gargantilha.

¹¹⁸ *O que o estorvam*. No texto-base: “o que lhe [...] estorvam”.

¹¹⁹ *Tiram*. Puxam.

¹²⁰ *Está*. No texto-base: “tem”.

¹²¹ *Papanazes*. Indígenas que viviam entre Porto Seguro e Espírito Santo.

¹²² *Sobressida*. Interrompida; descontinuada. “Sobressida”, particípio do antigo verbo “sobresser” ou “sobreser” (sobrestar). Gonçalves Dias empregou: “Sobresteve o tupi; arfando em ondas, o rebater do coração se ouvia” (Laudelino Freire, *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*). O modo de falar dos índios Tupiniquim pareceu, aos ouvidos dos portugueses, como construído de frases interrompidas

tros; usam o mesmo modo de comer os cativos. Todos esses por nenhum delito fazem justiça, senão por homicídio, que é deste modo: os parentes do homicida o hão de entregar aos parentes do morto, os quais o afogam e enterram, presentes uns e outros, com muitos prantos e choros, comendo e bebendo por muitos dias. E assim ficam amigos; se, por acaso, o homicida foge, e se não pode fazer entrega dele aos parentes do morto, então lhes dão as filhas e irmãos do homicida; ou, se as não têm, as parentas mais chegadas, por cativas dos parentes mais chegados do morto. E assim ficam amigos.

Dessa gente tão bárbara e tão inculta há já muitos que se converteram à fé de nosso Senhor Jesus Cristo e que são aliados¹²³ por casamento como nós outros, e vivem do mesmo modo do que fazemos.

CAPÍTULO LVII

Do que Pedro Álvares Cabral passou depois que partiu da Terra de Santa Cruz, até chegar a Calicut, e do sítio da ilha e cidade de Quíloa.

Partido Pedro Álvares Cabral dessa terra de Santa Cruz, em um domingo, 24 dias de maio, se armou um bulcão,¹²⁴ e atrás dele uma trovoadá com tanta força de vento, e tão de súbito, que, à vista uns dos outros, soçobraram quatro naus, sem delas escapar coisa viva, das quais eram capitães Bartolomeu Dias, Aires Gomes da Silva, Vasco de Ataíde e Simão de Pina.¹²⁵

As sete que ficaram se apartaram umas das outras, no qual trabalho andaram até os 26 dias de julho, em que se ajuntaram as seis, porque a de Pedro Dias¹²⁶ foi ter ao estreito da Arábia e à ci-

(sobrestadas). Interpretação dos autores, já que o texto-base de Damião de Góis traz um incompreensível “sobre sim”.

¹²³ *Aliados*. Ligados.

¹²⁴ *Bulcão*. Nuvens negras e grossas que logo se transformam em fortíssimo vento e temporal.

¹²⁵ A respeito das naus que naufragaram perto do cabo da Boa Esperança, ver *Documento 10*, nota 19.

¹²⁶ *Pedro Dias*. Diogo Dias. João de Barros (*Documento 34*) ora chama de Pedro Dias, ora Diogo Dias.

dade de Mogadíscio, de onde tornou a este reino com só¹²⁷ seis homens, depois de ter passado muitos perigos e trabalhos. Essas seis naus, depois, de ter¹²⁸ dobrado o cabo da Boa Esperança, foram lançar âncora defronte de uma terra fresca, de muitas ribeiras, arvoredos e criações, da qual nenhum dos naturais ousou vir às naus, nem na praia quiseram comunicar com os nossos, nem vender-lhes mantimentos de que tinham muita necessidade; pelo que, se fez a vela, e navegando de longo da costa, com vento bonança,¹²⁹ escorreu¹³⁰ Sofala, até estar¹³¹ junto de duas ilhas que estão perto de terra firme, a que agora chamam “As primeiras”, junto de uma das quais estavam surtas¹³² duas naus, que Pedro Álvares, por se alevantarem,¹³³ seguiu e as tomou, sem [elas] se defenderem. [...].

¹²⁷ *Só*. No texto-base: “sós”.

¹²⁸ *Têr*. No texto-base: “terem”.

¹²⁹ *Vento bonança*. Bons ventos.

¹³⁰ *Escorreu*. Percorreu.

¹³¹ *Estar*. No texto-base: “ser”.

¹³² *Surtas*. Ancoradas.

¹³³ *Alevantarem*. Levantarem a âncora.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Documento impresso, com primeira edição em 1566.

FONTE

GÓIS, Damião de. *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*. Parte I, capítulos 54 a 57. Nova edição, conforme a primeira, anotada e prefaciada. Edição dirigida por Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, p. 115-126.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

A primeira edição das partes I e II da *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel* é de 1566, época em que Damião de Góis ocupava o cargo de guarda-mor dos arquivos da Torre

do Tombo, tendo, portanto, acesso direto a importantes documentos históricos do arquivo régio. O livro gerou protestos entre famílias nobres de Portugal, as quais julgaram que sua contribuição à história do país havia sido pouco ou mal retratada por Damião de Góis. Isso obrigou o autor a realizar várias alterações na primeira parte da obra, reimpressa no ano seguinte, 1567.

O livro teve algumas edições em Portugal, como a utilizada neste volume, feita de acordo com a publicação no século XVI. *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel* nunca foi editada no Brasil.

EMENTA

Capítulos LIV a LVI e extrato do capítulo LVII da obra *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, impressa em Lisboa, em 1566. O texto selecionado narra os antecedentes da viagem de Cabral, a chegada ao Brasil, a estadia aí dos tripulantes e o roteiro da frota até logo depois do cabo da Boa Esperança. O interesse maior do texto, contudo, reside na longa descrição sobre os indígenas da Terra de Santa Cruz ou Brasil, a mais pormenorizada entre as que constam do presente volume.

ANÁLISE HISTÓRICA

Damião de Góis (1502-1574) foi um dos portugueses de sua época mais integrados aos círculos intelectuais da Europa. Desde os nove anos de idade, quando ficou órfão de pai, viveu na corte de D. Manuel I, onde, como moço da câmara, pôde instruir-se e vivenciar o ambiente excitante das navegações e das conquistas portuguesas; no texto aqui apresentado, Góis diz ter presenciado índios brasileiros exibindo ao rei D. Manuel sua destreza no manejo do arco e da flecha. Em 1523, aos 21 anos de idade, estava em Antuérpia, para exercer o cargo de escrivão ou secretário da feitoria portuguesa. A partir de então entrou em contato com homens de letras, artistas, mercadores, banqueiros e governantes de vários países europeus, todos profundamente interessados nas novidades a respeito das viagens lusitanas, da rota Lisboa–Calicut, dos resultados comerciais obtidos nas navegações, dos tipos físicos e dos costumes dos diversos povos encontrados, das transformações acontecidas em Portugal, etc. Eram pessoas formadas no renascimento europeu, desejosas de compreender os novos e os velhos mundos que então se abriam à Europa e de lucrar com as novas atividades. Vários textos reunidos neste volume, como os *Documentos 20, 21 e 30*, atestam esse interesse europeu pelos assuntos portugueses. Nessa época, Góis visitou os Estados alemães, Holanda, Cracóvia, Lituânia, Dinamarca, Veneza, Roma, etc. Manteve contato, entre muitas outras pessoas, com o filósofo Martinho Lutero, fundador do protestantismo, e com o príncipe Melancton, que o apoiava.

Nesse ambiente de idéias e negócios, Damião de Góis aperfeiçoou sua formação de humanista, conhecendo pensadores e eruditos que se tornaram seus amigos e com quem dialogou e manteve correspondência a vida inteira, independentemente de cre-

dos e preferências políticas. De volta a Portugal em 1532, não aceitou o convite de D. João III para aí ocupar o cargo de tesoureiro da Casa da Índia, preferindo voltar a viajar para países estrangeiros, de onde regressou apenas em 1545, para, a partir de 1548, exercer as funções de guarda-mor dos arquivos da Torre do Tombo. Em 1545, Damião de Góis foi denunciado à Inquisição por antigo companheiro de estudos, o padre Simão Rodrigues de Azevedo, conseguindo provar a inocência. Mas em 1571 foi preso, processado e condenado à prisão perpétua, acusado de adesão ao luteranismo, vítima do ambiente de profunda intolerância religiosa e intelectual que então predominava em Lisboa. Faleceu em Alenquer, sua terra natal.

Em 1532 e 1539, Damião de Góis publicou dois opúsculos sobre a presença portuguesa na Ásia, nos quais oferece informações a respeito da região e defende o monopólio luso sobre as especiarias, baseado no argumento principal de que este representava apenas um meio para atingir causa mais nobre, a da cristianização dos infiéis e dos pagãos; as duas obras, assim como algumas outras que o autor escreveu sobre o mesmo tema, são consideradas subservientes ao poder real. Em 1544, Damião de Góis publicou *Fides, religio, moresque Aethiopum sub imperio Preciosi Joanni*, sobre a religião etíope, no qual defende a idéia de um cristianismo universal e a conseqüente necessidade de reconciliação entre diversos ramos do cristianismo; este livro foi mais tarde incluído no *Index* das leituras censuradas pela Inquisição e usado contra o autor, no processo movido pelo Santo Ofício. Góis editou em 1544 um livro sobre Lisboa, *Urbis Ulisiponis Descriptio* (Descrição da cidade de Lisboa), no qual apresenta a cidade como importante centro comercial, pleno de tradições antigas, as quais remontavam à sua fundação, pelo herói grego Ulisses. Damião de Góis dedicou-se ainda à elaboração de duas crônicas reais: a crônica sobre D. Manuel I, de que se publica aqui pequeno trecho; e a *Crônica do príncipe D. João II*, que, embora finalizada em 1557, foi publicada apenas dez anos depois. As obras de Góis foram conhecidas e citadas por grandes intelectuais europeus da época.

Crônica do felicíssimo rei D. Manuel, para a qual o autor consultou um grande número de fontes, orais e escritas, é considerada obra informativa e precisa, capaz de aliar o rigor histórico ao estilo vivo e interessante. O texto aqui selecionado é baseado nas narrativas de outros cronistas, como Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia, nos documentos obtidos pelo autor na Torre do Tombo, em relatos orais de viajantes e em episódios dos quais o próprio Góis participou. Consideramos provável que, para compor suas minuciosas descrições dos costumes dos indígenas brasileiros, Damião de Góis tenha também lido publicações recentes de autores europeus que haviam tido contato recente, direto e prolongado com o Brasil, como Hans Staden – cujo livro foi publicado em Marburgo, em 1557, obtendo imediato sucesso – e André Thevet, cujas *Singularidades da França Antártica* também saíram em 1557. As descrições de Góis sobre os índios são muito mais ricas em informações e pormenores do que todas as outras incluídas no presente volume, até mesmo as publicadas em épocas próximas. O texto oferece ainda outras informações importantes, tanto sobre a política portuguesa quanto sobre a terra do Brasil, algumas até então inéditas, conforme assinalado nas notas.

JERÔNIMO OSÓRIO

**DA VIDA E FEITOS DE
EL-REI D. MANUEL (1571)**

L I V R O I

[...]¹

Este zelo, porém, não o deslembra² do que punha nas coisas da Índia e na segunda armada, que preparava para as terras do Sol Nascente. E como tinha firme em seu espírito nada emprender sem tomar auspício da sua muito santa religião, naquele mesmo sítio³ em que o infante D. Henrique edificara uma ermida em louvor da Sacratíssima Virgem, se dispôs a levantar um templo muito mais magnífico e muito mais amplo, de que lançou logo os fundamentos e o consagrou à memória da mesma Soberana Virgem, que venerava com singular devoção. E mandou que aquele sítio (até ali Restelo) fosse em diante chamado

¹ O texto vinha se referindo a D. *Manuel, que àquela época estava envolvido com a transferência dos ossos de seu pai, D. João II, da catedral de Silves para o Mosteiro da Batalha. Antes desse episódio, o texto de Jerônimo Osório referia-se à primeira viagem de Vasco da Gama à Índia.

² *Não o deslembra*. Não o fazia esquecer.

³ *Sítio*. Local, lugar.

Belém,⁴ em semelhança daquela cidade em que Cristo nasceu para redenção do gênero humano. E para o convento convocou mui religiosas pessoas, que professavam seguir o instituto de S. Jerônimo,⁵ a quem confiou o cuidado da igreja e ofícios dela, rogarem a Deus por nós e instruírem na santa religião os mareantes e chatins⁶ que ali, de várias partes, acodem. Esse templo o escolheu, de logo, para seu jazigo. Também num morro que circundam as ondas do oceano, não longe do templo, da banda do poente, edificou uma fortaleza mui bem apetrechada, que vedasse a entrada da foz do porto de Lisboa a todos os navios que, pelos sinais convindos entre os marítimos, não denunciassessem vir de paz.⁷

Compunha-se de 13 naus a armada que mandou. Levava 1.500 soldados; ia artilhada⁸ e guerreira em sumo grau, com as muitas peças e munições. Deu-lhe por capitão a Pedro Álvares Cabral, de cujo esforço confiava muito. Incumbe-lhe, mormente, de fundar (quanto coubesse em suas posses) amizade com el-rei de Calicut e lhe requisesse consentimento de edificar uma fortaleza perto da cidade, amparados da qual pudessem os lusitanos

⁴ Atualmente, em Lisboa há os bairros de Belém – no qual se situam a igreja mandada construir por D. Manuel, o Mosteiro dos Jerônimos, assim como a Torre de Belém, referida adiante no texto – e o do Restelo, contíguo ao primeiro. À época em que D. Henrique mandara ali construir a ermida citada no texto (a igreja de Belém), o Restelo situava-se a cerca de seis quilômetros da cidade de Lisboa. Mantida pela Ordem de Cristo, a igreja de Belém localizava-se às margens do Tejo, no local de onde saíam os navios. Os navegadores portugueses, antes de partir, ali assistiam à missa.

⁵ O magnífico Mosteiro dos Jerônimos, hoje um dos mais importantes monumentos portugueses, construído no estilo que depois seria chamado de “manuelino”, atesta o esplendor lusitano à época das navegações. Nele estão enterrados, entre outros, o próprio D. Manuel, Vasco da Gama e Camões. Contíguo ao palácio, o monarca mandou construir o novo palácio real, para onde se mudou com a família.

⁶ *Chatins*. Negociantes pouco honestos; traficantes, tratantes.

⁷ Trata-se da bela torre de Belém, outro símbolo da época das navegações. Atualmente, ela se encontra à margem do rio Tejo; quando foi construída, estava mais ao meio do rio; com o assoreamento periódico e o terremoto ocorrido em 1755, o leito do rio deslocou-se, fazendo com que a torre ficasse mais próxima à terra.

⁸ *Artilhada*. Provida de artilharia.

desviar a vida da ferocidade de seus inimigos e traficar⁹ sem risco. Que se, porém, visse o ânimo do Samorim¹⁰ tão esquivo de nós, repudiasse todo o concerto de aliança, não duvidasse, então, cometer-lhe¹¹ guerra.¹² Mandou-lhe mais: que fizesse caminho por Melinde (se pudesse)¹³ e significasse¹⁴ a el-rei quão agradável lhe fora sua embaixada, e por seu respeito faria, com muito agrado, quanto lhe fosse requerido da sua parte.

Foram, por¹⁵ sua ordem, nessa armada, cinco religiosos franciscanos¹⁶ de grande opinião de virtude, para residir¹⁷ em Calicut – no caso em que os pactos se ferissem¹⁸ – e ali administrar¹⁹ os sacramentos aos portugueses que, por causa do comércio fossem àquela²⁰ cidade, e instituir²¹ no catecismo os pagãos que quisessem entrar na nossa fé. Deu-lhes por guardião a frei Henrique, homem de singular religião e piedade, que depois, pela santidade de sua vida, foi bispo de Ceuta.

Partiu Cabral, com toda a sua armada, a nove de março do ano de 1500.

[...] ²² Mas Pedro Álvares Cabral, que ia em derrota²³ da Índia, seguindo a mesma esteira do Gama, veio à ilha de Santiago;

⁹ *Traficar*. Negociar. Segundo Moraes (*Diccionario da língua portugueza...*), “negociar com gírias, ardis, não lisamente”, “chatinar” (isto é, comerciar como um chatim).

¹⁰ *Samorim*. Governante de Calicut. Ver *Documento 5*, nota 1.

¹¹ *Cometer-lhe*. Fazer-lhe.

¹² Tal como João de Barros (*Documento 34*, nota 73) e os outros cronistas, Jerônimo Osório também se refere ao princípio da “guerra justa” contido no regimento dado a Cabral.

¹³ (*Se pudesse*). No texto-base: “a poder ser”.

¹⁴ *Significasse*. Mostrasse; exprimisse.

¹⁵ *Por*. No texto-base: “de”.

¹⁶ *Cinco religiosos franciscanos*. Os cronistas estão divididos entre oito e cinco frades. Ver *Documento 33*, nota 5.

¹⁷ *Residir*. No texto-base: “residirem”.

¹⁸ *Os pactos se ferissem*. Os pactos se tocassem (se travassem, se articulassem).

¹⁹ *Ministrar*. No texto-base: “ministrarem”.

²⁰ *Àquela*. No texto-base: “naquela”.

²¹ *Instituir*. No texto-base: “instituírem”.

²² O texto suprimido contém longuíssima digressão sobre problemas dinásticos e lutas contra os turcos.

²³ *Derrota*. Rota; rumo; roteiro.

donde, querendo passar avante, tal tormenta se levantou que a armada se lhes desgarrou. E uma das naus, desarvorada,²⁴ recuou para Lisboa. Apacada a tempestade, cuidou Cabral em recolher a si a armada, em que achou aquela nau de menos,²⁵ pelo que mandou arriar as vergas²⁶ e esperar por ela dois dias. Vendo, porém, que [ela] não aparecia, pôs a proa no ocidente.

A 24 de abril,²⁷ os gajeiros²⁸ descobriram terra, de que todos conceberam incrível contentamento, não havendo nenhum dos nossos que tivesse a menor suspeita de que lhes demorasse²⁹ terra habitada de homens por semelhantes paragens. Nada menos Pedro mandou virar sobre³⁰ a terra e deu ordem ao mestre da capitânia [que] fôsse na lancha, orçando³¹ pela praia e registrando apuradamente o sítio e natureza daquele país. Voltou o mestre; e trouxe averiguado que a terra era amena e fértil, acobertada de viçosas ervas e altíssimas árvores, vertente³² em copiosas águas; que vira gente baça, de brando cabelo corredio, nus de corpo, passeando pela praia com arcos e flechas. Não satisfeito, Cabral, com o testemunho do mestre, fez embarcar alguns capitães nas lanchas, armados, para que melhor indagassem o terreno. Eles perfizeram a ponto quanto Cabral lhes incumbira e, de volta, confirmaram por certo quanto o mestre tinha denunciado.³³

Naquela noite, detendo-se ali sobre as âncoras, sobreveio tamanho temporal que, carregando³⁴ na armada, a forçou a rodear ao

²⁴ *Desarvorada*. Com os mastros (árvores) abatidos. No texto-base: “desalvorada”.

²⁵ Trata-se da nau de Luís Pires ou Vasco de Ataíde, da qual não se soube mais notícia, embora alguns cronistas, como este, digam que (Luís Pires) tenha regressado a Lisboa.

²⁶ *Arriar as vergas*. Afrouxar as varas que cruzam o mastro e prendem as velas.

²⁷ *24 de abril*. A respeito das variadas datas para a chegada da esquadra ao Brasil, ver *Documento 33*, nota 12.

²⁸ *Gajeiros*. Marinheiros que sobem à gávea para, do alto, poder avistar alguma coisa.

²⁹ *Demorasse*. Estivesse situada; ficasse; houvesse.

³⁰ *Virar sobre*. Mudar a direção para.

³¹ *Orçando*. Avaliando; julgando, estimando as coisas.

³² *Vertente*. Que verte, derrama ou entorna.

³³ *Denunciado*. Anunciado.

³⁴ *Carregando*. Atacando com ímpeto; pressionando. Até hoje se usa, em Portugal, o verbo “carregar” com o sentido de “pressionar”, “apertar”: “Carregar no botão da campanha”.

longo daquela costa muito embatida³⁵ das ondas e destroncada³⁶ por aqueles mares, até que acertou com um excelente porto, que Pedro Álvares mandou se chamasse, dali em diante, “Porto Seguro”.

Abrigadas ali as naus, encomendou Cabral a alguns capitães que fossem nos batéis examinar aqueles sítios. Logo voltaram com dois pescadores que tomaram de um barco. E como nenhum³⁷ dos nossos lhes podia compreender a linguagem, por acenos e sinais começaram a tratar com eles. Mas tão boto³⁸ engenho tinham esses índios, e tão embaçados estavam de ânimo, que se lhes não pôde, por sinais, dar nada a perceber. O que visto por Cabral, lhes deu alguns panos, cascavéis, anéis de latão e espelhos; e, assim dadivados, os mandou pôr em terra. Eles, mui vaidosos com tais presentes, alardeiam com grande contentamento as suas riquezas, de maneira que, abalada toda a povoação de tantos encarecimentos,³⁹ acudiram em chusmas com grão miúdo,⁴⁰ grande cópia de farinha e muita variedade de frutas, que tudo mui lhanamente permutavam com os nossos. Embelezavam-se nos espelhos, divertiam-se com os cascavéis, altanavam-se⁴¹ com os braceletes, estavam fitos em nós sem se poder⁴² faltar de remirar cada cousa de per si.

A simpleza dessa gente empenhou⁴³ a Pedro Álvares Cabral descer à terra e ali, à sombra de uma árvore grossíssima, mandar erguer um altar, onde, com grande cerimônia se celebrasse missa cantada e houvesse pregação. Nem foram excluídos daquele espetáculo os colonos daquela terra,⁴⁴ que, mudos e estupefatos,

³⁵ *Embatida*. Batida, pancada. Choque forte. De “embater”: produzir embate ou choque, batida.

³⁶ *Destroncada*. Desmembrada, destroçada, truncada, desmanchada, deslocada.

³⁷ *Nenhum*. No texto-base: “nenhuns”.

³⁸ *Boto*. Grossoiro; tosco.

³⁹ *Encarecimentos*. Exageros.

⁴⁰ *Grão miúdo*. Talvez milho e feijões.

⁴¹ *Altanavam-se*. Tornavam-se orgulhosos ou altaneiros. Nem Moraes, *op. cit.*, nem Caldas Aulete (*Dicionário contemporâneo da...*) registram o verbo “altanar”. Caldas Aulete traz “altanear”.

⁴² *Poder*. No texto-base: “poderem”.

⁴³ *Empenhou*. Impeliu.

⁴⁴ Legítimos donos da terra, habitantes dela há séculos e gentis hospedeiros dos portugueses em 1500, os índios, no texto de Osório, publicado em 1571, já são transformados em “colonos daquela terra”!

entranhavam, sem pestanejar, no íntimo dos sentidos, a santidade das cerimônias e a harmonia do canto.⁴⁵ E na inclinação de seus corpos mostravam-se muito entrados do⁴⁶ nosso culto. E quando Cabral se vinha retirando para as naus, vieram acompanhando-o com muito gosto, até às lanchas.

Tão declaradas eram essas significações⁴⁷ de regozijo que – com amiudados cantos, com tangeres de cornos e buzinas, com gestos de seu corpo, com setas atiradas ao ar e as mãos apontadas para o céu – pareciam render imensas graças a Deus de ter ali trazido aqueles homens. Tão soçobrados⁴⁸ estavam de assombro, que disseras⁴⁹ tinham perdido o juízo, pois muitos, enquanto Cabral vogava⁵⁰ para a armada, se metiam pelo mar em seu seguimento, até lhe dar a água pelos peitos. Outros iam nadando, e [alguns] deles em batéis, até que, agarrados com as naus, não havia modo de arrancá-los delas.

Enquanto a armada aqui se deteve a fazer aguada, a se prover de farinhas e outros mantimentos, deu à costa um peixe que moveu grande admiração de todos: era da grossura de uma grande pipa e tinha dois tantos de comprido; a cabeça e olhos [eram] do feitio dos de porco; as orelhas parecidas com as do elefante; não tinha dentes; a pele sedeuda⁵¹ e crespa; estendia uma cauda de cinco pés de longo; e a pele tinha um dedo de grossura.

Nessa terra – que Cabral quis apelar Santa Cruz e hoje se chama Brasil –, mandou pôr uma coluna de mármore, semelhan-

⁴⁵ O bispo Jerônimo Osório não se limita, como fizeram os autores dos outros documentos, a registrar a disposição dos índios em repetir os gestos dos celebrantes e dos assistentes da missa, atitude interpretada por muitos portugueses, desde Caminha (*Documento 6*), como predisposição para receber a religião católica. Os índios descritos pelo bispo Osório foram além: “entranhavam, sem pestanejar, no íntimo dos sentidos, a santidade das cerimônias”. A idéia é reforçada linhas adiante, com a frase “pareciam [os índios] render imensas graças a Deus de ter ali trazido aqueles homens”.

⁴⁶ *Entrados do*. Movidos pelo; compenetrados pelo.

⁴⁷ *Significações*. Sinais; expressões.

⁴⁸ *Soçobrados*. Perturbados; desvairados; abismados.

⁴⁹ *Que disseras*. Que dirias.

⁵⁰ *Vogava*. Navegava.

⁵¹ *Sedeuda*. Tesa, não frouxa. “Sedeuda” significa também “sedosa”, mas essa acepção não está de acordo com o que se segue: “crespa”. Retorna o fantástico peixe, mencionado por Castanheda (*Documento 33*, nota 21) e outros.

te às que o Gama mandava colocar em várias partes. E dali enviou Gaspar de Lemos, um de seus capitães, a Portugal dar parte a el-rei D. Manuel do sítio daquelas novas terras, que eu não tenho por alheio descrever delas algumas particularidades.

Fica ela situada para o austro.⁵² Os seus confins, que são dilatadíssimos, entestam⁵³ com o Peru, continente que se encerra nos domínios dos reis de Castela. A terra é fértil e amena, e tão sadia do seu natural que quase escusa medicina alguma; ali se morre de doença por acaso; antes, acabam quase todos minados da velhice. Muitos e grandes rios a umedecem; e as fontes de água doce e perenal que tem são fora de algarismo. Têm larguíssimas campinas, que se tapizam⁵⁴ de graciosas pastagens; seus portos são boníssimos, de mui fácil embocadura, em que as naus têm grande abrigo contra os vendavais; e não têm baixos nem restingas, em que periguem. A maior parte daquela região é empolada⁵⁵ de montes, que abrem grandes vales; as florestas, densas e sombrias; têm árvores de muita diversidade, nunca dantes conhecidas dos nossos; entre elas, um da sumidade de cujas folhas cortadas destila um gênero de bálsamo. [As árvores d']o campeche,⁵⁶ donde se tira a cor vermelha com que tingem as lãs, são ali mui triviais e muito altas.

Além disso, brotam da terra⁵⁷ plantas muito medicinais, entre elas a erva santa,⁵⁸ muito proveitosa para chagas, apertos de amiudado anélito,⁵⁹ também para cancrios e para a gangrena procedida de chagas apodrecidas e que, em perdição de todo o corpo, lavra⁶⁰ contagiosa e súbita; e para muitas mais doenças em que a arte médica em vão se esgota, e que ela mui pronta despede.⁶¹

⁵² *Austro*. Sul.

⁵³ *Entestam*. Confinam; estão defronte.

⁵⁴ *Tapizam*. Cobrem; atapetam.

⁵⁵ *Empolada*. Cheia.

⁵⁶ *Campeche*. Árvore cuja madeira fornece uma tinta vermelho-escura, usada na tinturaria. Segundo Caldas Aulete, *op. cit.*: “alguns vendedores aproveitam” a tintura “para imitar o vinho tinto”.

⁵⁷ *Além disso, brotam da terra*. No texto-base: “brota além disso a terra”.

⁵⁸ *Erva santa*. Assim Damião de Góis (*Documento 38*, nota 55) chamou o petum.

⁵⁹ *Anélito*. Respiração; hálito. Seria dificuldade em respirar ou mau hálito?

⁶⁰ *Lavra*. Desenvolve.

⁶¹ *Despede*. Despacha; resolve.

São homens fulos⁶² de cor. Têm corredio o cabelo, negro e comprido. Não têm barba; ainda algum pêlo que pelo corpo lhes aponta, com pinças o arrepelam.⁶³ Letras nenhuma conhecem; nenhuma religião cultivam; nenhuma leis os ligam; nem se servem de alguns pesos ou medidas; nem ao governo de algum rei vivem sujeitos.⁶⁴ Quando, todavia, eles se levantam em guerras, elegem um general, que julgam [ser] por todos⁶⁵ o mais forte e acérrimo em dar batalhas. Vulgarmente não se cobrem com traje algum. Somente os que, entre eles, realçam por nobreza se cingem de tecidos de penas de papagaios e de aves de outras cores. Com cocares das mesmas penas enfeitam as cabeças e compõem braceletes, que passam por cima do cotovelo. Descem-lhes esses saios⁶⁶ de plumas do embigo⁶⁷ até às curvas.

As mulheres deixam crescer o cabelo, mas os homens o rapam desde a frente até ao toutiço.⁶⁸ Os que, porém, capricham de garridos,⁶⁹ furam as orelhas, os lábios e os narizes – e até as faces –, para os permear,⁷⁰ pelos furos, de pedrinhas de cores variadas. As mulheres, em vez de pedras, se servem de miúdas conchinhas, que elas estimam a mui alto preço.

Usam de arcos em suas pelejas. Com tanta arte atiram uma flecha que, a qualquer parte do corpo a que acenem, lá a empregam. Para as pontas das flechas, servem-se de espinhas de certos peixes, em vez de aço; não obstante, com elas profundam tal ferida que traspassam com o furo qualquer plancha.⁷¹ Vivem do que caçam, comendo macacos, lagartos, cobras, ratos. Nenhum desses manjares os entoja.⁷² Usam de canoas compostas de cortiças de robustís-

⁶² *Fulos*. Pessoas de cor escura-amarelada; pardos. Do latim *fulvus* (fulvo; amarelo-tostado).

⁶³ *Arrepelam*. Arrancam; puxam.

⁶⁴ Mesmos conceitos emitidos por Damião de Góis (ver *Documento 38*, nota 62).

⁶⁵ *Por todos*. No texto-base: “por de todos”.

⁶⁶ *Saios*. Saiotes. Espécie de vestes curtas, que iam até o joelho, com abas.

⁶⁷ *Embigo*. Umbigo.

⁶⁸ *Toutiço*. A parte traseira e inferior da cabeça, perto da nuca.

⁶⁹ *Capricham de garridos*. Esmeram-se em coisas vistosas, luxos ou pompas.

⁷⁰ *Para os permear*. No texto-base: “para as permearem”.

⁷¹ *Plancha*. Prancha.

⁷² *Entoja*. Causa nojo; repugna.

simas árvores, e delas há que podem conter 30 pessoas no bojo. Quando querem pescar, vão uns deles remando e outros batendo o mar com varapaus, para amotinar o peixe que, espantado, vem boiando à flor da água. Então, os que para tal ficam de apresto⁷³ têm cabaços grandíssimos, secos e ocós, descidos no mar, ao revés da corrente; e neles o peixe vem por si⁷⁴ mesmo encovar-se.

Não semeiam trigo, mas fazem pão da raiz de uma erva do porte da beldroega,⁷⁵ que, contudo, encerra veneno tão mortífero que morre de repente quem a come crua. Eles picam-na e, pisada, a espremem, [de tal modo] que gota lhe não reste de sumo venenoso; então a secam ao sol e, moída entre pedras, lhe extraem a farinha. Os pães que dessa farinha fazem não somente são saudáveis, mas têm ainda mui regalado sabor. Dela e de milho compõem uma bebida mui parecida com a cerveja, na qual, quando se enfrascam⁷⁶ (o que mui de uso lhes acontece), maquinam mais que ordinárias fraudulências e traições.

Observam agouros e são dados a empeçonhamentos.⁷⁷ Há⁷⁸ entre eles, com⁷⁹ muita honra, certos homens maléficos a quem vão consultar nos casos duvidosos. Chamam-lhes pajés.⁸⁰ Trazem estes, na ponta de uma seta, uma cabaça com figura de homem; cada vez que lhes dá na vontade, metem brasas na cabaça e de ervas sobrepostas⁸¹ sai fumo, que resfolgam⁸² pelos narizes, até, bêbados, tremelhicar,⁸³ espojar-se e sair de si.⁸⁴ Pois⁸⁵ têm tal força

⁷³ *Ficam de apresto.* Ficam preparados, de prontidão.

⁷⁴ *Por si.* No texto base: “de si”.

⁷⁵ Trata-se da mandioca, já tratada com esse nome por Damião de Góis (*Documento 38*, nota 79).

⁷⁶ *Enfrascam.* Embebedam.

⁷⁷ *Empeçonhamentos.* Envenenamentos.

⁷⁸ *Há.* No texto base: “são”.

⁷⁹ *Com.* No texto base: “em”.

⁸⁰ *Pajés.* As maiores autoridades religiosas dos índios tornam-se aqui, na pena do bispo, “homens maléficos”.

⁸¹ *Ervas sobrepostas.* Tabaco colocado sobre as brasas da cabaça.

⁸² *Resfolgam.* Respiram.

⁸³ *Tremelhicar.* Tremelicar; tremer de susto.

⁸⁴ *Espojar-se e sair de si.* No texto-base: “tremelhicarem, se espojarem e saírem”. Espojar-se: deitar-se no chão e revolver-se, como fazem cavalos ou burros para se coçar.

⁸⁵ *Pois.* No texto base: “que”.

aquelas ervas que – com seu fumo, como se fôra sobejidão de vinho – os privam do entendimento. Logo começam a ranger os dentes, a escumar pela boca, a revirar os olhos, a ameaçar muitos de morte e a amedrontar, com turbulentos esgares⁸⁶ e meneios, os circunstantes. E ninguém suspeita que, sem instinto de espírito divino, eles profiram tão horrendas vozes. Ora, se algum – daqueles⁸⁷ a quem aquele homem assim eivado agourou desastre – passou por sinistro acontecimento, logo crêem que àquele agouro cabe reportar como castigo.⁸⁸ São [os pajés] agasalhados com suma veneração: espadanam-lhes⁸⁹ os caminhos, cantam-lhes versos (a seu modo), acompanhados com flautas, dançam-lhes bailes; trazem-lhes ao quarto moças formosas, delas virgens e outras já casadas; porque esses pobretes têm para si⁹⁰ que tudo lhes virá a seu desejo, se os tiverem ameigados.

Não é dado entre eles casarem pais com filhas, nem irmãos com irmãs. Conjugem-se⁹¹ com as mais mulheres indiscriminadamente e também as deixam, se delas se imaginam agrava-dos. Matam-nas, porém, ou vendem-nas como escravas, se as apanham em adultério. Têm poder nas filhas, não os pais, mas os irmãos, que as põem em venda, quando bem lhes parece; e essa venda outra coisa⁹² não é que escambo⁹³ por outras coisas, pois,⁹⁴ moeda não a têm.

São mui preguiçosos para o trabalho,⁹⁵ mui inclinados ao jogo e descanso. Todo o tempo que não empregam na guerra, o dão

⁸⁶ *Esgares*. Trejeitos; caretas.

⁸⁷ *Daqueles*. No texto base: “dos”.

⁸⁸ *Como castigo*. No texto base: “como em castigo”.

⁸⁹ *Espadanam-lhes*. Juncam a terra com espadana, planta em forma de espada.

⁹⁰ *Têm para si*. Julgam.

⁹¹ *Conjugem-se*. Unem-se.

⁹² *Outra coisa*. No texto base: “al”, que significa “outra coisa”.

⁹³ *Escambo*. Troca.

⁹⁴ *Pois*. No texto base: “que”.

⁹⁵ *São mui preguiçosos para o trabalho*. Há aqui um importante acréscimo ao texto de Damião de Góis (*Documento 38*, nota 92), no qual o presente documento se baseia. Enquanto Góis registra “São comumente folgazões e muito alegres, porque, como não têm guerra, seu ofício é bailar, comer e beber”, Jerônimo Osório conclui que esse modo de vida torna os índios “preguiçosos para o trabalho”. Estigma criado

aos banquetes, ao canto e à dança, sem teor⁹⁶ algum. Toda a ciência de sua dança está numa roda, onde se⁹⁷ vai sempre saltando; e seu canto [está] numa nota monótona que não sobe nem desce na entoação das coplas.⁹⁸ Ali se recitam as proezas que na guerra acabaram,⁹⁹ a que dão consumados elogios; e todas as canções tornam-se em aplauso do esforço militar. O acompanhamento dessa música lho fazem eles assobiando e batendo com os pés. Andam, enquanto isso,¹⁰⁰ os outros ocupados a dar de beber aos dançantes, até que, assoberbados do beberete, caíam sem sentidos.

Fabricam suas casas de madeira, e as cobrem de colmos unidos, e as circunvalam¹⁰¹ de dois e de três muros, em razão das revezadas guerras em que de contínuo lidam. Numa só casa (porque são mui compridas) assistem¹⁰² muitas famílias, porquanto amam todos fraternalmente. Com gosto arrojam sua vida, a todo e qualquer risco, por acudir a cada um daqueles com quem vivem.

Guerras, nunca as empreendem por defender ou dilatar suas fronteiras, mas sim por pundonor,¹⁰³ quando concebem que foram aviltados por seus convizinhos ou qualquer outra nação arredada. Nesse caso, anciãos – que já nas guerras esclareceram seus nomes quando moços – entram no conselho. Antes que deliberem, cada um toma tanta bebida quanta seu ânimo lhe pede; e logo metem suas forças e vontades a pôr por obra quanto foi decretado pelos velhos acerca da guerra e da paz. Escolhem, como já dissemos, por general o acérrimo, em seu conceito-honra, de

pelos colonizadores tanto para índios como para africanos, a preguiça já aparece fixada como conceito neste texto da década de 1570, época em que a colonização sistemática do Brasil, com base na cana-de-açúcar, já se implantara. Seres humanos dotados de cultura própria, que reagiram a trabalhar como escravos nas plantações de cana, os indígenas já são referidos nesse texto como mão-de-obra ruim.

⁹⁶ *Teor*. Estilo.

⁹⁷ *Onde se*. No texto-base: “que”.

⁹⁸ *Coplas*. Pequenas composições poéticas.

⁹⁹ *Acabaram*. Deram fim; concluíram.

¹⁰⁰ *Enquanto isso*. No texto-base: “entanto”.

¹⁰¹ *Circunvalam*. Cercam.

¹⁰² *Assistem*. Moram.

¹⁰³ *Pundonor*. Honra; brio.

que súbito o despojam se em alguma ocorrência teve o menor desar¹⁰⁴ de cobardia, e lhe substituem outro no seu posto. Vai o general de casa em casa, convidando a todos, com grandes gritos, para a guerra, e avisando-os de como têm de se aviar para ela e quanto lhes é necessária a valentia. Não só usam de arcos e flechas, mas também quebram e fendem os membros dos inimigos com espadas de madeira duríssima, lavradas. Traçam freqüentes emboscadas e põem o ponto¹⁰⁵ em acometer de sobressalto os seus contrários.

Os prisioneiros de guerra, mormente se são velhos, os comem sem tardar; os mais [prisioneiros] os prendem. Fazem mui funerais pranteados a quantos dos seus na guerra pereceram, em cuja celebração fazem o encômio de seu valor. Dão mui bem de comer a seus cativos. Até lhes dão mulheres para com eles dormirem. Quando chegam seus dias de festividade, atam com cordas um prisioneiro de guerra, que lhes parece já bem nutrido e gordo. Antes que tudo, a sua amiga, em sinal de amor, lhe lança uma corda ao pescoço e arrasta ao suplício os seus amores.¹⁰⁶ Cercam-no, depois, os homens, que lhe garrotam¹⁰⁷ braços, pernas e ventre. E atado a uma coluna, o pintam de várias cores e o enfeitam de plumas. E para não parecer¹⁰⁸ desumanos, lhe relaxam as prisões e o convidam lauta e liberalmente com bebidas e manjares. Intervalo esse em que todos se põem a comer e a se engolfar naquele licor de que já falamos. Saltam depois, e cantam, e dançam, pateando. E nesse jogo mui aparatoso empregam três dias cheios.

Até que, findado o tríduo, desimpedido das cadeias dos pés e das mãos, o conduzem a um subterrâneo, onde mulheres e meninos o tiram¹⁰⁹ pela corda que lhe cinge o peito. O resto dos homens e

¹⁰⁴ *Desar*. Revés; desgraça; insucesso.

¹⁰⁵ *Põem o ponto*. Concluem; acabam.

¹⁰⁶ Trata-se da mulher que conviveu com o prisioneiro durante o período da engorda, segundo o costume indígena. O fato de o texto denominá-la “amiga” e afirmar que ela age “por amor” é um recurso de estilo – uma ironia –, com o objetivo de ressaltar o contraste entre tais atos supostamente amorosos e a ação seguinte da índia, a primeira a amarrar o prisioneiro com uma corda.

¹⁰⁷ *Garrotam*. Apertam.

¹⁰⁸ *Parecer*. No texto-base: “parecerem”.

¹⁰⁹ *Tiram*. Puxam.

mulheres lhe atiram com limões e outras frutas; e o preso, quantas delas pode apanhar, as revira sobre os que com elas o magoaram. Enquanto isso,¹¹⁰ [o prisioneiro] bebe e, ao que parece, *maui* contente, que bebida e comer não se lhe refusa,¹¹¹ demonstrando em tudo não mediana alegria. Eles, ao valentinho e que como tal blasona, lançam injúrias e acumulam de vitupérios, e lhe dizem:

- Homem muito malvado e muito facinoroso, pagarás agora os males, que fizeste. Vingaremos no teu sangue os *manes*¹¹² de quantos na guerra nos morreram. Que temos de tirar-te a vida, despedaçar-te e comer-te assado.
- Pronto me tendes (lhes responde) que o não haveis vós com um cobarde, que detrate¹¹³ o suplício. Sempre me portei com brio em meus deveres. Se tendes de matar-me, já muitos de vós às minhas mãos morreram. Se de minhas carnes ides saciar-vos, já eu das carnes de muitos me saciei também. Tenho, ademais,¹¹⁴ irmãos. Tenho, ainda, parentes, que, certo estou, não deixarão impunida a minha morte.¹¹⁵

E assim dizendo, vai entrando no subterrâneo. E logo aquele – sob cuja guarda estava – entra com ele no mesmo subterrâneo, todo pintado pelo corpo, o pescoço bem adereçado de plumas, vibrando em suas mãos uma desmedida *catana*.¹¹⁶ Vem cantando e assobiando, enquanto a esgrime. O preso põe sumo desvelo em lha arrancar das mãos, mas, enquanto faz lança a correr a essa parte, as mulheres e meninos – que nas mãos têm o cabo da corda que o amarra – o tiram a si; e se volta a outro lado, da mesma sorte as mulheres lhe dão contrário torcimento.¹¹⁷ Tão agarrado o têm que [ele] não pode dar passo do lugar em que se acha. E o valente gladiador o magoa a seu salvo¹¹⁸ e o atenua a golpes de

¹¹⁰ *Enquanto isso*. No texto-base: “entanto”.

¹¹¹ *Refusa*. Recusa.

¹¹² *Manes*. Almas dos mortos

¹¹³ *Detrate*. Deprecie o mérito.

¹¹⁴ *Ademais*. No texto-base: “demais”.

¹¹⁵ O diálogo é criação do autor do texto, para uma cena já descrita por Damião de Góis (*Documento 38*).

¹¹⁶ *Catana*. Espada ou cutelo em curva. Palavra de origem japonesa.

¹¹⁷ *Torcimento*. Torcedura; desvio.

¹¹⁸ *A seu salvo*. Sem dano; sem risco.

catana, até que, por último, com um [golpe], que à mão tenente¹¹⁹ lhe descarrega sobre a cabeça, lha fende e os miolos lhe derramam.¹²⁰ Corta-lhe depois as mãos. E vêem logo as mulheres, que lançam o corpo já sem vida sobre o fogo para que, queimado o pêlo todo, possa com mais asseio ser lavado. Aberto pelo ventre, lhe arrancam as entranhas e miúdos, depois o fazem em chacina¹²¹ e, por não dizer mais, mordem mui regaladamente naquelas carnes.¹²² Outros homens há, montanheses e silvestres, que porfiadamente guerreiam com esses que habitam barracas e se enlodam nos mesmos crimes e feridades.¹²³

Nenhum delito, senão o homicídio, é punido entre eles, mas os mesmos parentes próximos do homicida são forçados a¹²⁴ entregá-lo aos que, em razão de comum consanguinidade, têm a ação de requerer-lhe a morte. Ora, estes lhe dão garrote¹²⁵ e o enterram; e, com muitas lágrimas e carpiduras¹²⁶ de todos os parentes, celebram as exéquias de um e outro defunto; e dão banquete, a que assistem, depositas as inimizades, todos os parentes. Se, porém, por algum acidente, pôde escapar o homicida, então suas filhas ou suas irmãs, ou já parentas, são entregues à serventia dos parentes do morto, com o que toda a desavença entre os dois bandos fica sepultada no olvido.

Tive por arrazoado emprego descrever costumes tão selvagens e ferinos, para que possa entender-se quanta aluvião de erros investe com a mísera humanidade, se destituída se acha do conhecimento das ciências e – o que funesto ainda mais é – do presídio¹²⁷ da santa nossa fé; e se compreenda, também, com quanta benignidade o clementíssimo reitor do universo olhou por essa misérrima gente quando, pela arribada dos lusitanos naquelas

¹¹⁹ *À mão tenente*. Muito perto.

¹²⁰ *Derramam*. No texto-base: “derrama”.

¹²¹ *Fazem em chacina*. Picam ou fazem postas.

¹²² A rudeza da descrição, repleta de pormenores repulsivos aos leitores, reforça as imagens, já comuns na Europa de então, sobre o canibalismo indígena.

¹²³ *Feridades*. Ferocidades.

¹²⁴ *Forçados a*. No texto-base: “forçados de”.

¹²⁵ *Dão garrote*. Apertam com um laço.

¹²⁶ *Carpiduras*. Prantos; lástimas.

¹²⁷ *Presídio*. Guarda; defesa; auxílio.

praias, lhes granjeou conversação e familiaridade com cristãos e com homens religiosos da Companhia de Jesus,¹²⁸ que os reis de Portugal mandaram àquelas, a doutrina dos quais padres afugentou as trevas dos erros em que muitos laboravam; e para que,¹²⁹ bem inteirados, afervorem seus ânimos no ardente zelo de Jesus Cristo (Ótimo e Máximo), e a Deus rendam grandiosas graças com advertida vontade, reconhecendo esse seu divino benefício.

Partiu Cabral das regiões brasílicas aos cinco de maio. Aos 24 do mesmo mês os marinheiros avistaram uma neblina, que lhes sobrevinha¹³⁰ e lhes encapotava¹³¹ o céu de escura noite. Olhavam os mares que se abalavam e se erguiam em ondas. Começaram a assustar-se e a arrancar mui depressa o velame.¹³² Mas tão súbito lhes carregou o temporal que, antes de poderem pairar¹³³ ao perigo iminente, quatro naus foram, pelos ferozes furacões,¹³⁴ embatidas desarvoradas, e tão submergidas no profundo que, dos que nelas iam, um só não escapou.

Espectáculo amargoso e lamentável – além do que cabe em palavras – para os que ficaram! Ver revoltos, entre os marulhos,¹³⁵ os companheiros de seus trabalhos – conjuntos¹³⁶ pela amizade e pátria natural, e ainda muitos deles avinculados pelo sangue –, sorvê-los aquele pego¹³⁷ em sua voragem enorme, e não poder acudir com socorro algum, em tamanha calamidade, a homens que feneciam em tão misérrimo soçobro.¹³⁸

¹²⁸ *Companhia de Jesus*. Pela primeira vez um texto deste volume cita diretamente a Companhia de Jesus. O trabalho catequético dos jesuítas, no sentido de afugentar, como aponta o texto, “as trevas dos erros em que muitos laboram”, seria a consequência natural do desígnio divino posto para os portugueses, de cristianizar pagãos e infiéis.

¹²⁹ *Para que*. No texto-base: “porque”.

¹³⁰ *Sobrevinha*. No texto-base: “vinha sobre”.

¹³¹ *Encapotava*. Encobria; escondia.

¹³² *Velame*. O conjunto de velas.

¹³³ *Pairar*. Preparar-se para enfrentar o temporal, conservando-se em árvore-seca (mastros sem velas).

¹³⁴ *Pelos ferozes furacões*. No texto-base: “dos furacões ferozes”.

¹³⁵ *Marulhos*. Ondulações do mar.

¹³⁶ *Conjuntos*. Ligados; pegados; próximos.

¹³⁷ *Pego*. Pélagio; abismo; mar alto.

¹³⁸ *Soçobro*. Naufrágio.

Às sete naus que lhes superstiveram¹³⁹ e que dali, entre lágrimas, se arredaram, desbaratou nova tempestade. E só em 17 de julho se tornaram a juntar seis da conserva.¹⁴⁰ A sétima, esgarrada com o vendaval, foi entrar pelo seio arábico, donde tornou a Portugal somente com seis pessoas, que as mais [pessoas] – atormentadas de fomes, sedes e doenças, combatidas de muitos perigos e aflições – perderam as vidas.¹⁴¹

Enfim, as seis, depois de dobrar¹⁴² o cabo da Boa Esperança, avistaram uma ameníssima terra, espontada¹⁴³ de arvoredos e formigada de rebanhos, que muitas cristalinas ribeiras recortavam, para a qual mandou Cabral que arribassem os navios. Mas nenhum dos moradores quis aceitar trato com os portugueses, de maneira que os nossos, muito carecendo de comestíveis, se partiram dali sem nada poder conseguir daquela gente.

[...]

¹³⁹ *Superstiveram*. Sobrestiveram; restaram.

¹⁴⁰ *Conserva*. Grupo; companhia.

¹⁴¹ Trata-se da nau de Diogo *Dias, que se separou da expedição de Cabral, passou pela atual Madagáscar e por Mogadíscio (África Oriental) até o norte da África, junto ao mar Vermelho, pelo golfo aqui chamado “seio arábico”, daí retornando, para encontrar-se novamente com a expedição em Cabo Verde. O irmão de Diogo, Bartolomeu *Dias, morreu em naufrágio perto do cabo da Boa Esperança.

¹⁴² *Dobrar*. No texto-base: “dobrarem”.

¹⁴³ *Espontada*. Despontada; começada a revelar-se. No texto, os portugueses avistam a terra que desponta ou surge com seus arvoredos.

COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Texto impresso, publicado pela primeira vez em Roma, em 1571. Escrito em latim, o volume recebeu como título original *De Rebus Emmanuelis Regis Lusitaniae invictissimi virtute et auspicio gestis libris duodecim*.

FONTE

OSÓRIO, Jerônimo. *Da vida e feitos de El-rei d. Manuel*. V. I. Tradução (do latim) do padre Francisco Manuel do Nascimento. Edição atualizada e prefaciada por Joa-

quim Ferreira. Biblioteca Histórica – Série Régia. Porto: Livraria Civilização Editora, 1944, p. 76-77 e 86-93.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

A obra obteve boa receptividade, após sua publicação em Roma, em 1571. Segundo Joaquim Ferreira (Introdução, *Da vida e feitos...*, p. XXXI),

Montaigne gabou-lhe os esplêndidos atributos de história latina; e Lope de Vega prestou-lhe homenagens ainda mais veementes [...]. Tudo isto revela a extensão do renome granjeado pelo bispo de Silves na literatura coeva [...] Todavia, os portugueses quase tinham esquecido D. Jerônimo Osório. Ele compusera as suas obras em latim, e o conhecimento deste idioma decaiu até se tornar em prerrogativa mental de raros eruditos. E sucedeu que *De rebus Emmanuelis regis* conseguiu traduções para o inglês e francês muito antes de ser posta na língua portuguesa.

A obra foi pela primeira vez traduzida do latim para o português no século XVIII, por Filinto Elísio.

EMENTA

Extrato do volume I da obra *Da vida e feitos de El-rei d. Manuel*, publicada originalmente em latim, em Roma, em 1571. O trecho aqui selecionado é muito semelhante ao de autoria de Damião de Góis (*Documento 8*) constante deste volume, mas acrescenta a este conceitos importantes, relativos sobretudo aos indígenas.

ANÁLISE HISTÓRICA

Jerônimo Osório nasceu em Lisboa, em 1506. Aos 13 anos mudou-se para Salamanca, onde estudou latim e grego e, anos depois, frequentou a universidade, que deixou para ingressar no Convento de Santo Estêvão, na Ordem dos Pregadores. A partir de 1525, viajou durante anos pela Europa (principalmente Bolonha, Parma, Roma e Paris), aprofundando os estudos de teologia e a formação humanista e entrando em contato com personalidades do humanismo católico, como o padre jesuíta francês Fabre. Entre 1537 e 1540, foi professor de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra e, durante 15 anos (1540-1555), foi secretário do infante D. Luís, irmão de D. João III. Osório continuou a carreira eclesiástica, sendo nomeado pelo cardeal D. Henrique arcebispo de Évora e, mais tarde, bispo do Algarve (esse bispado teve sede em Faro e, a partir de 1564, em Silves). Morreu em Tavira, em 1586.

A defesa da religião católica está presente nas numerosas obras de Jerônimo Osório, em muitas das quais se esforça para construir a figura do perfeito príncipe católico. Sua produção, composta de cartas, epístolas, tratados teológicos e morais e textos históricos, foi reunida por seu sobrinho, também chamado Jerônimo Osório, e publicada em Roma, entre os anos de 1552-1592. Dela ressalta, na parte histórica, o

livro *Da vida e feitos de El-rei d. Manuel*, do qual foi retirado um trecho da tradução portuguesa para o presente volume. Ao que parece encomendada a Osório pelo cardeal D. Henrique, a obra foi redigida em latim, idioma então conhecido em todos os círculos cultos europeus, porque o autor desejava divulgar ao máximo possível as navegações e as conquistas portuguesas ocorridas durante o reinado de D. Manuel, “dar com a língua latina lustre às façanhas dos nossos portugueses”, conforme o próprio autor escreveu. Osório continuou, assim, a tarefa muito cedo iniciada por outros intelectuais portugueses do século XVI – como Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia (respectivamente, *Documentos* 33, 34 e 36) – de tecer, em narrativas históricas, os fatos que haviam constituído a história das navegações e das conquistas lusas. A obra celebra, à moda da historiografia do Antigo Regime, o rei como representante espiritual da nação. Composta de 12 livros, escrita em latim erudito e em estilo refinado, *Da vida e feitos de El-rei d. Manuel* tem estrutura e tema muito semelhantes aos da *Crônica do felicíssimo rei D. Manuel*, de Damião de Góis, publicada 15 anos antes.

Impressiona a semelhança entre o texto aqui publicado de Jerônimo Osório e o de Damião de Góis (*Documento* 38). A estrutura e as informações dos dois são praticamente as mesmas, principalmente no trecho referente às descrições dos costumes indígenas; neste, o conteúdo e até a ordem de apresentação das idéias são os mesmos, variando apenas – e pouco – as palavras empregadas, além de um ou outro conceito introduzido por Osório. O próprio bispo reconheceu o fato, escrevendo: “Para maior facilidade minha serviu muito ter já dantes Damião de Góis tirado com muita indústria, desvelo e fadiga, de muitas cartas e memórias, o que me deixou escrito, que sem vagar sobrejo me fora improbo de averiguar”. Se, à época, existisse já a noção de direito autoral, Jerônimo Osório poderia ter sido processado por plágio...

Contudo, o texto de Osório avança importantes questões apenas esboçadas (e às vezes nem isso) por Damião de Góis, referentes sobretudo aos indígenas. Conforme assinalado nas notas, o índio de Jerônimo Osório é já o personagem demonizado descrito por Sérgio Buarque de Holanda (*Visão do Paraíso...*, p. 23 ss.), o selvagem bestial, o perigoso canibal, o preguiçoso, o mau cristão (posto que aceitava o cristianismo mas também mantinha as suas crenças originais), o péssimo “colono da terra” (como escreveu Osório), porque não apenas resistia ao processo de colonização, como o ameaçava. Na década de 1570, quando o texto de Osório foi publicado, grandes canaviais cobriam de verde os massapês do litoral nordestino, os africanos eram vendidos como escravos no país e as tribos indígenas, que recusavam o trabalho escravo, eram exterminadas ou fugiam para os sertões, lá atacando os brancos que tentavam vencê-las. Nessa época, o índio do Brasil deixara de ser a figura idílica descrita em parte da carta de Caminha (*Documento* 6) e dos primeiros textos sobre o país, para assumir o perfil oposto (também contido nos primeiros textos, porque parte do imaginário europeu), a face do demoníaco antropófago e elemento social profundamente incômodo, temido e desprezado.

PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO

**HISTÓRIA DA PROVÍNCIA
SANTA CRUZ (1576)**

CAPÍTULO I

*De como se descobriu essa província, e a razão por que
se deve chamar Santa Cruz, e não Brasil*

REINANDO AQUELE mui católico e sereníssimo príncipe el-rei D. Manuel, fez-se uma frota para a Índia, de que ia por capitão-mor Pedro Álvares Cabral. Foi¹ a segunda navegação que fizeram os portugueses para aquelas partes do Oriente.² A qual [frota] partiu da cidade de Lisboa a nove de março no ano de 1500. E estando³ já entre as ilhas de Cabo Verde (as quais iam demandar para fazer aí aguada),⁴ deu-lhes um temporal, que foi causa de as não poderem tomar⁵ e de se apartarem alguns navios

¹ *Foi*. No original: “que foi”.

² A primeira viagem portuguesa para a Índia foi a de Vasco da Gama (1497-1499).

³ *Estando*. No original: “sendo”.

⁴ *Aguada*. Abastecimento. Os navios das expedições oceânicas “faziam aguada”, isto é, permaneciam durante determinado número de dias em alguma terra, para reabastecer-se de água doce e alimentos, consertar e descansar a tripulação.

⁵ *Tomar*. Atingir.

da companhia.⁶ E depois de haver bonança, junta outra vez a frota, empegaram-se⁷ ao mar, assim por fugirem das calmarias de Guiné, que lhes podiam estorvar sua viagem, como por lhes ficar largo⁸ poderem dobrar o cabo de Boa Esperança.

E havendo já um mês que iam naquela volta, navegando com vento próspero, foram dar na costa dessa província, ao longo da qual cortaram⁹ [as águas] todo aquele dia, parecendo a todos que era alguma grande ilha que ali estava, sem haver piloto, nem outra pessoa alguma que tivesse notícia dela, nem que presumisse que podia estar terra firme para aquela parte ocidental.¹⁰ E no lugar que lhes pareceu dela mais acomodado, surgiram¹¹ aquela tarde, onde logo tiveram vista da gente da terra, de cuja semelhança¹² não ficaram pouco admirados, porque era diferente da [gente] de Guiné, e fora do comum parecer de toda outra que tinham visto. Estando assim surtos¹³ nessa parte que digo, saltou¹⁴ aquela noite com eles tanto tempo que lhes foi forçado levarem¹⁵ as âncoras, e com aquele vento, que lhes era largo por aquele rumo, foram correndo a costa até chegarem a um porto limpo e de bom surgidouro,¹⁶ onde entraram: ao qual puseram então este

⁶ Segundo Pero Vaz de Caminha (*Documento 6*, nota 21), nesse trecho da viagem a nau comandada por Vasco de Ataíde desapareceu da companhia dos outros navios, embora o tempo estivesse bom.

⁷ *Empegaram-se*. Meteram-se no pego (mar profundo); engolfaram-se; entranharam-se.

⁸ *Ficar largo*. Vasco da Gama informou a Pedro Álvares Cabral que deveria afastar-se das costas da Guiné e fazer uma volta ao largo do oceano Atlântico para navegar nas correntes que levariam a frota a contornar o cabo da Boa Esperança. Tal rota passou a chamar-se “volta do mar” ou “volta do largo”.

⁹ *Cortaram*. Sulcaram; cruzaram; atravessaram; navegaram.

¹⁰ Essa parte do texto de Gândavo afirma que a terra encontrada na América era totalmente desconhecida dos portugueses e, por isso, tem sido usada como argumento pelos estudiosos que defendem a idéia de que a esquadra de Cabral chegou ao Brasil por acaso.

¹¹ *Surgiram*. Ancoraram.

¹² *Semelhança*. Aparência.

¹³ *Surtos*. Ancorados.

¹⁴ *Saltou*. Mudou bruscamente (o vento).

¹⁵ *Levarem*. Levantarem.

¹⁶ *Surgidouro*. Ancoradouro.

nome, que hoje em dia tem de Porto Seguro, por lhes dar colheita¹⁷ e os assegurar¹⁸ do perigo da tempestade que levavam.

Ao outro dia seguinte, saiu Pedro Álvares em terra com a maior parte da gente, na qual [terra] se disse logo missa cantada. E houve pregação. E os índios da terra que ali se ajuntaram ouviam tudo com muita quietação, usando de todos os atos e cerimônias que viam fazer aos nossos. E assim se punham de joelhos e batiam nos peitos, como se tiveram lume de Fé ou que, por alguma via, lhes fora revelado aquele grande e inefável mistério do Santíssimo Sacramento,¹⁹ no que mostravam claramente estarem dispostos para receberem a doutrina cristã a todo²⁰ tempo que lhes fosse denunciada²¹ como gente que não tinha impedimento de ídolos, nem professava outra lei alguma que pudesse contradizer a esta nossa, como adiante se verá, no capítulo que trata de seus costumes.

Então, despediu²² logo Pedro Álvares um navio²³ com a nova a el-rei Dom Manuel, a qual foi dele recebida com muito prazer e contentamento. E daí por diante começou logo a mandar²⁴ alguns navios a essas partes.²⁵ E assim se foi a terra descobrindo,

¹⁷ *Colheita*. Acolhida; acolhimento.

¹⁸ *Assegurar*. Proteger.

¹⁹ A cena dos índios imitando os gestos dos portugueses durante missa rezada no Brasil, relatada em Caminha (*Documento 6*, nota 382), já é aqui interpretada, 76 anos depois, como se os índios, nessa ocasião, estivessem “recebendo aquele grande e inefável mistério do Santíssimo Sacramento”. Logo a seguir, a atitude dos indígenas é relacionada à boa disposição e à falta de impedimento deles em receber o cristianismo.

²⁰ *Todo*. Qualquer.

²¹ *Denunciada*. Anunciada.

²² *Despediu*. Despachou.

²³ *Um navio*. O navio de mantimentos, comandado por Gaspar de Lemos.

²⁴ *Começou logo a mandar*. No original: “começou logo de demandar”.

²⁵ O autor refere-se às primeiras expedições enviadas ao país, de caráter explorador, datadas de 1501 e 1503 (ver a respeito *Documentos 9, 23 e 28*); em 1516 e 1519 houve provavelmente mais duas expedições ao país, talvez comandadas por Cristóvão Jacques. Em 1530, chefiada por Martim Afonso de Souza, foi enviada a primeira expedição colonizadora que, entre outras atividades, percorreu o litoral até Cananéia, organizou daí uma entrada pelo interior, à procura de ouro, e fundou em 1532 São Vicente.

pouco a pouco, e conhecendo²⁶ de cada vez mais, até que depois se veio toda a repartir em capitâneas²⁷ e a povoar da maneira que agora está.

E tornando a Pedro Álvares, seu descobridor, passados alguns dias que ali esteve, fazendo sua aguada e esperando por tempo que lhe servisse, antes de se partir, por deixar nome àquela província, por ele novamente²⁸ descoberta, mandou alçar uma cruz [feita] de uma árvore no mais alto lugar, onde foi arvorada, com grande solenidade e bênçãos²⁹ de sacerdotes que levava em sua companhia, dando à terra este nome de Santa Cruz, cuja festa celebrava naquele mesmo dia a santa madre Igreja (que era aos três de maio).³⁰ O que não parece carecer de mistério, porque, assim como nestes reinos de Portugal trazem a cruz no peito, por insígnia da Ordem e cavalaria de Cristo, assim prouve a ele que essa terra se descobrisse a tempo que o tal nome lhe pudesse ser dado nesse santo dia, pois havia de ser possuída por³¹ portugueses e ficar por herança de patrimônio ao mestrado³² da mesma Ordem de Cristo.³³

²⁶ *Conhecendo*. Sendo conhecida.

²⁷ A divisão do território brasileiro em capitâneas hereditárias foi decidida em 1532 e implantada a partir de 1534, por D. João III.

²⁸ *Novamente*. Recentemente.

²⁹ *Bênçãos*. No original: “bençãos”.

³⁰ *Três de maio*. Gândavo relaciona a denominação “Santa Cruz” à festa celebrada pela Igreja católica a 3 de maio, em homenagem ao dia da cruz na qual Cristo foi sacrificado, mesmo dia em que, segundo o texto, foi fincada na terra americana a grande cruz de madeira mandada fazer por Cabral.

³¹ *Possuída por*. No original: “Possuída de”.

³² *Mestrado*. Chefia suprema da Ordem de Cristo. O chefe da poderosa Ordem de Cristo, instituição exclusivamente portuguesa criada pelo papa em 1319, era sempre um nobre, pertencente muitas vezes à família real. Encarregada de guerrear contra os muçulmanos – obrigação depois estendida a todos os infiéis –, depositária da maioria das riquezas pertencentes à extinta Ordem dos Templários, a Ordem de Cristo foi extremamente importante no processo de consolidação do Estado nacional português e das navegações e das conquistas lusas em além-mar.

³³ O parágrafo reforça a perspectiva messiânica sobre as viagens e as descobertas portuguesas, relacionando estas ao desígnio divino e à missão cristã de Portugal no mundo; note-se que, no texto, até a data da chegada da esquadra ao Brasil – anterior a

Por onde não parece razão que lhe neguemos esse nome, nem que nos esqueçamos dele tão indevidamente por outro que lhe deu o vulgo mal considerado, depois que o pau-da-tinta³⁴ começou a vir³⁵ a estes reinos. Ao qual [pau] chamaram brasil por ser vermelho e ter semelhança de brasa. E daqui ficou a terra com este nome de Brasil.

Mas, para que nesta parte magoemos ao demônio, que tanto trabalhou e trabalha por extinguir a memória da Santa Cruz e desterrá-la dos corações dos homens (mediante a qual fomos redimidos e livrados do poder de sua tirania), tornemos-lhe a restituir seu nome, e chamemos-lhe província de Santa Cruz, como em princípio (que assim o amoesta³⁶ também aquele ilustre e famoso escritor João de Barros na sua primeira Década, tratando desse mesmo descobrimento).³⁷ Porque, na verdade, mais é de estimar e melhor soa nos ouvidos da gente cristã o nome de um pau em que se obrou o mistério de nossa redenção que o doutro que não serve senão para³⁸ tingir panos ou coisas semelhantes.

3 de maio, portanto ainda a tempo de o país receber a pia denominação de “Santa Cruz” – foi por inspiração divina. A concepção messiânica e milenarista, profundamente arraigada na cultura portuguesa, estava presente em Portugal tanto em 1500, durante o reinado de D. Manuel I (ver *Documento 5*, Análise histórica), quanto durante a década de 1570, quando foi publicado o texto de Gândavo, e quando o rei D. Sebastião, imbuído de ideais messiânicos, empreendeu a trágica incursão à África, durante a qual pereceu, na batalha de Alcácer-Quibir (1578). As circunstâncias da morte desse rei português (seu corpo nunca foi encontrado), por sua vez, deram origem ao sebastianismo, duradoura crença messiânica na volta de D. Sebastião para ajudar seus fiéis, a qual se espalhou por muitas regiões do império português e tem tido grande influência no Brasil até o século XX.

³⁴ *Pau-da-tinta*. Pau-brasil, que servia para tingir.

³⁵ *Começou a vir*. No original: “começou de vir”.

³⁶ *Amoesta*. Admoesta; avisa; exorta.

³⁷ Gândavo refere-se ao capítulo II da *Década I* de João de Barros (*Documento 34*), abraçando inteiramente os contundentes argumentos desenvolvidos por este autor a favor do retorno do nome “Santa Cruz” ao país. A respeito do significado dessa polêmica sobre o nome do Brasil, ver *Documento 34*, nota 123.

³⁸ *Senão para*. No original: “de mais que de”.



COMENTÁRIOS

ORIGINAL

Fonte impressa, originalmente publicada em 1576.

FONTE

GÂDAVO, Pero de Magalhães de. *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Edição fac-similada da primeira edição, publicada em 1576. Nota prévia de Francisco Leite de Faria. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1984.

TRAJETÓRIA DO DOCUMENTO

Existem atualmente dez exemplares da primeira edição da obra, distribuídos pelos seguintes locais: Rio de Janeiro (dois exemplares, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro); Lisboa (Biblioteca Nacional de Lisboa, Seção de Reservados 365); Salamanca; Londres; Oxford; Roma; Nova York; San Marino (Califórnia, EUA); e Providence (Rhode Island, Estados Unidos). No passado foram referidos mais dois exemplares, porém hoje eles são de paradeiro desconhecido.

O exemplar existente na Biblioteca Nacional de Lisboa pertenceu ao bibliófilo inglês Sir Gubian; foi arrematado por essa biblioteca em leilão, em 1867, pela quantia de 60\$000. Os dois exemplares do Rio de Janeiro e o da Biblioteca de Huntington (em San Marino, Califórnia) têm no verso do frontispício duas licenças, datadas de novembro de 1575; os outros sete exemplares existentes possuem as mesmas licenças, acrescidas da licença de autoridade diocesana, com data de fevereiro de 1576, o que demonstra que houve duas modalidades da edição.

A primeira edição da obra, com 48 folhas numeradas, foi impressa na oficina de Antônio Gonçalves, em Lisboa, em 1576, intitulado-se *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil feita por Pero de Magalhães de Gândavo dirigida ao muito Ilmo. Senhor Dom Lionis Pereira governador que foi de Malaca e das mais partes do sul na Índia*.

A segunda edição da obra apareceu em francês, quase trezentos anos após a primeira. Foi publicada em Paris, em 1837, traduzida do português por Ternaux-Compans, e incluída como Tomo II da coleção *Voyages, relations et mémoires originaux pour servir à l'histoire de la découverte de Amérique*. Quase vinte anos após a edição francesa, surgiu a segunda edição portuguesa do livro de Gândavo. Foi editada pela Academia das Ciências de Lisboa, que se baseou em uma cópia manuscrita da carta, datada do final do século XVIII, existente na própria Academia. A terceira edição portuguesa foi a usada neste volume (ver Fontes).

No Brasil, *História da província...* foi publicada no mesmo ano da segunda edição portuguesa. Apareceu impressa no último trimestre do ano de 1858, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, sendo baseada em exemplar existente na Bibliote-

ca Nacional do Rio de Janeiro. O livro teve várias edições brasileiras, que em geral o reproduziram junto com *Tratado da terra do Brasil*, outra obra escrita por Gândavo, provavelmente nos anos anteriores a 1573. *Tratado da terra do Brasil* foi impresso pela primeira vez apenas no século XIX, em 1826, em Portugal, no quarto volume da Collecção de notícias para a história e geographia nas nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhe são visinhas, publicada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Note-se que, nas edições brasileiras, o nome do autor é às vezes grafado “Pero Magalhães de Gândavo” ou “Pero de Magalhães Gândavo”, e o título da obra, *História da província de Santa Cruz*, em alguns casos não reproduzem fielmente as informações contidas na primeira edição da obra.

EMENTA

Extrato do capítulo I da *História da província Santa Cruz*, de Pero de Magalhães de Gândavo, publicado pela primeira vez em Portugal, em 1576. O trecho refere-se à passagem de Pedro Álvares Cabral pelo Brasil, tendo sido incluído neste volume pela veemente defesa que faz do primeiro nome dado ao país, “Santa Cruz” (em homenagem à cruz onde Cristo foi sacrificado), que também dá título ao seu livro. Gândavo dialoga com outra fonte incluída no presente volume (*Documento 34*), impressa em Lisboa em 1551: o trecho de *Décadas I*, de João de Barros.

ANÁLISE HISTÓRICA

Sabe-se muito pouco a respeito da vida de Pero de Magalhães de Gândavo, sendo a maior parte das informações envolta em dúvida. O autor deve ter nascido em Braga, por volta de 1540, provavelmente descendente de comerciantes flamengos, pois, segundo Capistrano de Abreu (Introdução, *I. Tratado da Terra do Brasil e II. História da província Santa Cruz*, Rio de Janeiro, Anuario do Brasil, 1924, p. 2), “Gândavo” corresponde a “Gantois, morador ou filho de Gand”, na região flamenga. Gândavo morou algum tempo no Brasil, podendo ter ocupado o cargo de provedor da Bahia; seus livros deixam claro que conheceu as capitanias da Bahia e de Ilhéus e, talvez, também a de São Vicente. De volta a Portugal, aí compôs suas duas obras. Segundo Capistrano de Abreu (*op. cit.*, p. 18), *Tratado da terra do Brasil* foi escrito “antes de 1573, pois não se refere à divisão do Brasil em dois governos [...]. Assim, sua entrada em nossa terra deve ter correspondido ao governo de Mem de Sá (1558-1572)”. Já a *História da província Santa Cruz*, que registra a divisão dos governos do Brasil, deve ser um pouco posterior a 1573, mas não muito, já que foi impressa em 1576. Humanista e latinista, parece que Gândavo fundou uma escola entre Douro e Minho. Foi amigo do poeta Luís de Camões. A abertura da *História da província Santa Cruz* é ocupada justamente por poemas do autor de *Os Lusíadas* (publicado em 1572); são tercetos “Ao mui ilustre senhor Dom Liones Pereira sobre o livro que lhe oferece Pero de Magalhães” (iniciado com os seguintes versos: “Depois que Magalhães teve tecida

/ A breve história sua que ilustrasse / A terra Santa Cruz pouco sabida...”, e o “Soneto do mesmo autor senhor Dom Liones, acerca da vitória que houve contra o rei do Achem em Malaca”.

O livro de Magalhães, considerado a primeira história impressa do Brasil, é sobretudo – pois de história ali há pouco –, um texto de louvor à beleza e à fertilidade da terra e das águas do Brasil, à amenidade do clima e à hospitalidade dos nativos. Trata-se de um livro, não se sabe se encomendado ou não pela Coroa, escrito com a clara intenção de atrair para o país povoadores brancos, numa época em que o Brasil era cobiçado por outras nações e vinha de sofrer uma grande invasão francesa no Rio de Janeiro. Hoje, *História da província* é preciosa sobretudo pelas minuciosas descrições que contém acerca da natureza, da flora e da fauna do Brasil da época.

O trecho aqui selecionado é uma apaixonada defesa do retorno do nome “Santa Cruz” ao país já então chamado Brasil. Citando explicitamente João de Barros, Gândavo retoma, um a um, os argumentos deste autor, revivendo assim a tensão, já explicitada em *Décadas da Ásia*, entre os setores da sociedade que davam prioridade às atividades comerciais e aqueles que só aceitavam estas a serviço da pregação e da conversão religiosa. Como Barros, Gândavo condena “Brasil” por ser nome ligado ao comércio e à avidez do lucro, preferido apenas pelo “vulgo mal considerado” (daí o “vulgarmente chamado Brasil”, constante do título original), uma obra do demônio que precisava ser revertida justamente pelo retorno à denominação “Santa Cruz”. Na opinião do autor, um “pau-de-tinta” (como Gândavo se refere ao pau-brasil) jamais poderia ser preferido à cruz de Jesus, símbolo da redenção cristã. Na década de 1570, como já acontecera na de 1550, o papel da terra brasileira no império português era objeto de intensa polêmica. Começaram cedo as disputas e as demandas, até hoje acasas, sobre a identidade do Brasil... de Santa Cruz.



PERSONAGENS HISTÓRICOS CITADOS NOS DOCUMENTOS

- ◆ *Affaitadi, João Francesco di Agostini* (? – 1528). Natural de Cremona, cidade mercantil da península itálica, João (em italiano, *Giovanni*) de Affaitadi pertencia a uma riquíssima família de negociantes, a qual obteve títulos de nobreza (como os de marquês de Grumello, o de senhor de Ghistel e o de príncipe de Hilst) e se relacionou com o restrito grupo de famílias comerciantes do século XVI que influenciou profundamente a economia, a sociedade e a política europeias, como os Fugger, os Hochstatter, os Welser e os Buonvisi. Negociando sobretudo pedras preciosas, os Affaitadi estabeleceram em Antuérpia a sede de sua empresa, espalhando filiais em outros países europeus. Em 1488, Affaitadi (que, nos documentos portugueses, teve seu sobrenome grafado das mais diversas formas – Faytada, la Faytada, Lafetat, Lafetá, la Sayta, Sagita, etc.) aparece inscrito na matrícula dos comerciantes cremoneses em Portugal. Para atender à sua casa comercial, ele residiu em Lisboa de 1501 até o ano de sua morte. Dedicou-se sobretudo ao comércio de especiarias, para tanto obtendo, junto com a família Gualterrotti, o monopólio do negócio de especiarias portuguesas nos Países Baixos (1508-1514). Fez vultosos negócios com os reis lusos e com Carlos V de Espanha, dedicando-se também ao comércio de açúcar na Madeira. Numa carta de 26 de setembro de 1502, incluída na coletânea de Marino Sanuto (*I Diarii...*, tomo IV, p. 663), Affaitadi declarava sua participação, com um doze avos, na armação de dois navios da próxima esquadra lusa com destino à Índia. A influência econômica e política de Affaitadi em Portugal foi imensa, a ponto de o embaixador espanhol em Lisboa afirmar: “Aqui não nasce coisa boa sem ele”. Affaitadi mantinha estreitas relações com os embaixadores de Veneza em Portugal e na Espanha, a quem passava importantes informações acerca da navegação e do comércio português. Após a morte de João, os negócios dos Affaitadi continuaram a prosperar, mas, a partir de 1560, tal como ocorreu com outras grandes casas comerciais devido a uma recessão financeira europeia, sofreram fortes turbulências, até diminuírem muito de importância.
- ◆ *Aires Correia*. Ver Correia, Aires.

- ◆ *Álvares, Pedro*. Ver Cabral, Pedro Álvares.
- ◆ *Álvares, Sebastião*. Escrivão ou secretário da esquadra de Cabral.
- ◆ *Ataíde, Pedro de* (? – 1503). Fidalgo, comandou um dos navios da esquadra de Cabral, a pequena caravela São Pedro. Na Índia, a mando de Cabral, perseguiu e capturou, com setenta soldados, um grande navio com trezentos soldados mouros e cinco elefantes, presenteados ao Samorim. Integrou a armada de Vasco à Índia, em 1502; ao retornar, em 1509, com Francisco de Almeida, naufragou, salvando-se com alguns tripulantes; faleceu pouco depois, em Moçambique. É possível que tivesse algum parentesco com Vasco de Ataíde. João de Barros e Damião de Góis dão o apelido de “Inferno”.
- ◆ *Ataíde, Vasco de*. Fidalgo, comandou um dos navios da viagem de 1500. Caminha (*Documento 6*) relata que, a 23 de março, após a chegada da esquadra ao arquipélago de Cabo Verde, a nau de Vasco de Ataíde perdeu-se da frota, “sem haver aí tempo forte nem contrário para [tal coisa] acontecer”. Segundo ainda Caminha, as diligências para encontrar Ataíde foram inúteis, e por isso a esquadra seguiu sem ele e sem seu navio, dos quais nunca mais se soube. O cronista Fernão Lopes de Castanheda (*Documento 33*), contudo, afirma que a nau de Ataíde se desgarrou devido a uma tormenta, tendo ele retornado para Lisboa. É possível que fosse parente de Pedro de Ataíde.
- ◆ *Azevedo, Diogo de*. Escrivão da esquadra de Cabral, segundo Gaspar Correia.
- ◆ *Azevedo, Simão de Miranda d’*. Fidalgo casado com a filha do feitor da esquadra Aires Correia, participou da expedição de Cabral, retornando a Lisboa com especiarias. Morreu em 1512, como capitão em Sofala.
- ◆ *Barbosa, Gonçalo Gil*. Escrivão da armada de Cabral (*Documento 36* e *Documento 38*) que mais tarde foi escolhido para feitor em Cochim, na Índia.
- ◆ *Bernardino, Ângelo Trevisan di*. Ver Trevisan, Ângelo.
- ◆ *Bisagudo, Pero Vaz*. Ver Cunha, Pero Vaz da Cunha.
- ◆ *Bragança, Álvaro de*. Nobre ligado à família real portuguesa, D. Álvaro foi regedor da Casa da Suplicação e chanceler-mor do reino; asilou-se em Castela, em 1483, fugindo da Justiça do rei D. João II, que mandara matar seu irmão D. Fernando por crime de conspiração e condenara o próprio D. Álvaro à morte e ao confisco dos bens, por cumplicidade no mesmo crime. Em Castela, D. Álvaro ocupou postos importantes, como o de alcaide-mor de Sevilha e presidente de Castela. O novo rei de Portugal, D. Manuel – de quem D. Álvaro era tio –, convidou-o a retornar àquele reino, restituindo-lhe os bens e cumulando-o de honrarias; uma filha de D. Álvaro, Beatriz de Vilhena, casou-se com D. Jorge, filho bastardo do rei. D. Álvaro tornou-se íntimo de D. Manuel, prestando-lhe diversos serviços. Em troca, recebeu muitos favores, como o de permitir que o navio Anunciada (do qual D. Álvaro era proprietário, junto com Bartolomeu Marchionni, Jerônimo Sernigi e, provavelmente, Antônio Salvago) fosse incorporado à esquadra de Cabral. O Anunciada foi o primeiro navio da expedição a retornar a Lisboa.

- ♦ *Cabral, Pedro Álvares de Gouveia* (1467-1468 – 1518-1520). Fidalgo português, nascido em Belmonte, filho de Fernão Cabral e Isabel Gouveia, descendente, por parte de pai, de família com presença registrada na Corte desde 1385. O pai de Cabral fora juiz da Beira e de Riba de Goa e alcaide de Belmonte, mas não possuía fortuna. Várias fontes de época grafaram de Cabral apenas o sobrenome materno, “Pedro Gouveia”, enquanto outras registraram “Pedro Álvares”. Desde muito jovem, atuou junto à Corte de D. João II – era “moço fidalgo” em 1484 –, aí estudando humanidades e sendo recompensado por alguns serviços prestados. Pertenceu, assim como os irmãos, à poderosa Ordem de Cristo, e era, no dizer do cronista Gaspar Correia (*Documento 36*), “homem fidalgo, de bom saber”. Casou-se com Isabel de Castro, de família rica e influente na Corte – sua esposa era a terceira neta dos reis D. Fernando de Portugal e D. Henrique de Castela, além de sobrinha do influente Afonso de Albuquerque, considerado o construtor do império português na Ásia –, tendo com ela quatro filhos. Tudo indica que, à época de sua nomeação para capitão-mor da armada à Índia, em 1500, Cabral não possuía experiência de navegação de longo curso, devendo-se sua indicação para o mais alto posto da esquadra possivelmente à influência de sua esposa na Corte, à interferência de seu amigo Vasco da Gama, recém-retornado da Índia e no auge de seu prestígio, e ao fato de ser considerado totalmente leal ao rei; alguns outros capitães-mores do período também foram nomeados sobretudo graças à influência política, pois o capitão-mor era antes de tudo o representante do rei durante uma viagem, cabendo o comando náutico da armada aos pilotos. Não há registros de outras viagens marítimas de Cabral após a expedição de 1500. Ao que tudo indica, seu prestígio na Corte diminuiu até o ostracismo, tendo ele se recolhido a Santarém, onde morreu. O desprestígio de Cabral na Corte é em geral explicado por sua atuação na Índia – onde não se mostrou bom negociador, não sabendo evitar o ataque indiano à feitoria lusa, no qual morreram muitos portugueses e o feitor Aires Correia –, ter perdido, na viagem, praticamente a metade da maior esquadra portuguesa, e pela disputa com Vasco da Gama pelo comando da nova expedição à Índia; Cabral fora escolhido para comandar outra expedição, mas Vasco da Gama, fazendo valer títulos e promessas anteriores de D. Manuel, obteve o posto, rompendo-se a amizade entre ambos. Em dezembro de 1514, o grande Afonso de Albuquerque escreveu carta de Calicut ao rei D. Manuel elogiando Pedro Álvares Cabral, que era seu genro e sobrinho por afinidade. Cabral foi sepultado na capela de São João Baptista, dentro da igreja da Graça, na cidade portuguesa de Santarém.
- ♦ *Camerino, João Matteo*. Ver Crético, João Matteo.
- ♦ *Caminha, Pero Vaz de* (meados séc. XV – 1500). Escrivão da esquadra de Cabral (*Documento 36*), viajou na qualidade de escrivão da feitoria que se fundaria em Calicut, autor da célebre carta, datada de 1º de maio de 1500, relatando ao rei D. Manuel o achamento do país. Nasceu provavelmente no Porto, onde foi mestre da balança da moeda, cargo também exercido por seu pai, e integrou a Câmara dessa

cidade. Filho de Vasco Fernandes de Caminha, era casado com Catarina Vaz de Caminha e pai de Isabel de Caminha. Sabe-se que faleceu na Índia, mas não se sabe onde nem a data. Supõe-se que morreu em Calicut, junto com o feitor Aires Correia e muitos outros portugueses, vítima de ataque muçulmano à feitoria lusa. O documento de Caminha estava entre os vários produzidos quando a esquadra portuguesa se encontrava no Brasil, para relatar ao rei português D. Manuel a viagem até o país americano e as primeiras impressões sobre a terra e o povo. Desses documentos, infelizmente só chegaram até nós a carta de Caminha (*Documento 6*) e a carta de Mestre João (*Documento 7*), transportados a Portugal no navio de mantimentos comandado por Gonçalo Coelho. O outro texto de autoria de um dos participantes da expedição de 1500 e preservado até hoje, a *Relação do Português Anônimo (Documento 8)*, foi escrito após os dois primeiros referidos, quando a viagem já terminara.

- ◆ *Cantino, Alberto*. Agente secreto veneziano de Hércules d'Este, Duque de Ferrara, a serviço de quem esteve em Lisboa, no início do século XVI, para colher informações sobre as navegações portuguesas. Cantino manteve constante correspondência com seu patrão, de que é exemplo o *Documento 18*. Cantino pagou a um cartógrafo português pela confecção de um mapa-múndi com todas as descobertas portuguesas até aquele momento, e conseguiu contrabandear-lo até Ferrara, burlando a legislação e a extrema vigilância lusitana sobre as próprias cartas geográficas. O “mapa de Cantino”, ou “planisfério de Cantino” (*Documento 24*), como ficou conhecido, confeccionado em 1502, é considerado um dos mais completos da época.
- ◆ *Coelho, Nicolau*. Importante navegador português. Em 1488-1489 comandou a nau Bérrio, um dos três navios da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia. Na viagem de Cabral, comandou uma das embarcações. Segundo Pero Vaz de Caminha (*Documento 6*), tornou-se o primeiro português a desembarcar no Brasil e a manter contato com os indígenas, em 23 de abril de 1500, e estava junto a Cabral quando este recebeu pela primeira vez índios, em seu navio, participando ainda de vários acontecimentos na semana em que a esquadra permaneceu em Vera Cruz. Nicolau Coelho retornou depois à Índia, morrendo em naufrágio.
- ◆ *Coimbra, Henrique de*. Frade franciscano da esquadra de Cabral, celebrante da primeira missa no Brasil, viajava para a Índia como guardião de mais oito frades da Ordem de São Francisco, para ali reforçar o catolicismo, que o rei D. Manuel, informado por Vasco da Gama, ainda julgava ser a religião do Samorim de Calicut.
- ◆ *Correia, Aires*. Integrou a esquadra de Cabral, na qualidade de feitor-mor da esquadra e feitor régio para a Índia. Viajou com dois filhos, Aires e Antônio. O relato do Português Anônimo (*Documento 8*) grafia seu nome como “Aires Gaspar Correia”. No Brasil, foi um dos que estavam na nau de Cabral, quando este recebeu pela primeira vez os índios. Ao chegar a Calicut, aí estabeleceu, segundo ordens do Regimento régio, uma feitoria, onde fez transações comerciais. As crescentes dificuldades e as intrigas entre os membros da frota portuguesa e os mercadores locais,

principalmente os muçulmanos, fomentaram a revolta de mercadores mouros e parte da população. A feitoria foi atacada, sendo Aires Correia morto durante o combate, junto com outros portugueses, em episódio assim descrito por participante do embate (Luís de Albuquerque, *Navegação do Capitão Pedro Álvares Cabral...*, p. 58):

Andávamos alguns pela terra tratando dos nossos negócios, de repente vimos vir todo o povo sobre nós, matando e ferindo [...]. Éramos coisa de 70 homens de espada e capa, e eles um número infinito com lanças, espadas, rodesas, arcos e flechas e apertaram-nos de modo que foi necessário refugiarmo-nos na casa da feitoria [...]. Vendo Aires Correia que não tínhamos remédio algum em resistir, porque havia já duas horas que combatíamos tão asperamente que não nos podíamos sustentar, determinou que nos acolhêssemos à praia, rompendo por meio deles, para ver se nos podíamos salvar nos batéis, e assim o fizemos [...] e assim por falta de socorro mataram Aires Correia e com ele 50 e tantos homens, e nós pudemos escapar, sendo por todos 20 pessoas, porém muitos feridos, e entre estes fugiu um filho de Aires Correia, de idade de onze anos.

- ◆ *Cretico, João Matteo*. João Matteo Camerino, veneziano conhecido como João Matteo Crético, ou *Il Cretico*, por haver residido durante sete anos na ilha de Creta. Erudito, conhecedor do grego e do latim, lente de retórica grega em Pádua, Crético foi secretário de Domingos Pisani de Giovanni quando este era embaixador de Veneza em Espanha e Portugal, nos dois primeiros anos do século XVI. Muitas vezes, os dois alternaram as estadias nas duas cortes. Crético estava em Lisboa quando lá chegou, a 23 de junho de 1501, o primeiro navio da esquadra de Cabral, o Anunciada, permanecendo na cidade até setembro do mesmo ano. Apenas quatro dias depois, Crético já terminava uma carta, dirigida ao doge de Veneza, com muitas informações sobre a viagem de Cabral. Esta carta foi a primeira informação chegada a Veneza acerca dessa expedição, e também a primeira a ser impressa sobre o tema, ainda em 1501. Junto com outros conterrâneos, Crético integrou uma rede de informação italiana sobre os negócios e as viagens ibéricas, à qual pertenciam, entre outros, Domingos Pisani, Angelo Trevisan di Bernardino, João de Affaitadi, Bartolomeu Marchionni, Pedro Pasqualigo e Jerônimo Sernigi.
- ◆ *Cruz, Francisco da*. Frade franciscano, integrante da esquadra que em 1500 chegou ao Brasil. Provavelmente auxiliou Frei Henrique durante a primeira missa no país.
- ◆ *Cunha, Nuno Leitão da*. Participante da esquadra de Cabral, é provável que tenha comandado o Anunciada, um dos navios da esquadra de Cabral, de propriedade de D. Álvaro de Bragança, Bartolomeu Marchionni, Domingos Sernigi e, provavelmente, Antonio Salvago. Durante a estadia da esquadra de Cabral em Calicut, por ocasião do ataque muçulmano aos portugueses, salvou da morte o filho do feitor Aires Correia, então uma criança de 12 anos. Em Portugal, Cunha exerceu o posto de almoxarife do armazém das armas.

- ◆ *Cunha, Pero Vaz da*. Capitão, por volta de 1490, de uma grande expedição portuguesa destinada à região do rio Senegal, com o objetivo de ali construir uma fortaleza. Apelidado “o Bisagudo”. É citado, na carta de Mestre João ao rei D. Manuel (*Documento 7*), como possuidor de um mapa-múndi – nunca encontrado – que assinalaria terras onde hoje é o Brasil: “Senhor, quanto ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapa-múndi que Pero Vaz Bisagudo tem”. Este trecho da carta de Mestre João é muito citado como argumento pelos historiadores que defendem o conhecimento dos portugueses, a respeito das terras onde hoje se encontra o Brasil, como anterior a 1500 e, portanto, defendem também a intencionalidade do achamento do país.
- ◆ *Dias, Bartolomeu* (? – 1500). Fidalgo também conhecido como Bartolomeu Novais, foi um dos maiores navegadores de seu tempo, capitão-mor na importante viagem que, em 1488, contornou pela primeira vez o cabo mais setentrional da África e atingiu o oceano Índico; devido às tempestades que ali enfrentou, Dias chamou o cabo de “cabo das Tormentas”. O rei D. Manuel mudou o nome para “cabo da Boa Esperança”, pela esperança renovada que os portugueses tiveram de atingir a Índia pelo mar. Em 1498, Bartolomeu Dias acompanhou a primeira parte da expedição de Vasco da Gama à Índia, viajando com a esquadra até Cabo Verde, de onde seguiu para a fortaleza de São Jorge da Mina, na costa da atual Gana. Em 1500, comandou um dos navios da expedição de Cabral ao Brasil e à Índia, morrendo após deixar a terra americana, no dia 23 de maio de 1500, vítima de um naufrágio quando a expedição tentava contornar exatamente o mesmo cabo da Boa Esperança que o navegador fora o primeiro europeu a contornar. Camões descreveu a morte de Dias como consequência de terrível maldição lançada pelo gigante Adamastor – personificação do cabo da Boa Esperança – contra aquele que ousara vencê-lo. Nos *Lusíadas*, foram estas as palavras de Adamastor a Bartolomeu Dias: “Aqui espero tomar, / Se não me engano / De quem me descobriu suma vingança... / Naufrágios, perdições de toda a sorte, / Que o menor mal de todos seja a morte!”.
- ◆ *Dias, Diogo*. Também chamado Pero Diogo, irmão de Bartolomeu Dias, e, como este, importante navegador português. Foi almoxarife em Sacavém e integrou a esquadra de Vasco da Gama na primeira viagem à Índia como escrivão da nau São Gabriel, capitaneada pelo próprio Gama. No final da estadia desta expedição na Índia, quando os contatos entre portugueses e indianos estavam muito difíceis, Vasco da Gama o encarregou de tentar um contato direto com o Samorim, mas Diogo não o conseguiu. Na esquadra de Cabral, Dias pilotou um dos navios. Pero Vaz de Caminha (*Documento 6*) descreveu-o como homem comunicativo, “gracioso e de prazer”, protagonista da primeira dança coletiva entre índios e portugueses, no momento talvez de maior cordialidade e congraçamento entre os dois povos, durante a permanência da esquadra no Brasil. Dias foi o membro da expedição de Cabral que melhor se relacionou com os indígenas, e o primeiro português (junto a Afonso Ribeiro e mais dois degredados) a conhecer uma aldeia tupinambá. Ao do-

brar o cabo da Boa Esperança, por causa de um temporal, desgarrou-se da frota de Cabral, contornou a ilha de São Lourenço (Madagáscar), foi até à boca do mar Vermelho, enfrentou os mouros; com a tripulação reduzida a sete pessoas, retornou a Lisboa, reencontrando a expedição de Cabral em Beseguiche (cabo Verde). É provável que o navio de Diogo Dias tenha sido o último a chegar a Lisboa.

- ◆ *Dinis, Fernão*. Escrivão ou secretário da frota de Cabral.
- ◆ *Empoli, João de* (1483-1517). O florentino João de Empoli (em italiano, *Giovanni da Empoli*) viajou pela primeira vez para a Índia na expedição de 1503, comandada por Afonso e Francisco de Albuquerque, na qualidade de representante dos poderosos comerciantes italianos Bartolomeu Marchionni, sediado em Lisboa, e Gualterotti e Frescobaldi, sediados em Bruges, escrevendo a respeito dessa experiência um relato (*Documento 30*), onde se refere, entre outras coisas, à escala da expedição no Brasil. Retornou à Ásia em 1510 com quatro navios, todos pertencentes a italianos, sendo Bartolomeu Marchionni e Jerônimo Sernigi os maiores acionistas, com o objetivo de negociar especiarias. Lá foi forçado por Afonso de Albuquerque a participar das batalhas e das negociações pela retomada de Goa, após o que foi enviado para Malaca e depois para a Índia, retornando a Portugal somente em 1514, ocasião em que escreveu uma hoje famosa carta ao pai, contando todas as suas aventuras nessa viagem e sendo muito crítico em relação a Albuquerque. Apoiado pelo Papa Leão X (um Medici), Empoli escreveu a D. Manuel pedindo compensação pelos maus-tratos que recebera de Albuquerque. D. Manuel o fez feitor em Sumatra, onde chegou em 1516, mas sofreu represálias e teve o navio incendiado. Foi ainda feitor-mor da expedição lusa a Cantão, em 1517, porém, após alguns sucessos comerciais, morreu, nesse mesmo ano, vítima de uma epidemia que atacou a frota portuguesa. Empoli foi um importante agente comercial nos primeiros anos do império português no Oriente, a serviço tanto dos mercadores italianos quanto da Coroa portuguesa, cuja presença é atestada pelos cronistas lusitanos, entre outros por João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda.
- ◆ *Escobar; Pero*. Piloto de um dos navios da esquadra de Cabral. Caminha (*Documento 6*) relata que Pero de Escobar foi quem identificou a ilha de São Nicolau, em Cabo Verde, onde a esquadra chegou a 22 de março, um mês antes de aportar no Brasil. A carta de Mestre João (*Documento 7*) refere-se a um “Pero Escolar”, cujo navio ia à frente do seu, provavelmente Pero Escobar. *Escolar; Pero*. Ver Escobar, Pero.
- ◆ *Fernandes, Valentim* (? – 1518-1519). O alemão Valentim Fernandes, natural de Mähre, na Morávia, foi impressor em Nuremberg e em Augsburg. Também conhecido em Portugal como Valentim Alemão, Valentim Fernandez e Valentim da Morávia, residiu desde cerca de 1495 até sua morte em Lisboa, atraído, como outros estrangeiros, pelas atividades comerciais, marítimas e culturais de Portugal. Era casado provavelmente com uma portuguesa. Em Lisboa, Valentim exerceu vários ofícios, tornando-se muito bem aceito na Corte lusa. Foi tipógrafo impressor, tabelião público, tradutor, intérprete, epistolário e escudeiro da rainha D. Leonor.

D. Manuel nomeou-o, em fevereiro de 1503, corretor e tabelião público dos mercadores alemães residentes em Lisboa. Além do alemão, Valentim conhecia o latim, o espanhol e o português, língua em que escreveu vários textos. Seu trabalho como tipógrafo impressor foi extremamente expressivo. Publicou mais de vinte obras, sendo a primeira conhecida uma edição em quatro volumes, feita em 1495 com Nicolau da Saxônia, da *Vita Christi*, de autoria de Ludolfo Cartusiano, em tradução de Frei Bernardo de Alcobça, provavelmente a segunda obra impressa em Portugal com caracteres móveis. Muito importante também foi sua edição, em 1502, daquela que hoje é considerada a primeira coletânea de viagens impressa em Portugal: *Marco Polo. O livro de Nicolau Veneto. O traslado da carta de um genovês das ditas terras*. Valentim Fernandes foi também o organizador do importante “Manuscrito Valentim Fernandes”, coletânea de vários relatos de viagem à África e à Índia. Fernandes manteve sempre estreitos contatos com muitos banqueiros e comerciantes alemães, e também com humanistas, como Conrado Peutinger, a quem forneceu muitos documentos e informações, entre os quais a certidão que consta deste volume (*Documento 26*), e com quem manteve intensa correspondência.

- ◆ *Figueiró, Pedro de*. Ao que tudo indica, Figueiró comandava um dos navios da esquadra de Cabral. O cronista Gaspar Correia (*Documento 36*) refere-se à nau que se desgarrou da esquadra de Cabral, na viagem de ida, após a chegada ao arquipélago africano de Cabo Verde, como sendo a de Pedro de Figueiró, em vez da de Vasco de Ataíde, conforme as versões de Pero Vaz de Caminha e Fernão Lopes de Castanheda. Não foram encontradas outras referências ao personagem.
- ◆ *Filippo, Pedro Pasqualigo di*. Ver Pedro Pasqualigo.
- ◆ *Gama, Gaspar da*. Nascido provavelmente em Alexandria, filho de pais foragidos da Polônia, esse personagem apresentou-se voluntariamente a Vasco da Gama, quando este se encontrava na ilha de Angediva, no retorno da primeira viagem à Índia. Muito comunicativo, em dialeto veneziano afirmou ser um cristão do Oriente obrigado a fingir-se de muçulmano, por estar a serviço de um sultão. Submetido a interrogatório sob tortura na esquadra, porém, Gaspar acabou se confessando muçulmano (em verdade, era judeu, como os portugueses depois descobriram) e espião do sultão de Goa. Incorporado à armada, converteu-se ao cristianismo, sendo batizado nos Açores, quando recebeu o prenome “Gaspar” em homenagem aos reis magos e, segundo o costume da época, o sobrenome do padrinho, Vasco da Gama. As fontes portuguesas coevas também o registram como “Gaspar da Índia”. Gaspar da Gama, que conhecia bem a Índia e outras regiões da Ásia e sabia falar várias línguas, foi levado para Portugal, tornando-se um dos principais informantes dos portugueses sobre questões asiáticas e um integrante ativo das primeiras expedições lusas à Ásia. Participou, como intérprete, da expedição de Cabral ao Brasil e à Índia. Foi provavelmente ele quem transmitiu as primeiras informações sobre o Brasil a Américo Vespúcio, quando este integrava a primeira expedição exploradora ao Brasil e ambos se encontraram no litoral africano (*Documento 9*).

Segundo a carta de João de Affaitadi a Domingos Pisani (*Documento 10*), também foi Gaspar da Gama quem, após o ataque mouro à feitoria portuguesa, em Calicut, aconselhou Cabral a dirigir-se para Cochim, guiando-o até lá. Segundo algumas fontes, Gaspar da Gama foi feito cavaleiro da casa de D. Manuel.

- ◆ *Gama, Vasco da* (1468? – 1524). Nascido no sudoeste de Portugal, provavelmente em Sines, cidade portuária onde seu pai, Estevão da Gama, nobre português, era alcaide do castelo, em recompensa por serviços prestados à Coroa portuguesa. Sua mãe, Isabel – cujo sobrenome de família, Sudley, fora aportuguesado para Sodré –, descendia de uma família inglesa vinda para Portugal na comitiva de D. Filipa de Lencastre, quando esta se casou com o rei D. João I. Vasco tinha como irmãos Paulo (comandante da nau São Rafael, na viagem à Índia), Aires e Teresa, e um meio-irmão, nascido antes do casamento de seu pai, também chamado Vasco da Gama. Em 1501 ou 1502, casou-se com Catarina de Ataíde. Foi descrito por fontes da época como bom navegante, corajoso e leal, porém colérico e cruel. Na luta pela sucessão de D. João II (1481-1495), Vasco da Gama aliou-se ao filho bastardo do rei, D. Jorge, de quem recebeu várias comendas, como as de Mouguelas e Chouparria (1495), ambas no sul do Tejo; foi feito fidalgo da casa de D. João e cavaleiro da importante ordem militar de Santiago. É possível que tenha realizado viagens pelo Atlântico Norte, algumas a serviço do novo rei, D. Manuel (1495-1521). Após a viagem de 24 meses que descobriu o caminho marítimo para a Índia (1498-1499), da qual foi comandante-geral e capitão da nau São Gabriel, Vasco da Gama recebeu muitas honrarias (almirante da Índia, conde da Vidigueira, etc.), sendo ainda autorizado a portar em seu escudo as armas reais e recompensado com 300 mil reais anuais, entre outras mercês e benefícios. Em 1502, navegou novamente para a Índia, no comando de uma armada de vinte navios e, em abril de 1524, já no reinado de D. João III (1521-1557), regressou àquele país, como vice-rei. Faleceu a 24 de dezembro de 1524, em Cochim, sendo seu corpo trasladado em 1538 para a Vidigueira, de onde foi transferido, em 1880, para o Mosteiro dos Jerônimos, em Lisboa, onde jaz ao lado do de Luiz de Camões, o poeta que cantou a primeira viagem à Índia na epopéia *os Lusíadas*. O *Documento 2* deixa claro que Vasco da Gama, baseado na experiência da sua própria viagem, deu a Pedro Álvares Cabral instruções por escrito (das quais chegou até nós, infelizmente, apenas um rascunho incompleto) a respeito das melhores rotas, dos locais de paradas e das providências a tomar em caso de desgarramento de navios.
- ◆ *Gaspar*. Frade franciscano, integrante da esquadra de Cabral.
- ◆ *Giovanni, Domingos Pisani de*. Ver Pisani, Domingos.
- ◆ *Gomes, Aires*. Ver Silva, Sires Gomes da.
- ◆ *Gouveia, Pedro Álvares de*. Ver Pedro Álvares Cabral.
- ◆ *Guimarães, Simão de*. Franciscano, integrou a frota de Cabral. É provável que tenha auxiliado Frei Henrique de Coimbra a officiar a primeira missa no país.
- ◆ *Henrique, Frei*. Ver Coimbra, Frei Henrique de.

♦ *D. Henrique* (1394-1460). Nasceu no Porto, a 4 de março de 1394, quinto filho de D. Filipa de Lencastre e de D. João I, Mestre de Avis. Seu pai se tornara rei de Portugal em 1385, iniciando o reinado da dinastia de Avis, sucessora da dinastia de Borgonha, após um período de dois anos de lutas sucessórias. Embora tenha viajado somente até Ceuta, no extremo norte da África, D. Henrique ficou conhecido como “O navegador” devido ao apoio que deu às viagens oceânicas, para elas carreando esforços e os muitos recursos financeiros da Coroa e da rica e poderosa Ordem de Cristo, da qual era mestre. No período em que esteve à frente dos empreendimentos náuticos (de cerca de 1419 até 1460, quando morreu), o qual corresponde ao período inicial das navegações lusas, levou os portugueses a avançar bastante pelo litoral africano, chegando até Serra Leoa. Algumas das realizações mais importantes dessa época foram as descobertas oficiais das ilhas de Madeira (1419) e Açores (1427) e o início de suas colonizações, o contorno do cabo Bojador (1434), além da chegada aos atuais Senegal (1444), Guiné Bissau (1456) e Serra Leoa (1460). D. Henrique obteve fabulosos lucros para o trono e para si próprio, com a pirataria, o comércio africano e as atividades na Madeira e nos Açores, cujos senhorios lhe foram doados pelo rei. Tal como outros personagens da época, aliou a busca de lucros a uma profunda religiosidade e ao cruzadismo. Desde o reinado de D. Manuel (1495-1521), a figura de D. Henrique foi mitificada; no século XIX, a historiografia romântica elegeu-o o principal personagem das navegações portuguesas e apresentou como essencial para as navegações a “escola de Sagres”, grande centro náutico que o infante teria mantido, com cientistas e sábios, no promontório de Sagres, aí fazendo produzir os conhecimentos necessários às viagens pelo Atlântico. Ao longo do século XX, contudo, essas interpretações vêm sendo modificadas. D. Henrique é hoje considerado um eminente, porém não o único nem o mais importante, personagem das navegações lusas – vistas atualmente como empreendimentos coletivos. Por outro lado, a idéia da existência de um grande centro náutico em Sagres foi abandonada, por falta de comprovações e porque os historiadores perceberam que o início das navegações portuguesas teve caráter sobretudo prático, não parecendo haver derivado de algum preexistente concerto de sábios.

♦ *Henriques, Francisco*. Escrivão ou secretário da esquadra de Cabral.

♦ *Índia, Gaspar da*. Ver Gama, Gaspar da.

♦ *João, Mestre*. Sabe-se pouco a respeito da biografia de Mestre João, físico, cirurgião e estudioso de astronomia. Castelhana, trabalhava em Portugal, alcançando prestígio na Corte portuguesa e o alto posto de médico do rei D. Manuel. Alguns historiadores portugueses identificaram-no como João de Faras, médico que traduziu para o espanhol *De Situ Orbis*, de Pompônio Mela. Para uma exposição sobre a longa discussão historiográfica a respeito da identificação de Mestre João, ver “Comentários” no *Documento 7*. Mestre João acompanhou a esquadra de Cabral à Índia, escrevendo ao rei D. Manuel uma carta, datada de 11 de maio de 1500 (*Documento 7*),

contendo importantes observações astronômicas e geográficas, assim como a primeira descrição conhecida, de autoria de um europeu, da constelação do Cruzeiro do Sul. A breve carta de Mestre João chama a atenção do estudioso para as estreitas ligações entre a navegação oceânica e o conhecimento da astronomia, servindo de suporte tanto para o conhecimento das viagens marítimas portuguesas, em especial a de 1500, quanto para o da história da ciência e da náutica.

- ◆ *Lemos, Gaspar de*. Fidalgo português, capitão da nau de mantimentos da esquadra de 1500 comandada por Cabral. Após a chegada da armada ao Brasil, retornou a Lisboa com notícias e cartas a respeito da terra encontrada, entre as quais as cartas de Pero Vaz de Caminha (*Documento 6*) e de Mestre João (*Documento 7*). É provável que tenha comandado a primeira expedição ao Brasil, enviada por D. Manuel em 1501, antes mesmo de Cabral retornar da Índia; essa expedição exploradora, que percorreu o litoral do país desde Pernambuco até o extremo sul, nomeando vários acidentes geográficos com designações até hoje usadas no Brasil, foi integrada, entre outros, por Américo Vespúcio.
- ◆ *Lopes, Afonso*. Piloto de um dos navios da esquadra de Cabral. Segundo Pero Vaz de Caminha (*Documento 6*), por estar em um navio pequeno e ser “homem vivo e destre”, foi o primeiro a explorar a região de Porto Seguro e a trazer a bordo dois índios que, levados à nau capitânea, aí foram “recebidos com muito prazer e muita festa”.
- ◆ *Madeira, Gonçalo*. Intérprete na frota comandada por Cabral.
- ◆ *Mafeu*. Ver Maffeu.
- ◆ *Maffeu*. Sacerdote e organista, integrou a frota de 1500.
- ◆ *D. Manuel I* (1469-1521). Filho de D. Fernando, Duque de Viseu, neto do rei D. Duarte, era primo e cunhado do rei D. João II (1481-1495), a quem sucedeu, pois sua irmã, D. Leonor, era com este casada. Na luta sucessória que caracterizou o final do reinado de D. João II (cujo filho legítimo, D. Afonso, morreu), D. Manuel, fortemente apoiado pela irmã e por Castela, era apenas o sexto pretendente na lista de sucessão ao trono, mas uma incrível sucessão de mortes de outros pretendentes e de reviravoltas políticas o levou à sagração como rei, aos 26 anos. Casou-se três vezes. Os dois primeiros casamentos foram com filhas dos reis católicos de Espanha Isabel de Castela e Fernão de Aragão, as princesas Isabel (falecida durante o primeiro parto) e Maria (com quem teve dez filhos, incluindo os futuros D. João III e o cardeal-rei D. Henrique); o terceiro matrimônio, já aos cinquenta anos, foi com Leonor (com quem teve dois filhos), irmã do imperador Carlos V. Seu reinado (1495-1521) correspondeu ao esplendor da expansão marítima portuguesa, quando Portugal atingiu a África Oriental, o Oriente Próximo, a Índia, o Ceilão, a Malásia, as Molucas, o Timor, a China, a América do Norte e o Brasil, consolidando vitórias militares e ampliando de forma extraordinária as relações comerciais com outros continentes. Foi cognominado “O venturoso” e conhecido popularmente como “rei do mar”. Em 1496, D. Manuel ordenou a expulsão dos judeus de Portugal. Dando seguimento a uma tradição portuguesa, o reinado de

D. Manuel caracterizou-se pela postura milenarista, e a reforçou: o monarca considerava-se um eleito de Deus para a missão de difundir o cristianismo pelo mundo e, como tal, agiu e foi louvado por auxiliares e cronistas contemporâneos a ele. O estilo arquitetônico da época de D. Manuel, conhecido em Portugal como “estilo manuelino”, caracteriza-se por imponentes construções, como o Mosteiro dos Jerônimos, ornamentadas por motivos marinhos, como âncoras, cordas, velas, nós, etc.

- ♦ *Marchionni, Bartolomeu*. Rico e influente comerciante florentino, citado nos documentos de época às vezes como “Bartolo florentim”, morador em Lisboa no último quartel do século XV e primeiro do século XVI. Em 1482, casou-se com uma portuguesa. No final do século XV, tinha uma frota própria na rota mercantil de Flandres-Inglaterra-Irlanda-Madeira-Canárias, articulando o Atlântico Norte com o Mediterrâneo e com o mar do Norte, e a península ibérica com a itálica. Esteve associado a grandes financistas europeus, como Jerônimo Frescobaldi, em Bruges, Welser e Fugger, nos Estados alemães, e Filippo Gualterroti e Antônio Gondi, em Florença. Sempre investindo muito capital, orientava desde Lisboa seus negócios nas praças européias. Sozinho, ou em parceria com outros mercadores e com nobres, esteve ligado, desde o reinado de D. João II (1481-1495), ao financiamento de navios e expedições e às atividades ultramarinas portuguesas. No início, parece ter lucrado principalmente com o comércio de açúcar na Madeira, ligado a Jerônimo Sernigi. Em 1486, seu nome apareceu em uma carta de crédito passada a favor de Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, por ocasião da viagem dos dois, como emissários do rei, à África e à Ásia. Em 1492, fez arrendamentos nos rios da Guiné. Em 1498, D. Manuel reconheceu-o como “natural” do reino. Junto com D. Álvaro de Bragança, Jerônimo Sernigi e, provavelmente, Antonio Salvago, foi um dos proprietários do Anunciada, o navio mais rápido da esquadra de Cabral, por isso encarregado pelo capitão-mor de retornar a Lisboa antes dos outros para primeiro dar a notícia ao rei da viagem à Índia e ao Brasil. Em 1501, foi proprietário de um navio da frota de João da Nova à Ásia (comandado por Fernão Vinet), ficando em Cananor um seu feitor, e, em 1502, investiu também na segunda armada de Vasco da Gama, por meio da nau São Tiago. À frente de um grupo de capitalistas “italianos”, Marchionni fez lucrativos contratos de comércio de especiarias asiáticas. Investiu, com outros, quase trinta mil cruzados na armadilha de D. Francisco de Almeida à Índia (1505), participando dela com três navios. Em 1512, junto com Fernão de Loronha, Morelli e Fernão Martins, armou a nau Bretoa, enviada para Cabo Frio. Em 1514, ainda se mantinha à frente dos negócios. O cronista João de Barros (*Décadas*, I, livro V, capítulo X) referiu-se a ele como o homem mais rico de Lisboa: “...o mais principal em substância de fazenda que... naquele tempo tinha feito”. Ao lado de seus conterrâneos da península itálica residente em Lisboa, Marchionni foi um eficaz e importante informante, às autoridades de Florença, da política e da economia lusitana.

- ◆ *Medici, Lourenço Pierfrancesco dei.* Membro da poderosa e rica família florentina dos Medici, cujos banqueiros, comerciantes e políticos exerciam grande influência econômica, social e política em toda a Europa da época e controlavam a Florença renascentista. Lourenço (em italiano, *Lorenzo*) Pierfrancesco, contudo, pertencia ao ramo plebeu da família, sendo conhecido como *il Popolano*, para ser diferenciado de Lourenço, o Magnífico, a principal figura do ramo nobre. Lourenço Pierfrancesco mantinha importantes negócios em Florença e em Sevilha, relacionados ao comércio de produtos orientais, à construção de navios e ao capital financeiro. Foi patrão e amigo de Américo Vespúcio. Para ele, Vespúcio escreveu a maioria de suas cartas até hoje conservadas, narrando as viagens que fez à América e, em particular, ao Brasil (*Documentos 9, 23, 27 e 28*).
- ◆ *Menezes, D. Diogo da Silva de.* Destacado militar português nas guerras contra Castela e no norte da África (foi feito prisioneiro em Tânger), assim como na conquista das Canárias, onde tomou duas fortalezas e se tornou senhor das ilhas de Lançarote e do Forte. De volta a Portugal, Diogo foi por muitos anos aio de D. Manuel. Quando este subiu ao trono, demonstrou muita gratidão pelo velho aio, fazendo-o vedor da fazenda e permitindo que um navio de sua propriedade participasse da viagem de Cabral à Índia.
- ◆ *Miranda, Simão de.* Fidalgo português, comandou um dos navios da esquadra de Cabral. Era genro do feitor-mor da esquadra, Aires Correia. A carta de Caminha (*Documento 6*) refere-se a Simão de Miranda como um dos que estavam junto a Pedro Álvares Cabral quando este recebeu pela primeira vez, em seu navio, os indígenas de Vera Cruz. O mesmo documento descreve-o como participante ativo de vários acontecimentos da semana que os portugueses passaram em Vera Cruz. Ainda segundo Caminha, Miranda teria feito de um índio seu pagem. Em Calicut, tomou carga e conseguiu retornar a Lisboa. Morreu em 1512 como capitão de Sofala (África Oriental).
- ◆ *Moreno, Lourenço.* Secretário ou escrivão da esquadra de Cabral.
- ◆ *Neto, Pedro.* Sacerdote e chefe do coro (coreiro) que integrou a frota de Cabral.
- ◆ *Nova, João da.* Era alcaide-pequeno de Lisboa quando, em 1501, foi encarregado de comandar a terceira armada, composta de quatro navios, para a Índia. Os custos da viagem foram repartidos entre a Coroa portuguesa e as entidades privadas (Bartolomeu Marchionni, D. Álvaro, irmão do Duque de Bragança, etc.). Dentre os capitães, ia o florentino Fernão Vinet. Nessa viagem, João da Nova teria encontrado, por volta de maio de 1501, a ilha Conceição, depois chamada Ascensão. Na Índia, fundou uma feitoria em Cananor e enfrentou ataques mouros, retornando carregado a Lisboa em dezembro de 1501. No retorno, encontrou a ilha de Santa Helena, em abril ou maio de 1502, chegando a Portugal em setembro do mesmo ano. Ver *Documentos 16, 21, 22, 24 e 30*.
- ◆ *Padilla, Pero Lopes de.* Fidalgo espanhol, participante da viagem: de 1500.
- ◆ *Pasqualigo, Pedro* (? – 1515). Senador da república de Veneza, doutor e cavaleiro, estudou filosofia e letras sacras em Paris, dedicando-se ao serviço diplomático,

onde ocupou importantes postos. Foi embaixador veneziano na Espanha, em Portugal, na Inglaterra, na Hungria e em Borgonha. Nomeado embaixador extraordinário (*oratore*) de Veneza em Portugal, em 12 de abril de 1501, em substituição a Pedro Contarini, Pedro (em italiano: *Pietro*) Pasqualigo di Filippo chegou em Lisboa a tempo de congratular-se com o rei português pelo seu casamento com a filha do monarca espanhol. Pasqualigo estabeleceu relações muito próximas com a Corte de Lisboa, em um momento difícil para a economia de Veneza, que, desde a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, em 1498, perdera o monopólio do comércio asiático para os portugueses e ainda se encontrava em guerra contra os turcos. Pasqualigo integrou a rede de informantes italianos em Lisboa, composta, entre outros, por João Matteo Crético (seu secretário em Lisboa, e a quem Pasqualigo encarregou de continuar informando as autoridades venezianas acerca das atividades portuguesas), João de Affaitadi, Bartolomeu Marchionni e Jerônimo Sernigi. Recebeu, por exemplo, uma carta de Crético ao doge de Veneza (*Documento 11*), sendo referido por outros “italianos” como o embaixador Pisani (*Documento 14*), e enviando, ele próprio, uma carta ao senado veneziano acerca das viagens de Corte Real e de Cabral (*Documento 19*), com importantes reflexões acerca do formato e das proporções do continente americano. Faleceu em Milão, em 1515, sob suspeita de envenenamento, com cerca de 43 anos de idade. Francisco I, rei da França em Milão, mandou enviar seus despojos para Veneza. Damião de Góis, na *Crônica de D. Manoel...* (capítulo LXII), refere-se a Pasqualigo.

- ◆ *Pereira, Duarte Pacheco*. Um dos maiores navegadores da época, integrava a expedição de Cabral. Chamado por Camões de “Grão Pacheco”.
- ◆ *Pina, Simão de*. Fidalgo, filho de Diogo de Pina, parente do cronista Rui de Pina, o negociador português do Tratado de Tordesilhas. Comandou um dos navios da armada de Cabral que naufragou e desapareceu ao contornar o cabo da Boa Esperança.
- ◆ *Pires, Luís*. Capitão de um dos navios da esquadra de Cabral, naufragou e desapareceu durante um temporal, ao contornar o cabo da Boa Esperança. Para alguns cronistas, seu navio sofreu temporal na altura de Cabo Verde, naufragando ou retornando a Lisboa, em vez de Vasco de Ataíde, conforme relata Pero Vaz de Caminha.
- ◆ *Pisani, Domingos*. Domingos (em italiano: *Domenico*) Pisani de Giovanni foi embaixador do Estado de Veneza na Espanha, de setembro de 1500 a setembro de 1502. Ao que tudo indica, no seu primeiro ano de trabalho nesse posto, representou também os interesses do Estado de Veneza em Portugal, devendo obter apoio dos dois países na guerra de Veneza contra os turcos. Durante os meses de março e abril de 1501 – pouco antes, portanto, do retorno da esquadra de Cabral a Lisboa –, Pisani esteve em Lisboa junto com Pedro Pasqualigo di Filippo, recém-nomeado embaixador extraordinário de Veneza em Portugal, para congratular-se com o rei português por seu casamento com a filha do monarca espanhol Fernando, o Católico. De volta à Espanha, Pisani foi o destinatário de uma carta escrita pelo rico comerciante cremonense João de Affaitadi, datada de 26 de junho de 1501 (*Documento 10*), dan-

do-lhe as primeiras notícias acerca da viagem de Cabral; o embaixador resumiu o conteúdo da carta de Affaitadi e a enviou, em 10 de julho de 1501, ao doge de Veneza. Em 20 de setembro de 1502, após haver regressado de sua missão diplomática na península ibérica, Pisani entregou ao senado um relatório sobre o assunto. Domingos Pisani integrava uma eficiente rede de informantes italianos sequiosa por notícias recentes acerca das viagens e dos negócios lusitanos e espanhóis, integrada, entre outros, por seus dois secretários, Angelo Trevisan e João Matteo Crético, por vários negociantes residentes em Lisboa, como o próprio João de Affaitadi, Bartolomeu Marchionni e Jerônimo Sernigi, e pelo embaixador extraordinário de Veneza em Lisboa, Pedro Pasqualigo. Após deixar o posto de embaixador na Espanha, Pisani foi nomeado capitão em Vicenza e embaixador junto ao papa Júlio II.

- ◆ *Portalegre, Conde de*. Ver Menezes, D. Diogo da Silva de.
- ◆ *Priuli, Jerônimo* (1476-1547). Pertencente a uma família de ricos mercadores e banqueiros venezianos, filho de Lourenço – que ocupou cargos importantes no Estado veneziano –, Jerônimo (em italiano: *Girolamo*) Priuli era homem profundamente interessado na política e nos negócios de Veneza, tendo pertencido ao Conselho Maior de sua república natal. Viveu algum tempo na Inglaterra e conhecia os principais mercadores venezianos e seus negócios em várias partes da Europa; em 1507, tornou-se proprietário de um banco, que faliu em 1513. Priuli manteve durante 18 anos (de abril de 1494 a julho de 1512) um diário, no qual registrou os assuntos que julgava importantes para os destinos de seu país. Foi, assim, um dos chamados “diaristas” venezianos da época, junto com Domingos Malipiero, Marco Antônio Michieli e Marino Sanuto; dos quatro, apenas Priuli e Sanuto escreveram sobre temas de interesse para a história luso-brasileira. Um extrato dos diários de Priuli, referente ao período agosto de 1499 a março de 1512, foi publicado em 1881 por Ricardo Fulin, e o texto completo – originalmente distribuído por oito volumes – foi editado na íntegra por Muratori em 1912, na sua coleção *Rerum italicarum scriptores*. Relativamente à viagem de Cabral, os textos de Priuli revestem-se de grande interesse, por apresentar a perspectiva de Veneza, a principal prejudicada com o estabelecimento da nova rota comercial portuguesa para a Índia.
- ◆ *Real, Gaspar Corte*. Navegador açoriano, filho de João Vaz Corte Real (administrador da capitania de Angra) e irmão do também navegador Miguel Corte Real. Recebeu, em 12 de maio de 1500, documento do rei D. Manuel concedendo-lhe as terras que viesse a descobrir em futuras jornadas oceânicas. Há comprovação sobre duas viagens de Corte Real, embora ele deva ter feito outras. A primeira, com partida em 1500, chegou provavelmente à Groenlândia e à Terra Nova, no atual Canadá, feito saudado com entusiasmo pelo monarca português. E a segunda, com partida em 1501, provavelmente aos mesmos locais e também ao litoral canadense, quando fez contato com os habitantes locais. Gaspar não retornou dessa viagem, descrita nas cartas de Alberto Cantino a Hércules d’Este (*Documento 18*) e de

Pedro Pasqualigo ao senado veneziano (*Documento 19*), e no *Tratado dos descobrimentos*, de António Galvão. Seu irmão Miguel lançou-se mais uma vez ao Atlântico Norte. O chamado “mapa de Cantino”, de 1502, registrou a Terra Nova como *Terra Corte Regalis* (Terra dos Corte Reais), dado que passou a ser freqüente na cartografia da época.

- ◆ *Real, Miguel Corte*. Navegador açoriano, filho de João Vaz Corte Real e irmão do também navegador Gaspar Corte Real. Tinha boas relações na Corte de D. Manuel, onde serviu como porteiro-mor. É provável, mas não confirmado, que tenha participado da expedição de 1500 à Groenlândia e ao Canadá, capitaneada por seu irmão. Ao saber que Gaspar não retornara de sua segunda expedição (saída em 1501) ao Atlântico Norte, Miguel decidiu partir em sua procura. Em carta régia de 15 de janeiro de 1502, D. Manuel concedeu-lhe permissão para a viagem e o tornou herdeiro de Gaspar, se confirmada a morte deste. A frota comandada por Miguel, de dois ou três navios, partiu em maio de 1502; na Terra Nova, as embarcações se separaram, marcando um encontro posterior, após as respectivas explorações. O navio de Miguel, contudo, nunca mais foi visto, retornando outros companheiros seus a Portugal. Pesquisas recentes indicam a possibilidade, não confirmada, de que, entre as confusas inscrições na pedra de Dighton (situada junto ao rio Taunton, próximo à atual cidade de Boston, EUA), estaria o nome completo de Miguel, o ano de 1511, diversas cruzes e dois símbolos heráldicos.
- ◆ *Ribeiro, Afonso*. Criado de D. João Telo, foi um dos degredados incorporados à expedição de Pedro Álvares Cabral, com o objetivo de serem deixados nas terras recém-encontradas, a fim de ali aprenderem língua e costumes locais, servindo de intérpretes e informantes dos próximos portugueses que chegassem. Afonso Ribeiro, enviado a Vera Cruz várias vezes por Cabral durante a semana em que este ali permaneceu, foi deixado na terra quando a esquadra partiu para a Índia. Integrou assim, junto com outro degredado (cujo nome se desconhece) e dois grumetes, o primeiro pequeno grupo de habitantes brancos do Brasil. A carta de Caminha (*Documento 6*) refere-se várias vezes a ele. Há notícias de que teria regressado a Portugal.
- ◆ *Rondinelli, Pedro*. Produtor e comerciante florentino de lãs, pertencente a uma família de prestígio em Florença, de onde saíram 36 priores e 12 gonfaloneiros, Pedro (*Piero*, em italiano) Rondinelli mudou-se para Sevilha, para aí desenvolver negócios familiares. Foi um dos informantes, às autoridades de Florença, das atividades marítimas e comerciais ibéricas. Este volume traz uma carta de sua autoria (*Documento 22*), de 1502, com informações sobretudo a respeito da viagem de João da Nova à Índia.
- ◆ *Sá, João de*. Escrivão ou secretário da frota comandada por Cabral.
- ◆ *Salvador, Luís de*. Um dos frades franciscanos que integrou a frota de Cabral. Deve ter participado da primeira missa.
- ◆ *Salvago, António*. Segundo o estudioso italiano Prospero Peragallo, tratava-se de um genovês, negociante em especiarias da Índia, quarto proprietário do navio

Anunciada, da esquadra de Cabral, e o primeiro a retornar a Lisboa. Os outros três proprietários desse navio eram Jerônimo Sernigi, D. Álvaro de Bragança e Bartolomeu Marchionni.

- ◆ *Sanuto, Marino* (1466-1536). Um dos “diaristas” venezianos – homens que, nos séculos XV e XVI, registraram em seus diários os principais eventos da época, que afetavam a república de Veneza; outros diaristas foram Domingos Malipiero, Marco Antônio Michieli e Jerônimo Priuli, sendo que apenas este e Sanuto referiram-se a assuntos de interesse direto para a história luso-brasileira. Conhecido como o *Novo*, para distingui-lo de outro escritor do mesmo nome que viveu nos séculos XII e XIII, Marino Sanuto ocupou posições destacadas nos conselhos da república de Veneza, chegando a carmelengo de Verona em 1501-1502. Seu temperamento austero e difícil, contudo, parece ter sido responsável por sua pobreza, que o obrigou também, no final da vida, a vender sua biblioteca. Em 19 de setembro de 1531, “velho, doente, pobre e mais pobre”, recebeu do Conselho dos Dez uma pensão anual de cinquenta ducados de ouro, para continuar escrevendo. Começou a escrever seu diário (*I Diarii*) em 1º de janeiro de 1496, mantendo o hábito durante 37 anos, até setembro de 1533. A obra, que compreende o espantoso número de 58 volumes manuscritos (os diários de Priuli somaram oito volumes manuscritos) e um total de 40 mil páginas, registra os principais fatos da história veneziana do período, com transcrição, às vezes, de documentos na íntegra, prática responsável pela preservação de numerosas fontes históricas produzidas na época. *I Diarii* foram publicados entre 1879-1902. Sanuto escreveu ainda algumas obras históricas, como a *Storia della guerra dei Veneziani contro il duca di Ferrara*, editada em Veneza, em 1829. Faleceu em 4 de abril de 1536, ignorando-se onde foi sepultado.
- ◆ *Sernigi, Jerônimo* (1453- ?). Mencionado na carta de João de Affaitadi a Domingos Pisani (*Documento 10*) como um dos proprietários do navio Anunciada, o primeiro da esquadra de Cabral a retornar a Lisboa, a 23 de junho de 1501. Além de Jerônimo (em italiano, *Girolamo*) Sernigi, os outros proprietários desse navio eram D. Álvaro de Bragança, Bartolomeu Marchionni e, provavelmente, Antônio Salvago. Sernigi, gentil-homem florentino, residiu muitos anos em Portugal, circulando muito bem na Corte lusitana. Recebeu de D. Manuel o título e os privilégios de cidadão de Lisboa e, pelo decreto real de 21 de agosto de 1498, obteve concessão para comerciar açúcar da ilha da Madeira, junto com Bartolomeu Marchionni. Segundo a *Raccolta Colombiana* (parte III, v. II, p. 82), conseguiu também permissão real para enviar caravelas de sua propriedade à Guiné. Sernigi possuía uma sólida casa comercial em Lisboa, tendo, ao lado de seu conterrâneo Bartolomeu Marchionni, grande ascendência sobre os negócios lusitanos. Como outros de seus conterrâneos, exerceu também atividades de informante, junto às autoridades da península itálica, sobre as viagens portuguesas: foi de sua autoria, por exemplo, uma carta às autoridades

florentinas, escrita logo após o retorno de Vasco da Gama, relatando o extraordinário feito dessa esquadra.

- ◆ *Silva, Aires Gomes da*. Nobre português de família antiga e prestigiada, comandante de um dos navios da esquadra de Cabral. Caminha (*Documento 6*) relata que Gomes da Silva fez de um índio seu pagem. Segundo Henrique Campos Simões (*As cartas do Brasil*, p. 23), Silva morreu durante a terrível tempestade que a esquadra enfrentou no cabo da Boa Esperança.
- ◆ *Tovar, Sancho de*. Fidalgo castelhano, filho de Martim Fernandes de Tovar. Segundo Henrique Campos Simões (*As cartas do Brasil*), seu pai foi degolado por apoiar Afonso V contra Fernando e Isabel; Tovar assassinara o juiz que sentenciara o pai, fugindo depois para Portugal. Sancho de Tovar viajou em 1500 como capitão-mor substituto (“segundo capitão”, “sota-capitão”) de Pedro Álvares Cabral, sendo, portanto, o segundo homem na hierarquia da armada. Capitaneou umas das naus grandes da esquadra. Caminha (*Documento 6*) narra que Tovar estava presente na nau de Cabral, quando este recebeu pela primeira vez os índios, sendo também escolhido, junto com Mestre João, para acompanhar o capitão-mor quando este desembarcou pela primeira vez em terra brasileira, em 27 de abril de 1500. Na Índia, após a esquadra de Cabral haver abandonado Calicut e sido perseguida por uma esquadra desta cidade, a nau de Sancho de Tovar e outro navio ficaram para trás, o que levou Pedro Álvares Cabral à decisão de desistir de dar combate à esquadra indiana e retornar a Portugal. Na travessia entre Cananor, na Índia, e Melinde, na África Oriental, a nau de Sancho de Tovar, que ia à frente do restante da armada portuguesa, encalhou; após grande ventania que formou grandes ondas. A nau não pôde ser recuperada, dela se salvando apenas “a gente em camisa”, segundo o relato do Português Anônimo (*Documento 8*), tudo o mais se perdendo. Após a parada da esquadra portuguesa em Moçambique, Sancho de Tovar, a mando de Cabral, foi reconhecer a rica cidade de Sofala, da qual Vasco da Gama, em sua primeira viagem, tivera notícia, mas que não chegara a visitar. Cheio de novidades a respeito do ouro e das riquezas de Sofala, Tovar regressou a Lisboa pouco depois do próprio Cabral.
- ◆ *Trevisan, Ângelo*. Ângelo Trevisan di Bernardino, mais conhecido pelo primeiro sobrenome, foi, entre 1489 e 1498, secretário de Domingos Malipiero, um dos chamados “diaristas” italianos, homens que registravam em seus diários os principais acontecimentos políticos e econômicos da época. Como as viagens e os negócios ibéricos ocupavam o centro das atenções na Europa, foram objeto de constante interesse por parte dos diaristas. Em 1500, quando Ângelo Trevisan foi designado secretário de Domingos Pisani, recém-nomeado embaixador de Veneza em Espanha, Malipiero encarregou-o de obter e enviar regularmente para a península itálica notícias acerca das viagens e dos negócios ibéricos. Ângelo desempenhou muito bem a função: ligou-se em Espanha a Colombo e a Pedro Mártir (foi ele quem enviou para Veneza parte da primeira *Década* de Pedro Mártir, publicada nessa cidade ainda em 1504); e solicitou a João Matteo Crético, também secretário

de Domingos Pisani, que lhe enviasse notícias de Lisboa. Tais notícias foram sendo repassadas a Malipiero por meio de várias cartas, muitas das quais se encontram hoje entre os documentos de Malipiero, na coleção Sneyd, Inglaterra. Ângelo integrou assim uma eficiente rede de informantes italianos na península ibérica, composta, entre outros, pelo próprio embaixador Pisani, por João Matteo Crético, João de Affaitadi, Bartolomeu Marchionni e Jerônimo Sernigi.

- ◆ *Vespúcio, Américo (1454-1512)*. Nasceu em março ou maio de 1454 em Florença. Pertencente a família com razoáveis recursos, pôde estudar, entre outras disciplinas, astronomia, náutica (era um apaixonado por viagens), matemática, cartografia e humanidades, tornando-se um homem culto, conforme os padrões do Renascimento italiano. Após uma estadia de dois anos (1478-1480) em Paris, integrando a comitiva de um parente distante, foi trabalhar para Lourenço Pierfrancesco dei Medici, de quem se tornou amigo, compartilhando com ele o gosto e a curiosidade pelas navegações, pela astronomia e pelas artes. Em 1491, foi transferido por Lourenço para Sevilha, para trabalhar principalmente no negócio de navios. Em Sevilha, Vespúcio ampliou sua cultura humanística e seu conhecimento acerca das viagens oceânicas. Preparou os navios para a expedição de Cristóvão Colombo, encontrando-se com este quando retornou de sua primeira viagem à América. É possível que Vespúcio tenha feito uma viagem à América em 1497-1498 (se confirmada, seria a primeira expedição européia a tocar o continente americano, não apenas ilhas). Há fortes indícios de que tenha participado, de maio a setembro de 1499, da esquadra chefiada pelo espanhol Alonso de Ojeda – integrada também pelo cartógrafo João de la Cosa –, que esteve na América Central, na Venezuela e, talvez, em algum ponto do futuro território brasileiro, não bem identificado (no atual Rio Grande do Norte?); se confirmada a última parte da viagem, essa teria sido a primeira expedição européia a tocar o solo do Brasil. Entre maio de 1501 e julho de 1502, Vespúcio comprovadamente participou, provavelmente como capitão de um dos três navios, da primeira expedição exploradora ao Brasil, saída de Portugal antes mesmo de a esquadra de Cabral retornar da Índia. Essa expedição, que chegou até a Patagônia, percorreu o litoral brasileiro desde o cabo de São Roque até o extremo sul, conhecendo e nomeando vários acidentes geográficos e entrando em contato com os indígenas. Em 1503, Vespúcio participou de uma última e acidentada viagem à América, sob bandeira de Portugal, que o levou a Fernando de Noronha, à Bahia e a Cabo Frio, onde mandou construir uma fortaleza e deixou 24 homens. Em 1508, foi nomeado, na Espanha, para o importante posto de piloto-mor. Faleceu em Sevilha, em 22 de fevereiro de 1512, deixando um conjunto de cartas consideradas dos mais importantes documentos sobre as primeiras viagens e os anos iniciais dos europeus na América. O nome do continente americano é uma homenagem a Américo Vespúcio, desde que, em 1507, o cartógrafo Martin Waldseemüller desenhou um mapa onde pela primeira vez apareceu escrita a palavra “América”, uma homenagem a Vespúcio, referido nesse mapa como descobridor do continente. O florentino, em verdade, foi o primeiro a perceber que as terras america-

nas formavam um continente, até então desconhecido dos europeus, o qual chamou de a “quarta parte” do mundo e de “novo mundo”.

- ◆ *Vitória, João da*. Irmão leigo, participou da esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral.
- ◆ *Zacuto, Abraão (1425-1515?)*. Célebre astrônomo de sua época, muito elogiado por cronistas como Gaspar Correia (*Lendas da Índia*), autor de importantes tratados de astronomia. Zacuto chegou a Portugal em 1492 – ano em que os judeus, como ele, foram expulsos da Espanha pelos reis católicos Fernando e Isabel –, passando a gozar de grande prestígio na Corte portuguesa e a atuar muito próximo ao rei D. João II. Mas provavelmente em 1498 Zacuto foi obrigado a retirar-se do país, dois anos depois do decreto real que expulsou os judeus de Portugal. É possível que Zacuto tenha viajado de Portugal para a cidade de Fez, no Marrocos, onde teria residido algum tempo antes de mudar-se para outras localidades. Zacuto faleceu em cerca de 1515, na Palestina ou na Síria.





B I B L I O G R A F I A

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Organização de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Briguiet, 1954.
- _____. *O descobrimento do Brasil*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.
- ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA. O manuscrito “Valentim Fernandes” oferecido à Academia por Joaquim Bensaúde, acadêmico titular fundador. Leitura e revisão das provas pelo acadêmico titular fundador António Baião. Lisboa, 1940.
- ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS. *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses publicada pela Academia Real das Sciencias*. 2 Tomos. Tradução integral a partir do texto apresentado por Ramusio. Lisboa: Typographia da Academia, 1867.
- ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. *Centenário do descobrimento da América – Memórias da comissão portuguesa*. Lisboa, [s.d.] (1892?).
- ALBUQUERQUE, Afonso de. *Cartas para el-rei D. Manuel I*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1957.
- ALBUQUERQUE, Luís de (org.). *Crónica do descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.
- _____. (direção). *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. 2 v. Lisboa: Editora Caminho, 1994.
- _____. O problema das latitudes na náutica portuguesa do século XV. *Revista de História*, nº 41, ano XI, janeiro-março. São Paulo: USP, 1960, p. 23-40.
- ALBUQUERQUE, Luís de, FERRONHA, António Luís, HORTA, José da Silva e LOUREIRO, Rui. *O confronto do olhar – O encontro dos povos na época das navegações portuguesas*. Lisboa: Caminho, 1991.
- _____. (ed.). *O reconhecimento do Brasil*. Lisboa: Alfa, 1989.
- ALBUQUERQUE, Luís de, MAGALHÃES, Ana Maria e ALÇADA, Isabel. *Os descobrimentos portugueses*. 3 v. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

- IMPRESA NACIONAL. *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas*. Lisboa: 1892.
- AMADO, Janaína e FIGUEIREDO, Luiz Carlos. A certidão de Valentim Fernandes, documento pouco conhecido sobre o Brasil de 1500. *Textos de História*, v. 5. nº2, Revista da Pós-Graduação em História. Brasília: Universidade de Brasília, 1997, p. 133-142.
- _____. *A formação do império português (1415-1580)*. São Paulo: Atual Editora, 1999.
- _____. *No tempo das caravelas*. São Paulo: Editora Contexto / Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1992.
- ANDRADE, António Alberto Banha de. *Novos mundos do mundo – panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos descobrimentos geográficos portugueses*. 2 v. Lisboa: Juntas de Investigação do Ultramar, 1972.
- _____. As incorreções da Carta de Pero Vaz de Caminha, *Studia*, nºs 30-31, agosto-dezembro. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, pp. 57-70.
- ANSELMO, Antonio Joaquim. *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.
- ARAGÃO, A. C. Teixeira de. Breve notícia sobre o descobrimento da América. *Centenário do descobrimento da América – Memórias da comissão portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, [s.d.] (1892?), p. 65s.
- ARAÚJO, Joaquim de. A comissão portuguesa da exposição colombina. *Centenário do descobrimento da América – Memórias da comissão portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, [s.d.] (1892?).
- ARCINIEGAS, Germán. A primeira viagem de Américo Vespúcio. *Revista de História*, nº 33, janeiro-março, 1958, p. 43-63.
- ARCHIVO DOS AÇORES. Ponta Delgada, Ilha de São Miguel (Açores), Tipografia do Archivo dos Açores: 1882. v. 4.
- ARQUIVO DO CENTRO CULTURAL PORTUGUÊS. Lisboa/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, 1990, 1995. v. XXVI, XXVIII, XXXIV.
- ARQUIVO PORTUGUÊS ORIENTAL. Documentos coordenados e anotados por A. B. de Bragança Pereira. Tipografia Rangel, Bastorá (Índia Portuguesa), Tipografia Rangel, tomo I (História política, diplomática e militar) v. I (1498-1599), parte I, 1936.
- ARROYO, Leonardo. *Pero Vaz de Caminha – carta a El-Rey D. Manuel*. S. Paulo: Dominus, 1963.
- AZEVEDO, Ana Maria de. A carta de Pero Vaz de Caminha e o encontro do “outro”, *Oceanos*, nº 39, julho-setembro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999, p. 129-142
- AUBIN, Jean. *La découverte, le Portugal et l’Europe (Actes du colloque – Paris, 26-28 mai, 1968)*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1990.
- BACCI, Card. Antonii. *Varia latinitatis scripta. I – Lexicon – vocabulorum quae difficiliter latine redduntur*. 4. ed. Roma: Societas Libraria “Studium” Edidit, 1963.

- BAIÃO, António. O comércio do pau-brasil. In: MALHEIRO, Carlos (dir. e coord.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, v. 2, 1923, p. 317-347.
- _____, Hernani Cidade e Manuel Múrias (dir.). *História da expansão portuguesa no mundo*. 3 v. Lisboa: Editorial Ática, 1937.
- BARRETO, Luiz Felipe. *Os descobrimentos e a ordem do saber*. Lisboa: Editora Gradiva, 1987.
- BARROS, João de. *Décadas*. 4 v. Seleção, prefácio e notas de António Baião. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1946.
- BATTAGLIA, Salvatore. *Grande dizionario della lingua italiana*. Turim: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1962.
- BERCHET, Guglielmo. *Raccolta di documenti e studi. Fonti italiane per la storia della scoperta del Nuovo Mondo*. 2 v. Roma: Comissão Colombiana para o Quarto Centenário da Descoberta da América, Ministerio della Publica Istruzione, 1892-1896.
- BETHENCOURT, FRANCISCO e CHAUDHURI, Kirti. *História da expansão portuguesa*. V. 1 ("A formação do império") e 2 ("Do Índico ao Atlântico"). Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- BOORSTIN, Daniel. *Os descobridores*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- BOUCHON, Geneviève. *Vasco da Gama – biografia*. São Paulo: Editora Record, 1998.
- BOXER, C. R. *O império colonial português (1415-1825)*. 2. ed. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1969.
- _____. *A igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- BRITO, Bernardo Gomes de. *História trágico-marítima*. 2 v. Lisboa: Europa-América, [s.d.].
- BUENO, Consuelo Varela. *Amerigo Vespucci – un nombre para el nuevo mundo*. Biblioteca iberoamericana. Madri, Ediciones Anaya, 1988.
- BUENO, Eduardo. *A viagem do descobrimento – a verdadeira história da expedição de Cabral*. Coleção Terra Brasilis, v. I. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- _____. *Náufragos, traficantes e degredados*. Coleção Terra Brasilis, v. II. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- _____. (introdução, notas e comentários finais). *O descobrimento das Índias – o diário de Vasco da Gama*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1988.
- BUESCU, Ana Isabel. João de Barros: humanismo, mercancia e celebração imperial, *Oceanos*, nº 27, julho-setembro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1996, p. 10-24.
- BURNELL, Arthur Coke. *The Italian version of a letter from the king of Portugal (Dom Manuel) to the king of Castilla (Ferdinand), written in 1505, giving an account of the voyages to and conquests in the East Indies – from 1500 to 1505 A.D.* Reprinted from the copy (printed by J. Besicken at Rome in 1505) in the Marciana Library at Venice (one of the three now in existence) with notes by A. C. Burnell Ph.D. Londres: Wyman & Sons, 1881.

- CALDAS AULETE. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 2. ed., 5 v. Edição revista e aumentada por Hamílcar de Garcia. Estudo introdutório de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro: Delta, 1968.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. O descobrimento do Brasil através dos textos (edições críticas e comentadas). I. – A “carta” de Pero Vaz de Caminha. 2. – Pero Vaz de Caminha. *Revista de História*, nº 66. São Paulo: USP, p. 495-529.
- CANTO, Eugénio do. *Treslado da carta que El-Rey nosso senhor escreveo a elrei e a Rainha de Castella seus padrees da nova da Imdija*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906.
- ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. *Cartas de Affonso de Albuquerque*. Tomo III. Lisboa, 1903.
- CARDIM, Pedro. Livros, literatura e homens de letras no tempo de João de Barros. *Oceanos*, nº 27, julho/setembro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, p. 27-47.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- _____. O descobrimento do Brasil através dos textos (edições críticas e comentadas). III. – A “carta” de mestre João. *Revista de História*, v. 35, nº 71, setembro. São Paulo: USP, 1967, p. 179-186.
- _____. O descobrimento do Brasil através dos textos (edições críticas e comentadas). IV. – O “Esmeraldo de situ orbis” de Duarte Pacheco Pereira. 1. – Duarte Pacheco Pereira. *Revista de História*, v. XXXVIII, ano XX, março. São Paulo: USP, 1969, p. 140-191.
- CASAL, Manuel Aires do. *Corographia Brasilica ou Relação Histórico-Geographica do Brasil*. 3. ed. 2 v. Rio de Janeiro: Laemmert, 1845.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Livros I, II, III e IV. Porto: Lello & Irmão Editores, 1979.
- CASTRO, Sílvio. *A carta de Pero Vaz de Caminha – o descobrimento do Brasil*. Série Visão do Paraíso. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.
- CATRAMBY, Oliveira. Descoberta do Brasil ao acaso. *Revista Trimensal do Instituto Geographico e Historico da Bahia* (Commemorativa do IV Centenário do Brasil), nº 23, v. VII, ano VII. Bahia: Typographia Empreza Editora, 1900.
- CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS. Carta de Caminha, com leitura paleográfica de Belarmina Ribeiro. *Gavetas da Torre do Tombo*. v. V, gaveta 15, maço 8, nº 2. Lisboa, 1965, p. 705-719.
- CHANDEIGNE, Michel (org.). *Lisboa ultramarina: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- CHAUNU, Pierre. *Conquista e exploração dos novos mundos: século XVI*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1984.

- COELHO, Maria Helena da Cruz. Portugal na época dos descobrimentos. *Revista de História das Idéias*. Universidade de Coimbra, 1992, p. 7-21.
- COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS. *Congresso do mundo português – publicações. Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Luso-Brasileiro e História (VII Congresso)*. Tomo 1º, I secção, “Do descobrimento à ocupação da costa”. Secção de Congressos, 1940.
- COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Mare Liberum*. nº 16, dezembro. Lisboa: CNCDP, 1996 (número dedicado a Vasco da Gama).
- COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Portugal na Abertura do Mundo*. Lisboa, 1997.
- MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS. *I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo – publicações*. Lisboa, 1957.
- CONTIER, Arnaldo. O descobrimento do Brasil através dos textos (edições críticas e comentadas). I. – A “carta” de Pero Vaz de Caminha. 3. – O manuscrito: edições e traduções. *Revista de História*, nº 67, abril-junho. São Paulo: USP, 1966, p. 209-214.
- COQUERY-VIDROVITHC, Catherine. *A descoberta da África*. Lisboa: Edições 70, 1965.
- COROMINAS, Joan. *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*. Madrid: Editorial Gredos, 1991.
- CORREIA, Gaspar. *Lendas da Índia*. Volume primeiro. *Contendo as ações de Vasco da Gama, Pedralvares Cabral, João da Nova, Francisco de Albuquerque, Vicente Sodré, Duarte Pacheco, Lopo Soares, Manuel Telles, D. Francisco d’Almeida. Lenda de 13 annos, desde o primeiro descobrimento da Índia até o anno de 1510*. Coleção Tesouros da Literatura e da História. Introdução e revisão de M. I Lopes de Almeida. Leitura paleográfica de Rodrigo José de Lima Felner. Porto: Lello Editores, 1975.
- CORTESÃO, Armando. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*. 2 v. Lisboa: Edição da “Seara Nova”, 1935.
- CARREIRA, António. *Notas sobre o tráfico português de escravos*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1983.
- CORTESÃO, Jaime. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.
- _____. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.
- _____. *A expedição de Cabral*. In DIAS, Carlos Malheiro (org.). *História da colonização portuguesa do Brasil*. v. II. Porto: Litografia Nacional, 1923, p. 1-36
- _____. *Cabral e as origens do Brasil (ensaio de topografia histórica)*. Rio de Janeiro: Edição do Ministério das Relações Exteriores, 1944.
- _____. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.
- _____. *Os descobrimentos portugueses*. 3 v. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.

- COSTA, Abel Fontoura da. *Os sete únicos documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.
- _____. *A marinharia dos descobrimentos*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960.
- COSTA, Cândido. *As duas Américas*. 2. ed. ampliada da obra *O descobrimento da América e o Brasil*. Lisboa: José Bastos, 1900.
- COUTO, Jorge. *A construção do Brasil*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.
- _____. A expedição cabralina: casualidade *versus* intencionalidade. *Oceanos*, nº 39, julho-setembro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999, p. 18-31.
- CRUZ, António. Pero Vaz de Caminha, cidadão do Porto. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, v. IV, junho-setembro 1941.
- DANTAS, Júlio. A era manuelina. In: DIAS, Carlos Malheiro (dir. e coord.). *História da colonização portuguesa do Brasil*. V. I. Porto: Litografia Nacional, 1923, p. 3-31.
- DENIS, Ferdinand. *Journal des voyages*. Paris, 1821.
- DIAS, Carlos Malheiro. A expedição de 1501. In: DIAS, Carlos Malheiro (dir. e coord.). *História da colonização portuguesa do Brasil*. V. II. Porto: Litografia Nacional, 1923, p. 173-213.
- _____. A expedição de 1503. In: DIAS, Carlos Malheiro (dir. e coord.). *História da colonização portuguesa do Brasil*. V. II. Porto: Litografia Nacional, 1923, p. 283-303.
- _____. A semana de Vera Cruz. In: Dias, Carlos Malheiro (dir. e coord.). *História da colonização portuguesa do Brasil*. V. II. Porto: Litografia Nacional, 1923, p. 76-169.
- _____. (dir. e coord.). *História da colonização portuguesa do Brasil*. V. II. Edição monumental comemorativa do primeiro centenário de independência do Brasil. Direção e coordenação literária de Carlos Malheiro Dias. Direção cartográfica do conselheiro Ernesto de Vasconcellos. Direção artística de Roque Gameiro. Porto: Litografia Nacional, 1923.
- DIAS, J. S. Silva. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973.
- DIAS, Manuel Nunes. Partilha do mar oceano e descobrimento do Brasil. *Studia*, nº 12, julho. Portugal: Centro de Estudos Ultramarinos, p. 273-462.
- DIFFIE, Bailey W. e WINIUS, George D. *A fundação do império português*. Trad. João R. Ferreira. Lisboa: Vega, 1993.
- DOMINGUES, Francisco Contente. Os navios de Cabral, *Oceanos*, nº 39, julho-setembro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999, p. 70-80.
- DOMINGUES, Mário. *D. Manuel e a epopéia dos descobrimentos*. Lisboa: Livraria Romano Torres, 1960.
- DUARTE BARBOSA. *O livro de Duarte Barbosa*. Lisboa: Publicações Europa-América, [s.d.].

- EHRHARDT, Marion. *A Alemanha e os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Texto Editora, 1989.
- FARINHA, António Dias. A viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia. *Oceanos*, nº 39, julho-setembro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 54-68.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1. ed. 10ª reimpressão. Rio: Nova Fronteira, [s.d.].
- FONSECA, Luís Adão. *Vasco da Gama – o homem, a viagem, a época*. Lisboa: Edição do Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa, 1998.
- _____. Vasco da Gama: uma biografia fantástica. *Oceanos*, nº 33, janeiro-março. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 73-89.
- FONTANA, Riccardo. *O Brasil de Américo Vespúcio*. Tradução de Edilson Alkmin Cunha e de João Pedro Mendes. Brasília: Editora UnB/Linha Gráfica Editora, 1994.
- FORMISANO, Luciano (org.). *Lettere di viaggio*. Milão: Mondadori Editore, 1985.
- _____. *Letters from a new world – Amerigo Vespucci's discovery of America*. Prefácio de Garry Wills. Tradução de David Jacobson. Nova York: Marsilio, 1992.
- FULIN, Rinaldo. *Diarii e diaristi veneziani*. Veneza, 1881.
- GALLOIS, E. Une nouvelle carte marine du XVIIe siècle, le portolan de Nicolas de Canerio. *Bulletin de la Société de Géographie de Lyon*. Lyon, tomo IX, nº 1, maio-junho 1890.
- GALVÃO, António. *Tratado dos descobrimentos*. 4. ed. Reprodução da edição *princeps*. Versão atualizada por César Pegado. Comentários e notas do Visconde de Lagoa, com a colaboração de Elaine Sanceau. Estudo biobibliográfico do Visconde de Lagoa. Porto: Livraria Civilização Editora, 1987, p. 93-95.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Edição fac-similada da primeira edição da obra, publicada em 1576. Nota prévia de Francisco Leite de Faria. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1984.
- _____. *Tratado da terra do Brasil*. Volume IV da Collecção de notícias para a história e geographia nas nações ultramarinas que vivem nos domínios portuguezes ou lhe são visinhas. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1826.
- _____. *Tratado da terra do Brasil e história da província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1972.
- GARCIA, José Manuel. *Ao encontro dos descobrimentos – temas de história da expansão*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- _____. (org.). *As viagens dos descobrimentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- _____. Vasco da Gama em terras da Índia. *Oceanos*, nº 33, janeiro-março. Lisboa: Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1998, p. 93-114.

- GERBI, Antonello. *La naturaleza de las Indias nuevas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso – o Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GLEZER, Raquel. O descobrimento do Brasil através dos textos (edições críticas e comentadas). V. – Documentos complementares. 1. – Borrão original da primeira folha de instruções de Vasco da Gama para a viagem de Pedro Álvares Cabral. *Revista de História*, nº 68, v. 33, ano XVII, dezembro. São Paulo: USP, 1966, p. 481-488.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Documentos sobre a expansão portuguesa*. v. I e II. Lisboa: Editorial Gleba, 1945. v. III. Lisboa: Edições Cosmos, 1956.
- _____. *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. *Os descobrimentos e a economia mundial*. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- GÓIS, Damião de. *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*. Nova edição, conforme a primeira, anotada e prefaciada. Edição dirigida por Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.
- GREENLEE, William Brooks. *The Voyage of Pedro Álvares Cabral to Brazil and India from contemporary documents and narratives*. Tradução dos documentos, introdução e notas de William Brooks Greenlee. The Hakluyt Society, série segunda, nº LXXXI, 1938.
- _____. *Viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia pelos documentos e relações coevas*. Tradução de António Álvaro Dória. Porto: Livraria Civilização Editora, 1951.
- GRYNEU, Simão. *Novus orbis regionum ac insularum veteribus incognitarum, una cum tabula cosmographica...* Paris, 1532. Reedição, com relação suplementar, em 1537.
- GUERREIRO, Inácio. A revelação da imagem do Brasil. *Oceanos*, nº 39, julho-setembro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p. 115-124.
- GUEDES, Max Justo. *O descobrimento do Brasil*. Coleção Documenta Histórica, Lisboa: Vega Editora, 1989.
- _____. O descobrimento do Brasil. *Oceanos*, nº 39, julho-setembro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p. 8-16.
- GUERREIRO, Manuel Viegas. *A carta de Pero Vaz de Caminha lida por um etnógrafo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.
- _____. e NUNES, Eduardo. *Pero Vaz de Caminha – carta a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. Introdução, atualização do texto e notas de M. Viegas Guerreiro. Leitura paleográfica de Eduardo Nunes. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1974.
- GUINOTE, António, LOPES, Eduardo e FRUTUOSO, Paulo. O movimento da carreira da Índia nos séculos XVI-XVIII. Revisão e propostas. *Mare Liberum*, nº 4, dezembro. Lisboa, 1992, p. 187-250.

- HALF, John R. (org.). *Dicionário do renascimento italiano*. Rio: Jorge Zahar Editor, 1988.
- HARRISSE, Henry. *Jean et Sébastien Cabot, leur origine et leurs voyages, étude d'histoire critique, suivie d'une cartographie, d'une bibliographie, et d'une chronologie des voyages au nord-ouest de 1497 à 1559, d'après des documents inédits*. Paris: Ernest Leroux Editeur, 1882.
- HEINBERG, Richard. *Memórias e visões do paraíso*. Série Somma. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- HIBBERT, Christopher. *Ascensão e queda da casa dos Medici – o renascimento em Florença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 1ª reimpressão.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso. Os motivos edênicos do descobrimento do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- HUMBOLDT, Alexander von. *Examen critique de l'histoire de géographie du nouveau continent et des progrès de l'astronomie nautique aux quinzième et seizième siècles*. Paris, 1836-1839.
- IDEIAS, José António Costa. A carta de Pero Vaz de Caminha: contribuição para uma tipologia do encontro. *Mare Liberum*, nº 6, dezembro. Lisboa, 1993, p. 165-169.
- IMPRESA NACIONAL/CASA DA MOEDA. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Reprodução fac-similada da edição de 1960. Lisboa, 1987.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. *Carta de Pero Vaz de Caminha*. Salvador, 1900.
- JACOB, Ernst Gerhard. A descoberta da África Sudoeste pelos portugueses. *Revista de História*, nº 59, v. XXIX, ano XV, julho-setembro. São Paulo: USP, 1964, p. 21-51.
- LABOURDETTE, Jean-François. *Histoire du Portugal*. Paris: PUF, 1995.
- LAS CASAS, Bartolomé de. *Brevíssima relação da destruição da África – prelúdio da destruição das Índias, primeira defesa dos guanches e dos negros contra a sua escravização*. Estudo preliminar, edição e notas de Isacio Perez Fernádes. Tradução de Júlio Henriques. Lisboa: Edições Antígona, 1996.
- _____. *Brevíssima relación de la destrucción de las Indias*. 3. ed. Edição de André Saint-Lu. Madri: Ediciones Catedras, 1987.
- _____. *Historia de las Indias*. 3 v. Edição baseada no manuscrito original da Biblioteca Nacional de Madri. Apresentação de Roberto Cassá, bibliografia de Amadeo Julián e biografia de Manuel José Quintana. Flórida (EUA): Ediciones del Continente, 1985.
- _____. *O paraíso destruído – brevíssima relação da destruição das Índias*. 3. ed. Tradução de Heraldo Barbuy. Apresentação e notas de Eduardo Bueno. Porto Alegre: L&PM, novembro de 1985.
- LEITÃO, Humberto e LOPEZ, J. Vicente. *Dicionário da linguagem de marinha antiga e actual*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963.

- LEITE, Duarte. A exploração do litoral do Brasil na cartografia da primeira década do século XVI. In: DIAS, Carlos Malheiro (dir. e coord.). *História da colonização portuguesa do Brasil*. V. II. Porto: Litografia Nacional, 1923, pp. 393-440.
- _____. *Descobridores do Brasil*. Porto: Livraria Lello Limitada Editores, 1931.
- _____. *História dos descobrimentos*. 2 v. Organização, notas e estudo final de V. Magalhães Godinho. Lisboa: Edições Cosmos, 1958-1960.
- _____. O mais antigo mapa do Brasil. In: DIAS, Carlos Malheiro (dir. e coord.). *História da colonização portuguesa do Brasil*. V. II. Porto: Litografia Nacional, 1923, p. 225-281.
- LESTRINGANT, Frank. *O canibal – grandeza e decadência*. Brasília: Editora UnB, 1997.
- ARCHIVO STORICO ITALIANO. Lettera di Giovanni da Empoli a Lionardo suo padre intorno al viaggio da lui fatto a Malacca. Tomo III, apêndice, Florença, 1864.
- LEVILLIER, Roberto. Mundus Novus. A carta de Vespúcio que revolucionou a geografia. *Revista de História*, nº 33, janeiro-março. São Paulo: USP, 1958, p. 103-151.
- _____. O planisfério de Maiollo de 1504. Nova prova do itinerário de Gonçalo Coelho-Vespúcio à Patagônia, em sua viagem de 1501-1502. *Revista de História*, nº 26, abril-junho. São Paulo: USP, 1956, p. 431-462.
- LOBATO, Alexandre. Dois novos fragmentos do regimento de Cabral para a viagem da Índia em 1500. *Studia*, nº 25, dezembro. Lisboa, 1968, p. 31-51.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa, com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. Lisboa: Editorial Confluência, 1956.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de. O reconhecimento da costa. *Oceanos*, nº 39, julho/setembro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999, p. 103-112.
- MAGNAGHI, Alberto. *Amerigo Vespucci*. 2 v. Roma: Instituto Cristoforo Colombo, 1924.
- MAKINO, Miyoko. O descobrimento do Brasil através dos textos (edições críticas e comentadas). II. A “Relação do Piloto Anônimo”. 1. – O problema da autoria. 2. – Edições. *Revista de História*, nº 69, v. 34, janeiro-março. São Paulo: USP, 1967, p. 179-186.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A cartografia do Brasil no século XVI*. Série Separatas 209. Lisboa: Instituto de Investigação Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1988.
- _____. *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987.
- MARQUES, João Martins da Silva. *Descobrimientos portugueses – documentos para a sua história publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques, professor da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Edição Comemorativa dos Descobrimientos Portugueses (reprodução fac-

- similada da edição do Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1944), v. I, II e III (tomos 1 e 2) e suplemento do v. 1, 1988.
- MARTIN, P. M. e O'MEARA, Patrick. *Africa*. Bloomington: Indiana University Press, 1986.
- Martins, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães Editores, 1968.
- _____. *Portugal nos mares. Ensaios de crítica, história e geographia*. 3. ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira Livraria Editora, 1924.
- MATOS, Jorge Semedo de. A navegação atlântica dos portugueses em 1500. *Oceanos*, nº 39, julho-setembro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p. 82-99.
- MATOS, Luís de. Pero de Magalhães de Gândavo e o Tratado da Província do Brasil. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-brasileira*. V. III, nº 4, outubro-dezembro. Lisboa, 1962, p. 625-639.
- MAITOSO, José (coord.). *História de Portugal. O antigo regime* (volume coordenado por António Manuel Hespanha). Lisboa: Editorial Estampa, [s.d.].
- MCCLYMONT, J. R. *Pedralvares Cabral*. Londres, 1914.
- MENDONÇA, Henrique Lopes de. Do Restelo a Vera Cruz. In: DIAS, Carlos Malheiro (org.). *História da colonização portuguesa do Brasil*. V. II. Porto: Litografia Nacional, 1923, p. 43-71
- _____. Estudos sobre navios portugueses nos séculos XV e XVI. *Centenário do descobrimento da América – Memórias da comissão portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, [s.d.] (1892?), p. 1-75.
- MÉTRAUX, Alfred. *La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani*. Paris, 1928.
- _____. *La religion des Tupinamba et ses rapports avec celle des autres tribus Tupi-Guarani*. Paris, 1928.
- MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos. Viagens e viajantes na história da expansão e da conquista*. São Paulo: Scritta, 1994.
- MONTALBODDO, Fracanzano de. *Paesi novamente ritrovati. Et Novo Mundo da Alberico Vespucci intitolato*. Vicenza, 1507.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da língua portugueza recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado*. 2. ed. 2 v. Lisboa: Typographia A Lacérdina, 1813.
- MOREIRA, Rafael e TOMAS, William M. Desventuras de João de Barros, primeiro colonizador do Maranhão – o achado da nau de Aires da Cunha naufragada em 1536. *Oceanos*, nº 27, julho-setembro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, p. 101-111.
- MORISON, S. E. Sailing instructions of Vasco da Gama to Pedro Alvares Cabral, 1500. *The Mariner's Mirror*, v. XXIV, nº 4, outubro. Grã-Bretanha, 1938.
- MURATORI, L. A. *Rerum italicarum scriptores*. 2. ed. V. I, tomo XXIV. Città di Castello, 1912.

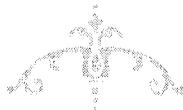
- MUSEU ABERTO DO DESCOBRIMENTO/FUNDAÇÃO QUADRILÁTERO DO DESCOBRIMENTO. *Invenção do Brasil—Revista do Museu Aberto do Descobrimento*. Ministério da Cultura/FNC. Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, 1997.
- NAVARRETE, Martin Fernandez de (coord.). *Colección de los viajes y descubrimientos, que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV*. Madri: Imprenta Real, 1829.
- NIANE, D. T. (coord.). *História geral da África*. V. IV. São Paulo: Ática/Unesco, 1985.
- NOONAN, Laurence A. *John of Empoli and his relations with Afonso de Albuquerque*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.
- NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- OLIVEIRA, Aurélio, CRUZ, Maria Augusta Lima, GUERREIRO, Inácio e DOMINGUES, Francisco Contente. *História dos descobrimentos e expansão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.
- OSÓRIO, Jerônimo. *Da vida e feitos de El-rei d. Manuel*. V. I. Tradução (do latim) do padre Francisco Manuel do Nascimento. Edição atualizada e prefaciada por Joaquim Ferreira. Biblioteca Histórica – Série Régia. Porto: Livraria Civilização Editora, 1944.
- PAVIOT, Jacques. *Imaginaire géographique des découvertes au XV siècle*. In Aubin, Jean. *La découverte, le Portugal et L'Europe (Actes du colloque – Paris, 26-28 mai, 1968)*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1990, p. 141-158.
- PERAGALLO, Prospero. Carta de el-rei D. Manuel ao rei catholico narrando-lhe as viagens portuguesas à Índia desde 1500 até 1505. Reimpressa sobre o protótipo romano de 1505, vertida em linguagem e anotada por Prospero Peragallo. Seguem em appendice a Relação analoga de Lunardo Cha Masser e dois documentos de Cantino e Pasqualigo. *Centenário do descobrimento da América – Memórias da comissão portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, [s.d.] (1892?).
_____. *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo*. Gênova, 1907.
- PEREIRA, Moacyr Soares. *A navegação de 1501 ao Brasil e América Vespúcio*. Rio de Janeiro, 1984.
_____. Capitães, naus e caravelas da armada de Cabral. *Revista da Universidade de Coimbra*, v. XXVII, 1979, p. 31-134.
- PEREIRA, Paulo Roberto (org.). *Os três únicos documentos do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.
- PEREIRA, Sílvio Batista. *Vocabulário da carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: INL, 1964.
- PERES, Damião. *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral – antecedentes e intencionalidade*. Porto: Portucalense Editora, e Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1949.

- _____. *História dos descobrimentos portugueses*. 2. ed. Coimbra: Ed. Do Autor, 1960.
- PIMENTA, Alfredo. *O descobrimento do Brasil*. Série Estudos Históricos – XX. Lisboa: Livraria Portugália, 1942.
- PINTO, João Rocha. *Viagens: memória e espaço*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1989.
- PINTO, Manuel de Sousa. A carta de Pero Vaz de Caminha. Edições e leituras. Separata de *Miscelânea de estudos em honra de D. Carolina Micahelis de Vasconcelos*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 1930.
- PIRES, António Pedro. *Vida e morte nas terras do pau-brasil e do açúcar*. Lisboa, 1980.
- POZZI, Mario. *Il Mondo Nuovo di Amerigo Vespucci*. Milão: Serra e Riva Editori, 1984.
- PRESTAGE, Edgar. *Descobridores portugueses*. Porto: Edições Gama, 1943.
- RAMALHO, Américo da Costa. João de Barros, humanista. *Oceanos*, nº 27, julho-setembro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, p. 68-73.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização – a representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1996.
- RAMUSIO, Gian Battista. *Navigazioni et viaggi – Venice 1563-1606*. 3 v. Introdução de R. A. Skelton e análise de conteúdo de George B. Parks. Amsterdam: Theatrum Orbis Terrarum Ltd., 1970.
- RANDLES, W. G. L. La diffusion dans l'Éurope du XVI siècle des connaissances géographiques dues au découvertes portugaises. In: AUBIN, Jean. *La découverte, le Portugal et L'Europe (Actes du colloque – Paris, 26-28 mai, 1968)*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1990 p. 269-277.
- REGO, A. da Silva. Pedro Álvares Cabral; Índia ou Brasil?. *Studia*, nºs 30-31, agosto-dezembro. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, p. 191-204.
- REIS, António Estácio dos e MACHADO, Raúl de Sousa. Os instrumentos náuticos dos descobrimentos. *Oceanos*, nº 10, abril. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992, p. 87-93.
- Relazione di Leonardo da Cá Masser. *Archivio Storico Italiano*. V. II, Apêndice. Florença, 1846, p. 13-48.
- RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *A fundação do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- RIBEIRO, João. A carta de Pero Vaz de Caminha. *O Fabordão*: 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964.
- RIBEIRO, Joaquim. *Carta de Pero Vaz de Caminha* (edição crítica) Rio de Janeiro: Oficinas Alba Graphics, [s.d.].
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento – os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998.

- SÁ, Artur Basílio de. Tratado de Las Yslas de los Molucos y de los Costumbres de los Indios y de Todo lo Demas. *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente*. V. VI. Lisboa, 1988.
- SANTOS, Maria Emília Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. 2. ed. Lisboa, 1988.
- SCHEFER, Charles. *Navigation de Vasque de Gamme, chef de l'armée du roi de Portugal en l'an 1497, écrit par un gentilhomme florentin qui se trouva de retour a Lizbonne avec la dite armée*. Paris: E. L. Leroux, 1898.
- SCHORER, Maria Thereza. Notas para o estudo das relações dos banqueiros alemães com o empreendimento colonial dos países ibéricos na América no século XVI. *Revista de História*, nº 32, outubro-dezembro. São Paulo: USP, 1957, p. 275-355.
- SEIXO, Maria Alzira e CARVALHO, Alberto. *Viagem – a história trágico-marítima, análises e perspectivas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (dir.). *História de Portugal*. v. III. Póvoa do Varzim: Editorial Verbo, 1980.
- SILVA, A. A. Baldaque da. *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.
- SILVA, Pereira da. A arte de navegar dos portugueses, desde o infante a D. João de Castro. In: DIAS, Carlos Malheiro (org.). *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, V. I, 1923, p. 33 ss.
- SIMÕES, Henrique Campos. *As cartas do Brasil*. Ilhéus: Editora da UESC/Editus, 1999.
- SOBEL, Dava. *Longitude*. Nova York: Walker and Company, 1995.
- SOUZA, Thomaz Oscar (T. O.) Marcondes de. A carta de Pero Vaz de Caminha e o descobrimento casual do Brasil. *Revista de História*, v. XXX, nº 61, ano XVI, março. São Paulo: USP, 1965, p.177-180.
- _____. A divulgação pela imprensa da notícia do descobrimento do Brasil por Álvares Cabral. *Revista de História*, v. XXVIII nº 58, ano XV. São Paulo: USP, 1964, p. 439-448.
- _____. A primeira viagem de Vasco da Gama à Índia. *Revista de História*, nº 40, outubro/dezembro. São Paulo: USP, 1959, p. 289-301.
- _____. A viagem de Pedro Álvares Cabral sob o ponto de vista náutico. *Revista de História*, v. XXIX, nº 59, ano XV, julho-setembro. São Paulo: USP, 1964, p. 53-65
- _____. *Américo Vespucci e suas viagens*. São Paulo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1954.
- _____. O conhecimento pré-colombiano do Brasil pelos portugueses. *Revista de História*, nº 47, ano XII, julho-setembro. São Paulo: USP, 1961, p. 149-155.

- _____. *O descobrimento da América e a suposta prioridade dos portugueses (de acordo com a história e a cartografia americana vestutíssima)*. 2. ed. Prefácio de J. Capistrano de Abreu. São Paulo: Brasiliense.
- _____. *O descobrimento do Brasil – estudo crítico. De acordo com a documentação histórico-cartográfica e a náutica*. V. 253. Edição ilustrada. Biblioteca Pedagógica Brasileira “Brasiliana”. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
- _____. *O descobrimento do Brasil (Questões correlatas)*. *Revista de História*, nº 43, ano XI, julho-setembro. São Paulo: USP, 1960, p. 185-197.
- _____. *Um suposto descobrimento do Brasil antes de 1448*. *Revista de História*, volume XXV, nº 52, ano XIII. São Paulo: USP, 1962, p. 439-448.
- STEVENSON, Edward Luther. *Marine chart of Nicolo de Canerio Jannensis 1502 (circa) – A critical study with facsimile*. Nova York: The American Geographical Society/The Hispanic Society of America, 1908.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *A carreira e a lenda de Vasco da Gama*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- _____. *O império asiático português, 1500-1700 – uma história política e econômica*. Coleção Memória e Sociedade. Lisboa: Difel, 1995.
- _____. *Profecias e feitiços: Gaspar Correia e a primeira viagem de Vasco da Gama*. *Oceanos*, nº 33, janeiro-março. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 41-54.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1998.
- _____. *L'idée impériale manueline*. In: AUBIN, Jean. *La découverte, le Portugal et l'Europe (Actes du colloque – Paris, 26-28 mai, 1968)*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1990, p. 35-104.
- _____. *Le Portugal et l'Afrique au XV siècle: les débuts de l'expansion*. *Arquivo do Centro Cultural Português*. V. XXVI. Lisboa/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p. 161-256.
- TOMLINSON, Regina Johnson. *The struggle for Brazil*. Nova York: Las Americas Publishing Co., 1970.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América – a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- URPIA JÚNIOR, Horácio: *Carta de um piloto português sobre a descoberta do Brasil*. *Revista Trimensal do Instituto Geographico e Historico da Bahia* (Commemorativa do IV Centenário do Brasil), v. VII, nº 23, ano VII. Bahia: Tipographia Empreza Editora, 1900, p. 31-36.
- VALENTE, José Augusto Vaz. *A carta de Pero Vaz de Caminha: estudo crítico, paleográfico, diplomático*. São Paulo: Fundo de Pesquisa do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1975.
- VÁRIOS AUTORES. *As províncias do oriente*. 1ª volume. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1968.

- VÁRIOS AUTORES. *História da expansão portuguesa no mundo*. Lisboa: Editorial Ática, 3 v. 1937.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. A Carta de Pero Vaz de Caminha. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. XL. Rio de Janeiro, 1877.
- _____. *Amerigo Vespucci son caractère, ses écrits même les moins authentiques, sa vie et ses navigations, avec carte indiquant les routes*. Lima, 1865.
- _____. *História geral do Brasil*. 8. ed. 5. v. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.
- _____. *Nouvelles recherches sur les derniers voyages du navigateur florentin...* Viena, 1869.
- VASCONCELOS, Frazão de. Um documento inédito que importa à história dos descobrimentos. *Petrus Nonius*. 2 v. Porto, 1923.
- VELHO, Álvaro. *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*. Lisboa: AGU, 1960.
- VESPUCCI, Amerigo. *Cartas de viagem*. Tradução de Ana Maria R. de Aznar. Introdução, notas e revisão de Luciano Formisano. Madri: Alianza Editorial, 1986.
- VESPUCIO, Americo. *El nuevo mundo – viajes y documentos completos*. Tradução de Ana Maria R. de Aznar. Notas de Fernández Navarrete, Varnhagen, Levillier e equipe editorial. Madri: Ediciones Akal S.^a, 1985.
- VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo. Cartas de viagens e descobertas*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. 7. ed. revisada e atualizada. V. I e II. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1970.
- VILLIERS, John. Vasco da Gama, o Preste João das Índias e os cristãos de S. Tomé. *Oceanos*, nº 33, janeiro-□/março. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 57-70.
- VITERBO, Sousa. *Artes e artistas em Portugal*. Lisboa, 1892.
- _____. *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*. 2 v. Reprodução em fac-símile da edição de 1898. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1988.
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. Edição crítica baseada nos manuscritos de originais de Viterbo por Mário Fiúza. Porto/Lisboa: Livraria Civilização, [s.d.].
- WEHLING, Arno. As recepções do descobrimento – história, memória e identidade no historicismo brasileiro. *Oceanos*, nº 39, julho-setembro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999, p. 145-154.
- ZURARA, Gomes Eanes. *Crónica dos feitos de Guiné*. V. II. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1949.
- ZWEIG, Sefan. *Américo Vespúcio*. 4. ed. Tradução de José Francisco dos Santos. Porto: Livraria Civilização, 1956.



ESTE LIVRO FOI COMPOSTO EM CASLON OLD STYLE E IMPRESSO NAS OFICINAS
GRÁFICAS DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO – IMESP, SOBRE PAPEL
OFFSET BRANCO 75 G/M² (CARTÃO TRIPLEX 250 G/M² PARA A CAPA)
E ACABAMENTO TIPO BROCHURA, COM FILMES FORNECIDOS
PELO EDITOR, EM SETEMBRO DE 2000

**Outros lançamentos da
Editora UnB**

Sermão do mandato
Padre Antônio Vieira

*Escrito para a eternidade: a literatura
no Egito faraônico*
Emanuel Araújo

*Escritos de Leonardo da Vinci sobre a
arte da pintura*
Eduardo José Antunes Carreira

Os excluídos do reino
Geraldo Pieroni

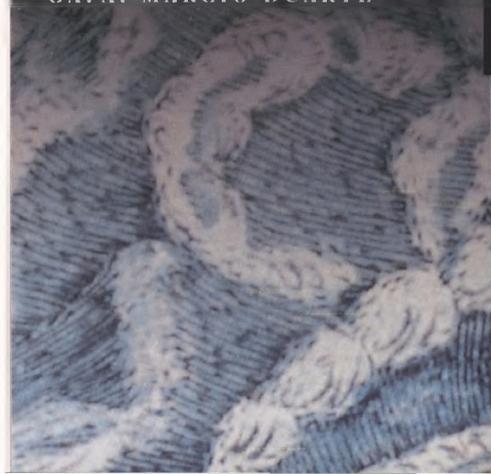
O Antigo Regime e a Revolução
Alexis de Tocqueville

O Diretório dos índios
Rita Heloisa de Almeida

Filosofia da história
Georg W. Hegel

*Como se escreve a história: Foucault
revolucionou a história*
Paul Veyne

CAPA: MÁRCIO DUARTE



BRASIL 1500

ESTE LIVRO TRAZ OS TEXTOS de 40 documentos históricos europeus, anotados e comentados, sobre o Brasil de 1500 e 1501, especialmente relacionados com as viagens de Pedro Álvares Cabral e Américo Vespúcio. Embora as datas extremas das fontes sejam fevereiro de 1500 (rascunho do regimento real de Cabral) e 1576 (ano da publicação da *História da província Santa Cruz*), a maioria delas 32, do total de 40 foi produzida entre 1500 e 1505. Vários documentos estão sendo publicados pela primeira vez em língua portuguesa. Outros, anteriormente editados em Portugal, na Itália ou em outros países, só agora aparecem publicados no Brasil. A maioria recebe pela primeira vez atualização linguística. Nunca tantos documentos históricos sobre o assunto foram reunidos em uma única obra.

O presente volume reúne grande número de documentos porque é beneficiário dos resultados dos excelentes trabalhos realizados pelo historiador norte-americano William B. Greenlee, na obra *The Voyage of Pedro Álvares Cabral to Brazil and India from contemporary documents and narratives*, editada em 1938 nos Estados Unidos, traduzida em Portugal em 1951 e até hoje ainda não publicada no Brasil, e pelo historiador português Abel Fontoura da Costa, na obra *Os sete únicos documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*, editada em Portugal em 1940.

Esta obra incorpora de obras dos principais cronistas portugueses dos descobrimentos, publicadas no século XVI Castanheda, João de Barros, Gaspar Correia, António Galvão, Damião de Góis, Jerônimo Osório, jamais editadas ou pouquíssimo divulgadas no Brasil, apesar de terem construído o primeiro e imensamente influente conjunto historiográfico sobre as navegações, conquistas e colonizações quinhentistas lusitanas, aí incluído o Brasil.



Cód. EDU: 270997

ISBN 85-230-0588-9



9 788523 005887